

Explosões Conservadoras:

atentados de extrema-direita na abertura
da ditadura civil-militar (1980-82)

Airton de Farias

**MORTE NA OAB UNE PAÍS
CONTRA OS ASSASSINOS**

TRIBUNA
da imprensa SEM CENSURA

Um grupo de 400 prisioneiros da guerra Irã-Iraque promovem manifestação em favor das vitórias da seleção brasileira

BOMBA EXPLODE NO DCE E ATINGE DOIS CARROS
● Atentado
Uma bomba de pequeno teor explosivo foi jogada ontem por volta das 23 horas e 45 minutos no prédio onde funciona o Diretório Central do Estudante, DCE, na confluência das ruas General Sampaio com Clarindo de Queiroz, causando pequenos danos em dois carros dos estudantes que ali estavam estacionados.
A Polícia foi comunicada e encaminhada ao Departamento da Polícia Federal com suas perícias e equipamentos para recolher as evidências.

Tribuna do Ceará
ANO XXII - Fortaleza, 22 de maio de 1981 - Nº. 14.363 - 24 páginas - Cr\$ 20,00

Polícia Federal desbarata grupo terrorista de direita
Foto mostra com detalhes na página 10

Tribuna do Ceará
ANO XXII - Fortaleza, 22 de maio de 1981 - Nº. 14.363 - 24 páginas - Cr\$ 20,00

BOMBA EXPLODE PRAÇA DO FERRE
Esta matéria com detalhes na página 10

EDIÇÕES INESP

Jornaleiros apavorados ante ameaça de atentado às bancas

BOMBA FOI UM ALARME FALSO

Polícia do Comando de Operações Especiais - COE - do 1º CBM do Estado do Ceará, no centro da cidade de Fortaleza, informou ontem que a bomba que explodiu na noite de ontem no prédio do DCE, não causou danos materiais e nem ferimentos a ninguém.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

A explosão ocorreu às 23h45, quando dois carros estavam estacionados na rua General Sampaio, com Clarindo de Queiroz.

O POVO
Como identificar a carta-bomba

JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro - Sexta-feira, 1º de maio de 1981
Ano XXI - Nº 23

Bombas matam um e ferem capitão no "show" de 1º de maio

Dois bombas explodiram no Rio-Centro, ontem às 21h, pouco depois de começar o show comemorativo do Dia do Trabalho. A primeira, na Rua XV de Novembro, matou um homem, o capitão da Polícia Militar, e feriu o capitão da Polícia Militar, Wilson Luís Chaves Machado, 33 anos, internado em estado grave no CTI do Hospital Miguel Couto. Da arma de Cavalaria, o Capitão está lotado no Pelotão de Motociclistas da PM.

A segunda explosão foi na caixa de força do Rio-Centro e não provocou vítimas. O espetáculo, com cerca de 30 mil espectadores, prosseguirá até o final. A Polícia Militar isolou a área enquanto o DGE e o DPFS vistoriavam o local. As 22h30m, a explosão foi comunicada, por telefone, ao JORNAL DO BRASIL. O Comando de Operações Especiais do 1º CBM do Estado do Ceará, no centro da cidade de Fortaleza, informou ontem que a bomba que explodiu na noite de ontem no prédio do DCE, não causou danos materiais e nem ferimentos a ninguém.



**Explosões Conservadoras:
atentados de
extrema-direita na abertura da
ditadura civil-militar (1980-82)**

Airton de Farias

**Explosões Conservadoras:
atentados de
extrema-direita na abertura da
ditadura civil-militar (1980-82)**



Fortaleza – Ceará

2025

Copyright © 2025 by Inesp

**Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)**

João Milton Cunha de Miranda

Coordenador Editorial

Rachel Garcia Bastos de Araújo

Valquiria Moreira Carlos

Assistentes Editoriais

Luzia Leda Batista Rolim

Assessora de Comunicação

Gustavo Rodrigues de Vasconcelos

Revisor Ortográfico

José Gotardo de Paula Freire Filho

Capista, Diagramador e Projetista Gráfico

Gráfica do Inesp

Impressão e Acabamento

Luiz Ernandes dos Santos do Carmo

Coordenador de Impressão

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

F224e Farias, Airtón de.
Explosões conservadoras [livro eletrônico]: atentados de
extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-82) /
Airtón de Farias. – Fortaleza: INESP, 2025.
725 p. ; 7.379 KB ; PDF
ISBN: 978-65-6094-056-7
1. Ciência política. 2. Política e governo – Brasil. 3. Ceará –
História. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos
e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 320.9

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autores e fontes.

Inesp

Rua Barbosa de Freitas, 2674, Anexo II, 5º andar,

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,

bairro: Dionísio Torres, Fortaleza - CE, CEP: 60.170-174.

Telefone: (85) 3277-3702. | E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Site: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp>

APRESENTAÇÃO

A democracia não é um estado de maturidade nacional e institucional que se instala, e se preserva pela sua própria natureza, sem que precisemos nos manter vigilantes a fim de combater ataques e construí-la cotidianamente.

E como as gerações mudam, os jovens de hoje precisam aprender com os jovens de ontem que o Parlamento é a expressão mais fiel do poder democrático da população. Os debates, os perfis dos e das parlamentares, as leis produzidas, são resultados do que somos na nossa essência.

Manifesto gratidão aos meus pares, cujos votos me colocaram à frente do Legislativo cearense exatamente nesta celebração de 190 anos do Parlamento. Celebração que é o resultado da continuidade de um processo democrático iniciado em 1835, e é cheio de ranhuras, a exemplo de ditaduras, golpes, uma cruel pandemia, e o doloroso incêndio do Plenário 13 de Maio – o coração dos nossos mandatos. Ranhuras que vamos enfrentando, resistindo e nos reconstruindo com bravura.

Não somos mais a Província do Ceará. Contudo, não podemos esquecer, foi lá que o senador José Martiniano de Alencar plantou a semente da casa em que agora podemos ver germinar uma comissão temática dos direitos e defesas da mulher cearense – um marco moderno e necessário.

Portanto, com firmeza, gentileza, educação e ternura, respeitamos o passado, para construir um futuro melhor. A assembleia que chega aos 190 anos como uma das mais transparentes do país deverá trabalhar para ser a mais transparente do Brasil.

Porque nosso passado e nosso futuro é ousar. O Ceará, que é referência na educação brasileira, não vê fronteiras como barreiras, mas sim como desafios a serem superados. E seguiremos em frente. Tenham certeza..

Deputado Estadual Romeu Aldigueri
Presidente da Assembleia Legislativa do
Estado do Ceará

PREFÁCIO

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o Edições Inesp e o Edições Inesp Digital, que têm como objetivos editar livros, coletâneas de legislação e periódicos especializados. O Edições Inesp Digital obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de design gráfico.

O Edições Inesp Digital já se consolidou. A demanda por suas publicações alcançou uma marca de 5 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

Explosões Conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-82) é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do Edições Inesp Digital, que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

Diretor-Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)

PRÓLOGO ACADÊMICO I

O Primeira cena. Saguões de aeroportos lotados de familiares e amigos ansiosos segurando cartazes e faixas de boas vindas. Recepção calorosa no reencontro dos que, havia muito, não viam os seus. 'Choram Marias e Clarices', mas, agora, também de alegria, ao receber figuras tão conhecidas pela luta e resistência à ditadura, ainda que nos exílios e banimentos no exterior. Voltam Miguel Arraes, Hebert de Souza (o Betinho), Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Fernando Gabeira, Paulo Freire, entre outros, recepcionados com festa. Segunda cena. Multidões ocupam áreas centrais de cidades brasileiras para exigir eleições diretas e o direito, depois de cerca de duas décadas, de votar para presidente. Políticos e artistas se juntam ao povo num mesmo canto, num mesmo pleito.

Essas são algumas das imagens mais veiculadas e presentes em reportagens, séries televisivas e documentários sobre os tempos da 'abertura democrática' brasileira, centrada na memória da aprovação da Lei da Anistia, em 1979, ainda que esta não tenha tido caráter geral e irrestrito, como exigiam amplos setores da sociedade brasileira, e da campanha das Diretas Já - também frustrada pela derrota da emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional, e continuidade das eleições indiretas. Elas compõem as memórias de várias gerações de brasileiros, entre os anos 1980 até tempos recentes. Ajudaram, certamente, a alimentar o que Reisi chamou de mito da sociedade resistente à ditadura e a não duvidar de nossa 'jovem democracia'.

Mas os conturbados últimos anos, no Brasil, com a ascensão de movimentos de direita e extrema direita, ali-

mentados pelas contradições de quase duas décadas de governos petistas, pela resistência a avanços sociais de setores mais abastados, movimentos anticorrupção, impeachment da presidenta Dilma Rousseff, fortalecimento dos militares e movimentos religiosos conservadores na política, via redes sociais, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República e suas constantes ameaças às instituições, nos trouxeram a necessidade, como historiadores, de repensar e compreender esses novos processos e os passados a eles relacionados, presumivelmente sepultados pela ingenuidade de alguns ou desejo de conciliação de muitos.

O trabalho produzido por Airton de Farias, neste novo livro, junta-se às preocupações de vários pesquisadores brasileiros em interrogar a ditadura civil-militar brasileira em seus lugares mais incômodos, silenciosos, propositalmente deixados de lado. As direitas e movimentos de apoio e participação social na construção da ditadura brasileira tornaram-se objetos de estudo dos historiadores premidos, por um lado, pela maior liberdade decorrida da distância temporal do final da ditadura, quando já não podemos mais negar a falta de consenso sobre os sentidos do passado. Mas avançam nesses temas também, inevitavelmente, pressionados pela urgência suscitada pelos apoios e reivindicação de novos golpes e ditaduras hoje.

Foi olhando para as adesões de, cada vez, mais brasileiros ao legado autoritário ditatorial que Airton lançou seu olhar para o que fez com que outras tantas pessoas, incluindo jovens, fossem capazes de arriscar-se e atentar contra a vida de outras pessoas e propriedades para deter o fim da ditadura, entre o final dos anos 1970 e primeiros anos de 1980.

Ele nos reapresenta, a partir de suas perguntas e interpretações, mais de 40 anos depois, a experiência dos inte-

grantes do Movimento Anticomunista (MAC), organização de extrema-direita que atuou, no Ceará, entre 1980 e 1982. Formado por cerca de nove jovens de classe média, em sua maioria universitários e moradores de bairros nobres de Fortaleza, o grupo atuou à semelhança de outros, no Brasil, como o Falange Pátria e Comando Delta, em atividades que incluíam, desde pichações de muros, até atentados a bomba às bancas de revista, igrejas, praças e entidades representativas. Eram contrários à abertura política, iniciada pelo governo Geisel, aos conteúdos da imprensa alternativa e à “imoralidade” das revistas eróticas. Alimentados por forte temor da ‘ameaça comunista’, causaram pânico na cidade com suas ações literalmente bombásticas.

Um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), analisado pelo autor, contabilizou 353 atentados provocados por grupos semelhantes, em todo o País, entre setembro de 1978 e setembro de 1987. As agressões não aconteceram somente em grandes cidades como Rio de Janeiro, onde resultaram em morte de pessoas, mas também em Belém, Recife, Porto Velho e Fortaleza. Bombas foram detonadas em igreja no Montese, na Praça do Ferreira, na Parquelândia e na sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará, no centro da cidade.

Os extremistas cearenses, ao contrário do que ocorreu com os outros casos, no Brasil, foram identificados e processados chegando a ser presos e tendo suas imagens expostas em jornais e tevês. Conviveram com o estigma de terroristas durante anos e, procurados pelo autor, não quiseram dar entrevistas e nem comentar as ações, ainda que com a garantia do anonimato. Suas experiências estão nítidas nas memórias de quem os conhece, mas preferem não tocar em assunto de um passado tão espinhoso e desconhecido para a maioria de nós que guardamos, quando muito,

as narrativas controversas sobre o desastrado atentado a bomba no Riocentro (RJ), quando o tiro saiu pela culatra.

Os relatos, acima, pouco têm a ver com a memória imagética e celebrativa dos tempos de abertura, quando dávamos pequenos e negociados passos rumo à ‘normalidade democrática’. Os atentados da extrema direita, contrária à abertura política, começaram a ser estudados com mais afinco, pela historiografia brasileira, mais recentemente, mas podem nos ajudar a pensar sobre as razões da ‘utopia autoritária’ que mobilizou a muitos brasileiros no apoio cotidiano à ditadura e na pluralidade de representações, como apontou autor, das ideias sobre política, democracia, liberdade, moralidade, que moveram os jovens em seus engajamentos políticos durante o período autoritário. Nossos estudantes, enfim, não eram todos de esquerda e nem amavam tanto assim a revolução.

Airton de Farias, com seu meticuloso e competente trabalho de pesquisa, cruzamento de fontes e debate com a bibliografia, nos mostra que ainda há muito a compreender sobre o período e sobre as disputas políticas no processo de abertura. Sem caricaturar os sujeitos de sua pesquisa, mas tampouco justificando suas ações, ele busca entender as razões de suas escolhas e as lógicas de seus empreendimentos explosivos.

Ana Rita Fonteles Duarte

Prof^a. Dra. do Departamento de História (UFC)

PRÓLOGO ACADÊMICO II

O livro “Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-82)” de Airton de Farias vem em boa hora. O tema das ações violentas de grupos de extrema direita no Brasil se tornou parte do cotidiano recente, assustando a muitos. Como nem tudo é novo, é necessário um olhar historicizado sobre o fenômeno. Afinal, é importante questionarmos se o uso da violência, pela extrema direita é uma característica exclusivamente recente, fomentada pela radicalização online e a importação de técnicas estrangeiras, ou um fenômeno de maior duração, com características que são, também, locais. Ao analisar as táticas violentas de grupos anticomunistas e anti-democráticos, Airton de Farias esmiúça um tema ainda pouco explorado pelo campo de estudos sobre as direitas radicais e extremadas no Brasil. Por essa razão, o livro deve atrair um público diversificado, interessado em temas como a transição democrática brasileira, as discussões sobre memória histórica, os mitos mobilizadores de uma cultura política autoritária e conservadora, assim como as estratégias de organização de pequenos grupos de extrema direita. Não é despropositado afirmar que a reação violenta das extremas direitas contra a chamada terceira onda de democratização foi um fenômeno transnacional. E em cada localidade em que este fenômeno ocorreu, os grupos buscaram articular as tradições políticas convergentes aos seus propósitos (aqui, notadamente o anticomunismo) com as demandas institucionais e formais, seja do campo político-civil, ou mesmo como pressão aos setores militares.

Por isso, “Explosões conservadoras” vem a somar, com maestria, os esforços de um rico campo de estudos sobre as direitas no Brasil.

Odilon Caldeira Neto

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora
Coordenador do Observatório da Extrema Direita

PRÓLOGO ACADÊMICO III

O recente crescimento de discursos e práticas violentas e antidemocráticas ocorrido no Brasil, principalmente após as chamadas “jornadas de junho” de 2013, provocou uma série de releituras sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). Esse movimento foi capitaneado, por um lado, tanto por governantes quanto por setores sociais de extrema direita. Assim, várias dessas “novas” interpretações são pautadas por visões negacionistas, distorcionistas e até mesmo elogiosas acerca desse momento nefasto da história do país. Por outro lado, historiadores e historiadoras profissionais mantiveram em curso suas investigações, contribuindo, portanto, para aprofundar o conhecimento científico sobre o último regime de exceção que vigorou no Brasil.

Viu-se um acirramento da disputa de versões norteadoras das memórias da sociedade sobre esse período de nossa história. Versões essas que, decerto, não se equivalem entre si, mas que, como vimos nos últimos anos, extravasam o universo dos debates públicos, de caráter acadêmico ou não, e adentram a esfera da política institucional. De modo que o passado ditatorial vem sendo utilizado para legitimar práticas autoritárias no presente.

A extrema direita busca encontrar na história, de forma arbitrária, elementos que lhes permita justificar sua visão de mundo eivada de autoritarismo e suas soluções violentas para os problemas sociais, como, por exemplo, as desigualdades e a segurança pública. Já os profissionais de História, mesmo que formulem suas problemáticas de pesquisa com base no presente, têm como horizonte o objetivo de reconstituir o passado em sua complexidade de maneira a mais

fidedigna possível. Aos historiadores e historiadoras não é permitido fazer afirmações sem poder comprová-las por meio de evidências históricas, ou seja, os vestígios deixados por indivíduos, grupos ou instituições ligadas ao objeto de estudo que se pretende analisar.

Portanto, o livro *Explosões conservadoras* não poderia vir a público em momento mais oportuno. O primoroso trabalho de pesquisa do historiador Airton de Farias resultou em uma obra que já surge como referência inescapável entre os estudos sobre a ditadura militar. Ao examinar as ações terroristas do Movimento Anticomunista (MAC), grupo cearense de extrema direita, que atuou em Fortaleza no início da década de 1980, o autor poderia circunscrever suas investigações ao âmbito regional. Contudo, sem abandonar o rigor teórico-metodológico, a precisão conceitual e a responsabilidade ética característicos dos trabalhos historiográficos de excelência, ele optou por uma estratégia mais ousada. A partir da análise dos atentados provocados pelo MAC, Farias reconstitui as atividades, em âmbito nacional, das diversas facções extremistas de direita em numerosos pontos do país, o que criou uma atmosfera de pânico e indignação em vários setores da sociedade brasileira no período da abertura política. Empreitada até então inédita na historiografia.

Conforme o autor demonstra, embora esses grupos tenham atuado no mesmo contexto histórico, não há indícios de que eles fossem interligados nacionalmente ou de que agissem de maneira coordenada. No entanto, fica evidente que os atos terroristas, ao serem publicizados, acabavam por ocasionar uma influência mútua entre os grupos examinados, pois estes compartilhavam ideais conservadores, notadamente o anticomunismo. Em uma visão desatenta

sobre o período, essa característica dos atentados pode parecer banal, mas, pelo contrário, ela indica um aspecto fundamental do regime militar: a forma como os governantes buscavam controlar, de acordo com seus interesses políticos e nem sempre com sucesso, o que poderia ser de conhecimento público. Os mecanismos de censura exerceram um papel fundamental nesse intento.

Airton de Farias nos faz lembrar da importância de ter mente que a ditadura não pode ser vista como um bloco homogêneo. Ao longo de suas mais de duas décadas de duração, o regime passou por diferentes fases, cada qual com suas particularidades. Há autores que apontam para a possibilidade de interpretar o período ditatorial de acordo com o movimento de ascensão e queda do grupo de militares radicalizados, que exerciam constante pressão para fortalecer o aparato repressivo.² Nessa perspectiva, este livro demonstra que a distensão política, seguida pelo longo processo de abertura, iniciados no governo Geisel (1974-1979), não foram recebidos de bom grado pelos grupos sociais de extrema direita civis e militares. Os atentados, portanto, representaram a maneira como tais grupos expressaram sua contrariedade aos valores democráticos que começavam a ganhar força no país.

O MAC foi a única facção extremista que não contava com militares em suas fileiras ou mesmo com civis que houvessem feito parte dos órgãos repressivos: seus componentes eram, sobretudo, estudantes universitários de classe média sem qualquer ligação com o Estado. Da mesma maneira, seus membros foram os únicos a serem identificados e julgados pela Justiça Militar, embora não condenados, evidenciando a pujança do corporativismo das Forças Ar-

² FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record. 2001.

madras na proteção de seus integrantes, mesmo que estes, ao participarem de ações terroristas, não contassem com a proteção gerada pela Lei de Anistia.

Assim, *Explosões conservadoras* demonstra a importância de compreender a lógica de ação dos grupos extremistas de direita, mas também de que forma os atentados impactaram o conflituoso processo de flexibilização do regime. Como Airton de Farias nos aponta de modo muito preciso, criou-se nesses anos uma dinâmica de retroalimentação entre as facções terroristas e o governo, sendo fundamental compreender essa relação para se ter uma percepção mais apurada dos anos finais da ditadura. Momento da história recente do Brasil que, como este livro não nos deixa duvidar, ainda marca amplamente a realidade do país e influi, em grande medida, na configuração da cultura política autoritária de nossa sociedade.

Paulo César Gomes

Historiador, Doutor em História pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25

CAPÍTULO 1:

A EXTREMA-DIREITA EXPLOSIVA.....	43

1.1 O inimigo comunista	45

1.2 Além do corporativismo	59

1.3 Terrorismo anticomunista	69

1.4 Missivas terroristas	79

1.5 Inimigo oculto.....	89

1.6 Salvando a Pátria	105

1.7 Bombas pela democracia	122

CAPÍTULO 2:

TEMPOS TERRORISTAS	135

2.1 O sistema acompanha.....	137

2.2 A onda terrorista	152

2.3 Riocentro, (o)caso	183

2.4 Medo nosso do dia a dia	209

CAPÍTULO 3:

TERRORISMO NO NORDESTE.....	231

3.1 O MAC do Ceará	233

3.2 O MAC ataca a Igreja	245
3.3 Terrorismo na universidade	257
3.4 Atentado à Praça do Ferreira	269
3.5 Juventude explosiva.....	279
3.6 O “mentor” do MAC.....	295
3.7 Os destoantes	308

CAPÍTULO 4:

O MAC DETIDO.....	325
4.1 Rollecracia.....	327
4.2 Consenso democrático	352
4.3 O MAC exposto	363
4.4 O MAC usado.....	387
4.5 O MAC julgado	409

CONSIDERAÇÕES FINAIS	437

ANEXO - RELAÇÃO DE ATENTADOS E AMEAÇAS (1976-1985)	449

EXTRA 1 - BOMBAS NAS BANCAS: ATENTADOS DE EXTREMA-DIREITA CONTRA JORNALEIROS NA ABERTURA DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	557

**EXTRA 2 – SEXO, BOMBAS E
DEMOCRACIA: ATENTADOS DE
EXTREMA-DIREITA E REVISTAS
ERÓTICAS NA ABERTURA DA
DITADURA CIVIL-MILITAR 607**

EXTRA 3 – CERCO ÀS BANCAS 627

**EXTRA 4 – ANTISSEMITISMO,
ANTICOMUNISMO E TERRORISMO
DE EXTREMA-DIREITA NA ABERTURA
DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....657**

FONTES 679

Periódicos 679

Internet 680

Entrevistados 685

Acervo Arquivo Nacional 686

Acervo Arquivo Público do Ceará 693

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 695

O AUTOR 725

INTRODUÇÃO

“(…) O tempo passa e um dia vem na porta
Um senhor de alta classe com dinheiro na mão
E ele faz uma proposta indecorosa
E diz que espera uma resposta, uma resposta do João

Não boto bomba em banca de jornal
Nem em colégio de criança isso eu não faço não
E não protejo general de dez estrelas
Que fica atrás da mesa com o cu na mão”.
Faroeste Caboclo – Legião urbana²

Uma das mais conhecidas músicas da banda Legião Urbana, Faroeste Caboclo tem como enredo a trajetória ficcional de João de Santo Cristo, um jovem nordestino que, ante a pobreza e a violência, muda-se para Brasília em busca de melhores condições de vida. Na capital federal, o rapaz passa por várias situações, tornando-se traficante de drogas e apaixonando-se por uma moça de nome Maria Lúcia. Por fim, acaba assassinado por Jeremias, um traficante rival. A letra da música foi composta por Renato Russo em 1979, sendo gravada apenas em 1987, para o disco “Que país é este?”. Com duração de nove minutos (muito longa para a época), Faroeste Caboclo foi alvo de censura, em virtude dos palavrões e das críticas sociais e políticas³. O enredo aborda as disparidades regionais, as diferenças entre o rural e o urbano no Brasil, a brutalidade das re-

² <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22492/>. Acesso a 25/05/2023.

³ <https://veja.abril.com.br/brasil/festa-da-rockonha-faz-40-anos>. Acesso a 25/05/2023.

lações humanas, o preconceito de classe, o racismo, etc. (VILLA-LOBOS, DEMIER, MATTOS, 2015, p. 134). A música foi um sucesso, embora muitas rádios, ao executarem-na, cortassem trechos, temendo problemas com grupos conservadores e militares, mesmo a ditadura tendo já se encerrado. O sucesso foi tanto que Faroeste Caboclo serviu de base para o roteiro de um filme homônimo, lançado em 2013⁴.

Ao que consta, a letra original, de 1979, foi conservada, na íntegra, quando da gravação, em 1987. Talvez hoje passe despercebida, a muitos que escutam a música, a menção que Renato Russo faz sobre “botar bomba” em “banca de jornal e colégio de criança”. O compositor se referia aos atentados terroristas, realizados por extremistas de direita, no final dos anos 1970 e que continuaram a ocorrer no começo da década seguinte. Tais extremistas visavam a tumultuar e barrar o processo de abertura da ditadura civil-militar, que, aos trancos, acontecia à época. Por mais que, nesse sentido, Faroeste Caboclo fique “datada”, por citar um fato específico do processo político de 1979, a música ajuda a entender quão impactante foi, para setores da sociedade, a onda de atentados de extrema-direita. Se não fossem, certamente um jovem de classe média de Brasília não faria referência a eles em uma composição musical que, em 1979, não ultrapassava o círculo formado por amigos e pessoas próximas. Dessa maneira, Faroeste Caboclo evidencia como repercutiram os atentados, pela indignação coletiva e o medo e a angústia gerados, afora as implicações políticas para o hesitante processo da aber-

⁴ <https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/29/longa-com-palavroes-e-criticas-politicas-faroeste-caboclo-deu-trabalho-quando-chegou-as-radios.htm>. Acesso a 24/05/2023.

tura da ditadura. A letra da música dá a entender ainda a percepção, por parte da população, sobre a autoria dos ataques, em geral associados a militares e grupos civis conservadores, afinal, foi um “senhor de alta classe” que fez a João de Santo Cristo a proposta indecorosa de colocar uma bomba e pedir proteção para um ameaçado general de “dez estrelas”.

É sobre as ameaças e os ataques feitos pela extrema-direita, no contexto da abertura da ditadura civil-militar⁵, que esta obra trata. Fruto do estágio de pós-doutorado realizado em 2021-22 na Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a supervisão da professora doutora Ana Rita Fonteles Duarte, a pesquisa tem como tema a atuação do autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC), responsável por uma série de atentados em Fortaleza. O recorte temporal circunscreve-se a 1980, quando se verificou a atuação do referido grupo, e 1982, ano em que se teve o julgamento, pela Justiça Militar, dos extremistas.

⁵ Neste texto, usamos a denominação ditadura civil-militar. Em concordância com historiadores como Daniel Aarão, Janaina Cordero, Denise Rollemberg, entre tantos, entendemos que, embora o comando do Estado estivesse sob o controle dos militares, o apoio de setores civis possibilitou não só o golpe de 1964, mas também a própria a manutenção do regime de exceção. Setores civis, sobremaneira os grandes grupos econômicos, foram beneficiados com a ditadura e elementos de segmentos abastados da sociedade participaram do comando do País junto com os militares. Além disso, o regime contou construiu consensos e contou com o consentimento de ampla parte da população, sob as mais variadas formas, como veremos adiante nesta pesquisa. A denominação ditadura civil-militar, entretanto, não é unânime na historiografia. Carlos Fico, por exemplo, defende que, não obstante o golpe de 64 ter sido civil-militar, durante os anos da ditadura, o País permaneceu sob controle das Forças Armadas. Vide AARÃO REIS, 2014; FICO, 2004a, 2014.

A partir da ação do grupo cearense são feitas reflexões sobre a atuação de extremistas de outros pontos do País, tendo-se em conta suas representações de mundo e seu modo de agir. Por mais que o MAC cearense tenha suas particularidades, é impossível, em um tema como este, deixar de fazer as devidas ilações com os sujeitos históricos de outros locais e a conjuntura política nacional. Isso ficou muito claro, para nós, logo no início da pesquisa. Não havia como entender o grupo nordestino sem compreender as motivações, as ações e o desenrolar do confuso processo de flexibilização do regime ditatorial. Como defenderemos ao longo destas páginas, não havia uma coordenação nacional entre os terroristas, um plano articulado por todo o País, como se chegou a cogitar à época, mas ações em uma área que acabavam por influenciar e motivar extremistas de outras regiões a igualmente agirem, tendo-se em conta as representações em comum da extrema-direita.

Esses atentados passaram a ser alvos de mais estudos acadêmicos recentemente (BRASIL, 2010; LOPES, 2014; LIMA, 2020). Durante anos, foram citados ocasionalmente em produções outras, fazendo ecos aos esquecimentos e silêncios das memórias conciliatórias ou minimizadoras acerca da ditadura, pouco interessadas em suscitar temas controversos. Assim, o estudo sobre o MAC do Ceará acaba sendo um fio condutor para abordar uma questão de relevo para a sociedade da época e para o próprio processo de abertura do regime e a posterior democratização do País.

“Descobrimos” o MAC por acaso. Quando, em 2018, estávamos encerrando a tese de doutoramento na Universidade Federal Fluminense (UFF) (FARIAS, 2019),

nos deparamos com várias referências, nos jornais de 1980, sobre os atentados terroristas feitos por um grupo de jovens em Fortaleza, de forma parecida com o que acontecia em tantas outras cidades do Brasil. Confessamos nossa surpresa, pois não tínhamos o menor conhecimento sobre o assunto, nem da abrangência espacial dos ataques. Em geral, associamos a onda de atentados terroristas às cidades do centro-sul do Brasil e vemos o caso das bombas ao Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro), em maio de 1981, como o ato final do terrorismo de direita. A partir daí veio a motivação para estudar o assunto, para o que, confessamos, pesou igualmente a influência de nossa orientadora do Doutorado, a professor doutora Janaina Cordeiro (que há anos estuda a direita durante a ditadura), e a própria conjuntura política do Brasil do começo do século XXI, marcada por uma expressiva presença de movimentos e políticos de extrema direita (ROCHA, 2021)⁶.

⁶ Adotamos nesta obra as categorias clássicas direitas, centros e esquerdas, usando como referência o pensamento de Norberto Bobbio. Para este, o elemento diferencial entre as categorias está no posicionamento em relação à igualdade como ideal social. Quanto mais se julga a igualdade entre as pessoas como uma condição desejável e que se deve buscá-la ou tê-la com referência, mais à esquerda situa-se o espectro ideológico. Quanto mais se defende que a desigualdade social é inevitável ou até desejável, mais para a direita situa-se o indivíduo ou o movimento político. A desigualdade seria natural, o que deveria levar as pessoas a se esforçarem em busca de melhorias e eficiência, trazendo benefícios para a sociedade e garantindo a liberdade individual. Assim, por direitas entendemos as forças conservadoras, avessas a mudanças e dispostas a manter o *status quo* e as desigualdades sociais capitalistas. Por centros compreendemos as tendências da moderação e conciliação, que, ante as circunstâncias, podem se inclinar favoravelmente a reformas, desde que dentro da “lei e da ordem”, ou podem apoiar as soluções de força para deter as reformas. Por esquerdas entendemos os setores favoráveis às mudanças em nome da justiça e da igualdade sociais, po-

Buscamos, na pesquisa, compreender as representações e as práticas dos extremistas de direita acerca do processo de abertura do regime ditatorial, bem como entender como suas ações e pensamentos foram apropriados pela chamada grande imprensa e pelo próprio governo ditatorial, em um momento no qual se estruturava o chamado mito da sociedade democrática e resistente à ditadura e se incrementava a oposição dos chamados militares duros à flexibilização do regime, liderada pelos setores moderados da caserna.

A chamada grande imprensa e diversos outros atores sociais, instituições e entidades de classe, a exemplo de estudantes, trabalhadores, Igreja Católica e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), compuseram uma frente, a partir da segunda metade dos anos 70, em prol da democratização do País. As mobilizações do período deram margem a representações e memórias, ainda hoje endossadas, de que a sociedade, em peso e desde muito, se opusera ao regime autoritário, sendo vítima do arbítrio e da força dos militares. Essa representação, chamada posteriormente pela historiografia de mito da resistência democrática, vem sendo debatida e questionada, visto que a ditadura contou com consensos e consenti-

dendo mesmo defender a criação do socialismo e do comunismo. As expressões são usadas no plural, pois compreende-se que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas. Há indivíduos e movimentos dos mais moderados até os mais radicais, que desejam impor seus ideais e impedir ou eliminar outros, como no caso dos grupos de extrema-direita, de viés autoritário, violento, nacionalista e anticomunista, responsáveis por vários atentados por ocasião do processo de abertura da ditadura civil-militar brasileira. Essas categorias, por mais que sejam abrangentes e úteis para análises, não são necessariamente aplicáveis por completo a todas as circunstâncias, tendo-se em conta a complexidade e contradições da realidade (BOBBIO,1999).

mentos de expressivas parcelas da população, das mais variadas formas e pelos mais diversos motivos (AARÃO REIS, 2000; CORDEIRO, 2015; ROLLEMBERG, 2009; ROLLEMBERG, QUADRAT, 2010). Os atentados feitos pelos MAC e outros grupos extremistas de direita, como buscaremos mostrar, acabaram servindo para dar sustentabilidade ao referido mito⁷.

Em paralelo, os setores militares moderados, a partir de meados dos anos 1970, com o governo de Ernesto Geisel (1974-79), implementaram um projeto de institucionalização do regime, podando os “excessos” de autoritarismo, sem que isso implicasse em uma democratização do País. Apenas com o desenvolver do processo político, no qual diversos outros atores sociais passaram a pressionar em defesa da democracia, sobremaneira, no governo de João Figueiredo (1979-85), os quartéis começaram a aceitar a tese de passar o poder institucional para civis, desde que fossem conservadas suas prerrogativas políticas (alguns diriam, a tutela das Forças Armadas sobre a sociedade) e os privilégios corporativistas e que, de forma alguma, houvesse a apuração dos crimes e das violações de direitos humanos praticados (MAUD, 2012; D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995; D’ARAÚJO, 2004; MATHIAS, 1995b; CARVALHO, 2005; ARTURI, 2001).

Contra o projeto de institucionalização do regime e as pretensões democratizantes da sociedade civil, articularam-se os setores mais radicais da direita em grupos autodenominados Movimento Anticomunista (MAC), Falange Pátria Nova, Comando Delta, entre

⁷ Empregamos mito no sentido usual contemporâneo, como sinônimo de ficção, coisa sem fundamento, inverdade (ELIADE, 2006).

outros, promovendo ameaças e atentados à bomba em diversas cidades do País. Em geral, tais terroristas eram policiais e militares, gente ligada ao aparato oficial de repressão (FICO, 2001), embora houvesse civis igualmente envolvidos. Esta é, aliás, uma das peculiaridades do MAC cearense: todos os seus componentes eram civis, estudantes universitários, sem laços com o Estado ditatorial. Foram eles também, ao que consta, os únicos elementos identificados e processados, em todo o País, por envolvimento na onda terrorista ocorrida no final da década de 1970 e começo da seguinte.

Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização”, “liberalização”, “distensão”, “descompressão” e “abertura” da ditadura civil-militar como sinônimos, no sentido de designar ao processo político ocorrido entre 1974 e 1985 e que redundaria na posterior democratização do País. Há toda uma discussão sobre o sentido e a propriedade de tais palavras ante o processo histórico ocorrido, bem como de termos a exemplo de “redemocratização” e “transição democrática”⁸. Observe-se que a historiografia, tradicionalmente, divi-

⁸ Usar o termo redemocratização implica em valorizar o período entre 1945-64, que não teria sido exatamente democrático, tendo-se em conta suas várias e graves crises institucionais e exclusões políticas – o voto era vetado aos analfabetos e o Partido Comunista era proibido de participar das eleições (FICO, 2016, p. 89). Falar em transição implica em anacronismo, pois os agentes históricos de meados dos anos 70 não tinham como saber se as medidas tomadas pelo governo Geisel redundariam certamente no fim do regime. O termo acaba expressando uma ideia de fatalismo e linearidade, de transição como algo previamente estabelecido, com marcas e metas a serem atingidas em etapas e que conduziriam inevitavelmente à democracia. Ao contrário, o período entre 1974-85 pautou-se por dúvidas, incertezas, tensões e disputas, não havendo nenhuma garantia que o regime ditatorial chegaria ao fim. Vide O'DONNELL, SCHMITTER, 1988; VITULLO, 2001; RODRIGUES, 2017; WEFFORT, 1989.

de aquele período em dois momentos. Tem-se o da “distensão”, para se referir ao intervalo no qual governou Geisel (1974-79), com várias medidas de descompressão do regime; e o da “abertura”, no qual o País apresentava João Figueiredo na presidência (1979-85), notando-se uma maior mobilização da sociedade e um incremento do processo de democratização (MATHIAS, 1995a, p. 151). Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego das palavras “distensão” e “abertura” pelos sujeitos históricos contemporâneos, termos usados indistintamente, por vezes, e que a subdivisão mencionada não pode ser pensada de forma fechada e linear, ou seja, houve medidas de retrocesso autoritário em ambos os governos, conforme a conjuntura política, não sendo garantido quando e como a ditadura acabaria ou se haveria a democratização do Brasil (MOTTA, 2021, p. 246 e seguintes).

Para desenvolver as problematizações desta pesquisa, recorreremos às concepções de representação, prática e apropriação do historiador francês Roger Chartier (1988, 2002, 2011). As representações permitem entender, sob forma de categorias mentais, as classificações, delimitações e divisões que organizam a percepção da realidade e o entendimento do mundo social, em determinados lugar e momento, por indivíduos e grupos, e por outro lado, são matrizes que constituem o real, na medida em que comandam atos e definem identidades (CHARTIER, 1988, p. 18, 2002, p. 72). Ou seja, equilibram o individual e o estrutural nas explicações e compreensões do real. As *representações* demandam *práticas* que resultam na construção de um mundo social e de uma identidade (CHARTIER, 2002).

De forma simplificada, pode-se dizer que representações são “modos de ver” o mundo, de como as “coisas são percebidas, construídas e dadas”, “traduções mentais de uma realidade exterior percebida” (LE GOFF, 1994, p. 11), o que gera “práticas”, os modos de vidas, comportamentos, atitudes, conhecimentos, discursos, costumes, etc., que interferem no real. As representações buscam legitimar escolhas, condutas, posturas dos indivíduos ou de grupos, fundamentando crenças, conhecimentos e identidades, o modo como percebem o mundo, veem a si, aos outros e querem ser vistos, em desqualificação de outras representações (CHARTIER, 1988, p. 17).

As representações variam conforme as disposições e lugares das comunidades, grupos ou classes sociais, marcando-os no modo de existir, agir e suas identidades. Práticas e representações são complementares, interdependentes. Devem ser entendidas juntas e vinculadas: as práticas levam a representações e estas geram práticas, em complexas teias de relações, gestos e atitudes, das quais não se pode distinguir e dizer exatamente onde se encontra o começo, se em determinada prática ou determinada representação (BARROS, 2005, p. 133).

As representações de um grupo travam embates, lutas, com representações de outros grupos da sociedade – concorrem, lutam, tentam se impor ou desqualificar a outros indivíduos ou aos integrantes do próprio grupo, como única visão legitimadora do mundo social e se enunciam em termos de poder e dominação (CHARTIER, 1988, p. 17). Os conflitos de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas e são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, p. 17). Daí a importância da noção de *apro-*

priação para Chartier (1988, p. 27 e 28), entendidas como práticas de produção de sentidos, ou seja, o modo como os indivíduos se apoderam da realidade, conforme a pluralidade de significações e recepções possíveis pelo leitor, para o que contribuem determinações sociais, conjunturas históricas, elementos culturais e vivências e trajetórias dos indivíduos e grupos.

As práticas e representações são historicamente produzidas tanto no tempo quanto no espaço, sendo resultantes de determinadas motivações, necessidades e interesses sociais (BARROS, 2005, p. 135). As representações não são neutras – até pretendem-se universais, mas vinculam-se aos interesses dos grupos que as formulam. Assim, é preciso relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os pronuncia. Nas representações, poder e dominação estão presentes, pois produzem estratégias e práticas que visam a impor uma autoridade, legitimar um projeto e justificar escolhas e condutas (CHARTIER, 2002). Estudar as representações e práticas, portanto, permite compreender a sociedade em que são produzidas e as relações entre indivíduos e classes. As representações podem incluir os modos de pensar e sentir de uma coletividade (BARROS, 2005, p. 135).

Entendemos que o conjunto de mobilizações políticas e sociais do final dos anos 70 e início dos 80 (Campanhas pela Anistia, retorno dos exilados, diminuição da censura, articulação da sociedade civil em prol democracia, defesa de uma assembleia constituinte, condenação da violência e dos casuísmos da ditadura, Diretas Já, etc.) pode ser entendido como práticas, seguindo o pensamento de Chartier. Tais práticas foram apropriadas de modos distintos por diversos grupos sociais.

Parte da sociedade, englobando elementos e movimentos de esquerda e de direita, por sua inserção nas mobilizações do período, endossou uma representação de que sempre fora democrata, desde muito se contrapondo e resistindo ao autoritarismo e arbítrio dos governos militares. Essa representação fundamentaria o que foi chamado posteriormente pela historiografia de “mito da resistência democrática da sociedade”, através do qual segmentos sociais relevaram, silenciaram, esconderam, distorceram ou fizeram esquecer o apoio prestado ao regime, nos consensos e consentimentos mantidos com a ditadura desde 1964 e, especialmente, no início dos anos 70 (CORDEIRO, 2015). Para extremistas de direita, fossem civis ou militares, a agitação social e o próprio projeto de distensão dos “moderados” das Forças Armadas foram percebidas, por outro lado, como traições aos ideais da “revolução de 1964” e ações que facilitavam a ação e infiltração da “subversão” na sociedade, havendo um risco de “comunização” do Brasil.

Deve-se ter prudência, entretanto, ao se analisar as relações representação-real. Não é verossímil acreditar nem que as representações trazem uma imagem exata do real e muito menos achar que inexistam correspondências entre a representação e o representado. Há algum embasamento da realidade para fundamentar uma representação, embora, não raro, com distorções, exageros, omissões e minimizações. Assim, para dar subsídios à crença da extrema-direita acerca do perigo da “subversão” no País ante a liberalização do regime, havia o crescimento das mobilizações populares, o que incomodava e assustava grupos conservadores. Como tais grupos apresentavam um conceito elástico sobre comunismo e viam em quase tudo a “mão do inimigo vermelho”, a apropriação feita, superdimensionan-

do uma real presença e crescimento das esquerdas nas ruas, endossava a crença em risco de implantação do comunismo com a flexibilização do regime.

As representações podem se prolongar ao longo do tempo, tendo elementos duradouros e reproduzíveis, bem como apresentar mudanças, conforme as especificidades das conjunturas históricas. Aquelas apropriações da extrema-direita denotavam a adequação, em um novo contexto histórico, o da flexibilização da ditadura e do crescimento das oposições, de um tradicional componente da política e sociedade do Brasil, o anti-comunismo, existente como representação desde, pelo menos, os anos 1920, mesclado a elementos da Guerra Fria, sobremaneira, à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e à Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), como abordaremos no capítulo 1 (MOTTA, 2014, p. 24). As crenças no complô do “perigo vermelho” e na infiltração marxista na sociedade não descartavam, por outro lado, que os extremistas, especificamente os militares ligados a órgãos de informação e segurança, apresentassem interesses corporativistas e pragmáticos, a saber: o temor da perda dos cargos, da influência e do poder político, caso houvesse o desmonte da máquina de repressão com a liberalização/democratização, e o medo de punições pelos crimes e violações de direitos humanos que praticaram.

A crença acerca do “perigo comunista” levou extremistas de direita, militares e civis, a criar/reorganizar organizações terroristas ou se apropriar de antigas denominações destas. Suas ações intencionavam enfraquecer o grupo militar moderado à frente da distensão do regime, aterrorizar a sociedade, conter os opositores e barrar qualquer possibilidade de institucionalização e, depois, de fim da ditadura. O MAC cearense, com-

posto apenas por civis, mostra, por outro lado, que não houve apoio irrestrito da sociedade à liberalização do regime e aos movimentos pró-democracia no final da década, talvez um efeito “retardado” do consenso e do consentimentos da população em torno do regime, especialmente no governo Médici (1969-74), e que foi se dissipando – mas não acabando – ao longo dos anos.

Os ataques do MAC e de outros grupos terroristas, por sua vez, foram apropriados por outros atores do processo de transição, possibilitando certas posturas, conforme seus interesses, lugares sociais e conjunturas políticas. Jornalistas, empresários, estudantes, religiosos, entre tantos envolvidos, à esquerda e à direita, usaram os atentados para mostrar a fidelidade, mais uma vez, à democracia, desqualificar o autoritarismo reinante no Brasil e pressionar o governo Figueiredo para manter e avançar na distensão. Por mais que os ataques tornassem ainda mais complexo e difícil o processo de distensão, especificamente, o desbaratamento do MAC cearense acabou sendo útil, conjunturalmente, aos interesses do governo Figueiredo, na medida em que serviu como forma de aliviar a pressão da oposição civil e tentar controlar os militares duros nas disputas intraquartéis.

Dito de outra forma, desejamos com esta pesquisa entender as representações e as práticas de extremistas de direita, veementemente anticomunistas, e as apropriações realizadas por setores da imprensa e do próprio Estado autoritário, por ocasião do processo de liberalização da ditadura civil-militar, das disputas entre grupos dentro do regime e da estruturação do mito, caro à população ainda hoje, da sociedade resistente e democrática.

Há uma escassez de documentos sobre esses atentados realizados pela extrema-direita, talvez pela forma

como se deu o fim da ditadura, sem punição dos crimes praticados pelo regime, e as memórias construídas posteriormente, de minimizar e esquecer o que se deu, para evitar eventuais crises políticas com as Forças Armadas. Tivemos acessos a alguns documentos do SNI, disponibilizados na internet, via site do Arquivo Nacional, e textos produzidos pelo Serviço Estadual de Informação (SEI), órgão cearense de espionagem. Apesar de escassos, tais documentos foram importantes, pois mostraram que a chamada comunidade de informação acompanhava e registrava os atos terroristas, ainda que não deixasse de especular se a autoria dos mesmos não seria de “extremistas comunistas”, conforme o discurso de muitos setores conservadores da época.

Ante a falta da documentação oficial, uma das fontes fundamentais para a pesquisa acabaram sendo os jornais, que, em boa parte, apoiaram o processo de abertura (nos marcos defendidos pelos militares). Com a diminuição da censura, muitos periódicos abordavam os atentados e a crise política provocada por estes em suas páginas, fornecendo preciosas informações. Usamos como fontes destacadamente um grupo de jornais disponibilizados no site da Biblioteca Nacional (Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa) ou nos acervos da internet dos próprios periódicos (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e revista Veja). Não raro, cruzamos as fontes e buscamos informações sobre os ataques, os quais ocorreram por diversas cidades do Brasil, em jornais de outros estados, também disponibilizados no site da Biblioteca Nacional (Correio Braziliense, Jornal do Paraná, Diário de Pernambuco, etc.). Importa lembrar que parte da pesquisa do pós-doutorado foi feita durante a trágica pandemia de Covid de 2020/21, o que trazia dificuldades de locomoção, acesso a fontes e custos psi-

cológicos (o autor foi acometido pela doença, inclusive). Também consultamos aos periódicos (O Povo, Tribuna do Ceará, Correio do Ceará e revista Isto É) disponibilizados na hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará (BECE) quando a pandemia arrefeceu.

Entrevistamos ainda pessoas que travaram algum contato/amizade com os antigos extremistas do MAC ou tiveram alguma ligação com os alvos dos atentados, como estudantes, donos de bancas e religiosos. Algumas destas pessoas, a pedido, serão mantidas anônimas, visto que as mesmas não se sentiram à vontade para falar sobre o assunto caso fossem identificadas. Buscamos entrevistar os próprios antigos integrantes do grupo, por diversas vezes, não obtendo êxito. Durante ainda o estágio do pós-doutorado, decidimos, em conjunto com a orientadora, professora doutora Ana Rita, ser prudente usar pseudônimos para nos referir aos extremistas. Visamos, assim, a garantir uma maior liberdade de análise e a privacidade/intimidade dos envolvidos (já estes que não desejaram falar) e evitar problemas jurídicos posteriores, tendo-se em conta a tensa situação política do Brasil, com a presidência de Jair Bolsonaro (2019-22) e a expansão de movimentos e lideranças de extrema-direita, e o fato de que alguns dos ex-integrantes do MAC terem obtido notória inserção na sociedade e Estado cearense. Como manda a boa metodologia de História, porém, todas as referências às fontes foram realizadas.

O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscamos tratar das representações dos terroristas em si, ou seja, buscamos entender o que os levava a agir, pela violência política, para evitar a abertura do regime. Sem descartar que temessem perder espaços de

poder, obtidos com a estruturação de um aparelho repressivo durante a ditadura, almejamos mostrar como representações anticomunistas, ficadas em distintas bases, ao longo das décadas, levava-os a acreditar que havia uma iminente “comunização” do Brasil.

No segundo capítulo, nos dedicamos às práticas dos extremistas, isto é, almejamos entender o que terroristas fizeram, quais atentados praticaram. Para tanto, elaboramos uma extensa tabela onde estão elencados as ameaças e ataques realizados, a partir da consulta a documentos da própria ditadura e jornais do período. Evidenciamos como os ataques da extrema-direita não ficaram restritos aos polos políticos mais ativos da abertura, mas aconteceram por diversas cidades do Brasil, de Norte a Sul, gerando uma onda de medo, verdadeiro pânico, em setores da sociedade. Mais ainda: mostramos que, ao contrário de um entendimento comum, os atentados terroristas prosseguiram, ainda que em quantidade menor, após as bombas do Centro de Eventos do Rio de Janeiro (maio de 1981), evento apontado como marco da *debacle* da extrema-direita contrária a abertura.

No capítulo terceiro, falamos do MAC cearense. Quais eram seus componentes? Que atentados realizaram e por quê? Como agiram? Por fim, no Capítulo 4, tratamos da prisão dos integrantes do grupo e seu julgamento, almejamos entender como a captura dos extremistas acabou servindo às memórias e representações, então elaboradas, de uma sociedade que buscava se mostrar, desde sempre, democrática e resistente à ditadura e que silenciava acerca de suas relações com o regime. Também tratamos sobre como o governo Figueiredo (1979-85), bastante pressionado para apurar a autoria da onda de atentados, buscou

capitalizar politicamente com a detenção dos jovens extremistas cearenses.

Na versão estendida, disponível apenas na internet, abordaremos como a onda de ameaças e atentados de extrema-direita foi acompanhada de várias manifestações de grupos antissemitas, as quais reproduziam e adequavam antigas representações ligando judaísmo e comunismo. Em outro texto extra, tratamos do impacto dos ataques contrários à abertura para jornalheiros, no que toca a venda de jornais alternativos e revistas eróticas, que, na percepção dos terroristas, não passavam, respectivamente, de propaganda comunista e de um meio da “subversão” corromper os princípios morais da sociedade e da Pátria.

CAPÍTULO 1:

A EXTREMA-DIREITA EXPLOSIVA

Os seis rapazes e a moça foram apresentados à imprensa na sede da Polícia Federal (PF) de Fortaleza. A quantidade de repórteres presentes ao recinto, a 3 de dezembro de 1980, denotava quão impactante era o que se passava ali. Aqueles jovens, integrantes de um grupo autodenominado MAC (Movimento Anticomunista), eram responsabilizados pela autoria de vários atentados à bomba, pichações e ameaças ocorridos nos últimos meses na capital cearense, de forma parecida com o que acontecia em outras cidades do País. Enquanto a moça de olhos azuis chorava e buscava esconder o rosto, envergonhada, outros dos jovens debochavam da situação, chegando até a ofender os repórteres. “Queremos criar uma ‘roller-democracia’”, ironizou durante a entrevista um deles, ex-estudante do curso de Física da Universidade Federal do Ceará. Os integrantes do MAC eram quase todos de classe média, universitários, moradores de “bons bairros” de Fortaleza, conforme constaria na denúncia da Polícia Federal⁹. Pelo teor dos depoimentos prestados e o difundido pelos jornais, aqueles jovens mostravam-se de extrema-direita, anticomunistas, conservadores, apoiadores da ditadura civil-militar

⁹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81001550_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

e contrários ao processo de liberalização do regime que, aos solavancos e incertezas, ia acontecendo no começo dos anos 1980.

O MAC cearense – existiram outros grupos com essa denominação pelo País – contava apenas com civis, algo peculiar, tendo-se em conta que geralmente se sobressaía a presença de policiais e militares nos movimentos extremistas de direita atuantes no Brasil à época (MAUD, 2018; FICO, 2001; RESENDE, 2015; D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1995; GASPARI, 2016). Mesmo grupos com forte presença de estudantes, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), chegaram a contar com agentes da repressão e a ter laços com o aparato oficial da ditadura (LOPES, 2014; LIMA, 2020; BRASIL, 2010).

Os atentados terroristas feitos por grupos de extrema-direita, no contexto da distensão da ditadura, nunca foram devidamente apurados, ficando impunes. Os documentos oficiais são escassos. Os envolvidos nos ataques nunca foram identificados, salvo pouquíssimas exceções, como o capitão Wilson Luís Chaves Machado e o sargento paraquedista Guilherme Pereira do Rosário – que pretendiam colocar uma bomba no Riocentro, um centro de eventos do Rio Janeiro, durante um show pelo 1º de Maio de 1981 – e o ex-delegado Cláudio Guerra, que, anos depois, ao se tornar evangélico, confessou seu envolvimento em ações extremistas por ocasião da abertura (MEDEIROS, NETTO, 2012).

Os integrantes do MAC cearense, porém, foram descobertos e processados. Os únicos do País, ao que consta. Em decorrência, há uma razoável quantidade de fontes sobre o grupo, sejam documentos oficiais ou matérias na imprensa, valiosas para a história da extrema-direita

nos anos finais da ditadura. A intenção desta pesquisa não é promover julgamentos morais ou, muito menos, justificar as ações dos envolvidos. Os historiadores não têm esse papel nem devem se prestar a isso. Almejamos compreender e explicar o que movia os extremistas, entendendo suas representações de mundo e práticas, as quais não podem ser ignoradas, pois expressavam “o modo de ser” de parte da população, visto a importância do imaginário anticomunista e a constatação de que a ditadura contou com certo consenso da sociedade, especialmente, no começo da década de 1970.

1.1 O inimigo comunista

A ditadura civil-militar, alvo em nosso tempo de tantos debates e disputas de memórias e interpretações, continua sendo um campo fértil para as produções historiográficas. O golpe de 1964, o movimento estudantil, a luta armada das esquerdas, a Anistia, etc. persistem como temas de pesquisas, nas mais diversas abordagens e perspectivas, da história política a questões de gênero e etnia. Ante um campo tão profícuo e em um momento de crescente polarização política, de evidente avanço de uma “onda direita” no Brasil, como se percebe nos últimos anos, a academia passou a dar cada vez mais atenção à trajetória dos movimentos conservadores. Tais grupos e/ou seus princípios não surgiram do nada – estavam presentes antes, sem obter grande capilaridade social ou repercussão (CALDEIRA NETO, 2014). Na década de 2010, extremistas de direita, de variadas matizes, obtiveram visibilidade maior (GOLDSTEIN, 2019). Esse renovado movimento

conservador guarda liames com práticas e discursos de décadas anteriores. Apesar de particularidades e diferenças, podem-se notar traços em comum e permanências, ainda que com ressignificações e adequações. Uma dessas continuidades é a do anticomunismo, fenômeno presente, com destaque, em variados momentos da história do século XX (MOTTA, 2002).

Entendemos o anticomunismo como a oposição sistemática à ideologia comunista ou ao que é identificado como comunismo, um antagonismo que se adapta a distintas realidades e momentos históricos e se manifesta através de representações e práticas diversas (BONET, 2004, p. 34). Não está restrito a um grupo específico ou a um único órgão ou instituição política, nem se trata de mera ação reativa a acontecimentos pontuais da história, de ascensão das esquerdas, embora, nestes momentos, fique mais explícito (RODHEGERO, 2002, p. 21; SILVA, 2013, p. 296; SILVA, 2000, p. 195). O anticomunismo é uma forma de ver e agir no mundo e, especificamente tratando-se do Brasil, um dos fenômenos centrais do processo político nacional (SPOHR, 2011, p. 10).

Há diferenças e divergências entre os próprios anticomunistas sobre como agir e se organizar para combater o “perigo vermelho”, embora, comumente, se unam ou se aproximem, em determinadas conjunturas, contra o inimigo comum. Nesta pesquisa, tratamos de anticomunismo em referência a grupos e indivíduos extremistas de direita, que em hipótese alguma toleram a convivência mínima com comunistas, tal a imagem negativa ou de perigo com a qual encarnam estes. O anticomunista extremista tratado nestas páginas não se resume à mera oposição aos comunistas. São indivíduos e grupos que

apresentam posições e/ou desenvolvem ações que implicam o impedimento da manifestação do pensamento do adversário e, por vezes, na agressão e extermínio (MOTTA, 2002, p. 78). No caso dos grupos como o MAC e outros, do final dos anos 70 e começo dos 80, o anti-comunismo extremado implicou em ameaças e práticas violentas, terroristas, entendidas como legítimas e até necessárias para barrar uma iminente ameaça vermelha.

O anticomunismo já se fazia presente em terras brasileiras no período imediatamente posterior à Revolução Russa de 1917 e na década de 1920. Foi nos anos 1930, com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), capitaneado por Luiz Carlos Prestes, e, sobretudo, com o levante comunista de 1935 (chamado comumente de “intentona”), que o quadro se alterou. Daí em diante o comunismo cada vez mais passou a ser visto como um perigoso inimigo, externo e interno, a ser observado pelas autoridades e cidadãos, e seu combate foi ganhando papel de relevo na história política do Brasil. O medo crescente do comunismo implicou no alargamento do anticomunismo (MOTTA, 2002, p. 28).

O levante de 1935 deu base para todo um imaginário anticomunista no Brasil, especialmente entre os militares, que o conceberam como um ato covarde, de traição à Pátria e de quebra da hierarquia (TEIXEIRA, 2014). Estruturou-se um conjunto de representações acerca do comunismo que, reproduzidas ao longo das décadas, orientou discursos e práticas do Estado, de organizações e de indivíduos. Esses momentos de maior anticomunismo, por vezes entendido como antiesquerdismo, variou ao longo do tempo. Em certos períodos, foi bem residual e fraco; em outros, conforme as conjunturas

históricas, radicalizou-se. Rodrigo Patto Sá Motta (2002) destacou alguns períodos. Entre 1935-37, na Era Vargas, como mencionamos acima; entre 1946-47, quando do início da Guerra Fria e que, no caso do Brasil, levou o PCB a ser posto na clandestinidade; no começo dos anos 1960, quando da crise que levaria ao golpe que depôs João Goulart, acusado por muitos de ser comunista ou de permitir a atuação livre dos “subversivos” no País.

Motta (2002, p. 15 e 16) chama a atenção que o anticomunismo brasileiro apresentou três matrizes ideológicas distintas (as do catolicismo, liberalismo e nacionalismo), destacando-se entre os meios militares. Afora o episódio chave da revolta de 1935, há de se considerar que

Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o status quo e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. (...) daí era natural que encarassem o comunismo como ameaça. (...) Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as consequências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas (MOTTA, 2002, p. 37).

Como de se esperar, os discursos e as práticas anticomunistas foram intensas durante a ditadura civil-militar (1964-85). A ameaça do perigo vermelho foi reforçada pelos governos militares junto à população, especialmente quando das mobilizações estudantis e luta armada das esquerdas no final dos anos 60 e começo dos 70. O discurso de um risco iminente da “subversão”, entendida como terrorista e comunista, incitava o medo na

coletividade e endossava apoios ao governo, criando as justificativas e legitimando a repressão aos opositores. Como mostra a historiadora Janaina Cordeiro (2015), o combate às esquerdas angariou simpatias de parte da sociedade ao governo ditatorial, especialmente de grupos conservadores e liberais. O governo ditatorial se colocava como “guardião da ordem no embate ao monstro comunista e seus valores perversos e pervertidos”.

Em praticamente tudo existiria a mão do comunismo, entendido de forma ampla, vaga e imprecisa, e aplicável a situações e indivíduos que manifestassem posturas ou questionamentos à ordem vigente. Dos posicionamentos políticos, passando por manifestações de ruas, produções artísticas e intelectuais, e chegando às mudanças comportamentais que então ocorriam na sociedade, haveria uma presença ou uma infiltração vermelha, na intenção de destruir os valores da religião, da família e da Pátria.

Essa ojeriza ao inimigo vermelho, por parte dos militares, também existente e difundido entre setores civis de direita, mesclava elementos do referido tradicional anticomunismo brasileiro, construído, especialmente, em torno das narrativas sobre o levante de 1935, com novas conceituações elaboradas no contexto da Guerra Fria, como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR) (MOTTA, 2014, p. 24).

A partir de princípios norteadores vindos dos Estados Unidos, mas com especificidades dos vários países em que se manifestou, a DSN preocupava-se com o combate ao comunismo e à União Soviética (COMBLIN, 1978; MONTAGNA, 1986). A ameaça vermelha poderia se

concretizar por meio de uma agressão externa, em uma guerra tradicional, ou pela subversão interna (PADRÓS, 2005, p. 184 e 186). No Brasil, a DSN apresentou entre seus grandes pensadores o general Golbery de Couto e Silva¹⁰, e um dos seus centros difusores foi a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, no Rio de Janeiro. O Brasil, por motivos geopolíticos (situado no Atlântico sul) e características históricas e culturais, integraria o bloco ocidental, cujo líder eram os EUA e que teria como sustentáculos a ciência, a liberdade, a democracia e o cristianismo, opondo-se, pois, ao bloco oriental, opressivo, ditatorial, ateu e comunista. Assim, nessa perspectiva bipolar, o comunismo era concebido com opressivo, bárbaro e anti-democrático, uma ameaça ao “mundo livre” (ocidental) (NEVES JÚNIOR, 2019, p. 50).

A DSN apresentava como pressuposto o binômio segurança e desenvolvimento, preocupando-se, como seu próprio nome dá a entender, também com a prosperidade nacional e a superação das mazelas sociais, mesmo porque os problemas sociais deixavam o Brasil mais vulnerável à ameaça do perigo comunista e a população afeita a aceitar a “sedução vermelha” (VASCONCELOS, 2020, p. 290). O desenvolvimento nacional somente seria possível com uma remodelação da economia do Brasil conforme preceitos capitalistas e integração ao sistema econômico, político, cultural e social ocidental. Tais ideias não eram exclusivas da caserna, expressando um arcabouço intelectual vigente desde as primeiras déca-

¹⁰ Além de Golbery, podem ser citados como intelectuais de destaque na formulação e difusão da doutrina de Segurança Nacional os generais Juarez Távora e Meira Mattos, assim como os professores José Alfredo Amaral Gurgel e Therezinha de Castro (NEVES JÚNIOR, 2019, p. 47; LENTZ, 2022, p. 122 e seguintes).

das do século XX entre grupos econômicos dominantes e pensadores (OLIVEIRA, 2010, p.138).

Os alunos da ESG eram militares e civis, em especial, empresários, magistrados, educadores, políticos, etc. Havia um projeto de integração entre militares e elites anticomunistas, visando uma coesão ideológica em torno do binômio desenvolvimento-segurança (LENTZ, 2022, p. 105). Almejava-se a constituição de uma elite que interpretasse as aspirações e interesses legítimos do País e fosse capaz de assumir ou auxiliar os encargos de direção e de administração no esforço nacional de construção, imbuída de um pensamento conservador e anticomunista (VASCONCELOS, 2020, p. 281; OLIVEIRA, 2010, p. 144). A ESG possibilitou a difusão da DSN para além das instituições castrenses e tornou-se um ponto de encontro, camaradagem, integração e alianças de grupos políticos pertencentes às elites civis e militares (TEIXEIRA, 2012, p. 40; FERRAZ, 1997, p. 36).

O golpe de 1964 e a posterior ditadura foram oportunidades para esse grupo, encastelado na ESG, almejar concretizar suas concepções. Muitos dos graduados da Escola ocuparam cargos importantes em instituições políticas e econômicas, destacadamente na gestão de Castelo Branco (VASCONCELOS, 2020, p. 285; GONÇALVES, 2017, p. 227).

A DSN chamava a atenção para a necessidade de defender a Pátria tanto contra ameaças de fora, pela possibilidade de ocorrerem intervenções a partir do exterior, bem como contra os inimigos internos, os quais poderiam promover insurreições no País¹¹. As preocupações

¹¹ A noção de inimigo interno deve ser compreendida a partir de sua lenta construção histórica que remonta ao século XIX, em vários países.

com o comunismo, externo e interno, intensificaram-se ainda mais no meio militar após a Revolução Cubana de 1959 e a opção de Cuba pelo socialismo, no começo dos anos 1960, que seriam evidências de como o perigo vermelho estava presente e poderia tomar o comando de algum país do continente americano.

Haveria um movimento comunista internacional, que contava com agentes infiltrados, de tocaia, no corpo social brasileiro, prontos para agir. O inimigo interno estava em lugares e instituições como escolas, universidades, Igreja, imprensa, sindicatos, partidos, etc., na intenção de enfraquecer e destruir a sociedade ocidental cristã. Por isso a necessidade de estar sempre atento, para combatê-lo, onde quer que surgisse ou pudesse aparecer. Para conter o inimigo interno, o Estado teria que desenvolver estruturas repressivas e uma rede de informações (ALVES, 1985, p. 40).

A noção da luta de classe era veementemente rejeitada pela DSN. A premissa de uma sociedade dividida e tensionada por conflitos sociais ou por outros fatores, como questões étnicas ou regionais, era interpretada como ameaça à segurança interna e ao desenvolvimento do Brasil. Chocava-se com a noção de unidade política da nação e a disciplina defendida pelas Forças Armadas (PADRÓS, 2008, p. 144). Eram inaceitáveis os indivíduos identificados com “ideologias estranhas e externas”, adversas aos valores cívicos e à unidade social. Os co-

Foi fortalecida a partir do período entreguerras, ganhando força com as ações expansionistas da Alemanha nazista no período anterior ao início da Segunda Guerra Mundial. A sua versão “moderna”, dos anos 1950 e 1960, incorpora o perigo dos grupos marxistas, presentes e vitoriosos em vários movimentos de libertação colonial, e nos antagonismos da Guerra Fria (GONÇALVES, 2017, p. 207).

munistas eram concebidos como subversivos, inimigos da Pátria, traidores, maus brasileiros, devendo, pois, serem combatidos e mesmo eliminados. Em sentido extremo, as noções de coesão nacional e defesa da pátria pressupunham o fim do pluralismo político e a violação de garantias individuais em nome da segurança do Estado, como fez não só a ditadura do Brasil, mas outros regimes de Força da América do Sul, nos anos 60 e 70, inclusive, acobertando e tendo seus agentes integrando grupos terroristas de extrema-direita, a exemplo da temida Alianza Anticomunista Argentina (Triple A) (PADRÓS, 2008, p. 157)¹².

À DSN foram sendo incorporados, ao longo dos anos, os pressupostos da denominada Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR) (LENTZ, 2022, p. 104). Não obstante a proximidade entre as Forças Armadas brasileiras e os Estados Unidos com/após a II Guerra Mundial, a DGR apresentava como fonte de inspiração o pensamento militar francês, marcado pelas experiências da derrota na primeira guerra do Vietnã/Indochina (1946-54) e da eclosão da guerra de independência da Argélia (1954-62) (GONÇALVES, 2013, p. 39 e 40). O Exército francês adotou a DGR como doutrina oficial, extraindo seus métodos, táticas e o próprio nome do fenômeno (guerra revolucionária - GR) que visava a combater (ARAÚJO, 2008, p. 265; MARTINS FILHO, 2009, p. 183).

¹² A Triple A surgiu em 1973. Foram também grupos de extrema-direita que agiram em países vizinhos: Escuadrones de la Muerte, no Chile; A Juventude Uruguaya de Pies (JUP) e Escuadrones de La Muerte, no Uruguai (BRASIL, 2010, p. 42).

A Doutrina apresentava respostas para o que se entendia ser um novo tipo de luta contra o comunismo. Priorizava a defesa interna contra a subversão, dentro da própria nação, em detrimento de operações exteriores, mesclando política, ideologia e operações bélicas, de modo que não haveria distinções entre os meios militares e os meios civis (MARTINS FILHO, 2008, p. 41). A guerra revolucionária (GR) apresentar-se-ia de modo diferente das guerras convencionais, pois o recurso às armas seria o último expediente por parte do inimigo, não ocorrendo mais no início do conflito. Para os adeptos da Doutrina, os comunistas, com estímulo e inspiração vindos do exterior, infiltravam-se na sociedade e usavam a tática da “guerra psicológica”, isto é, preocupavam-se em conseguir o apoio e o controle/manipulação das massas (ou de parte delas, pelo menos), doutrinando-as progressivamente na ideologia marxista-leninista-maoísta. Criavam, dessa forma, um ambiente revolucionário e preparavam sorrateiramente o caminho para tomada do poder institucional (GONÇALVES, 2017, p. 207; MOTTA, 2014, p. 23; ALVES, 1985, p. 48 e 49).

A guerra revolucionária seria um processo, com diversas etapas sucessivas, muitas vezes sem fronteiras nítidas, pois a fluidez seria uma de suas características (MARTINS FILHO, 2009, p. 183 e 184). Os comunistas se infiltrariam na sociedade, recorrendo a dissimulações e mentiras, inclusive, com bandeiras simpáticas à população, conforme planos secretos de conquista do Estado (ALVES, 1985, p. 38). A militância vermelha, recebendo apoio internacional, se organizaria em pequenos grupos, incitando, de forma lenta, pertinaz e progressiva, atritos dentro da sociedade, para dividi-la e enfraquecê-la. Explorando os descontentamentos existentes, acirravam os ânimos e estimulavam

manifestações e até tumultos e revoltas das massas contra as autoridades. Com essas “táticas psicológicas”, o inimigo vermelho ia evitando o confronto armado imediato e direto e conquistando as “mentes e corações do povo”, até o momento em que estivesse preparado para a tomada do poder (MARTINS FILHO, 2008, p. 42).

A guerra revolucionária, não obstante, poderia ser vencida, caso as forças da ordem agissem de forma parecida. Os militares deveriam se preparar, organizando a defesa interna do território e criando serviços de informação e vigilância da sociedade civil para detectar e antecipar os movimentos do inimigo (MARTINS FILHO, 2009, p. 185; ALVES, 1985, p. 38). Combateriam não apenas no campo militar, mas, também, na seara da “guerra psicológica”, visto que, conforme a Doutrina da Guerra Revolucionária, era importante o apoio ou, pelo menos, a cumplicidade e o silêncio da população. Isso abrangeria o controle das informações, o uso da contrapropaganda, a doutrinação (“formação cívica e moral”), a manipulação da opinião pública e mesmo o recurso à força e à eliminação do inimigo (GONÇALVES, 2013, p. 92). Lançar-se-ia mão da difusão do temor social acerca do medo do inimigo interno infiltrado e ameaçador, convencendo os cidadãos sobre a necessidade de medidas de força que, “apesar de atropelarem a legalidade constitucional, visavam a extirpar aquela ameaça do interior da sociedade” (PADRÓS, 2005, p. 197). Em outros termos, a Doutrina da Guerra Revolucionária, no processo de “saneamento do ambiente político”, implicava na abolição das formalidades legais de um Estado democrático de direito (ainda que sob a retórica de defendê-lo) e de qualquer noção de respeito aos direitos humanos e garantias individuais (TEIXEIRA, 2012, p.28).

Na América Latina, a Doutrina da Guerra Revolucionária teria influenciado, inicialmente, os militares argenti-

nos e passou a circular entre as Forças Armadas brasileiras desde, pelo menos, o fim dos anos 50 (MARTINS FILHO, 2012, p. 528; ARAÚJO, 2017, p. 90), expandindo-se também para os meios civis. Na percepção dos militares do Brasil, na conjuntura da Guerra Fria, não seria factível uma guerra nuclear ou uma grande guerra clássica convencional. Encontrando-se na América do Sul, era pouco provável que o Brasil corresse risco de um ataque direto, uma invasão pela URSS, ao contrário das nações da Europa ocidental. Parecia mais próximo da realidade nacional a guerra insurrecional ou revolucionária, em um combate contra a “subversão” dentro das fronteiras do País, contra um inimigo interno (MARTINS FILHO, 2012, p. 525). Os militares buscavam fundamentar essa representação em virtude da possibilidade de mobilizações populares e do crescimento das esquerdas, em particular do Partido Comunista, que receberia apoio externo – daí os receios da exportação da revolução por Cuba. Ou seja, a Doutrina da Guerra Revolucionária apresentava soluções e respondia às necessidades militares do Brasil, dando às Forças Armadas uma missão a cumprir (ARAÚJO, 2008, p. 266) e contemplando a representação de um mundo marcado pelo medo permanente de um levante comunista (ARAÚJO, 2017, p. 88).

No Brasil, não obstante algumas citações anteriores, a primeira referência mais significativa sobre a DGR foi a palestra “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, do então coronel Augusto Fragoso, realizada em maio de 1959, no curso de Estado-Maior e comando da Escola Superior de Guerra (VASCONCELOS, 2020, p. 294). Em 1962, houve um primeiro curso sobre a Doutrina na sede da Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro e, no ano seguinte, o evento foi repetido, com audiência ampliada e participação de professores civis de filosofia. Segundo João Roberto Martins Filho, “a partir de

1961, começam a ser publicados livros e panfletos destinados a um público mais amplo e que ajudaram a preparar o terreno para o movimento de 31 de março de 1964” (MARTINS FILHO, 2009, p. 187).

Muitos dos conspiradores de 64 acreditavam que João Goulart era um instrumento dos comunistas, permitindo a infiltração vermelha na sociedade (MOTTA, 2014, p. 22). Toda a agitação social toda do início dos anos 60, inclusive com revoltas de sargentos e marinheiros, para muitos oficiais das Forças Armadas, constituíam sinais da “comunização” e de uma guerra revolucionária em andamento no País (MARTINS FILHO, 2012, p. 529; MOTTA, 2014, p. 24). Na representação da caserna, com a “revolução democrática de 1964”, os militares haviam derrotado uma guerra revolucionária, tal como ocorrera em 1935, quando da “intentona comunista” (CASTRO, 2008, p. 127).

Os questionamentos feitos à ditadura, no final dos anos 1960, por meios de protestos estudantis, greves operárias, manifestações de intelectuais, guerrilha, etc., também foram percebidos como expressões de guerra revolucionária. A luta armada das esquerdas, estendida até o começo da década de 70, seria mesmo um sinal da passagem da fase da guerra revolucionária, alertando os militares e extremistas de direita acerca dos riscos que a Pátria corria e da necessidade de combater aquela iminente ameaça por “todos os meios necessários” (MARTINS FILHO, 2009, p. 185 e 186).

Daí porque as ideias da Doutrina da Guerra Revolucionária serviram também de referência para várias ações políticas durante a ditadura civil-militar, a exemplo da formação de aparelhos repressivos, da prestação de assistência médico-social nas áreas “ameaçadas pela subversão” (na intenção de obter o apoio da população às

Forças armadas e diminuir a influência propagandista do inimigo), do emprego operacional sistemático da tortura na “guerra contra o terrorismo” e do aniquilamento dos partícipes da luta armada, em especial os da guerrilha do Araguaia (ARAÚJO, 2017, p. 94).

O historiador Daniel Gonçalves (2017, p. 262) diz que, a partir da subida ao poder de Castello Branco, o processo de institucionalização da Doutrina da Guerra Revolucionária continuou de maneira progressiva na caserna e que, nos anos posteriores, todas as escolas do Exército foram influenciadas, em maior ou menor escala, por ela. Tal influência perdurou pelas décadas de 1970 e 1980, “mesmo quando a agenda política do país já era a da abertura política e redemocratização e o risco de uma guerra revolucionária marxista já parecia fazer parte de um passado longínquo” (GONÇALVES, 2017, p. 294). Há mesmo referências à presença, no Brasil, de um francês, Pierre Richel Pellegrin, oficial reformado do Exército Francês, com experiências no Vietnã e Argélia e que teve certa influência sobre o chamado Grupo Secreto, composto por militares e civis ligados à repressão e a ações terroristas contra a distensão/abertura da ditadura. Portador dos princípios da DGR, Richell encontrou no Brasil pessoas dispostas a agirem para evitar a “comunização do País” e teria sido uma espécie de professor para o Grupo Secreto (ARGOLLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 254).

Como buscaremos demonstrar a seguir, as análises de documentos elaborados pelos grupos terroristas de extrema-direita, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, mostram a presença, reproduzidos ou adaptados, de muitos dos princípios gerais da DSN e DGR. Na linha de entendimento dos extremistas, após mais uma derrota, entenda-se, o fracasso da guerrilha de esquerda, em princípios da década de 1970, os comunistas estariam bus-

cando, novamente, a infiltração dissimulada na sociedade, aproveitando-se do processo de distensão do regime e das mobilizações populares que ocorriam. Em outras palavras, as movimentações políticas e sociais do final dos anos 1970 foram percebidas, apropriadas, para usar as ideias de Chartier (1988), como manifestações comunistas e como indícios de que a distensão/abertura do regime abriu condições para a criação de um governo marxista no Brasil.

1.2 Além do corporativismo

Na segunda metade da década de 1970 e início da década seguinte, grupos de extrema-direita realizaram Brasil afora uma série de atentados políticos e intimidações. Esta segunda onda terrorista, expressão empregada aqui para efeitos de distinção em relação aos ataques realizados por extremistas nos anos 1960 (uma primeira onda), gerou pânico na sociedade e tornou-se mais um complicador do complexo processo de distensão/abertura da ditadura civil-militar brasileira. Entre as organizações atuantes, encontramos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo Anticomunista (GAC), a Falange Pátria Nova (FPN), o Comando Delta, o Movimento de Renovação Nazista (MRN) e a Frente Anticomunista, afora os esquadrões da morte, de Sérgio Paranhos Fleury e seus sequazes (MOTTA, 2002, p. 159)¹³.

¹³ Vide também Jornal do Brasil, 04/09/1980 e Veja, 08/04/81, onde se encontram matérias sobre os grupos extremistas de direita atuantes à época.

Tradicionalmente, enfatiza-se que interesses corporativistas e temores de punição motivaram a atuação dos componentes de tais grupos. Havia medo de que fossem apurados os crimes praticados pelos agentes da repressão e incomodava a estes a possibilidade da perda de regalias, posições de poder (cargos, remuneração, gratificações, etc.) e prestígio social e político com a distensão do regime.

Sendo a informação algo precioso dentro das Forças Armadas, os integrantes da comunidade de informação e segurança eram tidos como uma elite dentro da estrutura ditatorial. Possuindo certa autonomia de ação, não submetidos por completo às regras de disciplina e hierarquia da caserna, os agentes apresentavam grande prestígio (MAUD, 2012, p. 176). Durante a ditadura, entrar na área de informação era vista como uma promoção profissional e social na corporação. Segundo Chirio, os responsáveis pela repressão eram vistos como homens à parte, de perfis e costumes distintos dos oficiais da tropa. Sua aparência os distinguia – não usavam uniformes nem necessariamente cabelos curtos – e o peso da hierarquia era menor nas relações que mantinham com os colegas. As vantagens e retribuições materiais ou simbólicas de que eles se beneficiavam seriam mesmo fonte de inveja e ressentimentos (MAUD, 2012, p. 177).

Não obstante, no final dos anos 70, com o processo de abertura e as denúncias de violação de direitos humanos, feitas e/ou repercutidas especialmente por meio dos meios de comunicação – e aí ganhou destaque a chamada imprensa alternativa –, houve uma erosão do prestígio dos integrantes da comunidade de informação e segurança e da legitimidade da “revolução” de 64 (TEIXEIRA, 2012, p. 209). Não surpreendem, pois,

os temores com a liberalização e a institucionalização da ditadura, pela perda de *status* e influência política e social que os agentes da comunidade de informação teriam, bem como pela possibilidade de punição em virtude dos “excessos” cometidos, o que era concebido, no meio militar e mesmo entre setores civis de direita, como atos de revanchismo (CARVALHO, 2005, p. 132):

Há autores que veem as referências a um perigo comunista no final dos anos 70 como mera retórica construída, como se os extremistas tivessem fabricado o discurso sobre uma ameaça “subversiva” apenas como justificativa e escusas para seus interesses corporativistas e medo de punição. Os jornalistas Bernardo Braga Pasqualette (2020) e Elio Gaspari (2016) dão a entender que a extrema direita (militar) teria criado, conscientemente, um discurso mirabolante, uma retórica conspiratória inventada, de um delirante perigo vermelho no fito de camuflar interesses outros. Para Gaspari (2016, p. 188), “Não tendo adversário real, o radicalismo da direita buscava inventá-lo. Num nível, precisava disso para explicar temores políticos. Noutro, era necessário justificar a existência da máquina repressiva”. O jornalista dá a entender mesmo que as atividades dos órgãos de informação haviam se tornado “entediantes e sarcástica”.

É possível que integrantes dos órgãos de segurança, um aparato bem estruturado, que havia sido exitoso na espionagem e repressão da esquerda revolucionária anos antes e que contava com diversos colaboradores e simpatizantes nos mais diversos estratos da sociedade, soubessem, de fato, quão mirabolante era a ideia de uma ameaça comunista ou da implantação de um regime comunista no Brasil. Tanto que a maioria daqueles agentes, por mais que não concordassem com a distensão, não aderiram aos agrupamentos terroristas as

quais agiram no período, o que se deveu igualmente a princípios de hierarquia, afinal, integrando a estrutura estatal, tinham que seguir as determinações dos governos Geisel e Figueiredo.

Entendemos, porém, que não se pode desprezar ou minimizar a existência de extremistas sinceros, fossem militares ou civis, pessoas que realmente acreditavam no iminente risco de comunização do Brasil com a distensão e que o regime deveria permanecer como estava, fechado, como uma barreira preventiva ante o inimigo vermelho. Ratificando o pensamento da historiadora Mariana Joffily (2013, p. 94), entendemos a resistência de extremistas à distensão do regime e, em decorrência a onda terrorista, não se explicam apenas pelo medo do revanchismo as questões dos interesses corporativistas, a defesa da manutenção da estrutura repressiva, o apego as vantagens e gratificações das funções exercidas ou o poder e o prestígio dos quais gozavam os agentes. São fatores importantes, sem dúvida, especialmente para entender as motivações e o envolvimento de policiais e militares nos ataques do final dos anos 1970 e começo dos 1980. Defendemos, porém, que a questão tem outros pontos a serem considerados.

A historiografia (MAUD, 2012; FICO, 2001; RESENDE, 2015; D'ARAÚJO, SOARES, CASTRIO, 1995) e obras outras (GASPARI, 2016; ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996; MEDEIROS, NETTO, 2012; DECKES, 1985; BAFFA, 1989; GRAEL, 1985) sustentam que existia uma interpenetração/interseção entre os membros dos grupos extremistas e os do aparato repressivo, ou seja, os terroristas eram, sobretudo, agentes dos órgãos de informação e segurança da ditadura. Mas houve, igualmente, civis partícipes da onda terrorista, fazendo parte

das organizações, criando seus próprios grupos, praticando atentados, ameaças, etc., pessoas sem ligação direta alguma com o regime e com os meios militares e que, assim, pudessem apresentar interesses pessoais ou corporativistas a serem preservados ou atingidos caso o governo ditatorial se abrisse ou caísse. Indivíduos que, sequer pertencendo às estruturas estatais de repressão, lançaram-se a praticar ações violentas, na convicção que agiam pelo bem da Pátria e para evitar a implantação do comunismo no País. Chama-nos demais a atenção, nesse sentido, o fato de o MAC cearense ser composto apenas por civis, jovens universitários, gente de classe média, que não ocupava cargos no aparato de informação e segurança do Estado, nem tinha espaços de poder na ditadura¹⁴.

Embora a questão do MAC seja melhor fundamentada, pelas fontes disponíveis, há outros casos ou evidências da participação de civis em grupos terroristas, especialmente de estudantes. Na explosão de uma bomba atirada contra a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em abril de 1978, foi encontrado um bilhete do grupo que se identificou como GED (Grupo de Estudantes Direitistas), afirmando: “Agindo a favor da democracia”¹⁵. A

¹⁴ Não se pode relevar, porém, que civis pudessem ter alguma amizade ou contatos com militares, o que, eventualmente, lhe traria alguma vantagem ou proteção, pela proximidade com as estruturas de poder. Cita-se, como exemplo, o médio negociante do ramo de madeiras, o marceneiro Hilário José Corrales, integrante do denominado Grupo Secreto, que teria envolvimento em vários dos atentados no processo de distensão e abertura da ditadura, como os ataques à ABL, OAB/RJ e, muito possivelmente, Riocentro (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, p. 209 e seguintes)

¹⁵ Jornal do Brasil, 16/04/1978, 1º/10/1978.

revista *Veja*, em reportagem sobre as organizações de extrema-direita surgidas ou reorganizadas no final da década de 1970, fez referências à Opção Nacionalista Democrática (OND), surgida, em 1978, na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, que, de início, pregava a luta armada (embora, depois, tivesse, aparentemente, abandonado a ideia)¹⁶. A mesma revista *Veja* tratou das acusações contra os advogados Marcos Antônio Peres e Mário Fontes, por possíveis envolvimento em alguns atentados políticos. O primeiro era acusado de participação no ataque contra o escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente da seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1980, enquanto o segundo teria participado, entre outros atentados, da invasão do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, no ano anterior, em que ocorreu a destruição de alguns bens, o furto de documentos e a pichação nas paredes da sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas)¹⁷. A participação de civis nos grupos terroristas chegou a ser citada nos manifestos elaborados pelos próprios extremistas, como no texto enviado pelo Comando Delta ao senador Henrique Santillo (PMDB-GO) e também distribuído em unidade do Exército em Mato Grosso do Sul, no início de 1983¹⁸.

¹⁶ *Veja*, 08/04/1981.

¹⁷ *Veja*, 03/12/1980.

¹⁸ “Nós, dos bolsões chamados sinceros, mas radicais, mesmo correndo o risco de, mais uma vez, sermos rotulados de direitistas, após nos organizarmos, juntamente com outros companheiros, *civis* e militares, voltamos a nos manifestar (...)”. Recorte do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_

A presença de civis nos grupos já se fazia notar na primeira onda do terrorismo de extrema-direita, da década de 1960. Os trabalhos de Gustavo Esteves Lopes (2014), Clarissa Brasil (2010) e Danielle Barreto Lima (2020) sobre o CCC e suas ações nos anos 60 e 70 deixam explícitos o envolvimento de civis. O Comando de Caça aos Comunistas, surgido em 1963 ou 1964, era formado por estudantes das Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Embora o meio estudantil fosse o alvo principal, o CCC praticou ou se envolveu em ações violentas fora do espaço acadêmico. Em 1968, por exemplo, realizou agressão contra os atores da peça teatral *Roda Viva*, em São Paulo e em Porto Alegre, e no ano seguinte, foi partícipe da morte, sob tortura, do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, religioso próximo a Dom Hélder Câmara, em Recife. No processo de distensão, além dos ataques a instituições estudantis, o CCC promoveu atentados à bomba contra bancas de jornais¹⁹ e a sede da Convergência Socialista, no Rio de Janeiro,²⁰ deflagou

rrr_83005596_d0001de0001. Acesso 17/09/2020. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido, na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_83003475_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

¹⁹ A banca de jornais pertencente a João Carlos Batista dos Santos, em Santa Rosa-RS, foi atingida por uma bomba, em atentado atribuído ao CCC. Folha de São Paulo, 13/08/1980.

²⁰ A sede da Convergência Socialista ficava no bairro de São Cristóvão, sendo alvo de ataques a 29 de março de 1980. Jornal do Brasil 31/03/1980, 29/05/1980. A Convergência socialista foi uma “organização política de orientação socialista criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo. Uma das correntes atuantes dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação deste em 1980 até sua expulsão do partido em 1992,

tiros contra livrarias²¹, em São Paulo, incendiou carros de militantes de esquerda²², ameaçou políticos recém vindos do exílio, como Miguel Arraes²³ e Leonel Brizola, etc. Ficaram conhecidos os cartões de Natal, com ameaças de morte, que o grupo enviou a defensores de direitos humanos, líderes estudantis, etc., no ano de 1978 (LIMA, 2020, p. 118).

Um dos civis, suspeito de ligações com o CCC e de participação em ações terroristas dos anos 60, seria preso quando da segunda onda de atentados, na abertura da ditadura. Foi Ronald Watters, acusado de envolvimento nos ataques à OAB-RJ e Câmara Municipal-RJ, a 27 de agosto de 1980. Após meses de detenção, Watters acabou solto, em virtude da falta de maiores provas e a suspeição de que o governo Figueiredo o usava como “bode expiatório” ante as investigações infrutíferas sobre a onda de atentados, visto que o regime não tinha conseguido apontar nenhum responsável pelos ata-

deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)”, In: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>. Acesso a 10/10/2021.

²¹ Diversos tiros contra as vitrines das livrarias Capitu, Kairos e Livramento, na capital paulista, a 5 de abril de 1980. Folha de São Paulo 06/04/1980.

²² Incêndio do carro de Raimundo Jinkigs, ex-dirigente estadual da CGT, em Belém, a 7 de junho de 1980. “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

²³ Tiros contra a livraria Jinkigs, pichações anticomunistas em Igrejas e ataque com pedra de grande dimensão à casa de um militante de esquerda a 18 de setembro de 1979, véspera da visita de Miguel Arraes, em Belém. Os atentados são atribuídos ao CCC. Jornal do Brasil 19/11/1979.

ques²⁴. Um outro civil, o marceneiro Hilário José Corrales, era tido como um dos mais radicais integrantes do denominado Grupo Secreto, responsável por vários ataques no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santos, e segundo consta, constantemente “manifestava ódio aos comunistas e aos corruptos” (ARGOLO, FORTUNATO, FORTUNATO, 1996, p. 212).

Em outros termos, estamos querendo dizer que nem todos os envolvidos nos atos terroristas ocorridos no período de distensão/abertura apresentavam interesses corporativistas e ganhos funcionais a serem preservados ou temores de que pudessem sofrer alguma punição se o regime se abrandasse ou acabasse. Ainda que não se possa fazer generalizações e pareça verossímil crer que os civis fossem minorias no conjunto dos grupos terroristas, entendemos que se deve levar em conta as representações anticomunistas como um elemento que ajuda a explicar o envolvimento dessas pessoas na oposição à distensão e nos atentados políticos da época, o que também deve ser pensado quanto à própria participação de militares e policiais. O Grupo Secreto, por exemplo, composto especialmente por elementos ligados ao CIE (Centro de Informações do Exército), surgido no final dos anos 1960, tinha como tônica adotar métodos capazes de “expurgar a ameaça comunista” (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 212).

Reduzir apenas a aspectos corporativistas e a temores de punição ou simples retórica fabricada acaba empobrecendo a compreensão do fenômeno. Acreditamos que tratar das representações, das formas como os extremistas de direita concebiam o mundo e se viam, e

²⁴ O Povo, 04/06/1981.

fundamentavam seu modo de agir, suas práticas, permite lançar luzes na compreensão da onda terrorista contrária à distensão da ditadura. Isto é, defendemos que, para entender as ações dos extremistas de direita, fossem estes militares ou civis, deve-se levar em consideração igualmente suas representações anticomunistas, as quais mesclavam elementos do que estamos chamando de anticomunismo tradicional, elaborado especialmente em função do levante comunista de 1935, com pressupostos do contexto da Guerra Fria, no caso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR).

Como mostram pesquisadores, os princípios da DSN (ALVES, 1985, p. 34) e da DGR (COBLIN, 1978, p. 14; MARTINS FILHO, 2008, p. 46; GONÇALVES, 2017, p. 2017, p. 294) foram, ao longo dos anos, sendo repassados para um público mais amplo, por meio de palestras, cursos, panfletos, livros, discursos de parlamentares, matérias e artigos na imprensa, etc. Ou seja, essas doutrinas, convergentes no forte antimarxismo, não ficaram restritas aos militares, tendo trânsito de dentro para fora das Forças Armadas e alcançando aliados civis e extremistas de direita, endossando ainda mais as representações anticomunistas da sociedade (SPOHR, 2011). Contribuíram, assim, como diz Marcos Vinicius Ribeiro (RIBEIRO, 2019, p. 390), para a proliferação de organizações anticomunistas, das mais variadas matizes e entre as quais, entendemos, podem ser alocados os grupos terroristas atuantes durante a distensão da ditadura civil-militar brasileira.

1.3 Terrorismo anticomunista

Comparando-se documentos oficiais produzidos por órgãos de informação e segurança da ditadura civil-militar, a exemplo do Serviço Nacional de Informação (SNI) e Centro de Informação do Exército (CIE), e manifestos, cartas, bilhetes, etc. elaborados pelos grupos terroristas, na segunda metade dos anos 1970 e começo dos 80, percebem-se, nos conteúdos, semelhanças e proximidades de pensamentos e linhas de raciocínio e até o emprego dos mesmos tipos de termos e expressões. Essa constatação e as denúncias realizadas por diversos setores da sociedade à época, o desleixo demonstrado pela ditadura na apuração dos atentados, a impunidade que beneficiou os terroristas, as revelações de antigos agentes estatais (MEDEIROS, NETTO, 2012; ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996), as pesquisas acadêmicas (MAUD, 2012; FICO, 2001; MOTTA, 2002) e mesmo os relatórios oficiais²⁵ ratificam a crença sobre a interseção/ligação entre os membros dos órgãos de repressão e os das organizações extremistas.

Constatamos que, por vezes, os manifestos produzidos por algumas das organizações terroristas eram assinados igualmente por outros grupos extremistas, em sinal de apoio²⁶. Isso poderia significar a existência de

²⁵ RELATÓRIO FINAL - COMISSÃO DA VERDADE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/comissoes-da-verdade>. Acesso a 20/05/2021.

²⁶ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexo ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 200/16/AC/1981, Agência Central, de 27 de outubro de 1981. Arquivo Nacio-

contatos entre os extremistas, fazendo-se suspeitar mesmo, como especulou-se à época dos ataques, que pudesse haver alguma orientação ou estrutura organizacional terrorista de cunho nacional ou, pelo menos, regional. Não custa lembrar que a segunda onda de atentados se iniciou em cidades do centro-sul, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, etc., alcançando, a seguir, outros pontos do território brasileiro. Em julho de 1980, o deputado Genival Tourinho (PDT-MG) chegou a denunciar a existência da chamada Operação Cristal, em andamento no País e que seria responsável por parte dos atentados contra bancas de jornais. Segundo o parlamentar, da operação participariam oficiais e setores minoritários das três Forças Armadas, com a intenção de barrar e tumultuar o processo de distensão. Os atentados seriam praticados por integrantes dos órgãos de segurança em outros estados nos quais não estavam sediados²⁷. O deputado não apresentou provas e os militares negaram enfaticamente a acusação, sendo aberto um processo, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o parlamentar a pedido do governo Figueiredo²⁸. A denúncia ficou sem apuração ou comprovação²⁹.

nal. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_81020271_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

²⁷ Tribuna do Ceará, 21/05/1981.

²⁸ Tribuna do Ceará, 11/9/1980. Em setembro de 1980, no mesmo dia que era instalado o processo por iniciativa do ministro do Exército, o deputado Tourinho, ao dirigir ao aeroporto de Brasília, teve seu carro interceptado por quatro indivíduos e acabou sendo alvo de um assalto (levaram 25 mil cruzeiros e uma pasta com documentos), sofrendo agressões físicas. O deputado suspeitou que o caso tenha sido um atentado em retaliação às suas denúncias sobre a Operação Cristal. Isto É, 17/09/1980; Tribuna do Ceará, 12/09/1980, 13/09/1980.

²⁹ Tribuna da Imprensa, 22/07/1980, 27/08/1980, 28/08/1980, 21/09/1980. Foram acusados pelo deputado o general José Luiz Coelho Neto, comandante do IV Exército, o general Milton Tavares de Sousa,

No livro *A direita explosiva no Brasil*, de José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato, fala-se da existência do que era chamado Grupo Secreto, com integrantes vinculados, especialmente, ao Centro de Informações do Exército (CIE). Tal grupo, sob inúmeras denominações e siglas, teria sido responsável por aproximadamente 32 ataques terroristas, na maioria dos casos usando bombas caseiras, entre 1968 e 1981, especialmente no Rio de Janeiro, seu eixo de operações. O Grupo Secreto, organizado no final da década de 1960, teria se rearticulado em fins dos anos 1970, passando a realizar ações mais violentas, no contexto da distensão/abertura do regime, sempre beneficiado pelo apoio velado dos órgãos de informação e segurança do regime (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 223). Entre suas ações mais conhecidas, estariam as do sequestro do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, em 1976, e o envolvimento no caso das bombas do Riocentro, em 1981 (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 279).

Um dos membros do Grupo Secreto seria o ex-delegado capixaba Claudio Guerra, que, em declarações sobre sua participação na estrutura repressiva da ditadura (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 76), não só confirmou a existência do grupo como fez referências a uma certa coordenação de ações. Conforme Guerra, a atuação do grupo fora intensa, realizando 32 atentados apenas no período da distensão/abertura, sobretudo, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Teriam

comandante do II Exército, e o general Antônio Bandeira, comandante do III Exército, este último ex-diretor da Polícia Federal e envolvido na repressão à guerrilha do Araguaia (GASPARI, 2016, p. 192). O informante de Tourinho, que lhe relevou a designada Operação Cristal, seria Nelson Galvão Sarmiento, de laços com o Cenimar (Centro de Informações da Marinha). *Tribuna do Ceará*, 26/05/1981.

sido articulados ataques ainda em outros estados, especialmente do Nordeste, mas que não foram adiante, sem que o ex-delegado soubesse os motivos.

Essas fontes dão a entender, portanto, a existência de uma falsa pluralidade de organizações, isto é, um mesmo grupo de terroristas agia usando denominações e siglas variadas. Isso, para além de dificultar as investigações, poderia ser uma artimanha para evidenciar um poderio superdimensionado, com uma quantidade de extremistas e uma inserção social maiores do que realmente existiam. Tal manipulação não seria surpreendente, pois se adequaria a alguns dos elementos típicos da ação terrorista em vários locais do mundo, no caso, a demonstração de força política e da capilaridade social da causa defendida, gerando publicização e impacto junto a população (RABELLO, 2006).

Embora a comunidade de informação apresentasse ramificações pelo território nacional, com uma estrutura bem consolidada nos últimos anos da ditadura, não parece plausível acreditar – e nem há fontes confirmando – que os ataques ocorridos durante o processo de distensão, ou a maioria deles, obedecessem a um único núcleo ou a alguns núcleos coordenadores de caráter nacional. A participação de muitas pessoas em atividades clandestinas implica em riscos de violação do sigilo necessário e em dificuldades de organização e condução das ações – grupos clandestinos menores funcionam melhor (RIDENTI, 1993). Não pode se esquecer, também, que existiam muitas rivalidades e disputas internas dentro do aparelho repressivo, inclusive, com delações na busca de ascensão funcional, e que nem todos os agentes oficiais, por mais que tivessem críticas à distensão, se dispuseram a praticar ações terroristas ou concordavam com coisas do tipo (MAUD, 2012; MEDEIROS, NETTO,

2012; HUGGINS, HARITOS-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006). Isso sem contar que havia grupos em que os civis predominavam, como o CCC (BRASIL, 2010, p. 18)³⁰, ou eram a totalidade dos integrantes, a exemplo do MAC cearense, pessoas que não faziam parte da estrutura estatal de repressão e não tinham acesso aos eventuais Grupos Secretos e outros núcleos coordenadores.

Não descartamos a possibilidade ou a existência de contatos nacionais ou regionais entre alguns extremistas ou que estes pudessem articular ataques eventuais em estados diferentes, a exemplo das ações do referido Grupo Secreto. Futuras pesquisas podem melhor esclarecer esse ponto. Acreditamos, porém, ser mais verossímil que, desencadeada no centro-sul, a onda terrorista serviu de referência e estímulo para que indivíduos de outros pontos do Brasil, fossem ou não integrantes do aparato estatal de repressão ou não, passassem, de maneira autônoma, a igualmente promover atentados/ameaças e até a organizar seus próprias grupos, o que, por sua vez, influenciava novos extremistas alhures.

Assim, ampliando os entendimentos das pesquisadoras Danielle Barreto Lima (2020) e Larissa Brasil (2010) para além do que afirmaram acerca do CCC, parece ter sentido falar sobre siglas e denominações de extrema-direita *apossadas e usadas* por elementos em distintos pontos do território brasileiro, visto que não há fontes a indicar (e nem parece plausível) a existência de uma estrutura única³¹ ou de ações

³⁰ A autora destaca, porém, que os grupos do CCC chegaram a agir como forças auxiliares do aparato estatal repressivo (BRASIL, 2010, p. 18).

³¹ O raciocínio foi desenvolvido, inicialmente, por Larissa Brasil, para tratar do CCC. Tanto esta pesquisadora como Danielle Lima entendem que não seria possível falar em organização única ou grupo único. Preferimos dizer que não existia uma estrutura organizacional nacional única de comando, embora pu-

nacionais coordenadas. Entendemos ser mais provável que as ações terroristas se retroalimentavam em diversos lugares do País, envolvendo elementos pertencentes ao aparato estatal e/ou civis, os quais organizaram diversos CCCs, MACs, Comandos Deltas, etc., ou atribuíram a autoria dos ataques feitos a tais grupos, sem descartar que pudessem agir individualmente/anonimamente (seriam o que chamamos hoje de “lobos solitários”³²). Com isso, o terrorismo da extrema-direita gerava um sentimento de unidade e inserção social, embora se tratassem de grupos e indivíduos autônomos e desconexos, predominantemente.

Em outros termos, o desencadeamento da segunda onda terrorista motivou a atuação de várias pessoas que, dotadas de representações anticomunistas e sendo contrárias à distensão/abertura, se apossaram daquelas designações de extrema-direita, formaram seus próprios grupos Brasil afora e começaram a praticar atos terroristas e ameaças.

Antes de ser usado pelos jovens extremistas cearenses, o acrograma MAC foi empregado por extremistas no próprio processo de abertura do regime. Em 1977, as siglas MAC e CCC foram pichadas nas paredes do Centro Acadêmico das Faculdades de Física e Matemática (CEFISMA), da Universidade de São Paulo (USP), após extremistas de direita invadirem e depredarem

desse haver grupos locais ou regionais, tal a fragmentação que a extrema-direita apresentou quanto aos atentados na onda terrorista que se retroalimentava.

³² Um lobo solitário ou terrorista lobo solitário é alguém que prepara e comete atos violentos sozinho, fora de qualquer estrutura de comando e sem assistência material de qualquer grupo. In: <https://pt.bab.la/dicionario/portugues-ingles/lobo-solit%C3%A1rio>. Acesso a 13/04/2022.

as instalações³³. Em Belo Horizonte, a 18 de agosto de 1978, a segunda invasão e explosão da sede do jornal alternativo *Em Tempo* foi igualmente atribuído a elementos que diziam integrar um MAC³⁴. Na série de alarmes falsos e trotes que varreram o País, em agosto de 1980, também em Belo Horizonte, houve ameaças telefônicas feitas por indivíduos que se diziam pertencer ao MAC, entre outros grupos³⁵.

Alguns dos grupos deixaram transparecer o localismo. Pode-se citar, como exemplo, a nota assinada pelo autoproclamado “CCC de Santos” a donos de bancas de jornais e de livrarias da cidade paulista, exigindo que parassem a venda de jornais da imprensa alternativa e revistas eróticas/pornográficas, em agosto de 1980³⁶. No mesmo mês de agosto, panfletos de uma “facção Porto Alegre” do CCC fez ameaças à livraria Combate, na capital gaúcha, havendo ainda indícios de secções autoproclamadas do Comando de Caça aos Comunistas nas cidades de Passo Fundo e Xerém³⁷. A Falange Pátria Nova, que reivindicara o sequestro de Dalmo Dallari, em São Paulo, no mês de julho de 1980, “reapareceu” em Recife, por meio do “Setor Nordeste”, enviando panfletos intimidatórios aos jornalheiros³⁸. Em Brasília haveria também uma Falange Pátria Nova “filial Distrito Federal”, agindo na capital da república³⁹.

³³ *Jornal do Brasil*, 20/03/1977.

³⁴ *Jornal do Brasil*, 23/08/1978, 25/08/1978.

³⁵ *Jornal do Brasil*, 06/08/1980.

³⁶ *Tribuna da Imprensa*, 04/08/1980, 06/08/1980; *Diário de Pernambuco*, 06/08/1980; *O Povo*, 04/08/1980.

³⁷ *Veja*, 6/08/1980.

³⁸ *Jornal do Brasil*, 02/08/1980.

³⁹ *Veja*, 06/08/1980.

Os indivíduos usavam o mesmo conjunto de siglas e denominações não por pertencerem às mesmas estruturas organizacionais, mas pela utilidade, importância e simbolismos das mesmas, em virtude das representações anticomunistas da sociedade, da conjuntura política vivida pelo País e mesmo pelo histórico de violência política da extrema-direita contra comunistas e militantes de esquerda. Pode-se dizer que as siglas e denominações terroristas viraram uma marca das representações radicais anticomunistas da sociedade, percebidas por suas denominações e, claro, pelos alvos escolhidos e a forma de agir dos extremistas⁴⁰. Ou seja, as ameaças e os atentados com bombas feitos por CCC, MAC, Falange Pátria Nova, etc. deixavam claro, perante a sociedade, que se tratavam de ações políticas realizadas pela extrema-direita contra pessoas ou entidades “subversivas”. Não por acaso, quando os atentados começaram a deixar vítimas, os terroristas procuraram toscamente associar os ataques a pseudogrupos comunistas, inventando até algumas denominações (“Comando Herzog”) e mimetizando expressões do jargão das esquerdas (“ditadura fascista”), na busca inócua de se afastarem da vinculação imediata que os meios políticos e parte da população faziam daqueles tipos de ações à extrema-direita.

⁴⁰ A revista Isto É, em matéria sobre a extrema-direita e seus atentados em 1980, aborda como o CCC virou a grande marca de ultradireitismo, não obstante terem surgido outras siglas, a exemplo de FAC (Frente Anticomunista), MAC (Movimento Anticomunista) e VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas). Diz a publicação que “para efeito de marketing, nenhuma se comparou à marca CCC”, esclarecendo que “a sigla, ao que se sabe, tem sido muitas vezes usada indevidamente por outros grupos. Ninguém reclama, é claro, pois nesse ramo não existe registro de patente e todos estão aí dando vazão à sua disposição para a violência e ao hábito de ‘caçar comunistas’”. Isto É, 24/09/1980.

Existiam ainda outros sentidos em usar os acrônimos, como a garantia do anonimato para os extremistas, pois não havia como saber quais pessoas exatamente foram as autoras do atentado ou da ameaça (BRASIL, 2010, p. 108); a motivação dadas para outros extremistas agirem, pelo endosso ao anticomunismo e os exemplos de ações que poderiam ser praticadas; a credulidade terrorista, pois, conhecendo-se, de antemão, o *modus operandis* dos extremistas, as ligações telefônicas, as ameaças de bombas, etc., tendiam a serem consideradas como factíveis pela população e autoridades, o que gerava medo coletivo; a publicização advinda, pela difusão continua das mesmas siglas pela imprensa e dos objetivos antiabertura; a intimidação dos opositores do regime, em especial os de esquerdas, que conhecendo aquelas denominações e siglas anticomunistas, entendiam quão grave o risco que corriam.

Para o uso repetido de alguns acrogramas e designações por extremistas, em diversos locais do País, não se pode relevar também a influência da primeira onda terrorista, da década de 1960, momento em que vários atentados foram atribuídos especialmente ao CCC e MAC. Foram tão marcantes as atuações de grupos do tipo, que, nas décadas seguintes, sazonalmente e em locais distintos, aquelas siglas “reapareciam”, denominando organizações conservadoras, fossem de estudantes, militares ou policiais. Viraram referência, modelo ou inspiração para grupos correlatos Brasil afora, fosse quanto à ideologia, ação, ou mesmo pela repercussão política, visto que os nomes eram impactantes, deixando explícito o ideário anticomunista e a conduta intimidatória e violenta pela qual se portavam. Ou seja, acrônimos como CCC e MAC eram uma espécie de marca registrada do mais virulento anticomunismo (LOPES, 2014, p. 35).

Isso pode ser entendido também como um esforço de passar uma mensagem, para a sociedade e para as esquerdas, de que se tratava de uma reorganização/reativação dos grupos da década de 1960⁴¹, denotando a continuidade de uma tradição de combate ao comunismo. Por outro lado, é possível que houvesse casos realmente de rearticulação de terroristas. Parece ter sido o caso do Grupo Secreto, que se reorganizou no momento da distensão/abertura (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 223). A pesquisadora Danielle Barreto Lima (2020, p. 210, 216 e 218) mostrou casos de integrantes do CCC dos anos 60 que passaram a integrar os aparelhos de repressão da ditadura, atuando, inclusive, em casos de torturas. O jornalista Élio Gaspari (2016, p. 183 e 184), ao tratar dos atentados da distensão, menciona oficiais das Forças Armadas praticando atos terroristas desde 1962, quando explodiram uma exposição comercial soviética, no Rio de Janeiro – teriam se organizado melhor a partir de 1967, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE), “cérebro e mola da repressão” da ditadura. Não seria surpresa, pois, que esses elementos “duros” do regime se reorganizassem e usassem, na distensão, as denominações dos grupos terroristas dos anos 60.

⁴¹ No “Manifesto ao povo paulista”, de 1977, a primeira manifestação do CCC na segunda onda terrorista, a organização fala em “verdadeiro CCC” e “antigos coordenadores do CCC”. Danielle Barreto Lima (2020, p. 176 e 177). “Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 1560/S-103.1, “Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notações: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77108286_d0001de0002; br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77108286_d0002de0002. Acesso a 08/10/2021.

1.4 Missivas terroristas

Nos textos produzidos pelos agrupamentos terroristas de extrema-direita é possível notar várias referências ao anticomunismo tradicional e a princípios, ainda que gerais, da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR), os quais, como dito, eram ainda disseminadas nos meios militares nas décadas de 1970 e 1980, em pleno processo de abertura política (GONÇALVES, 2017, p. 294). Além de ser mais uma evidência da interseção entre agentes da repressão e grupos terroristas, os textos ajudam a perceber e entender as representações dos extremistas – inclusive, dos civis – que realizaram os atentados durante os últimos anos da ditadura.

Os manifestos, as cartas, os panfletos e os bilhetes elaborados pelos agrupamentos terroristas tornavam-se públicos de várias formas. Poderiam ser deixados em quartéis, para circular entre militares; eram jogados nas imediações dos locais alvos dos atentados; podiam ser afixados nas bancas de jornais. Quando a onda terrorista se acentuou, chegaram a ser mandados, pelos correios, à imprensa e, com isso, acabaram publicados na íntegra pelos jornais, em meio à diminuição da censura advinda com a abertura. Por vezes, cartas também foram enviadas, pelo serviço postal, a pessoas específicas, como forma de proselitismo junto a militares ou como ameaças a civis – autoridades, advogados, sindicalistas, jornalistas, religiosos, líderes estudantis, em geral, pessoas que se destacavam na crítica à ditadura e defesa dos direitos humanos e democratização do Brasil. Havia ainda as pichações de espaços públicos, com

frases de efeito e intimidações. Reproduções e cópias dessa “produção textual extremista” foram, muitas vezes, anexadas aos informes dos órgãos de inteligência da ditadura, ainda que não houvesse a devida apuração para esclarecimento de quem realizava as ameaças e os ataques. O SNI, como veremos no capítulo 2, produziu uma espécie de planilha, atualizada anualmente, enumerando vários episódios de ameaças e atentados ocorridos no Brasil entre 1979 e 1986, sinal de que os casos despertavam a atenção nos meios oficiais.

No geral, eram textos bem escritos, com poucos erros gramaticais, apresentando linhas de argumentação bem construídas e o uso de termos mais rebuscados, dando a entender que os autores eram pessoas com razoável instrução formal. As cartas com ameaças e os papéis deixados nos locais dos ataques, geralmente mimeografados ou fotocopiados, como de se esperar, eram mais diretos e panfletários, pela intenção óbvia de fazer propaganda, causar impacto ou endossar o pânico dos adversários e do conjunto da sociedade. Já nos manifestos, ainda que não deixassem de usar expressões panfletárias e clichês anticomunistas, havia um aspecto mais persuasivo, com a preocupação, por parte dos terroristas, de tentar explicar as causas dos grupos, o porquê de estarem agindo e os perigos representados pela “subversão”, como que para atrair simpatias e legitimar as ações violentas.

Em perspectiva mais ampla, entendemos que esses escritos podem ser vistos como parte de uma estratégia de contrapropaganda das forças da ordem, dentro do que era defendido na Doutrina de Guerra Revolucionária. Os extremistas buscavam alertar e obter apoio da população, ou pelo menos, colocar em dúvida a credibilidade e motivações daqueles que se mobilizavam e criticavam

o regime. Por trás das ações em prol da democratização do Brasil e das críticas à “revolução” de 64, ao milagre econômico, à violação de direitos humanos, etc., estariam ações sórdidas e obscuras dos comunistas, para a criação de uma ditadura marxista no País. Aproveitando-se do anticomunismo disseminado na sociedade, os extremistas, com seus textos, intentavam conquistar os “corações e mentes” das pessoas. Não por acaso, para mostrar a gravidade do que era denunciado e atrair a atenção e simpatias, os manifestos apresentavam tom solene, com títulos e/ou frases iniciais se dirigindo ao conjunto dos brasileiros (“Mensagem à nação brasileira”, “Mensagem aos brasileiros”, etc.), ou frases de forte conteúdo nacionalista (“Brasil acima de tudo”, “Viva o Brasil”, “servir à Pátria”, “morrer pelo Brasil”, etc.).

A maior parte dos escritos dos grupos extremistas aos quais tivemos acesso foram da organização autoproclamada Comando Delta, que, aparentemente, tinha uma preocupação maior com a comunicação e não deixava de realizar explicações sobre o que entendia estar fazendo. Em carta à imprensa, talvez em tom exagerado, o grupo chegou a falar que tinha até um integrante encarregado das “relações públicas”⁴², evidência de como dava atenção à comunicação. Alguns dos panfletos traziam imagens, conforme abordaremos posteriormente. Igualmente falaremos depois sobre divergências entre os grupos, a exemplo da forma como era concebido o papel das multinacionais no desenvolvimento do País. Por outro lado, como de se esperar, existiam muitos elementos em comuns, considerando-se as influências mútuas dos terroristas e as representações anticomunistas da extrema-direita.

⁴² Tribuna da Imprensa, 25/05/1981.

O espectro mais comumente encontrados nos escritos, aos quais tivemos acesso, dizia respeito à crença segundo a qual a distensão/institucionalização do regime franqueava espaços para os comunistas colocarem em prática planos, bem articulados, de conquista do poder institucional. Para os terroristas, as medidas de liberalização feitas pelos setores “moderados” das Forças Armadas, nos governos de Geisel (1974-79) e Figueiredo (1979-85), a defesa da democratização do País levada a cabo pelas várias alas das oposições, o crescimento das mobilizações populares e a presença nestas das esquerdas representariam um risco de “comunização” do Brasil. Aquilo era inaceitável para o projeto de sociedade que os extremistas de direita idealizavam, constituindo-se uma afronta às suas representações de mundo. O inimigo comunista estaria novamente manobrando, de maneira dissimulada, para a conquista do Estado e tornava-se necessário, mais uma vez, detê-lo, recorrendo à violência.

Quando da explosão da bomba na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a 19 de agosto de 1976, no Rio de Janeiro, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) jogou nas escadarias do prédio vários panfletos onde se lia que

Chegou a hora de começar a *escalada contra a nova tentativa de comunização do Brasil em marcha*. A Associação Brasileira de imprensa - ABI, totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante, tomem cuidado, lacaios de Moscou⁴³ (itálico nosso).

⁴³ Tribuna da Imprensa, 20/08/1976.

Um outro panfleto da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), deixado junto à bomba – que acabou desativada –, na sede da OAB, no Rio de Janeiro, também a 19 de agosto de 1976, continha teor parecido: “começou a hora de começar a escalada contra a *nova tentativa de comunização do Brasil que está em marcha*”. No fim do texto, exaltava-se um lema que seria comum nos textos de várias organizações: “Morte à canalha comunista! Viva o Brasil!”⁴⁴.

Um manifesto do Comando Delta, de 1981, também é explícito ao denunciar o que entendia serem audaciosas manobras dos comunistas com a abertura. Os integrantes do grupo dizem que o texto traduz

(...) nossa inquietação diante de graves fatos que, no nosso entender, configuram descaradamente a *progressão da escalada subversiva em nosso País*. Grupos apátridas manifestam-se com audácia e insolência, numa *tentativa de abrir espaço que lhes favoreça a tomada do poder*. A canalha comunista, ousada e audaciosamente, *já se considera em condições de afrontar ostensivamente as forças da lei e da ordem* (itálico nosso).⁴⁵

Em manifesto distribuído na cidade de Vitória, a 6 de agosto de 1982, a Organização Nacionalista Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, analisando a situação política e social no período, alerta para a

⁴⁴ Folha de São Paulo, 20/08/1976.

⁴⁵ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, Agência Central, “Difusão de manifesto a oficiais do Exército brasileiro de autoria do autodenominado Comando Delta”, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008641_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

(...) *proliferação* de ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIAS MARXISTAS, MARXISTAS-LENINISTAS E TROTSKISTAS, aproveitando-se dos altos índices inflacionários existentes no país, da incompetência do governo que aí está e do sofrimento do povo brasileiro, *pregam a derrubada do regime e a implantação de uma PÁTRIA COMUNISTA*⁴⁶ (itálico nosso).

Em 1983, em um momento bem mais avançando do processo da abertura política, o grupo Comando Delta voltou a se manifestar, em cartas endereçadas a parlamentares e integrantes das Forças Armadas, mostrando “preocupação diante dos últimos fatos que, *conduzidos pela extrema esquerda, vem agredindo a Nação, em mais uma tentativa de abrir espaço para a ascensão ao poder*” (itálicos nossos)⁴⁷.

⁴⁶ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027933_d0001de0001. Acesso 17/09/2020. Maria Ortiz, conforme certa historiografia tradicional, é vista como uma heroína capixaba que lutara contra as invasões holandesas no período colonial. <https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2015/07/cafetina-ou-heroina-conheca-a-verdadeira-historia-de-maria-ortiz-1013901573.html>. Acesso a 11/03/2021. Para além de expressar a busca por uma referência nacionalista, a denominação Comando Maria Ortiz dá a entender a organização local, no caso do Espírito Santo, da organização extremista, ratificando o pensamento das historiadoras Danielle Lima Barreto e Clarissa Brasil, de como foram organizados vários grupos autônomos, os quais se retroalimentavam com as ações terroristas, sem que obrigatoriamente existisse uma estrutura única nacional ou local.

⁴⁷ Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido,

Por vezes, as críticas às mobilizações populares e a crença no perigo comunista eram manifestadas em temores segundo os quais a flexibilização do regime poderia implicar no retorno à situação política e social anterior a 1964. Em carta reproduzida pela imprensa, em 1981, o Comando Delta afirma que repudia “Toda e qualquer manifestação, parta de onde partir, que *visse retornar ao sistema vigente antes de 1964*, particularmente as manobras político-partidárias de convocação de uma Assembleia Constituinte” (itálico nosso)⁴⁸.

Os extremistas percebiam as manifestações contra o regime e os distúrbios urbanos do começo dos anos 1980, ante a inflação, o desemprego, a precariedade de transporte, saúde e moradia, etc., como parte de estratégia bem articulado pelos comunistas. Essa visão,

na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional. Conforme Bethania Sampaio Correa, com a distensão da ditadura, o fim do bipartidarismo e a legalização de outros partidos, o retorno dos exilados, as mobilizações populares do período, a palavra “esquerda” lentamente foi ganhando espaço ou voltando a ter espaço no panorama político. Com isso, para os grupos de direita radical, o comunismo, ou o que se concebia como comunista, “o inimigo interno”, deixava de ser o único alvo dos processos discursivos de negativização. O engendramento de significação começou a migrar para aqueles partidos considerados de esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT – novo reduto do Brizolismo) e, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores (PT). Os comunistas continuavam concebidos como uma ameaça, da mesma forma que as esquerdas as quais se articulavam na segunda metade dos anos 1970, igualmente vistas de forma genérica, sem que fosse observados as especificidades, isso quando as esquerdas não eram simplesmente igualadas aos comunistas. De qualquer forma, seria legítimo e necessários combater a todos. No final dos anos 80, com a queda do socialismo real no Leste Europeu e o fim da União Soviética, intensificou-se ainda mais a transferência da negativização do comunismo para as esquerdas como um todo (CORRÊA, 1996, p. 231).

⁴⁸ Tribuna da Imprensa, 25/05/1981.

que também estava presente em vários documentos dos órgãos de informação e repressão do regime⁴⁹, revela um dos elementos mais recorrentes do anticomunismo tradicional, o de teorias conspiratórias segundo as quais os comunistas teriam uma notória capacidade de articular complôs, mesmo nas condições mais adversas, manipulando as pessoas (entendidas como ingênuas e incapazes de perceber ardis) em seus planos de poder. Negando qualquer aspecto de espontaneidade ou motivações outras nos protestos, os integrantes da extrema-direita acreditavam que, por trás de tudo, estaria a mão manipuladora do inimigo vermelho, estimulando a revolta da população, provocando distúrbios, incitando a divisão da sociedade e minando a autoridade dos governantes, condições que, como visto antes, poderiam caracterizar uma das fases da guerra revolucionária, conforme entendia a DGR.

No Manifesto ao povo paulista, em que anuncia o seu retorno, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) diz que os protestos estudantis de 1977, “pretensamente reivindicatórios, são, na verdade, produto de um esquema nacional de subversão, o qual se subordina a um plano de rebelião mundial contra a democracia e nos-

⁴⁹ Veja-se, por exemplo, o documento elaborado pelo CIE sobre a subversão do Brasil no ano de 1979. O texto fala em um Movimento Comunista Brasileiro (MCB) que, bem articulado, busca “romper o imobilismo das massas”, atuando no meio estudantil, na Igreja, no movimento operário, na imprensa, nos segmentos políticos, sob bandeiras como combate à inflação, defesa de melhores salários, liberdades democráticas, anistia, revogação de leis de exceção, etc. Relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 253/102-A5/CIE, “Análise da situação da subversão no Brasil em 1979”, de 24 de abril de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007775_d0001de0006. Acesso 17/09/2020.

so nacionalismo. Assim começou na França, Portugal, Argentina, e agora novamente ferve em nossa Pátria”⁵⁰. O CCC aborda ainda o que entende ser o uso de elementos psicológicos por parte dos comunistas: “Os agitadores atuais lançam criminosamente a juventude contra a polícia, esperando conseguir um novo “Edson”, culpar o governo pelo massacre e conseguir clima psicológico para a criação de bases logísticas para o desencadeamento da guerrilha urbana”⁵¹.

Sobre os protestos populares de 1980, disse o Comando Delta que:

[A canalha comunista] em Salvador, *preparou e executou um movimento de massas*, inspirado em experiência desenvolvida na Europa, com a depredação sucessiva, durante vários dias, de meios de transporte, imprescindíveis à população daquela cidade, *gerando a inquietação, o caos e a desordem, além da tentativa de desmoralização das autoridades constituídas*. O mesmo movimento, *em uma estratégia bem delineada*, provavelmente, se estenderá a outras regiões do País, numa reação em cadeia⁵² (itálicos nossos).

⁵⁰ “Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 1560/S-103.1, “Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional.

⁵¹ “Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 1560/S-103.1, “Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional.

⁵² Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 200/16/AC/1981, Agência Central, de 27 de outubro de 1981. Arquivo Nacional.

Uma referência explícita a uma fase insurrecional que viveria o Brasil, com a distensão, foi feita pela Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz:

(...) Já que o governo cruzou os braços e *vemos o país caminhando para um período pré-revolucionário* nós da ORGANIZAÇÃO NACIONALISTA-PÁTRIA NOVA, Comando MARIA ORTIZ conclamemos todas as organizações de direita, centro e conservadoras que se unam e cobrem do governo uma definição de sua linha política e que seja cumprida a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (...) ⁵³ (itálico nosso).

A abertura da ditadura, com adoção de algumas garantias liberais de um Estado de direito, era refutada, visto que favorecia a escalada do inimigo interno na intenção de tomar o poder e criar um governo marxista. A perspectiva de que o comunismo se aproveitava da “passividade” das instituições liberais era extremamente comum no discurso anticomunista (TEIXEIRA, 2012, p. 174). O que os extremistas do final dos anos 70 faziam era defender a conservação da ditadura com uma adequação desse discurso, para refutar a distensão. Em outras palavras, a ameaça comunista, numa iminente possibilidade de conquista do poder, era justificativa para a própria ação violenta/terrorista dos extremistas de direita e, em último plano, para a conservação do Estado forte, com restrição de garantias e liberdades individuais, bem de acordo com os postulados da DSN e DGR.

⁵³ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

1.5 Inimigo oculto

Há nos textos elaborados pelos grupos de extrema-direita um esforço de associar os planos de conquista dos comunistas, que os extremistas entendiam existir com a distensão da ditadura, a um passado no qual o inimigo esteve atuante e fora derrotado, em particular os anos 1960. São frequentes o emprego de expressões e termos que denotam repetição, reiteração, nova tentativa, novo esforço⁵⁴, etc. Nesse sentido, os extremistas se veem numa espécie de tradição de combate ao comunismo, uma luta que já acontecia em um tempo anterior e que continuava naquele presente, visto a capacidade de adaptação do adversário. Cumpriam, assim, uma espécie de missão histórica de luta contra o comunismo. O inimigo vermelho, vendo o espaço aberto com a flexibilização da ditadura, teria retomado antigas artimanhas para, mais uma vez, tentar concretizar o objetivo de conquistar o comando do Estado, como havia almejado em outros momentos e foi frustrado em virtude da reação das Forças Armadas e de “bons patriotas”.

No Manifesto ao povo paulista, de 1977, aos referir aos protestos estudantis que então ocorriam, o CCC diz que “tanto os agitadores de 1966/68 como os de agora não são capazes de apresentar algo de concreto” e que “diante da agitação constante dos estudantes e de outros setores, faz-se necessário que recordemos o passado e comparemos a situação. Da comparação, salta aos olhos a repetição do quadro subversivo de 1966/68 (...)”⁵⁵.

⁵⁴ Folha de São Paulo, 05/09/1976.

⁵⁵ “Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército

Na explosão de uma bomba no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a 29 de março de 1978, um grupo que se identificou pela sigla GOE (significado desconhecido) deixou bilhete no qual repreende os estudantes, visto que, em vez de estarem se manifestando contra o regime, “deveríamos, sim, como cristãos e patriotas, [exaltar] a memória daqueles impávidos brasileiros que morreram lutando contra movimentos subversivos”⁵⁶, em referência a pessoas que foram mortas pelas esquerdas na luta armada contra a ditadura. Em manifesto de setembro de 1980, a Falange Pátria Nova afirmou que seus alvos são os “comunistas, que sempre tentaram, e estão tentando hoje de uma forma mais sutil, transformar o regime”⁵⁷.

Em carta reproduzida pela imprensa, em julho de 1981, o Comando Delta associou os integrantes dos movimentos que defendiam a abertura do regime aos grupos guerrilheiros de esquerda dos anos 1960:

nº 1560/S-103.1, “Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional.

⁵⁶ Jornal do Brasil, 30/03/1978, 1º/10/1978; Folha de São Paulo, 30/03/1978, 31/03/1978.

⁵⁷ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

Essa escória de *subversivos, comunistas, apátridas, sequestradores, assaltantes de bancos, guerrilheiros sanguinários, etc., move-se novamente* nas sombras, manifestando-se com audácia e insolência, atingindo as Forças Armadas e particularmente o Exército, numa tentativa de abrir espaços que lhes favoreçam a tomada do poder.

(...) *Esses mesmos criminosos de 67/68, após a abertura política, se reorganizaram, entraram novamente na clandestinidade e hoje já dispõem de tempo e meios bélicos para praticar seus criminosos atos* (...) (itálicos nossos)⁵⁸.

O comunismo, portanto, era um permanente problema de segurança, o que demandava atenção do aparato repressivo estatal e dos cidadãos, para perceber as ações e as manobras recorrentes do inimigo e, sobretudo, combatê-las. Em outros termos, fazia-se necessário estar sempre em guarda e, naquela conjuntura, agir, pois o perigo vermelho havia, mais uma, vez ressurgido, aproveitando-se da distensão do regime, após o fracasso da luta armada/“terrorista” das esquerdas no final da década de 60. Os inimigos da Pátria teriam se reorganizado com as possibilidades e espaços permitidos pela abertura e, na surdina, clandestinamente, em seus planos de poder, tramavam ações criminosas para atingir as Forças Armadas, as guardiãs da nação, que, no passado, os haviam lhes derrotado.

No trecho do manifesto do Comando Delta, transcrito acima, como em outros documentos dos extremistas aos quais tivemos acesso, faz-se referência à infiltração silenciosa (“move-se novamente nas sombras”) dos comunistas na sociedade, lembrando elemento comum do

⁵⁸ Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

comunismo tradicional e alardeado igualmente na DSN e DGR. Conforme Rodrigo Patto Sá (2002, p. 55), desde a década de 1930 já existem referências a essa imagem da infiltração sorrateira vermelha, ganhando mais relevo no imaginário anticomunista na primeira metade dos anos 1960. O inimigo interno, com parcimônia, não hesitava em manobrar e utilizar pessoas e instituições de credibilidade em seus projetos de poder. No caso dos manifestos, cartas, etc. dos extremistas no final dos anos 70, são reiterados os ataques à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras entidades, acusadas de estarem a serviço do “monstro vermelho”.

O grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, no texto “Ao povo brasileiro”, de 1982, condenou o comunismo que teria se infiltrado na Igreja. Afirma: “(...) não admitimos é a destruição de nossas instituições e nossa igreja (sic) hoje dominada pelos bispos comunistas e a desagregação da família brasileira”⁵⁹. No ataque contra a ABI, em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) afirmou que a instituição estava “totalmente dominada pelos comunistas”⁶⁰.

O Comando Delta se manifestou em algumas ocasiões nesse sentido. Em carta republicada na imprensa, em maio de 1981, o grupo diz que condena: “Toda e qualquer interferência de órgãos infiltrados pelo comunismo internacional, como ABI, OAB, CNBB, em assuntos

⁵⁹ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

⁶⁰ Tribuna da Imprensa, 20/08/1976.

da alçada do governo”⁶¹. Em outro texto, também publicado na grande imprensa, a organização afirma:

Repudiamos que tais grupos [de esquerda] venham sendo abertamente apoiados pela OAB, ABI, CNBB, que se desviaram inteiramente de suas missões precípuas e se engajaram na luta total e subversiva contra o regime democrático. Essas entidades estão em nossa mira e em breve pagarão pelos seus crimes⁶².

Para os extremistas, o que nos faz lembrar os pressupostos da guerra psicológica marxista referida pela DGR, os vermelhos endossavam e estimulavam, dentro de tais instituições, causas simpáticas à população, como a liberdade de expressão, a defesa dos direitos humanos e a melhoria das condições de vida, mas com fins escusos. Tão avançada a infiltração comunista que as entidades haviam se desviado de suas missões originais. No caso, pode-se inferir aqui uma reação dos extremistas ao envolvimento de CNBB, OAB, ABI, etc. nas campanhas pela democratização e nas denúncias das violações de garantias fundamentais pela ditadura, posturas que irritavam profundamente os militares e conservadores e eram vistas como ações de “maus brasileiros”/comunistas para atingir a imagem do Brasil no exterior (FICO, 2014, p. 107). Estando aquelas instituições da sociedade civil infiltradas e corrompidas, seus posicionamentos não deveriam ser considerados, visto que apenas serviam à causa do inimigo interno e agiam para “afastar as Forças Armadas da função de

⁶¹ Tribuna da Imprensa, 25/05/1981.

⁶² Tribuna da Imprensa, 20/06/1981.

garantidoras da segurança interna, abrindo caminho para a tomada do poder pelos comunistas que, esta sim, representaria a derrubada da democracia” (TEIXEIRA, 2012, p. 184).

Novamente os extremistas dão a entender aspectos de homogeneidade e manipulação presentes nos alvos da eventual “infiltração” comunista, ou seja, OAB, CNBB, ABI e outras eram percebidas como unidades, como um todo fechado, negando-se as divergências e disputas (de composição, fins, concepções de sociedade e de mundo, etc.) entre as instituições e, sobretudo, dentro delas próprias. Os associados seriam, comunistas ou figuras manipuláveis, consumidores totalmente passivos, sem tino de discernimento, incapazes de criticar e analisar as mensagens que recebiam e pensá-las a partir de suas experiências e conhecimento de mundo. Nesse sentido, os extremistas, denotando seu autoritarismo, se concebiam como uma elite esclarecida e as demais pessoas, “inocentes úteis”, para usar um jargão comum da política.

Como em outros períodos históricos, os meios de comunicação não escaparam às acusações de que apresentavam laços com os comunistas. Ataques com explosivos foram feitos a órgãos da chamada grande imprensa, como Tribuna da Imprensa⁶³, do Rio de Janeiro, e O Estado de São Paulo⁶⁴, sem falar das inúmeras ligações telefônicas com ameaças de bombas às redações de periódicos por todo o País. Os alvos principais, porém, foram os jornais da denominada imprensa alternativa ou nanica. A crença de que os jornais alternativos eram

⁶³ Tribuna da Imprensa, 27/03/1981.

⁶⁴ Folha de São Paulo, 15/11/1983.

porta-vozes da difusão das ideias comunistas fundamentaria não apenas atentados contra os periódicos, mas contra as bancas de jornais, especialmente em meados de 1980 (KUCINSKI, 2018). Na explosão de uma bomba contra a sede do jornal Opinião, a 15 de novembro de 1976, a AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) deixou panfleto denunciando a ameaça vermelha que a levava a agir.

A Aliança Anticomunista Brasileira decidiu que não é mais possível deixar sem resposta as ações criminosas a soldo de Moscou que este grupo de traidores vem realizando há longo tempo em proveito da comunização do Brasil, através do jornalco Opinião e outras publicações. Esta é a nossa mensagem de advertência: da próxima vez ajustaremos contas pessoais com esses excrementos humanos. A hora da verdade está chegando Fernando Gasparian e assecclas! Estejam certos que pagarão com a própria vida a traição à Pátria que estão cometendo. Morte à canalha comunista! Viva o Brasil! AAB -Aliança Anticomunista Brasileira⁶⁵.

Como se percebe, quaisquer pessoas ou instituições que promovessem críticas ao regime eram tachadas, genericamente, com o rótulo de comunistas. Essa re-tratação ajudava, assim, a construir a ideia do inimigo interno, tão cara à DSN e DGR. Era a materialização dos antibrasileiros, pessoas sórdidas, inescrupulosas, apátridas, traidoras da nação, etc. Tramando contra os valores patrióticos e, por extensão, contra os “bons brasileiros”, os detratores e inimigos do País deveriam ser ignorados quanto a suas ideias, intimidados para cessa-

⁶⁵ Jornal do Brasil, 16/11/1976.

rem suas ações antinacionais e mesmo silenciados caso persistissem agindo contra o Brasil, o que ajuda a entender as representações dos extremistas de direita quanto ao emprego de ameaças e uso da violência/terrorismo.

Os nomes dos grupos (Comando de Caça aos Comunistas, Vanguarda de Caça aos Comunistas, Movimento Anticomunista etc.), como diz a historiadora Danielle Barreto Lima (2020, p. 121), acabavam, de certo modo, servindo para legitimar os atos de violência. Em momento de perigo para o Brasil, era conveniente que existissem pessoas dispostas a se mobilizar com outras, a se posicionar à frente da sociedade, para combater e caçar o inimigo interno comunista. Estando o “Brasil acima de tudo”, como se lê em alguns dos textos dos terroristas, os que afrontassem a Pátria não deveriam compartilhar do mesmo espaço e possibilidades. Calá-los e eliminá-los eram maneiras de fazer prevalecer os interesses do Brasil, concebido como uma unidade e à qual todos os cidadãos deveriam se submeter e contribuir.

Chama a atenção, em algumas das manifestações dos grupos ora em estudo, as referências ao histórico líder comunista Luiz Carlos Prestes, que voltara do exílio em 1979, e aos Partidos Comunistas (PCB e PCdoB). Em Fortaleza, por exemplo, em uma de suas primeiras ações, o MAC fez pichações em espaços da cidade comparando Prestes (e outro recém regresso do exílio, Leonel Brizola) ao cantor popular Sidnei Magal⁶⁶. No texto “Ao povo brasileiro”, distribuído em Vitória-ES, a 6 de agosto de 1982, o grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz afirma:

⁶⁶ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

Não podemos deixar que outras cidades brasileiras virem um satélite comunista como a cidade de Vitória, onde temos dois bispos comunistas, Dom JOÃO BATISTA e Dom SOADIAM que permitiram que a igreja (sic) virasse uma agência de Moscou, onde o jornal A TRIBUNA foi dominada pelo PCdoB pois na sua redação só trabalham militantes desta organização, onde o judiciário possui um juiz do Comitê Regional do PCB, JOÃO BATISTA HERKENHOFF, onde o Departamento Estadual de Cultura está entregue ao PCB, as Comunidades Eclesiásticas de Base e os Movimentos de Bairro nada mais [são] do que células de organizações comunistas, onde temos deputados federais e deputados estaduais [do PMDB] que são militantes do PCdoB como MAX MAURO, DILTON LIRIO e ROBERTO VALADÃO⁶⁷.

Após ter assumido inicialmente a autoria do atentado ao Riocentro, o Comando Delta voltou atrás, enviando uma (segunda) carta à imprensa, onde atribui a execução do ataque às esquerdas. No texto, naquele momento tão tenso para a extrema-direita, o grupo não deixou de citar o PCB. Para o Comando Delta, o show do Riocentro, em celebração ao dia do trabalhador, “foi uma reunião sob o patrocínio do Cebrade – organização comunista de fachada, notoriamente controlada pelo PCB e que contava com a participação de inúmeros militantes dos chamados setores artísticos”⁶⁸.

⁶⁷ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

⁶⁸ Tribuna da Imprensa, 25/05/1981. O Centro Brasil Democrático (CEBRADE) fora fundado em 1978 por Oscar Niemeyer, Ênio Silveira e Sérgio Buarque de Holanda (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 165).

Como sabemos, os partidos comunistas estavam bastante fragilizados na segunda metade dos anos 1970. O PCdoB buscava se rearticular após o fracasso da Guerrilha do Araguaia (SALES, 2007, p. 91) e sofria ainda com divisões internas e o impacto político da perda de alguns de seus líderes no chamado Massacre da Lapa, em São Paulo, no ano de 1976⁶⁹. O PCB igualmente se mostrava debilitado, visto que havia deixado de ser a grande referência política das esquerdas, como o fora entre 1945-64, em virtude de seus posicionamentos quando do golpe que derrubara Jango e das várias dissidências que sofrera por não ter apoiado a luta armada durante a ditadura (GORENDER, 1999).

A historiografia chama a atenção sobre como o PCB foi alvo de intensa violência em meados dos anos 70 – combater a agremiação seria uma forma de justificar a existência de todo o aparato de repressão (FICO, 2001, p. 211 e seguintes). Sem descartar essa argumentação, pode-se conjecturar que a verdadeira caça aos militantes do partido – cujo exemplo mais famoso foi a morte, sob tortura, do jornalista Wladimir Herzog, em São Paulo, no ano de 1975 – poderia ser associada ao que estamos chamando de anticomunismo tradicional, afinal, o partido estivera presente na origem de um dos marcos do anticomunismo do Brasil, o levante comunista de 1935, articulado pela referida organização e com a presença de Luís Carlos Prestes.

Em um momento de crescentes manifestações populares e de “infiltração comunista” na sociedade, o PCB,

⁶⁹ O chamado Massacre ou chacina da Lapa refere-se ao assassinato, em uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, a 16 de setembro de 1976, dos militantes do PCdoB Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Franco Drummond (este, sob tortura, no DOI-CODI, após ser capturado vivo) (SALES, 2007, p. 91).

não obstante sua notória fragilidade, era visto como um “perigoso inimigo a ser combatido”. Conforme as representações anticomunistas da extrema-direita, não surpreende que os relatórios dos órgãos de segurança da ditadura⁷⁰ e os manifestos dos grupos terroristas tenham dado tanta atenção ao PCB, mesmo com a agremiação cada vez mais secundarizada em termos de influência política – em 1980, seria fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornou a grande referência sindical e política das esquerdas brasileiras daí em diante (SANTANA, ANTUNES, 2007, p. 385). Mesmo a postura moderada adotada pelo PCB (por exemplo, o partido criticou os “excessos” das greves operárias de 1979 e 1980) e a composição com setores liberais e conservadores da sociedade, na defesa da democratização do País, não passariam, para os extremistas de direita, de astutas manobras para conquista do poder, via infiltração nas estruturas políticas autorizadas pelo regime, na intenção de corrompê-las. A partir de 1970, enquanto parte da esquerda ainda se mantinha na luta armada, o PCB ampliara a ideia da formação de uma frente democrática, apoiando o MDB e usando sua legenda como alternativa política, já que a agremiação comunista continuava na ilegalidade (SANTANA, 2007, p. 381). Daí as denúncias, feitas pelas direitas, acerca da infiltração comunista no MDB/PMDB, cujas vitórias eleitorais eram vistas como o “avanço do marxismo no Brasil” (FICO, 2001, p. 134).

Lembrando os pressupostos da Guerra Fria, os extremistas enfatizavam a dicotomia da sociedade. De um lado, os patriotas e os defensores da liberdade; do outro,

⁷⁰ Veja-se, por exemplo, Relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 253/102-A5/CIE, “Análise da situação da subversão no Brasil em 1979”, de 24 de abril de 1980. Arquivo Nacional.

os comunistas e seus apoiadores, que tramavam contra a nação, e mesmo os oportunistas e indecisos. Essa percepção pode ser entendida como um desdobramento da visão generalizadora acerca do comunismo. Oblitera-se, assim, a diversidade política e ideológica que existia no campo das oposições e mesmo entre as esquerdas. Caso não se encontrasse com as direitas, o indivíduo só podia ser um inimigo vermelho ou um aliado destes, não havendo brechas para meios termos. Quando do atentado à casa do empresário e jornalista Roberto Marinho, proprietário das organizações Globo, no bairro do Cosme Velho (atual Instituto Casa Roberto Marinho), em 1976, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) deixou bilhete afirmando: “Sé é contra a propriedade privada, também somos contra você”⁷¹.

⁷¹ Jornal do Brasil, 24/9/1976. O atentado deu-se na mesma noite em que fora sequestrado Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, e ocorrera a explosão de seu carro em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dias antes, explodira uma bomba na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), também no Rio de Janeiro, e outra na sede do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo. Os atentados foram vistos como uma retaliação da extrema-direita militar pela demissão do general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército, em janeiro de 1976, depois do assassinato do operário Manuel Fiel Filho no DOI de São Paulo. Há várias versões sobre o atentado à casa de Roberto Marinho. Para o SNI, Marinho fora atacado possivelmente porque mantinha muitos comunistas trabalhando em suas empresas. O ex-diretor de O Globo, Evandro Carlos de Andrade, conta que o atentado foi chefiado pelo jornalista Emiliano Castor, que cobria o setor militar e que havia sido demitido da equipe do jornal (GASPARI, 2004, p. 276 e 277). O ex-delegado Cláudio Guerra, ligado à comunidade de informação do regime, afirmou que o atentado foi uma farsa, não passando de uma simulação a pedido do próprio Marinho para não o indispor com os outros meios de comunicação, visto as proximidades das organizações Globo com o regime (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 161).

Na declaração de maio de 1981 e publicada nos jornais, tratando sobre o caso Riocentro, o Comando Delta fez alertas aos inimigos e seus projetos de “comunização” do Brasil: “Apesar do relativo insucesso, reafirmamos nosso propósito de salvar a Pátria, combatendo com todos os meios ao nosso alcance, sem desfalecimento, a canalha comunista e todos aqueles que pretendem levar este país para o comunismo, a pretexto de uma inexequível abertura democrática”. O grupo não deixou de ameaçar com a realização de novos ataques, mostrando sua representação dicotomizada do mundo: “Quem não estiver conosco, estará contra nós. Ousar lutar, ousar vencer. Brasil acima de tudo”⁷².

Estabelecidos os marcos que separavam os “bons e maus” brasileiros, os grupos extremistas faziam apelos à população, entendendo que esta abraçaria a luta contra o comunismo e os métodos violentos empregados. Diz o manifesto do grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, do Espírito Santo:

Ao povo conclamamos para que auxiliem (sic) e incentivem (sic) o fortalecimento das organizações de direita que hoje tentam impedir o avanço da corrupção e da subversão.

ATENÇÃO: - LEIA E PASSE ADIANTE
SE PUDE, TIRE XEROX E DISTRIBUA
AJUDEMOS CRIANDO NÚCLEOS DE COMBATE
AO COMUNISMO MESMO ISOLADAMENTE.

(...) OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER
PELO BRASIL⁷³.

⁷² Jornal do Brasil, 13/05/1981.

⁷³ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

Igualmente era comum nos textos referências à existência de um bem articulado e poderoso movimento comunista internacional, que orientava os passos e as ações de seus militantes no Brasil. As manifestações contra o regime seriam, dessa forma, expressões de um complot internacional, uma teoria conspiratória das mais destacadas e tradicionais nas representações anti-comunistas (MOTTA, 2002, p. 54). Os militantes comunistas locais, fanáticos ideológicos, seguiam cegamente as ordens vindas do exterior. Esses elementos podem ser notados no texto da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, de agosto de 1982, sobre como a subversão campeava no País “sob a orientação de MOSCOU, CUBA E ALBÂNIA, [com] auxílio dos falsos patriotas do dia a dia (...)”⁷⁴.

Sob os discursos de defender o Brasil, os comunistas não passavam de falsos patriotas, traidores, pois estavam a serviço de potências estrangeiras. Os verdadeiros patriotas, como se viam os extremistas de direita, deveriam, assim, ser implacáveis contra esses insidiosos. A Vanguarda de Caças aos Comunistas (VCC) expressa que:

Não vamos nem iremos a parte alguma do mundo buscar doutrinas. Pequim, Havana e Moscou são lugares malditos onde os comunistas brasileiros que “bafejam” democracia vão pedir conselho. Todos os comunistas e governantes corruptos são traidores da Pátria; nós os julgaremos por traição com ajuda de nosso povo⁷⁵.

⁷⁴ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

⁷⁵ Tribuna da Imprensa, 29/08/1980; Jornal do Brasil, 19/09/1980.

Como já havia alertado Rodrigo Patto Sá (2002, p. 56), percebe-se nos textos uma simplificação do real quanto às divergências dentro do bloco socialista existentes à época. Para os extremistas de direita, havia um movimento comunista internacional homogêneo, planejando e insuflando militantes vermelhos dentro do Brasil. Ignoravam as condições e dificuldades práticas para realizar algo do tipo e desconsideravam ou silenciavam que existiam sérias disputas e embates entre China e União Soviética e que, por isso, parecia pouco plausível uma cooperação, em um “plano mundial de infiltração”, entre dirigentes dos dois países...

Tendo uma representação tão negativa dos comunistas, não surpreende a linguagem ofensiva, por vezes chula, usada pelos extremistas em seus documentos para se referirem aos inimigos internos. Além de traidores da Pátria e ardilosos, os comunistas eram retratados como mesquinhos, inescrupulosos, pessoas sem caráter, capazes das mais terríveis manobras para a tomada do poder, isso quando não eram vistos como corruptores da religião, dos bons costumes, da juventude e dos valores familiares. O Comando Delta falava em “escória” e “sanguinários”⁷⁶. A Aliança Anticomunista Brasileira fez ameaças de morte à “canalha comunista” e tachou os adversários de “excremento humano”⁷⁷. Em carta publicada na imprensa do Rio de Janeiro, em setembro de 1980, os integrantes da Falange Pátria Nova se referiram aos inimigos políticos como “porcos vermelhos, fanatizados por [uma] ideologia aética e anticristã”⁷⁸.

⁷⁶ Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

⁷⁷ Jornal do Brasil, 16/11/1976.

⁷⁸ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados

Realizar negativas e generalizações quanto a aspectos políticos, morais e comportamentais tem propósitos. A partir do que diz Martha Huggins (2006, p. 462), em estudo sobre a violência praticadas por agentes estatais, pode-se supor que os extremistas estendiam estar se referindo e realizando atentados genericamente contra o comunismo, um inimigo pernicioso que, sorrateiramente, se entranhava na sociedade. Era, pois, um adversário sem rosto, o que não gerava nenhuma empatia quanto às pessoas que poderiam ser maculadas com as expressões chulas ou atingidas com os ataques. Os terroristas não estavam agindo especificamente contra alguém, mas contra um conjunto. As potenciais vítimas, assim, eram desumanizadas. A despersonalização das vítimas funcionava como uma defesa psicológica, ou seja, servia para descomprometer moralmente os perpetradores de violência, quanto às responsabilidades e consequências de seus atos, como se deu no caso dos agentes estatais envolvidos com torturas na ditadura (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 273) e, agora, entendemos, com os partícipes de ataques terroristas. Como não se sabia quem era o outro, não havia laços, não havia empatias e, portanto, não havia preocupações. O sofrimento do outro não comovia.

terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em *Tribuna da imprensa*, 02/09/1980.

1.6 Salvando a Pátria

Vê-se nos manifestos dos grupos de extrema-direita, com certa frequência, menções e exaltações às Forças Armadas, especialmente ao Exército. As instituições castrenses são concebidas como guardiãs da sociedade, detentoras dos mais altos valores. Muitos dos documentos dos extremistas, conforme os relatórios do SNI, eram difundidos em quartéis e/ou enviados a oficiais pelos Correios. Isso pode ser visto como uma forma de promover proselitismo entre os pares (o que denota, mais uma vez, as ligações entre os terroristas e o aparato estatal), mas, igualmente, um sinal de crença no papel de liderança das Forças Armadas sobre a sociedade. Por mais que as pichações, os panfletos deixados nos locais de ataques, etc., conclamassem a população a reagir à “subversão”, apelar para a caserna era esperar que mais integrantes da corporação militar abraçassem a causa, tendo-se em conta o papel, os valores e a missão que os militares apresentariam para com a Pátria, a família, a religião, a moral, etc.

A denominação de algumas das organizações expressa a exaltação do militarismo – bem como o viés autoritário – a exemplo de Falange Pátria Nova, Comando Delta e Comando de Caça aos Comunistas. Conforme dicionaristas (HOUAISS, VILLAR, 2009)⁷⁹, o termo Falange pode ser uma referência aos corpos de tropas que, armados e disciplinados, combatiam os inimigos, lembrando tanto a formação militar usada por gregos e macedônios na An-

⁷⁹ DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em <https://www.dicio.com.br/falange/?fbclid=IwAR157QeVTyYtFjqJsuOIUbDBBnB3GLx-FmHL0O7mCxH-WM9v9JZHiWAN3jpM>. Acesso a 16/07/2021.

tiguidade, como os grupos políticos e paramilitares, liderados no Francisco Franco, na Guerra Civil Espanhola (1936-39) e de inspiração fascista. Chama a atenção o fato de duas das mais atuantes organizações extremistas no período da distensão usarem o termo “comando”. A palavra, entre seus muitos significados, se refere a um grupo militar especializado em realizar missões rápidas em território hostil ou ainda a um grupo de ação estratégica e também a um órgão que dirige uma unidade operativa. Como se percebe, a referência à caserna está presente nos significados, em um sentido de que se trata de um grupo militar, especializado, uma elite da tropa, que realiza, lidera e pensa as ações.

A pesquisa de Danielle Barreto Lima (2020, p. 103 e seguintes) indica como o CCC, tanto nos anos 60 como nos 70/começo dos 80, usou em suas imagens o triângulo. No caso do Comando Delta, nota-se que o delta (Δ), quarta letra do alfabeto grego, também tem forma triangular. O triângulo/pirâmide, comumente presente na simbologia da Maçonaria, remeteria à ideia de harmonia, força e sabedoria. No caso de seu emprego por grupos extremistas de direita, um integrante do CCC relatou à revista O Cruzeiro, em 1968, que “a pirâmide foi escolhida por causa da sua estrutura de organização. Um chefe no topo, que comanda setores cada vez maiores” (LIMA, 2020, p. 98). Dessa forma, pode-se inferir que as denominações e as imagens empregadas faziam referências a uma elite esclarecida, militar, que, atuando em uma missão especial, comandava, impunha disciplina e harmonia, ainda que com o uso da força, e sabia o que era o melhor para o resto da sociedade.

O enaltecimento às Forças Armadas pode ser percebido na carta enviada, pelo Comando Delta a oficiais do Exército de São Paulo e Rio de Janeiro, em 1981. Os destinatários,

no caso, tinham, na maioria, a patente de major, mas o documento foi igualmente remetido a alguns capitães e oficiais subalternos, segundo informa o SNI. No escrito, intitulado “Mensagem à nação brasileira”, a organização extremista diz que voltava a se manifestar

(...) à Nação Brasileira e em particular às Forças Armadas, para traduzir nossa inquietação diante dos graves fatos que, a nosso entender, configuram declaradamente a progressão da escalada subversiva em nosso país. (...).

Reiteramos a confiança em nossas Forças Armadas, como guardiã da Pátria (...) ⁸⁰.

Em manifesto de 1983, em termos parecidos, os membros do Comando Delta voltaram a enfatizar: “reafirmamos nossa inabalável fé na Forças Armadas, última reserva moral da nação” ⁸¹. O grupo Falange Pátria Nova-comando Maria Ortiz, em texto citado por relatório do SNI de 1982, questiona se o presidente-general Figueiredo ainda tem um pouco dos “brios adquiridos na vida castrense” ⁸².

⁸⁰ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, Agência Central, “Difusão de manifesto a oficiais do Exército brasileiro de autoria do autodenominado Comando Delta”, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional.

⁸¹ Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido, na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional.

⁸² Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

Não custa lembrar que, dentro da lógica da DSN, seria de responsabilidade dos militares e de uma elite “preparada e esclarecida” guiar e salvar o país do atraso econômico e da barbárie comunista. As Forças Armadas estariam na linha de frente do combate à subversão e na defesa da Pátria. Nesse sentido, com as exaltações, os extremistas ratificavam a condição de liderança da instituição castrense em um momento em que enxergavam perigosa ameaça comunista. A própria luta contra a distensão, no objetivo de conservar a estrutura política vigente, sob o comando dos militares, já era um sinal de apreço pela instituição castrense. Daí porque, como veremos adiante, os extremistas buscavam diferenciar-se dos “militares traidores” e dos presidentes Geisel e Figueiredo, vistos como arrogantes e pretensiosos.

De modo geral, não há nos documentos, aos quais tivemos acesso, referências explícitas, diretas, sem deixar margem a dúvidas, de que os extremistas fizessem parte do aparato estatal de repressão. Os conteúdos dos textos dão a entender que os integrantes dos grupos terroristas falavam de um lugar que não era o mesmo da comunidade de informação e Forças Armadas, apesar dos elogios a estas. Com a repercussão negativa dos atentados, em particular daqueles nos quais se verificaram vítimas, os terroristas passaram a se preocupar com a associação feita pela imprensa e opositores, de que fossem integrantes da comunidade de segurança e informação, repudiando veementemente a acusação. A Falange Pátria Nova, em setembro de 1980, após os ataques à OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, negou a autoria e afirmou:

Achamos muita graça quando essa imprensa nos acusa de paranoicos, fascistas, nazistas, cornos e

outros epítetos do mesmo teor. Acusam-nos, também, de pertencermos a órgãos de segurança como DOI-CODI, Serviço de Informação ou mesmo de sermos agentes secretos do governo⁸³.

Não obstante, por vezes, os textos dos extremistas traziam dubiedades, que poderiam ser chamadas de atos falhos ante uma análise mais atenta. Na carta deixada para o bispo Dom Adriano Hypólito, de 1979, após ataque à Catedral de nova Iguaçu⁸⁴, os membros da VCC afirmaram que eram “revolucionários”. Como sabemos, a palavra “revolução” era bastante usada nos anos 60 e 70 para se referir ao golpe de 64 e a nova ordem política estabelecida a seguir. Daí se poderia inferir que os terroristas do VCC, ao se se identificarem como “revolucionários”, estavam dando a entender que eram militares, que haviam feito ou participado do movimento golpista que derrubara Jango e que apoiavam e compunham o regime (CORDEIRO, 2015).

O Comando Delta, em de maio de 1981, em uma primeira carta, na qual assume a autoria do ataque ao Riocentro, falou em “antigos companheiros”, em uma referência aos agentes de repressão, explicitando que não hesitaria em “tê-los como inimigos, se vestirem a camisa ao avesso”⁸⁵. Em uma carta seguinte (a terceira), em que o grupo negou o atentado, lê-se que “(...)

⁸³ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

⁸⁴ Jornal do Brasil, 21/12/1979.

⁸⁵ Jornal do Brasil, 13/05/1981.

nós do Comando Delta, orgulhosamente integrantes dos chamados 'bolsões sinceros, mas radicais'(...) ⁸⁶. Os extremistas incorporavam, assim, uma expressão bastante conhecida à época, empregada por Ernesto Geisel ao se referir aos setores da caserna que se posicionavam contrários à distensão ⁸⁷. Nessa mesma terceira carta, o Comando Delta, após elogiar as Forças Armadas, volta a mostrar distanciamento da instituição, ao afirmar que sua intenção é “*contribuir*, até mesmo com o uso violência”, para barrar a subversão. Ou seja, os extremistas não faziam parte da Três Forças, estavam apenas secundando as mesmas.

Estabelecendo que não integravam as Forças Armadas, os extremistas buscavam não manchar a imagem da corporação, afinal, estavam agindo ilegalmente e desrespeitando a hierarquia – um dos princípios mais valorizados na caserna –, inclusive insurgindo-se contra seus superiores e o presidente-general. Despiam-se das fardas e patentes e, agindo clandestinamente e sem subordinar-se às leis e hierarquia, viam-se livres de amarras para praticar o necessário (“até mesmo com o uso da violência”) ante a crescente subversão.

Se as Forças Armadas, enquanto instituições, eram enaltecidas e preservadas, os terroristas não deixavam de dirigir críticas aos “falsos” militares que estavam agindo contra os valores cívicos e o interesse da nação. Em suas perspectivas, os setores “moderados” da caserna, com o processo de institucionalização, estariam facilitando a atuação dos comunistas e traindo a Pátria. Há nos textos

⁸⁶ Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

⁸⁷ Carlos Fico (2017, p. 63) diz que Geisel, em discurso a 1º de dezembro de 1977, no Palácio da Alvorada, usou a expressão “revolucionários sinceros, mas radicais”, e não “bolsões revolucionários”, como registrou o comentarista político Carlos Castello Branco.

dos agrupamentos anti-distensão várias insinuações contra as gestões de Geisel e Figueiredo e ataques duros, especialmente, a Golbery de Couto e Silva, tido como um dos grandes articuladores da distensão do regime. Ficou conhecido o documento intitulado “Novela da traição”, que circulou nos quartéis, no ano de 1975, mostrando Golbery como um traidor dos “princípios revolucionários de 1964”. O documento, cujos autores estariam ligados aos atentados (ARGOULO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 305; GASPARI, 2004, p. 79), trazia no final um desenho de Golbery enforcado⁸⁸. Nas representações dos radicais de direita, os referidos militares estavam contribuindo para a comunização do País, pois a flexibilização do regime era a entrega do Brasil ao movimento comunista internacional e seus aliados internos. Os “verdadeiros” militares, “autênticos revolucionários”, não compactuavam com o que se passava no País e continuavam em suas tarefas diárias, dedicados à defesa da Pátria, sem interesses outros. Na Mensagem ao Povo Brasileiro, o Comando Delta celebrou a saída de Golbery de Couto e Silva do governo Figueiredo, ocorrida a 6 agosto de 1981:

(...) Regosijamos (sic) com a saída do sr. Golbery de Couto e Silva dos escalões do governo, ao qual, há muito tempo, vinha desservindo, com a sua não infensão (sic) ao comunismo e maquiavelismo, ao sabor das mais sórdidas e imorais manobras políticas (...). Continuamos solidários com os verdadeiros militares, anônimos profissionais da caserna, dedicados ao labor diário, sem privilégios ou ambição⁸⁹.

⁸⁸ Protocolo nº 2790, Ministério da Aeronáutica, “A novela da traição”, de 29 de outubro de 1975. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_vaz_0_0_21658_d0001de0001. Acesso 25/05/2023.

⁸⁹ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado

Na carta⁹⁰ em que assume o atentado ao Riocentro, o Comando Delta lembrou de objetivos em comum que apresentava com os órgãos de repressão, mas que estes, em virtude da abertura, não passavam agora de “meros joguetes desorientados da camarilha do Planalto que pretende entregar nosso povo ao jugo comunista”. Na carta deixada quando da explosão da bomba na Catedral de Nova Iguaçu, em 1979, um dos grupos terroristas afirmou: “Nossa organização, VCC [Vanguarda de Caça aos Comunistas] não está ao lado do governo, que não tem coragem de tomar qualquer tipo de medida pois acha-se comprometido e é um sistema covarde e corrupto. Nós estamos ao lado do povo e do nacionalismo”⁹¹.

Em setembro de 1980, a Falange Pátria Nova explicitou o descontentamento com o governo Figueiredo, o qual estaria levando o País para as esquerdas, mostrando, por outro lado, irritação com as representações que estavam sendo construídas à época, de denúncias e condenação da ditadura, por uma sociedade que abraçava ali o consenso democrático, conforme veremos melhor no capítulo 4:

Nossa sociedade, por *imposição governamental*, vem caminhando, há algum tempo, para uma posição de esquerda, na qual, enquanto a direita vê-se progressivamente sufocada, a esquerda recebe as hon-

ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, Agência Central, “Difusão de manifesto a oficiais do Exército brasileiro de autoria do autodenominado Comando Delta”, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional.

⁹⁰ Tribuna da imprensa, 13/05/1981; Jornal do Brasil, 13/05/1981. Declaração do Comando Delta anexada ao Informe SNI nº 0454-A/30/AC/81, de 25 de maio de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso 29/10/2020.

⁹¹ Jornal do Brasil, 21/12/1979.

ras de defensora dos anseios do povo brasileiro⁹²
(*itálico nosso*).

Como se não bastasse a criação de espaços para a penetração e atuação do inimigo vermelho, a distensão/abertura era responsabilizada por ter trazido outros problemas para o Brasil, como os da corrupção, inflação, carestia, mordomias, etc., distorcendo os princípios e os ganhos que haviam sido implantados pela “revolução de 1964”. Em outros termos, os problemas que a sociedade brasileira então vivia eram decorrência da flexibilização do regime. As críticas a problemas econômicos e sociais, por parte dos grupos de extrema-direita, deram-se especialmente quando da gestão de Figueiredo (1979-85), em cujo mandato a crise se agravou. Dessas críticas, infere-se a mensagem de que, antes da abertura, quando o governo estava sob a tutela dos militares “duros”, o Brasil conhecia a prosperidade. Não custa lembrar o crescimento econômico e a euforia nacionalista e consumista do “Milagre econômico”, no governo Médici (1969-74), não obstante todas as contradições do modelo (NAPOLITANO, 2018; CANO, 2004; OLIVEIRA, 2004; LUNA, 2014).

A argumentação dos extremistas evidencia, mais uma vez, a apropriação negativa que tinham acerca da distensão, responsabilizada unicamente pelos males que afligiam o País, desconsiderando, ou sequer levando em conta, fenômenos outros, contradições sociais e econômicas do País

⁹² Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em *Tribuna da imprensa*, 02/09/1980.

e fatores externos (NAPOLITANO, 2018; FICO, 2016; SILVA, 2003). Não deixa de ser, igualmente, sob certa perspectiva, uma forma de legitimar um regime de (mais) força, como o existente durante a gestão de Médici, e exaltar a liderança e a condição de “protetora da sociedade” atribuída às Forças Armadas – ou dos “verdadeiros militares”, aqueles que se opunham à abertura. Em manifesto de 1983, o Comando Delta afirmou:

A pseudo-abertura (sic) política (...) não poderia deixar de apresentar outros resultados senão aqueles que, os homens de bem desta nação, assistem estarrecidos (....). À anarquia instalada e ironicamente batizada de “pragmatismo responsável”, violentou os princípios saneadores da revolução de 31 de março de 1964, gerando uma pseudo-democracia (sic) que serviu para acobertar uma corrupção generalizada responsável pelo caos financeiro em que se encontra o país, engolfado por uma série de desmandos administrativos e negociatas (...)⁹³.

Os extremistas, como “revolucionários idealistas”, denunciavam a crise econômica e os desmandos do País, inclusive, o da corrupção, tema bastante recorrente, ao longo dos anos, nos discursos conservadores, como se dera no golpe de 64. Por vezes, os adeptos da extrema-direita chegaram a afirmar que o governo militar, que conduzia a abertura, não combatia o comunismo por estar corrompido. Em decorrência, os terroristas

⁹³ Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido, na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional.

davam a entender que seriam incorruptíveis (MAUD, 2012, p.179). Lê-se em manifesto da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz:

Os dirigentes que hoje aí estão não combatem os comunistas porque estão altamente comprometidos com a corrupção e só querem enriquecer pois quando houver um caos social, fugirem (sic) do país com dólares guardados à custa do sofrimento do povo brasileiro⁹⁴.

A crise do País estaria sendo usada para a subversão tomar o poder. O Comando Delta, em manifesto de 1981, afirma:

(...) Diante desse quadro, atual e altamente preocupante, as perspectivas continuam desanimadoras. Os aumentos de todo tipo, inoportunos e incompreensíveis, gerando a insatisfação popular e favorecendo o proselitismo subversivo; a inflação e o custo de vida quase incontroláveis, minando o poder aquisitivo das famílias; a recessão e o desemprego (...); o desperdício de recursos em obras discutíveis e até dispensáveis; os escândalos e a corrupção administrativa, aliados à sistemática incompetência e desinteresse dos escalões intermediários do governo, sabotando suas realizações, são dados que nos levam a meditar sobre um presente indesejado e um futuro sombrio, mas que deve ser enfrentado com determinação e patriotismo⁹⁵.

⁹⁴ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

⁹⁵ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, Agência Central, “Difusão de manifesto a oficiais do Exército brasileiro de autoria do autodenominado Comando Delta”, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional.

Os questionamentos às “consequências negativas da abertura” também podem ser vistos como uma espécie de estratégia de contrapropaganda, visando a aproximação e conquista do “coração e mente das pessoas”, como bem apregoavam os defensores da DGR. Os terroristas faziam frente, assim, ao que entendiam ser proselitismo dos comunistas, que, em seus projetos escusos de assalto ao poder, punham a responsabilidade da delicada situação social e política do País nos governos militares como um todo, inclusive, ressaltando o malogro do “milagre econômico” e a “herança” deixada.

No espaço de disputas com as esquerdas e outros setores oposicionistas, as denúncias promovidas pelos grupos de extrema-direita sobre a situação do País também contribuíam para agastar a imagem do governo. Reverberavam e alimentavam, dessa maneira, o descontentamento popular, sem descartar o objetivo primordial de enfraquecer os setores militares “moderados” que promoviam a distensão. Os extremistas apresentavam, assim, uma outra opção para o País: nem o “comunismo” das oposições, nem a abertura/institucionalização dos militares “moderados”, mas a continuidade do regime, com o regresso de um governo forte, honesto e patriótico, um governo que respeitasse os princípios da “revolução de 64” e trouxesse de volta a prosperidade para o País, como se dera no começo dos anos 70 com Médici.

Não obstante as qualificações da imprensa, dos opositores e do próprio governo militar, os extremistas recusavam a pecha de terroristas. Seriam pessoas comuns (“homens do povo”), de princípios religiosos (“cristãos”), fiéis à “revolução de 64”, conscientes e descontentes com o governo e a distensão. Como não

externavam que fossem integrantes do aparato estatal, não apresentariam, em decorrência, outros interesses a serem preservados, o que dava a entender que suas causas eram idôneas, sinceras e puras. Ao contrário dos comunistas, que escondiam suas ambições de conquista do poder, os grupos de extrema-direita seriam compostos por patriotas, homens que, pelo bem da nação, resolveram agir, “fazer história” combatendo concretamente o perigo vermelho, abraçando os riscos da clandestinidade e apelando para a violência.

Numa crise como esta é bom que se saiba que somos homens do povo, cristãos, e que não concordamos com a maneira pela qual o governo e seus órgãos de segurança estão conduzindo o processo chamado da “abertura”⁹⁶.

Nos panfletos deixados no atentado à Catedral de Nova Iguaçu, em 1979, os integrantes da Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) afirmaram que “(...) somos cristãos e revolucionários [adeptos de 1964] acima de tudo”⁹⁷. O grupo que atacou o Diretório Acadêmico de Medicina, da UFMG, em 1978, também fez referência a aspectos religiosos, com seus componentes se caracterizando como “cristãos e patriotas”⁹⁸. Os integrantes da Falange Pátria Nova entendiam que estavam “fazendo

⁹⁶ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em *Tribuna da imprensa*, 02/09/1980.

⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 21/12/1979.

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 03/03/1978.

história” e, sendo “homens conscientes”, decidiram agir para tomar o controle de seu destino: “se há um pêndulo histórico, cabe a nós, homens conscientes, fazer com que não sejamos simples passageiros, mas os reais condutores dos rumos que devemos seguir e dos princípios que devemos adotar”⁹⁹.

Os integrantes dos grupos de direita concebiam como legítimo o emprego da violência contra quem entendiam ser comunista ou apoiava o comunismo. As ações violentas seriam de uma reação, uma resposta, uma ação de resistência mesmo, ante a ameaça vermelha que pairava sobre a sociedade com a flexibilização do regime. A argumentação lembra, pois, a lógica usada por militares e grupos conservadores, especialmente nos chamados “anos de chumbo” (1968-74), de que o recurso à tortura, a eliminação de adversários do regime e a luta contra a guerrilha eram uma resposta às ações das esquerdas (TEIXEIRA, 2012, p. 248). Assim, no final dos anos 70 e começo dos 80, os extremistas de direita estavam apenas tendo uma atuação defensiva, pois reagiam, em prol da nação, contra os planos e manobras de comunistas inescrupulosos, “fanáticos ideológicos” e fantoches de interesses internacionais. Diante do quadro, o que nos faz lembrar, novamente, de pressupostos da Doutrina da Guerra Revolucionária, seria tolerável a violação de garantias legais que um Estado de direito democrático deveria resguardar, para salvar a sociedade do marxismo e sanear o ambiente político.

⁹⁹ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em *Tribuna da imprensa*, 02/09/1980.

No Manifesto ao povo paulista, de 1977, os integrantes do CCC dão a entender que estavam reorganizando o grupo como reação à situação caótica do País, marcado pela ascensão dos comunistas, prometendo

(...) empreender novamente luta sem trégua a canalha vermelha e aos homens públicos corruptos e complacentes que traiçoeiramente golpeiam a Revolução de Trinta e Um de Março e a Pátria Brasileira.

Vamos novamente à luta, antigos camaradas, para pôr um ponto final nesta situação vergonhosa. À insídia vermelha e à corrupção, responderemos com a *resistência nacionalista radical*. A violência será *respondida* com a violência da Pátria indignada e estremecida”¹⁰⁰ (itálicos nossos).

O Comando Delta, na carta publicada pela imprensa, em julho de 1981, deixou subentendido o aspecto reativo, na medida em que advertiam os comunistas por suas ações danosas e não descartavam o uso da violência:

(...) Não silenciaremos e *utilizaremos até mesmo a violência em última instância* enquanto essa escória de esquerda fanática e criminoso não sentir em toda a sua extensão o peso da vontade coletiva brasileira, livre, democrática, aberta e dotada dos valores que conquistou em sua história.

Que nossas palavras de *advertência*, ainda pacíficas, sejam levadas em consideração para o benefício desta Pátria (...)”¹⁰¹ (itálicos nossos)!

¹⁰⁰ “Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 1560/S-103.1, “Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰¹ Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

No atentado feito a 20 de dezembro de 1979, contra a catedral de Nova Iguaçu, do bispo Dom Adriano Hypólito, a VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas) deixou panfleto assumindo a autoria em que, apesar de lamentar os danos causados à casa de Deus, justifica-se, afirmando que tudo acontecera porque havia religiosos usando a Igreja para “pregação da doutrina comunista”¹⁰². Isto é, o atentado era uma resposta aos “padres e bispos vermelhos”.

Essa violência dos extremistas, em sua perspectiva, seria direcionada, não apresentava a intenção de produzir vítimas inocentes e só atingiria aos comunistas e seus colaboradores. Como o outro, o adversário político, era desumanizado, e a violência, justificada e necessária, os sofrimentos e danos que fossem infligidos eram desconsiderados. Os extremistas desprezavam ou minimizavam, nessa perspectiva, a possibilidade de que, ao promoverem atentados, mesmo que contra alvos determinados, havia sempre o risco de serem atingidas pessoas outras, como aconteceu com a secretaria Lyda Monteiro (morta) e o assessor parlamentar Ribamar Sampaio (ferido gravemente), em agosto de 1980, nos atentados à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, respectivamente. E quanto mais ataques promovessem, mais cresciam as probabilidades de ocorrerem vítimas inocentes.

Em outros termos, por mais que os extremistas dissessem não querer ou realmente não quisessem atingir inocentes, acabavam implicitamente admitindo e assumindo esse risco. De modo geral, o autor de um atentado, ao montar/colocar ou enviar uma bomba, não tem mais o controle sobre a situação gerada e nem sobre a aproximação e manuseio dos artefatos por parte de ter-

¹⁰² Jornal do Brasil, 21/09/1979.

ceiros. Pode-se usar aqui, do campo do Direito, a noção de *dolo indireto* ou *indeterminado*¹⁰³. Um sujeito não quer a produção de um resultado, mas, mesmo prevendo ou admitindo que este poderá acontecer, assume o risco de causá-lo¹⁰⁴.

Os terroristas, portanto, diziam não querer atingir inocentes, mas assumiam o risco implicitamente, tendo-se em conta que agiam por uma causa maior, livrar o Brasil do comunismo. Por outro lado, os alvos determinados das bombas não seriam inocentes, mas, sim, instituições ou elementos espúrios, inimigos da Pátria, ou ainda indivíduos que colaboravam involuntariamente com o inimigo. Por isso, para estes ainda a concessão dos alertas, com ameaças de ataques posteriores, caso persistissem na “colaboração”.

Na nobre causa que julgavam defender, os extremistas não só recorreriam à violência contra o inimigo comunista, mas davam a entender que seriam capazes de sacrificar as próprias vidas pela Pátria. Em carta publicada na imprensa, a VCC diz que “nossa luta (...) só terá fim com a morte de todos os membros desta organização ou com a mudança radical do estado de coisas”¹⁰⁵.

¹⁰³ ENCICLOPÉDIA JURÍDICA <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/423/edicao-1/dolo>. Acesso 21/06/2023.

¹⁰⁴ Um dos envolvidos com a extrema-direita, o coronel reformado Alberto Carlos Costa Fortunato deixa claro a possibilidade de aceitar os riscos das ações extremistas ao falar sobre um atentado, ocorrido a 7 de dezembro de 1968, contra o centro acadêmico de medicina Sir Alexander Fleming, na Universidade Estado da Guanabara (atual UERJ). “Por sorte, não havia ninguém lá dentro, senão teria se arreventado. (...) Através dos informantes, nós sabíamos que, àquela hora, o lugar se encontrava deserto. Só se, por azar, um estudante ou funcionário da Universidade escolhesse aquele local para tirar uma soneca” (ARGOLLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 257).

¹⁰⁵ Jornal do Brasil, 19/09/1980.

Em um dos seus textos, os membros da Falange Pátria Nova afirmam que “(...) Prosseguiremos com a luta sem trégua ao comunismo até vencermos ou morrermos fuzilados num ‘paredon’”¹⁰⁶. O sentido de morrer pela causa também é percebido em carta do Comando Delta, quando enfatizam que seus integrantes juraram defender a Pátria “até com o sacrifício da própria vida! Brasil acima de tudo!”¹⁰⁷.

1.7 Bombas pela democracia

Os membros dos grupos de extrema direita viam a si e ao regime como democráticos. O golpe de 1964 teria ocorrido, por exemplo, para salvar a democracia. No texto Ao povo brasileiro, distribuído em Vitória-ES, em 1982, o grupo Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz afirma que “combater o comunismo, não é ser radical de direita e, sim, democrata, pois o que o comunismo quer é tirar as nossas liberdades”¹⁰⁸.

A Vanguarda de Caça aos comunistas (VCC) também se manifestou pela defesa do que entendia ser a verdadeira democracia, associando-a aos ideais do golpe de 64 e à necessidade de realizar ações violentas/terroristas.

¹⁰⁶ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

¹⁰⁷ Tribuna da Imprensa, 20/07/1981.

¹⁰⁸ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

(...) Representamos os verdadeiros ideais nacionalistas e democráticos que só conseguiremos preservar através da luta. Muitas oportunidades foram dadas aos que durante anos iludiram o povo e traíram os verdadeiros ideais da Revolução [de 1964]. Chega de palavras¹⁰⁹!

Na Mensagem aos Brasileiros, distribuída pelo Comando Delta nos quartéis do Exército em Mato Grosso do Sul, no ano de 1983, já em um momento bem mais avançado da abertura, criticavam-se os “órgãos de comunicação social infiltrados pela esquerda e que, distorcendo fatos, procuram moldar uma opinião pública contrária ao regime e aos princípios democráticos”¹¹⁰. Ainda nesse documento, os extremistas dizem que a abertura gerou uma “pseudo-democracia”¹¹¹. Em texto anterior, o Comando Delta condenou aqueles que “pretendem levar este país para o comunismo, a pretexto de uma inexequível abertura democrática”¹¹².

¹⁰⁹ Jornal do Brasil, 19/09/1980.

¹¹⁰ Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido, na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional.

¹¹¹ Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. O panfleto foi também distribuído em unidades do Exército em Mato Grosso do Sul, sendo reproduzido, na íntegra, no Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983. Arquivo Nacional.

¹¹² Jornal do Brasil, 13/05/1981.

Importa aqui entender como os grupos de direita concebiam a noção de democracia. Não era mera retórica ou demagogia o uso constante da palavra, como esclarece a historiadora Janaina Cordeiro. É necessário pensar o contexto da Guerra Fria, de como a bipolaridade desta instrumentalizou a concepção e o uso da ideia de democracia, o que aliás, fica patente na DSN e DGR. Recorrendo à historiadora Jennifer M. Miller, Cordeiro (2021, p. 14) lembra que entre muitos líderes e políticos dos Estados Unidos, da década de 1940 e 1950, os quais viveram as experiências da grande depressão, da II Guerra e dos embates com a União Soviética, fomentou-se a crença de que ideologias como fascismo e comunismo representavam séria ameaça à democracia. A sobrevivência desta, assim, não dependia apenas de aspectos formais (eleições, instituições firmes, liberdade política, etc.), mas, igualmente, de uma cidadania “psicologicamente forte”, capaz de permanecer vigilante na defesa de valores democráticos. Em outras palavras, uma democracia real necessitava de estabilidade social, política, econômica e mental, para uma mobilização contínua contra ideologias “antidemocráticas”, perigosas e subversivas, ainda que à custa de outros direitos e liberdades. Democracia seria indissociável do combate ao comunismo (RODEGHERO, 2020).

Para setores das direitas e extremistas civis e militares do final dos anos 70, haveria riscos de uma ditadura caso o governo militar continuasse se distensionando, pois isso poderia implicar na implantação do comunismo no Brasil. A distensão, ao estabelecer alguns dos princípios de um Estado de direito liberal, acabou franqueando “liberdades abusivas”, das quais os vermelhos estavam se aproveitando para se infiltrar na sociedade

e articular planos conspiratórios visando a derrubar a “democracia” existente e criar uma ditadura do proletariado. Portanto, o cerceamento de alguns direitos individuais e a violência eram aceitáveis face a necessidade de combater o inimigo comunista e defender a “democracia e a liberdade”.

Para preservar as representações acerca da nobreza da causa defendida, concebida como democrática e não-terrorista, os extremistas passaram a negar a autoria dos atentados os quais causaram as primeiras vítimas inocentes e/ou soaram muito negativo junto à população. Isso deu base para uma memória, bastante simplificada e difundida ainda hoje, de que os ataques foram praticados na intenção de a extrema-direita passar a culpa para as esquerdas. Poderia até existir essa intenção, nos atentados em que a autoria não era assumida, mas, pelas fontes desta pesquisa, constata-se que muitos atentados foram explicitamente assumidos por CCC, MAC, Comando Delta, etc. na época dos acontecimentos, por meio de panfletos e pichações deixados nos locais dos ataques ou ainda através de ligações telefônicas e cartas enviadas a veículos de comunicação e autoridades¹¹³. Como trataremos melhor no capítulo seguinte, existia a intenção dos extremistas

¹¹³ Por exemplo, o ataque à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi assumido em panfleto deixado no local pela AAB (Aliança Anticomunista Brasileira). Folha de São Paulo, 20/08/1976. O Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG é invadido e depredado. Nas paredes, os invasores picharam “MAC – Movimento Anticomunista”. Jornal do Brasil, 12/05/1977. Invasão da sucursal do jornal Em Tempo, em Curitiba. Numa das paredes do periódico, é pichada a sigla CCC. Jornal do Brasil, 29/07/1978. Bomba destrói o altar e vidros de janelas da Catedral de Nova Iguaçu, diocese do Bispo Dom Adriano Hipólito. A VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas) deixa panfleto. Jornal do Brasil, 21/12/1979.

em revelar os nomes de suas organizações para angariar publicização, obter adesão às causas antiabertura e anti-comunista e incitar o medo coletivo. Por mais que setores conservadores argumentassem que eram “esquerdistas” praticando atentados e colocando a culpa nos adversários ideológicos, pelo *modus operandi* e os alvos das bombas, parte da população e da imprensa tendiam a associar os ataques à extrema-direita, não havendo, da parte dos terroristas, nenhuma preocupação em refutar a acusação.

Nos casos de ataques em que a autoria não era assumida, podia ser que se tratasse de uma tática para dificultar as investigações ou de pessoas as quais, agindo sozinhas e autonomamente (“lobos solitários?”), preferiam o anonimato. Podia ser mesmo uma forma de os extremistas gerarem dúvidas na sociedade, dando sustentação aos discursos de que eram atentados das esquerdas contra seus próprios companheiros, de que os comunistas se passavam por vítimas para impulsionar seus projetos de poder.

A documentação mostra, porém, que a partir dos ataques às sedes da OAB e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (fins de agosto de 1980) e, sobretudo, com o caso das bombas do Riocentro (abril/maio de 1981), quando pessoas foram feridas e mortas e houve uma reação indignada da sociedade, trazendo embaraços para a extrema-direita, os grupos extremistas se viram obrigados a se manifestar publicamente negando a autoria, e explicitamente, atribuindo os atentados a um “terrorismo de esquerda”. Chegaram ao ponto de falsificar nomes de organizações de esquerda, como por ocasião das bombas estouradas no prédio da Tribuna da Imprensa, atribuídas a um tal “comando Herzog”¹¹⁴, do qual nunca se ouviu falar.

¹¹⁴ Isto É, 1º/04/1981.

Aqui, temos elementos que lembram a noção de guerra psicológica, na qual, a partir de mecanismos político-ideológicos e propagandísticos, as forças da ordem deveriam buscar impor narrativas à população, ainda que distorcendo fatos, omitindo detalhes, mentindo mesmo, para alardear o anticomunismo e justificar suas ações. Perceba-se que os terroristas não trataram simplesmente de refutar a autoria de atentados. A estratégia empregada foi usar a oportunidade para atribuir às esquerdas a autoria, de modo a agastá-las, esvaziar, contrapor ou colocar em dúvida as denúncias que os “comunistas” realizavam, de culpabilizar as direitas e criticar o andar das investigações pelas autoridades.

Em outras palavras, os extremistas trataram de construir argumentos para sustentar a teoria conspiratória sobre uma iminente comunização do País. O inimigo vermelho estava se aproveitando da onda de ações dos grupos patriotas, que se preocupavam em não atingir ninguém, para promoverem ataques mais violentos, com a intenção proposital de provocar vítimas. Ou seja, em manobra ardilosa e oportunista, os comunistas decidiram-se por atingir seus próprios aliados, para capitalizar politicamente, saírem como vítimas e jogar a culpa nos grupos de extrema-direita. Tratava-se de mostrar, mais uma vez, quão sórdido era o inimigo interno. Os vermelhos seriam, sim, os verdadeiros autores dos atentados, afirmação da qual se poderia deduzir que, em seus planos de poder, já estavam na fase de provocar sabotagens e terrorismo, de tumultuar o ambiente político, criar o caos, atingir inocentes, dividir a sociedade, afrontar as autoridades, tal como era propalado na Doutrina de Guerra Revolucionária.

A Falange Pátria Nova afirmou em carta publicada na imprensa:

Nunca nos interessou agressões pessoais. Nossas ações foram desencadeadas durante a madrugada para evitar vítimas aleatórias e inocentes. Repudiamos, portanto, os últimos atentados terroristas contra a OAB e Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Não reconhecemos a autoria desses atentados ignóbeis. (...). Resta-nos, no momento, indagar a quem favorecerá esse terrorismo indiscriminado. Resta-nos perguntar quem serão os grandes beneficiados com o sangue inocente derramado. E as pessoas inteligentes, que procuram analisar os fatos observando suas causas e consequências, concluirão, sem margem de erros, que a grande beneficiada foi a esquerda¹¹⁵.

Após assumir o ataque ao Riocentro em um primeiro comunicado, publicado na imprensa¹¹⁶, o Comando Delta lançou outro, negando a responsabilidade. Nesta segunda carta, o grupo aponta os comunistas como responsáveis pelo atentado:

Acusamos a esquerda fanática e criminosa como responsável pela autoria do comunicado a nós atribuído, bem como pela execução do atentado contra os dois militares em serviço no Riocentro, no dia 30 de abril de 1981. Não só pela ausência de autenticidade e falsidade ideológica do comunicado divulgado, mas também pelos dividendos políticos que seriam e estão sendo colhidos, fácil é identificar os seus verdadeiros autores¹¹⁷.

¹¹⁵ Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

¹¹⁶ Tribuna da imprensa, 13/05/1981.

¹¹⁷ Tribuna da imprensa, 25/05/1981.

As negativas dos extremistas e as imputações aos comunistas não deixavam de ser um reconhecimento implícito da gravidade do que ocorrera e do erro político cometido. Tão impactante o que se dera, tão politicamente custoso, tal a indignação de vários setores da sociedade, que em vez de assumir a autoria, como vinha fazendo até então, seria mais conveniente para a extrema-direita jogar a culpa nos vermelhos. Por mais que faltassem evidências e provas para atribuir a culpa às esquerdas – e isso foi dito já à época, inclusive pela imprensa¹¹⁸ –, a ideia de que os atentados (não só os que apresentaram vítimas) fossem de autoria dos “comunistas” teve alguma repercussão entre grupos conservadores, jornalistas, políticos, governantes e agentes estatais, como delegados e promotores de Justiça, conforme veremos no capítulo 2.

Apontamos, até agora, traços característicos comuns ou peculiares dos grupos de extrema-direita. Possivelmente, havia também distinções, cujas pesquisas futuras podem averiguar melhor – não é realístico imaginar uma homogeneidade completa entre grupos políticos, quaisquer que sejam suas orientações ideológicas (BOBBIO, 1999). Em um aspecto foi possível, pela documentação que dispomos, apontar uma notória discrepância. Referimo-nos a um elemento de ordem econômica, divergência, aliás, existente em outros setores da sociedade e nas próprias Forças Armadas, acerca do papel do capital estrangeiro e do Estado no desenvolvimento do País.

No texto *Ao povo brasileiro*, de agosto de 1982, o grupo *Falange Pátria Nova*-Comando Maria Ortiz abordou tanto a ameaça da subversão como das multinacionais, denotando o que pode ser entendido como um anticomunismo de matriz nacionalista (MOTTA, 2002).

¹¹⁸ Veja, 10/09/1980.

Neste momento, (...) nosso país encontra-se sob o jugo [de] duas forças devoradoras dos nossos ideais patrióticos (...) de um lado está a *corrupção das multinacionais que dia a dia sugam o suor e a riqueza do povo brasileiro* com auxílio dos falsos patriotas que se deixam corromper pelos malditos dólares americanos, e do outro, a subversão instituída pelo MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (...) ¹¹⁹ (itálicos nossos).

Já na carta enviada e publicada no Jornal do Brasil, em que dá a entender que seria responsável pelos ataques contra a OAB-RJ e Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas) também se posiciona por postura mais nacionalistas no que toca à dependência de potências estrangeiras, o que se daria por empréstimos externos e instalação de empresas multinacionais. Diz o texto:

Contamos com o apoio do povo brasileiro, para salvar mais uma vez a nação do perigo e do caos que o governo corrupto e os vermelhos desejam levar o país. Estamos lutando contra os comunistas e maus governantes, que enchem seus bolsos vendendo o Brasil a *potências estrangeiras, contraindo monstruosas dívidas, implantando multinacionais* ¹²⁰ (itálicos nosso).

Se elementos da Falange Pátria Nova e a Vanguarda de Caça aos Comunistas criticavam as multinacionais,

¹¹⁹ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional.

¹²⁰ Tribuna da Imprensa, 29/08/1980.

que estariam a explorar o “suor dos brasileiros”, numa percepção nacionalista de direita, o grupo Comando Delta parece apontar em sentido oposto, de defesa de um maior liberalismo na economia. Em texto de julho de 1981, seus integrantes afirmam que “assistimos com indignação a estatização em massa, que gerou a incompetente tecnoburocracia e bloqueou o desenvolvimento, transformando o País num Estado semi-socialista (sic)”¹²¹. Como destaca a historiografia, especialmente no governo de Geisel, houve um aumento da interferência do Estado na economia, sendo esta, inclusive, uma das razões das críticas de setores empresariais e liberais à ditadura e engajamento nos movimentos que defendiam a democratização (NAPOLITANO, 2018; FICO, 2016; SILVA, 2003). Fica evidente a complexidade dos posicionamentos das direitas e extrema-direita (valendo o mesmo para as esquerdas), com pontos que se tocam, o que não significa dizer que fossem grupos e indivíduos de posições políticas homogêneas ou que tivessem e defendessem os mesmos princípios.

Embora fuja aos propósitos e reflexões desta pesquisa, entendemos que as representações anticomunistas e as práticas terroristas da extrema-direita durante a distensão da ditadura suscitam abordagens em outras perspectivas. Para além das influências do anticomunismo tradicional e dos princípios da DSN e DGR, podem ser pensadas no que vem sendo chamado pela historiografia de *utopia autoritária*, tendo-se em conta uma duração histórica maior. Ou seja, as representações dos grupos extremistas não se restringiam apenas aos processos históricos percebidos nas últimas décadas, nas quais des-

¹²¹ Tribuna da imprensa, 20/07/1981.

pontaram o levante comunista de 1935, a Guerra Fria e a própria ditadura civil-militar, mas deitavam raízes em um pensamento autoritário brasileiro anterior, presente já no século XIX¹²².

Elaborada inicialmente por Maria Celina Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro, a noção de utopia autoritária expressa a crença, por parte de militares e mesmo civis, em uma pretensa superioridade da caserna, em termos de patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994, p. 9). Havia crenças estereotipadas e preconceituosas sobre o povo brasileiro, tido como “despreparado” (por exemplo, para votar) e manipulável (alvo de políticos corruptos e demagogos, por exemplo) (FICO, 2004a, p. 112). Carlos Fico chama a atenção para o fato de que a utopia autoritária seria um componente aglutinador dos militares, não obstante suas divisões e disputas, atravessando as principais instâncias de repressão

¹²² Mauro Eustáquio Costa Teixeira fala “do pensamento conservador e autoritário que se gestou no Brasil desde a segunda metade do século XIX, na formulação de autores como Silvio Romero (1851- 1914) e Alberto Torres (1865-1917), e que era marcado por uma recusa da democracia liberal e pela defesa da ação do Estado no sentido de possibilitar a emergência de uma nação cidadã. No século XX, este tipo de colocação evoluiu em diferentes elaborações políticas e doutrinárias. Uma delas foi o nacionalismo autoritário, (...) que congregava pensadores como Oliveira Vianna (1883-1951) e Francisco Campos (1891-1968). Defendiam que uma modernização de cima para baixo, dirigida pelo Estado, que deveria priorizar a ordem em detrimento da liberdade. Outra manifestação do pensamento autoritário foi o tradicionalismo católico, cujo representante maior foi Jackson de Figueiredo (1891-1928), defensor de um processo de “recristianização”, no qual uma elite espiritual teria a tarefa de restaurar uma ordem perdida, através da reposição da desigualdade, da autoridade e da hierarquia entre os homens” (TEIXEIRA, 2012, p. 157). Vide também PEREIRA, 2008; SOUZA, 2005; FAUSTO, 2001.

e controle da ditadura, apresentando duas dimensões, uma saneadora, de combate ao comunismo e à corrupção, e outra civilizatória, pois caberia às Forças Armadas educar e suprir as “deficiências” do povo para o bem da Pátria (FICO, 2004a, p. 112). Como diz Mauro Eustaquio Costa Teixeira, a rejeição ao perigo vermelho é um dos componentes centrais desta utopia autoritária (2012, p. 203), que ensejava a necessidade de um governo forte e capaz de eliminar todos os dissensos da sociedade (corrupção, agitação social, subversão), tendo em vista o “bem da nação, a prosperidade nacional” e a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (FICO, 2004a, p. 34).

Tratando da resistência à distensão da ditadura civil-militar, diz Maria Celina Araújo que:

Para aqueles vinculados à área de informação, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos (D’ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994b, p. 24).

Assim, o anticomunismo, visto e usado como um dos argumentos principais para justificar e provocar intervenções autoritárias no período republicano da história brasileira (MOTTA, 2002, p. 26), se inseria em uma tra-

dição ainda mais abrangente, de uma duração histórica maior, expressão de uma sociedade excludente em termos sociais e aversa à participação popular. Se os integrantes de grupos como VCC, CCC, Comando Delta, Falange Pátria Nova e os jovens do MAC cearense, entre outros, enxergavam a manutenção da ditadura e da liderança das Forças Armadas como imprescindíveis, se repudiavam o projeto de institucionalização liberalizante, defendido por militares “moderados”, se enxergavam as mobilizações oposicionistas em prol de uma democratização do País como ações comunistas, estavam, em uma perspectiva temporal maior, como outros antes deles, manifestando percepções elitistas e autoritárias na defesa de um Estado forte e capaz de realizar a profilaxia permanente da sociedade contra ameaças à ordem social.

O recurso à ação clandestina e violenta para combater e derrotar uma pretensa ameaça vermelha, por parte dos grupos extremistas contrários à distensão da ditadura, não estava longe, portanto, de uma sociedade idealizada autoritariamente, em que a força, o controle, a repressão e o afastamento da população de uma maior participação política eram concebidos como convenientes para a conservação da ordem e da própria nação.

CAPÍTULO 2:

TEMPOS TERRORISTAS

Tarde de 27 de agosto de 1980, quarta-feira, véspera do aniversário de um ano da sanção da Lei de Anistia. Um dia normal de expediente na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, situada na movimentada Avenida Marechal Câmara, centro do Rio de Janeiro. Em uma sala do quarto andar do prédio, a secretária Lyda Monteiro da Silva, de 59 anos, iniciava suas tarefas, analisando e abrindo, com uma espátula, os envelopes destinados a Eduardo Seabra Fagundes, presidente do Conselho Federal da instituição. A senhora trabalhava na OAB desde 1934 e comumente separava as correspondências a serem entregues à presidência. Dona Lyda era a mais antiga funcionária do local, viúva de um promotor de justiça e mãe de um estudante de direito da PUC. Talvez a mulher nem tivesse dado tanta atenção às correspondências, tal a rotina do expediente. Desta vez, porém, foi diferente. Um dos envelopes era uma carta-bomba. Ao ser aberto, gerou uma potente explosão. A sala foi arrasada completamente: móveis destruídos, vidros estilhaçados, queda do teto de gesso. Dona Lyda foi atingida em cheio. Em um canto, um relógio, caído da parede, parou marcando 13h26, indicando a hora exata da explosão.

Seguiu-se um enorme tumulto no prédio, com pessoas desorientadas e em desespero ante o gigantesco estrondo, a destruição e a poeira. Salas vizinhas também foram atingidas. Nervosos, alguns dos funcionários e advogados conseguiram chegar à sala de Dona Lyda,

para saber o que acontecera. A senhora agonizava, sangrando muito. Estava sem a mão esquerda, com o braço dilacerado, e exibia profundas lesões no tórax e rosto. “Foi uma bomba”, balbuciou. Dona Lyda foi imediatamente levada para o Hospital Souza Aguiar, onde ainda teve forças para perguntar pelo filho. Faleceu pouco tempo depois¹²³.

No mesmo dia, um pouco mais tarde, em torno de 14h40, uma outra carta-bomba, destinada ao vereador Antônio Carlos de Carvalho (PMDB), na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, explodiu e feriu gravemente o seu chefe de gabinete, José Ribamar Sampaio de Freitas, de 63 anos, atingindo igualmente outras pessoas. Freitas, que já não tinha a visão de um olho, foi socorrido e hospitalizado com risco de morte. Ficou cego do outro olho e teve amputado um dos braços¹²⁴.

As explosões na OAB e na Câmara Municipal eram mais dois dos atentados que extremistas de direita vinham realizando no Brasil desde meados dos anos 70, embora com maior intensidade nos últimos meses. Grupos anticomunistas, autodenominados Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Comando Delta, Falange Pátria Nova,

¹²³ Foi atingido, também no atentado à OAB, o encarregado de limpeza, José Ramiro dos Santos, ferido na perna por estilhaços de vidro. Veja, 03/09/1980; Isto É, 03/09/1980.

¹²⁴ Isto É, 03/09/80; Jornal do Brasil, 28/08/1980, 30/08/1980. Foram hospitalizados ainda José Luiz Atianézio, com disritmia cardíaca; Aimé Nunes Noronha, secretária do vereador, com surdez momentânea e escoriações no rosto e ombro; Paula Auxiliadora Braga, servente de limpeza da Câmara, grávida de seis meses e que desmaiara com a explosão; Eva Cruz Silva, que sofreu um corte na cabeça e caíra de uma escada; e Olga Mendes da Silva, com surdez momentânea. Tribuna do Ceará, 28/08/1980.

entre outros, agiam impunemente País afora, no intento de deter a distensão/abertura política da ditadura civil-militar que, aos trancos e hesitações, avançava. O diferencial nos ataques daquela tarde no Rio de Janeiro era que, pela primeira vez, foram fatais, produzindo vítimas, ao contrário dos anteriores. Como se não bastassem o pânico e a insegurança que tomaram conta de boa parte da sociedade, quanto a possibilidades de novos atentados, incrementaram-se os temores acerca dos rumos que a flexibilização do regime ditatorial tomaria. Eram tempos de terrorismo, medo e incerteza.

Neste capítulo, buscaremos analisar a amplitude espacial e temporal da onda terrorista contrária à abertura, demonstrando que os atentados não se restringiram aos estados mais dinâmicos do processo político nacional e que continuaram a ocorrer, em número menor, é verdade, até, pelo menos, 1984. Trataremos também do medo e da angústia gerados pelos ataques e ameaças terroristas, enfatizando suas repercussões sociais e políticas a serem consideradas também no instável processo de flexibilização do regime.

2.1 O sistema acompanha

Em muitos dos estudos acerca da distensão/abertura da ditadura civil-militar brasileira, não foi dada a devida atenção ao impacto dos atentados realizados por grupos de extrema-direita. Normalmente, são destacados os interesses corporativistas dos extremistas contrários à flexibilização do regime, em geral, membros também dos órgãos de repressão; fala-se dos principais

ataques, como os da ABI, em 1976, da OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1980, e Riocentro, em 1981; e por fim, se destaca como a onda terrorista min-guou após este último atentado (COUTO, 1999; GAS-PARI, 2004, 2016). Observando-se, porém, depoimentos de pessoas que viveram a época, os jornais do período e documentos da própria ditadura, percebe-se como tal abordagem é, no mínimo, reducionista.

A segunda onda terrorista, como estamos chamando os ataques ocorridos durante o processo de abertura (1974-85), no que toca ao número de atentados, aos locais em que aconteceram e aos alvos atingidos, foi bem mais ampla do que se imagina comumente. As fontes usadas nesta pesquisa mostraram que os ataques e ameaças de bomba ocorreram não apenas nos estados mais dinâmicos do processo político, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas, igualmente, embora em número menor, em outros pontos do território nacional. Atentados e ameaças de extremistas de direita foram verificados de norte a sul do Brasil, indo de Porto Alegre a Rio Branco, passando por Recife, Fortaleza, Belém e Porto Velho, entre outras tantas cidades.

O terrorismo é alvo de várias definições, debates e contestações nas ciências humanas, em virtude da própria história dos usos e significados do termo. O conceito e o que pode ser visto como terrorismo dependem de determinado contexto histórico, social e político. Já foi empregado das mais diferentes formas ao longo do tempo e lugares e variou também conforme o lugar social dos atores envolvidos. Dependendo de quem o define, o que uns chamam de “terroristas”, outros podem considerar “libertários”, em virtude da legitimidade, ou não, do emprego da violência política em determinada situação política ou contexto histórico. Desde que passou

a estar presentes em dicionários, há mais de dois séculos¹²⁵, a palavra terrorismo teve diversos significados para se referir a diferentes práticas, nos mais diversos contextos, tanto se referindo a ação de Estados, como de grupos não-estatais (RABELLO, 2006; SEIXAS, 2018).

Segundo Walter Laqueur (*apud* RABELLO, 2006, p. 18), não há consenso e nenhuma definição pode abarcar todas as variedades do que se entendeu como terrorismo ao longo da história. Na atualidade, embora ainda haja discussões, tende-se a associar o terrorismo à violência política de grupos não-estatais, mesmo quando Estados estão por trás de ações não oficiais de agentes (RABELLO, 2006, p. 19e 20), apoiando e sendo coniventes ou se omitindo, como parece ter sido o caso dos extremistas de direita atuantes durante a distensão/abertura da ditadura no Brasil – como dito, boa parte deles eram integrantes da comunidade de segurança e acabaram não sendo punidos pelo governo militar. Em geral, os terroristas se apresentam em grupos organizados, com um pequeno número de participantes e na clandestinidade, motivados por interesses políticos (RABELLO, 2006, p. 23).

Neste trabalho, entendemos terrorismo político no sentido do uso sistemático, ou ameaça do uso, da violência contra pessoas ou coisas, com fins políticos, na intenção de derrubar, pressionar ou desestabilizar um governo (BONANATE, 2004, p. 1242). O terrorismo não consiste em um ou outro ato isolado, mas numa estratégia política

¹²⁵ Segundo Walter Laqueur, termo vem do latim *terrere*, cujo significado é: “fazer alguém tremer por meio de grande medo”. O verbete “terrorismo” foi empregado pela primeira vez para classificar o período de terror durante a Revolução Francesa de 1789. O Dicionário da Academia Francesa, em sua edição de 1798, classifica o termo como “sistema ou governo baseado no terror” (RAMOS, FIGUEIREDO, 2012).

escolhida, de forma deliberada, por um grupo ideologicamente homogêneo, para coagir um governo, influenciar a agenda política governamental e intimidar as pessoas. Busca amedrontar as autoridades e a população, atingindo o centro do poder constituído e mostrando força perante todos, ao evidenciar sua organização, robustez e capacidade de ação e a necessidade e a justeza da causa defendida. O terrorismo deseja gerar ou mostrar poder onde ele inexistente ou é fraco, ou seja, é a tática de quem não tem como combater frente a frente um inimigo (RABELLO, 2006, p. 18). No terrorismo, o autor mais fraco procura coagir o mais forte, no sentido de enfraquecê-lo, agindo pela surpresa e o inesperado (NASSER, 2014, p. 18). O objetivo a ser alcançado justificaria o uso de métodos violentos (RABELLO, 2006, p. 23).

O terrorismo pode ser empregado por grupos de diferentes convicções políticas, sejam de esquerda ou de direita, e até mesmo de distintas concepções religiosas (RABELLO, 2006, p. 22). Há entendimentos que o diferenciam da guerrilha, por mais que sejam modalidades de violência política concreta, tenham algumas táticas semelhantes (como provocar intimidação) e que grupos guerrilheiros possam recorrer, eventualmente, também a alguma conduta que pode ser vista como tipicamente terrorista (RABELLO, 2006, p. 62). Fulvio Atinà (2004, p. 577) entende guerrilha como forma de luta armada revolucionária cujo objetivo é a conquista do poder institucional, destruindo as instituições existentes e emancipando social e politicamente as populações, e não a uma simples técnica militar (a chamada guerra de guerrilha). Essa nova aceção de guerrilha vincula-se diretamente à experiência vitoriosa da revolução Cubana, de 1959 – historicamente, a guerra de guerrilha sempre

havia sido adotada como uma prática defensiva, contra um adversário mais poderoso, fosse um invasor estrangeiro, fosse o próprio poder central (BONET, 2004, p. 152b). Os grupos guerrilheiros apresentam, geralmente, hierarquias semelhantes a exércitos e controlam ou desejam controlar territórios, ao contrário das organizações terroristas (RABELLO, 2006, p. 62).

O principal elemento distintivo entre terrorismo e guerrilha é o aspecto indiscriminado dos atos praticados, denotando o descaso pela vida humana do primeiro (BONANATE, 2004, p. 1243; RABELLO, 2006, p. 24). Ou seja, o terrorismo atua de maneira indistinta, atingindo ou ameaçando não somente o inimigo, mas, diretamente, quaisquer pessoas que, por acaso, estejam próximas do local de uma explosão, e/ou amedrontando toda uma coletividade, pela possibilidade de um ataque em qualquer local e hora. Normalmente, os alvos da guerrilha são forças combatentes e militares ou civis diretamente ligados à classe ou grupo que se mantém no poder ou são demasiadamente comprometidos com um regime. Dessa forma, a guerrilha busca diminuir a força, intimidar e minar psicologicamente os integrantes e aliados de um regime (DINIZ, 2004, p. 6). Seria uma espécie de “terrorismo revolucionário”, promovido contra alvos bem determinados e específicos e, mesmo assim, praticado não com frequência, pois ações do tipo podem, inadvertidamente, provocar também vítimas inocentes e, em consequência, uma reação contrária da população – daí a condenação do terrorismo por líderes revolucionários como Lênin e Ernesto Che Guevara (BONANATE, 2004, p. 1243).

Tendo-se em conta os objetivos políticos, as características das ações e o sentido da luta, entende-se que

os grupos armados de esquerda, atuantes no Brasil no final dos anos 60 e começo dos 1970, são enquadrados como guerrilheiros ou defensores da guerrilha, diferentemente daqueles de extrema-direita, existentes quando do processo da flexibilização da ditadura. Pelo exposto acima, podemos dizer que MAC, CCC, Falange Pátria Nova e outros, foram, de fato, grupos terroristas, adjetivação que fica explícita quando se observa, sobretudo, o fato de que assumiram constantemente o resultado indiscriminado de suas ações, ainda que sob o discurso de poupar inocente. A maioria absoluta dos alvos de ataques e ameaças, como bancas de revistas, repartições públicas, universidades, estações de transporte público, redações de jornais, etc. eram frequentados por pessoas, em sua maioria, sem laços diretos com o governo ou qualquer ligação com uma militância político-partidária ou comunista, o que levou, como esperado, boa parte da população a viver um clima de medo e angústia ante a possibilidade de ser atingida por atentados.

Além disso, os grupos de direita envolvidos nos ataques, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, eram contrarrevolucionários, contrários a quaisquer mudanças ou emancipação social ou política na sociedade, diferentemente da esquerda armada que lutara contra a ditadura na década anterior, a qual, afora buscar derubar os militares do governo e conquistar o poder institucional, apresentava um projeto socialista ou, pelo menos, de reformas sociais para o País (AARÃO REIS, 2000). Comando Delta, Pátria Nova, CCC, etc. defendiam o sistema e se posicionaram contra as limitadas reformas liberalizantes que Geisel e Figueiredo promoveram, vendo-as mesmo como comunistas e/ou capazes de franquear espaços para que os comunistas tomassem o poder institucional. Os extremistas abraçavam

a ordem reinante e o *status quo*, estando acomodados ou apresentando laços com o Estado e as estruturas estatais de governança, ou, pelo menos, viam-nos como forma de barrar uma eventual ameaça vermelha, como no caso dos civis atuantes nos grupos. Não propugnavam o fim do regime, ao contrário, desejavam fortalecê-lo, no sentido de endurecê-lo, fechá-lo novamente, barrando as medidas liberalizantes adotadas nos últimos anos. A onda terrorista visava a criar uma tal situação de incerteza e de medo que pressionasse e desgastasse o comando do governo (BONANATE, 2004, p. 1243), nas mãos de “militares moderados”, dos quais os extremistas discordavam e faziam pesadas críticas. Esperavam estes que, coagido pelos atentados, o governo mudasse sua política de flexibilização, ou parasse o processo, podendo, em caso extremo, ficar inerte ou mesmo cair ou ceder espaço para outros grupos militares por uma eventual falta de governabilidade.

Nas fontes consultadas para esta pesquisa, fossem documentos oficiais ou matérias na imprensa, foi comum perceber, sobretudo quando dos ataques ocorridos nos primeiros meses de 1980, como alguns militares e civis conservadores levantavam suspeições sobre de que “lado”, entenda-se, se das esquerdas ou das direitas, viriam os atentados, isso quando não diziam que se tratava de crimes praticados por “esquerdistas” para se passarem por vítimas. O comandante da V Região Militar, General Sampaio, por exemplo, em declaração à imprensa, no início do agosto de 1980, afirmou que “condenava qualquer tipo de radicalismo, de esquerda ou de direita”¹²⁶. O deputado federal Paulo Lustosa (PDS-CE), em meados de setembro de 1980, considerou

¹²⁶ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

que o “terrorismo [vinha] dos coveiros da democracia”, embora “não se possa precisar exatamente de que lado vem, se da esquerda ou da direita”¹²⁷. O delegado do DOPS do Rio de Janeiro, Artur Brito Pereira, afirmou à imprensa que não existiria a classificação “extrema-direita” para a polícia, que preferia investigar “partindo do princípio que a esquerda é capaz de atentar contra si própria, para dizer que foi a direita”¹²⁸.

Embora essas ilações nunca tenham deixado de acontecer, à medida que ficava patente que se tratavam de ações da extrema-direita e de terroristas possivelmente ligados ao aparato oficial de repressão, especialmente após as bombas na OAB e à Câmara de Vereadores do Rio¹²⁹, notava-se uma sutil mudança em alguns discursos conservadores, os quais passaram a enfatizar a luta armada das esquerdas nos anos 60 e começo dos 70, igualando as ações destas com os atos que MAC, CCC, Comando Delta, etc. praticavam no processo de distensão e abertura. Mesmo quando não eram questionados ou não cabia a referência, ministros, parlamentares, militares, jornalistas, etc. buscavam lembrar e citar a guerrilha da esquerda, não raro, classificando-a também como terrorista, reproduzindo, assim, o discurso da ditadura, nos chamados anos de chumbo, para justificar a repressão, prisão e eliminação de opositores. Tratava-se de uma estratégia de argumentação, na intenção de desgastar e mostrar eventuais contradições da oposição, especificamente, dos grupos mais à esquerda, afinal, entre os que estavam pedindo democracia, por ocasião da flexibilização do regime,

¹²⁷ Tribuna do Ceará, 17/09/1980.

¹²⁸ Jornal do Brasil, 31/08/1980

¹²⁹ Isto É, 03/09/1980.

encontravam-se ex-militantes da luta armada. Induzia-se, assim, a uma “simetria terrorista” entre ideologias contrárias, ambas extremistas, dando subsídios para o que depois seria chamado, entre os estudiosos da ditadura, de “teoria dos dois demônios”¹³⁰.

O secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, coronel João Leivas Job, por exemplo, prometeu: “vou agir com o mesmo rigor com que, anos atrás, quando major do Exército, combati os terroristas de esquerda (...)”¹³¹. Em abril de 1981, o ministro da aeronáutica, o brigadeiro Délio Jardim, afirmou que “na época que o terrorismo [de esquerda] tinha maior repercussão no Brasil, não havia tão grande interesse em saber sobre terrorismo. Era o terrorismo que matava crianças, que matava seguranças. Nunca teve a repercussão que tem hoje, mas que o governo está atento para acabar com isto de qualquer maneira”¹³².

Curiosamente, as referências e a repressão feita à guerrilha de esquerda estavam presentes nos argumentos usados por críticos da ditadura para cobrar a apuração dos ataques terroristas da extrema-direita. Em pronunciamento na Câmara, pedindo providência ao governo para deter a onda de atentados, o deputado federal Ulisses Guimarães afirmou que o PMDB abominava o terrorismo, “seja de esquerda ou de direita”¹³³. D. Evaristo Arns, em comentário irônico à imprensa,

¹³⁰ Elaborada na Argentina, a “teoria dos dois demônios” atribuiu atribuiu a instauração, intensidade e duração do regime militar naquele país, entre 1976 e 1983, a posturas simétricas das direitas e das esquerdas (NAPOLITANO, 2018; QUINALHA, 2013, SAMPAIO, 2018).

¹³¹ Jornal do Brasil, 02/08/1980.

¹³² Tribuna do Ceará, 09/04/1981.

¹³³ Tribuna do Ceará, 18/09/1980.

afirmou: “antigamente, quando se sabia que eram das esquerdas, todos os atentados eram imediatamente descobertos. O que teria mudado?”¹³⁴. O líder do PMDB no Senado, Paulo Brossard (RS) também foi irônico: “em matéria de [terrorismo de] esquerda, o governo é muito eficiente e por isso é que me parece estranho nada se descobrir agora”¹³⁵.

Os próprios grupos extremistas faziam menções aos “comunistas terroristas” dos anos 1960, como vimos no capítulo anterior, dando a entender que estavam reagindo às articulações e infiltrações destes na sociedade. Setores políticos chegaram mesmo a temer que as esquerdas retomassem as ações armadas, agravando ainda mais a instabilidade do País¹³⁶. Como sabemos, salvo um ou outro militante, as esquerdas haviam feito, já em meados dos anos 1970, uma dura autocrítica sobre os limites e erros da guerrilha, abandonando a tática e passando a defender a democratização do País, ainda que tivessem diferentes entendimentos sobre democracia e luta democrática (ARAUJO, 2006, p. 158 e seguintes).

Por mais que o governo militar – aqui especificamente a gestão de João Figueiredo, conforme o recorte da pesquisa – tenha se omitido nas investigações e deixado impunes os atentados da extrema-direita, havia por parte do regime algum acompanhamento das ações desta. Isso é facilmente perceptível quando se consultam os relatórios e informes produzidos pela comunidade de informação no período e difundidos internamente entre os diversos órgãos, ainda que fosse dada uma atenção

¹³⁴ Jornal do Brasil, 13/ 08/ 1980.

¹³⁵ Correio do Ceará, 07/08/1980.

¹³⁶ Veja, 06/08/1980.

maior às organizações de esquerda. São enumerados casos, detalhados ataques, reproduzidos inquéritos policiais, anexados recortes de matérias da imprensa, cartas, manifestos extremistas, panfletos, fotos dos alvos e pichações, etc.

Entre os documentos os quais conseguimos acessar, um chamou-nos a atenção. Consultando os arquivos do Arquivo Nacional, pela internet, encontramos documento do SNI¹³⁷ com um **quadro** contendo extensa relação de atentados e ameaças ocorridos no Brasil entre 1979 e 1987, o que corresponde ao final do mandato de Geisel (1974-79), ao governo de João Figueiredo (1979-85) e ao início da gestão de José Sarney (1985-90). Percebemos, depois, que o quadro, em anos anteriores, havia sido refeito, com alguma periodicidade, sendo-lhe acrescidos os novos ataques¹³⁸, uma evidência que, mais uma vez, atesta como o assunto preocupava e era acompanhado pelo governo. Sintomático que esse **quadro do SNI** (vamos chamá-lo assim) tenha começado a ser elaborado a partir do final de 1978, em um momento de crescimento da atuação dos movimentos sociais opositores e quando parecia ficar patente que os atentados terroristas não

¹³⁷ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

¹³⁸ O encaminhamento nº 002/116/AC/84, da Agência Central do SNI, datado de 23 de janeiro de 1984 (notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039590_d0001de0001) traz a relação de atentados terroristas ocorridos entre 8 de setembro de 1978 e 28 de dezembro de 1983. Relatório de informação 085/120/AC/84, de 18 de outubro de 1984 (notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84046126_d0001de0001), traz a relação de “atos suspeitos com característica de terror” entre 8 de setembro de 1978 e 7 de outubro de 1984.

seriam eventuais, mas, sim, um novo componente político – e complicador – do processo de distensão do regime. O referido documento do SNI não indica os nomes dos responsáveis pela sua produção e nem de onde eram retiradas as informações para alimentá-lo ou quem as fornecia, mas, presume-se, os dados devem ter sido remetidos, como tantos outros, pelas agências estaduais do órgão e outras estruturas do sistema de comunicação e repressão (FICO, 2001) ou a partir do que era noticiado na imprensa.

Tendo como marcos as datas de 8 de setembro de 1978 e 25 de setembro de 1987, o **quadro do SNI** traz 353 atentados e ameaças, apontando datas (algumas poucas erradas ou inexatas, conforme observamos ao fazer o cruzamento das informações com jornais), locais dos acontecimentos e uma breve descrição do que aconteceria, se houve danos maiores, vítimas, etc. Ressalte-se que o documento enumera os “atos suspeitos com característica de terror” como um todo, ou seja, não discrimina quais os ataques foram de responsabilidade dos grupos de extrema-direita, salvo alguns casos, em que são apontados os nomes das organizações terroristas envolvidas. Em alguns dos episódios relacionados, o texto indica ou parece dar a entender que os ataques poderiam ser da autoria das esquerdas, sem apontar maiores fundamentações e, talvez, reproduzindo a percepção existente à época, por parte de grupos conservadores e de agente da comunidade de informação, de uma infiltração e atuação do inimigo vermelho na sociedade.

Na intenção de confirmar os dados do documento do SNI e procurar mais detalhes, se aqueles ataques teriam, de fato, acontecido e poderiam ser, ou não, atribuídos à

extrema-direita, buscamos cruzar informações com matérias de jornais da chamada grande imprensa, digitalizados e disponíveis no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional, especialmente o Jornal do Brasil e o Tribuna da Imprensa. Também acessamos outros sites jornalísticos e consultamos jornais físicos na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Ceará. Com a redução da censura ante a distensão da ditadura, a imprensa passou a noticiar, muitas vezes em pequenas matérias e notas, a onda terrorista da direita. Também buscamos fazer averiguações em outros documentos e livros¹³⁹.

Após realizar o cruzamento de informações, percebemos que as datas, locais e os nomes dos alvos, citados no quadro do SNI, na maioria absoluta das vezes, conferiam. Em um ou outro caso, houve pequenas discrepâncias e alguns poucos episódios não puderam ser confirmados a partir dos jornais consultados, talvez em virtude de censura ou porque não tenham despertado a atenção dos periódicos. Em outros termos, concluímos que existia uma grande confiabilidade acerca da existência dos atentados arrolados no documento do SNI.

Também começamos a observar que havia um padrão nos ataques terroristas, presumidamente realizados pela extrema-direita, quanto à conjuntura política (ocorriam em momentos de maior embate ou de decisões que aprofundavam a abertura), ao período (a um ataque, sucediam-se, em sequência, outros), às entidades e pessoas atingidas (se eram instituições de ensino, bancas de jornais, entidades defensoras de direitos

¹³⁹ RELATÓRIO FINAL – COMISSÃO DA VERDADE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/comissoes-da-verdade>. Acesso a 20/05/2021. Também em BAFFA, 1989; GRAEL, 1985.

humanos, repartições públicas, lideranças religiosas, estudantis, operárias, parlamentares, etc.), aos meios usados (bombas caseiras, cartas-bombas, molotovs, incêndios, sequestros, ameaças e alarmes falsos por telefonema ou carta, etc.), aos horários (boa parte dos ataques ocorria à noite, contra alvos vazios ou fechados) e a outras particularidades mais explícitas (se foram deixados panfletos e pichações dos extremistas, se o alvo já estava recebendo ameaças anteriores, se apresentava alguma ligação política, o desinteresse das autoridades de apurar os casos, etc.). Com os extremistas de direita se influenciando mutuamente, não surpreende que apresentassem um *modus operandi* parecido. Os jornais também forneceram detalhes e esclareceram aspectos dos ataques ou, mais importante ainda, noticiaram vários casos de atentados, com os padrões referidos, os quais não se encontravam enumerados no quadro do SNI. Ou seja, a onda terrorista ia além dos casos citados nas fontes colhidas pelo Serviço Nacional de Informação.

Diante disso, decidimos organizar uma **tabela** própria (“Relação de atentados e ameaças”), com os dados do quadro do SNI e os coletados na imprensa, no intervalo entre 1976, quando começam a ocorrer os primeiros ataques terroristas, e 1985, ano visto tradicionalmente com o fim da ditadura. Embora nem todos os casos do quadro do SNI possam ser comprovados nos jornais, quanto a terem acontecido ou aos enlances políticos, decidimos mantê-los em nossa tabela, por honestidade intelectual e para posterior confirmação por outros pesquisadores. Existem aí, muito provavelmente, crimes de outra natureza, comuns ou frutos de disputas políticas locais, ainda que não se possa descartar até que ponto tais crimes foram influenciados pela onda terrorista da extrema-direita. Enfatizamos a dimensão aproximada das informações da tabela, pois nenhum

historiador expressa exatamente tudo o que aconteceu no passado (apenas se aproxima, conforme suas fontes e metodologias) e porque, possivelmente, houve outros casos Brasil afora aos quais não tivemos acesso na pesquisa. Muito provavelmente, existiram ataques e, sobretudo, bem mais ameaças as quais acabaram não sendo catalogadas nos documentos dos órgãos oficiais ou não foram noticiadas pela imprensa, visto que não chegaram aos conhecimentos da comunidade de informação e dos jornalistas ou, ainda, porque não despertaram a atenção ou não foram considerados atentados ou intimidações de caráter político.

A tabela dos atentados e ameaças, que pode ser vista, na íntegra, na versão deste livro na internet, deixa explícita a amplitude espacial e temporal dos atentados ocorridos, ajudando nas reflexões sobre o impacto social e político da onda terrorista da extrema-direita no processo de distensão/abertura da ditadura. Os dados mostram que a segunda onda terrorista foi se espraiando, teve um número crescente de casos em diversos locais, pela segunda metade dos anos 70, se intensificando a partir de maio de 1979. Poderíamos dizer, com todos os riscos de imprecisão, incoerência e arbitrariedade, inerentes a classificações, que houve uma **primeira fase** dos atentados e ameaças terroristas em um intervalo correspondente aos três últimos anos da gestão de Ernesto Geisel, ou seja, entre 1976 e início de 1979. Uma **segunda fase** englobou o período da posse de Figueiredo, a 15 de março de 1979, até o começo de 1981, uma conjuntura marcada pela aprovação da Lei da Anistia, retorno dos exilados, greves operárias e agravamento da crise econômica e política. Seria a “crista” da onda terrorista, com a quantidade de ataques e áreas de ocorrência atingindo seu maior número, destacando-se um “cume” dos atentados entre meados de 1980 e abril

do ano seguinte, com a explosão das bombas no Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro).

Tradicionalmente, considera-se que o Caso Riocentro representou a *debacle* do terrorismo na abertura, tal o impacto negativo e a fragilização política provocados, especialmente para a “linha dura militar” (FICO, 2016, p. 100). Concordamos que o episódio enfraqueceu politicamente a extrema-direita, mas ressaltamos que não significou o fim imediato da atuação daqueles contrários ao processo de flexibilização da ditadura. Embora com uma redução significativa do quantitativo, os atentados e ameaças continuaram a acontecer entre maio de 1981 e 1985, bem como o proselitismo dos terroristas. A partir dos documentos levantados na pesquisa, contrariando uma visão historiográfica bem difundida, perceberemos que o extremismo de direita ainda fazia circular seus manifestos, persistindo nos atentados e intimidações até praticamente os estertores do regime, embora em número e impacto menores. A onda terrorista “quebrou”, sofreu um enorme refluxo, mas não deixou de existir, caracterizando o que entendemos ser uma **terceira fase** da atuação da extrema-direita, não tão bem estudada ainda pela historiografia.

2.2 A onda terrorista

Passemos a analisar alguns aspectos que julgamos importantes para compreender a dimensão e o impacto da segunda onda terrorista, conforme a documentação à qual tivemos acesso e cujos dados estão sistematizados na tabela elaborada.

A atuação violenta da extrema direita, na primeira fase (1976/março de 1979)¹⁴⁰, em oposição à flexibilização

¹⁴⁰ Na noite de 2 de julho de 1975, em Cajazeiras, cidade com 30 mil habitantes dos sertões paraibanos, uma bomba-relógio explodiu no cine-teatro Apolo XI, pertencente à diocese local. A bomba, de fabricação caseira, apresentava alto teor explosivo e fora colocada, em uma pasta modelo “007”, sob cadeira cativa do bispo dom Zacarias Rolim de Moura, um apaixonado por cinema e que frequentemente ia ao Apolo XI. O prelado, porém, não estava no recinto – havia viajado a Recife-PE. Dom Zacarias apresentava posições conservadoras, o que levantou a hipótese do atentado o teria como alvo e que seria de responsabilidade de algum grupo ou militante de esquerda. Um deputado estadual, ligado a Cajazeiras, João Bosco Braga Barreto (MDB), de posições mais à esquerda e opositor à ditadura, chegou a ser detido pela Polícia Federal, mas nada foi comprovado sobre um eventual envolvimento do político no caso. Na explosão, o soldado PM e segurança do cine, Altino Soares (Didi), teve as pernas amputadas, sendo removido para hospital em João Pessoa, juntamente com Manuel Conrado, ex-recruta do Tiro de Guerra, porteiro e encarregado da limpeza do local. Ambos acabaram falecendo dias depois. Outras duas pessoas (Geraldo Conrado e Geraldo Galvão) ficaram feridas. O cinema estava quase vazio, em virtude de problemas na fita do filme exibido naquela noite, o que encurtou a sessão em quinze minutos. Especulou-se que o atentado poderia ter sido feito por agentes da própria ditadura, para incriminar João Bosco Braga Barreto ou por estarem descontentes com o processo de abertura política que Geisel estava promovendo. Não obstante, a “distensão lenta, gradual e segura” de Geisel sofria um refluxo em 1975 (em virtude da pressão dos grupos militares ultraconservadores e do resultado favorável ao MDB nas eleições do ano anterior), inclusive, verificando-se mesmo o aumento da repressão do regime (PATTO, 2021, p. 256). Ressalte-se, por outro lado que, em meado dos anos 1970, começaram a atuar naquela área da Paraíba vários padres de origem estrangeira, especialmente italianos, vindo de Verona, os quais acabaram se envolvendo com a comunidade e denunciando a problemática social, para irritação da diocese de Cajazeiras. Os Padres italianos, como Giuliano Pellegrini, se rebelaram e passaram a contestar a autoridade do bispo. Dom Zacarias deliberou, então, pela expulsão desses religiosos da diocese, o que desagradou parte da comunidade. Há quem especule que o atentado poderia ser fruto da ação de um desses descontentes ou uma forma de culpabilizar os padres estrangeiros ou pessoas ligadas a estes como responsáveis. Chegou-se a suspeitar de um padre norte-americano, de nome Francis Xavier Boyes. Outro

da ditadura, se deu, sobretudo, no centro-sul do Brasil. Encontramos referência a atentados e ameaças em, pelo menos, 11 cidades dessas áreas. No segundo semestre de 1976, ocorreram vários ataques, especialmente, no Rio de Janeiro, atingindo pessoas e instituições ligadas à oposição, o que não pode deixar de ser visto, no desenrolar dos acontecimentos políticos, como sinais do descontentamento e de retaliação da “linha dura militar” às demissões, por Ernesto Geisel, no começo daquele ano (19 de janeiro), do general Ednardo D’Avila Mello, do comando do II Exército, e do coronel Confúcio Danton de Paula Avelino, do Centro de Informação do Exército, principal reduto do ativismo da extrema-direita militar (MAUD, 2012, p. 186). No DOI-CODI de São Paulo, haviam sido mortos, sob tortura, o jornalista, ligado ao PCB, Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e o operário, de laços com o PCdoB, Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, o que irritara bastante Geisel (FICO, 2016, p. 98 e 99; NAPOLITANO, 2018, p. 251; SKIDMORE, 1988, p. 348).

nome levantado, à época, como suspeito foi o do técnico em eletrônica Inácio Assis, pelos conhecimentos que teria para montar a bomba. Nada foi comprovado e até hoje não se sabe de quem foi a autoria do ataque. A ditadura censurou o caso e a imprensa pouco noticiou sobre o atentado à época. <https://www.osguedes.com.br/2018/01/25/explosao-de-bomba-em-cinema-de-cajazeiras-completa-43-anos-cerca-da-de-misterio/>. Acesso a 03/07/2022. <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/90929/atentado-a-bomba-no-apollo-xi-em-cajazeiras-e-destaque-mais-uma-vez-do-jornal-de-pernambuco.html>. Acesso a 03/07/2022. http://www.cajazeirasdeamor.com/2010/07/passava-de-nove-horas-da-noite-quando_17.html. Acesso a 03/07/2022. <http://portalczn.com.br/jornal-do-comercio-destaca-segunda-par-te-da-materia-sob-a-bomba-do-apollo-11/>. Acesso a 03/07/2022. <http://portalczn.com.br/jornal-do-comercio-de-recife-destaca-a-explosao-da-bomba-do-apollo-11/>. Acesso a 03/07/2022. Diário de Pernambuco, 04/07/1975, 05/07/1975, 08/07/1975, 09/07/1975, 12/07/1975, 15/07/1975.

Quadro 1 - Números totais.

FASE	ANO	TOTAL	ATEN- TADOS	AMEAÇAS/ SIMULACROS	TOTAL DE CIDADES
I	1976	12	11	1	12
I	1977	9	6	3	6
I	1978	29	25	4	3
II	1979	40	35	5	14
II	1980	170	100	70	44
II	1981 (Até o caso Riocentro)	24	21	3	12
III	1981 (Após o caso Riocentro)	44	29	15	21
III	1982	25	23	2	15
III	1983	29	27	2	18
III	1984	42	36	6	21
III	1985	6	4	2	6
	1976-1985	429	316	113	81 cidades diferentes

Fonte: dados conforme o “ANEXO – RELAÇÃO DE ATENTADOS E AMEAÇAS (1976-1985)”, desta mesma obra, a partir da página 449.

Passado o impacto das decisões do presidente, a extrema-direita decidiu agir. No Rio de Janeiro, a 19 de agosto, a autoproclamada Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) estourou uma bomba caseira em um banheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), só não ocorrendo o mesmo na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) porque o petardo, ali deixado, acabou desativado. A série de telefonemas anônimos que se seguiu, indicando que haveria bombas em outros locais da capital fluminense, gerou enorme apreensão da população¹⁴¹. No dia seguinte,

¹⁴¹ Folha de São Paulo, 20/08/1976.

um molotov foi jogado, pela madrugada, no prédio da Auditoria Militar de Porto Alegre¹⁴². Em São Paulo, a 4 de setembro de 1976, ocorreu a explosão de um petardo nas dependências do Centro Brasileiro de Análises e Planejamentos (CEBRAP), em mais um atentado assumido pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB)¹⁴³. No dia 22 do mesmo mês, O bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, foi sequestrado, enquanto seu carro acabou explodido em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Rio de Janeiro. O religioso, classificados por militares e conservadores como um dos “bispos vermelhos”, sofreu várias agressões e, despido, pintado com tinta vermelha e com pés e mãos amarrados, foi abandonado em Jacarepaguá¹⁴⁴. No mesmo dia, foi estourada uma bomba na casa do jornalista Roberto Marinho, igualmente no Rio de Janeiro, sem maiores danos¹⁴⁵ – grupos conservadores condenavam a programação tida como indecente da televisão e não viam com bons olhos a presença de pessoas de esquerda na área artística das organizações Globo (ROLLEMBERG, 2011).

Ainda em 1976, na capital fluminense, houve explosão de bombas na sede do jornal alternativo Opinião¹⁴⁶ e no depósito da editora Civilização Brasileira¹⁴⁷, provocando consideráveis danos materiais, em atos terroristas assumidos pela AAB. Deu-se também, em Salvador-BA, a invasão e empastelamento do jornal alternativo Boca do Inferno¹⁴⁸.

¹⁴² Folha de São Paulo, 21/08/1976.

¹⁴³ Jornal do Brasil, 05/09/1976.

¹⁴⁴ Jornal do Brasil, 24/09/1976; Folha de São Paulo, 24/09/1976.

¹⁴⁵ Jornal do Brasil, 24/09/1976.

¹⁴⁶ Jornal do Brasil, 16/11/1976.

¹⁴⁷ Folha de São Paulo, 07/12/1976.

¹⁴⁸ Veja, 03/08/1980.

Os atentados ocorreram, em quantidade menor, no ano de 1977 e apresentaram um salto considerável em 1978, concentrando-se em algumas cidades, sobressaindo-se Belo Horizonte e Curitiba. Era um momento de maior articulação e retorno às ruas de grupos opositores e movimentos sociais, em particular, estudantes – não por coincidência, a maioria absoluta dos alvos foram entidades representativas estudantis. Não se pode esquecer, igualmente, naquela conjuntura, um outro episódio que irritou profundamente os setores militares mais radicais. A 12 de outubro de 1977, na intenção de mostrar e fortalecer sua autoridade e endossar e manter o controle do projeto de distensão, Geisel demitiu o seu ministro do Exército, o general Sylvio Frota, de pretensões presidenciais e um dos líderes dos militares “linha dura”, decisão que os desagradou bastante (MAUD, 2012, p. 201; FICO, 2016, p. 99; NAPOLITANO, 2018, p. 269 e seguintes)¹⁴⁹.

No final dos anos 1970 e começo dos 80, deu-se em Belo Horizonte¹⁵⁰ uma série de atentados a entidades estudantis, operárias, instituições e grupos defensores de direitos humanos, etc. Existia em Minas Gerais uma considerável articulação da oposição – tanto que, em 1982, Tancredo Neves seria eleito governador do estado. Tão expressiva a presença de opositores e impactante

¹⁴⁹ Havia uma tensa relação entre Geisel e Frota, tido como porta-voz dos militares duros e contrários à distensão do regime. Frota articulava mesmo sua candidatura à sucessão de Geisel. O presidente o demitiu a 12 de agosto de 1977, feriado de Nossa Senhora, desarticulando, assim, qualquer pretensão de Frota de mobilizar uma reação dos setores militares e civis que o apoiavam, numa tentativa golpista de tomada do poder.

¹⁵⁰ “Entre 1965 e 1995 aconteceram 54 atentados em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte – número maior do que em qualquer outra cidade do Brasil” (SHIMOMURA, PEREIRA, s. d., p. 6).

a onda terrorista que foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa mineira, em 1980, a primeira do País, para apurar os ataques, não obstante seus resultados limitados por intervenção direta do governo de Francelino Pereira (1979-83), aliado da ditadura. Yanagisawa Shimomura e Vanuza Nunes Pereira dizem que houve, em relação aos ataques, uma “uma notável coincidência com a emersão dos movimentos democrático-populares em Belo Horizonte, com destaque para o ressurgimento da ação sindical, a ampliação dos movimentos sociais na periferia, a luta pela anistia, o fortalecimento da mídia oposicionista, a denúncia dos crimes perpetrados pelo terrorismo de Estado, o retorno dos exilados e a reorganização de partidos à esquerda” (SHIMOMURA, PEREIRA, s. d., p. 13).

Conforme nosso levantamento, entre 1977 e 1980, ocorreram, em Minas Gerais, 46 atentados e ameaças, a maior parte, em Belo Horizonte. Entre os casos, vários ataques a instituições representativas (Diretórios e Centro Acadêmicos) dos estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e a lideranças do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-MG). Foi o caso da bomba encontrada, a 18 de abril de 1980, no banheiro do Colégio Santo Antônio, em cujo pátio ocorria uma concentração de mais de mil pessoas, entre as quais a presidenta nacional do MFPA, Terezinha Zerbini. A bomba acabou desativada pela polícia, sendo observada no seu mostrador a sigla GAC (Grupo Anti-comunista), que, assim, assumia a autoria do ato. Na madrugada, após o encontro no Colégio Santo Antônio, uma bomba foi atirada na casa de Helena Greco (presidenta do MFPA-MG), onde estava hospedada Zerbini, provocando

danos materiais¹⁵¹. Grego e outros membros da campanha pela Anistia sofreriam ainda outros atentados e ameaças de morte, ao longo dos anos, chegando a requisitar proteção policial¹⁵².

A revista Isto É, em setembro de 1979, destacou a atuação em Minas de dois grupos extremistas, Movimento Anticomunista (MAC) e Grupo anticomunista (GAC). Segundo o periódico: “O MAC faz terror ameno, como pichar muros, infiltrar-se em movimentos estudantis e grevistas, plantar notícias no Jornal de Minas, simpático à causa. O GAC é mais radical. Tem jogado bombas de gás em defensores da anistia ampla, jogou uma no carro de preso político”¹⁵³.

Os referidos grupos terroristas promoveram dois dos atentados de maior impacto em Minas, contra a sucursal do jornal alternativo Em Tempo, invadida e alvo de depredações e explosões. No primeiro, acontecida a 28 de julho de 1978 (três dias após a sede do jornal, em Curitiba, ter sido atacada), equipamentos foram destruídos e documentos, furtados, sendo pichadas nas paredes da redação as siglas “MAC + GAC”¹⁵⁴. No segundo atentado, feito a 18 de agosto de 1978, houve danos significativos com a detonação de uma bomba – o atentado foi atribuído aos mesmos grupos de extrema-direita¹⁵⁵. Em 1979, o jornal seria atacado mais uma vez, com

¹⁵¹ Jornal do Brasil, 20/04/1978; Folha de São Paulo, 20/04/1978.

¹⁵² RELATÓRIO FINAL – COMISSÃO DA VERDADE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/comissoes-da-verdade>. Acesso a 20/05/2021.

¹⁵³ Isto É, 05/09/1979.

¹⁵⁴ Jornal do Brasil, 29/07/1978; Tribuna da Imprensa, 28-29/07/1978.

¹⁵⁵ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de

ácido sulfúrico, o que provocou a destruição de vários equipamentos¹⁵⁶. Os jornais alternativos foram um dos principais alvos do terrorismo, acusados de difundir o comunismo em suas páginas (KUCINSKI, 2018).

A quantidade de atentados e ameaças em Curitiba nesta primeira fase da onda terrorista também chama a atenção. Catalogamos 19 casos na cidade entre 1977 e 1980, alguns de grande repercussão, a exemplo do ataque à sucursal do jornal *Em Tempo*, ocorrido a 24 de julho de 1978 e atribuído ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Além da invasão e destruição de materiais do periódico, o local teve uma das paredes pichadas com “CCC-ala 233”. A numeração era uma referência ao fato de, na edição de número 17, *Em Tempo* ter trazido matéria na qual presos políticos denunciaram 233 torturadores da ditadura, constando na relação os nomes de delegados e de um soldado da aeronáutica, acusados de ligação com o CCC¹⁵⁷.

A ação ao *Em Tempo* não fora algo isolado. Em declaração à imprensa, Tibério Canuto de Queiroz, diretor do semanário, levantou a possibilidade do envolvimento de agentes do DOI-CODI no ataque. Curitiba teria virado o “bolsão da extrema-direita no País” em virtude do incremento da atuação do CCC no Paraná, o que se dera com a transferência de muitos policiais do DOI-CODI de São Paulo após a demissão de Ednardo

1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional; *Jornal do Brasil*, 23/08/1978, 25/08/1978.

¹⁵⁶ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional; *Jornal do Brasil*, 09/07/1979.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 29/07/1978; *Diário do Paraná*, 25/07/1978, 26/07/1978.

D'Ávila do comando do II Exército¹⁵⁸. De fato, por coincidência ou não, é considerável a quantidade de casos de ameaças e atentados no Paraná na “onda terrorista”. Os ataques se davam das mais variadas formas.

Ocorreram, por exemplo, sequestros, como o do padre Joacir Grandi, acontecido a 19 de novembro de 1977. Grandi era responsável por um movimento religioso de jovens da cidade de Imbituba, próxima a Curitiba. Após 23 dias desaparecidos, o sacerdote compareceu à delegacia para denunciar o ocorrido, embora, bastante traumatizado, tenha se recusado a contar detalhes sobre o cativo, temendo retaliação em virtude de ameaças dos sequestradores¹⁵⁹ – e talvez porque desconfiasse do envolvimento de policiais e militares no sucedido. Também foram sequestrados o estudante Carlos Augusto de Oliveira¹⁶⁰, o professor Paulo Oliveira Gomes¹⁶¹ e a professora e jornalista Juracilda Veira¹⁶², afora diversos intelectuais, no que, depois, diante da repercussão, foi apontado como “ações da Polícia Federal”.

Não foram poucos os estudantes, religiosos, jornalistas, políticos e liderança sindicais que receberam ameaças

¹⁵⁸ Jornal do Paraná, 26/07/1978; Jornal do Brasil, 05/12/1978, 1º/10/1980.

¹⁵⁹ Jornal do Brasil, 15/12/1977, 1º/10/1978; Jornal do Paraná, 17/02/1978.

¹⁶⁰ Carlos Augusto de Oliveira, o Carlão, presidente de Centro Acadêmico Rocha Pombo (PUCP), foi sequestrado a 19 de outubro de 1977, sendo liberto dois dias depois, após sofrer torturas. Jornal do Brasil, 1º/10/1978.

¹⁶¹ Sequestrado a 27 de janeiro de 1978. Jornal do Brasil, 02/02/1978.

¹⁶² Sequestrada a 17 de março de 1978. Estava recebendo cartas com ameaças. Depois, a imprensa informou que Juracilda Veira teria sido presa pela Polícia Federal, na mesma operação que detivera outros 10 intelectuais no estado. Veiga tinha participação no movimento estudantil. Jornal do Brasil, 18/03/1978, 19/03/1978.

anônimas, por meio de telefonemas e cartas, o que criava um clima de tensão e angústia na sociedade local¹⁶³. Entre os casos, pode citar as cartas enviadas aos deputados estaduais do MDB, Deni Liceu Schwartz, Nilson Romeu Sguarezzi e Trajano Bastos de Oliveira, e ao bispo auxiliar de Curitiba, Dom Albano Cavallin (LIMA, 2020, p. 177 e 178). Ficaram famosos e repercutiram na imprensa os casos em que o CCC mandou cartões de natais com ameaças de morte, no final dos anos 70, a várias pessoas e entidades do Paraná e de outros estados do centro-sul (LIMA, 2020, p. 232).

Em 1980, ocorreram vários casos de violência, aparentemente, com viés político, no estado, a exemplo do atentado, à bala, contra o gabinete do deputado estadual Gernote Kirinus (PMDB), pastor ligado à causa da reforma agrária¹⁶⁴. Igual outros locais do País, houve no Paraná ainda ameaças contra bancas de jornais e livrarias, escolas, universidades e até a explosão de bombas em bueiros de Curitiba¹⁶⁵. Sedes do poder institucional, como o Palácio Iguaçu e a Assembleia Legislativa do Paraná¹⁶⁶ e a Câmara Municipal de Curitiba¹⁶⁷ também receberam ameaças de bomba, provocando pânico nas pessoas presentes e o interrompimento das atividades.

¹⁶³ Vide Informe do Serviço Nacional de Informações nº 0779/116/ACT/78, Agência Curitiba, “Comando de Caça aos Comunistas - CCC”, de 7 de agosto de 1978. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação:br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001536_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

¹⁶⁴ Jornal do Brasil, 28/08/1980.

¹⁶⁵ Ocorreu uma série de explosões nas galerias pluviais da Avenida Sete de Setembro, na noite de 13 de agosto de 1980, aterrorizando os moradores do centro de Curitiba. Diário da Tarde, 15/08/1980; Jornal do Brasil, 15/08/1980; Tribuna da Imprensa, 15/08/1980.

¹⁶⁶ Jornal do Paraná, 03/09/1980.

¹⁶⁷ Jornal do Paraná, 25/03/1981.

Observando-se a tabela que elaboramos, percebe-se que a partir de maio de 1979, já no governo de João Figueiredo (1979-85), general antipativado pela “linha dura” militar, o número de ataques e ameaças aumentou consideravelmente, atingindo o auge no ano seguinte e nos primeiros meses de 1981. É o que estamos considerando segunda fase dos atos da extrema-direita (março de 1979/abril de 1981), na qual sobressaiu-se não apenas a quantidade de atentados e ameaças, mas, igualmente, a espacialidade das ações (locais dos ataques) e a agressividade, pois surgiram as primeiras vítimas das bombas.

Não se pode deixar de vincular tal incremento à conjuntura política da abertura, em um momento no qual ocorreram fatos relevantes, como a promulgação da Lei da Anistia (em agosto de 1979, possibilitando a libertação de muitos dos presos políticos), o retorno dos exilados, o fim do bipartidarismo, a reorganização partidária, inclusive com a estruturação de partidos de esquerda, com exceção das siglas comunistas (ARAUJO, 2000; FAGUNDES, 2019; FICO, 2016; NAPOLITANO, 2018). Para a extrema-direita, civil e militar, a volta ou a entrada, na cena política, de homens e mulheres “subversivos” e os espaços dados às esquerdas (genericamente tidas como comunistas) pareciam concretizar suas representações sobre como a abertura política do regime estava conduzindo à comunização do Brasil. O cada vez mais forte PMDB (novo nome do MDB, com a instalação do pluripartidarismo) era visto também por muitos dos extremistas de direita como uma ameaça subversiva a ser contida. Some-se a isso tudo, as manifestações populares, com a organização de vários movimentos (sindicatos, entidades estudantis e feministas,

grupos de bairros contra a carestia, etc.), os distúrbios de ruas e as greves, destacadamente as do ABC paulista, as quais incomodaram bastante as direitas e os militares (NAPOLITANO, 2018, p. 275 e seguintes; ANDION, 2020, p. 20 e seguintes), afora o desgaste da imagem do regime e o crescimento do sentimento oposicionista na sociedade com a crise econômica. Para a extrema-direita, era necessário reagir e colocar fim àquela baderna, inclusive, recorrendo à violência. Haviam derrotado os comunistas antes e desejavam fazer o mesmo agora.

Chamou-nos a atenção, a partir de 1979, o crescimento da quantidade de casos em São Paulo. Tivemos episódios como a explosão de uma bomba em uma janela externa do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Mackenzie¹⁶⁸, a invasão do Centro Acadêmico XI de Agosto, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), com incêndio de móveis¹⁶⁹, a invasão do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas¹⁷⁰, as ameaças de bombas à Assembleia Legislativa de São Paulo¹⁷¹, os tiros contra vitrines de livrarias por venderem material tido como subversivo¹⁷², o sequestro do jurista Dalmo Abreu

¹⁶⁸ Ocorrido a 14 de maio de 1979. Folha de São Paulo, 15/05/1979; Jornal do Brasil, 23/08/1978, 25/08/1978. “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹⁶⁹ Ocorrido a 2 de outubro de 1979. Veja, 03/12/1980; Jornal do Brasil, 11/04/1980.

¹⁷⁰ Ocorrido a 11 de novembro de 1979. Folha de São Paulo, 13/11/1979.

¹⁷¹ A 3 de outubro de 1979, teve-se ligação telefônica com ameaça de bomba. Folha de São Paulo, 4/10/1979. A 30 de outubro de 1980, um dispositivo de tempo, sem explosivo, foi colocando no banheiro da Assembleia Legislativa de São Paulo. O Povo, 31/10/1980.

¹⁷² A 5 de abril de 1980, diversos tiros foram dados contra as vitrines das livrarias Capitu, Kairos e Livramento. Folha de São Paulo, 06/04/1980; Jornal do Brasil, 11/04/1980.

Dallari¹⁷³, os tiros contra o escritório dos advogados Airton Soares (deputado federal-PT) e Luiz Eduardo Greenhalgh (o local era sede igualmente do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Partido dos Trabalhadores)¹⁷⁴, os tiros contra o escritório do deputado estadual Flávio Bierrenbach (PMDB-SP)¹⁷⁵, o incêndio e destruição de bancas de jornais¹⁷⁶, os ataques a teatros¹⁷⁷ e bares¹⁷⁸ frequentados por universitários, os ataques a escolas¹⁷⁹, entre outros.

Também se percebe, a partir de 1979, um progressivo espraiamento da onda terrorista por outras cidades e

¹⁷³ Ocorrido a 2 de julho de 1980, durante a visita do papa João Paulo II ao Brasil. O jurista fora escolhido para realizar uma leitura durante a missa do Papa no Campo de Marte. Dallari integrava a Comissão Justiça e Paz (CPJ), ligada à cúria metropolitana de São Paulo e voltada para a defesa dos direitos humanos e dos presos políticos. Foi sequestrado em frente de casa e levado para um terreno baldio na Avenida Juscelino Kubistchek, onde acabou espancado e esfaqueado nos braços. Todo ensanguentado, conseguiu se levantar, sendo socorrido por um motorista que passava no local. No dia seguinte, de cadeiras de rodas, com muitos machucados, curativos e ferimentos, foi ao ato do Papa. *Correio Braziliense*, 04/07/1980; *Veja*, 06/08/1980; *Jornal do Brasil*, 22/06/1980. A agressão a Dallari seria uma forma de também atingir ao arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns. Isto É, 10/09/1980.

¹⁷⁴ Ocorrido a 10 de julho de 1980. *Jornal do Brasil*, 11/07/1980; *Tribuna da Imprensa*, 11/07/1980.

¹⁷⁵ Ocorrido a 11 de julho de 1980. *Folha de São Paulo*, 15/07/1980.

¹⁷⁶ Por exemplo, o incêndio e destruição, a 21 de julho de 1980, de banca de Pedro Favali Filho, em Itaim. *Jornal do Brasil*, 22/07/1980.

¹⁷⁷ Pó químico foi lançado no TUCA (Teatro da Universidade Católica), a 11 de agosto de 1980. *Folha de São Paulo*, 13/08/1980.

¹⁷⁸ Explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo no “Bar Terra”, a 12 de setembro de 1980. *O Povo*, 12/09/1980.

¹⁷⁹ Entre outros casos, pode-se citar explosão de bomba no colégio estadual Alberto Levy, acontecida a 4 de maio de 1979. *Jornal da República*, 05/09/1979; *Diário da Noite*, 29/08/1979, 31/08/1979.

regiões do País, para além do centro-sul e das capitais estaduais. Em setembro daquele ano, houve a explosão de uma bomba atirada contra a porta do Convento de Sant'Ana, em Anápolis¹⁸⁰; em outubro, o professor de sociologia em cursinhos, Rogers Araújo Lima, foi sequestrado e agredido pelo CCC, em Campinas-SP¹⁸¹; teve-se o envio de carta bomba ao ex-preso político, Theodomiro Romeiro dos Santos, refugiado na Nunciatura Apostólica, em Brasília¹⁸²; em novembro, pichações na Catedral de Nova Iguaçu e na Igreja de Santo Antônio da Prata (de Belford Roxo)¹⁸³, com acusações ao bispo Dom Adriano Hipólito, que, em 1976, havia sido sequestrado e agredido por extremistas de direita¹⁸⁴; também em novembro, uma série de ataques terroristas foi promovido pelo CCC em Belém, por ocasião da visita de Miguel Arraes¹⁸⁵; em dezembro, a Catedral de Nova Iguaçu sofreria novo ataque, da VCC, com uma bomba destruindo o altar e janelas do templo¹⁸⁶.

Em 1980, houve ataques em Recife (o seminarista Manoel Francisco Neto foi espancado pelo CCC¹⁸⁷), Brasília (uma bomba foi desativada quando de uma palestra

¹⁸⁰ Ocorrido a 30 de setembro de 1979. "Atos terroristas ocorridos no Brasil", período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹⁸¹ Ocorrido a 21 de outubro de 1979. *Jornal do Brasil*, 25/10/1979.

¹⁸² Ocorrido a 3 de novembro de 1979. *Folha de São Paulo*, 15/01/1980.

¹⁸³ Ocorrido a 9 de novembro de 1979. *Jornal do Brasil*, 10/11/1979.

¹⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 10/11/1979.

¹⁸⁵ Na noite de 18 de novembro de 1979. *Jornal do Brasil*, 19/11/1979, 19/09/1980, 20/09/1980, 21/09/1980, 30/04/1981.

¹⁸⁶ Ocorrido a 20 de dezembro de 1979. *Tribuna da Imprensa*, 22-23/12/1979; *Jornal do Brasil*, 21/12/1979.

¹⁸⁷ Ocorrido a 19 de março de 1980. *Diário de Pernambuco*, 22/03/1980.

de Gregório Bezerra¹⁸⁸), Porto Alegre (gás lacrimogênio foi lançado no plenário da Assembleia Legislativa e durante um show da cantora argentina Mercedes Sosa, no ginásio do Internacional¹⁸⁹), Porto Velho (Samuel Sales Saraiva, um dos organizadores do PDT na região, teve o carro incendiado em atentado atribuído ao CCC¹⁹⁰), Maceió (explosão de uma bomba no cinema São Luís)¹⁹¹, Campo Grande (explosão na sede do Partido dos Trabalhadores¹⁹²), Santo André (incêndio, logo apagado, na sede da Convergência Socialista¹⁹³), Salvador (explosão de bomba no Colégio Social¹⁹⁴) e Belém (incêndio do carro de Raimundo Jinkigs, ex-dirigente estadual da CGT e proprietário de uma livraria¹⁹⁵).

Em meio à segunda fase da onda terrorista, sobressaem-se os meses de junho, julho e agosto de 1980 como aqueles em que mais aconteceram ataques e ameaças a bancas de jornais e livrarias. Há registros, afora os acontecidos no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, de casos em Londrina, Santos, Niterói, Santa Rosa,

¹⁸⁸ Ocorrido a 22 de março de 1980. Folha de São Paulo, 24/03/1980.

¹⁸⁹ Ambos acontecidos a 1º de abril de 1980. Jornal do Brasil, 02/04/1980.

¹⁹⁰ Denunciado em Jornal do Brasil de 05/06/1980.

¹⁹¹ Ocorrido a 6 de junho de 1980. Jornal do Brasil, 09/06/1980.

¹⁹² Ocorrido a 8 de junho de 1980. Jornal do Brasil, 10/06/1980.

¹⁹³ Ocorrido a 1º de agosto de 1980. Tribuna da imprensa, 04/08/1980; Jornal do Brasil, 02/08/1980.

¹⁹⁴ Ocorrido a 10 de agosto de 1980. Jornal do Brasil, 11/08/1980, 12/08/1980.

¹⁹⁵ Ocorrido a 7 de junho de 1980. Jornal do Brasil, 08/06/1980. Raimundo Jinkigs fora militante do PCB desde os anos 1950 e bancário sindicalista muito atuante. Fora perseguido e preso pela ditadura. Por diversas vezes a Livraria Jinkigs teve suas instalações invadida pela Polícia Federal, com a apreensão de livros tidos como “subversivos”. Vide MOLLO, 2022; PINTO JÚNIOR, 2011.

Santo Ângelo, Ribeirão Preto, Belo horizonte, Belém, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Brasília, Curitiba, Porto Velho, João Pessoa, entre outras cidades. A partir de setembro, o número de ataques a jornalistas diminuiu, embora ainda ocorressem, como se deu quando da explosão de bombas em duas bancas em Belém, a 28 de abril de 1981, com a Falange Pátria Nova assumindo a autoria¹⁹⁶. Acreditamos que a queda do número de ataques a bancas de jornais não pode ser dissociada do esforço do governo federal e de outras autoridades, no segundo semestre de 1980, em buscar coibir a venda de “publicações indecentes” e da recusa dos jornalistas em negociar os jornais alternativos, atendendo ou se curvando, assim, aos objetivos dos terroristas. Tratamos melhor de tal questão na versão ampliada deste livro na internet.

Durante a segunda fase, entre os centros políticos mais dinâmicos do País, foi no Rio de Janeiro que os ataques da extrema-direita mais se intensificaram, no que toca à quantidade e à agressividade. Não por acaso, na capital fluminense ocorreriam as primeiras vítimas das bombas. A 29 de março de 1980, deu-se a explosão de um petardo na sede da Convergência Socialista, no Bairro de São Cristóvão, atentado posteriormente assumido pela Falange Pátria Nova¹⁹⁷. No dia seguinte, verificou-se a detonação de duas bombas-relógio, no intervalo de uma hora, nas instalações do Hora do Povo, jornal ligado ao MR-8¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Jornal do Brasil, 29/04/1981.

¹⁹⁷ Ocorrido a 29 de março de 1980. Jornal do Brasil, 31/03/1980, 29/05/1980; Tribuna da Imprensa, 05/09/1980.

¹⁹⁸ Ocorrido a 30 de março de 1980. Jornal do Brasil, 31/03/1980. O MR-8 era um grupo político dissidente do PCB, surgido em 1966 e chamando inicialmente de Dissidência Guanabara. Passou a defender a luta

No dia 1º de abril, uma bomba foi lançada contra a casa do deputado federal Marcello Cerqueira (PMDB-RJ), no bairro de Santa Tereza¹⁹⁹ – em julho, seu carro seria incendiado e, em abril de 1981, novamente sua residência acabou atingida por uma explosão²⁰⁰.

Ainda em abril de 1980, uma bomba foi estourada em frente à loja da Caderneta de Poupança Letra, danificando a fachada e as portas de entrada – um telefonema anônimo avisara que aconteceriam ataques aos locais que vendessem ingressos para o show de 1º de maio de 1980, em homenagem ao Dia do Trabalhador, no Riocentro²⁰¹. Um ano depois, na edição do evento em 1981, os extremistas decidiram atingir não os locais que vendiam ingresso, mas o próprio Riocentro, em um atentado feito por agentes da repressão no que é visto como o marco da *debacle* da segunda onda terrorista. Em agosto de 1980, numa evidente referência – e condenação – ao aniversário de um ano da

armada e participou de várias ações guerrilheiras, destacando-se com o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, em conjunto com a Ação Libertadora Nacional. Nesse episódio o grupo passou a se denominar MR-8, em referência à data da morte de Ernesto “Che” Guevara, a 8 de outubro de 1967 na Bolívia. Em meados dos anos 1970, pós perder muitos de seus membros pela dura repressão da ditadura e por dissidências, afora os exilados, o MR-8 passou a fazer a crítica à luta armada e a defender a mobilização política pelas liberdades democráticas, bem como a formação de uma frente popular pela redemocratização do País. Com a extinção do bipartidarismo em 1979, o MR-8 decidiu atuar dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Divulgava suas ideias pelo jornal A hora do povo. In <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-revolucionario-8-de-outubro-mr-8>. Acesso a 28/11/2021.

¹⁹⁹ Ocorrido a 1º de abril de 1980. Tribuna da Imprensa, 02/04/1980.

²⁰⁰ Ocorrido a 1º de abril de 1981. Veja, 08/04/1981.

²⁰¹ Ocorrido a 26 de abril de 1980. Jornal do Brasil, 27/04/1980, 20/09/1980.

aprovação da Lei da Anistia (ocorrido a 28 de agosto de 1979), o Rio de Janeiro, e o País como um todo, foi abalado por uma série de ataques e ameaças, elevando, então, os atentados da extrema-direita à condição de fato político mais impactante e discutido da vida nacional e um dos mais importantes para o destino do processo de abertura da ditadura.

Na madrugada de 27 de agosto de 1980, uma bomba explodiu na sucursal do jornal alternativo Tribuna Operária (antiga Tribuna da Luta Operária, ligado ao PCdoB), no bairro da Lapa. A sala do periódico foi arrombada e a explosão provocou apenas danos materiais – destruição de vidros das janelas e alguns móveis²⁰². Por ser um pequeno jornal de esquerda, o episódio ganhou pouca repercussão. Atentados semelhantes já vinham ocorrendo há anos pelo Brasil e, embora fossem condenados por diversos setores da sociedade e até pelo próprio governo, as investigações e a punição dos responsáveis pouco avançavam. Impacto devastador, porém, tiveram as bombas estouradas no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, então sediado no Rio de Janeiro, e na Câmara Municipal da capital fluminense. A entidade dos advogados, que naquele momento destacava-se nas críticas à ditadura, vinha pressionando bastante as autoridades pela apuração do sequestro e agressões feitas ao jurista Dalmo Dallari, no início de julho, levantando, inclusive, a possibilidade de envolvimento de integrantes do regime²⁰³. Na Câmara Municipal, o gabinete atingido era de um dos políticos mais engajados nas manifestações pró-democracia e

²⁰² Jornal do Brasil, 28/08/1980; Veja 03/09/1980.

²⁰³ Jornal do Brasil, 28/08/1980; Tribuna da Imprensa, 28/08/1980; Veja, 03/09/1980.

nos atos públicos contra os atentados da extrema-direita, Antônio Carlos de Carvalho, vereador pelo PMDB e militante do MR-8²⁰⁴. Nos ataques, saiu morta Dona Lyda Monteiro, secretária da OAB, e gravemente ferido José Ribamar Sampaio de Freitas, assessor na Câmara, afora outras pessoas, atingidas levemente, com o pânico tomando conta da cidade.

Na mesma série de atentados, ainda no dia 27, foi desativada uma bomba no sindicato dos jornalistas do Rio de Janeiro²⁰⁵. A 28 de agosto, uma carta-bomba, enviada através dos Correios ao gabinete do superintendente da SUNAB, general Glauco Carvalho, ao ser aberta por uma secretária, não estourou em virtude da falha dos mecanismos – as minibaterias que acionavam o detonador apresentaram defeito²⁰⁶. Nos dias desses atentados e

²⁰⁴ Jornal do Brasil, 28/08/1980, 29/08/1980, 30/08/1980; Tribuna da Imprensa, 28/08/1990, 29/08/1980; Veja, 24/09/1980. Antônio Carlos de Carvalho, o Tônico, era militante do MR-8. Engenheiro, em 1976 foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, pelo MDB (ARAÚJO, 2006, p. 162).

²⁰⁵ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁰⁶ Relatório de informação nº 102/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 29 de agosto de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/PR, de 04 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020. A secretária que recebeu a carta chamava-se Octaylsa Betrand. Jornal do Brasil, 30/08/1980. O ex-coronel de artilharia, Alberto Carlos Costa Fortunato, integrante do denominado Grupo Secreto, envolvido nas mobilizações contrárias à distensão/abertura da ditadura, afirmou que a carta-bomba direcionada à SUNAB fora preparada, propositadamente, com defeito, visando “apenas assustar”, visto que o alvo era um general (Glauco Carvalho) – o grupo temia uma retaliação contra a linha dura militar, caso houvesse algo contra

nos seguintes, uma profusão de telefonemas anônimos para órgãos de poder, repartições públicas, escolas, universidades, etc., com ameaças falsas de bomba, fez aumentar ainda mais o medo e a insegurança no Rio e em outras cidades do País, conforme veremos adiante. Qualquer ameaça era levada a sério, com prédios sendo desocupados às pressas, expedientes e atividades sendo suspensos e encerrados e ocorrendo buscas minuciosas da polícia nos locais.

Não ficou claro quem seriam os responsáveis pelos ataques, com vítimas, do 27 de agosto de 1980. O jornal da Tribuna da Imprensa chegou a dizer, no dia seguinte²⁰⁷, que a Falange Pátria Nova assumira a autoria, não apontando, entretanto, a fonte da informação. Dias depois a imprensa divulgou carta do grupo terrorista negando os atentados e culpando as esquerdas²⁰⁸. A notícia vinculada pela Tribuna da Imprensa, sobre a autoria da Falange, pode ter vindo de um trote, entre as dezenas de ligações telefônicas anônimas, com ameaças de bombas, verificadas nos dias posteriores aos atentados à OAB e Câmara Municipal. Por outro lado, não é impossível o próprio grupo ter assumido, de imediato, a responsabilidade, manifestando-se à imprensa na intenção de buscar publicidade e induzir o medo, como fez em outras ocasiões. Ante as repercussões negativas

o general. (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 209). A intenção seria criar confusão, pois, segundo a polícia, um especialista em explosivo dificilmente cometeria um erro tão grosseiro como aquele. Isto É, 17/09/1980. Especulou-se também que os terroristas desejavam se credenciar junto à população, ao atacar um órgão responsável pela fiscalização dos preços em um momento de altas taxas de inflação. Isto É, 03/09/1980.

²⁰⁷ Tribuna da Imprensa, 28/08/1980.

²⁰⁸ Tribuna da Imprensa, 02/09/1980.

dos atentados, a Falange, depois, pode ter recuado, passando a negar a autoria. A postura de assumir e recuar da autoria, por parte dos terroristas, também ocorreu nas explosões do Riocentro, ocorridas no ano seguinte.

Igualmente foi levantada a possibilidade de o ataque ter sido da autoproclamada VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas). A 28 de agosto, alguém, dizendo-se pertencer a esse grupo, ligou para a redação da Rádio Jornal do Brasil, assumindo os atentados, o que não se teve como comprovar, até mesmo devido aos inúmeros alarmes falsos que o sucederam às explosões²⁰⁹. A suspeição maior, porém, deu-se ao fato de a VCC ter enviado pelos correios, antes dos atentados, uma carta à imprensa com ameaças ao presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, e ao vereador, Antônio Carlos Carvalho, o que levou a polícia a conjecturar sobre a responsabilidade do grupo²¹⁰. Some-se a isso o fato de que a sigla VCC fora encontrada em um dos fragmentos que restaram do petardo detonado na OAB²¹¹, havendo também o acrônimo na bomba que não explodiu no escritório da SUNAB²¹². O silêncio ou o recuo quanto à autoria, nesse caso, é bem diferente das posturas dos terroristas em relação a outros atentados, visto que normalmente deixavam textos, faziam pichações, ligações telefôni-

²⁰⁹ Isto É, 03/09/1980.

²¹⁰ A carta foi enviada a Rádio Nacional, tendo sido postada no mesmo, dia 27 de agosto de 1980, na agência central da Empresa de Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro, possivelmente antes dos atentados. No final da missiva, se lê: “Nos responsabilizamos pelos atentados contra os traidores da pátria Eduardo Seabra Fagundes e ‘vereador’ Antônio Carlos Carvalho, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR 8”. Tribuna da Imprensa, 29/08/1980; Jornal do Brasil, 19/09/1980.

²¹¹ Jornal do Brasil, 29/04/1981.

²¹² Jornal do Brasil, 19/09/1980.

cas, etc., no fito de publicização. Como dito no capítulo anterior, como as explosões deixaram feridos e uma morta, os extremistas não se manifestaram, por razões políticas, em virtude da condenação do acontecimento pela ampla maioria a sociedade, e porque, entendemos, a fatalidade atingia a nobreza e o idealismo dos quais a extrema-direita se julgava portadora e que estariam presentes em suas ações anticomunistas e antiabertura.

Tão impactante negativamente para a extrema-direita que, nas semanas seguintes, houve uma redução do número de atentados na cidade do Rio de Janeiro, constatação recebida, inicialmente, pela imprensa e governantes, como a interrupção ou mesmo o fim dos atentados terroristas²¹³. Ainda que as ligações telefônicas anônimas com ameaças persistissem – havendo uma possibilidade de boa parte serem trotes, ou seja, não tenham sido realizadas pelos extremistas – só encontramos, em setembro de 1980, referência a um ataque na capital fluminense, no caso, a explosão de uma banca de jornais em Jacarepaguá²¹⁴, embora tenha se verificado, no município vizinho de São Gonçalo, a destruição, por bomba, de um muro da CEASA²¹⁵ e a detonação, em Niterói, de explosivo de pequeno impacto na Delegacia Regional da Receita Federal²¹⁶.

²¹³ O ministro da Justiça, Abi-Ackel, falando à imprensa, chegara a afirmar que a paralização dos atentados terroristas no Brasil se deveu ao repúdio enérgico do presidente Figueiredo e à solidariedade da sociedade nacional. *Tribuna do Ceará*, 20/10/1980.

²¹⁴ Ocorrido a 19 de agosto de 1980. *Tribuna da Imprensa*, 20-21/09/1980; *Jornal do Brasil*, 19/09/1980, 20/09/1980.

²¹⁵ Ocorrido a 13 de setembro de 1980. *Tribuna da Imprensa*, 15/09/1980; *Jornal do Brasil*, 16/09/1980.

²¹⁶ Ocorrido a 14 de setembro de 1980. *Tribuna da Imprensa*, 15/09/1980; *Jornal do Brasil*, 16/09/1980.

Um efeito imediato dos atentados à OAB e à Câmara Municipal foi o de o governo Figueiredo determinar a transferência das investigações para a alçada da Polícia Federal²¹⁷. Até às bombas do 27 de agosto, enquanto os atentados tinham como alvo prioritariamente jornalheiros, líderes de esquerda, imprensa alternativa, etc., o governo federal, sob a argumentação de não ferir a Constituição e a autonomia dos estados, deixara as investigações sob a responsabilidade das polícias e secretarias estaduais de segurança²¹⁸. Por serem os alvos setores de menor influência política ou opositores declarados e incômodos (como a imprensa alternativa) e/ou porque já havia a suspeição do envolvimento de agentes da repressão²¹⁹, o regime não se moveu muito nas investigações, apesar dos discursos e promessas de combate ao terrorismo. Também era politicamente cômodo para Figueiredo: estando as investigações sob a responsabilidade dos governadores, não haveria, pelo menos formalmente, como acusá-lo de omissão ou acobertamento (embora a oposição o fizesse); evitava, também, a possibilidade de, tendo de investigar, chegar aos autores dos ataques e puni-los, o que lhe traria problemas com as várias alas das Forças Armadas, das mais radicais às mais moderadas, que defendiam a preservação e a unidade da instituição e a saída do poder sem punição dos militares, mesmo os que tivessem cometido “excessos” (MARTINS FILHO, 2019, p. 198 e 199; MATHIAS, 1995a, p. 153; D’ARAUJO, 2004, p. 93). Também não se pode esquecer que os ataques expunham à população e agastavam politicamente os bolsões ultradi-

²¹⁷ Tribuna da Imprensa, 28/08/1980; Jornal do Brasil, 30/08/1980.

²¹⁸ Jornal do Brasil, 05/08/1980.

²¹⁹ Isto É, 03/09/1980.

reitistas contrários à abertura e que eram um desafio ao projeto dos militares moderados²²⁰. Sob a guarida dos governos estaduais, pelas dificuldades de investigação, falta de estrutura, conivência ou descaso dos policiais em perquirir casos nos quais estavam, muito possivelmente, envolvidos seus colegas de instituição da área de segurança – como era a voz grassante, à época²²¹ –, pouco se apurou. Não foi preso um único terrorista. É claro que a oposição cobrava do governo federal, mas este conseguia se apegar à questão da autonomia dos estados.

Agora, porém, a situação mudara. Não se tratava mais de bancas de pequenos jornaleiros em alguma praça ou de “jornalecos de radicais comunistas”. Era uma instituição de grande inserção na sociedade, como a OAB. Era uma casa parlamentar, como a Câmara do Rio, uma das principais do País, alvo de uma bomba. Pior ainda, atentados com vítimas, o que indignou amplos setores da população, como se percebe pelas notas e manifestações da imprensa à época. Não era mais possível manter o discurso de autonomia da federação. Com o impacto na sociedade dos atentados à OAB e Câmara Municipal,

²²⁰ Isto É, 13/08/1980.

²²¹ Afora as denúncias feitas por opositores, como mostra, por exemplo, a matéria do jornal do Brasil de 31 de agosto de 1980, integrantes do próprio regime insinuavam a ligação. Em declaração reproduzida pelo mesmo periódico, o secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, coronel João Leivas Job, expressou a dificuldade de combater o terrorismo da direita em relação à esquerda armada. “Os terroristas se escondem em todos os lugares, quem sabe, na própria polícia”. Jornal do Brasil, 02/08/1980. Em sua coluna, o jornalista Castello de Branco apontou que havia entre setores do governo a crença do envolvimento de oficiais de segundo escalão com a Falange Pátria Nova e outros grupos de direita. Jornal do Brasil, 04/09/1980.

a pressão tornou-se insustentável – um desdobramento advindo do próprio processo de distensão do regime – e o governo decidiu se mover, transferindo, enfim, a responsabilidade da apuração para a Polícia Federal, mudando o discurso e difundido a argumentação de que os ataques, em qualquer ponto do País, se constituíam infrações contra a segurança nacional e à ordem política e social²²².

Ao passar as investigações para a PF, o governo buscava se preservar das duras críticas do grosso da sociedade e das oposições quanto a não apuração e às suspeitas de acobertamento dos autores da onda de atentados. A medida de Figueiredo contou com aprovação de vários setores da população e opositores. O regime buscou capitalizar politicamente com a decisão, pregando a união de todos contra o terrorismo e dando a entender que nada tinha a dever ou temer, pois, com seus recursos e quadros, a PF apresentaria maiores possibilidades de chegar aos culpados pelos ataques. O *handicap* da gestão Figueiredo, não obstante, durou pouco. Talvez por ter sido a transferência das investigações apenas uma forma de dar satisfação ao País e/ou em virtude das dificuldades de todo trabalho investigativo, sem descartar os temores oficiais ou os interesses de não chegar a lugar algum – ou seja, aos “bolsões sinceros e radicais” do regime, para usar uma expressão de Geisel –, não demorou muito para a PF passar a ser criticada igualmente, visto que pouco de concreto aparecia²²³.

²²² Tribuna do Ceará, 1º/09/1980.

²²³ Já na primeira semana de setembro, a revista Isto É relatou como o presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, se mostrava pouco animado com os trabalhos de investigação da Polícia Federal, evidenciando o descrédito que se armava sobre as investigações oficiais, não

Não custa lembrar que a Polícia Federal era também acusada de estar envolvida em vários casos de violação de direitos humanos, tortura e assassinato de inimigos da ditadura (SOARES, 2015; SANCHEZ, 2020).

No afã de apontar responsáveis, para demonstrar que desejava, sim, apurar os casos de terrorismo e que não acobertava ninguém, a ditadura apresentou alguns suspeitos. Dias depois das explosões do 27 de agosto, o governo fez muito alarde junto a imprensa, inclusive, com nota oficial, em virtude da prisão de três acusados de terrorismo em Minas Gerais, apontados como integrantes da Organização Socialista Internacional (OSI), de tendência trotskista²²⁴. O vereador do PMDB, Eduardo Villanova, seu irmão, Luís Villanova e um assessor, Caetano de Oliveira, haviam estourado algumas bombas, de baixo potencial, nas cidades de Antônio Carlos e Barbacena. A prisão parecia consubstanciar a crença, propagada por grupos militares e conservadores, de que os ataques eram frutos da ação de “esquerdistas radicais”. Depois, descobriu-se que se tratava de

obstante as promessas de Figueiredo de que tudo seria apurado. Isto é, 10/09/1980. Em abril de 1981, o Conselho Federal da OAB lançou nota pelo qual cobrava das autoridades o completo esclarecimento sobre os atentados de agosto do ano anterior. Dizia que as investigações não foram aprofundadas e que os ataques partiram de grupos radicais de extrema-direita, não sendo compreensível que as investigações fiquem centradas em apenas uma pessoa, no caso, James Ronald Watter, que seria preso em outubro de 1980, como principal suspeito e, após meses em prisão provisória, liberto, por falta de provas. O então já ex-presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, afirmou que faltavam ao inquérito da PF “seriedade e competência” – fora recusado o acompanhamento da OAB nas investigações. O renomado jurista Evaristo de Moraes afirmou que não havia sequer indícios da participação de Watter no atentado. *Jornal do Brasil*, 29/04/1981.

²²⁴ *Tribuna da Imprensa*, 30-31/08/1980.

um caso envolvendo disputas políticas locais, embora não se possa descartar até que ponto a onda terrorista da extrema-direita tenha influenciado o trio a agir daquela forma. As pessoas da região, mesmo os adversários políticos, não confirmaram que os três acusados pertencessem a qualquer grupo trotskista²²⁵ e a própria OSI negou que tivesse ali militantes, endossando que sempre fora contra ações terroristas²²⁶. Os presos chegariam a acusar, posteriormente, o DOPS de Barbacena de os ter torturado para assumirem os vínculos com a OSI²²⁷. Constatando a inveracidade sobre os “terroristas de Barbacena”, o governo discretamente esqueceu o assunto²²⁸...

A 14 de outubro de 1980, seria detido como suspeito mais um civil, Ronald James Watters, um extremista de direita, então com 53 anos, e que, na década de 1960, se envolvera em ataques com bombas no Rio de Janeiro contra alvos de esquerda²²⁹. Foi feito, novamente,

²²⁵ Jornal do Brasil, 04/09/1980; Isto É, 10/09/1980. O deputado Bia Fortes, do PSD, disse à imprensa que não acreditava em “conotação política” nos atentados terroristas ocorridos em Barbacena e que os acusados não pertenciam à nenhuma organização de esquerda. “Como profundo conhecedor da cidade, nunca ouvi falar em qualquer grupo organizado, comunista ou socialista, em Barbacena”, afirmou ao Jornal do Brasil de 7 de setembro de 1989.

²²⁶ Tribuna do Ceará, 06/09/1980; Isto É, 10/09/1980.

²²⁷ Jornal do Brasil, 27/08/1981.

²²⁸ Isto É, 10/09/1980.

²²⁹ Watters participara, ao lado de outras seis pessoas, de um atentado, não consumado, em maio de 1962, contra uma exposição comercial da União Soviética, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Jornal do Brasil, 23/11/1980. Acusado de ser um agente da CIA, chegou a fazer parte do que foi chamado de Grupo Secreto, embora depois tenha se afastado. Segundo integrantes do Grupo, Ronald Watters não apresentou nenhum envolvimento nos ataques à OAB e Câmara Municipi-

muito alarde pelo governo, com repercussão na imprensa. Desde o início, Watters negou a acusação e afirmou estar sendo usado como “bode expiatório” pelo governo, o que, por sinal, acabou também sendo entendido por setores da oposição²³⁰. Tanto o trio de Barbacena²³¹ como Watters²³² seriam libertos posteriormente, pela Justiça militar, devido à fragilidade das acusações e falta de provas. Como buscaremos demonstrar no capítulo 4, a prisão dos integrantes do MAC cearense, também civis, não deixou de atender aos interesses do governo Figueiredo em aliviar a pressão da sociedade sobre a apuração dos responsáveis pela onda terrorista.

Ao contrário do que o governo e parte da imprensa chegaram a alardear sobre o encerramento dos atentados, nas semanas seguintes aos eventos do 27 de agosto, os ataques continuaram a acontecer, embora em

pal, ainda que tenha colocado “fogo em bancas” (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 204, 205, 221, 230 e 233). Preso em outubro, a prisão de Watters só veio a público em novembro de 1980. Tribuna do Ceará, 18/11/1980; Jornal do Brasil, 23/11/1980. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/riocentro-atentado-do>. Acesso a 22/11/2021.

²³⁰ Isto É, 26/11/1980. Em discurso no Congresso Nacional, após ter uma bomba jogada em sua casa, o deputado Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ) fez ataques à extrema-direita e criticou a falta de resultados das investigações do governo quanto aos atentados. Sobre a relação de Watter com os atentados à OAB e Câmara Municipal, o parlamentar classificou-o de “peixe-menor”, afirmando ainda: “Pobre Watters. Antigo agente da CIA. Não foi ele e se o fez, não foi sozinho”. Jornal do Brasil, 02/04/1981.

²³¹ Luís Villanova e Caetano de Oliveira foram libertos a 18 de setembro de 1980. Jornal do Brasil, 19/09/1980.

²³² Com o relaxamento da prisão pelo Superior Tribunal Militar, Watters foi liberto a 4 de junho de 1981. O Povo, 4/ 06/ 1981. Em 11 de fevereiro de 1982, a Justiça Militar o absolveu por falta de provas. Tribuna da Imprensa, 12/02/1982.

outras cidades, inclusive, em locais que não tinham sido atingidos até então. Isso pode ser entendido como a ratificação da tese de como a onda terrorista retroalimentava-se, motivando grupos ou indivíduos a agirem, até sozinhos, sem que obrigatoriamente existissem contatos entre eles. Em Belo Horizonte, em setembro, um carro da OAB foi incendiado²³³ e teve-se a invasão da sede da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES)²³⁴. No mesmo mês, em Viamão, no Rio Grande do Sul, uma bomba explodiu na garagem do banco do Estado do Rio Grande do Sul, ferindo um encarregado de limpeza, Luís Rosas, em atentado assumido pelo CCC²³⁵. Em Itapetininga-SP, ocorreu a explosão de petardo em um edifício de apartamentos no centro da cidade²³⁶. Em Itu-SP, teve-se a invasão e o incêndio do jornal O Periscópio²³⁷; em São Paulo, uma banca foi incendiada parcialmente no bairro Tremembé²³⁸; em Fortaleza, o MAC jogou um explosivo contra o DCE da Universidade Federal do Ceará (UFC)²³⁹. No mês de outubro, ocorreram ameaças, como a da bomba-relógio, apenas com dispositivo de tempo e sem explosivos, encontrada no banheiro da Assembleia Legislativa de São Paulo²⁴⁰.

²³³ Ocorrido a 8 de setembro de 1980. Jornal do Brasil, 10/09/1980; Tribuna da Imprensa, 10/09/1980.

²³⁴ Ocorrido a 13 de setembro de 1980. Jornal do Brasil, 14/09/1980.

²³⁵ Jornal do Brasil, 10/09/1980; Folha de São Paulo, 09/09/1980; Tribuna da Imprensa, 10/09/1980.

²³⁶ Ocorrido a 14 de setembro de 1980. Folha de São Paulo, 15/09/1980.

²³⁷ Jornal do Brasil, 19/09/1980; Tribuna da Imprensa, 22/09/1980.

²³⁸ Ocorrido a 26 de setembro de 1980. Jornal do Brasil, 27/09/1980.

²³⁹ Ocorrido 30 de setembro de 1980. Tribuna da Imprensa, 02/10/1980; O Povo, 1º/10/1980.

²⁴⁰ Ocorrido a 30 de outubro de 1980. O Povo, 31/10/1980.

Como foram episódios de menor repercussão, o governo federal insistia na “invisibilização”, apostando no esclarecimento dos atentados em função dos suspeitos presos e dando a entender que a onda terrorista havia cessado.

A partir de novembro de 1980, entretanto, os atentados e ameaças ganharam novo impulso. Passados ou diminuídos, junto à sociedade, os impactos iniciais da trágica morte de Dona Lyda Monteiro, os extremistas voltaram a agir com maior intensidade, sentindo-se, talvez, seguros pela impunidade ante a inoperância das investigações oficiais. Naquele mês, uma bomba foi detonada na Praça do Ferreira, no centro da capital cearense²⁴¹; em Salvador, a OAB-BA denunciou que vinha recebendo ligações telefônicas e cartas com ameaças de bombas²⁴²; no Rio de Janeiro, ocorreram atentados contra os supermercados Boulevard, na Vila Isabel, e Casa das Banhas, no Meier, na mesma noite, em 14 de novembro²⁴³, em aparente ação de extremistas contra a carestia que afligia bastante a população à época; em Alagoinhas, na Bahia, uma bomba foi detonada na casa de Aloísio Nunes Rodrigues, membro do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) e do PT (Partido dos Trabalhadores)²⁴⁴.

²⁴¹ Ocorrido a 5 de novembro de 1980. O Povo, 06/11/1980; Tribuna do Ceará, 06/11/1980.

²⁴² Tribuna da Imprensa, 14/11/1980; Diário de Pernambuco, 13/11/1980.

²⁴³ Jornal do Brasil, 15/11/1980, 02/04/1981.

²⁴⁴ Ocorrido a 27 de novembro de 1980. Jornal do Brasil, 28/11/1980.

2.3 Riocentro, (o)caso

A onda terrorista, em sua “crista”, atingiu o início do ano de 1981, novamente apresentando o Rio de Janeiro como uma das cidades mais atingidas. Em janeiro, teve-se um novo ataque a um supermercado, o Peg-pag, no Leblon²⁴⁵, a detonação de bombas em um ônibus que transportava funcionários da Petrobrás, na Ilha do Fundão²⁴⁶, e a explosão de petardo em um relógio digital de propaganda, na Rua Humaitá²⁴⁷, todos atentados assumidos pelo Comando Delta. A 26 de março, sucedeu-se um dos atentados mais marcantes e agressivos: a invasão e o incêndio da sede do jornal Tribuna da Imprensa, periódico que se destacava, então, nas críticas ao governo militar e cujo proprietário, Hélio Fernandes, já havia sido alvo de ataques anteriores. Por volta de 4 horas da manhã, um grupo de 10 a 15 encapuzados, fortemente armados, desceu de três carros e invadiu o prédio do jornal, na Rua do Lavradio, centro do Rio, gerando momentos de horror. Os funcionários foram rendidos, algemados e deitados no chão, sob mira das armas. Os terroristas instalaram seis bombas, principalmente no entorno das rotativas – as explosões provocaram um enorme incêndio. O pânico da situação não acabou aí: algemados, sempre sob ameaça de metralhadoras, os funcionários foram postos, a seguir, em uma Kombi,

²⁴⁵ Ocorrido a 15 de janeiro de 1981. Tribuna da Imprensa, 16/01/1981, 17-18/01/1981; Jornal do Brasil, 16/01/1981.

²⁴⁶ Ocorrido a 7 de janeiro de 1981. Jornal do Brasil, 08/01/1981, 17/01/1981, 20/01/1981; Tribuna da Imprensa, 17-18/01/1981.

²⁴⁷ Ocorrido a 16 de janeiro de 1981. Jornal do Brasil, 17/01/1981, 20/01/1981; Tribuna da Imprensa, 17-18/01/1981.

o que os fez temer serem assassinados pelos desconhecidos (acabariam abandonados, poucos depois, nas proximidades da Praça XV de Novembro). Com o barulho das explosões e o incêndio, moradores de edifícios próximos ao jornal entraram em desespero, saindo às ruas – alguns dos prédios seriam atingidos, sofrendo danos. Logo os bombeiros chegaram para debelar o incêndio, seguidos por agentes do DPPS²⁴⁸. No local do ataque, os terroristas deixaram uma pichação e panfletos atribuindo a ação a um “Comando Herzog”, claramente um despiste, aproveitando-se da versão corrente entre grupos conservadores de que eram as esquerdas que promoviam os atentados²⁴⁹. O periódico ficaria dias sem circular.

Em abril, teve-se explosões de bombas na (novamente) casa do deputado federal Marcelo Cerqueira (PM-DB)²⁵⁰, em Santa Tereza, no portão da Gráfica Americana, em Gamboa (o dono, Dimas Perrin, era um antigo militante de esquerda)²⁵¹ e na automecânica Papilon

²⁴⁸ Ocorrido a 26 de março de 1981. Veja 08/04/1981; Isto É, 1º/04/1981; Tribuna da Imprensa, 27/03/1981; O Povo, 27/03/1981; Tribuna do Ceará, 27/03/1981.

²⁴⁹ A mensagem nos panfletos era a seguinte: “Esta ditadura fascista jamais usará as máquinas da gloriosa Tribuna da Imprensa contra o povo brasileiro. Comando Herzog”. Isto É, 1º/04/1981. Fernandes havia adquirido o jornal em 1962, de Carlos Lacerda. O jornalista ficou 60 dias preso pela ditadura em 1967, por fazer críticas a Castelo Branco em seu obituário, o que foi considerado ofensivo pelas Forças Armadas. Boicotado pela ditadura, a Tribuna da Imprensa passava por dificuldades econômicas, tendo sido decretado, no início de 1981, a penhora de bens da empresa, para o pagamento de dívida previdenciária.

²⁵⁰ Ocorrido a 1º de abril de 1981. Jornal do Brasil, 02/04/1981; Veja, 08/04/1981.

²⁵¹ Ocorrido a 03/04/1981. Veja, 08/04/1981; Tribuna da Imprensa, 06/04/1981.

LTDA., em Bonsucesso²⁵². Na noite do último dia de abril de 1981, os extremistas, no que poderia ter sido uma tragédia, planejaram a explosão de bombas no Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro), durante um show, com milhares de pessoas, em homenagem ao Dia do Trabalhador. Acabou havendo a detonação extemporânea de um dos artefatos dentro de um carro (da marca Puma), onde se encontravam dois dos próprios terroristas (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 164 e seguintes). Em decorrência, foi morto, na hora, o sargento paraquedista Guilherme Pereira do Rosário, de 35 anos, e ficou ferido o capitão paraquedista Wilson Luiz Chaves Machado, 34 anos, ambos ligados ao DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 166)²⁵³.

O que ficou conhecido como caso Riocentro foi um desastre para a extrema-direita e para a gestão Figueiredo. Pela primeira vez, havia evidências concretas e significativas acerca da ligação/interseção entre os terroristas

²⁵² Ocorrido a 3 de abril de 1981. Tribuna da Imprensa, 06/04/1981.

²⁵³ O ex-delegado Claudio Guerra afirmou que o sargento Guilherme Rosario fora um dos autores do atentado à OAB em agosto de 1980, tendo preparado a carta-bomba que matara Lyda Monteiro (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 167). O sargento e o capitão integrariam o Grupo Secreto, o qual contava com militares e policiais da comunidade de informação envolvidos nos atentados terroristas contrários à abertura. Muitos deles eram especialistas em explosivos. Wilson Luiz Chaves Machado nunca se pronunciou sobre seu envolvimento no caso do Riocentro (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 167 e 172). O fato de Rosário integrar o Grupo Secreto igualmente é confirmado no livro *A direita explosiva no Brasil* (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 221). Esta obra também aborda o envolvimento, no Riocentro, do Grupo Secreto, o qual buscou difundir que o atentado seria de autoria do Comando Delta, ratificando a ideia de como havia uma falsa pluralidade de organizações terroristas da época (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 264).

e os integrantes dos órgãos de segurança e informação da ditadura, como, há muito, setores da sociedade e da oposição alardeavam. Apesar das negativas do governo federal e das Forças Armadas, após uma confusa investigação, sobre a qual pesaram suspeitas de manipulação, o relatório final do caso afirmou que o sargento e o capitão haveriam sido não os autores, mas, sim, vítimas de um atentado terrorista. A conclusão do inquérito foi duramente criticada, aumentando ainda a suspeição, de boa parte da opinião pública, de que os dois militares estavam tentando montar uma bomba dentro do carro e, por acidente, acabaram detonando-a. Não por acaso, as idas e vindas das investigações, com a imprensa tendo notória importância em mostrar as contradições e as fragilidades da argumentação do governo Figueiredo e das Forças Armadas. Como nos vários atentados anteriores, os envolvidos no caso das bombas ao Centro de Evento do Rio de Janeiro acabaram igualmente ficando impunes, embora, desta vez, com uma maior sensação da sociedade sobre o acobertamento dos terroristas por parte da ditadura (NAPOLITANO, 2018; GASPARI, 2016; PASQUALETTE, 2020).

O atentado ao Riocentro e a exposição de integrantes da comunidade de informação pegaram os terroristas e o próprio governo de surpresa. Se até ali não havia como atestar que a gestão Figueiredo deixasse de levar adiante as investigações, pelas possibilidades de se chegar a elementos da caserna envolvidos nos atentados, o desenrolar das investigações do caso Riocentro, as conclusões pífias do inquérito e a impunidade deram ainda mais munção para a oposição e os críticos. Não pretendemos nos alongar neste episódio, mesmo porque não é o objeto da presente pesquisa, mas é patente que o Caso Riocentro enfraqueceu Figueiredo (PASQUALETTE, 2020, p. 210),

o qual se agastou junto à opinião pública. Como se não bastasse, perdeu ainda um dos seus principais ministros e articuladores da distensão/abertura, pois o general Golbery de Couto e Silva, revoltado com o relatório final do caso, pediu demissão, em agosto de 1981.

Foi se intensificando, daí em diante, um crescente sentimento de segurança para as oposições e uma crença que o regime, de fato, poderia acabar (ANTURI, 2001, p. 19). A onda de atentados, a acusação de acobertamento dos terroristas pelo governo e a impunidade fizeram as Forças Armadas e a ditadura perderem ainda mais capital político, corroendo a credibilidade que, por ventura, tivessem e gerando um sentimento de irreversibilidade da transição do poder para a oposição (ANTURI, 2001, p. 19). Não por acaso, Figueiredo, o último general ditador, deixou o governo, literalmente, pelas portas dos fundos do Palácio do Planalto (CASTRO, 2008, p. 126; D'ARAÚJO, 2004, p. 98). Se havia alguma dúvida ou resistência, as eleições diretas para governador dos estados de 1982, as primeiras desde 1966, aconteceram, denotando que cada vez mais a abertura prosseguiria (D'ARAÚJO, 2004, p. 98).

O governo Figueiredo ficou ainda mais pressionado e setores da sociedade passaram, no final de 1983 e início de 1984, a se manifestar em favor da realização de eleições diretas presidenciais, o que deixou em polvorosa os militares e grupos conservadores, inclusive do próprio PMDB. Estes se mobilizaram arduamente para derrotar a chamada Campanha das Diretas Já e garantir a passagem do poder institucional “por cima”, sem alterações da ordem socioeconômica, sem tocar nas prerrogativas e privilégios dos militares e, sobretudo, sem riscos de punir os elementos da ditadura envolvidos em crimes contra os direitos humanos

(ARTURI, 2001, p. 20; FICO, 2017, p. 64; NAPOLITANO, 2018, p. 301; RODRIGUES, 2005, p. 136). Para muitos, como lembra Rodrigo Patto Sá (2013, p. 58), tais condições eram imprescindíveis para que o regime acabasse, afinal, eram os militares que controlavam o Estado e estavam à frente do processo político. De qualquer forma, o fim do regime garantiu não só a impunidade dos militares envolvidos em casos de tortura e execução de inimigos políticos, mas também daqueles setores do aparato de repressão responsáveis pela onda de atentados terroristas na distensão/abertura.

Para a extrema-direita, fosse a civil ou a militar, envolvida com o terrorismo ou apenas na oposição à abertura, o Riocentro foi um duro golpe, pela desmoralização e desmascaramento que sofrera (FICO, 2001, p. 216). Tão desprevenidos e desorientados estavam os terroristas, com o “flagra” e o fracasso no Riocentro, que, observando-se suas manifestações, publicadas na imprensa, constata-se facilmente as incoerências e a busca de uma argumentação a qual os isentasse da responsabilidade e ainda poupasse, ironicamente, o governo de Figueiredo, o odiado militar “moderado”, o acusado de “abrir o Brasil para os comunistas”, pelo temor de que o caso minasse por completo a governabilidade do regime, o qual, com tanto afinco e bombas, buscavam preservar. Os discursos sobre uma iminente ameaça comunista cada vez menos obtinha inserção social. A defesa do fechamento do regime e a opção pelo uso da violência política concreta – de forma parecida com o que se dera com a guerrilha de esquerda, anos antes – não contaram com o apoio e a concordância do grosso da sociedade. Isolados, fincando em suas representações, teorias conspiratórias e complôs, a extrema-direita se distanciava do consenso acerca da democracia que se formava

entre enormes segmentos da população. Parece não haver dúvidas, como entende a historiografia e analistas outros, que o episódio do Riocentro desacreditou, enfraqueceu e isolou ainda mais os extremistas de direita, civis e militares, dando impulso à abertura (FICO, 2001, p. 218; 2016, p. 100; GASPARI, 2016, p. 195 e seguintes; COUTO, 1999, p. 184 e seguintes).

Não obstante, conforme as fontes que acessamos, é questionável a visão de que, a partir do Caso Riocentro até a entrega do governo a José Sarney, em 1985, o País tenha entrado em um “mar de tranquilidades”, quanto aos atentados políticos e ameaças, ou que não houvesse mais temores por parte da população. Reduziu-se, significativamente, a sensação de insegurança e o número de casos e de localidades-alvo, é verdade, mas não deixaram de ocorrer ataques terroristas e intimidações. Documentos oficiais, como o do citado quadro do SNI, e matérias da imprensa trazem vários casos ocorridos Brasil afora após as explosões de abril de 1981. Alguns deles (poucos) foram assumidos por extremistas de direita à época. Sobre outros, só se veio a saber do envolvimento dos grupos contrários à abertura, décadas depois, em virtude do depoimento do ex-delegado do DOPS de Vitória-ES, Cláudio Guerra (MEDEIROS, NETTO, 2012). Em vários casos, embora não confirmados em virtude da precariedade das fontes e/ou porque não tiveram a devida apuração por parte das autoridades, muitos possivelmente também tiveram a autoria do extremismo de direita, quando se observam as semelhanças dos alvos e do *modus operandi* com os dos atentados acontecidos na primeira e segunda fase da onda terrorista. Ou seja, existiu uma terceira fase dos ataques e ameaças terroristas feitas pela extrema-direita.

Ante a dificuldade de acesso a documentos, é possível contra-argumentar que boa parte dos atentados acontecidos entre maio de 1981 e 1985, e sistematizados na tabela elaborada para esta pesquisa, não possa ser atribuída a uma extrema-direita terrorista. Ataques e intimidações não se dão apenas por motivos políticos e coisas do tipo aconteciam no País antes do governo dos generais e da extrema-direita se levantar contra a distensão/abertura. Ou seja, é plausível que muitos dos casos sejam crimes comuns ou, se apresentam alguma motivação política, sejam frutos de embates entre grupos locais, por razões outras²⁵⁴. Não obstante, pode-se também questionar até que ponto tais atentados e ameaças não foram motivados ou inspirados nas ações da extrema-direita, ou mesmo praticados no fito de se aproveitar da onda terrorista e colocar a culpa nas direitas.

Nessa terceira fase, pudemos perceber que, na maioria absoluta dos casos, os extremistas não se manifestaram por assumir a autoria, embora, na primeira e segunda fases também tenham-se verificado muitos episódios em que os terroristas não explicitaram suas responsa-

²⁵⁴ Parece ser o caso das três bombas explodidas, a 11 de maio de 1982, no prédio do jornal *Tribuna do Povo*, de Teresina-PI. O periódico pertencia a Antônio Mendes e Carvalho, secretário-executivo do PMDB-PI, e fazia oposição ao governador piauiense Lucídio Portela. *Tribuna da Imprensa*, 13/05/1982. Um outro episódio poder ser o da bomba explodida, a 11 de agosto de 1983, durante uma festa no Tênis Clube de Mesquita, em Nova Iguaçu-RJ, matando Otacílio Toledo Alexandrino e ferindo outras três pessoas. Nielzem Lousada, filho do presidente do Mesquita Futebol Clube, o ex-deputado Nelson Lousada (PMDB), foi acusado como um dos responsáveis. Semanas depois, ocorreu a explosão de uma outra bomba, como possível retaliação, na quadra de esportes do Mesquita Futebol, quando de um show de Toni Tornado, deixando sete pessoas levemente feridas. *Jornal do Brasil*, 13/08/1985, 06/01/1986, 07/01/1986, 17/10/1985.

bilidades, a exemplo dos que envolveram o MAC cearense. Isso seria uma forma de dificultar eventuais investigações e/ou um indicativo de que se trataria de uma ação individual de algum extremista (para usar uma expressão de nossa época, um “lobo solitário”), situações que provavelmente já aconteciam na crista da onda terrorista. Se os extremistas não apresentavam uma coordenação única ou contatos entre si, é possível que muitos dos ataques da terceira fase fossem de autoria de indivíduos ou grupelhos isolados, os quais persistiam em suas ações, apesar do Riocentro. Insistiam em mostrar o descontentamento com o incremento da abertura e em tumultuar ainda o processo. Poderiam ser entendidos como a última resistência do terrorismo de extrema-direita.

Percebemos que muitos casos da terceira fase apresentaram menor agressividade e/ou aconteceram em cidades distantes dos centros políticos mais dinâmicos do Brasil, embora tenham ocorrido nestes também. Em decorrência, os ataques ganharam pouco destaque na imprensa da época, quando muito, pequenas notas nos jornais, isso quando eram noticiados. Também percebemos o registro de menos casos de alarmes falsos e trotes, talvez porque realmente acontecerem em menor número ou porque, em virtude da diminuição da sensação de insegurança, as pessoas não os levassem mais tanto a sério como antes, sequer entrando em contato com as autoridades ou com a imprensa. Não obstante, em muitas ocasiões, ainda que não tivessem a cobertura dos meios de comunicação e houvesse dúvidas quanto à natureza política, os atentados e ameaças continuaram a ser registrados pelo SNI, que ampliava, assim, o quadro mantido desde 1978 e no qual se encontravam

enumerados, como visto, diversos episódios da extrema-direita terrorista. Se os casos pós-Riocentro não tivessem alguma relevância, se não apresentassem algum impacto na sociedade e no processo da abertura e se não existisse, pelo menos, alguma suspeição de envolvimento de extremistas, os agentes da comunidade da informação talvez não se preocupassem em relatar os incidentes em documentos oficiais, elaborados para comunicar e orientar os estratos de segurança do Estado.

Não seria verossímil acreditar que, de uma hora para outra, os extremistas tivessem aceitado a derrota e aberto mão de seus objetivos antiabertura e representações anticomunistas, mesmo isolados politicamente e com a possibilidade de serem punidos. Na busca de evitar atos de revanchismo (como os integrantes do regime tachavam os esforços da oposição para apurar os crimes da ditadura), de tentar manter os espaços de poder ou ainda de combater a ameaça de comunização do País (que muitos, sinceramente, acreditavam existir), extremistas de direita, civis e militares, continuaram realizando ataques e ameaças, para tumultuar, quem sabe ainda barrear ou, pelo menos, mostrar descontentamento com a abertura do regime.

Para corroborar com a hipótese da continuidade dos atentados e ameaças, não se pode esquecer que o proselitismo da extrema-direita persistiu após o caso Riocentro. Extremistas seguiram fazendo circular seus manifestos, sem muita receptividade, acreditamos, pela desmoralização que sofreram e com o cada vez maior consenso que formavam em torno da democracia na sociedade, como se percebe pelo maciço apoio popular à Campanha das Diretas Já. Entre os documentos que

levantamos, três dos escritos dos extremistas apresentavam datas posteriores ao episódio Riocentro, sinalizando, portanto, que sujeitos contrários à abertura continuavam na ativa.

O Comando Delta, em outubro de 1981²⁵⁵ – quase seis meses depois do ataque ao Centro de Eventos do Rio de Janeiro – enviou, pelos correios, manifesto a integrantes de guarnições do Exército em São Paulo e Rio de Janeiro. Talvez para mostrar a robustez da causa defendida e a união entre os extremistas, em um momento de enfraquecimento dos mesmos, o manifesto, intitulado Mensagem ao Povo Brasileiro, foi assinado, também, por Falange Pátria Nova, Comando de Caça aos Comunistas, Movimento Anticomunista e Grupo Centelha. Não descartamos que se trate, como referido no capítulo anterior, de uma falsa pluralidade de organizações, ou seja, que um mesmo agrupamento de extremistas tenha usado denominações e siglas variadas, dando a entender uma quantidade maior, que a real, daqueles que se opunham à abertura, para fins de intimidação de opositores, de desgaste do governo, de dificultar as investigações e, sobretudo naquele momento, de demonstração de força ante a condenação e descrédito da extrema-direita junto à sociedade após as bombas no Riocentro.

Na mensagem, os autores se classificaram como integrantes dos “bolsões sinceros mais radicais”, ou seja, deixaram claro que eram – e continuavam sendo, mesmo após o Riocentro – elementos contrários a flexibilização do

²⁵⁵ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 200/16/AC/1981, Agência Central, de 27 de outubro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_81020271_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

regime e que voltavam a se manifestar tendo em conta a “escalada subversiva no País”. Citaram, como exemplo, os distúrbios urbanos que, recentemente, haviam ocorrido em Salvador, vendo-os como um estratagema dos inimigos comunistas. Condenaram igualmente o clero progressista e teceram críticas à política econômica do governo. Reiteraram a confiança nas Forças Armadas e expressaram o compromisso de ajudá-las no combate ao perigo vermelho com o uso da violência. Não deixaram de mostrar satisfação com a saída, do governo, de Golbery de Couto e Silva, figura das mais odiadas pelos extremistas. Por fim, os terroristas realizaram uma ameaça, sinal que, bravata ou não, intencionavam continuar a agir: “Aos inimigos da Pátria, ladrões, subversivos, oportunistas e indefinidos, afirmamos que mais cedo que imaginam, pagarão por seus crimes e omissões. Brasil acima de tudo!”²⁵⁶.

Aproximadamente um ano e meio depois do Rio-centro, a 6 de agosto de 1982, a Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, do Espírito Santo, fez circular em Vitória um panfleto conclamando a população a apoiar os grupos extremistas para barrar a corrupção e o avanço do comunismo. No texto, os extremistas atacaram Figueiredo, acusado de estar “entregando o Brasil a Moscou”, e o advertiram para não visitar as terras capixabas, pelo repúdio das “forças democráticas”. O grupo acusou várias pessoas e organizações do Espírito Santo de serem comunistas e, no fim do panfleto, dando a entender que continuaria na ativa, prometeu que “Dentro em breve publicaremos uma relação de todos

²⁵⁶ Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 200/16/AC/1981, Agência Central, de 27 de outubro de 1981. Arquivo Nacional.

os comunistas infiltrados no governo, na Igreja e nos meios de comunicação social. Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil”²⁵⁷.

Encontramos documento do SNI²⁵⁸, datado de 13 de abril de 1983 – quase dois anos após o Riocentro – que transcreve o conteúdo de um panfleto, do grupo Comando Delta, distribuído em algumas unidades do Exército em Mato Grosso do Sul. O texto foi mandado, também, a alguns políticos oposicionistas²⁵⁹ e teve trechos publicados na imprensa, talvez expressando uma tática de publicização, de que o Comando Delta continuava ativo. No panfleto, os terroristas manifestaram preocupação com os últimos acontecimentos que, “conduzidos pela extrema esquerda, vêm agredindo a nação, em mais

²⁵⁷ Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027933_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

²⁵⁸ Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983, sobre o panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, “Distribuição de panfleto às unidades do Exército, em Mato Grosso do Sul”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_83003475_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

²⁵⁹ O relatório de Informação da Agência do SNI de Goiânia de 30 de março de 1983, afirma que o manifesto Mensagem aos Brasileiros, do Comando Delta, foi enviado, a 22 de março de 1983, ao senador do PMDB de Goiás, Henrique Santillo. A imprensa, como o jornal Correio da Manhã, de Goiânia, conforme o mesmo documento do SNI, noticiou o envio das cartas, afirmando que era a primeira manifestação do grupo após os atentados do Riocentro. Informe do Serviço Nacional de Informações nº 060/16/AGO/SNI/83, Agência de Goiânia, sobre o panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, “Manifestações de organizações de extrema-direita”, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83005596_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

uma tentativa de abrir espaços para a ascensão (sic) do poder”. Em referência aos recém-regressos do exílio, em particular a Leonel Brizola, eleito governador do Rio de Janeiro, em 1982, entendiam os extremistas que a “pseudo abertura” propiciou a impunidade ao trazer de volta ao País figuras públicas que, no passado subverteram a ordem, “criando as condições para o surgimento, no cenário político atual, de aculturados exóticos, seresteiros de cabaré e outros marginais da sociedade”.

Os extremistas disseram que existia no Brasil, com a abertura, uma “pseudo democracia” e que os “princípios saneadores da revolução de 31 de março” haviam sido violados. Teceram crítica aos militares que endossavam a flexibilização do regime, acusando a abertura de ser responsável pela corrupção e a crise econômica brasileira. O texto fez referência direta ao Caso Riocentro, afirmando que o mesmo foi usado pelas esquerdas para obter o fim do DOI-CODI, do mesmo jeito que, naquele momento (abril de 1983), estavam os inimigos buscando desmoralizar o SNI com o caso Baumgarten²⁶⁰. Os extremistas enfatizaram, ainda, no documento que, “diante de tanta podridão, reafirmamos nossa inabalável fé nas Forças Armadas, última reserva moral da nação”. Por fim, o texto foi encerrado com a expressão “BRASIL ACIMA DE TUDO!”, seguindo a assinatura “solidária” de Falange Pátria Nova, Comando de Caças aos Comunistas, Movimento Anticomunista e Grupo Centelha”.

²⁶⁰ Alexandre Baumgarten era um influente jornalista aliado da ditadura. Sua controversa morte, em 1982, foi vista como uma “queima de arquivo” realizada por setores da linha dura militar. O jornalista estaria chantageando integrantes das Forças Armadas, por ter descoberto um esquema de fraudes no governo e exigido dinheiro pelo silêncio. Sua morte teve muita repercussão na imprensa e já a época foram acusados militares, ligados ao SNI, de envolvimento no caso (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 187).

Não conseguimos achar nenhuma manifestação escrita dos terroristas de datas posteriores à desse último documento. A própria dispersão da extrema-direita depois do caso Riocentro e o silêncio após abril de 1983 talvez sinalizem o crescente enfraquecimento político e as frustrações dos indivíduos e grupos que buscavam barrar a abertura, quem sabe, cada vez mais convencidos da inevitabilidade, não apenas da flexibilização do regime, mas de seu iminente fim, por mais que se houvesse dúvidas sobre como isso se daria concretamente. Sobre essa possibilidade, afirmou, em entrevista, o ex-delegado da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) do Espírito Santo, Cláudio Guerra, envolvido em ações da repressão durante os anos de chumbo da ditadura e nos atentados terroristas, quando da flexibilização do regime:

Os anos 1980 iam adiantados e o nosso poder, clandestino (...) ia se esvaindo. Estávamos sendo derrotados no nosso boicote à abertura política, era evidente que o processo se tornava irreversível. A comunidade de informações vinha sendo desmantelada e nós, a ponta operacional, aquela que era envolvida por uma aura de comentários temerosos, começávamos a procurar nossos próprios caminhos. Ajudávamos-nos, mas não havia mais uma organização com lideranças fortes e poderosas. (...) Não era mais aquele poder total, bancado pelo SNI e, acima dele, pelo poder federal, o governo militar, em Brasília. Era um poder clandestino e ocasional. Passamos a ser acionados aqui e ali para operações específicas (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 200).

Tal como ocorreu na primeira e segunda fases da onda terrorista, muitos dos casos pós-Riocentro apresentavam aspectos semelhantes, quando observados

em série. Analisando os ataques e ameaças desta terceira fase em si e os comparando-os com os das fases anteriores, nota-se uma certa continuidade de padrão em diversas oportunidades, quanto aos alvos e *modus operandi*. Em geral, eram ataques de menor porte, com bombas caseiras, realizados à noite, contra repartições e espaços públicos, pessoas e entidades de esquerda, etc. Por vezes, aconteceram não obrigatoriamente nas capitais dos estados, mas em cidades menores, alguns destes locais em que até então não se havia verificado nenhum incidente.

Já em maio de 1981, em meio a incalculáveis ligações telefônicas anônimas, por todo o Brasil, alertando (falsamente) sobre bombas, e quando a imprensa acompanhava com atenção o desenrolar do Riocentro, houve o caso de um molotov atirado contra o jornal Hora do Povo, no bairro de Bela Vista, em São Paulo. Os peritos que compareceram ao local se recusaram a ouvir uma testemunha que presenciara dois homens jogando o artefato²⁶¹. No dia 25 do mesmo mês, uma bomba, de pequeno potencial, destruiu um telefone público em frente à residência do Bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito²⁶², alvo no passado de outros ataques da extrema-direita. A 30 de maio, uma banca de jornais foi atacada em Brasília²⁶³. Em julho, bombas foram atiradas, em Taubaté-SP, contra a faculdade de Filosofia²⁶⁴, e em

²⁶¹ Ocorrido a 2 de maio de 1981. Jornal do Brasil, 03/05/1981.

²⁶² “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁶³ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁶⁴ Ocorrido a 7 de junho de 1981. “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

Niterói-RJ, contra a entrada de um depósito da Embraetel²⁶⁵ e o cinema Icaraí (que exibia o famoso filme erótico *Emanuelle*)²⁶⁶. Atentados parecidos podem ser vistos ao longo do ano²⁶⁷.

Em 1982, o número de atentados à bomba e ameaças apresentou uma queda considerável²⁶⁸. Talvez o

²⁶⁵ Ocorrido a 28 de junho de 1981. ““ Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁶⁶ Ocorrido a 2 de junho de 1981. *Jornal do Brasil*, 03/06/1981.

²⁶⁷ Explosão de bomba no portão principal do ginásio municipal de Mauá, a 21 de julho de 1981; incêndio, de pequenas proporções, na Estação Metroviária da Luz, também a 21 de julho de 1981; incêndios no prédio da diretoria regional da ECT, no Rio de Janeiro, a 29 de setembro de 1981 – todos citados em ““ Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. A 24 de julho de 1981, uma bomba explodiu na porta da agência da Empresa de Correios e Telégrafos de São Cristóvão. *Jornal do Brasil*, 25/07/1981; A 8 de agosto de 1981, explosão de bomba na porta de posto do INPS em Niterói. *Jornal do Brasil*, 09/08/1981.

²⁶⁸ A 6 de janeiro de 1982, explosão de bomba junto a uma calha do Teatro Municipal de São Paulo; a 31 de março de 1982, tiros contra a porta da Cooperativa dos jornalistas e técnicos gráficos do Mato Grosso, onde o jornal alternativo *Escaldado* era impresso; a 6 de julho de 1982, ácido sulfúrico foi posto para danificar máquinas do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia da Mackenzie, de São Paulo; a 12 de agosto de 1982, ocorre a explosão apenas da espoleta de uma bomba caseira durante um evento da Comissão Justiça e Paz e Comissão dos Direitos à Moradia, no colégio do Carmo, da Diocese de Vitória-ES – todos citados em ““ Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. A explosão, a 12 de abril de 1982, de uma bomba no banheiro do Cine Regente, em Uberlândia-MG. *Jornal do Brasil*, 14/04/1982; o incêndio, a 10 de maio de 1982, em três pontos diferentes, do Cine Belas Artes, em São Paulo-SP. *Jornal do Brasil*, 11/05/1982; a 21 de maio de 1982, a explosão de uma bomba em uma kombi da Associação dos Professores do Estado do Piauí – os docentes estavam em greve. *Tribuna da Imprensa*, 14/05/1982. A 13 de julho de 1982, a explosão de uma bomba defronte ao prédio do INAMPS, em Niterói-RJ. *Tribuna da Imprensa*, 14/07/1982. A 22 de julho de 1982, explosão de bomba na rua em que morava o deputado

incremento processo de abertura, que teve naquele ano um marco importante, com a realização das eleições para governador dos estados, inclusive com o triunfo de opositoristas, tenha impactado ou desmotivado os extremistas de direita. Por outro lado, parece que alguns dos ataques elencados em nossa tabela relacionavam-se a disputas entre grupos locais em virtude do pleito eleitoral²⁶⁹.

Claudio Guerra confirmou, como de responsabilidade de agentes da repressão, partícipes do que era chamado de Grupo Secreto, alguns dos ataques pós-Rio-centro, apesar da “desmotivação” da extrema-direita, como dito acima. Tais ataques, “aqui e ali”, poderiam influenciar extremistas a agir, em outros pontos do País, em ações “solitárias”.

Merece destaque, vendo-se a cronologia de atentados pós-Riocentro e o que foi dito por Cláudio Guerra (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 152) em sua entrevista, como terroristas, vinculados ao aparato oficial de repressão, passaram a atuar em Vitória-ES, local onde o então delegado trabalhava e residia. Evitar atentados de maior impacto numa cidade politicamente tão dinâmica como o Rio de Janeiro, seria uma forma de esperar que a conjuntura se “acalmasse”, ante a investigação em andamento e as pressões que o governo Figueiredo sofria para punir os terroristas. Agir no Espírito Santo, estado do sudeste e com boa cobertura dos meios de comunicação, por outro lado, talvez apresentasse a intenção de demonstrar como a extrema-direita persistia em suas ações e objetivos.

Raimundo de Oliveira (PMDB-RJ). *Jornal do Brasil*, 23/07/1982.

²⁶⁹ Por exemplo, a explosão de uma bomba no comitê eleitoral de Moreira Franco, candidato ao governo pelo PDS, no Rio de Janeiro, a 17 de agosto de 1982. *Jornal do Brasil*, 18/08/1982.

Assim, menos de um mês após as bombas no Rio-centro, os extremistas voltaram a agir no Espírito Santo, dessa vez contra um órgão da grande imprensa, que, portanto, também foi alvo do terrorismo, não apenas a “imprensa nanica”, como comumente se pensa. Na madrugada de 25 de maio de 1981, duas bombas foram explodidas no prédio do jornal A Tribuna, de Vitória. A forte explosão, ocorrida próxima ao local das impressoras do periódico, foi ouvida a quilômetros de distância e chegou a destelhar uma casa próxima e estilhaçar vidros de outras cinco residências vizinhas. O prédio se encontrava vazio, pois o jornal não circulava às segundas-feiras. O incêndio que se seguiu destruiu parte do arquivo, onde estavam armazenadas edições do periódico desde 1972. Embora, inicialmente, o ministro da Justiça, Abi-Ackel não visse motivação política, o diretor-superintendente do jornal, o coronel Eudóxio Telesca, levantou de imediato a possibilidade de ser um atentado políticos de grupos contrários a abertura, tendo-se em conta a linha “liberal e independente” do periódico e porque, para dias depois, estava programada uma visita oficial de Figueredo ao Espírito Santo²⁷⁰. No início de junho, a Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz assumiu a autoria, em carta enviada ao deputado peemedebista Clério Falcão, acusando o jornal de dar espaço e “acobertar comunistas”²⁷¹. Em sua entrevista, Guerra falou que os explosivos usados no ataque ao jornal A Tribuna

²⁷⁰ No mesmo dia 25, ameaças de bombas suspenderam as atividades da Assembleia legislativa do Espírito Santo. Jornal do Brasil, 26/05/1981; O Povo, 26/05/1981.

²⁷¹ São citados como comunistas acobertados pelo jornal: Perli Cipriano, Lucimar Nogueira Dias, Rubens Gomes e Irana Caetano. Jornal do Brasil, 03/06/1981.

foram furtados do paiol da empresa Vale do Rio Doce e que da ação participara um grupo de policiais locais (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 160).

Em dezembro de 1981, a extrema-direita terrorista voltou a atuar em Vitória. A 2 de dezembro, sob enorme tensão, a polícia desativou uma bomba-relógio na Câmara Municipal. O explosivo fora colocado ao lado do gabinete do presidente do legislativo municipal, vereador Carlos Alberto Freire (PMDB). Também foram feitas ameaças de bomba contra o Palácio Anchieta (sede do governo) e um prédio da Vale do Rio Doce²⁷², deixando autoridades e a população, como um todo, em polvorosa. Em sua entrevista, Guerra apontou o desinteresse da Polícia Federal em apurar o caso da Câmara Municipal da cidade capixaba, pois a maleta, na qual se encontrava a bomba, estava “cheia de impressões digitais. Se quisessem descobrir [os autores do atentado, bastava identificar as impressões]...” (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 164). Na madrugada do dia seguinte, a explosão de um potente petardo destruiu uma lancha e provocou danos em outras embarcações na Estação das Barcas de Vitória. Segundo a imprensa, a bomba tinha mecanismo de tempo e se encontrava numa maleta tipo 007, posta ao lado da cabine da lancha. Tão violenta a explosão que o deslocamento de ar estilhaçou todos os vidros das janelas de prédios próximos. O comando Delta, por meio de ligações telefônicas para as redações dos jornais locais, assumiu a autoria dos atentados e das ameaças (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 163)²⁷³.

²⁷² Jornal do Brasil, 04/12/1981.

²⁷³ Jornal do Brasil, 04/12/1981; Tribuna da Imprensa, 04/12/1981.

Apuramos um aumento de casos de ataques e ameaças durante 1983 e começo do ano seguinte, contra alvos potencialmente “atacáveis” pela extrema-direita. Não custa lembrar que o ano é marcado pelo início das gestões dos governadores eleitos em 1982, muitos deles oposicionistas. Houve, principalmente, o aumento das tensões sociais, com saques e depredações em algumas cidades (NAPOLITANO, 2018, p. 304 e seguintes) e o adensamento do que acabou ficando conhecido como Campanhas das Diretas Já²⁷⁴, deixando em polvorosa o governo Figueiredo, os quartéis e segmentos das direitas, pelo risco de terem ainda mais diminuídas as ingerências sobre o processo de abertura (NAPOLITANO, 2018, p. 306). Tais setores, não por acaso, tramariam nos bastidores para derrotar as Diretas Já, o que se deu com a não aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, a 25 de abril de 1984 (NAPOLITANO, 2018, p. 308).

Em março de 1983, tiros foram deflagrados contra a sucursal do Jornal do Brasil, em Belo Horizonte²⁷⁵. Em um mesmo dia, a 7 de maio de 1983, ocorreram três ataques em Criciúma, dois deles contra oposicionistas²⁷⁶.

²⁷⁴ A 2 de março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) lançou proposta de emenda constitucional reestabelecendo o voto direito para presidente. No final de novembro do mesmo ano, o PT lançou uma campanha pela volta das eleições diretas presidenciais. Parte do PMDB, tendo à frente Franco Montoro e Ulysses Guimarães, setores da imprensa e mesmo grupos conservadores e liberais abraçaram a ideia. No início de 1984, as ruas já estavam tomadas pelo furor cívico das Diretas Já, com comícios por todo o país contando com centenas de milhares de pessoas (NAPOLITANO, 2018, p. 306, 307 e 308).

²⁷⁵ Ocorrido a 17 de março de 1983. Jornal do Brasil, 20/03/1983.

²⁷⁶ A 7 de maio de 1983, ocorreram a explosão de bananas de dinamite, atiradas contra automóveis do vereador Vânio Oliveira (PMDB) e de

Em julho, teve-se um simulacro de bomba deixado na antessala do gabinete do deputado estadual João Batista dos Mares Guia (PT), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais²⁷⁷; ocorreu ainda a explosão de petardos no prédio da Receita Federal, em Niterói²⁷⁸, e na Rua Álvaro Ramos, em Botafogo, Rio de Janeiro, perto da TV Bandeirantes²⁷⁹, além de uma ameaça de bomba contra o prédio do INPS, também na capital fluminense²⁸⁰. Em agosto, um recipiente com ácido foi atirado em um palco, na Cinelândia, onde era realizado ato público pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN)²⁸¹. No mês de setembro, bombas, de pequeno potencial, foram detonadas no interior de uma agência do Banco do Brasil²⁸² e defronte ao Instituto de Resseguros do Brasil, também na capital fluminense²⁸³ e ainda na faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, durante conferência de João Amazonas, dirigente do PCdoB²⁸⁴.

Cláudio Guerra (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 88 e 154), na entrevista, reconheceu seu envolvimento e de

Antônio Peruchi, pai de Eraldo Peruchi, militante do MR-8. Também ocorreu a detonação de dinamite em um colégio da rede estadual de ensino. "Atos terroristas ocorridos no Brasil", período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁷⁷ Ocorrido a 1º de julho de 1983. Jornal do Brasil, 02/07/1983.

²⁷⁸ Ocorrido a 18 de julho de 1983. "Atos terroristas ocorridos no Brasil", período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁷⁹ Ocorrido a 21 de julho de 1983. Jornal do Brasil, 22/07/1983.

²⁸⁰ Ocorrido a 21 de julho de 1983. Jornal do Brasil, 22/07/1983.

²⁸¹ Ocorrido a 12 de agosto de 1983. Tribuna da Imprensa, 13-14/08/1983.

²⁸² Ocorrido a 8 de setembro de 1983 "Atos terroristas ocorridos no Brasil", período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁸³ Ocorrido a 3 de outubro de 1983. Tribuna da Imprensa, 04/10/1983.

²⁸⁴ Ocorrido a 25 de novembro de 1983. Jornal do Brasil, 27/11/1983, 29/11/1983.

elementos ligados aos órgãos estatais de repressão em dois atentados no ano de 1983. A 13 de setembro, realizaram a detonação de uma bomba, de alto potencial, no Jornal da Cidade, de Vitória, pertencente a Djalma Juarez Magalhães. O periódico vinha fazendo denúncias contra corrupção no Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo). Os danos materiais foram elevados (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 169)²⁸⁵. Para Guerra, a motivação do ataque “era só a de gerar fato político” (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 160), o que pode ser entendido como uma pretensão dos extremistas de mostrarem à opinião pública que ainda estavam atuantes, não obstante seu enfraquecimento político e o isolamento cada vez maior. O Jornal da Cidade voltaria a ser alvo do ataque de uma outra bomba, em meados de janeiro de 1984²⁸⁶.

Um outro atentado, reconhecido por Guerra, apresentou, à época, enorme repercussão: o ataque ao jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil. O tradicional periódico paulista, após apoiar o golpe de 1964 e a ditadura nos anos iniciais, passou a criticá-la, sendo, inclusive, alvo de censura prévia nos anos 1970 (ABREU, 2005, p. 55). Por volta das 18h, de 14 de novembro de 1983, os extremistas explodiram um carro da marca Voyage, de placas frias e chassi adulterado, no pátio do jornal. Era um horário em que muitos dos funcionários estavam saindo do trabalho. No interior do veículo havia dois botijões de gás vazando,

²⁸⁵ Vide, também, Observatório da Imprensa <http://www.observatorio-daimprensa.com.br/feitos-desfeitos/o-ultimo-crime-contr-o-jornal-da-cidade/>. Acesso a 10/07/2021; “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

²⁸⁶ Ocorrido a 17 de janeiro de 1984. “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

ligados a um dispositivo programado (uma bateria, uma espoleta elétrica e um relógio-despertador). O incêndio que se seguiu no Voyage destruiu parcialmente dois outros carros. Um casal bem vestido foi visto saindo do local calmamente, antes da explosão²⁸⁷. Segundo Cláudio Guerra, tratava-se dele próprio e de uma policial militar de alcunha Tânia (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 155 e 156)²⁸⁸. A forte explosão “sacudiu” o prédio do jornal e estilhaçou várias vidraças, com as labaredas do incêndio do veículo atingindo 10 metros de altura²⁸⁹. O governo Figueiredo acabou reconhecendo que se tratava de um atentado terrorista e enfatizou que iria punir os responsáveis²⁹⁰, o que, mais uma vez, não se deu.

Em 1984, no contexto do incremento da Campanha das Diretas Já e da votação da Emenda Dante de Oliveira, percebeu-se, em sequência, alguns atentados e ameaças, dos quais não se pode descartar a presença de espectros políticos de extrema-direita. Houve ameaças de bombas a cinemas no Leblon, Rio de Janeiro, por exibirem um documentário sobre o ex-presidente João Goulart²⁹¹; invasão e incêndio, com destruição de parte das instalações, da Tribuna da Luta Operária, jornal do

²⁸⁷ Folha de São Paulo, 15/11/1983; Tribuna da Imprensa, 16/11/1983, 1º/12/1983, 18/07/1985.

²⁸⁸ Em 1985, o jornalista João Batista Olivi apontou o nome de Maria Luíza Cattapani como possível envolvida no ataque ao Estado de São Paulo. Tribuna da Imprensa, 18/07/1985.

²⁸⁹ Tribuna da Imprensa, 16/11/1983.

²⁹⁰ Tribuna da Imprensa, 1º/12/1983.

²⁹¹ Ameaça de bomba nos cinemas São Luiz I e II, no Largo do Machado, e no Leblon II, na rua Ataulfo de Paiva, em virtude de exibição do filme “Jango” a 06/04/1984. Tribuna da Imprensa, 7-8/04/1984.

PCdoB, no bairro do Bixiga, em São Paulo²⁹²; invasão, em Brasília, da sucursal do jornal Hora do Povo, ligado ao MR-8²⁹³; explosão de bomba na sede regional do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações), em Belo Horizonte²⁹⁴; invasão e início de incêndio na recém-inaugurada sede da Anistia Internacional, em São Paulo²⁹⁵.

Em declaração à imprensa, o secretário de segurança de São Paulo, Michel Temer, mostrou-se preocupado sobre a possibilidade de haver uma ligação entre a invasão da sede da Anistia, o incêndio da Tribuna da Luta Operária e as ameaças que jornalheiros vinham recebendo, para que não vendessem os jornais O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, por ocasião da votação da emenda constitucional que propunha as eleições presidenciais diretas²⁹⁶. A preocupação demonstrada por Temer, subentende-se, seria de atentados praticados por extremistas de direita e do começo de uma nova onda de violência política. O jornal Folha de São Paulo também trouxe matéria nesse sentido, noticiando que no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, três homens, dizendo-se policiais federais, usando um carro da marca Brasília, sem placa, passaram em várias bancas de São Paulo recolhendo exemplares do Jornal da Tarde, numa evidente censura e intimidação à imprensa²⁹⁷.

²⁹² Ocorrido a 22 de abril de 1984. Jornal do Brasil, 23/04/1984.

²⁹³ Ocorrido a 22 de abril de 1984. Jornal do Brasil, 23/04/1984.

²⁹⁴ Ocorrido a 25 de abril de 1984. Jornal do Brasil, 26/04/1984.

²⁹⁵ Ocorrido a 6 de maio de 1984. Jornal do Brasil, 07/05/1984.

²⁹⁶ Jornal do Brasil, 08/05/1984.

²⁹⁷ Folha de São Paulo, 26/04/1984.

Confirmada a eleição indireta para presidente, em que o colégio eleitoral escolheria o sucessor de Figueiredo entre Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB), o grupo de Cláudio Guerra teria ainda tentado interferir no processo. Os agentes montaram um grampo telefônico em um comitê de Maluf em São Paulo, no final de 1984, na intenção de culpabilizar Tancredo e seus aliados de esquerda (no caso, o MR-8). O grampo acabou descoberto, como esperado, mas Maluf minimizou o episódio, colocando a culpa em setores da direita contrários à abertura (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 201). O ex-delegado, dando a entender certa melancolia, disse que participou ainda de outras ações para culpabilizar a esquerda, mas que a conjuntura era de inevitável fim do regime: “(...) era o final, estávamos derrotados. Eram panfletagens em São Paulo, no Rio e em Vitória para denegrir a imagem dos padres que estavam fazendo campanha pelas eleições diretas. Tudo inútil. Foram os estertores do SNI. Alguns coronéis, no entanto, ainda estavam fazendo de tudo para que Tancredo fosse derrotado” (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 201 e 202).

Constatamos, no segundo semestre de 1984 e ao longo de 1985, alguns casos de atentados que poderiam se enquadrar nos referidos estertores da resistência à democratização²⁹⁸. Um, pelo menos, foi assumido pelo

²⁹⁸ A 2 de junho e a 16 de junho de 1984, em Porto Alegre-RS, incêndios destruíram, respectivamente os carros de Jussara Cony, vereadora pelo PMDB, e de Robert Charles Ponge, membro da direção estadual do PT. A 7 de outubro de 1984, ocorreu um princípio de incêndio no palco do Teatro de Arte Israelita Brasileira (TAIB), em São Paulo, onde se realizaria uma conferência sobre Che Guevara, evento promovido pelo jornal Hora do Povo, ligado ao MR-8. A 2 de abril de 1985, denúncia falsa de bomba no Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba. A 11 de abril de 1985, dois focos de incêndio no prédio do INAMPS, em

Comando de Caça aos Comunistas: a explosão de bomba no automóvel de Célio de Castro, em Belo Horizonte. Castro era presidente do Sindicato dos Médicos e membro da executiva do PMDB-MG. Na lataria do automóvel, bastante danificada, foram feitas as inscrições “CCC”. O médico participou intensamente da campanha das Diretas Já e vinha recebendo ameaças²⁹⁹.

2.4 Medo nosso do dia a dia

Um dos aspectos que chamou a atenção neste estudo sobre os atentados da extrema-direita, no contexto da abertura, foi o do sentimento de medo e insegurança provocado na sociedade. Em geral, esse ponto é tocado de passagem, quando abordado, nos estudos sobre o período. Isso talvez porque, nas memórias reconstruídas do pós-ditadura, seja mais conveniente abordar a bravura, o heroísmo, a tenacidade da população que não se curvou às bombas dos extremistas, conforme a representação da sociedade como democrática e que

Porto Alegre. Todos casos citados em “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. A 29 de junho de 1984, teve-se incêndio, de origem desconhecida, destruindo parte das instalações da OAB de Brasília. Folha de São Paulo, 1º/07/1984. A 11 de outubro de 1984, a gráfica Suyah, da Sociedade Paraense de Proteção aos Direitos Humanos foi incendiada, às vésperas de comício de Tancredo Neves, em Belém-PA. Jornal do Brasil, 13/10/1984. A 26 de novembro de 1984, um incêndio, possivelmente provocado pela explosão de uma bomba, destruiu o comitê eleitoral de Tancredo Neves, em Brasília. Tribuna da Imprensa, 27/11/1984.

²⁹⁹ Ocorrido a 20 de junho de 1984. Tribuna da Imprensa, 22/06/1984; Jornal do Brasil, 22/06/1984, 16/04/1987; Folha de São Paulo, 22/06/1984.

sempre resistiu ao arbítrio, e camuflar o medo e a angústia provocados pelos ataques e ameaças, medo e angústia, por vezes, confundidos com covardia (DELUMEAU, 2009, p. 14).

Conforme Jean Delumeau (2009, p. 23), o medo é entendido como o hábito de temer alguma ameaça real, ou mesmo imaginada, em um agrupamento humano, expressando-se em diversas emoções, que vão da simples apreensão até os mais vivos terrores. Todo homem tem medo, o que enseja a necessidade de segurança como garantia de proteção frente ao perigo, não raro, associado à morte. Há medos universais, permanentes, compartilhados por todos os seres humanos (como o medo da morte, da perda, do desconhecido) e medos sociais, surgidos no contexto do que está se vivendo. Quando coletivo, o medo tem um significado menos rigoroso e mais amplo que o medo individual (DELUMEAU, 2009, p. 32). Há distinções entre medo e angústia. O medo desperta emoções (espanto, pavor, terror) a partir do real, de algo conhecido, um perigo iminente, apresentando um objetivo determinado ao qual se pode fazer frente, tomar uma atitude, a exemplo de fugir. A angústia refere-se a objetos desconhecidos, os quais não podemos enfrentar e a única atitude cabível é ficar à espera, ou seja, “é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” (DELUMEAU, 2009, p. 33). O medo desaparece com a finalização do perigo; a angústia, não. Nesse sentido, a angústia traz inquietação, ansiedade, melancolia, sendo mais difícil de suportar, pois “estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo, manifesta-se do modo corriqueiro por ‘uma sensação discreta de aperto

da garganta, de enfraquecimento das pernas, de tremor', acrescida à apreensão com o futuro" (DELUMEAU, 2009, p. 23).

Por certo período, sobretudo, do final de 1979 a 1981, a onda terrorista transformou o medo e a angústia em sensações básicas do cotidiano, para usar uma expressão de Maria Hermínia Tavares e Luiz Weiz (1998, p. 328) sobre o dia a dia da classe média opositora da ditadura. As bombas dos terroristas fizeram parte das percepções e preocupações das pessoas, ou de parte delas, pelo menos, possibilitando que a questão dos embates políticos e da distensão/abertura extrapolasse ainda mais os campos tradicionais (gabinetes governamentais, parlamentos, quartéis, partidos, organizações da sociedade, etc.). Medo e angústia coletivos podem ser constatados pela cobertura da imprensa, a atenção dada pelos órgãos da comunidade de informação, a cobrança de lideranças oposicionistas, e mesmo de situacionistas, para que fossem apurados os casos, e o discurso do governo, de que puniria os terroristas, "quem quer que fossem". Também podem ser percebidos por meio das maneiras pelas quais a população reagiu aos ataques e, especialmente, como as pessoas consideravam factíveis as ameaças, fossem as dos **alarmes falsos**, feitos pelos próprios terroristas, ou as dos **troles**, promovidos por terceiros (ou seja, intimidações partidas de indivíduos que não pertenciam aos grupos terroristas e que não obrigatoriamente compactuavam com as ideias extremistas). E quanto maior a sensação das pessoas sobre a possibilidade de serem alvos de um ataque, maior a angústia apresentada pela sociedade, o que, por sua vez, impactava os sujeitos históricos e o processo político do período.

Segundo Luigi Bonanate (2004, p. 1243), o terrorismo tem como um de seus pressupostos o elemento demonstrativo. O atentado político, como uma forma de aplicação do terrorismo, possibilita um momento catalisador para desencadear a luta política e os objetivos desejados, a exemplo da conquista do poder (BONANATE, 2004, p. 1242), ou, no caso aqui tratado, a paralisação/fim do processo de liberalização do regime. Não obstante, em sua estratégia de ação, o terrorismo recorre tanto à violência concreta, ao ataque em si, como à *ameaça* de violência (RABELLO, 2006, p. 20). Ainda que não produzam vítimas ou danos materiais, as ameaças acabam servindo aos propósitos dos extremistas, por provocarem medo e angústia³⁰⁰. Ou seja, os extremistas se aproveitam do medo coletivo para controlar populações ou induzi-las a agir da forma que esperam. É o medo ou o amedrontamento como forma de poder (DELUMEAU, 2009).

Os temores advêm de uma das mais importantes características do modo de atuar do terrorismo: a imprevisibilidade dos ataques e dos alvos. Todas as pessoas estão sujeitas, em tese, a um atentado e não há como saber exatamente em que momento ele ocorrerá e muito menos por qual meio – bombas, molotovs, cartas-bomba, incêndios, tiros, agressões físicas? O terrorismo, por isso, tem impacto psicológico e cria uma sensação de insegurança e de vulnerabilidade da sociedade, uma agonia coletiva, uma atmosfera de pânico e incômodo. Trata-se aqui do que é chamado de vítimas indiretas,

³⁰⁰ “O medo tem um objetivo determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” (DELUMEAU, 2009, p. 33).

pessoas que, mesmo não experimentando ou se aproximando de atentados terroristas, passam a ter medo dos mesmos (CALLEGARI, 2016, p. 37). Há quem entenda a intenção de provocar o temor, o espanto, o pavor ou um sentimento de insegurança (angústia) na população, para uma audiência maior do que as vítimas diretas dos ataques, como um traço distintivo do terrorismo (RABELLO, 2006, p. 19).

Como diz Saly da Silva Wellausen, o “terrorismo age por amostragem: uma vez que não é preciso destruir ‘toda’ a sociedade para alcançar o fim proposto, basta atingir uma parte, um ponto qualquer para estabelecer o medo, o pânico e o horror” (WELLAUSEN, 2002, p. 93). Os terroristas atacam parte da sociedade e alcançam o todo. Nesse sentido, a abrangência da destruição material ou a quantidade de pessoas vitimadas acabam tendo menos relevo que o medo e a intimidação surgidos com o terrorismo (DINIZ, 2004, p. 6). Gera-se o que é chamado por Laquer de propaganda pelo ato (ou ainda propaganda pela ação ou pelo fato), isto é, para além da violência imediata ou propaganda teóricas, os atentados são mais eficazes na ressonância das ideias, pela visibilidade dada ao grupo terrorista e suas causas e pelos abalos que provocam (*apud* RABELLO, 2006, p. 23). Em outros termos, “a violência direta é apenas parte de uma tática que tem como finalidade principal a alteração da percepção da audiência, seja no sentido de provocar terror ou de chamar atenção do público para determinada causa” (RABELLO, 2006, p. 51).

Com a possibilidade de os atentados atingirem uma boa parte da população e a difusão do medo e a angústia coletivos, os extremistas esperam que a sociedade

exija garantias de segurança e a apuração dos ataques, agastando e enfraquecendo o governo, ou, por outro lado, que as autoridades levem em considerações as reivindicações terroristas (ALCÂNTARA, s. d.).

Os alarmes falsos, os trotes e os atentados, mesmo os não concretizados ou apenas simulados, endossavam a mensagem de perigo e de morte para a sociedade. Não se pode esquecer, como no caso da distensão/abertura do Brasil, que os ataques visavam não apenas a pessoas ou espaços tradicionalmente associados às esquerdas (sindicalistas, líderes políticos, centros acadêmicos, jornais alternativos, etc.) mas, igualmente, locais públicos ou com grande quantidade de frequentadores (igrejas, escolas, universidades, repartições públicas, praças, etc.). Dessa forma, os temores e os sentimentos de insegurança tenderam a ser compartilhados por indivíduos pertencentes a diversas categorias sociais (DELUME-AU, 2009, p. 43) e não apenas à uma militância de esquerda ou pessoas com algum engajamento político.

Em outras palavras, em virtude da conjuntura, não era necessário nem que existisse um ataque direto ou uma explosão. Uma ligação telefônica anônima, mesmo que um trote, levando a polícia a esvaziar um prédio, sem que houvesse artefato algum, ou ainda que este fosse encontrado e desativado, generalizava o pânico, quando as pessoas tomavam conhecimento do que se dera. Individual e coletivo, o medo tem, entre suas características, a capacidade influenciadora e de ser rapidamente propagável (DELUMEUA, 2009, p. 31). Quanto mais pessoas sabem, maior o efeito psicológico coletivo (DINIZ, 2004, p. 5). Não por acaso, houve situações de ameaças de bombas que não foram comunicadas de

imediatamente ao público. Foi o que se deu no Hipódromo Jardim, de Curitiba, em 1977. O jornal *Tribuna da Imprensa* recebera ligação anônima sobre uma bomba instalada ali e as autoridades, com discrição, vasculharam o local em busca do artefato, nada encontrando. Nada foi dito aos presentes e o fato só veio a público posteriormente³⁰¹. No Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1981, dias após a explosão das bombas no Riocentro, o Tivoli Park, um parque de diversões na lagoa Rodrigo de Freitas, teve de ser evacuado, ante uma ligação telefônica que alertava sobre a explosão de uma bomba. Para que a Polícia fizesse a inspeção do local, evitando o pânico das pessoas e preservando a imagem de segurança do estabelecimento junto aos frequentadores, geralmente crianças e seus pais, a administração do parque retirou os cerca de 700 presentes sob o pretexto de que haveria uma falta de energia elétrica³⁰².

Acabava sendo uma enorme responsabilidade para as autoridades e gestores decidir, em minutos e sob tensão, o que fazer, pois, crendo ou temendo a factibilidade da ameaça, a inação e/ou a demora para a evacuação de um local poderiam custar a vida ou a integridade física de muitas pessoas. Era a angústia da dúvida e da imprevisibilidade do terrorismo: e se de fato existir uma bomba? Quando a onda de ataques se incrementou, em geral, a orientação dada pelas autoridades a gestores e responsáveis foi a de considerar qualquer ameaça, informar as pessoas e retirá-las de imediato dos locais. A comunicação ao público e a retirada atabalhoada, por outro lado, poderiam criar situações incontrolláveis, com

³⁰¹ *Jornal do Paraná*, 07/04/1977.

³⁰² *Jornal do Brasil*, 04/05/1981.

um corre-corre desesperador e pânico generalizado, também expondo as pessoas a ferimentos³⁰³. Por outro lado, à proporção que os alarmes falsos e os trotes não iam se concretizando, muitas pessoas passaram a minimizar o risco, gerando, por outro lado, indisposição com os que continuavam a temer os atentados e com as autoridades e gestores, as quais deviam agir conforme as orientações de segurança.

Comumente, os terroristas recorriam a ligações telefônicas anônimas, com alertas de explosões, especialmente para repartições públicas, e ao envio de cartas, bilhetes e panfletos para os eventuais alvos, com ameaças. O ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, contou que afora os atentados contra bancas de jornal, veículos de comunicação, eventos e shows, o Grupo Secreto, do qual fazia parte, plantava ameaças falsas para deixar a população em pânico (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 152). Ou seja, os extremistas não recorriam apenas aos atentados, mas, igualmente, a alarmes falsos, de modo que as ligações telefônicas feitas não eram apenas trotes ou “brincadeiras de mau gosto”, como costumeiramente as autoridades da época, em geral, afirmavam, mas parte deliberada das ações terroristas e políticas da extrema-direita.

Ainda que fossem apenas alertas falsos ou trotes, esse tipo de atividade impactou bastante a população, sobretudo, quando a onda terrorista atingiu sua “crista”, do final de 1979 a início de 1981, com o incremento das explosões danificando patrimônios e gerando as primeiras vítimas. Autores como Gaspari (2016, p. 187) e Pasqualetto (2020, p. 194) dão a entender que os terro-

³⁰³ Tribuna do Ceará, 07/05/1981. O jornal informa sobre uma rápida confusão, entre os clientes de uma agência do Banco do Brasil, em Fortaleza, após uma ameaça de bomba.

ristas, a princípio, apresentavam intenções apenas intimidatórias, que não pretendiam fazer vítimas, pois, comumente, agiam à noite e escolhiam como alvos locais fechados e vazios. Para aqueles autores, apenas a partir do final de agosto de 1980, com as bombas na OAB e Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, deixando uma pessoa morta e várias feridas, o terrorismo de direita teria mudado, então, de patamar (GASPARI, 2016, p.191; PASQUALETE, 2020, p. 195).

A argumentação parece minimizar a onda terrorista, o que aliás, foi muito comum entre certos agentes do poder e autoridades à época da flexibilização do regime, apegando-se à importância político-social dos alvos e ao número de pessoas vitimadas diretamente pelas bombas³⁰⁴. Desconsideraram-se o medo dos atentados e a angústia coletiva gerados pela onda terrorista, que também tiveram impactos políticos. De fato, não há como ignorar que as repercussões sociais e políticas foram enormes para o processo da abertura e o governo Figueiredo quando bombas passaram a deixar vítimas e a atingir instituições respeitadas, como a OAB, e um poder institucional, a exemplo do legislativo de uma das principais cidades do País e ex-capital da República. Também parece óbvio que, com as primeiras vítimas, a angústia das pessoas aumentou

³⁰⁴ Em agosto de 1980, antes dos atentados a OAB e Câmara Municipal, o delegado Brito Pereira, indagado sobre as ameaças e bombas às bancas de jornais no Rio de Janeiro, afirmou que não tinha pistas e que a situação não era das piores. Para ele, "(...) a índole do brasileiro tem mostrado que até para praticar terrorismo ele é romântico. Se o terrorista quer dar um tiro numa janela, escolhe sempre aquela na qual não há ninguém. Se coloca uma bomba, é sempre em local e horários em que não fere seu semelhante. Se compararmos com as ações verificadas em outros países, só podemos crer que é puro romantismo". Jornal do Brasil, 06/08/1980.

ainda mais. Entretanto, é preciso perceber que os efeitos psicológicos/traumáticos das ameaças para as pessoas e sua relevância política para o processo de abertura já existiam antes dos ataques à Ordem dos Advogados do Brasil e à Câmara Municipal.

Isto é, apegando-se ao quantitativo de vítimas e a importância de OAB e Câmara Municipal, Gaspari peca por anacronismo, pois dá a entender que os extremistas somente tentaram matar pessoas e só houve pânico na sociedade a partir das explosões do 27 de agosto de 1980. Observando-se a cronologia dos atentados, percebe-se que, antes desta data, já haviam ocorrido ataques – frustrados – com grandes possibilidades de terem sido fatais. Foram episódios, por exemplo, como o da bomba-relógio colocada no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília, quando de uma palestra do conhecido líder rural Gregório Bezerra (março de 1980)³⁰⁵, ou do petardo posto junto à porta do hotel onde se hospedava Leonel Brizola, no Rio de Janeiro (janeiro de 1980)³⁰⁶, ou ainda o da bomba deixada no escritório do advogado Sobral Pinto (março de 1980)³⁰⁷.

Nesses casos, afora a intenção clara de atingir/ferir/matar pessoas determinadas, existia ainda possibilidade de outras pessoas serem igualmente vitimadas, o

³⁰⁵ Ocorrido a 22 de março de 1980. Folha de São Paulo, 24/03/1980.

³⁰⁶ A 18 de janeiro de 1980, uma bomba foi colocada na porta de um dos apartamentos do Hotel Everest, Rio de Janeiro, onde se encontrava hospedado Leonel Brizola. Foi desativada pela polícia três minutos antes da explosão. Jornal do Brasil, 19/01/1981. Cláudio Guerra confirmou o envolvimento de agentes dos órgãos estatais de repressão no episódio (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 179).

³⁰⁷ Ocorrido a 13 de março de 1980. Folha de São Paulo, 12/03/1980.

que igualmente se verificava nos ataques às bancas de jornais, cujo auge deu-se em julho e agosto de 1980. Nos episódios das cartas-bomba à OAB e à Câmara Municipal, não parece crível que os extremistas apresentassem como objetivos matar a secretária Lyda Monteiro da Silva ou ferir o assessor José Ribamar Sampaio de Freitas, mas, muito provavelmente, atingir, especificamente, o presidente da entidade representativa dos advogados, Eduardo Seabra Fagundes, e o vereador Antônio Carlos Carvalho³⁰⁸, homens envolvidos diretamente nas mobilizações da oposição pela democratização do País. Isso significa que inocentes foram atingidos, não obstante os alvos visados terem sido outros.

Assim, a crença em uma “mudança de patamar”, apenas após os ataques à OAB e Câmara do Rio, é questionável, visto que, anteriormente, estava já presente a possibilidade de os atentados terem sido fatais, não ocorrendo mortos e feridos por acaso, em vez de se pen-

³⁰⁸ Dois dias após o atentado a seu gabinete, Antônio Carlos de Carvalho teve sua residência invadida por sete homens fortemente armados, os quais alegaram investigar uma ameaça de bomba feita por ligação telefônica. Os supostos policiais estavam em um carro comum e a ação assustou a vizinhança, mais ainda quando foi cortada a energia elétrica do prédio onde morava o parlamentar. Ainda pela manhã, os mesmos policiais foram à casa de José Ribamar Sampaio de Freitas, o assessor de Carvalho ferido na explosão na Câmara Municipal. Possivelmente, a PF buscava intimidar o vereador e/ou buscar provas do seu envolvimento com o atentado. Um dos argumentos levantados por setores conservadores à época era de que a explosão teria sido resultado de um “acidente”, pois a bomba estaria sendo preparada por pessoas ligadas ao próprio vereador para ser detonada em outro local, o que não tem nenhuma fundamentação. Chegou-se a confiscar a máquina de escrever do escritório do advogado, a fim de saber se nela não havia sido datilografada a carta enviada à SUNAB, junto com a bomba que não explodira. *Jornal do Brasil*, 19/09/1980; *Tribuna da Imprensa*, 30-31/08/1980; *Tribuna do Ceará*, 30/8/1980; *Isto É*, 17/09/1980.

sar que os terroristas não pretendessem fazer vítimas. Desde o início da onda terrorista, sempre houve o risco de os ataques provocarem mortos e feridos, uma condição que os terroristas aceitavam, previam que poderia acontecer, ainda que até não desejassem “ferir inocentes”, como eles próprios afirmaram em seus textos e como o ex-delegado Claudio Guerra expressou em depoimento (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 186). O diferencial das explosões do 27 de agosto é que, após tantos ataques, por fim, pessoas foram atingidas gravemente.

Existindo riscos de, em qualquer lugar ou instante, ocorrer um atentado, há de se concluir que o medo e uma angústia acerca dos ataques terroristas da extrema-direita já estavam presentes em parcela da sociedade antes dos casos da OAB e da Câmara do Rio – temores, repetimos, que foram incrementados após o sucedido na capital fluminense. Se os terroristas, inicialmente, não “pretendiam ferir ou matar ninguém”, não é plausível espetar que a população acreditasse em tal “boa intenção”, tendo-se em conta a onda crescente de atentados e conjuntura de insegurança e ansiedade que foi se difundido na sociedade. Tanto que, como se percebe nos jornais da época, as ameaças de bombas eram imediatamente comunicadas às autoridades, com pessoas em pânico, evacuação dos presentes às pressas e prédios sendo minuciosamente vasculhados. Ou seja, mesmo antes de haver uma vítima fatal e uma pessoa ferida gravemente, como se deu no Rio de Janeiro a 27 de agosto de 1980, setores da população, autoridades e os agentes policiais responsáveis pelo desarmes de explosivos sentiam-se intimidados com as ameaças e acreditavam na possibilidade real dos atentados acontecerem.

Essas crenças e temores, os quais se reproduziam e se propagavam coletivamente, parece que iam ficando mais fortes, compreensivelmente, nos locais em que os ataques e ameaças iam se dando. Assim, não é de surpreender a angústia das populações das cidades as quais foram primeiro atingidas pelos atentados. Um exemplo é Curitiba. A 10 de janeiro de 1980, um telefonema anônimo, para o Corpo de Bombeiros, informou da existência no Edifício Tijuca, centro da cidade, de uma bomba que explodiria às 16h. A ameaça, em uma quinta-feira, em pleno horário comercial, levou as autoridades a colocarem em prática uma operação antibomba, sinal de que estavam preparadas ou, pelo menos, na expectativa de uma eventualidade do tipo, em decorrência de fatos anteriores. Não custa lembrar que a capital paranaense já havia sido alvo de ameaças e de atentados por parte de extremistas de direita nos últimos anos, a exemplo do ataque à sucursal do jornal *Em Tempo*, em julho de 1978³⁰⁹. De imediato, o Edifício Tijuca foi evacuado, passando a ser inspecionado por equipes policiais, o que gerou pânico entre muitas pessoas, conforme mostra foto do *Jornal do Paraná*³¹⁰.

À medida que o horário marcado para a explosão se aproximava, as expectativas cresciam. Exatamente às 16h, novos telefonemas anônimos foram feitos para os bombeiros, enfatizando que a explosão aconteceria “dentro de 5 minutos”. Passados os cinco minutos, como não houve a explosão e a questão permanecia insolúvel – quem se arriscaria a voltar a trabalhar em um prédio no qual poderia haver uma bomba? –, os poli-

³⁰⁹ *Jornal do Brasil*, 29/07/1978; *Diário do Paraná*, 25/07/1978, 26/07/1978.

³¹⁰ *Jornal do Paraná*, 11/01/1980.

ciais decidiram, mais uma vez, vasculhar o Tijuca. Enfim, no 11º andar foi encontrado um pacote suspeito, envolto em papel de jornal. Para não expor ninguém, o embrulho foi molhado com água das mangueiras de incêndio, à distância, “conforme a melhor técnica anti-bomba mandava”, informou o Jornal do Paraná. Com extremo cuidado, o pacote, a seguir, foi colocado em um carro e levado para os arredores da BR 277. Ali, após se protegerem numa valeta, os policiais deram vários tiros no pacote. Nada aconteceu. Segundo a imprensa, nada restava senão correr o risco de abri-lo. Hesitantes, os policiais se aproximaram e retiraram o jornal do pacote, descobrindo, para surpresa de todos, que existia um invólucro de papelão e, dentro deste, um cilindro de papel marrom, imitando grosseiramente uma dinamite³¹¹. Como se percebe pelo sucedido no Edifício Tijuca, era tão traumática e angustiante a situação gerada pela onda de atentados que mesmos profissionais os quais trabalhavam com explosivos não desconsideravam a possibilidade de haver uma bomba.

Meses depois, a 14 de agosto de 1980 (portanto, 13 dias antes dos ataques à OAB e Câmara do Rio), novos momentos de pânico em Curitiba. O paranaense Jornal da Tarde trouxe matéria sobre uma série de explosões em bueiros na cidade, telefonemas com ameaças de bombas em prédios públicos e alarmes de incêndios em bancas de jornais, o que estabeleceu, entre a população, um “clima insustentável de apreensão e terror”. Houve correria, gente assustada, escolas e um hotel sendo evacuados às pressas. “Nenhum incidente mais grave chegou a ser registrado, contudo, foram anotadas 59 ameaças

³¹¹ Jornal do Paraná, 11/01/1980.

de atentados (...). Foram situações que provocaram movimentações inusitadas de policiais e bombeiros, despontando a iminência de descrédito junto àqueles, mas de expectativa e medo junto a população”, informou o referido periódico³¹².

É provável que com os atentados no Rio de Janeiro, um dos centros mais dinâmicos da política nacional, e a grande cobertura da imprensa, tenha-se difundido a angústia ainda mais pelo território nacional, alcançando locais distantes e colocando a população em polvorosa com a possibilidade de repetição dos ataques, destruições, feridos e mortos. Algo assim se passou na cidade de São Luís de Quitunde-AL, situada na região açucareira, a 85 km de Maceió. Ali, os muros e as paredes da escola estadual Messias de Gusmão foram pichados com ameaças, em um português que fugia às regras formais (“tem uma bomba nesse grupo para expludi amanhã”), sendo encontrada próxima uma bandeira nacional rasgada e tingida de vermelha. Conforme a imprensa, a cidade praticamente parou com a ameaça, com burburinho e medo da população. A diretora da escola suspendeu as aulas e o secretário de segurança de Alagoas, Coronel José de Azevedo Amaral, o comandante do 59º Batalhão da Infantaria motorizada, Coronel Francisco Demiurgo, e agentes da Polícia Federal se deslocaram para São Luís de Quitunde na intenção de verificar a procedência das ameaças e tranquilizar as pessoas³¹³.

Existiram casos de pânico generalizado em virtude de quaisquer explosões, ainda que de intensidade menor. Em Teresina-PI, a 16 de junho de 1981, cerca de

³¹² Jornal da Tarde, 15/08/1980.

³¹³ Tribuna do Ceará, 04/09/1980.

dois meses após os ataques do Riocentro, verificou-se uma explosão de pequena potência – ao que parece, de um rojão – na escada de acesso à prefeitura. O ataque deixou poucas marcas na madeira da escadaria, mas o estampido gerou pavor entre os funcionários, inclusive, causando alguns desmaios. Segundo o jornal *O Povo*, o desligamento automático da rede elétrica do interior do edifício, deixando-o às escuras (era em torno de 17h), levou algumas pessoas a “total desespero”, pois imaginavam que o prédio de três andares poderia desabar³¹⁴. As autoridades afirmariam, posteriormente, que fora apenas “mais um rojão disparado na cidade nos dias que antecedem às festas juninas”, embora funcionário tenham dito que viram um homem “suspeito”, agachado pertos das escadas antes da explosão e saindo dali apressadamente³¹⁵.

Entre a possibilidade de ser apenas mais uma ameaça dos extremistas sem fundamento ou um trote (e muitos, de fato, eram) e a efetivação de um atentado, as pessoas, na dúvida, preferiam se precaver. Não por acaso, jornalheiros, mesmo os que sequer tivessem recebido ameaça alguma, deixavam de vender os jornais da imprensa alternativa. Na cidade do Recife-PE, no início de agosto de 1980, quando várias bancas já haviam sido incendiadas em outras cidades do Brasil, praticamente nenhum jornaleiro mais vendia aquele tipo de periódico, e isso porque apenas alguns dos estabelecimentos haviam recebido panfletos intimidatórios da autointitulada *Falange Pátria Nova-Setor Nordeste* (possivelmente, alguns radicais locais que se apropriaram da denominação do

³¹⁴ *O Povo*, 17/06/1981.

³¹⁵ *O Povo*, 17/06/1981.

grupo)³¹⁶. Em várias cidades do País, bancas passaram a contar com cartazes, feitos em cartolina, com mensagem aos extremistas, sinal do medo e da insegurança vigentes³¹⁷. Mais do que um sinal da angústia que tomara de conta dos jornalheiros e da descrença no sistema de segurança, cartazes do tipo endossavam uma imagem de força dos grupos extremistas, cujas ameaças eram tidas como factíveis, visto que poderiam executá-las.

Tão disseminado o pânico dos ataques que a imprensa trouxe matérias sobre como proceder em casos de suspeitas de cartas-bombas. Foi o caso de reportagem, em metade de uma página, do *Jornal do Brasil*, de 30 de agosto de 1980, dias depois dos ataques à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na matéria, percebe-se um esforço de tentar tranquilizar a população, reproduzindo-se falas do presidente dos Correios, coronel Advaldo Cardoso Botto, segundo o qual a “empresa estava preparada para detectar cartas-bombas” e de que o “terrorismo postal era uma moda importada que ia passar”. O coronel também falou que a confecção desse tipo de explosivo era coisa de especialista, pois necessitava-se “ter muito cuidado e já houve caso em que durante a confecção desse artefato houve explosões”. Não obstante as palavras amenizadoras, um dos trechos da reportagem apresentou o sugestivo título de “os envelopes da morte”, apontando as características principais de uma carta-bomba, com uma série de particularidades a serem observadas e evitadas pelos leitores:

³¹⁶ *Jornal do Brasil*, 02/08/1980.

³¹⁷ *Jornal do Brasil*, 26/07/1980. Isto É, 06/08/1980.

I- Espessura igual em todo o envelope, em torno de três centímetros; peso desproporcional ao volume (...); textura rígida, parecendo transportar placas superpostas de papelão ou madeira fina; cheiro anormal, como de avelã; apresentação de marcas de gordura. II- Apresentação em dois envelopes. (...) O primeiro é para ser aberto pela secretaria e o segundo apresenta classificação “pessoal”, “confidencial”, para ser aberto pela pessoa-alvo. [os Correios recomendam] não tentar abrir, não mergulhar em água e verificar por meios de sistema de órgãos. [Observar] presença eventual, mas não obrigatória, de um barulho de fio metálico; origem ou remetente duvidoso; endereçamento com letra estranha, inabitual; pacotes ou cartas que, tocados, denotam a presença de objetos que poderia ser lápis, pilhas, pequenos objetos arredondados ou retangulares (...); e a imissão de barulhos correspondentes àqueles de um movimento de relógio³¹⁸.

Essa matéria do Jornal do Brasil seria, dias depois, reproduzida no O Povo, de Fortaleza, mostrando como a preocupação com as bombas estava presente igualmente em locais que não eram dos mais dinâmicos no processo de abertura e nem dos mais atingidos pela ação da extrema-direita³¹⁹.

Tal a sensação de insegurança que qualquer pacote “diferente” ou “fora do lugar” poderia ser confundido com uma bomba. Uma estranha caixa foi achada em uma lanchonete do Aeroporto Guararapes, em Recife, a 27 de março de 1980. Os funcionários da Infraero, que encontraram o pacote, consideraram-no por demais suspeito e, imediatamente, entraram em contato com a

³¹⁸ Jornal do Brasil, 30/08/1980.

³¹⁹ O Povo, 02/09/1980.

Polícia Federal. A apreensão no aeroporto foi enorme, durando horas, chamando a atenção de funcionários, passageiros e até da imprensa. Boatos deram conta que era uma bomba para matar o ministro da Educação, Eduardo Portela, que, por coincidência, desembarcaria no Aeroporto em visita a Pernambuco naquele dia. Ao chegar, o ministro, deixando claro que acreditava na possibilidade de haver, de fato, um explosivo, e sem perder a oportunidade de capitalizar politicamente com o episódio, foi enfático ao afirmar à imprensa que a bomba não o intimidava e que “continuará a defender seus princípios”. Por fim, os peritos da PF constataram que se tratava de uma simples caixa de margarina esquecida por alguém na lanchonete³²⁰.

Não demorou também a surgirem casos de chantagens, tentativas de extorsão, em função da onda terrorista e da angústia imperante. A família Dantès, proprietária de vários imóveis em Belo Horizonte, denunciou à polícia que vinha recebendo ligações telefônicas e cartas intimidatórias de pessoas as quais diziam integrar a Falange Pátria Nova. O empresário Edmundo Dantès afirmou que foram exigidos Cr\$ 20 milhões de cruzeiros e que os chantagistas conheciam bem a rotina da família³²¹. Também em Belo Horizonte, o empresário Oswaldo Dante dos Reis recebeu ameaças de morte a sua família em carta assinada pelas iniciais FPN. Credo que a sigla significava Falange Pátria Nova, Reis imediatamente comunicou o caso às autoridades e solicitou proteção policial. Havia recebido cartas semelhantes no

³²⁰ Ocorrido a 27 de março de 1980. *Jornal do Brasil*, 28/03/1980.

³²¹ *Jornal do Brasil*, 06/11/1980.

ano anterior³²². Documento do SNI³²³, de 1981, trouxe informações de que a Falange Pátria Nova pretendia extorquir um médico em Maceió-AL, Alvancir Lima. Este recebera carta na qual o grupo afirmava que desejava “manter um Brasil democrático nacionalista” e o “convidava a colaborar com nossa causa”, com a quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros)³²⁴, a ser deixada num coletor de lixo no centro da capital alagoana. O médico comunicou a tentativa de extorsão à polícia, que preparou uma emboscada. Não apareceu ninguém, porém, para pegar a quantia. O citado relatório do SNI, sem apontar as fontes e os casos, informou ainda que a Falange Pátria Nova, teria desenvolvido atividades semelhantes em Belo Horizonte/MG, Belém/PA e Santo Ângelo/RS.

Apuramos que, em Belém, o autodenominado “Movimento Dog” teria ameaçado, por meio de um bilhete, a proprietária de uma banca no centro da cidade, exigindo 10 mil cruzeiros³²⁵ e a suspensão da venda das revistas *Veja*, *Isto É* e do jornal alternativo local *Resistência*. Se as exigências não fossem atendidas, o movimento prometia jogar uma granada na banca. Assustada,

³²² Jornal do Brasil, 28/10/1981.

³²³ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 135/116/ARE/81, Agência Recife, “Atividades da Falange Pátria Nova, em Maceió/AL”, de 12 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81001773_d0001de000. Acesso a 29/10/2020.

³²⁴ Algo em torno de R\$ 41 mil reais atuais, conforme o converso de valores do jornal Estado de São Paulo. In: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 18/02/2022. Jornal do Brasil, 22/08/1980.

³²⁵ Algo em torno de R\$ 3.300 reais atuais, conforme o converso de valores do jornal Estado de São Paulo. In: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 18/02/2022. Jornal do Brasil, 22/08/1980.

a proprietária comunicou-se com a polícia, que, de imediato descartou se tratar de uma ameaça terrorista, mas, sim uma tentativa de extorsão³²⁶, não obstante as ressalvas da extrema-direita contra as duas revistas de circulação nacional (que cobriam com destaque a onda terrorista) e o periódico alternativo.

As fontes não permitem concluir se, de fato, eram os extremistas buscando recursos para mais atentados ou estelionatários comuns. Observe-se que não se pode descartar a possibilidade de grupos locais, que se apropriavam das siglas de extrema-direita, pudessem ter recorrido a ações do tipo na intenção de obter fundos para manter suas ações. Os integrantes MAC cearense confessaram, à polícia, o plano de sequestrar da filha de um empresário em Recife, no propósito de obter dinheiro visando a bancar as atividades terroristas e a estadia de extremistas em Pernambuco³²⁷, para onde o grupo buscava se expandir, conforme trataremos no capítulo 4. Por outro lado, é possível conjecturar que os responsáveis pela extorsão fossem agentes da repressão, aproveitando-se da onda terrorista para também obter ganhos pessoais, pelo envolvimento que alguns passaram a ter com contravenção e crimes comuns (jogo do bicho, contrabando, tráfico de drogas, esquadrões da morte, etc.) (MANSO, 2020; MATTOS, 2011). De qualquer forma, nota-se, mesmo que tenham sido apenas tentativas

³²⁶ Tribuna da Imprensa, 16-17/08/1980.

³²⁷ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_80000687_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

de extorsão, por parte de indivíduos sem laço algum com a extrema-direita, como o medo e a insegurança estavam difundidos por diversos setores da sociedade, ante os atentados ocorridos no País. Se não fossem a onda terrorista e a angústia coletiva, talvez as eventuais vítimas das tentativas de extorsão sequer levassem a sério as ameaças ou procurassem as autoridades policiais.

CAPÍTULO 3:

TERRORISMO NO NORDESTE

Após estacionarem o carro, os jovens se dividiram em duplas. Os namorados Dalton e Gina adentraram a uma das lojas de discos e fitas cassetes da Praça do Ferreira, enquanto Lucas Calvino e Juliano Bento se deslocavam para cumprir a “missão”. Em suas mãos, uma pequena caixa de papelão, onde se encontrava uma banana de dinamite. Os jovens pertenciam ao autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC) e há semanas realizavam ameaças e ataques, com explosivos, na capital cearense, contra o processo de abertura da ditadura civil-militar.

Os dois rapazes cruzaram a Praça, no centro de Fortaleza, como tantos outros transeuntes faziam naquele horário, em torno de 18h30, de 5 de novembro de 1980. Era começo de noite e a presença e o vai e vem de pessoas no logradouro, tido como “coração da cidade”, era intenso. Trabalhadores indo para casa, estudantes se dirigindo às aulas noturnas, comerciantes fechando os estabelecimentos no fim do expediente, gente comprando ingresso no Cine São Luiz para as últimas sessões ou ainda conversando nos bancos da Praça ou bebendo em alguns dos bares do entorno. Carros, ônibus, barulho – poluição sonora e visual.

Beneficiados pela penumbra do início da noite, os jovens membros do MAC, após deixarem a caixa em uma lixeira, acenderam discretamente o pavio da dinamite com um isqueiro e se retiraram rapidamente da Praça. Instantes depois, o petardo explodiu, provocando pânico.

A correria e a gritaria foram grandes, com a praça sendo parcialmente coberta por uma nuvem de poeira, levantada com a detonação. Um carro próximo e a fachada do Armazém Esplanada, tradicional loja de roupas, acabaram atingidos e danificados³²⁸. Logo após o incidente, as autoridades policiais compareceram ao logradouro. Nos dias seguintes, algumas pessoas seriam ouvidas como testemunhas do atentado, mas as investigações oficiais não avançariam.

Como tantos outros atentados da segunda onda terrorista, o ataque à Praça do Ferreira poderia ter caído no esquecimento. Mas não caiu. O caso e outros ataques que ocorreram em Fortaleza voltaram a ganhar destaque semanas depois, quando integrantes do MAC, presos pela polícia da Paraíba, foram apresentados à imprensa, sendo, então, conhecidos detalhes sobre suas ações na capital cearense.

Neste capítulo, buscamos compreender a atuação do MAC e de seus integrantes em Fortaleza, realizando as necessárias conexões com o processo nacional de flexibilização do regime ditatorial-militar e ressaltando, quando existentes, as especificidades. Quais foram as ações praticadas pelos terroristas e por que aqueles alvos foram escolhidos? Quem eram os integrantes locais do MAC? O que os teria motivado a agir? Como se portaram diante das investigações e acusações? O que

³²⁸ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81001550_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

havia de comum entre eles e o que os distinguia? Para garantir a liberdade de análise e de pesquisa, optamos por usar pseudônimos ao tratar dos extremistas.

3.1 O MAC do Ceará

Analizando-se a cronologia dos ataques do MAC, as ações dos terroristas em Fortaleza, de forma parecida com o que se sucedeu em outras cidades brasileiras, foram se incrementando, no que toca a agressividade e ousadia, ao longo dos meses. A impunidade, a repercussão dos atentados e a sensação de poder, da parte dos extremistas, levaram-nos a radicalizar e a realizar novas ações, inclusive, com pretensões de expandir a atuação para a Paraíba e Pernambuco.

Conforme documento da agência do SNI de Fortaleza³²⁹, o grupo começou a agir a partir de julho de 1980, sem assumir uma denominação específica e realizando pichações de “caráter apolítico”. Entre as frases escritas nos muros de Fortaleza, estavam: “Verônica, abelha rainha”; “Cristina, te fiz mulher”; “Fome no mundo será rock”; “Morte a Prestes, Brizola e Sidney Magal”. O inquérito da PF minimizou as pichações, passando a

³²⁹ Em seu testemunho à PF, Freitas Dalton informou que iniciou as pichações de julho de 1980 em companhia de Fernando Farias, Caio Dalton, Cleiton Huno e Mathias Machado, grupo ao qual se integraram posteriormente Vladimir Trotsky e Gina Olímpio. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_80000687_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

ideia segundo a qual se tratavam de meros atos de vandalismos. Mas será que era isso apenas?

Essa visão das pichações como desprovidas de teor político-ideológico é algo, no mínimo, duvidoso, tendo-se em conta, se não o conteúdo das mesmas, certamente a conjuntura política vivida pelo Brasil então. Como diz o historiador Thiago Nunes Soares, pichações, como uma forma de dar maior visibilidade a um discurso, são polissêmicas, podendo tratar das “arbitrariedades cometidas pelo governo, denunciar problemas sociais, fazer propaganda comercial, declarações de amor, construir negativamente a imagens de pessoas e elaborar frases irônicas e aparentemente sem muito sentido” (SOARES, 2018, p. 21). A priori, parece que nesta última caracterização poderiam ser enquadradas as pichações dos jovens do (futuro) MAC de Fortaleza – frases sem muito nexo ou significado. Não obstante, no final dos anos 70, como fala ainda Thiago Nunes Soares (2018, p. 53), em estudo de caso sobre Recife, mas que também pode ser estendido, em alguma proporção, a Fortaleza, havia uma recorrência das temáticas mais abordadas nas pichações. Ou seja, os muros das cidades no período, eram, destacadamente, espaços de manifestações políticas vinculadas ao processo político da distensão/abertura da ditadura, como a denúncias contra o regime e defesa da anistia, das eleições diretas, da convocação de uma assembleia constituinte, do apoio greves, etc. (SOARES, 2018, p. 20).

A poluição visual e a “politização” dos muros da cidade, sobretudo, com as ações das esquerdas, ensejavam recorrentes matérias nos jornais³³⁰ e cobranças para que

³³⁰ Encontramos, na imprensa da época, matérias sobre pichações em Fortaleza, como em O Povo, 30/11/1980 e 10/04/1981.

as autoridades contivessem aqueles “atos de vandalismo”. Não por acaso, uma deputada de esquerda, Maria Luiza Fontenelle (PMDB), e alguns de seus apoiadores foram detidos pela polícia na madrugada de 11 de setembro de 1980, por estarem colocando cartazes pedindo a libertação do preso político José Sales (o último do Brasil, encarcerado em Fortaleza³³¹) e convocando a população para um ato público contra a onda terrorista³³². Embora o grupo tenha sido liberado em seguida, a detenção foi entendida como uma intimidação e denunciada por Maria Luiza na Assembleia Legislativa do Ceará: a mesma polícia que não conseguia deter os atos terroristas da direita agiu com destreza para conter militantes de esquerda que colocavam cartazes de conteúdo contrário à ditadura³³³.

As inscrições “apolíticas” do MAC, tidas como meras manifestações de vandalismo, aparentemente sem muito sentido, não poderiam ser vistas como uma forma de

³³¹ Sales se encontrava em greve de fome, clamando por sua liberdade. O Povo, 11/09/1980. Ex-integrante da Ação Libertadora Nacional, em 1970, participara do justicamento de um comerciante no Ceará, acusado de ser colaborador da ditadura (FARIAS, 2020). A Lei da Anistia, de 1979, não beneficiou os militantes de esquerda armada já condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (BASTOS, 2009).

³³² Tribuna do Ceará, 12/09/1980; Correio do Ceará, 12/09/1980.

³³³ Um dos envolvidos, o sociólogo Dilmar dos Santos Miranda, acabou levado para delegacia de plantão, visando a prestar depoimento. Segundo o jornal Tribuna do Ceará, que reproduziu o depoimento de Miranda, os cartazes apreendidos tinham “os seguintes dizeres: ‘Liberdade para Sales preso político em greve de fome’, seguido embaixo de ‘Ato público contra o terror’. Ao centro dos cartazes, havia uma caricatura conduzindo a mão direita uma bomba, com o respectivo estopim, e na mão esquerda um envelope com os dizeres: ‘A carta. Praça José de Alencar, 12 de setembro, 18 horas’”. Tribuna do Ceará, 12/09/1980.

debochar das pichações que buscavam expressar valores políticos e ideológicos contrários à ditadura? Veja-se o caso da pichação “Morte a Prestes, Brizola e Sidney Magal”.

A frase compara e, implicitamente, iguala os dois líderes das esquerdas, recém voltados do exílio, detestados por conservadores, e um famoso músico de canções populares, de bastante sucesso naquele período. A comparação expressa zombaria e ridicularização visto que havia por setores da sociedade, especialmente das classes média, um preconceito e desdém para com canções “bregas e cafonas” (ARAÚJO, 2015), estilo ao qual poderia ser associado Sidney Magal³³⁴, com suas roupas e dança mimetizando ciganos. Ou seja, Magal, Prestes e Brizola seriam figuras bisonhas, exóticas, motivo de risos, seja pelas “cafonices” do cantor, seja pelos discursos e ideias (de esquerda/“comunistas”) dos dois políticos adversários da ditadura militar. Nesse sentido, as primeiras pichações do grupo de jovens, realizadas de madrugada, quando saiam para se divertir na noite fortalezense, não deixaram de também expressar valores políticos, em um momento de acirramentos e disputas de vários atores sociais, como aquele do fim dos anos 1970 e início dos 80.

Em fins de julho de 1980, como em muitas cidades brasileiras, começaram a acontecer ameaças a bancas de jornais em Fortaleza. Uma carta anônima foi entregue, pelos Correios, à Banca O Paulino, do conhecido

³³⁴ Durante a década de 1970, Magal lançou sucessos populares como “Sandra Rosa Madalea” (1978), “Meu sangue ferve por você” (1977) e “Amante Latino”, também de 1977 e tema de filme homônimo estrelado pelo cantor em 1979). <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/02/sidney-magal-credita-sucesso-a-sua-energia-e-a-relacao-com-fas-danco-ate-o-corpo-dizer-chega.shtml>. Acesso a 30/06/2020.

jornaleiro Mário Paulino de Araújo. Instalada há 15 anos na Praça do Ferreira, a Banca do Paulino era uma das maiores, à época, de Fortaleza, apresentando uma grande diversidade de publicações³³⁵. Uma ameaça a essa banca de grande visibilidade, bastante frequentada e bem localizada no centro de Fortaleza, portanto, repercutiria bastante entre os demais jornaleiros. A carta, manuscrita, aconselhava o jornaleiro a não vender mais periódicos da imprensa alternativa, sob pena de ter seu estabelecimento explodido. Assustado, Araújo fez queixa à Polícia Federal, o que não deixa de chamar a atenção, pois naquele momento, eram as polícias estaduais as responsáveis pela apuração da onda terrorista. Talvez esse fosse um sinal que de o jornaleiro não acreditava que o aparato policial estadual pudesse ou tivesse interesse em apurar os casos, tal a falta de resultados das investigações sobre as ameaças e bombas em outros locais do País. A carta à Banca O Paulino levou outros jornaleiros de Fortaleza, mesmo que não tivessem recebido ameaça alguma, a também pararem de vender a “imprensa nanica”³³⁶, sinal, como visto no capítulo anterior, do medo/angústia da sociedade ante a onda terrorista da extrema-direita.

Ressalte-se que, ainda em julho, havia acontecido um incêndio de uma banca de jornais em Fortaleza, situada na Avenida Santos Dumont, em frente ao hospital infantil Walter Teles, no bairro da Aldeota, área nobre da cidade. Não foi possível, nesta pesquisa, apurar mais detalhes. O caso foi rapidamente citado pelo jornal *Tribuna do Ceará*,

³³⁵ Informações passadas por Francisco Pereira, ex-presidente do Sindicato dos donos de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, entrevistado a 30/09/1980.

³³⁶ O Povo, 30/07/1980; *Tribuna do Ceará*, 30/07/1980.

em agosto de 1980, quando de matéria sobre o ataque a uma outra banca da cidade (situada na Avenida Jovita Feitosa) e o aumento do número de atentados parecidos Brasil afora. O periódico ainda informou que a Secretaria de Segurança Pública estava investigando o episódio da banca da Aldeota, talvez um sinal de que as autoridades suspeitassem se tratar de um incêndio por motivações políticas e não um mero acidente³³⁷.

O inquérito da Polícia Federal³³⁸ sobre o MAC do Ceará sequer levantou a possibilidade deste incêndio da banca na Aldeota ser da autoria do grupo. Quanto à carta intimidatória enviada ao jornalista Paulino, foram feitos exames grafotécnicos, comparando o resultado com a escrita dos integrantes do MAC, não sendo possível atribuir-lhes a autoria³³⁹. Não é realístico, entendemos, acreditar que todas as manifestações contrárias à abertura acontecidas no período fossem apenas de autoria dos componentes do MAC ou que eles fossem os únicos extremistas de direita do Ceará, sem falar da possibilidade de acontecerem trotes.

No segundo semestre de 1980 e primeiros meses de 1981, aconteceram várias ameaças de bomba na capital cearense, por meio de ligações telefônicas anônimas,

³³⁷ Tribuna do Ceará, 30/07/1980.

³³⁸ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

³³⁹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

contra jornais³⁴⁰, entidades de classe³⁴¹ e, especialmente, repartições públicas e bancos estatais, a exemplo da prefeitura de Fortaleza³⁴², Companhia Energética do Ceará (COELCE)³⁴³, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)³⁴⁴, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce)³⁴⁵, Banco do Brasil³⁴⁶,

³⁴⁰ O Movimento de Renovação Nazista ameaçou ao jornal O Povo. O Povo, 08/08/1980. Foram feitas ameaças, ainda ao Meio-Dia e Correio do Ceará. O Povo, 13/08/1980.

³⁴¹ Ameaça ao Sindicato dos Jornalistas. Tribuna do Ceará, 08/08/1980; Correio do Ceará, 09/08/1980.

³⁴² A 1º de outubro de 1980. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 036/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_81000760_d0001de0001. Acesso a 17/09/2020.

³⁴³ A 1º de outubro de 1980. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 036/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, 30 de março de 1981. Arquivo Nacional.

³⁴⁴ Foram alvos de ameaças a Superintendência, um posto de Pensão e Aposentadoria e um posto de Atendimento do INPS, a 19 de novembro de 1980. O Povo, 19/11/1980; Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 036/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. A 19 de novembro de 1980. O Povo, 19/11/1980; Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 036/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, 30 de março de 1981. Arquivo Nacional.

³⁴⁵ O Povo, 11/09/1980. O SEI (Serviço Estadual de Informação) enviou um de seus agentes para averiguar a ameaça à Ematerce. Relatório de Diligência nº 207/80, do Serviço Estadual de Informação (SEI), datado de 12 de setembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPec SEI REL D 05 (98 e 99).

³⁴⁶ Tribuna do Ceará, 04/09/1980. Uma segunda ameaça é noticiada em Tribuna do Ceará, 07/05/1981; Correio do Ceará, 07/05/1981.

Caixa Econômica³⁴⁷, Banco do Nordeste³⁴⁸, entre outros³⁴⁹. Como visto no capítulo anterior, até a sede do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), onde funcionava, também, a agência de Fortaleza do SNI, sofreu ameaça de bomba³⁵⁰. O órgão estadual de espionagem, o Serviço Estadual de Informação (SEI), também recebeu um ameaça de bomba, em maio de 1981³⁵¹.

Os primeiros atentados realizados pelos jovens extremistas de direita em Fortaleza, ainda anonimamente (ou seja, sem associação à sigla MAC), deram-se na noite de 8 para 9 de agosto de 1980, em um momento no qual a onda de ataques a jornalheiros se intensificava pelo País. Os extremistas lançaram um coquetel molotov contra uma banca de jornais situada na Praça da Parquelândia, logradouro localizado na Avenida Jovita Feitosa e na qual também se encontra um conhecido templo católico da cidade (a Igreja Redonda). Segundo o Inquérito da PF, o petardo, feito com uma garrafa de martini, foi lançado a partir de um carro em movimento (um Fiat

³⁴⁷ Tribuna do Ceará, 07/05/1981; Correio do Ceará, 07/05/1981.

³⁴⁸ O Povo, 02/06/1981.

³⁴⁹ Vide também Informe Especial nº 54, do Serviço Estadual de Informação (SEI), de 21 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI INFM 05 (51 e 52).

³⁵⁰ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 161/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, de 30 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000632_d0001de0002. Acesso 13/03/2021.

³⁵¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 120/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, de 30 de setembro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_81000910_d0001de0001. Acesso a 25/03/2021.

branco, de Cleiton Huno) e, ao se chocar com a banca e cair no chão, incendiou-se. Sem titubear, o carro dos extremistas, com cinco ocupantes, retirou-se do local, dirigindo-se para a casa de um dos membros do grupo³⁵². O fato de os terroristas sequer terem descido do veículo, mesmo com o logradouro vazio e a má iluminação, talvez sinalize como os jovens, ainda que determinados a agir, apresentavam hesitações e receios acerca do que faziam, sabedores da gravidade e das implicações que ações do tipo ocasionavam.

Conforme noticiou o jornal Tribuna do Ceará³⁵³ – aliás, o único periódico local a falar do ataque na ocasião, ainda que quatro dias depois – a explosão foi testemunhada por apenas um vizinho, Valdo de Lima, que, por coincidência, no momento, estava colocando seu carro na garagem. Incontinenti, Lima avisou ao dono da banca, Valter Bandeira, que residia próximo. O princípio de incêndio foi logo debelado e os danos à banca acabaram sendo poucos. A esposa do proprietário, Francisca Bandeira, não hesitou em associar o ataque às ameaças que vinham acontecendo por todo o Brasil contra os jornaleiros que vendiam periódicos da imprensa alternativa e revistas eróticas. Ressaltou, porém, que a banca da Igreja Redonda negociava apenas revistas eróticas, pois há muito deixara de comercializar jornais da “imprensa nanica”. Dona Francisca falou também que a polícia fora informada do ataque, por telefone, sequer

³⁵² Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

³⁵³ Tribuna do Ceará, 12/08/1980.

comparecendo ao local na noite do crime e não tendo, até ali, tomado quaisquer providências. Afirmou ainda que o medo dominara todos os donos de bancas de revistas, pois não havia medida que pudesse ser tomada para evitar os ataques, arrematando que “só há um recurso: não vender tais revistas”³⁵⁴. Em outros termos, a segurança pública não punia nem coibia os terroristas e a solução seria os jornalheiros se submeterem à vontade dos extremistas.

O relatório do SNI³⁵⁵ sobre o MAC afirma que, após as “pichações apolíticas”, os extremistas resolveram lançar molotovs contra as bancas de jornais “sem obedecer a um planejamento anteriormente preparado”. É uma afirmação, no mínimo questionável – a Avenida Jovita Feitosa é uma das vias de acesso ao Campus do Pici, da Universidade Federal do Ceará, relativamente perto da Praça da Parquelândia. Em tal campus funcionava a Faculdade de Agronomia, onde estudava o proprietário do carro que conduzia os extremistas, Cleiton Huno. Ou seja, é possível que este tivesse visto ou sabido que a banca da Parquelândia vendia revistas “indecentes”, o que teria motivado atacar especificamente aquele estabelecimento em vez de outro.

³⁵⁴ Tribuna do Ceará, 12/08/1980. O Serviço Estadual de Informação mandou um agente ao local do atentado, sendo produzido o Relatório de Diligência nº 179/80, de 12 de agosto de 1980. Arquivo Público do Ceará. BR CEAPEC SEI REL D 05 (25 e 26). Este relatório confirma – ou reproduz – todas as informações da matéria da Tribuna do Ceará.

³⁵⁵ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

Os extremistas do MAC voltaram a agir ainda na noite do dia 8 para 9 de agosto, talvez empolgados com o sucesso do ataque à banca da Parquelândia. Deslocando-se de carro, os jovens atacaram, a seguir, a banca de jornais situada na Praça da Parangaba, logradouro em que também situava-se uma igreja, homônima³⁵⁶. O molotov, como na Praça da Igreja Redonda, foi novamente jogado por Caio Dalton. A banca pertencia ao senhor Pergentino Maia, que trabalhava no setor de circulação do jornal O Povo – um filho administrava o estabelecimento³⁵⁷. Talvez por se situar numa área mais periférica de Fortaleza, o ataque à banca da Parangaba não foi noticiado, na ocasião, em nenhum dos jornais de Fortaleza. Apenas com o desbaratamento do MAC em novembro/dezembro de 1980 que o episódio foi citado no inquérito da PF e abordado pela imprensa, mesmo assim, sem maiores detalhes.

Teria sido a partir de agosto de 1980, um mês de muitos ataques extremistas por todo o Brasil, que o grupo

³⁵⁶ O atentado à banca de jornais da Praça da Parquelândia, na avenida Jovita Feitosa, teria contado com a presença de Caio Dalton, Freitas Dalton, Cleiton Huno, Fernando Farias e Matias Machado. À exceção dos dois últimos, que teriam voltados às suas respectivas residências, os demais, na mesma noite, praticaram o ataque à banca da Parangaba. Nos dois casos, Caio Dalton foi o responsável por lançar os artefatos explosivos. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁵⁷ Informações passadas por Francisco Pereira, ex-presidente do Sindicato dos Donos de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, entrevistado a 30/09/1980. O atentado à Banca da Parangaba é citado em Relatório de Diligência nº. 179/80, do Serviço Estadual de Informação (SEI), de 12 de agosto de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 05 (26).

passou a se denominar Movimento Anticomunista³⁵⁸. Uma evidência de como os jovens estavam melhor se organizando e se definindo em suas ações anticomunistas e contrárias à abertura. O fato de terem passado a usar a denominação sinaliza que se tratava de uma criação local, ou seja, de uma apropriação da sigla MAC, tradicionalmente associada ao anticomunismo e a violência, a partir, possivelmente, da influência e exemplos de extremistas que praticavam atentados e usavam o acrônimo em outros locais do País e uma referência (homenagem?) ao grupo que atuara nos anos 1960, como discutido no capítulo 1. Não foi constatada nas investigações, levadas a cabo pela PF, nenhuma ligação direta dos integrantes do MAC cearenses com extremistas de direita de outros pontos do País ou que o grupo local fosse tentáculo de uma organização nacional ou, pelo menos, regional³⁵⁹.

Em paralelo, o grupo continuou com as pichações. No lugar, porém, do tom de deboche e “apolítico” das pichações de julho, o conteúdo das inscrições passou a ser direto e explicitamente político, a exemplo de “Morte a Prestes” e “Fora os padres comunistas” ou ainda o nome com o qual o grupo se autointitulava (“Movimento

³⁵⁸ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁵⁹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

Anticomunista”)³⁶⁰. Pelo relatado, as pichações, feitas com tinta spray preta ou vermelha, e os atentados aconteciam, normalmente, no período noturno, quando os jovens saíam, de automóvel, para “se divertir”³⁶¹. Como em outras cidades do País, aproveitavam-se dos logradouros mal iluminados, da pouca presença de pessoas e da fragilidade da segurança pública. Por outro lado, ao contrário de muitos dos atentados ocorridos Brasil afora, o MAC do Ceará não deixava panfletos em suas ações terroristas³⁶².

3.2 O MAC ataca a Igreja

Sob o impacto assustador e a repercussão nacional dos ataques à sede da OAB, em que morreu Dona Lyda Monteiro, e à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, o MAC voltou a agir em Fortaleza. Na virada da noite de 9 para 10 de setembro, exato um mês após os atentados contra as bancas de jornais na Parquelândia e Parangaba,

³⁶⁰ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional; Tribuna do Ceará, 10/12/1980.

³⁶¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁶² Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

os extremistas atacaram a Igreja Nossa Senhora do Nazaré, no Bairro do Montese, próximo da Avenida dos Expedicionários, outra via bastante conhecida da capital cearense.

Desta vez, os terroristas se deslocaram em dois carros, um Dodge Polara, da cor vermelha, pertencente a Freitas Dalton, no qual se encontrava sua namorada, Gina Olímpio, e o mesmo Fiat, cor branca, de Cleiton Huno e que trazia o mais novo integrante do MAC, o estudante e professor de física Vladimir Trotsky, que, conforme relatório do SNI, se caracterizaria como um dos mais radicais integrantes do grupo³⁶³. Em um sinal de que estavam mais seguros de suas condutas, estacionaram os veículos nas imediações da Igreja, comportamento diferente do sucedido no ataque anterior, quando atiraram um coquetel a partir de um carro em movimento.

Vladimir Trotsky e Cleiton Huno se aproximaram rapidamente do templo, jogando em sua porta lateral esquerda dois coquetéis molotovs. Na parede, picharam ainda as frases: “Abaixo os padres comunistas”, “Abaixo a Igreja comunista” e “MAC – Movimento Anticomunista”. Em ato contínuo, os jovens zarparam da área após o ataque. Ao que consta, apesar do susto, o fogo foi logo debelado por alguém da vizinhança, não chegando a se alastrar – a porta da igreja ficou apenas parcialmente danificada³⁶⁴.

³⁶³ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁶⁴ Segundo o inquérito da Polícia Federal, se envolveram no atentado à igreja Gina Olímpio, Freitas Dalton, Vladimir Trotsky e Cleiton Huno. O lançamento do molotov e a pichação do templo teriam sido feitos por Vladimir Trotsky e Cleiton Huno, enquanto Freitas Dalton e a namorada permaneciam no veículo. Relatório final do inquérito

Não obstante já estarem ocorrendo ameaças e mesmo atentados em Fortaleza, o ataque à Igreja Nossa Senhora do Nazaré foi mais um ignorado pela imprensa na ocasião. Seria mais um caso que só ganharia associação com a onda terrorista após a prisão dos integrantes do MAC em fins de 1980. O inquérito da Polícia Federal e o relatório do SNI não explicaram por que o grupo escolheu aquela igreja, entre tantas outras de Fortaleza. No interrogatório, embora os extremistas tenham respondido a algumas perguntas sobre essa ação terrorista, não lhes foi questionado o que os motivara a atacar especificamente a chamada Igreja do Montese.

Pode ter sido um alvo escolhido aleatoriamente, mas deve-se levar em consideração também a origem e atuação do pároco da Igreja Nossa Senhora do Nazaré, no caso o padre italiano Batista Poinelli, na função desde 1968 e tido como bastante dinâmico. Ao que consta, o religioso desenvolveu todo um trabalho social junto à comunidade local, dando atenção especial aos mais pobres³⁶⁵. O que destoava da possibilidade de ser um alvo

da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁶⁵ Em 2006, o Padre Batista Poinelli foi agraciado com o título de cidadão cearense, pela Assembleia Legislativa do estado, sendo destacada toda sua atuação social junto à comunidade do bairro fortalezense do Montese papel. https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2009/pl337_09.htm. Acesso a 02/07/2020; Histórico da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. <https://www.arquidiocesedefortaleza.org>.

da extrema-direita eram os posicionamentos políticos de Poinelli, tidos como bastante moderados, para não dizer conservadores³⁶⁶.

Pode ser que os integrantes do MAC, em seu radical anticomunismo, no qual qualquer crítica social soava como marxismo, se sentissem incomodados com as prédicas e o trabalho comunitário do Padre Batista, ainda que este não pudesse ser enquadrado como integrante do que se chamava “clero progressista”. Em um momento de intensa agitação social e de “ameaça comunista”, mesmo um clérigo moderado poderia ser alvo do ódio de grupos extremistas.

É possível ainda que o ataque à Igreja Nossa Senhora do Nazaré tenha a ver com a nacionalidade italiana de Batista Poinelli. Entre as décadas de 1950 e 1970, vários padres estrangeiros entraram no Brasil, em uma ação da Igreja para reforçar os quadros eclesiais no País e combater o comunismo (MONTENEGRO, 2019, p. 32). Ironicamente, vários desses religiosos acabaram sendo acusados, posteriormente, de comunistas, por uma parcela dos fiéis e autoridades civis e militares (MONTENEGRO, 2019, p. 47). Muitos dos sacerdotes estrangeiros passaram a trabalhar em paróquias e dioceses de extrema carência social. Ante o cotidiano dos fiéis, marcado pela pobreza, exploração, violência, disputas por terras, etc., os padres se engajavam em movimentos

br/regioes/regiao-episcopal-metropolitana-bom-jesus-dos-aflitos/paroquias-da-regiao/paroquia-nossa-senhora-de-nazare/. Acesso a 02/07/2020.

³⁶⁶ O conservadorismo do pároco foi confirmado por alguns dos antigos frequentadores e vizinhos da igreja. Davi Janot, professor, frequentador da paróquia, entrevistado a 03/07/2020; Humberto Mendes, professor, morador do Montese, entrevistado por WhatsApp a 04/07/2020.

sociais (MONTENEGRO, 2019, p. 42), ao lado de clérigos brasileiros, fazendo eco às novas posturas que setores da Igreja passaram a ter no período, sobretudo a “visão social implantada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que objetivava uma série de mudanças, dentre as quais, aproximar o clero do povo” (TAVARES, 2012, p. 256).

Para os militares, os padres estrangeiros estavam associados a organizações subversivas e denotavam a infiltração vermelha no clero (TAVARES, 2012, p. 256). Não por acaso, a ditadura decidiu-se a mudar a chamada Lei (Estatuto) dos Estrangeiros (Lei nº 6815/80), proibindo, entre outras coisas, qualquer atividade política de estrangeiros, o que se tornou um meio de coação e perseguição aos religiosos. Alguns dos sacerdotes receberam ameaças de morte e outros foram assassinados (MONTENEGRO, 2019, p. 42). O regime chegou mesmo prender e a expulsar religiosos estrangeiros, a exemplo dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou (condenados a dois anos de prisão conforme a Lei de Segurança Nacional, em 1981) e o padre italiano Vito Miracapillo, responsável pela paróquia de Ribeirão-PE, que se negara a realizar missa em celebração ao dia da independência (7 de setembro) de 1980 (TAVARES, 2012, p. 257 e 259).

A polêmica sobre o Padre Vito Miracapillo foi coberta pela imprensa de Fortaleza e sucedeu-se, atentemo-nos, no “ápice” da onda terrorista da extrema-direita no Brasil e já com o MAC atuando na capital cearense. Observe-se que o atentado à Igreja de Nossa Senhora do Nazaré ocorreu dias após Miracapillo ter se recusado a celebrar a referida missa.

Tendo isso em perspectiva, ainda que os componentes do MAC pudessem apresentar (ou não) conhecimento das posturas moderadas de Padre Batista e de seu trabalho

social, o ataque à Igreja do Montese teria acontecido em face dos embates que então se verificavam entre a ditadura e integrantes estrangeiros do clero. Ou seja, os molotovs e as pichações na Igreja Nossa Senhora do Nazaré seriam uma forma de intimidar os religiosos estrangeiros como um todo e condenar sua atuação no Brasil. Em outros termos, o atentado ao templo do Montese constituiu-se maneira de um grupo cearense de extrema-direita, defensor da ditadura, mostrar seu descontentamento e ameaçar os clérigos vindos de fora do País, os quais, de modo geral, eram concebidos como comunistas. Nesse sentido, o ataque do MAC, afora o aspecto anticomunista, apresentou também um caráter xenofóbico.

Parece-nos também plausível acreditar, pensando ainda em uma perspectiva macro, que o atentado do MAC era uma retaliação à Igreja Católica do Ceará como instituição. Não se pode esquecer que nos atentados anteriores do MAC em Fortaleza, nas praças em que se localizavam as bancas, também havia templos católicos, de modo que eram também ações contra a Igreja. A Arquidiocese de Fortaleza, desde 1973, era dirigida por Dom Aloísio Lorscheider, religioso de posições mais à esquerda, um destaque mesmo nacional do clero progressista.

Segmentos da Igreja Católica haviam endossado o golpe civil-militar de 64. Essa Igreja, porém, estava passando por várias mudanças no que toca à sua missão evangelizadora e sistemas de crenças nos anos 60 e 70. Destacadamente com os Papas João XXIII e Paulo VI, o Vaticano começou a defender o diálogo inter-religioso e o ecumenismo, além de rever sua pauta social. Incrementou o envolvimento sociopolítico, dando uma atenção às estruturas sociais contraditórias e defendendo mudanças nas condições de vida das camadas mais pobres. A igreja se encaminhou para as fá-

bricas, campos, favelas, prisões, para junto dos oprimidos. A luta por justiça social passou a ser vista como elemento necessário para a plena conversão cristã do indivíduo e evangelização da sociedade (CANCIAN, 2011, p. 31). Difundi-se entre os clérigos e fiéis a chamada Teologia da libertação, enfatizando uma doutrina cristã que fazia a opção preferencial pelos pobres. Não que tenha passado a existir uma postura única dentro da estrutura eclesiástica – ao contrário, acentuaram-se ao longo dos anos os embates entre os que ficaram conhecidos como clérigos conservadores e os clérigos progressistas (CANCIAN, 2011, p. 55).

O novo papel da Igreja desagradou aos grupos econômicos dominantes e intelectuais católicos conservadores e grupos de direita, a exemplo de integralistas e da Tradição, Família e Propriedade (TFP) – muitos acreditavam que a Teologia da Libertação era a concretização da temida infiltração comunista no clero (CALDEIRA NETO, 2014, p. 109). Irritação com a nova postura da Igreja Católica teve igualmente a ditadura. Para os militares, qualquer crítica dirigida à ordem social soava como subversão. Como diz Diogo Cunha (2014, p. 42), a Igreja, de baluarte na propagação das representações anticomunistas, se tornou, aos olhos do governo militar, uma crítica e poderosa adversária, talvez a pior, por sua estrutura organizacional e influência na sociedade. Não obstante, apesar dos atritos, clero e governo não romperam por completo – pontes de diálogos foram mantidas e ambos trabalhavam também no sentido de promover acomodações. O clero se engajou nas mobilizações pela democratização do País na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, assumindo o papel de “voz dos que não têm voz”, tão fundamental no processo distensão/abertura (CUNHA, 2014, p. 42).

Embora escape aos objetivos desta pesquisa, entendemos que segmentos da Igreja católica no Ceará não esca-

param às novas posturas doutrinárias e pastorais. A preocupação com o chamado clero progressista aparece nos documentos dos órgãos da comunidade de informação no Ceará. Relatório da agência do SNI de Fortaleza, datado de 30 de outubro de 1980, abordou a liderança da Igreja Católica nas comunidades, com sua influência junto à população e apontou os nomes das principais lideranças eclesiásticas:

O clero “progressista”, em grande parte integrado por sacerdotes estrangeiros, vem agindo constantemente nas zonas rurais e nas capitais dos estados da área [sob jurisdição da agência do SNI de Fortaleza]. No campo, os padres buscam orientar o homem na luta pela posse da terra, de modo violento, enquanto nas cidades emprestam seu apoio e/ou incentivam o povo a participar de movimentos contestatórios ao regime e ao governo. Dos religiosos da área, merecem destaque, por suas atuações nesse sentido, os seguintes: Dom ALOÍSIO LORSCHIEDER – Cardeal arcebispo de FORTALEZA; padre JOSÉ MARIA CAVALCANTE COSTA – Aratuba/CE; padre MOACIR CORDEIRO LEITE – Aratuba/CE; Dom ANTÔNIO BATISTA FRAGOSO – bispo de CRATEÚS/CE; padre ROBERTO AGOSTINI – TERESINA/PI; padre ALESSANDRO SPINELLI – PICOS/PI; Dom JOÃO JOSÉ DA MOTTA E ALBUQUERQUE – Arcebispo de SÃO LUIS/MA; Padre MARCO PASSEIRINI – SÃO LUIS/MA; padre JEAN CLAUDE ROY – SÃO LUIS/MA; padre VICTOR ASSELIN – SÃO LUIS/MA; padre XAVIER GILLES DE MAUPEOU D’ABLEIGES – SÃO LUIS/MA; padre JOSEPH JULES REJEAN RACINE – SÃO LUIS/MA³⁶⁷.

³⁶⁷ Relatório de Informação do SNI nº 177/116/AFZ/80, de 30 de outubro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000655_d0001de0002. Acesso a 13/03/2021. Outro relatório do SNI cita o trabalho de doutrinação marxista pretensamente realizado por Dom Fragoso, que seria assessorado ainda pelos padres Vicente Torres Mourão (vigário de Inde-

Pela mesma lógica, deve-se entender os ataques e ameaças feitos pelos grupos de extrema-direita terroristas a clérigos e templos em todo país. Conforme as representações anticomunistas, a Igreja estava repleta de “vermelhos”. Por ocasião da bomba explodida no altar da Igreja de Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em dezembro de 1979³⁶⁸, o autointitulada Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) deixou panfleto dirigido ao bispo Dom Adriano Hipólito, tachando-o de marxista e fazendo-lhe ameaças de morte³⁶⁹.

Não seria coincidência, portanto, as intimidações feitas pelo MAC do Ceará à Igreja, com bombas nas praças e, agora, com um atentado direto a um templo. O lançamento dos molotovs e a pichação na lateral da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré evidenciavam como a extrema-direita incomodava-se com os posicionamentos católicos, concebidos como comunistas. Assim, para

pendência/CE), Miguel Frederico Daudt (Novas Russas, Poranga e Tamboril/CE) e Eliésio dos Santos (Novas Russas, Poranga e Tamboril/CE), do Frei Geraldo Oliveira Lima (vigário de Ipueiras/CE), das irmãs Raimunda Cleide Fontes, Divani Sampaio Siebra, Marlise Furi-ni, Ana Terrasol e do advogado Edvaldo Alves de Oliveira. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações, de nº 176/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Infiltração comunista nos diversos setores da atividade”, de 30 de outubro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000654_d0001de0001. Acesso a 13/03/2021.

³⁶⁸ Ocorrido a 20 de dezembro de 1979. Tribuna da Imprensa, 22-23/12/1979; Jornal do Brasil, 21/12/1979.

³⁶⁹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 002/116/ARJ/80, Agência Rio de Janeiro, de 9 de janeiro de 1980, “Explosão de bomba na catedral de Nova Iguaçu - D. Adriano Mandarino Hipólito”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80002114_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

além de ser um ataque contra um religioso ou um grupo de sacerdotes estrangeiros, o que se estava atingindo era a instituição Igreja Católica. Por mais que os danos materiais tenham sido poucos e nenhuma pessoa fora atingida, simbolicamente, com os atentados, visava-se a amedrontar os clérigos e os fiéis, para pôr fim ao engajamento político, às preocupações sociais e às críticas à realidade brasileira que setores católicos teciam.

Buscamos, durante a pesquisa, falar com o padre Batista Poinelli, então com mais de 90 anos e aposentado, por meio de outro religioso da Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, o padre Gerisvan³⁷⁰. Em virtude da pandemia do coronavírus, os contatos foram pelo dispositivo de comunicação WhatsApp. Poinelli afirmou não se lembrar do ocorrido, algo normal, tendo-se em conta sua idade e o fato de já terem transcorrido mais de 40 anos do ataque do MAC. Por meio ainda de Padre Gerisvan, conseguimos uma breve fala de uma funcionária da Paróquia, à época dos acontecimentos. Segundo a senhora Dalila Soares (pseudônimo):

Eu não tenho muitas lembranças, mas sei que, mais ou menos, nessa época um grupo de vândalos passava pelas ruas dos bairros, à noite, e realizavam uma série de ataques nas igrejas, bancas de revista, comércio e as queimava. Foi assim que numa madrugada esses vândalos chegaram à igreja de Nazaré e queimaram a porta do lado nascente. Felizmente, o incêndio não foi de grandes proporções, pois alguém viu e conseguiu apagar o fogo. Depois a PF iniciou uma investigação e, na época, o padre Felipe foi chamado a depor, pois estava à frente

³⁷⁰ Padre Gerisvan, da Paróquia do Montese, Fortaleza-Ce, entrevistado pelo dispositivo de comunicação WhatsApp a 13/04/2020.

da paróquia, mas tendo em vista que o incêndio não causara danos muito sérios, foi dispensado. Depois se comentou que se tratava de adeptos de partidos políticos que tinham o intuito de prejudicar os adversários, mas isso não foram fatos e, sim, boatos que não foram avante. Isso é o que recordo do acontecido.³⁷¹

Por ter acompanhado mais de perto ao ataque à Igreja do Montese e exercer uma função de destaque na paróquia em 1980, a fala de dona Dalila Soares permite algumas ponderações para buscar entender o que se passou e as memórias construídas sobre o episódio. Primeiramente, nota-se que as ações realizadas pelo MAC foram percebidas como vandalismo, independentemente de seu conteúdo político. Ou seja, aquele tipo de ação não atraía muitas simpatias para a causa da extrema-direita, não obstante os alarmes realizados sobre o perigo comunista. Para dona Dalila, eram vândalos, que passavam à noite, destruindo e queimando bancas, comércios, igrejas, etc. Sem um motivo aparente, por mero acaso, então, em uma madrugada, os “baderneiros” atacaram à Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, queimando uma das portas. Dona Dalila detalha até a localização da porta – a do nascente. Silencia, porém, quanto à pichação e o conteúdo anticomunista desta, por esquecimento ou por não ser interessante abordar tal aspecto, tendo-se em conta que os padres da paróquia não integravam, em 1980, o que era chamado clero progressista e/ou porque, em nossa época, exista uma ofensiva anticomunista por parte de grupos conservadores.

³⁷¹ Dalila Soares, com mensagem reproduzida pelo Padre Gerisvan, da Paróquia do Montese, Fortaleza-CE, via dispositivo de comunicação WhatsApp a 16/04/2020.

A ex-funcionária, possivelmente pelas mesmas razões ou porque não fosse uma pessoa das mais atentas ou preocupada com as disputas político-partidárias, também não abordou os embates que ocorriam no processo de abertura política da ditadura e a perseguição do governo a religiosos de origem estrangeira, a exemplo de Padre Batista, ainda que este apresentasse posições moderadas. Diz ainda que o caso não foi adiante porque os “danos foram poucos”, embora, implicitamente, deixe claro na fala o descaso nas investigações quanto aos atentados terroristas feitos pela extrema-direita, visto que o Padre Felice, também italiano e encarregado oficialmente da paróquia, sequer foi ouvido pela Polícia. Ante a onda terrorista que sacudia o País naquele momento, é deveras estranho que as autoridades não tenham investigado ou colhido o depoimento da pessoa à frente de um dos alvos dos atentados, mesmo que tenham se observado danos irrisórios³⁷². Por fim, dona Dalila Soares dá a entender que houve, entre as pessoas, a percepção do elemento político como motivador dos ataques, “disputas entre partidos para prejudicar outros”, mas, como não se verificou a devida apuração do caso, tudo ficou na esfera da especulação, dos “boatos”, sem comprovação de nada.

Não foi possível encontrar nenhum documento dos órgãos de informação tratando diretamente do ataque à Igreja do Montese – apenas com a queda do MAC em

³⁷² No relatório do Inquérito da PF sobre as ações do MAC, é dito que a polícia teria ouvido diversas testemunhas, contrariando, pois, a informação de nossos entrevistados. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

novembro que o ataque passou a ser citado nos textos da PF e SNI, mesmo assim, sem aprofundamentos.

3.3 Terrorismo na universidade

Ainda em setembro de 1980, o MAC voltou a agir em Fortaleza. Na noite do dia 30, os extremistas jogaram uma bomba no Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), no centro de Fortaleza. Na ocasião, se encontravam alguns estudantes que ultimavam os preparativos para eleições discentes do dia seguinte. A intenção dos extremistas era de que a bomba estourasse no interior do prédio. Se tivesse acontecido, muito possivelmente o ataque, pelo potencial do petardo, teria provocado vítimas. O objetivo não foi alcançado a contento³⁷³. Lançado em direção a uma sala, a bomba acabou explodindo antes, em pleno ar, danificando apenas uma porta³⁷⁴ e dois veículos, estacionados nas imediações.

Como nos ataques anteriores, havia motivações políticas para os extremistas realizarem o atentado. Entre os setores que se destacavam na oposição à ditadura estava o discente. Como diz Angélica Müller (2016, p. 129 e seguintes), o movimento estudantil ganhara densidade no Brasil a partir de 1977, embora nunca tenha deixado de atuar, mesmo na fase de maior repres-

³⁷³ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

³⁷⁴ O Povo, 1º/10/1980.

são da ditadura. Inseridos em reivindicações por pautas próprias e nos debates nacionais, os estudantes, em suas várias tendências, passaram a realizar, nos anos seguintes, diversos encontros e a reorganizar seus órgãos de representação, como os Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Centrais Estudantis (DCE's), bem como reconstruir as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e, destacadamente, a UNE (União Nacional dos Estudantes), refundada oficialmente em um congresso realizado em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979 (MÜLLER, 2016, p. 167; SALDANHA, 2005, p. 65 a 68).

Para a ditadura e grupos conservadores aquela agitação estudantil toda não passava de subversão. Conforme suas representações anticomunistas, o inimigo marxista estava infiltrado no meio estudantil, orientando e incitando os estudantes a realizarem atos públicos contra o regime (MÜLLER, 2016, p. 133). Não surpreende, portanto, afora a repressão realizada pela ditadura, os ataques terroristas da extrema-direita no final dos anos 70 e começo dos 1980 às entidades estudantis, universidades e mesmo escolas secundaristas – muitas vezes não tão pesquisados, os secundaristas igualmente se reorganizaram, fundando suas entidades e se posicionando contra o governo dos militares em prol da democratização do Brasil (SAMPAIO FILHO, 2020).

Em outros termos, as movimentações estudantis do final dos anos 1970 e começo dos 80 mesclaram-se também com a própria causa democrática, que envolvia outros setores da sociedade, trazendo em seu conjunto a crítica à ditadura e a defesa da Anistia, liberdade para os presos políticos e democratização do Brasil. A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi um dos locais de intensa articulação dos estudantes igualmente no período.

Em 1968, com o AI-5, a UFC havia fechado os órgãos de representação dos estudantes, só permitindo a reabertura após a revogação do referido Ato Institucional, já em 1979 (PORTUGAL, 2008, p. 39). Ressalte-se, porém, que mesmo nos anos mais duros da repressão, os estudantes não deixaram de se manifestar, em busca de defender seus interesses, usando a representação em colegiados e comissões oficiais da instituição, agindo “clandestinamente” por meio de panfletagens, pichações, “comícios-relâmpago”, etc. ou, até mesmo, se utilizando das atividades artísticas e das associações esportivas da universidade (PORTUGAL, 2008). Em 1979, ocorreram as eleições para o reorganizado DCE, em um pleito vencido pela chapa Pé no Chão, capitaneada por Luís Carlos Paes de Castro, estudante do curso de engenharia mecânica e de laços com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)³⁷⁵.

As entidades de representação estudantil da UFC se envolveram diretamente na mobilização da sociedade pela democratização do País. Para Inácio de Carvalho, militante estudantil no período

ODCE da UFC se destacava no apoio aos movimentos sociais da época. A sede do DCE recebia, comumente, reuniões de movimentos mais amplos, da sociedade – movimento contra a carestia, sindicalistas, movimento de bairros e favelas, luta pela anistia, etc.

³⁷⁵ As eleições de 1979 do DCE da UFC foram alvo de um relatório do SNI de Fortaleza, na qual se aponta ligações da chapa vencedora com o PCdoB e com a deputada estadual Maria Luiza Fontenele. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 187/740/AFZ/80, Agência Fortaleza, “DCE/UFC – Chapa Pé no Chão”, de 19 de novembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000669_d0001de0001. Acesso 13/03/2021.

O DCE participou e organizou várias manifestações no último governo da ditadura. O DCE era um órgão muito respeitado, tinha representatividade, um dos mais importantes, mesmo tendo apenas um ano de reorganização. (...) Havia uma grande efervescência na sociedade e o DCE tinha seu quinhão de importância. Daí a repercussão do atentado para o conjunto da sociedade e a relevância do movimento estudantil e da juventude naquele contexto. A juventude teve um papel no enfrentamento da ditadura e nos estertores desta³⁷⁶.

Nessa perspectiva, o atentado ao DCE/UFC foi um ataque também aos movimentos sociais que, naquele momento, se faziam presentes nas críticas à ditadura, defesa de mudanças sociais e em favor da democratização do País. Conforme Clodoveu Arruda,

O movimento estudantil era, à época, uma força muito rigorosa. Basta ver a presença do movimento estudantil na imprensa da época. Era enorme a sua influência e capilaridade social. Muitas reuniões de outros movimentos sociais ocorriam na sede do DCE. A bomba é contra essas movimentações todas, das forças políticas democráticas de esquerda, em suas lutas. Quando você joga uma bomba no DCE, está se mandando uma mensagem, para tentar desestabilizar o que estávamos fazendo³⁷⁷.

Por ocasião da segunda eleição para o DCE da UFC, pós-reorganização, houve o ataque do MAC. O pleito,

³⁷⁶ Inácio Carvalho, jornalista e publicitário, militante estudantil nos anos 1980, entrevistado pelo dispositivo WhatsApp a 12/02/2021.

³⁷⁷ Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

marcado para 1º de outubro de 1980, ensejou intensos debates políticos dentro da universidade, em virtude da campanha feita pelas diversas chapas disputantes, chamando atenção para além dos muros da instituição, tanto que a imprensa chegou a fazer matérias sobre os concorrentes³⁷⁸. Disputaram as eleições as chapas Avançando (ligada aos prestistas/PCB), Liberdade e Luta (LIBELU, trotskista), Alternativa (PT/MR-8) e Passo Firme, de vínculos com o PCdoB, apoiada pela gestão do DCE à época e cujo candidato a presidente era o estudante de direito José Clodoveu Arruda (Veveu)³⁷⁹.

Há de notar que existiam também grupos estudantis conservadores na UFC, como em quaisquer outros espaços com a presença da juventude. A historiografia, como trataremos melhor adiante, questiona a concepção de um jovem naturalmente revolucionário e de esquerda. Como lembra Gustavo Esteves Lopes, havia no meio estudantil e acadêmico simpatizantes da extrema-direita e do conservadorismo – basta lembrar, por exemplo, que após o golpe de 64, vários órgãos representativos estudantis da então Universidade do Ceará tiveram suas diretorias trocadas por “estudantes democratas”, como os golpistas intitularam os estudantes apoiadores da nova ordem política (RAMALHO, 2002; ALVES, 2020).

Não surpreende, portanto, que no processo da distensão/abertura, nem todos os setores discentes apoiassem as movimentações das lideranças estudantis, tidas como “comunistas”. Segundo a historiadora Niejda Portugal (2008, p. 114), na Faculdade de Direito, havia

³⁷⁸ Tribuna do Ceará, 22/09/1980, 1º/10/1980.

³⁷⁹ Tribuna do Ceará, 1º/10/1980. Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

um grupo de estudantes conservadores liderados por Ciro Gomes, filho do prefeito de Sobral (anos depois, governador do Ceará e presidenciável), figura de prestígio na instituição e que tinha papel ativo nas eleições para o Centro Acadêmico do curso.

Sendo boa parte dos integrantes do MAC alunos da UFC, é muito provável que observassem – e condenassem – a “baderna comunista” que acontecia nos corredores, salas, auditórios e pátios do local onde estudavam. Daí, não por acaso, a ideia e a realização de um ataque ao DCE da UFC. Após a prisão dos extremistas, a Polícia Federal chegou a apreender na casa de um deles, Matias Machado, um cartaz de propaganda eleitoral das eleições estudantis da UFC, sinal que o assunto lhe despertava alguma atenção³⁸⁰. Segundo Veveu Arruda e Inácio Carvalho³⁸¹, os integrantes do MAC de vínculos com a UFC não faziam parte das organizações estudantis da instituição e muito menos eram vistos participando das mobilizações, reuniões, assembleias, atos públicos e eleições organizados pelos CA’s e DCE. Ou seja, não eram pessoas conhecidas por um ativismo no meio estudantil, o que pode ser entendido como uma aversão à liderança de esquerda.

O ataque ao órgão de representação estudantil da UFC apresentou melhores preparativos que as ações anteriores do MAC. Uma evidência de que os extremistas estavam se

³⁸⁰ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁸¹ Inácio Carvalho, jornalista e publicitário, militante estudantil nos anos 1980, entrevistado pelo dispositivo WhatsApp a 12/02/2021. Clodo-veu Arruda (Vevu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

organizando melhor e radicalizando as ações. O explosivo fora montado com pólvora num cilindro de metal, com pavio de bomba junina – seu impacto, segundo o delegado da Polícia Federal, Antônio Carlos Monteiro, responsável pelo inquérito, seria capaz de ferir e mesmo matar alguém³⁸². Conforme relatório de informação do SNI³⁸³, três integrantes do MAC, Freitas Dalton, Cleiton Huno e Vladimir Trotsky, armaram a bomba em um motel, o D'Ns, situado na Praia do Futuro, no início da noite de 30 de setembro. Dirigiram-se, a seguir, para suas casas e voltaram a se encontrar, por volta de 21h30, na Casa D'Itália, conhecida pizzaria da cidade, situada na Avenida 13 de Maio, agora sem Cleiton Huno (teria “caído no sono” em sua residência), mas com a presença de Gina Olímpio, trazida pelo namorado, Freitas Dalton. Dali, todos se dirigiram a “vários locais de diversão de Fortaleza”, no carro de Freitas Dalton, conforme relatou Gina Olímpio em seu depoimento à Polícia Federal³⁸⁴. Perto da meia-noite, os três chegaram à sede do DCE, na confluência das ruas General Sampaio e Clarindo de Queiroz, no centro da capital cearense, perto da Praça Clóvis Beviláqua e da Faculdade de Direito da UFC.

³⁸² Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

³⁸³ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

³⁸⁴ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

A intenção dos extremistas, por insistência de Freitas Dalton e Vladimir Trotsky, era que a bomba estourasse no interior de uma sala, na qual a comissão eleitoral estudantil estava tratando dos últimos detalhes e encaminhamentos para o pleito do dia seguinte. Se tivesse acontecido, muito possivelmente o ataque, pelo potencial do petardo, teria provocado vítimas³⁸⁵. Após descer de um dos carros, Trotsky dirigiu-se rapidamente ao estacionamento e acendeu o pavio da bomba, jogando-a em direção a uma das salas do prédio. O petardo, porém, acabou explodindo antes, em pleno ar, danificando apenas uma porta³⁸⁶ e dois veículos (um Fiat e um Corcel) estacionados nas imediações e pertencentes a membros da comissão eleitoral³⁸⁷. O fato de a bomba não ter caído dentro da sala teria provocado um rápido desentendimento entre Dalton e Vladimir³⁸⁸. Após jogar a bomba, os extremistas deixaram o local, com o carro em alta velocidade. Na entrevista dada à imprensa, em dezembro de 1980, após a prisão, Vladimir confirmou que a intenção era, de fato, jogar o molotov na sala onde estavam os estudantes, mas o plano não deu certo “por erro de cálculo”³⁸⁹. Em outros termos, não foi um petardo jogado apenas para danificar o prédio e/ou intimidar o DCE, a UFC

³⁸⁵ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

³⁸⁶ O Povo, 1º/10/1980.

³⁸⁷ O Fiat pertencia a Valéria Maria Mamede Cavalcante e o Corcel a Maria Lilian Coelho de Oliveira.

³⁸⁸ O Povo, 04/12/1980.

³⁸⁹ Tribuna da Imprensa, 04/12/1980. Relatório de Diligência do Serviço Estadual de Informação (SEI), n 8-S/5, de 2 de outubro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 06 (17, 18 e 19).

e os “comunistas”, mas uma ação que visava ferir, talvez matar, pessoas. Nesse sentido, o MAC mostrava seu extremo anticomunismo – calar e ferir/eliminar o que entendia serem inimigos.

Clodoveu Arruda contou-nos detalhes do que presenciou e denunciou que teria havido uma segunda bomba, de menor potencial.

Na noite, vésperas da eleição, nós estávamos fazendo os últimos movimentos de campanha. Nesta hora, eu estava na Faculdade de Direito, pregando lá uns cartazes, eu e outros colegas (...). E alguns dos nossos estava na Comissão Eleitoral, reunida na sede do DCE, que fica ali perto da faculdade de Direito. Me recordo vivamente que ouvi a explosão... e achei estranho aquilo. E dava para perceber que era na direção do DCE, mas não havia como ter certeza. Então, nós saímos da faculdade de Direito, para ver o que tinha acontecido e fomos para a sede do DCE. Vimos que havia tido uma explosão lá. Uma bomba tinha sido soltada no estacionamento e uma outra bomba havia sido jogada no subsolo. A sede do DCE era uma casa antiga, tinha um porão, onde guardávamos material e havia uma pequena abertura, para a rua, para respiração no ambiente – foi por aí que eles jogaram a [segunda] bomba. (...) Aquilo chamou muito a atenção, logo começa a chegar gente, inclusive, lideranças do movimento popular. (...) Foi muita sorte não ter ninguém se ferido ou morrido gente. O poder de destruição da bomba era elevado³⁹⁰.

O atentado do MAC, desta vez, repercutiu. Na imprensa, os jornais deram destaque, inclusive, com fotos da pri-

³⁹⁰ Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

meira página, como fez a Tribuna do Ceará³⁹¹. O Povo deu uma nota na sua capa – o atentado ocorreu quando os jornais já tinham quase fechado a edição do dia seguinte³⁹². O Povo voltou ao tema a 2 de outubro, falando da eleição do DCE e das manifestações ocorridas contra o ataque³⁹³. O Correio do Ceará, no dia 2 também, trouxe matéria. O ataque ao DCE da UFC foi noticiado até em jornais do centro-sul³⁹⁴. O atentado foi repudiado na Assembleia Legislativa do Ceará, tanto por deputados da oposição – com destaque, pela deputada Mariza Luiza Fontenelle (PMDB) –, como por situacionistas, a exemplo do líder da bancada situacionista, deputado Antônio dos Santos (PDS), que, porém, fez questão de destacar como o governo estava empenhado em coibir ação dos terroristas³⁹⁵. A repercussão era justificável, afinal, tratava-se da principal instituição de ensino superior do estado, frequentada, em boa parte, pelos filhos dos setores médios e abastados da sociedade cearense, sem falar que era mais um atentado que acontecia em Fortaleza e não havia mais como ignorar o fato de que extremistas de direita estavam agindo e praticando terrorismo na cidade³⁹⁶.

Ainda na madrugada, já dia 1º de outubro, as lideranças estudantis se reuniram de forma emergencial, para debater sobre o sucedido. Foi firmado, então, uma espécie de pacto, para manter o pleito e denunciar o ato terrorista, que, de imediato, foi associado às direitas, como tantos outros que vinham ocorrendo no País

³⁹¹ Tribuna do Ceará, 1º/10/1980.

³⁹² O Povo, 1º/10/1980.

³⁹³ O Povo, 02/10/1980.

³⁹⁴ Tribuna da Imprensa, 02/10/1980.

³⁹⁵ Correio do Ceará, 02/10/1980.

³⁹⁶ O Povo, 1º/10/1980; Tribuna do Ceará, 1º/10/1980.

nos últimos meses³⁹⁷. Pela manhã, logo cedo, o DCE da UFC lançou nota repudiando o ataque e ratificando a realização da eleição. A nota denunciava que ações intimidatórias já vinham acontecendo, com o MAC tendo feito várias ameaças ao Diretório Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais. A nota do DCE conclamava os estudantes a comparecerem em massa à votação e informava a realização de um ato contra o terrorismo na Faculdade de Direito, na noite daquele 1º de outubro – em uma ironia, no curso onde estudava a única integrante do MAC envolvida nos atentados. A nota se encerrava com o DCE solicitando segurança às autoridades constituídas para a realização do pleito estudantil e a identificação e punição dos culpados³⁹⁸.

Até como maneira dos estudantes e suas lideranças firmarem posição ante os extremistas e mostrarem força, as eleições do DCE realizaram-se, obviamente, sob certa tensão e temores de que o comparecimento às urnas fosse pequeno, pois os discentes poderiam temer novos ataques³⁹⁹. Não aconteceram maiores incidentes, entretanto, e verificou-se uma participação expressiva da comunidade estudantil. Nessa perspectiva, a eleição virou um ato em favor da abertura/democratização do País, de apoio às lideranças de esquerda do movimento estudantil e de protesto contra o atentado e o terrorismo

³⁹⁷ Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

³⁹⁸ Relatório de Diligência do Serviço Estadual de Informação (SEI), nº 8-S/5, de 1º de outubro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação BR: CEAPEC SEI REL D 06 (19).

³⁹⁹ Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020. Inácio Carvalho, jornalista e publicitário, militante estudantil nos anos 1980, entrevistado pelo dispositivo WhatsApp a 12/02/2021.

da extrema-direita. A chapa Passo Firme saiu-se vencedora, havendo uma participação de cerca de 59% dos 12 mil alunos da UFC aos 33 locais de votação⁴⁰⁰, um percentual considerável em termos de eleições estudantis.

Dias depois do ataque, Veveu Arruda, entre outros estudantes, foi intimado a comparecer à sede da Polícia Federal, que assumira a investigação. Como em vários dos outros atentados terroristas acontecidos no Brasil à época, a PF do Ceará buscou passar a responsabilidade para os estudantes e as esquerdas.

Eu passei mais tempo na sala de espera para prestar depoimento do que propriamente sendo ouvido. Do que me recordo, as perguntas que eles [da PF] faziam eram sobre quem eram os integrantes de minha chapa (...) e atribuindo a nós a responsabilidade pelo aquilo que tinha acontecido. Evidentemente, negamos, pois queríamos era que o atentado fosse investigado para que se encontrassem os culpados⁴⁰¹.

O ato terrorista do MAC acabou surtindo efeito contrário, pois, em vez de se intimidarem, os jovens foram às urnas, tal a legitimidade com a qual viam os órgãos de representação estudantil e as mobilizações estudantis na oposição à ditadura. Seria, como trataremos melhor no capítulo 4, um sinal da falta de inserção do discurso

⁴⁰⁰ Passo Firme obteve 2958 votos, Avançando, 2477 votos, Alternativa 991 e Liberdade e Luta (Libelu), 196 votos, com 400 nulos e 74 brancos. No total, foram registrados 7096 votos dos 12 mil alunos da UFC. Duas urnas foram impugnadas, na Farmácia, com 87 votos, e no Básico do CESA (243 votos). Tribuna do Ceará, 04/10/1980.

⁴⁰¹ Clodoveu Arruda (Vevu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

anticomunista e uma evidência do consenso, cada vez maior, que se formava em amplos setores da sociedade em prol da democracia naquele momento.

3.4 Atentado à Praça do Ferreira

Após o ataque ao DCE/UFC, os extremistas realizaram um ato de impacto ainda maior: jogaram uma bomba em uma das principais praças de Fortaleza, a do Ferreira, no dia 5 de novembro de 1980. Martha Huggins (2006, p. 327) fala que, à medida que vão praticando atos de violência, os indivíduos passam a normalizar as condutas, apresentando, pois, uma elevada probabilidade de caírem em reincidência. Ou seja, sem serem reprimidos pelas autoridades, com a sensação de poder e euforia propiciada pela clandestinidade, empolgados com a repercussão dos atentados na imprensa e na sociedade, com a normalização dos atos violentos que tinham já praticado e, talvez, influenciados por novos atos de outros grupos radicais Brasil afora, os integrantes do MAC começaram a realizar ações cada vez mais extremadas e arriscadas.

A Praça do Ferreira não era um logradouro qualquer, e o atentado apresentou toda uma simbologia. Aquele espaço era um tradicional ponto de manifestações populares e atos políticos da cidade – comumente ali aconteciam concentrações, comícios ou se iniciavam ou se encerravam passeatas. Na ditadura civil-militar, com a gestão do prefeito José Walter Cavalcante (1967-71), a praça sofreu uma drástica reforma, que desagradou parte da população: recebeu vários blocos de concreto, alguns servindo como canteiros, que impediam uma vi-

são geral do logradouro e dificultavam maiores aglomerações, algo compatível com autoritarismo do regime, averso a pressões e mobilizações públicas (SILVA, 2006, p. 194)⁴⁰². Não obstante, os limites arquitetônicos não impediram que a praça voltasse a ser palco de manifestações políticas quando da distensão/abertura. A 18 de abril de 1979, por exemplo, ocorrera no logradouro um ato em defesa da anistia, organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e duramente reprimido pela polícia (SOUZA, 2012, p. 64).

Afora o aspecto de ser um tradicional local de manifestações políticas, existiam outros elementos a serem observados no porquê de as esquerdas realizarem seus atos ali. Sem maiores espaços na grande imprensa, os opositores viam como politicamente estratégica a localização central do logradouro. Mesmo o bairro do Centro vivendo um processo de “abandono” pelos grupos abastados e gestores públicos, era expressiva a quantidade de pessoas que transitavam pela Praça do Ferreira, durante todo o dia, gente vinda dos mais diversos bairros de Fortaleza, por motivos de trabalho, estudo, compras, estudo, lazer, etc. A distribuição de panfletos, as falas públicas, as aglomerações, a conversa individual e até as pichações podiam chamar a atenção dos transeuntes, levando-os a refletir sobre o que viam ou ouviam e, talvez, levar aquelas mensagens ou os panfletos e jornais questionadores para a periferia ou difundir entre amigos, vizinhos e parentes. A praça do Ferreira era um misto de “estufa” e “caixa de ressonância” da oposição à ditadura.

⁴⁰² Os blocos seriam retirados na reforma do logradouro ocorrida durante a gestão do prefeito Juraci Magalhães, no pós-ditadura, como uma forma de entregar a praça de volta aos cidadãos e às grandes manifestações políticas (CEARÁ, 1994).

Essa questão dos logradouros, como espaços apropriados por grupos de esquerda, incomodava tanto aos extremistas que uma das motivações para o MAC jogar uma bomba de dinamite naquele 5 de novembro foi a de celebrar a vitória de Ronald Reagan, do Partido Republicano, para a presidência dos Estados Unidos⁴⁰³. Seria uma forma de exaltar o triunfo de um ferrenho anticomunista para o comando da grande potência ocidental e tripudiar dos “vermelhos” em um espaço em que geralmente se manifestavam.

O atentado à Praça do Ferreira, ocorrido a 5 de novembro de 1980, deu-se em torno de 18h30⁴⁰⁴, um horário incomum, quando comparado a outros da onda terrorista da extrema-direita que varria o Brasil (geralmente aconteciam às altas horas da noite). Aquele era um momento de intensa movimentação de pedestres e automóveis na porção central da capital cearense. O atentado do MAC, no fim do chamado horário comercial, com um logradouro movimentado, denota como o grupo cearense radicalizara sua conduta, elevando bastante e aceitando em muito os riscos de pessoas serem atingidas.

⁴⁰³ Testemunho de Gina sobre Freitas Dalton. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. Os jornais do dia anterior ao ataque à Praça do Ferreira estamparam, em suas manchetes a vitória de Ronald Regan, como fez a Tribuna do Ceará, de 5 de novembro de 1980.

⁴⁰⁴ Os jornais O Povo e Tribuna do Ceará, de 6 de novembro de 1980, afirmam que o ataque deu-se em torno de 19h30. O Inquérito da PF afirma que o atentado se deu por volta de 18h30. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

Não obstante o risco de identificação, pelo horário em que agiram, alguns fatores favoreceram o atentado e garantiram o anonimado dos integrantes do MAC. A má luminosidade da Praça do Ferreira⁴⁰⁵, somada à grande quantidade de pessoas presentes ou transitando por ali e, talvez, o acobertamento possibilitado pelos blocos de concretos existentes no logradouro, facilitaram a ação. A confusão que se seguiu, com muita gritaria e correria em virtude do barulho e a visibilidade prejudicada, em virtude de uma nuvem de poeira levantada com a explosão, facilitou a evasão dos terroristas⁴⁰⁶.

A explosão na praça se deu pelo lado paralelo à Rua Floriano Peixoto, nas imediações do número 625. A dinamite, contida numa caixa de papelão, fora posta por Lucas Calvino em uma lata de lixo, situada em um dos canteiros da praça e próxima à banca de revistas O Sampaio e ao Armazém Esplanada. O pavio foi, a seguir, discretamente acendido com um isqueiro, por Juliano Bento. Os outros extremistas, envolvidos no atentado, Gina Olímpio e Freitas Dalton, permaneceram distantes, misturados aos clientes da Tok Discos, uma tradicional loja situada no entorno da Praça. Em meio ao alvoroço provocado pela detonação, os quatro extremistas regressaram ao carro que os conduzia, pertencente a Freitas Dalton, e deixaram a praça sem maiores problemas. Na mesma noite, voltariam a se reunir, na pizzaria Casa D'Itália⁴⁰⁷.

⁴⁰⁵ O Povo, 06/08/1981.

⁴⁰⁶ O Povo, 06/11/1981, 07/11/1981.

⁴⁰⁷ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, "Movimento Anticomunista - MAC", de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Fe-

Com o estouro do petardo, foram danificados o letreiro de acrílico da fachada do Armazém Esplanada, loja de roupas e tecidos, e estilhaçados os vidros de um corcel de cor amarela, distante cinco metros do local da explosão e estacionado defronte àquela loja. O proprietário do veículo, o bancário Aluísio Salgado, apareceu cerca de meia hora depois da explosão e ficou perplexo com os danos. A explosão, o barulho e a nuvem de poeira e de lixo levantados com o deslocamento do ar provocaram correria e gritaria na praça, com as pessoas em pânico. Tão forte o estampido que foi possível ouvi-lo, com nitidez, da Praça José de Alencar, distante 700 metros, conforme contaram em relatório do SEI agentes que ali se encontravam⁴⁰⁸.

Passado o susto inicial, uma multidão se formou, buscando saber detalhes do sucedido. Chamados, agentes da Polícia Federal e da DOPS apareceram cerca de trinta minutos depois e isolaram a área. Seriam arroladas algumas pessoas para depoimentos, prestados nos dias seguintes e que pouco contribuiriam para a elucidação do ataque, conforme se observa na documentação⁴⁰⁹. Os peritos de nome Damasceno e Eliezer recolheram fragmentos da bomba, para exames posteriores.

deral da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴⁰⁸ Informe do Serviço Estadual de Informação (SEI), nº 122 – S/5/AC/SEI, de 6 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI INFM 05 (36).

⁴⁰⁹ Termos de declaração de João Batista Moreira e de Francisco Antônio Santos da Silva, prestados à Delegacia de Ordem Política e Social, a de 5 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC DCE TD 03. Tribuna da Imprensa, 07/11/1980.

Denotando a gravidade do que acontecera, o próprio secretário de segurança Pública do Ceará, general Assis Bezerra, compareceu à Praça⁴¹⁰.

Pessoas que se encontravam no logradouro no momento da explosão relataram à imprensa o que presenciaram:

O estudante Francisco Antônio dos Santos (...) disse ao O Povo que passava pela Praça do Ferreira quando a explosão aconteceu a dez metros do local onde se encontrava. “Eu estava por trás de uma das jardineiras. Ouvi o estrondo e, ao levantar a vista, vi a nuvem de fumaça e quando me aproximei, observei que o lixo estava espalhado”, afirmou. Já o comerciante João Batista Moreira (...) declarou que estava numa casa de jogos eletrônicos quando foi atraído pelo barulho e, quando chegou ao local, várias pessoas se faziam presentes, observando os estragos provocados pela explosão”⁴¹¹.

(...) Gilson Almeida, que tem uma banca de revistas no outro lado da praça, no oposto onde houve a explosão, informou que o barulho lhe fez pensar que era o fim do mundo⁴¹².

Acreditamos que a escolha da Praça do Ferreira para alvo do ataque pode ter laços com elementos de caráter moralizante, tão caros às direitas. Dois aspectos fundamentam essa possibilidade. O fato de a dinamite estourar perto de uma banca – a O Sampaio, distante cerca de 15 metros – pode ser entendido não só como uma intimidação à venda de periódicos da imprensa alternativa

⁴¹⁰ O Povo, 06/11/1980; Tribuna do Ceará, 06/11/1980; Correio do Ceará, 06/11/1980.

⁴¹¹ O Povo, 06/11/1980.

⁴¹² Tribuna do Ceará, 06/11/1980.

– o jornal *Tribuna do Ceará* levanta essa possibilidade⁴¹³ –, mas também, à comercialização de publicações “indecentes ou imorais”, revistas eróticas, alvos da fúria dos extremistas também.

Além disso, há de observar que a Praça do Ferreira, com o cair da noite, passava a ser ocupada por outros atores sociais, como aliás, acontecia em muitas áreas da porção central fortalezense. A imprensa comumente publicava matérias sobre o “abandono” e “decadência” do centro da cidade (SILVA, 2006, p. 86). O jornal *Tribuna do Ceará*, datado de uma semana após o ataque do MAC, trouxe matéria sobre problemas da praça, focando a atenção no consumo de tóxicos e na prostituição, fosse de mulheres ou de homossexuais, chamados de “anormais” – muitos deles, jovens.

Depois de 20 horas, a Praça do Ferreira se transforma, “e lembre muito Sodoma e Gomorra”, segundo Murilo Evangelista, que quando sai do trabalho aproveita para passar na Praça e ficar sabendo das últimas sobre o seu Ferroviário [clube de futebol local]. “Aqui tem de tudo quando anoitece. Você pode assistir romance de homem com homem, homem com mulher e até mulher com mulher, na maior falta de respeito do mundo”, acrescentou. Policiamento não existe na praça depois das 20 horas. Quando o plantão policial é da Delegacia de Costumes e Repressão aos Entorpecentes, os agentes realizam “blitz” com o objetivo de prender viciados e traficantes de tóxicos que normalmente habitam o logradouro depois das seis da noite. (...) Também é à noite que os homossexuais vão em busca dos “cowboys”, que passam o dia a procu-

⁴¹³ *Tribuna do Ceará*, 06/11/1980. A banca O Sampaio vendia periódicos da imprensa alternativa, conforme informa a matéria do jornal.

ra de programas. A grande maioria dos jovens são menores de idade e se submetem aos encontros anormais para conseguir dinheiro para comprar maconha ou outras substâncias tóxicas. O “comércio de sexo” é intenso no logradouro. É comum a presença de jovens, variando entre 14 e 16 anos fazendo “trottoir”. As abordagens são rápidas (...) já tendo acontecido, com registro policial, inclusive, casos de espancamentos nos finais dos programas. (...) A “maresia”, como eles chamam o odor proveniente da queima do cigarro de maconha, é uma constante na praça⁴¹⁴.

No mesmo dia que Tribuna do Ceará trazia a matéria citada acima, o jornal Correio do Ceará⁴¹⁵ noticiava uma versão, ao que parece, difundida na cidade, segundo a qual não acontecera um atentado terrorista, mas, sim, uma ação para “espantar” da Praça do Ferreira as “bonecas”, termo jocoso muito usado nos anos 1980 para se referir a homossexuais. A versão, contada em tom de pilhéria, teria surgido entre populares já nos momentos posteriores à explosão. Segundo o periódico, um dos ouvidos pela polícia, Francisco Antônio dos Santos da Silva, abordou o tema em seu testemunho, afirmando que “vários homossexuais, as conhecidas ‘bonecas’ que fazem ‘ponto’ na Praça do Ferreira, fugiram assustadas com a explosão”⁴¹⁶. No dia seguinte, o Correio do Ceará voltou a tratar da questão, desta vez em seu editorial,

⁴¹⁴ Tribuna do Ceará, 07/11/1980.

⁴¹⁵ Correio do Ceará, 07/11/1980.

⁴¹⁶ Correio do Ceará, 07/11/1980. Na edição do dia anterior, o jornal, afirmando com a ditadura, tinha chamado o atentado de “misteriosa explosão”, sequer levantando a possibilidade de que houvera sido um atentado terrorista feito pela extrema-direita, como estava ocorrendo naquele momento pelo resto do País. Correio do Ceará, 06/11/1980.

adotando uma postura mais crítica e de condenação do atentado, embora preconceituosa contra os homossexuais, pois, “ainda que fosse para espantar bonecas”, o atentado era “algo sério e perigoso”, pois a explosão poderia ter tirado vidas, “e estas são preciosas, que sejam ‘bonecas’ ou não os atingidos”⁴¹⁷.

A versão, ao centrar no aspecto de que fora um ataque dirigido especificamente a homossexuais, traz óbvios elementos discriminatórios, afastando os componentes políticos do terrorismo da extrema-direita. Na contramão dos outros atentados que estavam ocorrendo no País e já tinham acontecido em Fortaleza, o ataque à Praça do Ferreira era como se fosse uma “anomalia”, uma exceção, pois se dera contra um determinado grupo social, dentre tantos frequentadores do logradouro, em virtude de sua orientação sexual. A crença de que os homossexuais eram uma afronta aos bons valores se fazia implícita, justificando o ataque. Ou seja, só houve atentado porque a Praça do Ferreira era local de encontro de homossexuais. Se eles não frequentassem o logradouro, não teria acontecido o ato de violência. Despreza-se, assim, como a extrema-direita estava atacando as instituições, pessoas e espaços vinculados à defesa da democratização no País todo.

Como se não bastasse, a versão sequer menciona que os terroristas estavam visando Brasil afora, naquele momento, também, a alvos que afrontassem os “bons valores da família”, a exemplo das bancas de jornais que negociavam revistas eróticas/pornográficas e dos cinemas que exibissem filmes de sexo. Em tal condição também era encaixada a homossexualidade, por gru-

⁴¹⁷ Correio do Ceará, 08/11/1980.

pos conservadores. Isto é, mesmo que fosse uma bomba para expulsar homossexuais da Praça do Ferreira, ainda assim era possível que se tratasse de uma ação política dos terroristas de extrema-direita. Em suma, alardear que a motivação do atentado à Praça do Ferreira acontecera devido aos homossexuais desconsiderava a violência política praticada no Brasil e no Ceará, há meses pela extrema-direita, e ressaltava elementos da “moral e dos costumes” tão caros à ditadura, a setores da sociedade e aos grupos terroristas. Não custa lembrar que a ditadura civil-militar realizou sistemática perseguição a homossexuais (QUINALHA, 2015).

O jornal O Povo do dia 7 de novembro informou que a Polícia Federal assumira a investigação do caso⁴¹⁸. Tal como ocorrera nos atentados às bancas de jornais e ao DCE/UFC, o caso da bomba na Praça do Ferreira não seria resolvido pela PF do Ceará e caiu no “esquecimento” da imprensa nos dias seguintes, não obstante terem ocorrido novas ameaças, como as feitas contra agências do INPS⁴¹⁹, em Fortaleza, e a prefeitura de Juazeiro de Norte⁴²⁰. Todos esses ataques e ameaças, porém, voltariam a ser foco das atenções dos jornais de Fortaleza e de muitas outras cidades do Brasil no início de dezembro, quando, com grande impacto, a PF apresentou sete integrantes do MAC, detidos, por acaso, a partir de uma blitz da Polícia Militar da Paraíba, em João Pessoa. Sobre a difusão do MAC para outros estados do Nordeste, a captura dos terroristas e seu julgamento pela Justiça Militar, trataremos no capítulo 4.

⁴¹⁸ O Povo, 07/11/1980.

⁴¹⁹ O Povo, 19/11/1980.

⁴²⁰ O Povo, 19/11/1980.

3.5 Juventude explosiva

Ao longo da pesquisa, tentamos conversar com os ex-integrantes do MAC cearense. Dos 9 envolvidos, segundo o inquérito da Polícia Federal, descobrimos o paradeiro de quatro, com os quais tentamos entrar em contato. Buscamos intermediações através de pessoas próximas. Nenhuma aceitou interceder. Compreensivelmente, sentiam-se desconfortáveis para tocar no assunto com os antigos extremistas. Sabiam, porém, ainda que de forma superficial, o que se dera, sinal de que o assunto era mais silenciado do que propriamente esquecido ou ignorado. Chegamos ainda a mandar e-mails para três dos envolvidos, explicando o sentido e os propósitos desta pesquisa. Não houve retorno algum. De um outro partícipe, Lucas Calvino, obtivemos o número do telefone celular e do dispositivo de comunicação WhatsApp. Calvino até respondeu a um primeiro contato, afirmando ser “interessante a iniciativa da pesquisa”. Horas depois, porém, disse que não falaria mais, pois “não sabia o que seria dito sobre eles” e bloqueou o contato⁴²¹.

Procuramos um dos advogados que havia atuado na defesa de dois dos acusados no processo instaurado na Justiça Militar. Após um contato inicial, até promissor, o causídico não deu mais retornos, deixando a entender que não desejava tocar no assunto. Tal postura talvez tenha se dado por razões de ética profissional, afinal, poderia se expor e detalhar a estratégia usada na defesa (algo muito valorizado por advogados) e, sobretudo,

⁴²¹ Contato feito por WhatsApp, a 23/11/2020.

porque se abordaria o passado de pessoas que hoje apresentam certa inserção nas esferas estatais, especialmente no meio jurídico e administração. Soubemos depois que um dos ex-membros do MAC, em uma entrevista, há alguns anos, para um jornalista local, ao ser perguntado sobre o assunto, ficou irritado, ameaçou-o de prisão e o intimou a se retirar do recinto imediatamente, deixando claro que “não queria mais saber desse assunto”⁴²². Fomos mais felizes ao tentar conversar com pessoas que tiveram alguma convivência com os implicados no final dos anos 1970 e começo dos 80: professores, colegas de escola e faculdade, vizinhos, parentes, etc. Dos cinco contactados, todos também sabiam do ocorrido e se dispuseram a passar algumas informações as quais, se não trouxeram grandes revelações, pelo menos, ajudaram a entender melhor o contexto da época e o que pensavam os ex-membros do MAC. Esses “confidentes”, porém, pediram anonimato ou o uso de pseudônimos – o que foi devidamente respeitado –, por não se sentirem bem falando sobre pessoas com as quais tiveram ou ainda têm amizade.

O não-dito, os silêncios e os esforços para o “esquecimento” também servem para pensar a história. As memórias, individuais ou coletivas, não custa lembrar, são produzidas no presente, sempre sendo seletivas, para atender questões pertinentes ao hoje (FRANÇOIS, 1988). Nesse processo, há enquadramentos, justificativas, silêncios e esquecimentos (POLLAK, 1989).

A oposição entre memória e esquecimento é falsa, pois o esquecimento é parte da memória. O esqueci-

⁴²² Tratou-se do jornalista Demitri Tulio, de O Povo. Informação obtida por troca de e-mail com o mesmo, na data de 12 de junho de 2022.

mento está repleto de memória. Esta é traz em si trabalho constante de busca de sentidos, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais. Assim, mais do que se esquecer, busca-se suprimir ou evitar memórias que podem aparecer sob formas perturbadoras (PORTELLI, 2016, p. 47). São lembranças vergonhosas, proibidas, impronunciáveis. São, como diz Alessandro Portelli (2016, p. 45), memórias perturbadoras. As pessoas buscam memórias reconfortantes, um recurso pelo qual o indivíduo, ao lidar sobre determinados aspectos do passado, tenta encontrar razões que os justifiquem à luz do presente.

Os indivíduos fazem construções memorialísticas do passado para se coadunar com suas identidades⁴²³ do presente e da sociedade em que estão inseridos. Ou seja, a memória não é apenas individual, ela é também coletiva. É compartilhada socialmente. O indivíduo lembra,

⁴²³ Entendemos identidade imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 204). Para Stuart Hall (1992), tem-se a noção de identidade como um processo, ou seja, uma elaboração social permanente e plural, alterado constantemente e só encerrado com a morte. O indivíduo é composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas. Assim, a identidade é móvel, construída e reconstruída em função dos sistemas culturais que rodeiam as pessoas. É definida historicamente, não biologicamente, de modo que não se pode pensar em uma identidade como uma essência unívoca, permanente e inalterável. As identidades são formadas sempre com relação ao outro e ao grupo. O indivíduo molda-se diante da diferença, em aproximações e distanciamentos. O cotidiano, assim, é o lugar onde se constrói e reconstrói a identidade.

mas inserido em um contexto social, cultural, político, familiar, etc., do presente. A memória é a presentificação do passado, estruturada pelo indivíduo em sociedade (FRANÇOIS, 1998).

Para os ex-integrantes, abordar as ações do MAC é trazer à baila lembranças pessoais de um passado traumatizante ou constrangedor, que não lhes interessa comentar, pela vergonha, dor, traumas, angústia e sentimento de culpa que provocam ou por serem incompatíveis com os lugares sociais que ocupam hoje. Em jogo, questões como novos posicionamentos ideológicos e políticos e/ou a mácula que o passado traz às identidades dos envolvidos hoje, por afrontar o modo como desejam se ver no presente ou serem visto em seus grupos profissionais, familiares, amigos, etc., ou na sociedade que, majoritariamente, abraça valores democráticos e endossa o mito de que sempre houve condenação da ditadura e resistência ao arbítrio, como trataremos no capítulo 4.

Fica difícil, assim, para os extremistas conciliar seu passado de defesa da ditadura com uma coletividade que se afirma desde sempre democrática. Guardar silêncio não é, pois, apenas uma forma de preservação dos ex-membros do MAC, mas uma maneira de não afrontar uma sociedade que se representa democrática e que, de forma alguma, apoiaria a ditadura, como os integrantes do MAC realizaram.

Pelo menos um dos ex-integrantes do MAC, Gina Olímpio, tem, atualmente, posicionamentos políticos ideológicos, pelo que apuramos com pessoas próximas, mais “progressistas”, diríamos “liberais”. Isso pode ter também contribuído para ela e, possivelmente, algum outro ex-integrante do grupo, não se disporem a falar

sobre seus passados de “terrorista de direita”. Vale lembrar que as mudanças de posicionamentos ideológicos e políticos não são tão incomuns, a exemplo de D. Helder Câmara, que na juventude militou na AIB e nos anos 60 e 70 era chamado de “bispo vermelho” por conservadores (MONTENEGRO, 2019). Em sentido inverso, tivemos o caso de Carlos Lacerda: conspirador quando do golpe de 1964, na juventude, nos anos 30, havia sido simpatizante do PCB e de seu líder, Luiz Carlos Prestes (LOPES, 2014). Nesse sentido, para os ex-integrantes do MAC, lembrar do que fizeram nos anos 80 seria, hoje, um ato político, desconexo com suas novas posturas ideológicas e identidades.

Os silêncios e a busca pelo esquecimento dos ex-integrantes do MAC no presente são posturas distintas do almejado pelas pessoas (em geral, de esquerda) que foram perseguidas/presas pelos governos dos generais nos anos 1960/70. Normalmente, elas buscam denunciar o arbítrio do qual foram vítimas. Os testemunhos das vítimas dos regimes autoritários do século XX, sejam estes de esquerda ou de direita, apresentam várias dimensões – psíquicas, éticas, políticas e jurídicas – e, na medida que abordam detalhes do agir do arbítrio, revelam a violação de direitos humanos, expõem tabus e traumas individuais e coletivos, e servem para fundamentar os processos da justiça transicional (ARAÚJO, 2020, p. 18). Já os referidos ex-membros do MAC, de forma parecida com a de muitos militares e agentes da repressão, almejam não tocar no assunto. Existem, porém, dois pontos a distingui-los: os jovens do MAC não pertenciam à estrutura oficial repressiva e acabaram sendo, sob certa perspectiva, também vítimas políticas da ditadura, no sentido que foram usados pelo governo Figueiredo, para demonstrar que o regime não acober-

tava terroristas, e alvos de zombaria e execração, como mostraremos no capítulo 4.

Embora, possivelmente, não tenham sofrido torturas, podemos dizer que os jovens do MAC foram alvos de uma violência simbólica⁴²⁴. Enquanto vários outros elementos vinculados à onda terrorista da abertura – geralmente, militares e policiais – não foram sequer identificados, os integrantes do MAC acabaram rapidamente expostos pelo governo, ficaram meses enclausurados, tiveram seus nomes e rostos veiculados em jornais e emissoras de televisão, sofreram toda a angústia de um inquérito e de um processo e, mesmo que, ao fim deste, não tenham sofrido punições mais duras, permaneceram, durante anos, com a pecha de terroristas. Assim, ante a ambivalência da situação – de terem praticado atos terroristas, mas de também terem sido alvo de violência –, é possível que os ex-integrantes do MAC tenham centrado energias no esforço de ter uma “vida normal” e “esquecer” o que aconteceu, não denunciando que foram vítimas do arbítrio do regime que, ironicamente, defendiam.

As fontes principais para analisar as representações dos integrantes do MAC foram as falas contidas/reproduzidas nos documentos policiais/judiciais e nas matérias de jornais por ocasião da entrevista coletiva de

⁴²⁴ Para Bourdieu, violência simbólica é uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Observe-se que, não obstante o nome vincular um âmbito simbólico, a violência simbólica não desconsidera as manifestações reais do poder e da violência, como situações em que pessoas são “[...] espancadas, violentadas, exploradas”, mas busca visualizar, “na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8 e 43).

apresentação dos terroristas à imprensa, a 3 de dezembro de 1980. Ao contrário de outros grupos extremistas do Brasil, o MAC do Ceará não deixava panfletos ou cartas⁴²⁵ nos locais dos atentados – no máximo, realizavam pichações, como visto anteriormente

O uso de arquivos policiais/militares e judiciais por historiadores é antigo, revelando-se fértil na produção dos saberes da História, seja sobre grupos marginalizados, seja sobre períodos de autoritarismo. As denúncias, os inquéritos, os processos e os documentos produzidos diretamente pelas forças repressivas durante suas operações, contendo informes, dossiês, relatórios, etc., permitem compreender as inserções históricas dos atores sociais, bem como a postura do próprio sistema judiciário e do demais a gentes do aparato estatal (GRINBERG, 2009; RESENDE, 2015).

Se os documentos dos acervos policiais/judiciais podem possibilitar o melhor entendimento de um tema como a ditadura civil-militar, devem ser, por outro lado, analisados e criticados, como quaisquer fontes. Eles não trazem a “verdade cristalina” e de forma inquestionável – é importante, se possível, ponderar e cruzar seus dados com outras fontes, a fim de se aferir a veracidade das informações. Não custa lembrar que, para além de serem fontes oficiais, tais documentos são formas de controle social, marcadas pela linguagem jurídica, com objetivos claros. Os participantes do processo, se não tem como reconstituir o ocorrido (o que jamais poderia acontecer), desejam criar uma verdade, condenando alguém ou rebatendo as acusações, para absolver

⁴²⁵ O Inquérito da PF não conclui se a carta com ameaças à Banca O Paulino, situado na Praça do Ferreira, foi de autoria do MAC ou de outros extremistas de direita da cidade.

os implicados. Sem falar que temos acessos às “falas” dos acusados por intermédio de outrem, um escrivão, que não relata tudo o que foi dito e, não raro, filtra os testemunhos, conforme determinações dos condutores do processo. Os processos e inquéritos têm imprecisões, lagunas, contradições e mentiras. Contêm informações, muitas vezes, obtidas por ameaças e torturas, e falsificações na intenção de difamar, incriminar os acusados e/ou justificar o arbítrio estatal (PADRÓS, 2009). Não por acaso, muito do que é dito nos inquéritos policiais é desmentido quando da oitiva em juízo. Pode ocorrer ainda dos documentos terem delações e testemunhos falsos, feitos para enganar ou atender ao que desejavam ouvir as autoridades policiais e agentes da repressão. Assim, é necessário estar atento às sutilezas do documento, bem como às suas evidências e contradições subentendidas (GERTZ, 2009, p. 177).

No caso desta pesquisa, as fontes policiais e judiciais trouxeram dados preciosos sobre os extremistas do Ceará: idade, filiação, instrução, profissão, endereços, os nomes dos seus advogados, o que disseram quando foram interrogados, etc. Tudo isso ajudou-nos nas reflexões sobre os lugares sociais dos implicados e suas representações de mundo, bem como possibilitaram melhor entendimento sobre os acontecimentos e a participação dos acusados. Igualmente, as fontes explicitaram os nomes das autoridades, como delegados e promotores, o que, cruzado com as informações da imprensa e as obtidas juntos aos entrevistados, permitiu-nos compreender melhor o funcionamento do aparelho policial e da justiça local e as linhas e estratégias dos advogados de defesa e da acusação do Ministério Público.

Entre os últimos dias de novembro e os primeiros de dezembro, quando de suas prisões, os envolvidos com o MAC prestaram interrogatório na sede da Polícia Federal de Fortaleza⁴²⁶. O delegado responsável pelo inquérito foi Antônio Carlos Monteiro, da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba, onde inicialmente foram detidos três dos integrantes do grupo. Os testemunhos dos acusados foram transcritos no relatório da agência do SNI de Fortaleza, de 12 de dezembro de 1980, antes mesmo que o inquérito fosse concluído, o que mostra como o caso do MAC de Fortaleza foi considerado relevante para os órgãos de inteligência da ditadura. O inquérito da PF, concluído na data de 30 de dezembro de 1980, foi enviado para a 7ª Circunscrição da Justiça Militar, de Recife-PE, à qual estava subordinada a Paraíba⁴²⁷. Posteriormente, a pedido da defesa e por razões de jurisdição, o processo seria mandado para julgamento na 10ª Circunscrição da Justiça Militar (10ªCJM), sediada em Fortaleza, uma vez que quase todas as ações do MAC deram-se na capital cearense⁴²⁸.

Vale lembrar que os interrogatórios foram feitos com a presença de advogados, os quais, muito possivelmen-

⁴²⁶ Dos detidos, o único cujo testemunho não consta no relatório do SNI, foi Cleiton Huno. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴²⁷ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴²⁸ O Povo, 08/01/1981.

te, já haviam traçado algumas das linhas de defesa. Um dos causídicos era Pádua Barroso, famoso em Fortaleza por atuar na defesa de presos políticos de esquerda na Justiça Militar. Tal experiência foi útil no processo e julgamento dos integrantes do MAC, conforme detalharemos melhor no capítulo 4. Comumente, os advogados dos presos políticos acusados de “subversão” davam a entender que seus clientes não negavam os fatos materiais dos casos em julgamento, mas que estes não se constituíam crimes políticos, não passando de “brincadeiras” de jovens imaturos e/ou “despolitizados”, que não entendiam o impacto de suas ações (PEREIRA, 2010, p. 214).

Essa tática parece evidente quando se analisam os testemunhos dos integrantes do MAC no inquérito. De modo geral, os jovens insistiram em afirmar que seus atos não apresentavam conotações políticas, que era tudo por diversão, etc. – Gina Olímpio chegou a dizer que sequer sabia distinguir “a posição política de direita ou de esquerda”⁴²⁹. Ressalte-se, porém, que mesmo com essa linha de defesa, por vezes, as respostas às perguntas, feitas pelo delegado, expunham contradições. As poucas falas realizadas pelos extremistas à imprensa igualmente mostraram alguns paradoxos, conforme veremos adiante. Essas contradições, assim, acabam se constituindo brechas que permitem entender melhor as posturas dos acusados e o que pensavam, abrindo outras perspectivas que não aquelas desejadas pela defesa ou pelo próprio aparato estatal.

Segundo o inquérito, o MAC, ao ser desbaratado, contava com 9 integrantes ou partícipes das ações terroristas –

⁴²⁹ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

não temos como saber se havia outras pessoas envolvidas nos atentados. O pequeno número de componentes é comum a grupos clandestinos adeptos da violência política, a exemplo dos agrupamentos de esquerda que lutaram contra a ditadura brasileira, nos anos 1960 e começo dos 1970. Atuando contra uma ordem política por meio da força e da violência, era necessário não expor o grupo aos riscos da repressão – quanto mais integrantes, maiores as chances de ocorrerem traições ou mesmo de alguém ser alvo do aparato estatal ou de delações. Não por acaso, tais grupos agiam clandestinamente (anonimamente mesmo, no início) e seus integrantes usavam pseudônimos. A clandestinidade não implicava, por outro lado, que o MAC não buscasse apoio na sociedade contra a abertura – os atentados e as pichações, para além de intimidar, eram acenos propagandísticos para outros radicais, como visto no capítulo anterior.

Conforme o inquérito da PF, o MAC cearense apresentou um núcleo original, no qual se encontravam Gina Olímpio, Cleiton Huno, Caio Dalton e Freitas Dalton, o fundador, principal líder, articulador e financiador⁴³⁰ do grupo. Com o passar das semanas, outras pessoas passaram a integrar o grupo, a exemplo de Vladimir Trotsky, Lucas Calvino e Juliano Bento. Embora pudessem ser indicadas ou convidados por outros membros – Vladimir Trotsky, por exemplo, foi contactado por Cleiton Huno⁴³¹ –, a palavra final sobre a inclusão de um “nova-

⁴³⁰ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴³¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº

to” no grupo parecia ser de Freitas Dalton. Daí concluiu-se que nem todos os membros do MAC se conheciam antes da série de atentados e que, sendo eles integrados um a um ao grupo, havia uma prudência nos “recrutamentos”, realizados de forma paciente, com parcimônia, após não restarem dúvidas de que eram, de fato, pessoas confiáveis, que se engajariam nas causas defendidas, e, também, teriam coragem e disposição para agir.

Assim, pelos objetivos do grupo e os riscos envolvidos, é possível conjecturar que a amizade/proximidade, a afinidade ideológica, as representações anticomunistas presentes, a disposição/coragem para agir e, sobretudo, a confiança de Freitas Dalton poderiam ser elementos *sine qua non* para alguém receber um convite ou ter o consentimento para passar a compor o MAC. Existiram, porém, dois indivíduos – no caso, Matias Machado e Fernando Farias⁴³² – que participaram ou presenciaram apenas as primeiras ações. Este talvez seja um sinal de que, de fato, não tinham maiores envolvimento com o grupo, conforme relataram à Polícia Federal, ou que, mesmo tendo posicionamentos à direita, não concordavam com a prática das ações terroristas,

205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴³² Ambos estiveram envolvidos das pichações “apolíticas” na cidade em julho e no lançamento do molotov contra a banca de revistas da Avenida Jovita Feitosa, não participando do ataque, ocorrida na mesma noite, de 8 de agosto, à banca da Parangaba. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

embora, por outro lado, nada tenham denunciado às autoridades.

No caso de, pelo menos, um dos membros, Juliano Bento, um artesão, com conhecimentos na fabricação de armas caseiras e no manuseio e montagem de artefatos explosivos⁴³³, também é possível que os contatos para endossar o MAC tenham passado pela contribuição que ele poderia dar ao grupo, no sentido de incrementar as ações terroristas. Trataremos adiante sobre este componente do grupo.

Em um sinal de proximidade, os integrantes do MAC não usavam alcunhas, ao contrário, comumente, do que acontecia com os membros de organizações revolucionárias de esquerda, de grupos paramilitares de extrema-direita e dos órgãos oficiais de repressão (HUGGINS, HARITO-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 339). Mais do que um descuido, acreditamos que tal postura fosse um sinal da liderança de Dalton. Referendados ou convidados os membros do MAC por ele, não haveria necessidade de pseudônimos. A palavra do líder era a garantia de fidelidade ao grupo. Isso, porém, se revelaria uma enorme fragilidade para os extremistas, pois acabou favorecendo a polícia no trabalho de investigação – após a prisão de três membros do MAC, em João Pessoa (meados de novembro de 1980), em apenas quinze dias os demais implicados foram identificados, achados e detidos.

Conhecendo-se pelos nomes verdadeiros (e, provavelmente, sabedores de outros detalhes pessoais), os extre-

⁴³³ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

mistas deveriam confiar uns nos outros, o que implicava em forte união e comprometimento com a causa defendida (HUGGINS, HARITO-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 340). “Fechados” no grupo, agindo secretamente, todos estavam implicados e eram responsáveis pelos atentados, ainda que tivessem papéis distintos no transcorrer dos mesmos. Por outro lado, o descarte de alculhas não deixava de ser uma forma de controle, visto que, caso houvesse a ruptura da lealdade ao grupo, o “traidor” também seria implicado, pois seus colegas possuíam informações “comprometedoras” do mesmo.

O fato de não usarem pseudônimo pode ser igualmente uma evidência de que os jovens extremistas superdimensionavam seu poderio. Como diz Marcelo Ridente (1993, p. 52 e 53), tratando da luta armada das esquerdas, mas em um raciocínio aplicável a grupos como o MAC, a clandestinidade, a posse de armas e o impacto das ações junto à sociedade criavam uma ilusão de poder, de estarem os militantes acima de quaisquer regras sociais, o que dificultava as análises políticas. Sintomático, como se depreende do inquérito da PF, que, após algumas ações, os jovens integrantes do MAC voltassem a se reunir em uma pizzeria, como que para comemorar os feitos, e que acompanhassem, com atenção, na imprensa, a repercussão dos ataques⁴³⁴. A ilusão de poder, a sensação de impunidade e os descuidos de segurança levaram o grupo a ser desbarato em uma

⁴³⁴ Gina Olímpio dá a entender que acompanhou nos jornais O Povo e Tribuna do Ceará as repercussões dos atentados. Juliano Bento teria levado um recorte de jornal sobre o atentado à Praça do Ferreira, quando se deslocou para Recife. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

simples blitz da polícia da Paraíba – no carro em que se deslocavam, foram encontrados explosivos e armas.

Um outro elemento que talvez evidencie a crença no superdimensionamento do poder era o fato de os extremistas usarem seus próprios automóveis quando se deslocavam para praticar os atentados – geralmente, nos atentados ocorridos no Brasil, os terroristas usavam carros com chapas “frias” e pertencentes aos órgãos estatais de segurança, dos quais, boa parte, eram membros⁴³⁵. O inquérito da PF cita os carros de marca Dodge Polara, vermelho, de Freitas Dalton, e Fiat, branco, de Cleiton Huno, mas não informa se, nas ações, os jovens cobriam, pelo menos, as placas para dificultar a identificação. Por mais que as ações ocorressem a noite, nas mal iluminadas ruas de Fortaleza, a marca dos carros e as cores eram indícios que poderiam levar alguém a identificar ou a oferece pistas que pudessem conduzir à captura dos extremistas do MAC. Custa-nos acreditar que isso pudesse ser apenas um descuido dos extremistas cearenses. Estavam tão confiantes e crenes em seu poder e impunidade que deixaram tal questão em segundo plano.

Acabou havendo uma espécie de divisão de tarefas dentro do grupo. No geral, a escolha dos alvos e a elaboração dos planos de ataques ficavam a cargo de Vladimir e Dalton. Trotsky, igualmente, participava da preparação dos artefatos explosivos e da efetiva execução dos atentados, do que também se incumbiram Lucas Calvino, Caio Dalton e, sobretudo, após entrar no grupo, Juliano Bento. Existiam ainda aqueles que apenas assistiam, prestando uma espécie de solidariedade e apoio moral ao grupo e às práticas terroristas, dando cobertura à ação.

⁴³⁵ Por exemplo, a placa do Puma GTE (OT-0279), usado por dois agentes do DOI-CODI no atentado ao Riocentro, em 1981, era falsa – o carro pertencia ao I Exército (GRAEL, 1985, p. 86).

A repartição de funções, além de facilitar a prática dos atos terroristas e endossar a unidade do grupo, diluía as responsabilidades e acabava afastando, moralmente, os membros do MAC das consequências de suas ações violentas, afinal, todos eram peças de uma engrenagem, comprometidos com uma causa maior (HUGGINS, HARITO-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 345)⁴³⁶. Possivelmente, criava-se, a sensação de que nenhum deles era plena e diretamente responsável pelos resultados ou situações de risco criados para terceiros, um sentimento comum a integrantes de grupos envolvidos em atividades violentas (HUGGINS, HARITO-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 216 e 224). Afinal, para que um executasse sua função, outros membros do grupo teriam que contribuir também. Não por acaso, um dos argumentos usados por alguns dos ouvidos no inquérito da PF foi o de sua “participação menor” nos eventos, buscando minimizar as contribuições para o conjunto de atentados e a existência dos próprios⁴³⁷.

⁴³⁶ Para Callegari, “a ideia da despersonalização faz com que o terrorista se perceba como peça de uma engrenagem, uma peça fungível, e que, portanto, acima de suas próprias vontades existe uma filosofia maior, a causa do movimento (...). Quanto mais forte for a ideia de uma identidade coletiva, maior a coesão de tal grupo, e também, maior a disposição a cooperar com a causa e com os companheiros do grupo. Quanto maior a coesão interna, menor a disposição para descumprir as regras do movimento (...)”. (CALLEGARI, 2016, p. 53 e 54).

⁴³⁷ Gina Olímpio, por exemplo, disse que “jamais se reuniu com quem quer que seja, a fim de traçar planos para o cometimento das ocorrências”. Lucas Calvino afirmou que que só colocou a caixa com dinamite em uma lata de lixo da Praça do Ferreira “face a insistência incisiva de [Freitas Dalton]”. Matias Machado diz que “apesar de conhecer os indivíduos implicados nas ocorrências a bomba (...), jamais com eles se reuniu”. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia

Como diz Martha Huggins (2006, p. 462), a desindividualização das ações reduz as preocupações pessoais e sociais sobre as práticas de atrocidades e, portanto, reduz o sentimento de culpa e responsabilidade por esse tipo de ação. Como cada extremista não se sentia responsável pelo todo e nem pelo resultado violento, evitava-se um “peso na consciência” pelas consequências e eventuais sofrimentos que os atentados poderiam acarretar a possíveis vítimas. Em sentido inverso, a divisão de tarefas seria utilizada, quando dos testemunhos, no inquérito, como argumentação para atribuir maior culpabilidade aos extremistas responsáveis pelos planejamentos das ações e execução dos atentados, sobretudo, Dalton e Juliano.

3.6 O “mentor” do MAC

Os integrantes do MAC, em sua maioria, conforme o inquérito da Polícia Federal, moravam com os pais e eram sustentados por estes, residindo em bairros tidos como de classe média ou alta de Fortaleza (Fátima, Aldeota, etc.). Eram todos jovens, com menos de 30 anos. Seis deles apresentavam idade igual ou inferior a 22 anos⁴³⁸ e sete estudavam na conceituada Universidade Federal do Ceará, em cursos como Agronomia, Direi-

Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴³⁸ Gina Olímpia tinha, à época dos atentados do MAC, 18 anos, Lucas Calvino, 20 anos, Matias Machado, 21, Cleiton Huno, Fernando Farias e Caio Dalton, 22. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

to, Geologia e Engenharia de Pesca⁴³⁹. Nesse quesito, distinguiam-se do que se sabe do perfil dos integrantes dos grupos de extrema-direita envolvido nos atentados do final dos 70/início dos 80 – aspirantes à academia militar, jovens oficiais das polícias militares, alcaguetes e informantes policiais, ex-torturadores, comerciantes e policiais envolvidos com esquadrões da morte (DECKES, 1985, p. 120).

Não que a presença de estudantes em grupos extremistas de direita fosse uma novidade na história recente, conforme mostram pesquisas sobre o CCC (Comando de Caças aos Comunistas) (BRASIL, 2010; LOPES, 2014; LIMA, 2020) e pode se depreender da relação de atentados elaborada neste estudo. Ou seja, não obstante a falta de mais fontes, é factível acreditar que estudantes estivessem envolvidos, em outros locais do País, na onda terrorista contrária à abertura, fossem agindo em grupos ou mesmo individualmente.

Embora não seja o objeto desta pesquisa, a constatação da idade dos ativistas do MAC faz questionar, como vem fazendo a historiografia, o modelo idealizado e bastante difundido de jovens, em essência, naturalmente revolucionários e progressistas, portadores de utopias e de projetos políticos e sociais de transformação. Trata-se, conforme historiadores como Alberto Saldaña (2005) e Samantha Viz Quadrat (2010), do chamado “mito do poder jovem”, no qual se difunde a ideia de que a tendência à confrontação e o desejo de mudanças seriam algo imanente a todos os jovens – uma juventu-

⁴³⁹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

de idealizada, como se fosse de toda homogênea, condição essa de caráter genérico e imutável ao longo do tempo (SALDANHA, 2005, p. 11).

A juventude, porém, não é homogênea e muito menos dotada de pensamentos ou atributos imanentes e únicos. Pierre Bourdieu (1983) enfatiza a juventude como uma construção social, com distintas composições⁴⁴⁰. Não há como distinguir a juventude da sociedade e do tempo em que vive. Por mais que haja choques geracionais (pais x filhos, professores x alunos, etc.), o jovem encontra-se inserido em um lugar social e em um tempo, com os quais interage, influencia e é influenciado. Em outras palavras, a juventude não está numa caixa hermeticamente fechada, mas, sim, em uma teia de relações com família, escola, artes, cultura, religião, trabalho, etc. (QUADRAT, 2010, p. 524). Não há como dizer que os jovens são, em essência, sempre revolucionários ou de esquerda. Há várias juventudes, com diferenças entre si, convivendo no mesmo tempo e espaço (NOVAIS, 2000, p. 46). A juventude não é obrigatoriamente de esquerda ou de direita – e muitos dos jovens podem ser indiferentes às questões políticas e sociais ao seu redor (QUADRAT, 2010, p. 525).

Três dos integrantes do MAC, no que toca a faixa etária, discrepavam: Vladimir Trotsky, Juliano Bento e Freitas Dalton, com a idade de 25, 27 e 28 anos, respectivamente⁴⁴¹. No inquérito da PF, depreende-se que os três

⁴⁴⁰ “(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (...)” (BOURDIEU, 1983, p. 112, 113 e 121).

⁴⁴¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista

teriam sido os principais operadores dos ataques em Fortaleza, destacando-se Dalton como o “cabeça” e “mentor intelectual” do grupo⁴⁴².

Freitas Dalton apresentava dois cursos superiores completos (Engenharia Civil e Matemática) e, comparado aos outros membros do MAC, tinha melhor situação financeira. Funcionário público, trabalhava no Serviço de Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda. A estabilidade econômica e o bom salário de Dalton⁴⁴³ deram o aporte financeiro do grupo, possibilitando, por exemplo, a compra de pólvora e dinamite – obtidas, segundo a PF, em pedreiras⁴⁴⁴

– MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁴² Essa condição é reconhecida no depoimento prestado à PF por Vladimir Trotsky, segundo o qual “apesar de não haver um mentor intelectual dentro do grupo, havia, de certa forma, uma liderança por parte de Freitas Dalton, vez que o mesmo arcava com as despesas exigidas pelo grupo. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁴³ O Estado de São Paulo informa que Dalton tinha um salário de cerca de 50 mil cruzeiros (algo em torno de 12.500 reais, conforme o conversor de valores do jornal - <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 23/12/2023). Segundo ainda O Estado de São Paulo, a PF apurava denúncias de que Dalton estava envolvido com a regularização para a posse particular de terrenos pertencentes à União. Manteria mesmo um escritório particular especializado em levantamento topográficos e prestação de serviços a empresários do ramo imobiliário. Dalton favoreceria as regularizações, em virtude de seu cargo de subchefe da seção de laudos do Serviço de Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, em Fortaleza. O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁴⁴⁴ Em seu testemunho à PF, Vladimir Trotsky afirmou que o grupo obteve a pólvora usada no atentado ao DCE da UFC a partir da comprar 30 bombas rasgas-latas e 10 bombas chilenas no comércio local. Freitas Dalton disse que Juliano Bento tinha obtido os explosivos de uma pedreira

– e os demais apetrechos para fabricação dos petardos e armas caseiras. Comumente, por ocasião dos atentados, os militantes do MAC se deslocavam no carro de Dalton, um Dodge Polara, cor vermelha, automóvel popular à época e de agrado da classe média⁴⁴⁵.

Dalton nascera no Cariri cearense, na cidade de Barro, no ano de 1952. Uma das pessoas que o conheceu, na primeira metade dos anos 1970, quando ambos estudavam no tradicional colégio Saleziano, em Juazeiro do Norte-CE, afirmou que se tratava de brilhante aluno, destacando-se pelas boas notas e domínio, com certa fluência, da língua inglesa, algo não tão comum à época. Depois, o rapaz veio morar em Fortaleza, para prosseguir os estudos, ingressando na UFC, e se formando em dois cursos superiores, na área de ciências exatas, considerada “muito difícil”, o que era tido como prodigioso.

Freitas Dalton chamava atenção por ser bastante magro, usar óculos “fundos de garrafa” e se mostrar “nervoso”, isto é, apresentar certa ansiedade ao se expressar. Ficou conhecido em Juazeiro por ter feito voar o protótipo de um pequeno foguete, em uma época na qual a corrida espacial, em virtude da Guerra Fria, chamava demais a atenção. Isso, porém, não impediu que

de Fortaleza. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴⁴⁵ <https://motor1.uol.com.br/news/114465/carros-para-sempre-dodge-1800-polara-um-novo-conceito-de-popular/>. Acesso a 16/07/2020.

peessoas, as quais o antipatizavam, chamassem-no de “cientista louco”⁴⁴⁶, sinal de que sofria o que chamamos hoje de *bullying* – na escola, era conhecido pelo apelido de “cabecinha”, pelo formato “diferente” de sua cabeça. Recriminado pela aparência, tratado com estranheza mesmo quando se sobressaía, ao que consta, apresentava já em Juazeiro simpatias ou ideias de extrema-direita – um dos amigos, da época, contou-nos que, ao visitá-lo, certa vez, encontrou na parede do quarto de Dalton uma bandeira com a suástica nazista⁴⁴⁷. Não custa lembrar que em novembro de 1980, antes da queda dos integrantes do MAC, ocorrera uma ameaça de bomba à prefeitura de Juazeiro do Norte⁴⁴⁸ e que foram feitas várias pichações de suástica em Fortaleza⁴⁴⁹. O irmão de Freitas, chamado Caio Dalton, esteve também entre os envolvidos, mas conseguiu se evadir nos momentos iniciais das investigações policiais, se apresentando meses depois à Justiça, conforme a imprensa⁴⁵⁰.

Apontado como “mentor” do MAC, Freitas Dalton não realizou efetivamente nenhuma das ações – sempre eram outros integrantes do grupo que atiravam os coquetéis, lançavam as bombas, faziam as pichações, etc. Talvez fosse uma forma de demonstrar a condição diferencial/superior, de “líder”, “ideólogo”, “pensador” e responsável pela manutenção financeira do grupo e dos meios para realizar os atentados. Dalton preferia que outros, como que fossem subordinados, realiza-

⁴⁴⁶ Veja, 10/04/1980.

⁴⁴⁷ Morador do Cariri, entrevistado pelo dispositivo de comunicação WhatsApp a 07/03/2022.

⁴⁴⁸ Tribuna do Ceará, 19 / 11/1980.

⁴⁴⁹ O Povo, 30/11/1980.

⁴⁵⁰ Diário do Nordeste, 07/08/1982.

sem o “trabalho pesado e sujo”. Geralmente, ficava à distância, junto com a namorada, dentro do carro ou em algum local, observando o desenlace dos acontecimentos – foi assim por ocasião do ataque à Praça do Ferreira, quando o casal se passou por clientes de uma loja de discos situada no logradouro.

Detido pela PF, Dalton negou ser o líder do MAC, recusando qualquer responsabilidade no ocorrido e jogando, inclusive, a culpa em outros integrantes do grupo, sobretudo, no foragido Juliano Bento⁴⁵¹. Minimizou os atentados, endossando que, embora o grupo fosse ideologicamente de direita, não representava risco à ordem instituída, não passando tudo de “brincadeira” entre amigos em busca de “notícias”, que o MAC sequer fazia reuniões esporádicas e que não apresentava qualquer ligação com outras entidades extremistas do estado do Ceará ou de fora⁴⁵².

Outra coisa que chamava a atenção, na composição do MAC, era a de que todos os seus integrantes não apresentavam ligação alguma, direta pelo menos, com o governo ditatorial ou com o aparato de informação ou segurança. Pelo que apuramos, também não tinham parentes próximos que possuísem vínculos desse tipo. O único que apresentava laços com a estrutura (admi-

⁴⁵¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁵² Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

nistrativa) do Estado era Freitas Dalton, funcionário concursado do Ministério da Fazenda, inserido em uma carreira pública cobiçada e de bons salários. Pelo cargo que exercia, em tese, Dalton poderia temer o impacto do fim do regime e a criação de um “governo comunista”.

Os extremistas, no geral, eram pessoas de razoável condição econômica e que se posicionavam em defesa do regime, em um contexto de crescente perda de popularidade dos militares e de intensas manifestações pela democratização do País. Não se pode esquecer que segmentos de classe média haviam sido beneficiadas pelo “milagre” da ditadura, na primeira metade da década de 1970, com facilidades de créditos, ascensão à sociedade de consumo, expansão do ensino superior, cursos de pós-graduação, cargos na máquina pública, etc. (CORDEIRO, 2015, p. 339).

Portanto, no que toca ao lugar social, poderia até ser compreensível o posicionamento dos integrantes do MAC em favor do regime, embora o consenso que se formava na sociedade, naquele começo de década, era o da necessidade de se implantar a democracia no País. Entendemos, porém, que não se pode pensar apenas em questões econômicas ou em laços com o Estado autoritário para entender as ações de extremistas, como os do MAC cearense. As representações anticomunistas devem ser tidas como um elemento importante a se levar em conta quando se aborda a onda terrorista da extrema-direita no processo de abertura/distensão, como visto no capítulo 1.

Vendo-se os testemunhos à PF, em nenhum momento os extremistas deixaram claro o que desejavam politicamente com os ataques ou assumiram a intenção de barrar a distensão/abertura. Possivelmente, tal postu-

ra foi uma orientação dos advogados de defesa, para evitar que os jovens fossem enquadrados/condenados com base na Lei de Segurança Nacional, por ameaça à ordem política. Ainda que se manifestassem de direita e anticomunistas, as ações, em si, do grupo não teriam “nenhuma conotação ideológica”, tudo não passando de “brincadeiras”, sem interesses outros. O único que destoou nos testemunhos à Polícia Federal, nesse ponto, foi Vladimir Trotsky, que não obstante insistisse na ideia de o objetivo ser “tão-somente causar pânico e desordem no seio da população”, manifestou que, sendo o MAC de direita, se posicionava “contrário, portanto, ao direito de greve dentro da universidade e aos movimentos de organização política e social”⁴⁵³.

Nesse sentido, o fato de o MAC não ter deixado nenhum panfleto no local dos ataques acabou favorecendo a tese da defesa segundo a qual os atentados não eram uma ameaça à ordem política ou à abertura. Entretanto, tendo-se em conta o nome do grupo e as ações que realizou em Fortaleza, seria desarrazoado deixar de associá-lo aos atos terroristas feitos pela extrema-direita os quais ocorriam naquele mesmo momento Brasil afora, e que buscavam intimidar a oposição, desestabilizar o governo Figueiredo e travar a abertura do regime. Em outras palavras, não seria necessário muito esforço para fazer ilações sobre os objetivos políticos dos terroristas cearenses, o que, conforme veremos no capítulo 4, foi desconsiderado pela Justiça Militar no julgamento.

⁴⁵³ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

O inquérito da Polícia Federal apontou o teor de crime político das ações do MAC, pedindo o indiciamento dos acusados com base em dois artigos da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6620, de 17/12/1978)⁴⁵⁴, o 26, sobre a prática de atos de “finalidade atentatórias à Segurança Nacional”, e o 43, ter em posse armas ou “instrumentos de destruição e terror”. O delegado responsável pelo inquérito, Antônio Carlos Monteiro, afirmou mesmo que “como ideologia, o mencionado Movimento tinha por princípio defender o fascismo, racismo e desestruturar, de certa forma, os princípios morais e éticos em voga na sociedade”⁴⁵⁵.

Quando da apresentação dos extremistas à imprensa, a 3 de dezembro, em uma declaração feita por Freitas Dalton, a questão do anticomunismo e a necessidade de evitar a abertura do regime, como motivadores dos atentados, apareceram implicitamente. Dalton, irritado com a pergunta dos repórteres, possivelmente acabou saindo do *script* traçado pelos advogados de defesa e deixou transparecer, em curiosa metáfora, que os ataques à bomba objetivavam “evitar um mal maior”. Eis o trecho da entrevista citado no Jornal do Brasil:

[Repórter] – E qual seu envolvimento? Você participou de quais atentados?

[Dalton] – Olhe, esse nome atentado, está entendendo, é tendencioso. A nossa situação aqui é se-

⁴⁵⁴ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso a 27/07/2022.

⁴⁵⁵ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

melhante à daquele fazendeiro que foi surpreendido pela mulher, amarrando o rabo da vaca no telhado do estábulo, você está entendendo, e que depois não conseguiu provar de jeito nenhum que o objetivo dele era apenas evitar que a vaca derrubasse o balde de leite, você está entendendo?

[Repórter] – Você está querendo dizer que deseja evitar algum movimento esquerdista?

[Dalton] – Eu disse que apenas que a gente não tem culpa de coisa alguma que se fez até agora.

[Repórter] – Mas alguns confessaram realmente os atentados.

[Dalton] – Bem, cada um confessa o que quer⁴⁵⁶.

O emprego da palavra “atentado” desagradou a Dalton, que, igualmente aos extremistas de outros locais do Brasil, não se via como um terrorista. Ao contrário, os extremistas do MAC concebiam-se como pessoas bem intencionadas, portadoras, pois, de uma nobre causa (anticomunista) e que, “surpreendidos”, pegos pela polícia com armas e explosivos, não conseguiam “provar de jeito algum” as boas intenções. O recurso à metáfora talvez tenha sido uma maneira de Dalton buscar falar o que de fato pensava, de justificar os atentados, de repelir a pecha de terrorista, sem afrontar a eventual orientação dos advogados sobre não assumir os objetivos políticos do MAC e não se complicar na Justiça, sobretudo, quando falava à imprensa, que alardeara bastante o terrorismo dos jovens cearenses. Tanto o é que, após a réplica do/da repórter, que pediu esclarecimentos, Dalton se mostrou evasivo, não esclareceu explicitamente a metáfora, preferindo enfatizar que não possuía “culpa de coisa alguma”.

⁴⁵⁶ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

Os extremistas do MAC estariam “amarrando o rabo da vaca no telhado” para evitar que a “vaca derrubasse o leite do balde”. “Amarrar o rabo” pode significar que colocar bombas, recorrer à violência política, apresentava riscos e implicações, afinal, estavam com os atentados afrontando a ordem política e jurídica reinantes. Assim, Dalton parece entender quão graves eram os ataques – constituíam-se um risco para o “telhado”/governo/sociedade. A “vaca”, inadvertidamente, poderia “dá um solavanco” e fazer ruir toda a estrutura. O extremista, porém, garante que não era essa a intenção – ao contrário, visava, sim, era salvar a ordem – ditatorial –, livrando-a de uma perigosa ameaça (o comunismo) e beneficiar as pessoas. Em outros termos, havia um risco envolvido nas ações do MAC, mas o objetivo real, que as pessoas ali não estavam entendendo, era conservar o “conteúdo do balde”, isto é, manter o regime como se encontrava, fechado, longe da abertura política. Evitar que o “balde de leite” fosse derrubado, algo tido como negativo, implicava evitar a abertura política e abrir espaços para “algum movimento esquerdista”, com o/a repórter logo concluiu. O “telhado”/a ordem, concretamente, não era ameaçado pelas ações dos MAC, mas, sim, pelo risco de os comunistas derramarem o “leite”, entenda-se, tomarem o poder com a flexibilização do regime e fazer ruir a sociedade e os valores como as direitas concebiam e a ditadura, fechada e forte, garantia. Os comunistas eram o verdadeiro perigo, capazes de ações danosas, de destruir tudo, os valores da pátria, a família, a religião, etc., conforme as representações anticomunistas tradicionais da extrema-direita. Em outros termos, Dalton, com a metáfora, dava a entender que, apesar dos riscos de suas ações, pior seria a “comuni-

zação” do Brasil, uma possibilidade de acontecer com o processo de abertura da ditadura em curso.

O fato de os extremistas, no inquérito, não terem assumido ou manifestado o conteúdo político de suas ações para barrar a abertura serve para ratificar a declaração, dada por eles mesmos à imprensa, de que não sofreram nenhuma tortura quando da prisão – elogiaram até o tratamento dispensado pelos policiais⁴⁵⁷. Como a historiografia mostra, geralmente nos inquéritos dos anos de chumbo da ditadura, os presos políticos de esquerda, sob tortura, assumiam ou eram obrigados a assumir suas “ações subversivas”, contrárias à ordem institucional, o que era usado por ocasião dos julgamentos na Justiça Militar para condená-los. A revista *Veja* chegou a exaltar o fato dos integrantes do MAC não terem sofrido sevícias, o que teria ajudado a “desfazer o mito de que para investigar o terror é preciso torturar os suspeitos”⁴⁵⁸. Não obstante, na mesma época, os chamados “terroristas de Barbacena”⁴⁵⁹, responsáveis por atentados em Minas Gerais, denunciaram que sofreram sevícias para se dizerem integrantes do grupo de esquerda Organização Socialista Internacional (OSI)⁴⁶⁰. Possivelmente, o fato dos integrantes do MAC, após serem sidos detidos e pressionados pela polícia da Paraíba, terem assumido logo a autoria dos atentados evitou que sofressem maiores violências.

⁴⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 04/12/1980.

⁴⁵⁸ *Veja*, 10/12/1980.

⁴⁵⁹ Foram presos o vereador do PMDB, Eduardo Villanova, seu irmão, Luís Villanova e um assessor, Caetano de Oliveira. *Tribuna da Imprensa*, 30-31/08/1980.

⁴⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 27/08/1981.

3.7 Os destoantes

A única mulher do MAC, detida juntamente com os colegas em Fortaleza, contava, à época, com 18 anos. Conforme o inquérito da PF, as razões alegadas pela jovem, Gina Olímpio, estudante recém-ingressa na Faculdade de Direito da UFC, para se envolver com o grupo, seria de ordem sentimental, pois namorava com Freitas Dalton, um relacionamento iniciado há pouco meses. A inserção política motivada por afeto ocorria comumente. Estudos mostram que, nos anos 1960, mulheres adentraram e se vincularam politicamente a organizações revolucionárias de esquerda, no início, pelo menos, por questões de afeto a maridos/namorados e proximidade com parentes e amigos, em um verdadeiro ativismo emocional (ROVAI, 2017, p. 238). Então, é perfeitamente possível que, em uma relação amorosa, Gina tenha se envolvido no MAC e que, mesmo não concordando com os atentados e ameaças, como alegou no testemunho à Polícia Federal, não apresentou condições pessoais, psicológicas ou afetivas para romper os laços com o namorado e os demais amigos e denunciar as ações terroristas.

Pelo que apuramos com pessoas próximas e antigos colegas de escola e universidade, e conforme informou a imprensa⁴⁶¹, a moça havia sido aluna de tradicional colégio de Fortaleza, o Marista Cearense, apresentando excelentes notas. Bem comportada, chegou a presidir o grêmio da referida instituição na segunda metade dos anos 1970. Os grêmios, em geral, embora fossem espa-

⁴⁶¹ O Povo, 05/12/1980.

ços de encontro e debates da juventude, tinham, naqueles anos de ditadura, funções sócio-desportivas, de realizar festas, jogos escolares, etc. (SAMPAIO FILHO, 2020). Segundo seus contemporâneos⁴⁶² e matéria do jornal O Povo⁴⁶³, Gina nunca chegara a manifestar, pelo menos não publicamente, pensamentos extremistas de direita ou de defesa da ditadura, nem envolvimento em grupo políticos. Segundo ainda aquele periódico, “até na universidade, sua participação era muito restrita em todas as atividades extra-classe”⁴⁶⁴.

O namoro com Dalton, porém, chamou a atenção de seus amigos e conhecidos. À “boca miúda”, muita gente questionava a diferença de idade do casal – o rapaz tinha 26 anos – e o “padrão de beleza” dele, distinto do dela. Houve mesmo quem afirmasse que o namoro de Dalton e Gina teria se transformado no que é chamado hoje de relação abusiva. Quando o historiador se depara com tantas versões, por demais conflitantes, sem provas concretas ou evidências mais consistentes, manda a prudência considerar e analisar cada possibilidade. A argumentação da relação abusiva é crível – ou pode ser uma reconstrução posterior de memória para justificar e minimizar a presença da moça no MAC. No inquérito, Gina Olímpia, com exceção do ataque à igreja do Montese, afirmou que só tomava ciência dos atentados quando estava dentro do carro do namorado, após ser apanhada em casa no começo da noite, e que nunca teria sentado com ninguém antes para traçar planos dos ataques⁴⁶⁵.

⁴⁶² Amiga do Colégio Marista Cearense, entrevistada pelo WhatsApp, a 28/08/2021.

⁴⁶³ O Povo, 05/12/1980.

⁴⁶⁴ O Povo, 05/12/1980.

⁴⁶⁵ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº

A relação seria tão abusiva ao ponto de a jovem ver-se obrigada a silenciar ante a série de ataques? Vale lembrar que, no testemunho, Gina não cita em nenhum momento que sofria coações da parte do namorado. Talvez porque, embora com Dalton detido também pela polícia, ainda o temesse ou porque, ao contrário, a relação não seria pautada em nenhuma coação irresistível. Não havendo uma relação abusiva, ao fazer uma acusação desse porte, muito provavelmente a jovem seria desmentida por Dalton, o que poderia atrapalhar as estratégias de defesa de ambos. No meio jurídico, quando acusados passam a acusar uns aos outros, abrem-se possibilidades para que sejam expostas as contradições dos discursos elaborados nas estratégias de defesa, favorecendo a acusação e dificultando as absolvições.

Na entrevista à imprensa, Gina, ao contrário de seus companheiros, mostrou-se bastante constrangida, indo às lágrimas e tentando esconder o rosto com as mãos, evidenciando sua vergonha e angústia. Negou qualquer culpa e afirmou que sequer sabia distinguir ideologicamente esquerda de direita⁴⁶⁶, uma assertiva de efeito, que parece ser mais uma afirmativa para corroborar a estratégia, já referida, de seu advogado Pádua Barroso, de negar questões políticas maiores nos ataques.

A jovem parece reproduzir o discurso cômodo do “eu não sabia”, muito frequente nas reconstruções de memórias acerca de episódios traumáticos e constrangedores, no qual indivíduos negam um passado no qual

205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁶⁶ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

houve, pelo menos, o consentimento acerca de condutas tidas posteriormente como condenáveis (CORDEIRO, 2018). No seu testemunho à PF, Gina não diz se chegou a recrimir os seus colegas à medida que os atentados iam sendo executados. A argumentação da relação abusiva e de que era levada de surpresa para os locais alvos dos ataques igualmente é cômoda, pois, vista de outra forma, servia de desculpa para justificar como a moça continuou tendo contato/amizade com os demais membros do grupo, inclusive, saindo com os mesmos para uma pizzeria após os atentados acontecerem.

Se Gina não apresentava afinidade ideológica com o MAC e nem teria papel maior na execução dos ataques, por que o namorado a levava, envolvendo-a e comprometendo-a, portanto, com as ações terroristas? Uma expectativa de atraí-la para seu modo de pensar extremista? Ou Dalton, tantas vezes alvo de *bullying* e tratamentos ofensivos, pretendia firmar a imagem de homem audacioso e politicamente ativo perante a namorada? Uma forma de evocar comportamentos definidores de uma masculinidade estereotipada (HUGGINS, HARITO-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006, p. 167 e 168), o “macho agressivo”, que se exhibe? Como diz Martha Huggins (2006, p. 173), os “homens de verdade”, conforme as expectativas de masculinidade patriarcal ocidental, devem ser capazes de dominar outros homens e as mulheres. Daí porque testes perfeitos da dominação masculina são os confrontos e situações que implicam perigo, seja físico, social ou intelectual.

Ou seria uma forma de não levantar desconfianças ou suspeitas quando o grupo realizava os ataques? Quem os visse, iria supor que se tratava apenas de um casal comum

de namorados, na companhia de amigos, se divertindo na noite fortalezense. Quem iria supor que uma “moça de boa aparência” estivesse envolvida em atos de terrorismo? Pode ser também, que, constituindo-se o MAC um grupo fechado em torno de uma causa, Gina, mesmo que não tivesse um papel mais ativo, acabasse contribuindo “moralmente” com os companheiros nas ações, afinal, estava ao lado deles, dava apoio implícito e endossava os atentados. Em ambas perspectivas, Gina, se não era uma perpetradora, atuava como facilitadora e espectadora da violência do MAC, ou seja, assumia uma postura passiva ante uma ação violenta realizada por terceiros, propiciando tacitamente sua prática, e, mais ainda, omitindo o que enxergava e escutava, visto que não denunciava nada às autoridades⁴⁶⁷. Em outros termos, a moça facilitou a execução dos ataques, consentiu com a destruição de patrimônio de terceiros, omitiu-se ante os riscos de pessoas serem atingidas pelas bombas e a onda de medo/angústia que ressoou na sociedade e aceitou todos os desdobramentos políticos que a série de atentados terroristas trouxe para a abertura no Brasil.

Observe-se, porém, que na referida entrevista à imprensa, o namorado Dalton discordou da argumentação sobre a moça nada saber da atuação do MAC, chegando a se ir-

⁴⁶⁷ “Em relação a quem pode vir a ser um operário da violência, é necessário pontuar a existência de três grandes grupos que promovem, participam ou aceitam a utilização da violência em uma determinada situação. O primeiro grande grupo são os perpetradores da violência, os agentes ativos na propagação de determinado ato (...). Em seguida, o segundo grupo são os facilitadores da violência, os agentes passivos em uma ação na qual há envolvimento da violência. (...). E, por fim, os espectadores, também denominados de comunidades circundantes, indivíduos que ficam no entorno do sistema de violência, omitindo o que enxergam e escutam (...)” (HUGGINS, Martha K. *apud* LINCK, 2021, p. 97).

ritar com os jornalistas quando indagado por que teria envolvido a namorada nos atentados: “Eu não envolvi. Esses termos que vocês usam dão assim uma conotação toda criminosa aos eventos”⁴⁶⁸. Em reação direta à fala de Gina, Dalton foi enfático ao afirmar que a moça “era de maior e entrou sabendo”⁴⁶⁹.

Vendo-se as matérias da imprensa, sobre a apresentação dos terroristas, e o inquérito da PF, transparece certa leniência na forma como Gina foi tratada. Sem maiores questionamentos, os jornalistas e o delegado abraçam a ideia de que ela estava sendo envolvida pelo namorado nos atos terroristas. O relatório do SNI, ao tratar da jovem, diz apenas que ela “esteve presente” aos locais dos ataques do MAC⁴⁷⁰. Essa postura de contemporização talvez se vincule a elementos estereotipados de gênero, etnia e classe. Uma mulher havia feito atos terroristas, algo condenável, sim, mas era uma jovem de boa condição socioeconômica, branca, universitária – não por acaso, os periódicos deram atenção a aspectos fenóticos de Gina em suas matérias, como os cabelos loiros e os olhos azuis.

⁴⁶⁸ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

⁴⁶⁹ O Estado de São Paulo, 04/12/1980. No inquérito da PF, Freitas Dalton afirma que Gina Olímpio “tinha conhecimento prévio de todas as ocorrências de que participou, inclusive, assistiu a montagem das dinamites feitas por [Juliano Bento], no interior do carro de sua propriedade”. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁷⁰ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

A conclusão é que não seria crível uma jovem mulher, de “boa aparência” e de “boa família”, com um futuro promissor, pudesse, por livre vontade, participar de ataques criminosos, praticar terrorismo ou outra violência qualquer, ainda mais para defender uma ditadura, a não ser que estivesse sendo envolvida e manipulada pelos outros “amalucados”. O próprio testemunho da jovem no inquérito parece evidenciar uma estereotipia de gênero, das mulheres como ingênuas, objetos da manipulação dos homens. A garota era buscada em casa, como companhia para o namorado, que, repentinamente, a levava para presenciar um atentado. É provável que a defesa possa ter usado, em sua estratégia, os estereótipos da passividade das mulheres de direita e da “boa aparência” e “ingenuidade” da moça para atenuar as acusações.

A ideia da jovem ingenuamente envolvida por um namorado terrorista acaba ratificando uma visão tradicional acerca das mulheres, inclusive as conservadoras, de que estas seriam instrumentalizadas e induzidas por homens a agirem politicamente. Ou seja, a política era espaço do homem, e as mulheres, tuteladas e subordinadas, apareciam quando convidadas e davam apoio moral e/ou meramente logístico, de modo que eram minimizadas em suas condições de atores políticos e sociais (CORDEIRO, 2009, p. 102 e seguintes). A historiadora Janaina Cordeiro (2009, p. 119), em pesquisa sobre o assunto, mostra que a atuação das mulheres conservadoras ultrapassava esses estereótipos, sendo elas, ao contrário, atores conscientes, com ações fruto de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas. O golpe de 1964 e o consenso em torno da ditadura, no começo dos anos 70, por exemplo, contaram com consentimento, adesões e participações ativas também de mulheres – questões como

anticomunismo e defesa dos valores da família, religião e pátria tinham repercussão junto aos setores femininos (CORDEIRO, 2015).

Não é surpresa, portanto, contrariando o clichê do “sexo frágil” e da subordinação à tutela dos homens, que mulheres tenham se envolvido na onda de atentados da extrema-direita no processo de distensão/abertura da ditadura. Não apenas por existirem mulheres contrárias à flexibilização do regime, mas, também, porque houve a participação delas como perpetradoras, facilitadoras e/ou espectadoras da violência durante os governos militares. A pesquisadora Lívia do Amaral Linck (2021), por exemplo, fez trabalho mostrando o papel do gênero feminino no contexto da ditadura, dando atenção às vivências da Tenente Neuza, codinome de Beatriz Martins, policial militar que atuou no DOI-CODI paulista. Mulheres fizeram parte do aparato oficial de repressão e algumas se envolveram nos grupos e ações terroristas da extrema-direita. O ex-delegado Cláudio Guerra conta que, no caso do ataque ao jornal O Estado de São Paulo, em novembro de 1983, sua parceira no atentado, com a qual simulava ser um casal de namorado, fora uma policial militar de alcunha Tânia (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 155 e 156).

Há outras fontes que apontam mulheres participando de ameaças ou dos ataques da extrema-direita. A ligação anônima feita ao diretório do PMDB, em 10 de agosto de 1980, informando sobre a existência de bomba no Teatro da Universidade Católica (TUCA), em São Paulo, era de uma voz feminina, que se identificou como integrantes da Falange Pátria Nova⁴⁷¹. Em Belém,

⁴⁷¹ Jornal do Brasil, 12/08/1980. Flávio Deckes afirma que a manifestação no Teatro ocorreu de forma tensa e que um indivíduo foi detido quando espalhava pó químico que irritou os olhos dos presente. “Identifica-

um ex-informante da polícia, Mário Franco, arrependido e temeroso de represálias as quais poderia sofrer, em virtude de seu envolvimento com terrorismo de direita, denunciou como integrantes do CCC e partícipes/responsáveis por atentados, várias pessoas ligadas à estrutura oficial de segurança, entre as quais a escrivã da polícia Amália Fonseca⁴⁷².

Um outro integrante do MAC que nos chamou a atenção, pelo perfil distinto, foi Juliano Bento, um artesão, nascido em Juazeiro do Norte. Enquanto os demais implicados eram solteiros e, na maioria, sustentados pelos pais, Juliano Bento, então com 27 anos, um dos mais velhos do grupo, apresentava o estado civil de casado, o que implicaria, em tese, maiores responsabilidades quanto a condutas, visto que tinha que manter uma família.

do apenas como Ricardo Amorim Novaes, através de documento falso expedido pela Universidade Mackenzie, o suspeito sequer foi fichado pelo DOPS e desapareceu sem que ao menos se soubesse o seu real endereço" (DECKES, 1985, p. 117).

⁴⁷² Jornal do Brasil, 20/09/1980; Isto É, 24/09/1980. O estudante Mário Franco, de 24 anos, dizendo-se arrependido, confessou a parlamentares do PMDB que era informante do DOPS, atuando, especialmente, como infiltrado no meio estudantil. Em depoimento na Assembleia Legislativa paraense, Franco apontou os nomes de vários agentes de órgãos locais de segurança como integrantes do CCC e envolvidos nos atentados terroristas que atingiram Belém em 1979 e 1980. O grupo terrorista teria como líder o agente Rubinete Chagas Nazaré e entre componentes, os agentes Roberto Martins (vulgo "Pantoja") e Amália Fonseca. As denúncias repercutiram na imprensa do País. Franco tentou pedir asilo ao Consulado da Bélgica, em Belém. O pedido de asilo foi negado e Franco acabou sendo entregue às autoridades brasileiras. Os integrantes dos órgãos de segurança negaram as acusações e tentaram desacreditar o jovem, chamando-o de "gay maluco". A escrivã Amália Fonseca o tachou de "esquizofrênico". Conforme ainda a imprensa, Mário Franco, em virtude da denúncia, recebeu várias ameaças de morte. O Globo, 19/09/1980; Jornal de Brasília, 23/09/1980; Veja, 24/09/1980.

Conforme o testemunho de Vladimir Trotsky à Polícia Federal, Juliano foi apresentado ao grupo por Freitas Dalton, em agosto de 1980, após o atentado feito à Igreja de Nossa Senhora do Nazaré. Não foi possível esclarecer qual era a relação entre Dalton e Juliano, nem de onde se conheciam, embora chame a atenção que os dois fossem naturais do Cariri (sul cearense) e que chegaram a morar em Juazeiro do Norte. O inquérito da PF, em mais uma omissão das investigações, não esclarece esse ponto. Qual o grau de proximidade dos dois, a ponto de Dalton aceitar Juliano no grupo e deixá-lo a par dos atentados terroristas, então bastante repercutidos (e condenados) pela imprensa? Pelo que se depreende dos testemunhos, Bento era figura de confiança de Dalton, sendo responsável pela execução de várias das ações terroristas do MAC.

Juliano, conforme o inquérito da PF, apresentava como profissão a de carpinteiro, ou seja, era um artesão, um trabalhador manual, diferenciando-se naquele grupo composto por estudantes, um professor e um funcionário público bem remunerado. Sua incorporação ao MAC poderia ter um sentido prático: ajudar ou incrementar a confecção dos materiais explosivos. De acordo ainda como o inquérito, Juliano seria habilidoso profissional, com perícia para montar bombas e artefatos caseiros, como metralhadoras e granadas⁴⁷³. Segundo a imprensa, o domínio

⁴⁷³ Freitas Dalton, no inquérito da PF, diz que Juliano apresentava habilidade na confecção de artefatos explosivos e armas caseiras. Chega a afirmar que a pólvora achada em sua casa quando da prisão pela PF, a do mesmo tipo usada no atentado ao DCE/UFC, havia sido passada por Juliano, que também teria tentado lhe vender uma metralhadora que fabricara artesanalmente. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de

da técnica de fabricar bombas teria vindo de sua vivência com explosivos, quando trabalhou em uma pedreira, em Fortaleza⁴⁷⁴. As habilidades de Bento devem ter sido bem úteis ao MAC, que passou a produzir artefatos mais potentes daí em diante, como se percebe nos ataques à Praça do Ferreira e ao DCE da UFC.

A situação econômica inferior e o aspecto popular de Juliano podem ser conjecturados a partir das falas dos seus colegas no que se refere ao atentado à Praça do Ferreira. Pelos testemunhos dados à PF, a ideia inicial do MAC seria a de jogar a dinamite na Igreja do Patrocínio, na Praça José de Alencar⁴⁷⁵.

Incumbido de atirar o explosivo neste logradouro, Juliano teria recuado, “vez que ali se achavam várias pessoas conhecidas”, conforme relataram Gina Olímpia e Lucas Calvino em seus testemunhos⁴⁷⁶. Tal assertiva permite duas possibilidades, sem que uma descarte a outra: Juliano, sendo frequentador da Praça José de Alencar, poderia acabar sendo identificado ao colocar a dinamite e/ou temia que, ocorrendo a explosão, pudessem sair feridas pessoas com as quais tinha algum contato. Como dito, nos anos 1980, o centro histórico de Fortaleza sofria

Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴⁷⁴ O Povo, 11/12/1980.

⁴⁷⁵ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁷⁶ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

um processo de massificação e abandono por parte das elites e da administração pública, processo que atingia com intensidade a Praça José de Alencar e seu entorno. O logradouro, que também era lugar usado para as manifestações das esquerdas, funcionava como uma espécie de terminal de ônibus à época, sendo grande o fluxo de transeuntes. Matérias da imprensa condenavam a “tomada” da Praça e áreas próximas por camelôs⁴⁷⁷. Assim, a Praça José de Alencar era bem mais popular que a Praça do Ferreira, no sentido de ser ocupada e frequentada por setores mais pobres da sociedade.

O temor de ser reconhecido em um eventual atentado à Praça José de Alencar pode, portanto, indicar as origens e/ou condições sociais e econômicas modestas de Juliano. O artesão frequentaria o logradouro e apresentaria ali amigos e conhecidos – alguns clientes de seus serviços de marcenaria, camelôs, motoristas e trocadores de ônibus, colegas que frequentavam os bares e restaurantes das proximidades, simples transeuntes, etc. Se na Praça do Ferreira era mais fácil os extremistas do MAC passarem incólumes, haveria riscos maiores para o grupo ao atacar a Praça José de Alencar, pois um dos seus, Juliano, era um rosto já visto no local e, assim, poderia não passar despercebido, ainda que a explosão fosse feita no começo da noite e a região também tivesse uma péssima iluminação. Ante tais riscos, Juliano e o grupo deliberaram ser mais prudente atacar a Praça do Ferreira, em um atentado que teria impactos semelhantes, talvez até maiores, visto que esta praça era o “coração da cidade”.

Apresentando uma situação econômica e social tão diferente dos demais extremistas, restaria saber por quais motivos Juliano Bento envolveu-se com o MAC.

⁴⁷⁷ Correio do Ceará, 09/02/1981.

Sem cair em estereótipos ou em reducionismos, não é de se estranhar que pessoas de menor condição econômica abraçassem o anticomunismo. As representações anticomunistas, tão disseminadas na sociedade, portanto, poderiam, sim, ajudar a entender por que um carpinteiro, de situação social modesta, envolveu-se nos atentados terroristas, confeccionando bombas e armas e atacando alvos.

A proximidade e o desnível econômico entre um carpinteiro humilde e um servidor público bem remunerado, como Dalton, abrem outras perspectivas para se buscar entender o envolvimento de Bento com o MAC. E se o carpinteiro, sendo um anticomunista radical ou não, tivesse se envolvido na série de atentados do Movimento Anticomunista por motivações, prioritariamente, de ordem pecuniária? No inquérito da PF, é dito que “(...) a mando de Freitas Dalton, Juliano se prontificou em participar do aludido sequestro [de uma jovem em Recife], inclusive, recebeu daquele elemento, além de passagens, certa quantia em dinheiro”⁴⁷⁸. Homem pobre, artesão de poucos recursos, chefe de família, Juliano poderia ter tido em Dalton um cliente abastado, que lhe remunerava bem pelos serviços prestados. Assim, independentemente dos aspectos ideológicos e políticos envolvidos, pode-se conjecturar que, para o carpinteiro, confeccionar as bombas e armas seria mais um “serviço” a ser realizado a um cliente abastado, talvez até por valores pecuniários maiores, tal a ilicitude e a periculosidade envolvidos.

⁴⁷⁸ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

A ideia do artesão como um “empregado do MAC” (ou de Dalton) pode ser talvez confirmada pelo fato de que após, entrar no grupo, Bento executou ou participou dos atentados de maior repercussão (DCE e Praça do Ferreira), inclusive, se deslocando para Recife para novas ações, em uma estadia, como visto, bancada pelo dinheiro de Dalton⁴⁷⁹. Ou seja, estamos querendo dizer que havia uma possibilidade de Juliano nem ser simpatizante de ideias de extrema-direita ou contrárias à abertura política, mas que agia, obedecia às ordens de Dalton, tendo em conta a remuneração que poderia receber. Sintomático que os outros implicados chamassem Juliano de “Chapa”⁴⁸⁰, gíria para amigo, colega, talvez no sentido de que fosse alguém prestativo, à disposição do que o grupo terrorista desejava.

Haveria aí, não obstante, um complicador. Estando como “contratado” e não apresentando, portanto, fidelidade ideológica às pretensões políticas do MAC, Juliano era o “elo” fraco do grupo, isto é, poderia relatar situações e detalhes que comprometeriam os demais envol-

⁴⁷⁹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. Freitas Dalton teria pago a passagem de Juliano e lhe passado a quantia de quatro mil cruzeiros, dinheiro usado para bancar a estadia do carpinteiro e de outros dois membros do grupo quando dos deslocamentos dos mesmos a João Pessoa/Recife, para traçar planos acerca de atentados, sinais de como Dalton confiava em Juliano e de como existia um elemento pecuniário na relação entre os dois.

⁴⁸⁰ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

vidos nos atentados. Coincidência ou não, com a queda do MAC, Juliano foi o único a não ser capturado – seria, inclusive, julgado à revelia. Como não estava preso e, em rigor, era o elemento discrepante (o mais pobre, um dos mais velhos, o de menos laços com os outros terroristas), nos testemunhos à PF, os extremistas pareceram enfatizar o papel de Juliano das ações. Vladimir Trotsky, por exemplo, disse que: “[Juliano] sempre informava a Freitas Dalton que novas ações deveriam ser processadas pelo grupo, com maior seriedade, comprometendo-se, inclusive, a fornecer o material explosivo necessário”.⁴⁸¹ Dalton jogou mesmo grande parte da culpa e da responsabilidade dos atentados no artesanato, que virou assim uma espécie de bode expiatório do terrorismo. Do testemunho de Freitas Dalton à PF, lê-se que:

[Dias após o ataque à Igreja do Montese] foi visitado pelo elemento [Juliano Bento], que não via há alguns meses, ocasião que [Dalton] contou-lhe dos eventos já ocorridos; que [Juliano Bento] ofereceu ao depoente, naquela ocasião, o tubo de pólvora que ora lhe é exevido [sic] e que se encontra apreendido nos autos, assim como um cilindro de ferro bipartido a ser preenchido com pólvora para ser utilizado como bomba; que referido material foi trazido alguns dias depois e entregue a [Dalton] e a [Vladimir Trotsky]”.

(...) [Após o ataque ao DCE da UFC] foi novamente visitado por [Juliano Bento], o qual trazia consigo uma metralhadora de fabricação caseira e a ofereceu vender [a Dalton], alegando necessidade de dinheiro, isto por estar com a mulher doente.

⁴⁸¹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

(...) Que [Dalton], juntamente com [Lucas Calvino], encontraram incidentalmente com [Juliano Bento], o qual ofereceu a ideia de pôr uma bomba na Praça do Ferreira, objetivando comemorar a vitória de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos (...). Que acredita que todo o arsenal apreendido no Recife e em João Pessoa pertencesse a [Juliano Bento], o qual possuía habilidade na confecção desses artefatos”⁴⁸².

Pode ser que se trate de mais uma estratégia de defesa dos acusados, atribuir a culpa ao único integrante do grupo que não foi capturado pela polícia, precisamente o de menor condição econômica, com quem tinham menos laços e que permaneceu foragido até, pelo menos, o julgamento das ações do MAC, em 1982, conforme a imprensa⁴⁸³. Muito reconfortável para os jovens retratar como radical e passar as maiores responsabilidades dos atentados para o carpinteiro, o indivíduo que montava os petardos e realizava pessoalmente os ataques.

No mínimo, é curioso que gente de classe média, com instrução universitária, aceite a liderança ou seja induzida por uma pessoa de menor condição econômica e sem maiores estudos – segundo a imprensa, Juliano teria apenas o primário (atual ensino fundamental) completo⁴⁸⁴. Surpreende, por outro lado, como um homem de poucos recursos, perseguido pela Polícia Federal e cuja foto

⁴⁸² Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁸³ O Povo, 25/08/1982.

⁴⁸⁴ Tribuna do Ceará, 10/12/1980.

apareceu até na imprensa como foragido⁴⁸⁵, tenha se evadido e não tenha sido capturado. Como conseguiu fugir? Para que local foi? Como se sustentou? Quem manteve sua família? Quem o acolheu e protegeu? Infelizmente, não conseguimos respostas para nenhuma destas perguntas. Durante a realização da pesquisa, descobrimos que o carpinteiro morava em Juazeiro do Norte. Tentamos, mas não foi possível um contato.

⁴⁸⁵ O Povo, 11/12/1980.

CAPÍTULO 4:

O MAC DETIDO

Noite de 13 para 14 de novembro de 1980. Uma blitz de rotina da Polícia Militar da Paraíba, nas imediações da Praça da Independência, em João Pessoa. Ante o aumento dos casos de furtos e de roubos de carros e de assaltos à mão armada, realizados por uma quadrilha, as autoridades paraibanas intensificaram as fiscalizações. Constataram que os criminosos agiam em Recife, Patos e Campina Grande, e se deslocavam para João Pessoa, na intenção de se homiziar. Daí a atenção aos carros vindos dessas cidades. Por acaso, um dos veículos parados, com placas de Recife, foi um fusca, no qual se encontravam três jovens. Talvez o nervosismo do trio tenha despertado a atenção dos policiais na abordagem. O veículo foi inspecionado rigorosamente, sendo, então, encontrados um revólver calibre 38, uma metralhadora de fabricação caseira, duas máscaras para assalto e uma pequena porção de maconha. Os rapazes foram imediatamente detidos e levados para a Delegacia de Furtos e Roubos de João Pessoa, sob a suspeita de serem ladrões de carros⁴⁸⁶.

Assustados com a detenção, pressionados pelos policiais e vendo-se em dificuldades para justificar a posses das armas, Vladimir Trotsky, Lucas Calvino e Cleiton Ferraz⁴⁸⁷ acabaram confessando que faziam parte de um grupo chamado MAC (Movimento Anticomunista)

⁴⁸⁶ União, 15-16/11/1980.

⁴⁸⁷ Decidimos usar pseudônimos para garantir a liberdade de análise e pesquisa.

e que, após meses atuando em Fortaleza, estavam buscando expandir as ações para outras cidades. A apreensão dos armamentos e a revelação dos jovens surpreenderam delegados e policiais e deram um novo rumo ao caso, cujas investigações foram, então, repassadas para a alçada da Polícia Federal. Finalmente, alguns dos terroristas de extrema-direita, que vinham agindo impunemente no Brasil há meses, eram detidos pelas autoridades. Em menos de duas semanas, a PF capturou, em Fortaleza, a maior parte dos componentes do MAC⁴⁸⁸. Antes mesmo que o inquérito fosse concluído, os jovens extremistas foram apresentados à imprensa, em uma coletiva, na capital cearense, a 3 de dezembro de 1980, um possível indício de como o governo federal buscava capitalizar com o episódio.

A “queda” do MAC ajuda a entender detalhes sobre os embates políticos e as elaborações de representações e memórias que se deram no processo de transição/abertura da ditadura civil-militar, fosse da parte da imprensa, dos opositores ou do próprio governo do presidente João Figueiredo. A intenção deste capítulo é refletir sobre as posturas e os interesses mobilizados por alguns sujeitos históricos em virtude da detenção dos integrantes do Movimento Anticomunista cearense. Como os periódicos se apropriaram da prisão dos extremistas, em um momento em que avançavam as teses de democratização do País entre amplos setores da

⁴⁸⁸ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_80000687_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

sociedade? Como a detenção dos membros do grupo foi recebida pela gestão João Figueiredo, então atacada, de um lado, por setores militares contrários à flexibilização do regime (chamados genericamente de “linha dura”) e, de outro, pressionada pela oposição e pela opinião pública para conter a onda terrorista que sacudia o País? Como os agentes estatais, especificamente os do judiciário, trataram os integrantes do MAC cearense, ao que consta, os únicos implicados nos atentados de extrema-direita quando da distensão/abertura da ditadura a serem identificados, aprisionados e processados no País?

4.1 Rollecracia

Uma das táticas dos advogados de defesa dos integrantes do MAC, por ocasião do julgamento na Justiça Militar, foi argumentar que tudo não passara de uma brincadeira de jovens irresponsáveis, sem objetivos políticos⁴⁸⁹. Os deslocamentos de integrantes do grupo para outras cidades do Nordeste, na intenção de praticar ações terroristas, podem ser entendidos como evidências em contrário. Mergulhados em representações anticomunistas, cada vez mais apegados às causas defendidas e motivados pelos êxitos em Fortaleza (e a impunidade), os jovens resolveram alargar a atuação contrária à abertura para outros estados. Pode-se dizer que, como comumente ocorre em grupos terroristas (BONA-NATE, 2004, p. 1242), o MAC ampliou em quantidade e em radicalização as ações extremistas, em relação ao que vinha realizando em Fortaleza há semanas.

⁴⁸⁹ Correio do Ceará, 26/08/1982.

Conforme o relatório final do inquérito da Polícia Federal⁴⁹⁰, o MAC passou a agir em Pernambuco e, extensivamente, na Paraíba, a partir de outubro de 1980, deslocando alguns de seus integrantes de Fortaleza para Recife, Olinda e João Pessoa. A intenção de promover ações em Pernambuco pode ser associada ao dinamismo político maior do estado vizinho, ou seja, atentados ali teriam maior repercussão que os feitos em Fortaleza e, por extensão, provocariam maior impacto junto ao processo de abertura. Uma das ações que pretendiam era a de estourar uma bomba em um shopping de Recife⁴⁹¹, o que, se realizado, teria tido enorme repercussão. Não custa lembrar que, com a Lei da Anistia de 1979, uma das figuras mais destacadas que regressara do exílio para Pernambuco fora o ex-governador, derrubado em 1964, Miguel Arraes, enfurecendo conservadores (SOARES, 2018). Flávio Deckes (1985, p. 35) diz que, com o retorno do Arraes, houve uma vigorosa campanha anticomunista nas ruas de Recife, com pichações, panfletos, ameaças e atentados, inclusive se verificando ataques e ameaças por parte de indivíduos e grupos, como o Comando de Caças aos Comunistas (CCC) e a Falange Pátria Nova. No estado destacava-se,

⁴⁹⁰ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81001550_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

⁴⁹¹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

igualmente, a liderança, de dimensão nacional, do arcebispo Dom Hélder Câmara, ligado ao clero progressista.

Conforme a Polícia Federal, os membros do Movimento Anticomunista planejaram também, em Recife, sequestrar a menor de idade Suzana Meira Lins, filha de conhecido empresário local, proprietário da firma Meire Lins Automóveis S/A, revendedora de carros da marca Volkswagen⁴⁹². Chegaram a alugar uma casa localizada na Praia do Pau Amarelo, em Olinda, na intenção de manter a sequestrada e cobrar o resgate⁴⁹³. Na entrevista, em que foram apresentados à imprensa, um dos extremistas, Cleiton Huno, disse que, com o dinheiro do sequestro, “[nós] pretendíamos nos organizar e adquirir mais armas”⁴⁹⁴.

É presumível que, dessa maneira, o MAC objetivava melhor se estruturar e persistir nas ações terroristas. Não por acaso, sob orientação de Freitas Dalton, o “especialista” em armas e bombas do grupo, Juliano Bento, foi deslocado para Recife, no dia seguinte ao atentado ocorrido na Praça do Ferreira (5 de novembro de 1980). Bento levou consigo armamentos e dinamites, material que foi armazenado na casa alugada em Olinda.

⁴⁹² Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. Segundo a imprensa, a intenção dos militantes do MAC era pedir um resgate de 2 milhões de cruzeiros. Correio do Ceará, 04/12/1980.

⁴⁹³ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁹⁴ Tribuna da Imprensa, 04/12/1980.

Se o grupo expandia o raio de ação para outros centros, necessitava de mais recursos. Daí a decisão de promover ações para obter fundos, o que até então não tinha ocorrido em Fortaleza, onde a movimentação do MAC era financiada por Freitas Dalton. A atuação em outros estados exigia mais dinheiro para custeio de deslocamentos, hospedagem, alimentação, etc., afora os ônus para bancar a realização das ações, a exemplo do aluguel da referida casa em Olinda⁴⁹⁵. Os extremistas teriam planejado, igualmente para obter fundos, um assalto à bilheteria de uma pista de patinação, a Tropical Roller Skate⁴⁹⁶.

No testemunho à PF, os componentes do MAC alegaram que acabaram desistindo do sequestro da filha do empresário, pois “a garota sempre estava acompanhada e isso dificultava a ação”⁴⁹⁷. Não há como confirmar se,

⁴⁹⁵ Em seu depoimento à Polícia Federal, Lucas Calvino diz que a casa em Olinda foi alugada por dois meses, sendo pago, pelo primeiro mês, o valor de 7500 cruzeiros, algo em torno hoje de 1875 reais, a partir do dinheiro repassado por Freitas Dalton a Cleiton Huno. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. Valor estipulado conforme o conversor do jornal O Estado de São Paulo. <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso a 11/07/2020.

⁴⁹⁶ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁴⁹⁷ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia

de fato, desistiram do sequestro ou se não tiveram tempo de concretizá-lo, em virtude do desmantelamento do grupo. Se a polícia constatou que pretendiam sequestrar alguém, não seria lógico que os jovens detidos mantivessem essa intenção perante as autoridades, a fim de evitar mais complicações judiciais. De qualquer forma, como tratamos no capítulo 1, o recurso a sequestros, extorsões, chantagens, etc. marcou também a conduta de alguns grupos ou de extremistas de direita na onda terrorista contrária à abertura.

Descobrir quem seria o financiador das atividades do MAC e as eventuais conexões com extremistas de outros pontos do País foram dois dos objetivos principais das investigações da PF, segundo a imprensa⁴⁹⁸. Pelos testemunhos colhidos para o inquérito⁴⁹⁹, os extremistas deram a entender que era o dinheiro de Freitas Dalton que possibilitava a atuação terroristas e foram taxativos ao informar que o grupo fora montado por eles próprios, sem vinculações ou orientações de organizações de fora do estado. Se reais os esforços de investigação, a PF não conseguiu, ao fim de seu trabalho, evidências que desmentissem o que afirmavam os integrantes do MAC. Ratifica-se, assim, o entendimento de historiadores sobre a atuação de grupos terroristas parecidos, como o CCC (BRASIL, 2010; LOPES, 2014; LIMA, 2020): os extremistas agiam isoladamente, sem ligações com

Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁴⁹⁸ O Estado de São Paulo, 04/12/1980; O Fluminense, 11/12/1980.

⁴⁹⁹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

organizações ou grupos nacionais, se apropriando, nos locais em que viviam, de siglas e denominações associadas à violência e anticomunismo.

Segundo apurou O Estado de São Paulo junto à Polícia Federal, quando perguntado o porquê de passarem a atuar em outros estados, um dos extremistas (não identificado na matéria do jornal) afirmou que buscavam maior publicidade e “projeção do Nordeste”, pois os “jornais só noticiavam atentados no sul do País”⁵⁰⁰. A resposta evasiva, por um lado, parece ratificar a ideia, já exposta, da busca de maior publicização nos atos contrários à distensão, e por outro, parece ser um “ato falho”, pois deixa implícito o objetivo político do MAC, o que os extremistas cearenses negavam ter. Ora, os “grupos do sul” agiam para barrar a flexibilização do regime, como evidenciavam explicitamente em seus manifestos a Falange Pátria Nova, o Comando Delta, entre outros.

Os extremistas cearenses deslocados para Pernambuco e Paraíba pareciam ser aqueles mais comprometidos ideológica e politicamente com as causas do MAC. Não por coincidência, haviam sido responsáveis por atirar os artefatos explosivos nos ataques em Fortaleza – no caso, Vladimir Trotsky, Cleiton Huno e Juliano Bento (considerando que este agisse por razões não financeiras). Em João Pessoa, no mês de outubro, Vladimir contactou e integrou mais uma pessoa ao grupo, Lucas Calvino, um amigo universitário, estudante de Direito, de origem gaúcha⁵⁰¹. Calvino se deslocou junto àqueles

⁵⁰⁰ O Estado de São Paulo, 31/12/1980.

⁵⁰¹ No seu interrogatório, Lucas Calvino disse ter conhecido Vladimir Trotsky e Freitas Dalton em 1979, na capital paraibana, e Cleiton Huno, no carnaval de 1980. Relatório de informação do Serviço Nacional de

integrantes do MAC algumas vezes a Recife e a Fortaleza, onde, inclusive, se envolveu no ataque a bomba na Praça do Ferreira, a 5 de novembro⁵⁰².

As idas e vindas dos extremistas entre Recife e João Pessoa não foram esclarecidas pela Polícia Federal. Como as duas cidades não são tão distantes geograficamente, os terroristas poderiam usar a capital paraibana como uma base secundária, para não chamar a atenção das autoridades pernambucanas sobre o que pretendiam realizar em Recife. Também pode se levar em conta os laços dos jovens com João Pessoa, afinal, o mais novo integrante do grupo, Lucas Calvino, residia na cidade e ali também morou, por um tempo, Vladimir Trotsky, quando trabalhou como professor de física em um renomado cursinho preparatório para pré-vestibulares⁵⁰³. A imprensa chegou a alardear que os extremistas pretendiam praticar ações terroristas também na capital paraibana, sem, porém, apontar quais seriam os eventuais alvos⁵⁰⁴.

Os deslocamentos e as estadias em Recife e João Pessoa não deixaram de contar com o aporte financeiro e as diretrizes políticas de Freitas Dalton. Nos testemunhos dados à PF, os extremistas afirmaram que vinham sempre

Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁵⁰² Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵⁰³ União, 15-16/11/1980.

⁵⁰⁴ Tribuna do Ceará, 11/12/1980.

a Fortaleza para comunicar o andamento das ações e saber das orientações de Dalton, afora receber recursos financeiros – talvez por razões de segurança, para não deixar pistas sobre o que faziam, evitassem contatos por telefones e transferências bancárias. O “novato” Lucas Calvino, por exemplo, denotando sua adesão à causa do MAC e a disposição para agir, veio a Fortaleza parlamentar com Freitas Dalton, com a intenção de informar dos planos do sequestro da filha do empresário pernambucano. O mesmo Clóvis afirmou que Dalton passara para Vladimir Trotsky, quando de uma das viagens a João Pessoa, a quantia de 50 mil cruzeiros, justificando que se tratava de um empréstimo⁵⁰⁵. Juliano Bento, por sua vez, quando se deslocou à capital pernambucana, recebeu de Dalton uma passagem e quatro mil cruzeiros⁵⁰⁶. Na ida a João Pessoa, em outubro de 1980, Vladimir Trotsky e Cleiton Huno teriam se hospedado por dez a quinze dias no hotel Manaíra, com recursos disponibilizados por Dalton⁵⁰⁷. O “chefe”,

⁵⁰⁵ A versão foi confirmada por Vladimir Trotsky em seu depoimento. Já Dalton afirmou que o dinheiro repassado a Vladimir visava comprar uma máquina calculadora científica. Hoje, o valor seria em torno 12.500 reais, conforme o converso de valores do site do jornal O Estado de São Paulo <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso a 11/07/2023. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

⁵⁰⁶ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵⁰⁷ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de

porém, continuava sem efetivamente realizar as ações – conforme o inquérito da Polícia Federal, Freitas Dalton teria dito a um dos extremistas que só não participaria da ação de sequestro planejada pelo MAC para Recife porque “tinha compromisso inadiável” em Fortaleza⁵⁰⁸.

No início de novembro de 1980, Calvino, Bento, Vladimir e Cleiton Huno se encontravam em João Pessoa, em posse de um carro, um fusca, alugado em Recife. No testemunho à PF, afirmaram que pretendiam vender na cidade uma metralhadora caseira (fabricada por Juliano Bento), visto que “o grupo começou a se sentir sem dinheiro”⁵⁰⁹. Teriam procurado um militante de esquerda paraibano, Antônio Augusto Arroxelas Macedo, para efetivar a negociação. Arroxelas fora líder estudantil dos anos 1960 e vereador cassado com o golpe de 64⁵¹⁰. Recém regresso do exílio, naquele momento, se destacava nas mobilizações pela democratização do País. Em

Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵⁰⁸ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵⁰⁹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵¹⁰ <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/antonio-augusto-macedo>; <https://www.joaopessoa.pb.leg.br/imprensa/noticias/cmjp-lamenta-a-morte-do-ex-vereador-antonio-augusto-arroxelas>; <http://www.blogdomarconecampos.com.br/2018/10/morre-em-joao-pessoa-o-professor-ex.html>. Todos acessos a 20/03/2023.

1982, seria eleito vereador novamente, como o mais votado de João Pessoa, e em 1986, deputado da Assembleia Nacional Constituinte. Tinha amizade ou, pelo menos, algum contato anterior com Vladimir Trotsky, com quem havia trabalhado numa escola, conforme informa o inquérito. À PF, Arroxelas relatou que:

“(...) foi procurado por [Vladimir Trotsky], ocasião que estabeleceu com o nominado um ligeiro diálogo, e que no dia seguinte, [Vladimir] novamente com ele contactou, desta feita em sua residência, oportunidade que ofereceu-lhe [sic] e exibiu-lhe duas armas, dizendo tratar-se de metralhadoras, alegando que o indivíduo cognominado “Chapa” [Juliano Bento], ali presente, era armeiro e que tais armas haviam sido por ele fabricadas e que necessitavam vendê-las. Apesar da insistência de [Vladimir], o depoente recusou-se a adquirir aquele armamento. Todavia, face as informações prestadas por [Vladimir], de que não possuía dinheiro para o sustento nesta capital [João Pessoa] e, se tratando de um ex-funcionário do colégio do qual é diretor, emprestou-lhe quantia de dois mil cruzeiros, justamente para se ver livre daquele elemento”⁵¹¹.

⁵¹¹ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. Os extremistas do MAC disseram, no inquérito, que Arroxelas se interessou pela arma, adiantando-lhes uma parte do valor e acertando pagar o resto em data posterior, quando, a metralhadora, enfim, lhe seria entregue. Vladimir Trotsky falou em 2 mil cruzeiros recebidos, Lucas Calvino menciona 5 mil cruzeiros. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ce-

A versão de Arroxelas, aparentemente, tinha fundamento e foi aceita pela polícia, visto que o mesmo não foi indiciado ao fim da investigação. Estariam os extremistas, de fato, passando por algum aperto financeiro? Como se encontravam há, mais ou menos, um mês se hospedando e se deslocando entre João Pessoa e Recife, é possível que o dinheiro inicial passado por Dalton estivesse acabando. Além disso, a metralhadora não apresentava tanta utilidade para os atentados, vistos que os jovens tinham ainda consigo os revólveres, afora os explosivos deixados na casa alugada em Olinda. Pretendiam realizar alguma ação em João Pessoa com as armas? O inquérito da PF não esclarece esse ponto.

Após a frustrada tentativa de vender a metralhadora, Juliano Bento regressou ao Ceará. Com o desmantelamento do MAC, verificado nas semanas seguintes, conseguiu se evadir, não sendo capturado (seria, inclusive, julgado à revelia). Calvino, Vladimir e Cleiton Huno permaneceram na capital paraibana e, na noite de 13 para 14 de novembro de 1980, após serem detidos em uma blitz da Polícia Militar contra furtos e roubos de carros, acabaram revelando suas atuações em ações terroristas contrárias ao processo de abertura da ditadura civil-militar, assumindo a responsabilidade por alguns dos pichamentos, atentados e telefonemas anônimos promovidos em Fortaleza⁵¹².

A partir do que os jovens disseram nos interrogatórios preliminares, foram solicitadas diligências à polícia de Pernambuco, que promoveu, então, uma “batida” na

ará. Arquivo Nacional.

⁵¹² Correio do Ceará, 04/12/1980. O jornal informa que os implicados assumiram alguns dos telefonemas anônimos, explicitamente os feitos a agências do INPS.

casa alugada pelo grupo em Olinda. Nesta foram encontrados um rifle semiautomático calibre 32, várias bananas de dinamites e uma granada de mão, de fabricação caseira. Segundo os acusados e a denúncia da Polícia Federal, tal material teria sido trazido de Fortaleza por Juliano Bento⁵¹³, na intenção de praticar ações extremistas em Recife (como dissemos no capítulo anterior, seria uma constante, entre os envolvidos, atribuir ao artesão a responsabilidade maior da conduta do grupo).

As armas e a confissão do trio, dando a entender que se tratavam de ações terroristas, fizeram com que o caso fosse repassado para alçada da Polícia Federal, conforme a nova determinação do Ministério da Justiça sobre a onda de atentados. O governo federal, agastado e pressionado pela sociedade e oposição, mudara de postura desde a repercussão dos atentados à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em fins de agosto de 1980. A 21 de novembro foi aberto um inquérito (nº 067/80-SR/DPF/PB) pela Delegacia da Polícia Federal da Paraíba, ficando as investigações a cabo do delegado Antônio Carlos Monteiro. A prisão dos jovens foi noticiada, a princípio, pelo jornal paraibano União como a de assaltantes comuns, inclusive, com fotos deles na capa da edição de 15/16 de novembro de 1980⁵¹⁴.

⁵¹³ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas - João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. Os jornais divulgaram, à época, que os três jovens foram presos pela blitz da polícia sob a acusação de terem tentado roubar um automóvel ou o pneu de um carro. Não foi possível, na pesquisa, confirmar essa versão. Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵¹⁴ “Ex-professor é preso assaltando com metralhadora”. União, 15-16/11/1980.

A suspeição de que fariam parte de um grupo terrorista de direita e as investigações sob a responsabilidade da PF foram, de início, mantidas em sigilo pelas autoridades. Apenas no final do mês de novembro, os jornais, especialmente os de João Pessoa e Fortaleza⁵¹⁵, mas também alguns de outros centros do País, em pequenas matérias, sem maiores detalhes, começaram a informar que responsáveis por ataques terroristas à capital cearense haviam sido detidos na Paraíba⁵¹⁶.

Para aprofundar as investigações e capturar outros integrantes do MAC, o delegado Antônio Carlos Monteiro e uma equipe de policiais federais da Paraíba deslocaram-se, em avião da FAB, para Fortaleza. Trouxeram também Calvino, Vladimir e Cleiton Huno, de modo que estes ficassem mais rapidamente à disposição para eventuais esclarecimentos. Com os nomes dos envolvidos, a PF logo deteve os demais implicados, com exceção de dois, os já citados Juliano Bento e Caio Dalton, irmão do “chefe” do MAC⁵¹⁷. Caio se apresentou à Justiça

⁵¹⁵ União, 30/11/1980; O Povo, 30/11/1980; Tribuna do Ceará, 1º/12/1980.

⁵¹⁶ O Jornal do Brasil, de 30 de novembro de 1980, informa da prisão dos integrantes do MAC.

⁵¹⁷ Foram detidos em Fortaleza Freitas Dalton, Gina Olímpio, Fernando Farias e Matias Machado. Na casa de Freitas Dalton foi encontrado um tubo de tinta spray e certa quantidade de pólvora, do mesmo tipo que foi usada no atentado ao DCE da UFC. Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. Conforme relatório do SNI, estavam foragidos, na oportunidade, Caio Dalton e Juliano Bento. Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional.

Militar meses depois, a 16 de março de 1981⁵¹⁸, sendo também preso, enquanto Juliano permaneceu foragido. Os dois tiveram suas fotos publicadas nos jornais, na intenção de que as autoridades obtivessem a ajuda na população na captura⁵¹⁹ (a estratégia também foi usada pelo regime no começo dos anos 70, no combate aos guerrilheiros de esquerda). A imprensa informaria, nos dias seguintes, o esforço da PF na caça aos terroristas foragidos⁵²⁰.

Foram detidos, em Fortaleza, Freitas Dalton, Gina Olímpio, Fernando Farias e Matias Machado. Alvos de prisão provisória⁵²¹, entre os últimos dias de novembro e os primeiros de dezembro, os acusados prestaram interrogatório na sede da delegacia da Polícia Federal local.

O conteúdo das investigações, com várias informações acerca da atuação do MAC em Fortaleza, e a transcrição dos testemunhos prestados à polícia pelos extremistas foram objetos de um relatório da agência cearense do SNI, datado de 12 de dezembro de 1980. O texto foi enviado à agência central do Serviço Nacional de Informações e difundido dentro da comunidade de inteligência. O fato de o informe ter sido produzido antes mesmo que o inquérito da PF tivesse sido concluído, bem como sua propagação pela comunidade de informação, talvez evidenciem como o caso repercutiu para o regime.

⁵¹⁸ Diário do Nordeste, 24/08/1982.

⁵¹⁹ O Povo, 11/12/1980.

⁵²⁰ O Povo, 11/12/1980.

⁵²¹ Jornal do Brasil, 04/12/1980

Outro sinal de como o governo deu atenção aos atentados do MAC cearense, com intenções de algum ganho político, como trataremos adiante, é que a 3 de dezembro de 1980, os integrantes do grupo foram apresentados à imprensa, para uma entrevista coletiva. À época, era comum que acusados de crimes fossem expostos perante a opinião pública, mesmo não tendo sido condenados em juízo. A entrevista, ocorrida no auditório da Superintendência da Polícia Federal de Fortaleza, no Bairro de Fátima, foi bastante concorrida. Jornalistas locais e correspondentes de vários periódicos nacionais, como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e revista Veja, fizeram-se presentes, o que garantiu grande cobertura e repercussão à prisão dos jovens anticomunistas do Ceará. Não foram poucos os jornais do País que realizaram ou reproduziram matérias sobre o caso⁵²², havendo também bons espaços na programação das emissoras de televisão. Tribuna da Imprensa⁵²³ noticiou que aquele era o primeiro grupo de extrema-direita desbaratado no Brasil desde, pelo menos, o golpe de 1964.

A apresentação dos membros do MAC para os meios de comunicação guarda alguma semelhança com a estratégia usada pela ditadura, na primeira metade dos

⁵²² “Apresentados os 7 acusados por terror no Ceará” – Folha de São Paulo, 04/12/1980; “Terroristas negam fins políticos” – O Estado de São Paulo, 04/12/1980; “DPF acusa 7 estudantes pelo terror de direita no Ceará” – Jornal do Brasil, 04/12/1980; “Terroristas são apresentados à imprensa no Ceará” – Correio Braziliense, 04/12/1980; “Polícia apresenta elementos ligados ao terrorismo” – Diário da Tarde (Paraná), 04/12/1980; “Identificados sete terroristas que atuavam no Ceará”, 04/12/1980; “[Trotsky] e outros terroristas dizem que não tem ideologia”, Tribuna da Imprensa, 04/12/1980.

⁵²³ Tribuna do Ceará, 11/12/1980.

anos 1970, de levar à imprensa os “terroristas” de esquerda arrependidos da luta armada. Os adversários políticos do regime, geralmente após torturas, intimidações e cooptações, eram expostos à opinião pública, em entrevistas bastante repercutidas por jornais, rádio e televisão. Ali, os ex-militantes de esquerda falavam de seus “erros e malfeitos”, por terem pegado em armas e defendido causas de esquerdas. Se mostravam arrependidos e pediam desculpas e perdão à sociedade, alertando especialmente a juventude sobre os riscos representados pela infiltração e a corrupção dos valores realizados pelos “subversivos”. Dizendo-se bem tratados pelo governo, afirmavam que se pronunciavam voluntariamente, sem terem sofrido coações, e elogiavam o regime e os rumos de prosperidade do País. Para a ditadura, havia vários ganhos – os expostos eram troféus do triunfo na luta vitoriosa contra a guerrilha e meios úteis de contrapropaganda, no sentido de chamar a atenção da sociedade sobre a existência real de uma ameaça comunista, com suas artimanhas de infiltração, especialmente, no seio da juventude, e a sedução desta por “ideologias exóticas e perigosas” (GASPARROTO, 2008).

No caso dos militantes do MAC apresentados pelo governo Figueiredo, em Fortaleza, não houve nenhuma retratação, é verdade. Mas a detenção serviu para o governo mostrar à opinião pública um tento em sua luta contra o terrorismo daquele final dos anos 70/começo dos 80 e que estava vigilante e ativo quanto aos que questionavam as novas diretrizes do regime, entendasse, o projeto de abertura política que os militares moderados desejavam. Isto é, o governo seria, sim, capaz de garantir a ordem política nos marcos que almejava e proteger a sociedade. A ditadura, igual no começo dos

anos 70, contaria com a exposição de seus troféus e a consequente a publicização de sua mensagem para a sociedade por meio da imprensa, que, como dito, cedeu generosos espaços sobre o caso dos terroristas do Ceará.

Se os militantes de esquerda arrependidos, do começo dos anos 1970, eram mostrados como jovens que estavam de “volta ao caminho do bem” (GASPARROTO, 2008, p. 115), os componentes do MAC foram retratados, nas matérias de diversos jornais, como elementos incorrigíveis, exóticos e prepotentes. Os periódicos enfatizaram que, durante a entrevista, os integrantes do grupo se comportaram de forma bastante irônica, por vezes, cômica (com risadas e piadas), desafiadora e grosseira, especialmente Vladimir Trotsky, que se mostrou como uma espécie de porta-voz⁵²⁴. Um outro dos mais irritados na apresentação foi Fernando Farias, que negou participar do grupo, tendo apenas assistido a seus colegas jogarem a bomba na banca de jornais da Praça da Igreja Redonda⁵²⁵. Alguns dos detidos chegaram a fazer caretas e gestos obscenos com as mãos enquanto os fotógrafos buscavam bater fotos⁵²⁶. A revista *Veja*⁵²⁷ não deixou de comparar o clima de desafio, “descontração e até de momentos de alegria” da apresentação do MAC com a exibição dos militantes de esquerda pela polícia na televisão nos anos 70, onde se percebia um espectro de formalidade e resignação dos arrependidos.

Pode-se ler nas matérias de vários jornais abordagens como estas:

⁵²⁴ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

⁵²⁵ Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵²⁶ Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵²⁷ *Veja*, 10/12/1980.

Trazidos à presença da imprensa, os acusados demonstravam frieza e muita segurança, procurando, inclusive, ironizar os jornalistas. Folha de São Paulo, 04/12/1980.

Bastante irônico, e por vezes arrogante e grosseiro, [Vladimir Trotsky] não soube explicar a existência do grupo, mas admitiu que “surgiu naturalmente”. O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

[Os extremistas] conversaram com a imprensa demonstrando, logo no primeiro momento, uma extrema arrogância e chegando mesmo a revidarem com frases pouco amigáveis algumas perguntas dos repórteres. Correio Braziliense, 04/12/1980.

A ênfase em uma conduta negativa, feita pela imprensa, talvez guarde relação com o fato de os extremistas do MAC, durante a fala com os jornalistas, não terem externando, em momento algum, arrependimento do que fizeram ou terem se “convertido” à causa da democratização do Brasil. Como tal postura não interessava aos meios de comunicação – que, como dito, apoiavam o processo de abertura –, enfatizou-se um aspecto mais útil às representações abraçadas pela imprensa, o de evidenciar um grupo de jovens tresloucados, radicais, frios e irresponsáveis, a serem repudiados ante o consenso social que se formava naquele momento em torno da democracia. Trataremos melhor desta caracterização adiante.

Já a postura dos integrantes do MAC durante a coletiva pode ser entendida sob outras perspectivas. Para além de se tratar de uma expressão que soava arrogante, o comportamento desafiador e debochado podia ser um indício de quão fortes eram, por parte de alguns

elementos do grupo, suas representações anticomunistas e a crença na legitimidade e necessidade de suas práticas contrárias à abertura. A partir, especialmente, do que falaram Dalton e Vladimir na coletiva, depreen- de-se que não havia arrependimentos ou *mea-culpa*, pois os jovens entendiam que não estavam fazendo nada de danoso. Ao contrário, agiram para o bem da coletividade, pois, tomando todos os cuidados para ninguém se ferir, atuavam para combater o que entendiam ser um perigo iminente, a expansão do comunismo, propiciado com a flexibilização do regime.

Não pediram desculpas, não se arrependeram e, ao se mostrarem desafiadores, acabaram aproveitando o momento para evidenciar a superioridade com a qual se viam e entendiam sua causa, usando, para isso, ironicamente, a própria imprensa, que, contrariamente, buscou retratá-los como jovens tresloucados e defensores de uma bandeira e ações condenáveis. Por mais que os extremistas tenham negado, era óbvio que não havia como dissociá-los da onda terrorista contrária à abertura que acontecia pelo País. Nesse sentido, suas posturas arrogantes serviam igualmente como propaganda das causas anti-abertura e anticomunista e, quem sabe, como motivador e estímulo para outros radicais continuarem a agir. É muito sugestivo que, nas semanas seguintes, após a repercussão em Fortaleza da prisão dos membros do MAC, novas ameaças telefônicas e pichações de extrema-direita tenham sido verificadas na cidade⁵²⁸.

⁵²⁸ A revista *Veja* informou que na semana em que os extremistas foram apresentados à imprensa, pichações com vivas ao nazismo foram feitas em Fortaleza. *Veja*, 10/04/1980. O *Diário de Natal* disse que na primeira semana de janeiro de 1981, foram feitas pichações de suásticas e

As respostas ásperas e irônicas aos jornalistas podem ser vistas, igualmente, como um desprezo à imprensa, que, na percepção dos extremistas, pela postura mais crítica em relação à ditadura no final dos anos 1970, estava infiltrada de agentes comunistas, interessados em destruir a Pátria. Nervoso e irritado, por várias vezes, o professor de física Vladimir Trotsky debochou das perguntas dos repórteres⁵²⁹. Chegou a dizer que estava “com medo de vocês. A imprensa é o quarto poder e já fez e continua fazendo grande confusão”, soltando, a seguir, uma gargalhada⁵³⁰. Em muitos momentos, os termos usados pelos profissionais da imprensa foram repudiados pelos jovens. Freitas Dalton, por exemplo, nas poucas vezes que se pronunciou, refutou o uso da palavra terrorista⁵³¹. Não aceitaram sequer serem designados como um “grupo”: “não formamos um grupo, propriamente dito. Formamos, sim, uma coleção de amigos, com um mesmo pensamento”, afirmou Vladimir⁵³².

Em alguns momentos, porém, deixou-se transparecer certa ambiguidade entre um desejo dos extremistas, em manifestarem suas orientações ideológicas e projetos políticos, e a estratégia dos advogados de defesa, que, como de costume, em casos parecidos, orientavam seus clientes a medirem as palavras, a fim de não produzir provas contra si e ter complicações judiciais futuras. Daí o verdadeiro ziguezague do conteúdo das falas dos jovens do MAC, predominando a negação acerca da gravidade das ações realizadas, mas deixando implícita a

vivas a Hitler em muros da área centra de Fortaleza. Diário de Natal, 08/01/1981.

⁵²⁹ O Estado de São Paulo, 04/12/1980

⁵³⁰ Folha de São Paulo, 04/12/1980.

⁵³¹ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

⁵³² O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

pretensão de barrar a abertura do regime. Observe-se o seguinte trecho transcrito pelo jornal O Povo:

OP – Quais os objetivos políticos do grupo?

[Trotsky] – Não há objetivo político. O que foi feito em termos de soltar bomba era com cuidado para não ferir ninguém.

OP – Mas as bombas que vocês atiraram podiam ter morto alguém.

[Trotsky] – Se a gente for discutir isso agora, será uma discussão muito grande e não valerá a pena.

OP – E as metralhadoras?

[Trotsky] – A metralhadoras que foram encontradas são de propriedade de pessoas alheias a estas que estão aqui⁵³³.

OP – Qual o objetivo de vocês, se não era político?

[Trotsky] – Não existe objetivo nenhum.

OP – As explosões tinham conotação de direita...

[Trotsky] – (arrogante) Meu filho, parece que seu gravador não está gravando. (Metendo a boca no gravador). Não havia objetivo político algum⁵³⁴.

“Nós não temos ideologia, não somos políticos e estávamos fazendo isso sem consequência nenhuma, somos amigos e nos reunimos”, reproduziu a Folha de São Paulo⁵³⁵. Tudo foi praticado por “puro espírito de emulação juvenil” e que as bombas eram feitas para “não matar ninguém”, os danos materiais provocados ocorreram apenas por “imperícia” do pessoal que manipulava os explosivos”, reproduziu o Jornal do Brasil⁵³⁶. O Povo destacou que

⁵³³ Possivelmente, insinua que as metralhadoras pertenciam ao foragido Juliano Bento. Como dito, muitos dos detidos tentaram culpar a responsabilidade maior das ações do MAC sobre o artesão.

⁵³⁴ O Povo, 04/12/1980.

⁵³⁵ Folha de São Paulo, 04/12/1980.

⁵³⁶ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

Freitas Danton dissera que o grupo não tinha “culpa de nada” e que as explosões foram “ingênuas e sem objetivos”⁵³⁷. Segundo a Tribuna do Ceará, os extremistas expressaram que não tinham opinião formada sobre a “revolução” de Março de 64 e o governo Figueiredo. Perguntado sobre Miguel Arraes, Vladimir Trotsky disse que não o conhecia bem, pois quando ele foi “governador [de Pernambuco], tinha apenas 9 anos de idade”⁵³⁸.

Em outros momentos, porém, ante as perguntas provocativas dos jornalistas e a tensão da situação, as falas dos jovens davam a entender, implicitamente, os posicionamentos anticomunistas e anti-abertura. Vladimir Trotsky, por exemplo, reconheceu-se como uma pessoa ideologicamente de direita, que se posicionava “contra o que acontece no País”, embora não especificando exatamente ao que se referia⁵³⁹. Debochando dos movimentos que propugnavam o fim da ditadura, o mesmo Vladimir afirmou que defendia uma “roller democracia”, uma “democracia onde seja permitido patinar”, caindo de novo no riso⁵⁴⁰. Freitas Dalton deu a entender que as ações visavam a barrar o comunismo no País, como visto no capítulo anterior, ao usar uma metáfora de que foram apenas surpreendidos amarrando a “vaca no telhado”⁵⁴¹.

O delegado que presidia o inquérito, Antônio Carlos Monteiro, se fez presente à coletiva – a prisão dos jovens terroristas também era algo positivo para a ima-

⁵³⁷ O Povo, 04/12/1980.

⁵³⁸ Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵³⁹ Folha de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁴⁰ Jornal do Brasil, 04/12/1980. No final dos anos 70 e começo dos anos 80, houve grande interesse das pessoas, em especial jovens, por patins (*rollers skates*), havendo várias pistas e clubes pelo País – daí, possivelmente, a referência para a ironia usada por Trotsky. Isto É, 19/11/1980.

⁵⁴¹ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

gem da Polícia Federal, afinal esta estava apresentando resultados concretos, após meses infrutíferos. Monteiro discorreu sobre os atentados praticados pelo grupo em Fortaleza e seus planos para Recife e João Pessoa, respondendo a várias perguntas dos jornalistas. Foi taxativo ao identificá-los como “de direita e situacionista”, isto é, defendiam o regime⁵⁴², e que não teriam laços com grupos extremistas de fora de Fortaleza⁵⁴³. O delegado ressaltou ainda que apenas Dalton financiava as ações do grupo, o que, pelas quantias razoáveis envolvidas, especialmente com o custeio das viagens e estadia de seus companheiros a outros estados, abria a possibilidade haver “verba por fora”⁵⁴⁴ (ou seja, dinheiro de origem ilícita⁵⁴⁵). Compareceram ainda à entrevista alguns parentes dos acusados que, em declarações à imprensa, negaram o envolvimento dos filhos com política e diziam acreditar na inocência dos mesmos⁵⁴⁶.

Dias após a apresentação à imprensa em Fortaleza, os extremistas foram levados, em voo especial da FAB, de volta a João Pessoa⁵⁴⁷ e dali, para Recife⁵⁴⁸, onde ficaram

⁵⁴² Jornal do Brasil, 04/12/1980.

⁵⁴³ Veja, 10/12/1980.

⁵⁴⁴ O Povo, 04/12/1980.

⁵⁴⁵ Uma possível referência à acusação de envolvimento de Dalton com a regularização para particulares de terrenos pertencentes à União. O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁴⁶ O Povo, 04/12/1980; Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵⁴⁷ O Correio do Ceará, de 10 de dezembro de 1980, informou que os extremistas haviam sido, no dia anterior, transferidos para João Pessoa. Correio do Ceará, 10/12/1980. Foram levados em um jato da FAB (Força Aérea Brasileira), algemados, com exceção de Gina. O Povo, 10/12/1980.

⁵⁴⁸ A Tribuna do Ceará informou que, desde o dia 30 de dezembro de 1980, os extremistas estavam nas dependências da Polícia Federal de Recife. Tribuna do Ceará, 03/01/1981.

à disposição da 7ª Circunscrição da Justiça Militar. Foi para a auditoria da 7ª CJM, para a abertura do devido processo, que a Polícia Federal da Paraíba enviou o relatório final do inquérito, encerrado a 30 de dezembro de 1980. O delegado Carlos Monteiro pediu a prorrogação da prisão provisória dos sete jovens e os indiciou em dois artigos da Lei de Segurança Nacional⁵⁴⁹, os de números 26 (prática de atos contra a segurança nacional) e o 43 (posse de material explosivo e armamento)⁵⁵⁰.

Na capital pernambucana, enquanto esperavam o desenrolar do processo, os jovens chegaram a ficar detidos, por alguns dias, na penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, um dos mais brutais locais de encarceramento de presos políticos de esquerda nos anos 70⁵⁵¹. A prisão na Barreto Campelo talvez fosse um sinal da periculosidade com que a 7ª CJM viu os jovens extremistas e evidência de que não seria complacente com os atos terroristas praticados. Não por acaso, o esforço dos advogados de defesa de retirá-los dali e transferir o julgamento da causa para a 10ª CJM, sediada no Ceará, onde os terroristas ficariam mais próximos de seus familiares e se esperava melhor compreensão por parte da Justiça Militar. Em poucos dias, logo a 2 de janeiro de 1981, a auditoria militar de Recife se considerou incompetente para julgar o caso, visto que as

⁵⁴⁹ O Estado de São Paulo, 31/12/1980. Diário da Tarde (São Paulo), 31/12/1980.

⁵⁵⁰ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

⁵⁵¹ Correio Braziliense, 03/01/1981. Diário de Natal, 08/01/1981. Os extremistas de direita ficaram na ala em que ficaram os presos políticos de esquerda dos anos 70. Jornal do Brasil, 03/01/1981.

ações terroristas ocorreram em Fortaleza, área sob a jurisdição da 10ª CJM e ali deveriam ser julgadas, conforme o princípio jurídico da territorialidade (prevalece a jurisdição do lugar da infração)⁵⁵².

Assim, o processo foi desaforado para a auditoria militar de Fortaleza, para onde, mais uma vez, foram recambiados os integrantes do MAC⁵⁵³. O jornal O Povo, de 7 de janeiro, informa que os jovens haviam chegado no dia anterior, sendo alocados no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS)⁵⁵⁴, que também servira de prisão política para militantes de esquerda no auge da repressão (FARIAS, 2019). Gina, como exceção, ficou detida em uma das dependências da superintendência da PF de Fortaleza⁵⁵⁵. Em fins de janeiro de 1981, com a decretação da prisão preventiva, os extremistas foram levados para o Instituto Penal Olavo Oliveira (IPOO), mais perto do centro de Fortaleza, onde ficavam presos os ainda não condenados e os primários. Gina Olímpio foi recolhida ao Presídio Feminino Auri Costa Moura⁵⁵⁶.

O deslocamento do processo para a alçada da 10ª CJM, especificamente para o Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi de agrado da defesa⁵⁵⁷. A 9 de abril de 1981, os extremistas tiveram a prisão relaxada, ganhando o direito de aguardar o julgamento em liberdade⁵⁵⁸, com exceção de Vladimir Trotsky e Freitas

⁵⁵² O Povo, 08/01/1981.

⁵⁵³ Diário da Tarde (São Paulo), 08/01/1981.

⁵⁵⁴ O Povo, 07/01/1981.

⁵⁵⁵ O Povo, 08/01/1981; Correio do Ceará, 07/01/1981.

⁵⁵⁶ Folha de São Paulo, 24/01/1981.

⁵⁵⁷ Tribuna do Ceará, 04/12/1980.

⁵⁵⁸ Folha de São Paulo, 10/04/1981.

Dalton, que só gozariam do mesmo direito em julho daquele ano⁵⁵⁹. Segundo a Folha de São Paulo⁵⁶⁰, era a primeira vez no Ceará que alguém acusado de violar a Lei de Segurança Nacional (LSN) tivera tal prerrogativa. Não tivemos como confirmar a informação, mas, geralmente, os “subversivos” de esquerda, dos anos 70, tinham mantida a prisão provisória até o julgamento. Um dos beneficiados com o relaxamento da prisão foi Caio Dalton, foragido desde novembro de 1980 e que se apresentou à Justiça Militar apenas em março de 1981 (ficou detido somente 18 dias)⁵⁶¹.

4.2 Consenso democrático

Como já dito, o anticomunismo foi um dos principais elementos políticos do Brasil no século XX. Esteve presente em diversos momentos históricos importantes de nossa história, obtendo uma notória inserção social, sobremaneira, quando dos maiores embates políticos e da implantação de regimes ditatoriais, a exemplo dos de 1937 e 1964 (MOTTA, 2002). Observando-se, porém, a onda de atentados terroristas da segunda metade da década de 1970 e começo da seguinte, fica evidente que o discurso de um iminente perigo vermelho, o qual os extremistas de direita diziam combater com suas bombas e ameaças, não conseguiu mobilizar maiores setores da sociedade. Ao contrário, cidadãos, imprensa, Igreja, entidades de classe, grupos e líderes políticos, de modo

⁵⁵⁹ Diário do Nordeste, 07/08/1982.

⁵⁶⁰ Folha de São Paulo, 10/04/1981.

⁵⁶¹ Diário do Nordeste, 07/08/1982.

geral, repudiaram a onda extremista contrária à abertura e fizeram pouco caso da pretensa ameaça comunista.

Mesmo as conjecturas, realizadas por elementos de direita, de atribuir às esquerdas a responsabilidade pelos atentados, não eram levadas a sério pelo grosso da sociedade, que percebia as associações entre os ataques e os interesses dos grupos contrários à abertura ou, pelo menos, colocava em dúvida as afirmações de que eram os comunistas os causadores do terrorismo. Ou seja, os alardes de que a flexibilização do regime abriria espaços para a “comunização” do Brasil não fizeram maiores ecos junto à população. Em alguns periódicos da época, isso pode ser constatado facilmente. As revistas *Isto É*⁵⁶² e *Veja*⁵⁶³, por exemplo, trouxeram matérias apontando como vários grupos de extrema-direita se articulavam e agiam sob o discurso de uma ameaça comunista, passando ideia de um “descolamento da realidade” da parte destes. O colunista Carlos Castello Branco, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, de setembro de 1980, informava que setores do governo Figueiredo, ao contrário do que se divulgava em público, admitiam o envolvimento de oficiais do segundo escalão com a Falange Pátria Nova ou com outros movimentos direitistas que se responsabilizavam pelos atentados de crescente gravidade⁵⁶⁴.

Cabe-nos, então, indagar por quais motivos as tradicionais representações anticomunistas e os alardes sobre uma iminente ameaça comunista não conseguiram maiores repercussões e muito menos seduziram ou obtiveram adesões expressivas da população quando

⁵⁶² *Isto É*, 24/09/1980.

⁵⁶³ *Veja*, 08/04/1981.

⁵⁶⁴ *Jornal do Brasil*, 04/09/1980.

da abertura/distensão da ditadura, já que aquele era um momento também de embates e tensões políticas consideráveis. Para além de fatores como o de uma sociedade que se encontrava cansada de tantos anos de ditadura/arbítrio, desejando, pois, livrar-se do regime, independente dos alertas sobre eventuais riscos, e o do repúdio coletivo à tática adotada por alguns dos extremistas anticomunistas – a violência política, o terrorismo, com atentados e ameaças –, acreditamos que o isolamento político dos setores contrários à abertura, e que apelavam para o discurso da ameaça comunista, tenha relações com o consenso que ia se formando, na sociedade brasileira, naquele final dos anos 1970, em torno da democracia (CORDEIRO, 2015, p. 265).

Era, pois, uma conjuntura distinta do que se dera por ocasião da deposição de João Goulart, em 1964, e, sobremaneira, durante o governo Médici, no começo dos anos 70, quando o consenso da sociedade fora em torno da ditadura, com expressivos setores da população apoiando o regime e/ou endossando elementos deste.

As produções acadêmicas vêm mostrando que não há regime autoritário, seja de esquerda ou de direita, que controle completamente uma sociedade ou que se mantenha recorrendo apenas à violência. O historiador Bruno Groppo enfatiza que os sistemas autoritários precisam suscitar alguma adesão ou aceitação por parte da população. As ditaduras, de fato, têm premissas de dominação baseadas na força e na violência, mas elas não se conservam apenas dessa forma. Necessitam também de uma base social e do apoio de uma parte da sociedade. A ideia de um regime fundado exclusivamente no controle repressivo é irreal (GROPPO, 2015, p. 45).

Assim, no que toca às relações entre sociedades e regimes ditatoriais, a historiografia vem enfatizando quão complexa é a realidade, a pluralidade das reações e relações coletivas, a diversidade de posicionamentos, distantes da dicotomia simplória dos polos extremos, apenas de apoiadores versus opositores. A historiadora Janaina Cordeiro usou as categorias *consenso* e *consentimento* para estudar as experiências vividas pelo Brasil, no começo dos anos 1970, quando do governo do general Emílio Médici, deixando clara sua importância para a sustentação do regime. Segundo Giacomo Sani (2000, p. 24),

O termo consenso denota existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para alcançá-los. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. (...) Um consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo consenso tem um sentido relativo: mais que da existência ou da falta de consenso, dever-se-ia falar em graus de consensos existentes em uma determinada sociedade ou subunidades.

O consenso diz respeito a acordo, uma aceitação de um regime, explícita ou implicitamente, em função de preceitos e princípios compartilhados por determinada unidade ou grupo social. Implica, pois, consentimento. Este diz respeito a comportamentos sociais, às formas múltiplas a partir das quais o acordo é conformado e ex-

presso socialmente. Ou seja, tem a ver com as maneiras pelas quais a sociedade corresponde aos acordos propostos por uma ditadura. Isso significa que, ao “pedir” e firmar consensos, a ditadura civil-militar brasileira apresentou princípios, valores, objetivos e condutas que eram correspondidos e compartilhados com segmentos da sociedade brasileira. O regime ditatorial, para melhor sustentar-se e legitimar-se, lançou pontes e se fez representante de certos valores e tradições do imaginário coletivo nacional (CORDEIRO, 2015, p. 14), aos quais setores da sociedade corresponderam, consentiram, das mais diversas formas, variando no tempo e evoluindo em direções distintas (AARÃO, 2010, p. 387).

Consenso não é unanimidade. O consenso total é bastante improvável, sobretudo em sociedades complexas. Então, para além de falar-se em existência ou não de consenso, é mais adequado falar em graus ou níveis de consensos em sociedade, no que toca ao *quantum* de indivíduos e de grupos. Há uma variedade e uma complexidade de posturas e comportamentos sociais em relação a um regime autoritário, como no caso da ditadura civil-militar brasileira (CORDEIRO, 2015, p. 14).

Essas diversas e nada simplórias relações, com os consensos e consentimentos existentes, podem ser melhor compreendidas por meio das noções de ambivalência e de zona cinzenta, propostas pelo historiador francês Pierre Laborie (2010, p. 38). Inspirado nos textos do judeu italiano Primo Levi⁵⁶⁵, sobre as experiências em

⁵⁶⁵ Sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, o químico e escritor Primo Levi chamou a atenção para as posturas dúbias dos prisioneiros do nazifascismo, buscando afastar-se do maniqueísmo “bons” e “maus”. Havia uma zona cinzenta, ambígua, de homens híbridos, que, vitimados pelo regime e ofuscados pelo poder, privilégios e garantia

campos de concentração, Laborie analisou o período da França ocupada pelos nazistas na II Guerra Mundial, entre 1940-1944, e colocou em xeque os campos delimitados de resistência e colaboracionismo, frequentemente entremeados por apreciações de ordem moral. Entrementes, há um enorme espaço entre estes dois extremos, uma *zona cinzenta*, noção que permite um alargamento do pensar acerca dos comportamentos e atitudes, multiformes, diversificados, por vezes ambíguos, que os homens “comuns” manifestam sob um regime autoritário.

Para além do binarismo do Estado opressor e da sociedade vitimizada, percebe-se que as mesmas pessoas se posicionavam entre o apoio e a rejeição, ora assumindo um, ora outro e, na maior parte das vezes, assumindo os dois ao mesmo tempo por um período e se adequando ao regime (CORDEIRO, 2015, p. 16; ROLLEMBERG, 2009, p. 575). Ante tais sentimentos e posicionamentos opostos, Pierre Laborie propôs o conceito de *penser-double*, o pensar duplo, inerente ao “homem duplo, daquele que é um e outro ao mesmo tempo, mais pelo peso de uma necessidade exterior do que por cálculo cínico ou interesse” (LABORIE, 2010, p. 39). O pensar duplo permite entender o que não cabe nas fronteiras demarcadas, no “ou se é uma coisa, ou outra”. Há uma diversidade de comportamentos e, não raro, se é um e outro ao mesmo tempo e, por um tempo, se é duplo.

O pensar duplo não é ingenuidade e deixa explícito que as zonas cinzentas da ambivalência apresentam inconstâncias e riscos de deslizos em direção a compro-

de permanecer vivo por mais um dia, se sujeitavam aos mais variados “serviços” dentro dos campos de concentração, inclusive, de colaboradores. Muitas vezes, optar pela própria vida significava eliminar outro prisioneiro (LEVI, 2004).

metimentos e covardias (LABORIE, 2010, p. 40). Entre o polarismo apoio-resistência, poderia haver desconhecimentos do que se passava, sim, mas também a aceitação tácita, a submissão voluntária, a simpatia silenciosa, a tolerância e o apoio a alguns aspectos, as indiferenças, as apatias, as concordâncias com valores do governo, etc. (CORDEIRO, 2015, p. 290).

Assim, como afirma Janaina Cordeiro (2015, p. 16), tratando do caso brasileiro, escapando ao antagonismo “regime opressor e sociedade vítima”, entende-se como a ditadura civil-militar conseguiu conservar-se por anos e compreender as diversas maneiras de proceder das pessoas. O que ficou conhecido, em certa memória coletiva, como anos de chumbo, foi isso para certos setores da sociedade, especialmente as esquerdas. Para outros segmentos, ao contrário, foi uma “época de ouro”, marcada pelo milagre econômico, sucessos esportivos, otimismo, nacionalismo, consumismo (ou possibilidade de consumir) e sensação de alívio, segurança e tranquilidade, visto que havia um combate sistemático ao inimigo comunista e “terrorista”. Imperava uma opinião dominante de progresso, modernidade, construção do novo – o “milagre” parecia fazer concretizar a promessa do Brasil como país do futuro. A ditadura se fez, sim, com coerção, mas também contou com consensos e consentimentos da sociedade (CORDEIRO, 2015, p. 22).

Como se deram em outras experiências autoritárias, no caso da ditadura civil-militar brasileira, a vida cotidiana da população não sofreu grandes alterações. Talvez muitas pessoas não acompanhassem ou entendessem bem os meandros das disputas políticas, o porquê de grupos de jovens pegarem em armas contra o governo (AARÃO REIS, 2000, p. 53), afinal, eleições continuavam a acontecer (para deputados, senadores e

prefeitos de algumas cidades), embora, muito provavelmente, por outro lado, não ignorassem a sucessão de generais-presidentes e sentissem os efeitos econômicos, sociais e políticos. No Brasil, imbrincado com a exclusão social, há uma exclusão política. Em geral, os mais pobres e com menos escolaridade estão mais afastados do debate político. Envolvida na luta da sobrevivência diária, a massa historicamente estivera excluída dos debates e participações em um sistema político-partidário elitista e autoritário, que, por razões óbvias, se tornou ainda mais autoritário e excludente durante a ditadura (CERQUEIRA, MOTTA, 2015, p. 178).

Não obstante, se havia muitos brasileiros que não entendiam em detalhe os processos políticos em andamento, por outro lado, não deixaram de consentir com os valores que a ditadura buscava expressar, valores há muito componentes de determinado imaginário coletivo da sociedade, a exemplo da defesa da ordem, da hierarquia, da disciplina, da modernidade sem sobressalto, do patriotismo. A ditadura, por sua vez, na busca de legitimidade, não ignorava a opinião pública, tentando conquistá-la pela difusão de valores nacionalistas, religiosos, anticomunistas, de prosperidade, etc. e o uso de meios de comunicação. Em outras palavras, o regime tinha valores e projetos políticos condizentes com os do grosso da sociedade (ROLLEMBERG, 2006, p. 150).

Setores expressivos da população entendiam o “fantasma bolchevique” como um espectro que, de fato, ameaçava a sociedade, devendo, portanto, ser combatido por todos os meios. Médicos e outras autoridades falavam, em seus discursos, de guerra aos “inimigos do povo e da Pátria”, o que faz questionar um certo senso comum sobre “porões da ditadura”, de que tudo fosse feito em segredo ou o governo não desse a entender as

violências que estava promovendo e o que estava acontecendo no País (CORDEIRO, 2015). A ditadura trazia “paz social”, crescimento econômico, combate ao comunismo, nacionalismo, ordem, etc., atendendo e agradando aos anseios de inúmeros cidadãos.

Os consensos, porém, são mutáveis, ou seja, não é algo estanque e engessado, como se as pessoas e os grupos mantivessem sempre a mesma postura e posicionamento. A partir de meados dos anos 70, o consenso em torno da ditadura foi se tornando minoritário no seio da sociedade, com a população abraçando progressivamente um outro consenso, o democrático, proposto pelos opositores (NAPOLITANO, 2015, p. 102). As proposituras de acordo do regime não conseguiam mais tanta adesão. Com a longa permanência da ditadura, a insatisfação com a delicada situação econômica e os problemas sociais, o fracasso das promessas que o futuro enfim chegara ao eterno “país do futuro”, etc., setores da população começaram a dar cada vez menos credibilidade aos militares⁵⁶⁶ e a abraçar novos valores, os quais enfatizavam a democracia, a solidariedade, o respeito aos direitos fundamentais, a justiça social, etc. Não poucas pessoas passaram a acreditar que se os militares saíssem do governo e os cidadãos escolhessem, pelo voto direto, seus dirigentes, os problemas do País, se não se resolveriam, pelo menos se encaminhariam para soluções a contento. Não por acaso, os verdadeiros traumas que foram, com milhares chorando Brasil afora, a não aprovação da Diretas Já e

⁵⁶⁶ Citando Laborie, Janaina Cordeiro (2015, p. 337) lembra que as opiniões públicas vinculam-se a várias temporalidades, sejam das estruturas de longa duração, sejam de eventos breves e imediatos, bem a projeções sobre o futuro.

a morte de Tancredo Neves, e a frustração com a Nova República nos anos 80. A ditadura foi perdendo sua base social e apoio, sendo cada vez mais repudiada, enquanto a democracia ia ganhando corações e mentes da população (CORDEIRO, 2015, p. 265). Multidões foram se engajando nas manifestações por anistia, democracia, eleições diretas, fim da censura, etc.

Ou seja, o consenso que se construía na segunda metade dos anos 70 era outro, o do consenso democrático, proposto genericamente por vários segmentos da sociedade, e que não correspondia mais aos valores autoritários propugnados pela ditadura ou por indivíduos e grupos de extrema-direita. Em decorrência, o discurso anticomunista, fosse de setores (linha dura militar) do próprio governo ou de grupos de extremistas, a exemplo dos terroristas que soltavam bombas contra a abertura, não conseguiam maior capilaridade social. Não ecoavam, nem seduziam multidões, ao contrário do início dos anos 70, quando do consenso formulado pelo governo do general-presidente Médici.

Entretanto, do mesmo modo que não houve unanimidade no consenso em torno da ditadura no começo da década de 1970, também não foi unânime o consenso em relação à democracia no início dos anos 80. Quando do processo de distensão/abertura, existiram diversos posicionamentos das pessoas. Houve quem ficou indiferente, quem acompanhou de longe, os que apoiaram discretamente, os que ficaram em silêncio torcendo para acontecer a democratização e aqueles que se mostravam “neutros” para ver o que aconteceria. E existiam ainda os apoiadores do regime, minoritários, pessoas que defendiam mais “repressão e ordem” para solucionar os problemas do País. Como diz Giacomo Sani (2004, p. 241), quando o regime político muda, com a difusão e interiori-

zação de novos princípios, se mantêm muitas vezes vivos resíduos do sistema anterior.

Em outras palavras, no processo de distensão/abertura, mesmo com uma opinião social dominante⁵⁶⁷, de defesa da democratização, houve vozes que vieram em defesa da ditadura. Afirmar que há uma opinião dominante, não implica desconsiderar que existisse uma multiplicidade de outras opiniões. A variedade de vozes e atitudes, diz Laborie, não é contraditória com a ideia da existência, na população, de uma tendência evolutiva, de um sentimento comum mais ou menos difuso, mas majoritariamente partilhado (CORDEIRO, 2015, p. 245). As opiniões se influenciam mutuamente e não são estáticas – ao contrário, estão em movimento, adaptando-se incessantemente às conjunturas (CORDEIRO, 2015, p. 244).

No caso do MAC cearense e dos demais grupos terroristas de extrema-direita, a postura contrária à abertura política e o recurso à violência e ao medo chocaram-se com a opinião social, cuja posição dominante abraçava o consenso em torno da democracia. Com os extremistas isolados, sem maiores inserções na sociedade, cada vez mais enfraquecidos, com um projeto político distante das aspirações do grosso da população, nem as representações anticomunistas, com discursos alarmistas de um iminente perigo vermelho pairando sobre a so-

⁵⁶⁷ Pierre Laborie define opinião social como “um fenômeno coletivo, reflexo e afirmação de uma posição dominante no interior de um grupo social. Ela deve, como tal, ser nitidamente diferenciada da expressão conflituosa de diversas correntes minoritárias, sem que isso possa, entretanto, desconhecer a interação de seus efeitos: eles pesam sobre a evolução da opinião comum e um dentre eles pode portar em germe uma atitude potencialmente majoritária” (LABORIE *apud* CORDEIRO, 2015, p. 244).

cidade, tão eficazes em outros momentos da história do País, conseguiram fazer eco. Com suas idas e vindas e não poucas contradições, a flexibilização continuou, com a derrota política da extrema-direita, não obstante a impunidade que beneficiou aqueles que recorreram ao terrorismo.

4.3 O MAC exposto

Historiadoras, como Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010), vem enfatizando como sociedades as quais passaram por regimes autoritários têm dificuldades de lidar com o passado – este é desagradável e doloroso, por vezes, constrangedor e até comprometedor (CORDEIRO, 2022). Difunde-se normalmente uma reconstrução memorialística segundo a qual o autoritarismo só foi possível em função de um Estado coercitivo e manipulador, que submeteu por completo a população. A sociedade é apresentada como uma vítima impotente ante os eventos e a força opressora do regime, de modo que ela não tem nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu. É uma interpretação do passado cheia de reducionismo e simplificações, esquecimentos e silêncios.

A concepção de uma sociedade inocente e vítima, como diz Bruno Groppo (2015, p. 42), é acompanhada por outro mito, o de que a população, de forma unânime ou quase unanimemente, resistiu à ditadura. O regime de força, com sua violência e terror, sempre teria enfrentado a oposição constante, aberta ou subterrânea, do conjunto da sociedade, que, assim, fazia jus à sua “essência democrática”. Geralmente tal discurso se

apoia em algum fundamento de realidade, mas o distorce ou o amplifica além da medida, como se a quase totalidade ou a grande maioria das pessoas tivesse se engajado na resistência, o que serve, também, para sustentar a argumentação de que a sociedade não pode ser culpabilizada pelas violações de direitos humanos, mortes, torturas, perseguições políticas, etc. Assim, com essa apropriação do passado, evita-se uma confrontação crítica – e muito incômoda – sobre o que aconteceu e não se questionam as responsabilidades individuais e coletivas (GROPPO, 2015).

No Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1970, ante o consenso que ia se formando em torno da democracia e as grandes mobilizações populares do período – campanha da anistia, Lei da Anistia, greves operárias, movimento estudantil, Diretas Já, etc. –, estruturam-se representações e memórias segundo as quais “toda” a sociedade era, desde muito, democrata e havia sempre se oposto e resistido ao arbítrio da ditadura civil-militar. Era o que seria chamado de “mito da resistência democrática à ditadura”⁵⁶⁸. Observe-se, porém, que naquele contexto, no qual diversos atores sociais e políticos se abrigavam sob a palavra guarda-chuva democracia, havia entendimentos genéricos e distintos sobre o que, de fato, ela significava. Para grupos liberais seria apenas o restabelecimento do que chamavam de Estado de direito; para setores à esquerda, passava a democratização por reformas sociais e havia ainda grupos que entendiam que a verdadeira democracia só seria possível pela queda da ordem capitalista. Foi em meio a essa diversificação de significados que surgiu uma eclética frente ampla democrática contra o regime, composta

⁵⁶⁸ Mito aqui é empregado no sentido usual contemporâneo, como sinônimo de ficção, coisa sem fundamento, inverdade (ELIADE, 2006).

por grupos política e ideologicamente distintos (NAPOLITANO, 2018, p. 248).

A representação acerca da sociedade brasileira, como democrática e resistente em peso à ditadura, é manifestada e difundida ainda hoje na memória coletiva, em discursos políticos, nos depoimentos dos que viveram a época, livros didáticos, filmes, peças de teatro, reportagens na imprensa, datas festivas, monumentos, etc. A ditadura fora um corpo estranho, um pesadelo, à qual os brasileiros, de tradições democráticas e apegados à liberdade, resistiram por todos os meios (AARÃO REIS, 2000, p. 9). Entidades de classe, grupos econômicos e instituições, mesmo as que haviam apoiado o golpe de 64 e os anos iniciais do regime, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), difundem a crença de um compromisso com a democracia desde sempre. Em geral, nunca fizeram uma autocrítica sobre seus envolvimento na trama que depusera João Goulart e relevaram o apoio ou os consensos firmados em torno do regime por ocasião dos anos de chumbo, enfatizando, por outro lado, as lutas pelas liberdades quando da distensão/abertura do regime para demonstrar o apego aos valores democráticos.

Nos jornais do período, encontram-se facilmente exemplos da representação em construção. Após a invasão da sucursal do jornal *Em Tempo*, em Curitiba, no ano de 1978, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo lançou nota de repúdio, afirmando que o ato era “um atentado não só à liberdade de expressão, mas à própria *consciência democrática de todo o povo brasileiro*”⁵⁶⁹. Depois dos ataques à Ordem

⁵⁶⁹ Folha de São Paulo, 27/07/1978.

dos Advogados do Brasil e à Câmara do Rio de Janeiro, em agosto de 1980, o ex-presidente da OAB, Raimundo Faoro, afirmou “que as bombas colocadas em repartições públicas não explodem, apesar de anunciadas, *o que só acontece nas entidades democráticas*, que, de alguma maneira, defendem o reestabelecimento das liberdades democráticas”⁵⁷⁰. Sobre os mesmos atentados, afirmou o Jornal do Brasil em editorial: “(...) A índole brasileira é historicamente avessa à violência. *Nossa consciência democrática* rejeita a força ou qualquer finalidade pretendida por seu intermédio”⁵⁷¹.

O historiador Daniel Aarão (2000), um dos primeiros a questionar tais representações, de forma irônica, indagou como “todos” os brasileiros, em um passe de mágica, haviam se tornado democratas e resistentes à ditadura, tendo-se em conta a tradição autoritária de nossa sociedade. Se assim o era, como explicar, então, por que houve um golpe de Estado em 1964 e a ditadura não fora simplesmente escorraçada em um levante geral? Como durou tanto tempo? Por que, em 1979, foi provada uma anistia recíproca, que beneficiou pessoas responsáveis por crimes que visavam a sustentar o regime? Como entender que a ditadura chegou ao fim num processo de distensão pelo alto, lento, buscando evitar ao máximo as pressões populares e preservar os interesses de grupos ligados ao regime? Por que, até hoje, tanta relutância sobre apurar o que se deu nos governos militares?

Para Aarão (2001, p. 133 e 137), tendeu-se a apagar, nas memórias construídas, os grandes embates sociais

⁵⁷⁰ Tribuna da Imprensa, 30-31/08/1980.

⁵⁷¹ Jornal do Brasil, 29/08/1980.

que levaram ao golpe de 64 e marcaram a ditadura que se seguiu, bem como os deslocamentos de sentidos, conscientes ou não, feitos pelos atores políticos sobre suas posturas distintas ao longo dos anos. Assim, a luta armada de parte das esquerdas, realizada no final dos anos 60 e começo da década de 70, com projetos revolucionários de conquista do poder institucional e implantação de um governo popular e até mesmo socialista, foi ressignificada em resistência democrática com armas nas mãos (AARÃO REIS, 2000).

Já os setores liberais e conservadores, no qual despontavam políticos, empresários, veículos de comunicação, instituições da sociedade civil e entidades representantes de categorias profissionais, tiveram seus movimentos e mobilizações pela ordem, em apoio aos militares para “salvar o Brasil do comunismo e da corrupção”, em 64, praticamente esquecidos ou silenciados (AARÃO REIS, 2000, p. 71). Muito poucos, raríssimos, reconhecem as mobilizações golpistas das quais participaram ou desejam se identificar com a ditadura⁵⁷².

Pode-se dizer que, neste caso, temos o que foi chamado, por Alessandro Portelli (2016), de memória-monumento, na qual que se recordam e se celebram somente as glórias do passado, aquilo que traz orgulho e estimula a concórdia e a unidade no presente. São memórias autorizadas e reconfortantes, ocultando-se nas sombras o que incomoda e as contradições. As memórias perturbadoras, negadas, silenciadas e excluídas são fantasmas

⁵⁷² Ressalte-se que, nos últimos anos, com o crescimento de movimentos políticos conservadores, em geral associados ao antipetismo e anticomunismo, ampliaram na sociedade as manifestações de grupos que exaltam a ditadura e a defendem. Um exemplo evidente é o de Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018 (MOTTA, 2021)

a atormentar, muitas vezes, involuntariamente, emergindo nos testemunhos de quem viveu a época, nos documentos oficiais, na imprensa. Essas memórias não-autorizadas, problemáticas e incômodas, relegadas ao “sótão do esquecimento”, a exemplo das envolvendo a ditadura civil-militar brasileira e expressivos segmentos da população brasileira, deixam claro quão complexas são as relações entre regimes autoritários e sociedades, pondo em xeque as dicotomias simplórias.

As representações acerca de um povo brasileiro intrinsecamente democrata podem, igualmente, ser vinculadas às tradições conciliatórias da cultura política nacional, como entende Rodrigo Patto Sá Mota (2013, p. 58). Com o fim ditadura, o País se democratizando e “todos” os brasileiros tendo se mostrado democratas e resistentes ao arbítrio, não houve interesse ou pressão da sociedade civil nem das instâncias do Estado em aprofundar-se no que aconteceu e muito menos punir os responsáveis pelas violações de direitos humanos. Não averiguar, em detalhes, o que se deu durante a ditadura civil-militar e buscar uma reconciliação entre os diversos estratos políticos da sociedade seriam formas de garantir a estabilidade democrática, adquirida a partir de meado dos anos 1980, e não provocar reações das Forças Armadas, as quais viam qualquer tentativa naquele sentido como “atos revanchistas” e um “desserviço à unidade e ao futuro da Nação” (D’ARAÚJO, 2004). Esta era, de fato, uma questão a se considerar, tendo-se em conta a ingerência que os militares continuaram a apresentar na chamada Nova República⁵⁷³. Por outro lado, punição dos crimes praticados e

⁵⁷³ Pesquisadores entendem que, após 1985, com os militares mantendo suas prerrogativas, passou a existir no Brasil uma democracia tutelada (GALLO, GUGLIANO, 2014, p. 293; CARVALHO, 2005, p. 137; RO-

a necessidade de um amplo debate e uma autocrítica da sociedade seriam importantes para inibir ou desmotivar novas tentativas golpistas e a violação de direitos humanos por parte de agentes do Estado, bem como a trazer reflexões sobre o autoritarismo de nossas práticas políticas e a necessidade de aperfeiçoarmos a democracia (MOTTA, 2013, p. 58).

Nos questionamentos feitos pelos historiadores sobre o mito da resistência democrática, o posicionamento dos meios de comunicação não passou incólume. Como diz Alessandra Carvalho (2015, p. 396), as relações entre a grande imprensa e a ditadura apresentaram distintas feições e nuances, muitas vezes ambíguas, variando ao longo dos 21 anos do regime. A exceção de jornais como Última Hora, de Samuel Wainer, a maior parte dos periódicos apoiou a queda de Goulart em 1964, alardeando que havia uma ameaça comunista pairando sobre o País. Alguns jornais chegaram mesmo a participar da articulação para o golpe, a exemplo de O Estado de São Paulo, cujo proprietário, Ruy Mesquita, integrou um grupo de civis e militares que conspirou contra o governo (ABREU, 2005, p. 54).

Nas duas décadas seguintes, os periódicos se afastaram e se aproximaram do governo, dependendo dos rumos tomados pela ditadura, das questões alvo de discussões e dos interesses das lideranças civis, militares e proprietários dos meios de comunicação (CARVALHO, 2015, p. 397). Muitos jornais passaram, especialmente após 1968, a criticar o fechamento do regime e a censura (FICOA, 2004; KUSHNIR, 2004; SOARES, 1989)⁵⁷⁴, entendendo que havia

DRIGUES, 2017, p. 80).

⁵⁷⁴ Um exemplo do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, que passou a

um “desvio dos princípios revolucionários de 64” (NAPOLITANO, 2017, p. 351), embora assumissem a condição de interlocutores confiáveis, como na defesa da “guerra” contra a guerrilha de esquerda (COSTA, 2017). Apoiaram o “milagre econômico” (COSTA, 2017), mas não viram como positivo o aumento da intervenção estatal na economia, sobremaneira, no governo de Geisel (NAPOLITANO, 2017, p. 347)⁵⁷⁵.

Não obstante ainda o apoio prestado, vai se notando, nos jornais do período, a percepção de que o País mergulhava em uma ditadura, sobremaneira a partir dos anos finais do governo de Castelo Branco (NAPOLITANO, 2017, p. 327 e 348). Alguns jornais sofreriam mesmo censura prévia, como o caso de O Estado de São Paulo, entre 1972-75⁵⁷⁶. Na maior parte das vezes, havia autocensura, sem maiores resistências. Por temer represálias e/ou por ceder às pressões do governo (não raro,

adotar posturas críticas em relação aos rumos que o Brasil tomava, sobremaneira, em relação aos casos de torturas denunciados (COSTA, 2017, p. 43).

⁵⁷⁵ Entre os militares, havia grupos, em termos econômicos, defensores de uma economia de mercado mais “aberta”, e os nacionalistas de direita, partidários de uma “economia nacional”, industrialmente desenvolvida, com maior presença do Estado (CODATO, 2005, p. 97).

⁵⁷⁶ Periódico liberal-conservador, O Estado de São Paulo esteve alinhado com o regime desde o golpe. Entre 1972-75, não obstante, sofreu censura prévia, com censores instalados em sua redação. No ano de 1972, teve suas instalações invadidas por agentes da repressão visto que publicara matéria proibida sobre a sucessão presidencial. O jornal, então, decidiu não continuar mais a autocensura. O Estado de São Paulo, para denunciar o que se passava, passou a publicar versos do poeta português Camões, quando da censura de alguma matéria. Isso, ainda hoje, nas reconstruções de memórias, acabou sendo usada pelo jornal paulista para definir, como tônica única, suas relações com a ditadura, silenciando que por anos o periódico se alinhara com o regime (CARVALHO, 2015, p. 401 e 403).

através de bilhetinhos ou telefonemas para as redações), os jornais não abordavam determinados assuntos (CAEVALHO, 2015, p. 398). Houve jornais que apoiaram e colaboraram por muito tempo a ditadura⁵⁷⁷, afastando-se quando o regime perdeu vertiginosamente a aceitação social, sobremaneira, no final dos anos 1970 e início dos 80, a exemplo da Folha de São Paulo; existiram jornais que se tornaram críticos já nos primeiros dias da ditadura, a exemplo do Correio da Manhã, e outros que mantiveram apoio até o AI-5, como o Jornal do Brasil (NAPOLITANO, 2017, p. 347 e 348), bem como periódicos que se conservaram governistas até o fim do regime, como o Globo (NAPOLITANO, 2017, p. 363).

De 1975 em diante, com o processo de flexibilização/abertura, houve uma postura de mais críticas à ditadura por parte da imprensa, percebendo-se, após 1979, um afastamento crescente em relação ao regime (NAPOLITANO, 2017, p. 361). A repressão ganhou um aspecto mais restrito, não obstante toda a tensão

⁵⁷⁷ Em vários editoriais do começo dos anos 1970, jornais justificaram as ações repressivas da ditadura, dando a entender a concordância com a violação de garantias fundamentais, em virtude da “guerra” do governo contra a “subversão”. Falavam em “liquidação definitiva do extremismo” (Globo, 05/11/1969), “esmagar o cangaceirismo leninista” (Globo, 16/04/1971) e “erradicar a subversão” (Folha de São Paulo, 22/09/1971) (COSTA, 2017, p. 70, p. 73 e 75). Empresas jornalísticas, entre outros grandes grupos econômicos (a exemplo de Ultragás, dos bancos Sudameris, Itaú e Bradesco, da Pinheiro Produtos Farmacêuticos, da Camargo Corrêa, da Moinho Santista, da General Motors, da Ford, da Chrysler, da Scania, da Volkswagen, etc.), colaboraram com os órgãos oficiais de combate à “subversão”. O jornal Folha de São Paulo emprestava caminhões e foi participante do financiamento. <https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/>. Acesso a 14/08/2023.

provocada nas redações pela perseguição a jornalistas de esquerda e a morte de Wladimir Herzog. A censura prévia foi se abrandada a partir de 1976, até se findar dois anos depois⁵⁷⁸, embora continuasse no rádio e televisão (NAPOLITANO, 2017, p. 357; ABREU, 2005, p. 63). A imprensa não escondia a percepção de que havia uma ditadura (ainda que não a chamasse assim, usando eufemismo como “revolução”) e que os problemas econômicos (pós-“milagre”) se avolumavam. No geral, defendiam o retorno à “normalidade institucional e democrática” conforme o projeto de autorreformas do regime (NAPOLITANO, 2017, p. 357). Proprietários de veículos de comunicação chegaram a se aproximar de jornalistas, engajados na defesa da liberdade de expressão (ABREU, 2005, p. 55) e até de setores das esquerdas que, naquele período, realizavam uma autocrítica acerca dos equívocos da luta armada e defendiam a democratização do País, numa perspectiva liberal (NAPOLITANO, 2017). Folha de São Paulo (SILVA, 2011) e O Estado de São Paulo, por exemplo, passaram a ser vistos com simpatia por parte das esquerdas, na ampla aliança que ia se formando no combate à ditadura (CARVALHO, 2015, p. 402).

De qualquer forma, não há como se desconsiderar o papel dos meios de comunicação, através de jornais, canais de televisão e emissoras de rádio, na defesa da

⁵⁷⁸ Em 1978, foi notificado o fim da censura prévia aos três jornais ainda submetidos a essa forma de controle: Tribuna da Imprensa (censurado, vez por outra, desde 1968), O São Paulo (censurado desde junho de 1973) e Movimento (censurado desde abril de 1975). No ano anterior, a censura prévia tinha deixado de existir para Opinião (censurado desde janeiro de 1973) e, em 1975, para O Estado de S. Paulo (censurado desde setembro de 1972) e Pasquim (censurado desde novembro de 1970) (MARCELINO, 2006, p. 63).

democratização do País no final da década de 70 e primeira metade da década seguinte – deu voz à oposição, denunciou os atentados feitos por grupos de extrema-direita, destacou-se na Campanha das Diretas Já. A mídia, levando ao público críticas e denúncias, contribuiu para a perda de legitimidade e isolamento social do regime (ALZIRA, 2005, p. 57 e 61). Há de ressaltar ainda a atuação do que ficou conhecido como imprensa alternativa, com jornais de pequena circulação, geralmente de esquerda, na defesa dos direitos humanos (KUCINSKI, 2018). Não por acaso, os grupos terroristas de extrema-direita acusavam a grande imprensa de estar corrompida pela “infiltração comunista” e realizaram vários atentados a bancas de jornais que vendessem periódicos da imprensa alternativa.

A postura mais crítica que a imprensa passou a apresentar, no final dos anos 1970 e começo dos 80, teve relevância para a estruturação do mito da resistência democrática da sociedade à ditadura civil-militar. Como afirma Marcos Napolitano (2017, p. 348), a memória construída pela imprensa não apenas possibilitou elaborar uma autoimagem, quase sempre heróica e de defensores intransigente da liberdade, dos próprios jornais no período ditatorial, mas também ajudou a construir e a difundir a representação da sociedade, em sua essência, democrática e opositora ao regime, criando álibis e explicações para isentar atores sociais e políticos de qualquer responsabilidade na construção e sustentação do regime dos generais e no clima de repressão política que se instaurou no Brasil a partir de 1964. Abraçando, de modo geral, os projetos dos governos de Geisel e Figueiredo (NAPOLITANO, 2017), de uma distensão/abertura secura, pacífica, sem radicalismos (ou seja, sem espaços

para reivindicações populares e mudanças estruturais) ou atos de revanchismo (isto é, sem o esclarecimento e punição dos crimes praticados pelos militares durante o regime), a imprensa criticava os “excessos” da oposição, especialmente de esquerda, e condenava, com veemência, as pretensões daqueles que desejavam manter o regime fechado.

Entendemos que as formas como os jornais trataram e veicularam notícias sobre as ameaças e os ataques terroristas da extrema-direita podem ser associadas também à construção, em andamento, da representação da sociedade democrática e resistente à ditadura. O uso da palavra *terrorista* para se referir aos extremistas, as manchetes de capa e a quantidade de páginas dedicadas ao assunto, o conteúdo crítico das reportagens, as abordagens realizadas e analisadas nos cadernos de política (e não nos cadernos de polícia, como ocorrera com as notícias sobre as ações da esquerda armada nos anos 70), a exposição, em tom de indignação ou com certa estupefação, daqueles que minimizavam a onda de atentados ou a associavam a um “complô comunista”, a denúncia explícita da existência de grupos políticos de extrema-direita contrários à abertura, os espaços jornalísticos dados às manifestações das oposições, as charges, as denúncias sobre a demora e improdutividade das investigações e o risco de impunidade, e mesmo os esforços dos jornalistas para desmascarar as versões oficiais (como no caso Riocentro) passavam a perspectiva de um compromisso, dos meios de comunicação, com a democracia e, no mínimo, uma certa independência para com o regime.

Defendemos que a maneira pela qual foram tratados os integrantes do MAC cearense, nas páginas dos periódicos, não escapa à lógica da representação, em constru-

ção, de uma sociedade desde sempre apegada a valores de liberdade e democracia. A prisão dos extremistas cearenses recebeu expressiva cobertura de jornais locais e nacionais. Mesmo meses após a queda do MAC, matérias em jornais de várias cidades do País ainda davam alguns espaços sobre os “terroristas do Ceará”, algo a ser considerado, tendo-se em conta que o estado não era uma das áreas mais dinâmicas do processo de distensão/abertura do regime – naquele período, geralmente o Ceará aparecia em jornais do centro-sul pela seca que atingia Nordeste (e que se estenderia até 1984)⁵⁷⁹. Não nos passou despercebido, pelas manchetes, conteúdo das matérias, fotos, etc., a maneira peculiar pela qual foram retratados os componentes do MAC. Para além do aspecto informativo – os atentados eram um dos temas políticos mais importantes do momento e aqueles eram, efetivamente, os primeiros terroristas identificados e presos –, a imprensa buscou desqualificar os extremistas, usando um teor, por vezes, zombeteiro, depreciativo e até mesmo humorístico.

Com essa postura, os jornais buscavam demarcar distância em relação à ditadura “fechada” e aos atores políticos apoiadores desta, ressaltando a defesa da abertura e dos valores da democracia. Isto é, depreciar os terroristas era uma maneira de endossar as medidas liberalizantes que vinham sendo adotadas pelos governos de Geisel e Figueiredo e abraçar o consenso em torno da democracia. Seria mais um elemento que permite mapear a elaboração, em andamento, da autoimagem de uma sociedade, fundamentalmente, democrática.

⁵⁷⁹ Matéria da revista Isto É, de 18 de março de 1981, por exemplo, trata da seca no Nordeste e da onda de saques feitos pela população faminta. O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou que os “invasores estariam agindo sob a inspiração de agentes subversivos”.

Nas matérias da imprensa, os extremistas do MAC foram mostrados como figuras exóticas, de comportamentos estranhos, sujeitos amalucados, que não tinham como serem aceitos e levados a sério, por suas condutas violentas e ideias discrepantes, dentre as quais, a de uma pretensa ameaça comunista advinda com a abertura. Ora, aceitar o discurso de um iminente “perigo vermelho” implicava manter a ditadura fechada, o que ia contra a representação em fabricação da sociedade democrática. Em 1964 e nos anos de chumbo, os jornais abraçaram o alerta sobre o perigo comunista porque se inseriam no consenso autoritário da sociedade em torno do regime. No final dos anos 70, os defensores de discursos anticomunistas foram ridicularizados, mesmo sendo estes elementos tão tradicionais da política brasileira.

Analisemos algumas matérias de periódicos sobre o MAC cearense. A reportagem da revista *Veja*, edição de 10 de dezembro de 1980, trouxe uma foto ampla dos extremistas quando da coletiva à imprensa na sede da Polícia Federal de Fortaleza, ocorrida dias antes. Os jovens aparecem, em pé, no canto do auditório, com braços cruzados ou para trás, em óbvio sinal de incômodo com a situação. O único em posição diferente era Vladimir Trotsky, que se colocou como porta-voz do grupo na ocasião – está com o rosto virado para o lado (quase não se vê sua face) e com as mãos nos bolsos dianteiros da calça, o que evidencia também vergonha e nervosismo. Na parte de baixo da fotografia, aparece o que se pressupõe serem jornalistas, sentados, de costas para o fotografo, observando os extremistas, a inquiri-los. No lado esquerdo da imagem, aparece ainda a figura do delegado Antônio Carlos Monteiro, sentado à uma mesa, de óculos escuros, olhando os extremistas presos na

investigação levada a cabo por ele e sua equipe. Entre as possíveis fotos que poderia ter usado para ilustrar a reportagem, Veja utilizou uma que mostra o grupo acuado, derrotado, constrangido.

A legenda da fotografia tem um conteúdo pejorativo: “Trotsky (no centro) e seu bando: bombas para que todos patinem”, uma zombaria que é completada com o título da matéria: “TERRORISMO: Rollecracia – a direita joga bombas, pela democracia, no Ceará”. No texto, a revista volta a abordar quão exóticos eram Trotsky e seus colegas, partidários “de uma certa rollerdemocracia”, um regime bastante liberal, onde seria até ‘permitido patinar’. Os extremistas usaram a palavra, durante a entrevista, em um sentido de deboche, mas Veja focou parte do conteúdo de sua matéria no neologismo, desconstruindo a ironia. A intenção da revista, a nosso ver, era a de que, não obstante o perigo dos ataques, não se podia tomar a sério indivíduos que falavam em patins e usavam bombas para conservar a “democracia”, entenda-se, a ditadura militar fechada. Ou seja, a foto, a legenda desta, a manchete e o conteúdo da matéria apresentaram uma natureza depreciativa⁵⁸⁰.

O Estado de São Paulo, de 4 de dezembro de 1980, também fez matéria com foto dos membros do MAC quando da apresentação à imprensa na capital cearense. No caso, a fotografia foca em quatro dos extremistas, assustados, cabisbaixos ou com poses arredias. A legenda – “(...) alegaram que nem mesmo sabiam porque (sic) atacavam as bancas” – embora formal, passa uma ideia de descrédito sobre as alegações de inocência dos extremistas. No mesmo sentido pode ser entendido

⁵⁸⁰ Veja, 10/12/1980.

o título da matéria: “Terroristas negam fins políticos”. Os jovens, portanto, são qualificados, taxativamente, como criminosos políticos, terroristas, não obstante negarem outros fins com suas ações. Dessa maneira, para o Estado de São Paulo, os detidos eram terroristas e o que afirmavam, sobre não saberem o que estavam fazendo ou que suas ações não tinham fins políticos, não merecia credibilidade. Em outros termos, O Estado de São Paulo deu a entender que os jovens estavam mentindo para se safar da situação.

O Estado de São Paulo e outros periódicos, a exemplo do Jornal do Brasil, enfatizaram em suas matérias a postura grosseira e irônica dos extremistas durante a entrevista de apresentação, o que, presume-se, podia trazer antipatias, de antemão, para os jovens perante os leitores. A percepção de “jovens arrogantes, terroristas e contrários à abertura” era uma possível mensagem a ser captada por quem lesse as matérias. À exceção de Gina Olímpio, muito chorosa na entrevista, e Cleiton Huno, que afirmou que estava pensando já em deixar o grupo⁵⁸¹, o fato de os extremistas não terem se mostrado arrependidos e a descrição dos atentados, com a possibilidade de terem ocorrido pessoas mortas ou feridas, corroborava aquela percepção antipática, de indivíduos frios e irresponsáveis⁵⁸².

Os periódicos abordaram, também de maneira depreciativa, aspectos pessoais ou morais dos extremistas. Nesse sentido, a postura dos jornais lembra o método do governo e da própria imprensa, no começo dos anos 1970, acerca

⁵⁸¹ O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁸² Um jornalista questionou, durante a entrevista: “Mas vocês sabem que uma bomba dessas pode matar gente, não sabem?”. Jornal do Brasil, 04/12/1980.

dos jovens militantes de esquerda, especialmente os que pegaram em armas contra o regime. Não raro, os adeptos da guerrilha tinham suas imagens maculadas, sendo associados a consumo de drogas, vadiagem, sexo irresponsável e homossexualidade⁵⁸³. Os periódicos dos anos 1980 não deixaram de associar os integrantes do MAC ao uso de maconha, malandragem e distúrbios mentais.

O Povo⁵⁸⁴ afirmou que, quando da blitz em João Pessoa, foram apreendidos, com os três integrantes do grupo, cigarros de maconha. Segundo o jornal, Vladimir Trotsky vendia a droga naquela cidade, embora, ao ser preso com o produto, tenha alegado não ser traficante e, sim, apenas um consumidor. Pessoas ligadas a ele, porém, afirmaram ao periódico que o professor negociava maconha aos “filhinhos de papai” (ou seja, jovens de bom poder aquisitivo) e até a pessoas influentes da sociedade local. O relatório final da PF⁵⁸⁵ também abordou o envolvimento de um outro membro do MAC com drogas. Por ocasião da prisão de Matias Machado, em Fortaleza, encontrou-se uma pequena quantidade de maconha em sua casa. O rapaz estava respondendo já a um processo, visto que, dezembro de 1979, fora detido pela polícia por posse de *cannabis*.

⁵⁸³ “Matérias em jornais destacavam que o dinheiro, fruto das ações de expropriação dos militantes da luta armada era usado para “orgias” e “doce vida de vagabundagem”, havendo mesmo a “corrupção de mocinhas colegiais” e o depósito dos valores em bancos estrangeiros” para financiar as “viagens dos terroristas ao exterior” (FARIAS, 2020, p. 260).

⁵⁸⁴ O Povo, 03/12/1980.

⁵⁸⁵ Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

As informações sobre o envolvimento de alguns dos integrantes do MAC com drogas foram repassadas à imprensa, muito provavelmente, pelas autoridades, visto que as investigações eram (ou deveriam ser) sigilosas. Na coletiva de apresentação dos extremistas, os jornalistas questionaram os jovens quanto ao uso de entorpecentes, levando, por tabela, o assunto ao grande público pelas páginas dos jornais e revistas. Vladimir Trotsky ficou furioso com as insinuações, as quais desabonavam o grupo e a causa defendida. Informou O Estado de São Paulo: “Irritado [Vladimir Trotsky], negou as acusações de que ele e seus companheiros só iniciavam uma ação sob o efeito de tóxicos, afirmando que era uma mentira”⁵⁸⁶. No Jornal do Brasil, lê-se que, após ouvir afirmação de um repórter sobre drogas, Trotsky afirmou: “Desconheço isso. São informações da imprensa da Paraíba, que é de uma imaginação extremamente fértil”⁵⁸⁷.

Não obstante serem questões distintas, ao se focar nesse ponto, acabava-se mesclando o consumo de drogas com as ações do MAC. Intencional ou não, os jornais expuseram e atacaram moralmente os extremistas e, por tabela, seus objetivos políticos e orientação ideológica: os jovens só agiam sob o efeito de entorpecentes. Ou seja, associou-se ou submete-se a onda terrorista a tóxicos, pois, se os jovens não estivessem drogados, não promoveriam os atentados. No fundo, esvaziava-se a questão política do MAC, de barrar a abertura, e se enfatizava um elemento comportamental visto negativamente por amplos setores da sociedade, o uso de entorpecentes. Eram indivíduos covardes e moralmente condenáveis – precisavam do tóxico para agir. Eram “maconheiros”, transgressores, marginais, adjetivações

⁵⁸⁶ O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁸⁷ Jornal do Brasil, 04/12/1980.

estendidas genericamente a todo o grupo, embora, de forma efetiva, apenas dois dos integrantes, Trotsky e Matias, apresentassem alguma ligação/acusação de envolvimento com o consumo de maconha.

Em outras ocasiões, os extremistas foram mostrados como “doidos”, “pirados”. Era uma gente que não deveria ser levada a sério, pela conduta violenta e ideias discrepantes, “anormais”, entre as quais, pode se subentender, estariam as de ser contra a abertura do regime e a obsessão com um perigo comunista. Em texto que assina para O Estado de São Paulo, o jornalista cearense Rodolfo Espíndola, após dizer que, para a Polícia Federal, o grupo desbaratado e preso no Ceará tinha mais características de “uma pequena e insignificante facção anarquista” (no sentido de ser composta por “desordeiros”) que um grupo “ideologicamente preparado”, tachou os jovens de “ideologicamente alienados”⁵⁸⁸. Já a revista Veja foi mais direta, ao afirmar que “(...) [Trotsky] formou em torno de si um grupo de doidos”, chamando o grupo de “terroristas incompetentes”⁵⁸⁹. Mais uma vez a imprensa despolitizou as ações do MAC. Em vez de ações com fins políticos claros, direcionados a barrar a abertura e combater o comunismo, as condutas do grupo do Ceará seriam coisas de gente desvinculada da realidade, alienados, loucos. Menos que pelos elementos ideológicos dos quais se mostravam portadores, os jovens do MAC, embora perigosos, em virtude das destruições que poderiam provocar, eram insignificantes pelo desatino das ideias.

A imprensa buscou ainda associar os extremistas à vadiagem, *bons vivants* que seriam. Citando, sobretudo, Vladimir Trotsky e Freitas Dalton, os jornais abriram possibi-

⁵⁸⁸ O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁸⁹ Veja, 10/12/1980.

lidade de generalizações, visto que não teceram maiores considerações sobre particularidades financeiras e sociais dos outros extremistas. Como eram elementos de classe média, os jornais talvez tenham distorcido e superdimensionado, em sentido negativo, algumas das suas condições de vida. Deu-se a entender que os jovens do MAC teriam muitos recursos financeiros e bons contatos sociais, uma gente que morava nababescamente em imóveis requintados, com uma vida de luxo, diferentemente da situação de aperto financeiro e mesmo penúria de boa parte da população. Também se insinuou uma possível origem desonesta dos recursos com os quais financiavam os atentados.

[Vladimir Trotsky], 25 anos, não é formado em Física como foi anteriormente divulgado. Ele sequer chegou a concluir o básico do citado curso, no qual ingressou em 1975, na Universidade Federal do Ceará, pois, em seguida, mudou-se definitivamente para João Pessoa, na Paraíba, onde passou a lecionar no Curso União, chegando ao cargo de vice-diretor. (...) Morava em uma casa alugada no bairro dos Estados – onde está a elite de João Pessoa até com piscina, apesar de, ultimamente, ser desvinculado do Curso União, onde trabalhava⁵⁹⁰.

Ao contrário do que foi divulgado, [Trotsky] não trabalhava em nenhum colégio e não tinha emprego fixo, mas residia numa suntuosa residência com piscina num dos melhores bairros de João Pessoa⁵⁹¹.

Para uma fonte da Polícia Federal, quem financiava tudo era o engenheiro químico, apontado como “chefe” do grupo. Ganhando 50 mil cruzeiros no Ministério da Fazenda, em Fortaleza, [Dalton], que era

⁵⁹⁰ O Povo, 03/12/1980.

⁵⁹¹ *Tribuna do Ceará*, 10/12/1980.

subchefe da seção de laudos do Serviço de Patrimônio da União, matinha escritório especializado em levantamento topográfico (...). Em função de denúncias de que seu escritório funcionava para “apressar” os processos, as autoridades policiais cearenses estão promovendo um levantamento de seus clientes para identificar aquele que teriam pago “extra” pela tramitação urgente de processos⁵⁹².

Mesmo quando alguns aspectos ou feitos notáveis ou elogiáveis foram citados, logo a seguir Vladimir Trotsky e Freitas Dalton acabavam vinculados a algo a diminuí-los. Na edição de 5 de dezembro de 1980, O Povo caracteriza Trotsky como

[Vladimir Trotsky era] muito inteligente [mas que] gostava de contar vantagem e as vezes demonstrava ser “pirado”, segundo depoimento de colegas seus à época do ginásio. Morava na Vila Alencar, no Monte Castelo [Bairro de Fortaleza], mas há cerca de 2 anos mudou-se para a Paraíba, não chegando sequer a concluir o curso de Física na Universidade Federal do Ceará⁵⁹³.

Em Juazeiro do Norte, onde nasceu, [Freitas Dalton], o apontado como um dos articuladores do grupo, era conhecido como o “cientista louco”, chegando mesmo a ter um laboratório particular em casa, onde desenvolveu suas primeiras experiências em química e física. Foi capaz mesmo de, em 1969, fazer um foguete construído por ele, levantar voo, para espanto e admiração de toda a cidade. Vindo morar em Fortaleza, estudou em bons colégios e sempre se portou como aluno exemplar, elogiado pelos professores, detentor das melhores notas. O apelido de “cientista louco” surgiu,

⁵⁹² O Estado de São Paulo, 04/12/1980.

⁵⁹³ O Povo, 05/12/1980.

exatamente, a partir de suas experiências em Juazeiro e pelo seu jeito relaxado de se vestir. Na verdade, segundo declaração de amigos à época, [Dalton] tinha mesmo a aparência de louco”⁵⁹⁴.

A revista *Veja* também fez referências, depreciativas e em tom de deboche, ao perfil inventivo de Dalton: “(...) um funcionário federal que projetou Juazeiro do Norte na era espacial com um foguete feito em casa, o que lhe valeu a fama de cientista louco”⁵⁹⁵.

O fato de o grupo, de extrema-direita, defensor da ditadura, ter como membro alguém chamado Trotsky (nome que, muito provavelmente, foi uma homenagem de seus pais a um dos líderes da Revolução Russa de 1917) foi alvo de várias referências da imprensa, como chistes. O professor de física, segundo pessoas próximas, insistia em ser chamado de Vladimir, rejeitando o “Trotsky”, por razões presumidamente ideológicas. Matéria de *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, tinha como chamada: “[Trotsky], o da direita, está preso em Fortaleza”⁵⁹⁶. O responsável pela coluna *Brasil-DF*, do *Correio Braziliense*, redigiu:

Um [Trotsky] de direita. Só mesmo aqui. [Vladimir Trotsky], estudante universitário de 25 anos, está sendo acusado, em companhia de alguns colegas, de mobilizar bombas, metralhadoras e, por incrível que pareça, até maconha, para uma vasta ação nada menos que contra as esquerdas de sua universidade. No Brasil, tudo pode acontecer, até um [Trotsky] de direita, apesar de suas óbvias origens⁵⁹⁷.

⁵⁹⁴ O Povo, 05/12/1980.

⁵⁹⁵ *Veja*, 10/12/1980.

⁵⁹⁶ *Tribuna da Imprensa*, 08/01/1981.

⁵⁹⁷ *Correio Braziliense*, 05/12/1980.

Já em Fortaleza a história (...) é engraçada. A Polícia Federal apresentou sete universitários acusados de atentados de direita. Um dos supostos cabeças do grupo é um [Trotsky], cujas ideias diferem um pouco daquelas do homônimo que pode ter inspirado seu pai⁵⁹⁸.

Veja aproveitou-se do homônimo do líder comunista para ironizar quem achava que eram as esquerdas as responsáveis pela onda terrorista que então varria o País.

Para quem achava que os atentados contra bancas de jornais e organizações esquerdistas poderiam ser obra da esquerda para jogar a culpa na direita, não podia haver um suspeito mais adequado: [Trotsky]. De fato, havia um [Trotsky] envolvido no terror que incendiou bancas de jornais em Fortaleza. Um [Trotsky] de direita, porém⁵⁹⁹.

Essa depreciação, para não dizer humilhação pública, dos integrantes MAC foi propiciada, em certa dose, por uma postura da própria ditadura, ao expor os extremistas à imprensa e revelar, por meios de seus agentes, detalhes de uma investigação em andamento. Diferente foi a conduta do regime quando, em diversas oportunidades, foram levantadas suspeitas sobre o envolvimento de militares com a onda terrorista. Nestas ocasiões, o governo e integrantes das Forças Armadas se manifestavam publicamente e lançavam enérgicas notas negando as acusações e as considerando uma ofensa à honra da caserna. O Deputado Tourinho foi processado por denunciar, com a chamada “Operação Cristal”,

⁵⁹⁸ Isto É, 10/12/1980.

⁵⁹⁹ Veja, 10/12/1980.

o suposto envolvimento de integrantes das Forças Armadas na onda de atentados⁶⁰⁰. Jornais reproduziam as falas dos militares, dando espaço para suas defesas⁶⁰¹. O fato de não ter ocorrido a prisão e a punição de um único integrante do regime mostra como as Forças Armadas acobertaram seus integrantes envolvidos com a onda terrorista, não obstante as várias evidências, a exemplo do caso Riocentro.

Nesse sentido, podemos dizer que os extremistas do MAC cearense foram alvos de uma violência simbólica propiciada pela ditadura a qual buscavam defender, o que não deixa de ser irônico. Os jovens tiveram seus nomes e fotos divulgados, questões íntimas suas foram levadas a público, acabaram ridicularizados e, mesmo depois que foram libertos pela Justiça, ficaram associados, publicamente, aos atos que praticaram. Houve, a nosso entender, razões para aquele proceder do regime. Como veremos adiante, ditadura acabou se servindo dos atentados dos jovens cearenses com fins políticos, usando-os para interesses específicos no cada vez mais complexo processo de abertura do regime.

⁶⁰⁰ Tribuna do Ceará, 11/09/1980.

⁶⁰¹ “Uma nota oficial do I Exército, distribuída na quarta-feira, dia 27 [de maio de 1980], acusa formalmente os jornais de explorarem, ‘de forma sensacionalista e tendenciosa’, o episódio das bombas no Riocentro e as investigações que em torno dele se desenvolvem. ‘Elementos de esquerda’, disse a nota, ‘infiltrados na imprensa e outros, por eles influenciados, inconformados diante das medidas vigentes de salvaguarda no sigilo, vêm-se utilizando de todos os meios, forjando fatos e situações, sem o mínimo de fundamento’”. Isto É, 03/06/1980.

4.4 O MAC usado

Uma das teses mais aceitas pela literatura especializada afirma que o processo de distensão da ditadura, iniciada por Ernesto Geisel, a partir de 1974, foi uma forma dos setores militares moderados promoverem uma necessária descompressão política no País, com a desmontagem da estrutura de poder e repressão fincada, especialmente, nos preceitos do Ato Institucional nº 5, de 1968, considerado excessivo até por segmentos das Forças Armadas. Com o Brasil salvo do comunismo e a economia recuperada, não haveria mais justificativas razoáveis para a permanência dos militares no poder, visto que, quanto mais ficassem no comando do Estado, mais a política adentrava aos quartéis e se aprofundavam as divisões internas, o que poderia colocar em risco a estabilidade do regime e a própria existência das Forças Armadas. Os liberais, fossem os militares ou os civis que haviam apoiado o golpe de 64, entendiam que a “revolução” acontecera para livrar a “democracia” da subversão de esquerda, não para implantar uma ditadura (MOTTA, 2021, p. 246 e seguintes).

Aquele início de década era propício para a liberalização do regime: a esquerda armada fora liquidada, a oposição institucional, via MDB, estava bastante enfraquecida –chegou-se a pensar em dissolver o partido após a derrota fragorosa nas eleições de 1970 (KINZO, 1988,) – e a situação econômica era favorável, com os elevados índices de crescimento do Milagre (CARVALHO, 1989). O governo era popular e havia um consenso da sociedade em torno da ditadura (MOTTA, 2021).

Em outros termos, setores militares promoveram a distensão porque as condições políticas e econômicas eram convenientes ao regime, o que os fazia pensar que poderiam controlar ou ter influência nos rumos e no tipo de descompressão desejada (RODRIGUES, 2017, p. 56; MOTTA, 2021, p. 247). Portanto, o fim do milagre econômico, provocado pelo aumento internacional do preço do petróleo, em outubro de 1973⁶⁰², e a ascensão do democrata Jimmy Carter ao governo dos EUA, em 1976, realizando uma gestão com críticas às ditaduras da América Latina, não desencadearam a distensão/abertura, embora tenham contribuído para seu andar (NAPOLITANO, 2018, p. 253).

Ao contrário de uma visão bastante difundida, na qual os militares eram dicotomizados, no pós-1964, entre duros e moderados (chamados também de castelistas ou grupo da Sorbonne)⁶⁰³, hoje entende-se que

⁶⁰² Por volta de 1972 e meados de 1973, já havia discursos e debates que sinalizavam, se não ações, pelos menos, intenções liberalizantes do regime, ainda que longe de serem unanimidade (MATHIAS, 1995b, p. 63 e 64). A crise econômica, advinda do choque do petróleo, impactou para valer no País na segunda metade dos anos 1970 e mesmo quando ela começou a surtir efeitos, existia, de início, uma crença que seria de curta duração, com o Brasil mantendo suas taxas de crescimento. (MATHIAS, 1995b, p. 81).

⁶⁰³ Uma memória de apologismo de Castello Branco, como realizador de um governo “moderado” e líder uma facção mais branda, foi construída, sobretudo, a partir de meados dos anos 70, com o processo de distensão da ditadura. Os castelistas são comumente vistos como dotados de posicionamentos liberais, enquanto seus principais opositores, a “linha dura”, apresentam posições mais radicais. Não obstante, a percepção de setores da sociedade, em particular da imprensa, em 1967, quando o marechal encerrou seu mandato, era bem diferente. Via-se o militar cearense como protótipo do ditador e artífice de um autoritarismo crescente, cada vez mais afastado dos supostos “ideais democráticos de 64” e que haviam levado vários grupos liberais a apoiar o golpe.

as Forças Armadas apresentavam-se bem mais heterogêneas. Como demonstram os estudos de João Roberto Martins Filho (2004, 2019) e Maud Chirio (2012), os militares tinham uma pluralidade de posições, em disputas complexas, motivadas por uma diversidade de fatores, posicionamentos que foram mudando ao longo dos anos, conforme os contextos políticos. Desde o golpe e permanecendo por toda a ditadura, encontramos outras e importantes divisões e antagonismos intraquartéis e mesmos entre os braços das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha), sem falar dos militares com posições indefinidas. Assim, o tempo de permanência no comando do governo e o processo de abertura teriam sido apenas alguns dos pontos de discordância entre os militares, dos tantos que apresentavam (RESENDE, 2015, p. 29).

Igualmente questiona-se a representação comum dos castelistas como aqueles setores militares dotados de posicionamentos moderados e liberais, enquanto seus principais opositores, os da linha dura, apresentavam posições mais radicais a serem combatidas e controladas⁶⁰⁴.

Naquele ano, em sentido inverso, era Costa e Silva o militar visto por vários setores civis como a “esperança liberal” (NAPOLITANO, 2017, p. 351 e 352; MARTINS FILHO, 2019, p. 158).

⁶⁰⁴ Como diz Adriano Nervo Codato (2005, p. 92), não é demais lembrar que foram exatamente os “liberais” do Exército que criaram o Serviço Nacional de Informações (1964) e editaram o Ato institucional nº 2 (1965), o qual suprimiu os partidos políticos e tornou indireta, a partir de então, as eleições presidenciais; foi essa linha moderada ainda que promulgou uma nova Constituição (a de 1967), determinou a Lei de Imprensa (1967) e a Lei de Segurança Nacional (1967) e fechou o Congresso Nacional (em abril de 1977), introduzindo uma série de mudanças (“casuísmos”, segundo a expressão da época) na legislação eleitoral. Tais medidas devem ser vistas como conveniente também aos interesses do grupo castelista no governo, pois fortalecia o poder executivo e os beneficiava (LIMA, 2018, p. 108).

O mais coerente talvez seja associar os duros à administração da repressão intensa e permanente e os castelistas a um certo pragmatismo, no sentido de que tomavam medidas conforme as necessidades de governabilidades e de institucionalização do regime e as pressões e interesses dos demais grupos da caserna junto ao Estado e à “revolução” (MARTINS FILHO, 2019, P. 86). Foi essa concepção de institucionalizar a ditadura que moveu Geisel na distensão, conforme veremos adiante.

Não custa lembrar que os governos da ditadura foram de composições, ou seja, nenhum dos grupos das Forças Armadas governou absoluto, mas sempre com representações das demais facções. Então, em vez do que é propagado comumente, de uma alternância entre castelistas e linha dura na presidência, o que havia era a substituição de um governo predominantemente de moderados por um governo em que predominavam os radicais (D'ARÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 32). Assim, por exemplo, na gestão do moderado Geisel (1974-79), o ministro do Exército, Sylvio Frota, era um exemplo dos duros no governo.

Ressalte-se, também, que as disputas internas e a existência de alas não foram capazes de extravasar o quadro fundamental da unidade política militar, de modo que se preservaram as Forças Armadas enquanto instituição. Era, como diz João Roberto Martins Filho (2019, p. 118 e 184), uma “unidade na desunião”, ou seja, a presença de divisões dentro do campo militar ficava em suspenso quando se colocava em risco, no entender da caserna, a manutenção das Forças Armadas e os princípios da “revolução de 64” por “ameaças civis” ou por possibilidades de “volta ao passado”. Isso ajuda a entender melhor a postura dos quartéis quan-

do da distensão/abertura da ditadura, pois, não obstante a resistência dos duros e as pretensões impositivas e centralizadoras de Geisel, alguns aspectos uniam as Forças Armadas, como a de não aceitar, em hipótese alguma, que houvesse punição aos militares envolvidos em crimes contra os direitos humanos (e acrescentamos, com o terrorismo de direita) ou que se findassem as prerrogativas e privilégios da corporação.

O projeto de distensão dos moderados não tinha, nos primeiros tempos, a pretensão de tornar o Brasil uma democracia liberal ou criar um regime como o que passou a existir após a Constituição de 1988. Apenas depois, sobremaneira após 1977, com o avançar do processo político de liberalização e pressões da sociedade, que a ideia de uma transição democrática, ainda que a longo prazo e contrariando as pretensões de setores mais radicais da caserna, começou a ser tolerada, inclusive, sendo abordada no próprio discurso do regime, como fez Figueiredo em seu período (1979-85), ao chamar de “abertura democrática” o que antes fora definido, por Geisel, como “distensão lenta, gradual e segura”. No caso, uma democracia dentro dos entendimentos e marcos aceitos e impostos pelos militares (NAPOLITANO, 2018, p. 234).

O objetivo, em um primeiro momento, da cúpula militar, era institucionalizar a “revolução”⁶⁰⁵, estabelecer uma flexibilização da ditadura que implicasse na proteção

⁶⁰⁵ “O passo para se institucionalizar o autoritarismo (...) não significa, porém, que o regime ditatorial era pouco ou nada institucionalizado, mas que o arranjo institucional em vigor não era funcional nem estável, daí as crises políticas frequentes (1965, 1968, 1974, 1977, 1981 etc.); que, portanto, ele deveria ser reformado para suportar essas crises, sem que isso implicasse uma regressão “populista” (ao pré-1964) ou um avanço democrático” (CODATO, 2005, p. 84). Vide também ANTURI, 2001.

mínima de indivíduos e grupos contra arbítrios do Estado, mas não exatamente implantar um sistema democrático digno do nome. Geisel, de certo modo, retomava os antigos ideais de conciliação de autoritarismo e reformas liberais que Castelo Branco tentara implantar na segunda metade dos anos 1960. Seria, paradoxalmente, uma espécie de Estado de direito autoritário: haveria uma ordem política híbrida, securitária e elitista, na qual conviveriam formas autoritárias e institutos liberais, de limitada autonomia ou alcance (MAUD, 2012, p. 172). Ocorreriam mudanças com a distensão, ter-se-ia a restauração de alguns direitos civis mínimos, mas os militares tutelariam esse outro regime político, conservando a capacidade de intervenção “quando necessária” (MATHIAS, 1995b, p. 39).

Em vez do arbítrio tosco dos anos de chumbo, predominaria uma legalidade autoritária com alguma liberalização. Se eliminaria os mecanismos excessivamente coercitivos, como o AI-5, estabelecendo-se uma normalidade jurídica no País e igualmente impedindo a excessiva fúria persecutória de setores radicais das Forças Armadas, os quais, com sua utopia autoritária, desejavam um permanente “saneamento” da sociedade, não aceitando submeter-se a nenhum limite na missão de expurgo dos elementos indesejados (GONÇALVES, 2017, p. 190). Em síntese, se criaria um regime que mantivesse princípios da ordem liberal, ainda que não exatamente democrático (MATHIAS, 1995b, p. 24)⁶⁰⁶ e sem colocar em risco o papel de tutela das Forças Armadas sobre a sociedade (CARVALHO, 2005, p. 130).

A distensão entendida por Geisel, portanto, ao contrário de certas visões difundidas (GASPARI, 2004, 2016), não tinha o objetivo de estabelecer uma democracia no

⁶⁰⁶ Vide também CARVALHO, 2001.

Brasil (MATHIAS, 1995a, p. 152; CODATO, 2005, p. 92), mesmo porque muitos dos militares e seus apoiadores civis entendiam que o regime já era “democrático”, posto que era fiel aos valores cristãos e ocidentais, e defensor da liberdade individual e da livre iniciativa contra o “totalitarismo comunista” (NAPOLITANO, 2018, p. 241). Geisel pretendia promover o “desenvolvimento” dessa democracia, consolidando os “propósitos da revolução de 31 de março de 1964”, ou seja, a institucionalização do regime em marcos mais moderados do que a ordem até então existente, marcada pelo extremo-arbítrio do AI-5 (MATHIAS, 1995b, p. 76 e 101). Com isso, se abrandariam as tensões políticas, o que, em consequência, garantiria por tempo indeterminado um regime sob a tutela dos militares (MATHIAS, 1995b, p. 79).

Contrariando à uma memória coletiva construída, sobre Geisel ser um “estadista precursor” da democracia posteriormente implantada no Brasil, o general fez um governo extremamente autoritário (MAUD, 2012, p. 171 e 172. D’ARÚJO, 2002, p. 23)⁶⁰⁷, um autoritarismo do

⁶⁰⁷ Em seu período, a partir de 1975, o Brasil se envolveu na Operação Condor, uma colaboração repressiva entre as ditaduras do cone sul (QUADRAT, 2005, p. 156). Ao longo do mandato, Geisel assiduamente recorreu ao AI-5 (SKIDMORE, 1988, p. 385), cassando mandatos e privando cidadãos de seus direitos políticos, acusando muitos de corrupção e “subversão”, medidas que, se agradavam à linha dura, servia, igualmente, para fazer uma “limpeza” na oposição, enfraquecendo-a e fortalecendo o governo na pretensão de controlar o processo de dissensão (MAUD, 2012, p. 175). Geisel revogou o AI-5, em fins de 1978, é verdade, mas estabeleceu salvaguardas, com a Emenda Constitucional nº 11. Tais salvaguardas eram o Estado de Emergência e as Medidas de Emergência, que permitiam a aplicação de todas as medidas do Estado de Sítio pelo presidente da República, sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional, sempre que os poderes ou as instituições estivessem “gravemente ameaçados ou atingidos por fatores de sub-

qual também não escapou Figueiredo⁶⁰⁸. Ficam claros, pois, os limites da flexibilização pretendida pelos militares moderados e de como foram tensos os anos da distensão/abertura, o que nos leva, inclusive, a questionar a argumentação segundo a qual entre 1979-85 não haveria mais um regime autoritário ou ditatorial no Brasil. Não se pode minimizar a coragem e a ousadia daqueles homens e mulheres que saíram às ruas e participaram de grupos e movimentos a favor da democracia, mesmo porque o aparato repressivo e as estruturas autoritárias do regime, especialmente contra as forças populares, mantinham-se ativas (RESENDE, 2015, p. 48; AARÃO REIS, 2001, p. 132).

Com a progressiva impopularidade do governo Figueiredo, a crescente crise socioeconômica do País, o desenrolar do processo político-institucional e a pressão das ruas, cada vez mais grupos militares passaram a tolerar a ideia da entrega do comando do governo a um opositor

versão" (FICO, 2017, p. 64).

⁶⁰⁸ Figueiredo manteve as salvaguardas do Estado de Emergência e as Medidas de Emergência (duraram até a Constituição de 1988), chegando a usá-las na região de Brasília em outubro de 1983, por ocasião de votação de decretos sobre política salarial, e em abril de 1984, para pressionar o Congresso Nacional a não aprovar a emenda Dante de Oliveira (FICO, 2017, p. 64). Buscou a todo custo evitar que os cidadãos decidissem, pelo voto direto, quem deveria ser eleito para presidir o País, articulando contra a Campanha das Diretas Já. Não se pode esquecer também que este general perseguiu religiosos de origem estrangeira, buscou calar jornais de esquerda e usou a contenção policial contra o movimento operário, com a prisão de várias lideranças e coação e intimidação dos trabalhadores, e mesmo assassinatos. Em 1979, operários foram mortos em manifestações grevistas. Entre eles, o líder sindical Santo Dias da Silva, assassinado pela polícia no dia 30 de outubro, em Santo Amaro, São Paulo. Afinado com a Igreja Católica e com o novo sindicalismo basista e autônomo que emergira no ABC, sua morte provocou grande comoção (NAPOLITANO, 2018, p. 288).

civil moderado. Existiam, da parte da caserna, questões intocáveis, como resguardar algumas de suas prerrogativas de ingerência política, os privilégios da corporação (Justiça Militar, aposentadorias à parte, educação e saúde especiais, etc.), não permitir a responsabilização dos crimes praticados durante o período ditatorial e garantir, dentro do possível, a unidade interna e a preservação das Forças Armadas. A ironia é que, não obstante Figueiredo ter se enfraquecido bastante nos últimos anos de seu governo e se deparado com uma forte oposição civil⁶⁰⁹, tornando ainda mais complexo o processo de abertura, especialmente com a Campanha das Diretas Já, por vias tortas, o que era pretensão dos militares acabou acontecendo, pois, com a morte de Tancredo Neves assumiu José Sarney, político vindo da Arena e antigo aliado da ditadura (ARTURI, 2001, p. 18).

Desgastado, Figueiredo buscou garantir uma governabilidade mínima e, ante a insustentabilidade do regime, tentou garantir a transição possível para um poder civil sem riscos de “radicalismos políticos” ou de “revanchismo” contra as Forças Armadas (RESENDE, 2015, p. 30). Ressalte-se, porém, que as medidas de distensão adotadas, por mais que não tivessem pretensões, de fato, democráticas, foram de grande importância para os atores políticos e sociais dos anos 70, pois implicava em retorno de direitos e garantias fundamentais, ainda que limitados. O espaço aberto estimulou a

⁶⁰⁹ Adriano Nervo Codato (2005) fala que o período de Figueiredo seria mesmo o da desagregação da ditadura. Não custa lembrar que o general-presidente não contava mais com os instrumentos arbitrários do AI-5, revogado em fins de 1978, o que implicava dizer que, pela primeira vez, em 10 anos, o chefe do executivo não teria mais o poder de cassar mandatos eletivos, colocar o Congresso Nacional em recesso ou legislar por decretos (PASQUALETTE, 2020, p. 83).

organização e a pressão de setores da sociedade civil por mais mudanças, desencadeando um processo sobre o qual os militares não teriam mais o amplo controle, como desejavam de início (RODRIGUES, 2017, p. 44).

Assim, como afirma Maria Celina D'Araújo, temos que diferenciar o *projeto* militar de descompressão do *processo* político de abertura que levaria o regime ao fim, o que, por sua vez, chama a atenção para a conjunção e as dinâmicas entre as forças do Estado e da sociedade civil as quais foram atuando ao longo dos anos (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 39). O governo ditatorial tinha um projeto⁶¹⁰ de distensão, com linhas gerais de um objetivo a alcançar, que se iniciou pelo alto, com importantes medidas liberalizantes, mas que não estava perfeitamente definido e determinado de antemão. A liberalização do regime teve, verdade, alguns passos pensados previamente, mas outros foram respostas a eventos e demandas posteriores⁶¹¹, levando a rumos e ritmos que se diferenciavam, em alguma medida, dos que os militares desejavam – embora sem romper o aspecto conservador e conciliatório da distensão (CODATO, 2005, p. 84). Uma vez iniciado, tal projeto adquiriu “vida própria”, foi sendo constituído, pressionado e se transformando conforme os contextos sócio-políticos, nos quais atuavam diversos atores da

⁶¹⁰ Suzeley Kalil Mathias (1995b, p. 23) entende por projeto “a estratégica elaborada pelos grupos do poder no sentido de proceder à distensão ‘lenta, gradual e segura’, expressando as intenções e os limites de uma ação nesta direção e um comportando um grau bastante alto de voluntarismo por parte de seus proponentes”.

⁶¹¹ Veja-se, por exemplo, a vitória do MDB nas eleições de 1974, as greves operárias, a fundação do PT (refletindo a maré de greves da época), a campanha das Diretas Já e os atentados realizados pela extrema-direita, civil e militar.

sociedade, como empresários, classes médias e mesmo setores populares, com estes influenciando, de maneira decisiva, menos no curso que no ritmo (ARAÚJO, 2004, p. 162; CODATO, 2005, p. 83)⁶¹².

A partir de 1978, ante efervescentes mobilizações de inúmeros atores políticos e sociais, a distensão ganhou densidade, ainda que com passos trêmulos, recuos, vitórias e derrotas dos que defendiam a democratização do País, não raro, com projetos contraditórios e noções diferentes do que seria exatamente democracia, existindo, por outro lado, toda uma articulação do governo em buscar manter o controle do processo. Havia um jogo sendo jogado em aberto, complexo, imprevisível em seu desfecho, em que os sujeitos agiam e reagiam, tentando prevalecer e se impor (AARÃO REIS, 2001. NAPOLITANO, 2018). Os vários atores políticos que viveram o período, especialmente o final da década de 1970, não tinham certeza alguma que, quando ou como exatamente a ditadura chegaria ao fim. Nada estava definido e tudo era possível, inclusive retrocessos autoritários (RODRIGUES, 2017, p. 44). Obviamente, pelo fato de os militares estarem no controle do Estado, sua capacidade de articulação-reação era enorme e, pressionados, buscavam manter o controle do processo e, por vezes, prevaleciam (CARVALHO, 2001)⁶¹³.

⁶¹² Lamounier Bolívar (*apud* MATHIAS, 1995b, p. 22 e 23) entende como processo, na conjuntura da distensão, como “todo conjunto de fenômenos ligados à crescente deslegitimação do regime, sejam elas ações deliberadas de críticas e contestação empreendidas por grupos da sociedade civil, sejam os dilemas a que se viu arrastado o próprio regime no curso de suas decisões, sejam, finalmente, simples sintomas de descrenças ou de falta de empenho na preservação do autoritarismo por parcelas dos círculos dirigentes”.

⁶¹³ Em outros termos, a transição brasileira deve menos às pressões civis

Não obstante a pressão da oposição civil, na percepção de Geisel, Figueiredo, Golbery e outros, a primeira linha de combate contra a liberalização do regime, nos marcos que os moderados desejavam, era a dos duros de dentro do próprio governo e das Forças Armadas. Militares, geralmente integrantes de órgãos de segurança e informação, mas também da cúpula da instituição, e uma extrema-direita civil conspiravam para desestabilizar o projeto governamental e barrar a abertura do regime (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1995, p. 38; RESENDE, 2015, p. 19).

O fim da ditadura civil-militar brasileira é tido como um caso famoso de transição negociada, transição pelo alto ou transição pela transação (D'ARÚJO, 2004, p. 96)⁶¹⁴. Os militares conseguiram deixar o comando do

por maior democracia que à intenção aberturista das Forças Armadas (MATHIAS, 1995). As várias crises acontecidas nos governos Geisel e Figueiredo podem ser vistas, genericamente, como desdobramentos das tentativas de os presidentes em tentarem manter o controle do processo e das dinâmicas e pressões da oposição civil e militar, em direções diferentes, de alterar, dinamizar ou barrar a liberalização do regime (CODATO, 2005, p. 94).

⁶¹⁴ Donald Share e Scott Mainwaring classificam as transições em três tipos. O primeiro seria o provocado pela derrocada ou colapso do regime autoritário. Neste, o controle da elite é quase nulo. Em um segundo tipo, há uma “transição por afastamento voluntário”, quando a elite deixa o poder porque entende que este tem pouca legitimidade, mas garante para si alguma parte do controle dentro das novas regras políticas. O terceiro tipo é o da transição por transação, em que, da mesma forma que nas transições por afastamento voluntário, são as elites do regime autoritário que dão início à transição, mas o controle que elas detêm sobre o processo é muito maior do que no outro caso – “a elite autoritária goza de legitimidade e, por isto, mantém sua capacidade de competir em eleições livres e de negociar a agenda de reformas que, normalmente, são feitas de modo gradual” (MATHIAS, 1995b, p. 20). Assim, nas transições por acordos, como foi o caso do Brasil, Equador e Espanha, os governos autoritários guardaram altos níveis de con-

governo em um acordo com grupos civis da oposição moderada, liberais e conservadores, hegemônicos entre as forças opositoras e presentes no MDB, imprensa, entidades representativas de categorias, etc. Por mais que tais grupos tenham feito parte da grande frente de oposição democrática, surgida no final dos anos 70, o agravamento da crise econômica e social (inclusive, com distúrbios de ruas e saques), o temor de uma radicalização popular e das esquerdas (especialmente, com as greves operárias) e o medo de um retrocesso autoritário pelos duros levaram-lhes, paulatinamente, a buscar entendimentos e a ir se (re)compondo com os militares moderados (ARTURI, 2001, p. 18). O regime findou-se sem que houvesse uma alteração da ordem social, garantindo as prerrogativas e as salvaguardas desejadas das Forças Armadas (D'ARAÚJO, 2004).

Há quem conjecture que, tendo-se em conta a onda terrorista da extrema-direita como um todo, a falta de esmero nas investigações e a ausência de punição foram frutos de uma espécie de acordo tácito entre militares moderados e linha dura. Ninguém da caserna era exposto e punido, mas, por outro lado, o governo pressionava e exigia que a extrema-direita militar cessasse com os atentados, o que acabou acontecendo, de forma efetiva (ou com uma redução da quantidade de ataques) após o caso do Riocentro⁶¹⁵.

trole sobre o ritmo, conteúdo e agenda da transição. Diferentemente de países onde a transição se deu por colapso, como foi o caso da Argentina, Chile, Uruguai e Grécia, mesmo onde houve negociação os governantes autoritários não mantiveram o controle da transição nem dos resultados (RODRIGUES, 2017, p. 40).

⁶¹⁵ Nessa versão, Figueiredo e outros militares teriam descoberto quem seriam os responsáveis, direta e indiretamente, pelo atentado ao Riocentro. Porém, por temerem novos problemas com a linha dura, que

Dessa maneira, os terroristas de extrema-direita, ainda que indiretamente, acabaram se beneficiando também do norte central orientador da distensão/abertura dos governos Geisel e Figueiredo, de não tolerar a punição de nenhum militar, de “não deixar ninguém da corporação para trás”, de evitar “atos de revanchismo” e de não permitir qualquer cisão das Forças Armadas (D’ARAÚJO, 2004, p. 93). Mesmo com os setores moderados repudiando os atentados – o presidente Figueiredo publicamente se manifestou nesse sentido várias vezes –, com o desgaste do governo perante a opinião pública e com as tensões dos embates políticos intraquartéis com os duros, permanecia como intocável, para o regime e o conjunto das Forças Armadas, a imunidade militar, ou seja, a impunidade em bloco para todos os agentes da repressão envolvidos em crimes políticos, fossem torturadores ou, no caso, terroristas de extrema-direita.

Como afirma Maria Celina de Araujo (2004, p. 93), tal pressuposto era uma forma de os militares se protegerem, como um todo, de possíveis demandas judiciais. Consentir que alguns deles fossem punidos, quanto à violação de direitos humanos e mesmo à prática de terrorismo, implicava colocar em xeque a unidade das Forças Armadas, até pela hierarquia típica da instituição e o modo como se estruturaram os órgãos de repressão ao longo do regime. Ao contrário de uma visão bastante disseminada, de uma “tigrada”, militares radicais, os quais agiam por conta própria, sem submeter-se à hierarquia, a historiografia (MAUD, 2012; RESENDE, 2015) vem demonstrando que,

se opunha à abertura política, teriam optado por um tolerar um IPM (Inquérito Policial Militar) que nada esclarecesse. Seria um acordo implícito, havendo um acobertamento do caso em troca do fim dos atentados (PASQUALETTE, 2020, p. 221 e 222).

não obstante a significativa autonomia, o aparato repressivo não estava fora de controle de superiores ou que muitas de suas ideias não fossem compartilhadas por integrantes da cúpula militar. Havia, como diz Carlos Fico (2001, p. 217), uma relativa autonomia, visto que os agentes responsáveis pelos atos discricionários praticados durante a ditadura agiam acobertados por aqueles que, aparentemente isentos, foram, na verdade, seus criadores ou, no mínimo, tolerantes, admitindo-nos como um “mal menor”, pois a “tigrada” realizava o “trabalho sujo” que atendia a interesses do regime e da “revolução”. Em decorrência, apurar a prática de tortura e as ações terroristas e punir os duros poderia implicar, pelas estruturas e relações hierarquizadas das Forças Armadas, na necessidade de se investigar qual o envolvimento de outros militares e igualmente apená-los, o que geraria mal-estar entre as tropas e poria em risco a unidade e a sobrevivência da instituição.

Dessa forma, os militares envolvidos com os atos terroristas, mesmo os de casos evidentes, como o do Riocentro, acabaram beneficiados pelos pressupostos da imunidade e da unidade das Forças Armadas, imprescindíveis para a liberalização do regime e que estiveram presentes na aprovação da Lei da Anistia de 1979, a qual favorecera os agentes do regime ligados a torturas e assassinato de opositores. Por razões óbvias, ainda que existissem indivíduos tanto envolvidos com as práticas de sevícias nos anos de chumbo como na realização dos atos terroristas por ocasião da abertura (MEDEIROS, NETTO, 2012), tratava-se de dois processos históricos distintos, com suas especificidades, os quais, porém, resultaram em impunidade. Em decorrência, diversos dos envolvidos prosseguiram em suas carreiras nos órgãos policiais e nas Forças Armadas após o fim da

ditadura, não raro, passando suas experiências ou servindo de modelo para novos recrutas, como comumente acontece no meio militar (CASTRO, 2008; OLIVEIRA, MATHIAS, 2020).

A Lei da Anistia restringiu sua abrangência ao período entre 1961 e 1979, o que implica dizer que os envolvidos em crimes políticos fora deste intervalo eram imputáveis, como no caso dos partícipes da onda de atentados da extrema-direita, cujo cume deu-se em 1980 e 1981. Contudo, em demonstração de força da caserna e de como, novamente, era fora de questão punir militares, os terroristas não sofreram nenhuma sanção, a maioria absoluta sequer sendo identificada. Tão patente a questão da imunidade das Forças Armadas, como condição *sine qua non* para a liberalização, que passou a predominar, nas memórias dos militares e mesmo em decisões jurídicas, uma interpretação totalmente enviesada e questionável da Lei da Anistia, segundo a qual esta teria sido estendida para abarcar também os ataques terroristas de direita na abertura⁶¹⁶.

⁶¹⁶ A 15 de março de 1988, quando de tentativa de reabertura do inquérito sobre o caso Riocentro, o STM decidiu que o caso estava alcançado pela Lei da Anistia de 1979, em virtude da emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985. Assim foi, de ofício, extinta a punibilidade dos autores. A decisão foi criticada por juristas à época. A Lei da Anistia de 1979, aplicável para os que cometeram crimes políticos, tiveram seus direitos suspensos ou foram punidos com base em atos Institucionais, no intervalo entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, não abarcou os militantes da esquerda armada condenados por “crimes de sangue”. Estes foram beneficiados apenas com a emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, que ampliou o objeto da Lei da Anistia de 1979. Não obstante, o intervalo de tempo não foi alterado para o benefício da anistia, só valendo para os crimes ocorridos entre 1961 e 1979. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc2685.htm#:~:

A não apuração das autorias dos atentados, as acusações de que o regime era tolerante com a violência da extrema-direita e as suspeitas que agentes da estrutura repressiva estavam envolvidos, acobertavam ou eram coniventes com os terroristas desgastaram a imagem do governo e contribuíram para ruir sua credibilidade, dificultando a governabilidade de um País já mergulhado em grave crise econômico-social e passando por uma instável e complexa abertura política (PASQUALETTE, 2020). Se o regime e, especialmente, o governo Figueiredo apresentaram todo um melindre para apurar os crimes políticos praticados por militares, os atentados terroristas nos quais estavam envolvidos civis, sem ligações diretas com a caserna, tiveram um outro tratamento. Entendemos que a detenção e a exposição pública de alguns civis, acusados ou envolvidos com a onda terrorista, a exemplo daqueles do MAC cearense, tiveram usos políticos da parte da gestão Figueiredo, pois contribuíam, por mínimo que fossem, para a governabilidade, na medida em que aliviavam a pressão da sociedade e da oposição por resultados nas investigações e denotavam o compromisso do governo, ante as Forças Armadas, com o intocável princípio da imunidade militar.

Observe-se que os integrantes do Movimento Anti-comunista (MAC) do Ceará não foram os únicos que a gestão Figueiredo levou ao conhecimento público sob a

text=%C2%A7%201%C2%BA%20%C3%89%20concedida%2C%20 igualmente,base%20em%20outros%20diplomas%20legais. Acesso a 14/08/2023. Dessa forma, os atos terroristas ocorridos no começo dos anos 80 eram perfeitamente puníveis (BIERRENBACH,1996, p. 202 e seguintes). Nos anos seguintes, por algumas vezes, tentou-se reabrir o caso. No ano 2000, o STM decidiu novamente pelo arquivamento, o que, do ponto de vista jurídico, significava que o caso estava encerrado, não cabendo mais recursos (D'ARAÚJO, 2005, p. 72 a 75).

acusação de envolvimento na onda terrorista. Nenhum dos apresentados, porém, pertencia à caserna. Eram civis os três detidos por jogarem bombas em Barbacena-MG e que foram mostrados, com estardalhaço, à imprensa pelo governo federal como integrantes de uma organização trotskista, logo após os ataques à OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Não obstante, os meios de comunicação e mesmo autoridades mineiras logo desmentiram a gestão Figueiredo, comprovando que os ataques vinculavam-se a disputas políticas locais e que nada tinham a ver com a onda terrorista da extrema-direita contrária à abertura⁶¹⁷. Um outro civil detido, por acusação de terrorismo, foi Ronald James Watters, extremista de direita que havia, nos anos 60, se envolvido em alguns atentados na antiga capital da república. Preso sob a suspeita de participação também nos ataques à Ordem dos Advogados do Brasil e à Câmara Municipal carioca, Watters acabou sendo liberto, posteriormente, pela Justiça Militar, por falta dos mais elementares indícios comprobatórios⁶¹⁸.

Ou seja, dividido entre a pressão da sociedade por resultados nas investigações e o compromisso com a imunidade e unidade das Forças Armadas, o governo

⁶¹⁷ Jornal do Brasil, 04/09/1980; Isto É, 10/09/1980.

⁶¹⁸ Ronald James Watters foi detido a 18 de outubro de 1980, tendo sua prisão tornada pública a 12 de novembro, por coincidência, ou não, na mesma semana que foram capturados os integrantes do MAC em João Pessoa. Em junho de 1981, o Superior Tribunal Militar decidiu soltá-lo, em virtude da insuficiência de provas sobre seu envolvimento nos ataques. Jornal do Brasil, 04/06/1981. No livro *A direita explosiva no Brasil*, que aborda o chamado grupo secreto, envolvido nos atentados da época, inclusive, o do Riocentro, afirma-se que Ronald Watters não teve nenhuma participação no episódio, tendo sido usado como “bode expiatório” (ARGOLO, RIBEIRO, FORTUNATO, 1996, p. 221).

Figueiredo, em postura salomônica, apresentou como terroristas indivíduos sem laços com as estruturas repressivas oficiais. Bem diferente ocorreu por ocasião das bombas no Riocentro, em abril/maio de 1981. Não obstante todas as evidências e suspeições do envolvimento de militares e da comunidade de informação no episódio, o regime não apresentou suspeito algum, buscando mostrar que o sargento e o capitão envolvidos haviam sido vítimas de um atentado. A investigação oficial, confusa, com idas e vindas, muitas omissões, contradições e lacunas, inocentou os partícipes, chegando ao ponto de atribuir a culpa a um grupo de esquerda armada desbaratado no começo dos anos 70. O relatório final do caso Riocentro, desacreditado já à época, serviu para garantir a impunidade dos integrantes das Forças Armadas envolvidos (RIBEIRO, 1981; DECKES, 1985; GRAEL, 1985; BAFFA, 1989; BIERRENBACH, 1996).

Deter e expor publicamente civis como terroristas, especialmente os do MAC, os únicos, no País, descobertos e, indubitavelmente, responsáveis por atentados contra a abertura, não deixava de ter utilidades políticas para a gestão Figueiredo. No caso do MAC cearense, chama a atenção a rapidez com a qual o governo apresentou os extremistas à opinião pública, antes mesmo da conclusão do inquérito da Polícia Federal, bem como todas as facilidades para a cobertura e divulgação do caso por meio da imprensa, bem diferente do que aconteceria no episódio do Riocentro. Em outros termos, entendemos que a prisão e a exposição dos extremistas civis ajudavam, ou contribuía, ainda que minimamente, para as condições de governabilidade de uma gestão fragilizada como a de Figueiredo, com dificuldades de conduzir a distensão nos moldes que os moderados desejavam e

cada vez mais pressionada pela sociedade e oposição (FICO, 2016).

Ainda que o Ceará não fosse um dos locais mais dinâmicos do processo de abertura, havia aspectos positivos a serem considerados pela gestão federal com a prisão dos extremistas locais. Em primeiro, o governo mostrava aos críticos que não se encontrava paralisado. Ao contrário, estava agindo, sim, esforçando-se para debelar a onda de ataques, independentemente de matizes ideológicas. Mesmo extremistas de direita, com os do MAC cearense, não seriam tolerados. O regime não tinha nada a esconder da sociedade. Isto é, não acobertava crimes, nem se omite ante os terroristas, como a oposição difundia. Ao contrário, eles seriam capturados e punidos pelos atos praticados e levados ao conhecimento público. Dessa maneira, as críticas dos opositores eram atingidas e alvo de desconstruções.

A gestão figueiredo mostrava ainda sua capacidade investigativa, pois as prisões dos extremistas cearenses, publicizadas via imprensa, constituíam-se espécies de troféus, um tento exitoso a ser apresentado à população na luta contra o terrorismo, após tantos meses frustrantes e sem resultados efetivos. Não se pode desconsiderar também que, além de melhorar a imagem do governo, o desbaratamento do grupo terrorista poderia contribuir para diminuir pressão da sociedade quanto à apuração dos outros atentados que continuavam a ocorrer pelo País. Como vários componentes do governo afirmaram à imprensa, não era fácil investigar o terror, mas a gestão Figueiredo estava agindo, com prudência, só mostrando à sociedade quando tinha algo de concreto⁶¹⁹.

⁶¹⁹ Em declaração à imprensa, em Belo Horizonte-MG, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmou que se o governo tivesse os nomes dos autores [dos ataques terroristas], quaisquer que fossem, já teria

Mais ainda: a detenção dos membros do MAC não deixava de representar um recado aos militares da linha dura, nas disputas intraquartéis. Por mais que o governo tivesse mantido até ali, final de 1980, a impunidade da caserna, a prisão dos extremistas cearenses não deixava de soar como uma advertência. Ante a debilidade da gestão Figueiredo, a pressão da sociedade e a continuidade dos atentados, quem garantiria que os militares pertencentes aos “bolsões sinceros e radicais” não poderiam ser, igualmente, no futuro, detidos e expostos? O desmantelamento do MAC no Nordeste não soaria como um alerta para os demais radicais? Dependendo da perspectiva de análise, não seria uma ameaça implícita ou uma espécie de “convite” para que os militares extremistas aceitassem o “acordo tácito” que o governo insistentemente propunha, de que “ninguém seria deixado para trás”, ou seja, de que não haveria punições desde que cessasse a onda terrorista?

Se havia tais intenções, efeitos não surtiram. A pressão da sociedade e o desgaste do governo continuaram e a linha dura persistiu com os ataques, pois, apesar do alerta sobre possibilidades de punição, concretamente não foram “os seus” os detidos no Ceará, isto é, não

revelado à nação. “(...) Realmente, nós não conseguimos ainda resultados conclusivos nas apurações. Não temos elementos de convicção que nos autorizem apontar os culpados (...)”. Afirmou ainda que “atos delitivos dessa natureza são sempre difíceis [de apuração], quando não demorados. Quando nos lembramos que, apesar de seus excelentes organismos policiais, os Estados Unidos não puderam estabelecer com certeza a autoria do assassinato do presidente Kennedy, a Itália também não pode apurar a responsabilidade do assassinato de Aldo Moro, e até hoje, apesar de um processo de abertura democrática, plenamente vitorioso, não se descobriu na Espanha os autores do atentado à bomba que matou Carrero Blanco, nós temos que admitir que estas apurações exigem maior empenho e gastam muito mais tempo do que acontecimentos ou atos criminosos comuns”. O Povo, 20/10/1980.

eram militares, mas, sim, civis, a “jovem guarda” de extrema-direita, que praticava atentados sem os “cuidados” devidos. Como a caserna continuava impune, inexistiam motivos para a luta contra a abertura não persistir. O desbaratamento do MAC, em um polo político secundário como Fortaleza, no contexto do Brasil, não intimidou a extrema-direita, como talvez o governo desejasse ou esperasse.

Novos ataques aconteceram País afora já no início de 1981, até que vieram as bombas no Riocentro, de repercussão bem maior, gigantesca, afinal, dois militares foram pegos em flagrante em um atentado ocorrido na antiga capital da República e ainda um dos centros políticos mais influentes do Brasil. Assim, a partir do que demonstra a historiografia, é possível conjecturar que, diante do impacto do atentado ao Centro de Eventos do Rio de Janeiro, enfim, muitos dos setores da extrema-direita militar, ante sua exposição e o comprometimento das Forças Armadas com o caso Riocentro, viram-se obrigados a “aceitar o convite” do governo sobre parar com os atentados, em troca da impunidade, e se curvar ao processo de abertura nos marcos que os moderados desejavam. Não toda a extrema-direita, é verdade, pois os atentados continuaram, em quantidade menor, como esta pesquisa buscou demonstrar.

Os integrantes do MAC cearense e outros civis, em decorrência, acabaram sendo usados como “bodes expiatórios” para aliviar as pressões sobre o governo, sem que fossem apurados os outros casos de ataques que ocorriam pelo País e cujos autores eram militares e integrantes do aparato de informação e repressão.

4.5 O MAC julgado

Não obstante toda a exposição pública e o julgamento ao qual foram submetidos na Justiça Militar, os integrantes do MAC cearense também ficaram impunes quanto aos crimes políticos praticados. Se em dezembro de 1980 a intenção do regime era a de capitalizar politicamente com a detenção de (civis) terroristas, o dinamismo do processo político da abertura acabou beneficiando depois os jovens extremistas.

Para efeitos de comparação, o vereador Eduardo Paulo Vilanova, do PP (Partido Progressista), responsável por estourar algumas bombas, de baixo potencial, na região de Barbacena-MG, em função de disputas políticas locais, foi condenado, em dezembro de 1980, a nove anos de prisão pela Justiça Militar, que enquadrou seus atos como de atentados à segurança nacional⁶²⁰. Quando do julgamento do MAC, em agosto de 1982, a conjuntura política mudara. Após as bombas do Riocentro, apesar de atentados ainda acontecerem, houve uma redução do número de ações terroristas e um enfraquecimento político da extrema-direita, a qual, assim, deixou de ter

⁶²⁰ Eduardo Vilanova chegou ainda pagar mil e quinhentos cruzeiros para cobrir as despesas dos danos que seus ataques provocaram. Os outros envolvidos, Luiz Crisóstomo de Vilanova e Caetano Cesarino de Oliveira, irmão e assessor de Eduardo, respectivamente, foram condenados a um ano de prisão. Isto É, 17/12/1980. O vereador foi encarcerado na penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Impetrou um recurso ao Superior Tribunal Militar que, por fim, o absolveu, junto com Luiz e Caetano, por unanimidade, em agosto de 1981. O detalhe é que, como afirmou Eduardo Paulo Vilanova, sua pretensão no recurso ao STM era apenas reduzir a pena, sendo surpreendido com a absolvição. Jornal do Comércio, 28/08/1981.

tanta atenção da imprensa, da oposição e da sociedade como um todo, visto que havia outras preocupações preeminentes, como a crise econômico-social do País e os rumos da abertura do regime. Ilustrativo do momento foi a realização, em novembro de 1982, de eleições diretas para governador dos estados – inclusive, com a vitória de opositoristas –, depois de dúvidas se, de fato, elas aconteceriam. Setores da imprensa, do judiciário e elites políticas e econômicas se reaproximavam do governo, abraçando a tese do fim do regime autoritário da forma menos traumática possível e sem radicalismos. Cada vez mais havia, nos quartéis, quem aceitasse a passagem do poder institucional a um civil moderado, desde que não houvesse “atos de revanchismo” contra os militares (MOTTA, 2021, p. 274 e seguintes).

Portanto, para tais segmentos, pelo bem da transição do poder a civis e da unidade do País em torno da democracia, não teria sentido punir os aliados ou pessoas próximas à ditadura e elevar, de novo, as tensões políticas, visto que os atentados extremistas haviam cessado (ou diminuído consideravelmente) desde 1981 e, no caso do Ceará, os atos do MAC haviam causado apenas danos materiais, sem nenhuma vítima. Se o impactante caso do Riocentro havia ficado impune, imagine umas bombas atiradas no Ceará sem maiores consequências...

Ou seja, fatores conjunturais como o eclipse político da extrema-direita militar, o arrefecimento da onda terrorista, a existência de outras questões políticas, econômicas e sociais acerca do processo em andamento da abertura e a defesa, por setores expressivos da sociedade, de uma reconciliação nacional, sem atos de “revanchismos”, beneficiaram os jovens extremistas do Ceará

por ocasião de seus julgamentos. Não se pode esquecer também o relativo distanciamento temporal dos atentados praticados pelo MAC cearense – foram julgados 20 meses depois – e o consequente “esquecimento” por parte da população, o que pode ser percebido pela atenção menor dada pela imprensa por ocasião do julgamento, em agosto de 1982, conforme trataremos adiante.

Analisando-se o caso em uma perspectiva temporal maior, pode-se dizer que os terroristas de extrema-direita, civis e militares, da mesma forma que ocorrera com os agentes da repressão envolvidos com mortes e torturas, foram beneficiados pela cultura política conciliatória que desde muito marca o Brasil, como diz Rodrigo Patto (2013, p. 58). Uma política de conciliação, diga-se de passagem, especificamente forte entre os estratos políticos e sociais dominantes, “como estratégia para superar conflitos evitando a participação popular nas grandes decisões” (MOTTA, 2021, p. 280).

Essa perceptiva da conciliação fica mais evidente quando se notam as contradições jurídicas advindas com a impunidade dos terroristas de direita. Juridicamente, o Estado brasileiro deveria investigar a onda terrorista e punir os envolvidos, o que, porém, ia de encontro a pretensão de uma distensão que garantisse a impunidade dos militares envolvidos em crimes políticos. Com os ataques, o governo Figueiredo não apresentava força política para mudar a Lei da Anistia (que, como dito, se restringia ao intervalo entre 1961-79) ou decretar uma nova anistia para os extremistas de direita, sem falar que isso seria por demais desgastante e comprometedor, pois daria sustentabilidade ao discurso da oposição sobre o regime acobertar e não punir os terroristas.

Não por acaso, o notório desinteresse nas investigações dos atentados levadas a cabo pelo regime à época ou as conclusões pífias, como as do episódio Riocentro. Criou-se, então, um vácuo jurídico sobre a onda terrorista da extrema-direita, que, em rigor, mesmo com a democratização posterior, nunca foi efetivamente apurada pelas autoridades do País. A omissão gerou uma irônica assimetria. Considerados como terroristas pela ditadura, os militantes da esquerda armada dos anos 60 foram processados e punidos pela Justiça, não sendo sequer beneficiados pela Lei da Anistia de 1979, embora tivessem tido suas penas reduzidas com mudanças na Lei de Segurança Nacional (BASTOS, 2008; SOARES, PRADO, 2009). Já os terroristas de direita, mesmo não atingidos pela Lei da Anistia, foram favorecidos com seus pressupostos e ficaram impunes.

Acreditamos ter havido uma leniência da Justiça Militar com o MAC, postura bem distinta do que acontecera quando dos processos envolvendo militantes de esquerda, durante os anos de chumbo, e mesmo no referido julgamento do vereador Eduardo Paulo Vilanova. Para tanto, não se pode desconsiderar, igualmente, a afinidade ideológica e política do judiciário com o pensamento conservador e com a própria ditadura civil-militar. Conforme Anthony Pereira (2010, p. 80), havia uma grande proximidade e cooperação entre as Forças Armadas e as elites judiciárias, ensejando uma legalidade autoritária existente antes mesmo da implantação da ditadura – a repressão judicializada a opositores políticos foi uma característica não só do regime de 1964-85, mas, sim, uma prática recorrente do Estado brasileiro. Não surpreende, portanto, a participação de juristas civis na legitimação jurídica do golpe de 1964, na elaboração da Constituição de 1967 e

nos atos institucionais, a exemplo do AI-5 (LIMA, 2018). Chama bastante a atenção como o regime brasileiro usou largamente tribunais para processar dissidentes e opositores, quando comparado a ditaduras como a argentina e a chilena. O uso de um espectro legal visava à legitimidade interna, perante a população, e a aceitabilidade internacional do regime, como cumpridor da ordem constitucional, afinal, as “instituições democráticas” estavam funcionando normalmente. Reforçava-se o poder da ditadura, na medida em que se mantinha uma fachada de legalidade e democracia, e negava-se a perseguição a adversários, uma vez que, estes estavam sendo submetidos a um “julgamento justo”, conforme a legislação (SCHINKE, 2022).

A judicialização, porém, não implicava respeito aos direitos e garantias fundamentais dos opositores. Um processo por crimes políticos individualiza conflitos sociais e ideológicos, em vez de percebê-los como parte de embates e contradições de uma sociedade ou coletividade. No Brasil, milhares de pessoas foram levadas a julgamentos por crimes políticos durante a ditadura. Era uma opção do regime, para intimidar, silenciar um grande número de pessoas, real ou potencialmente críticas e questionadoras (PEREIRA, 2010, p. 128). Essas pessoas eram criminalizadas e envolvidas em longas, onerosas e desgastantes lides jurídicas, o que lhes impedia de desempenhar um papel político mais efetivo – sem falar daqueles que ficavam em prisão provisória aguardando julgamentos (PEREIRA, 2010, p. 70). Com os processos, buscava-se desmoralizar e desmobilizar os movimentos sociais e políticos oposicionistas. Foi o que Anthony Pereira chamou de justiça política, uma maneira também de remodelar a sociedade para que ela se enquadrasse e se submetesse à visão de cidadania

entendida pelos detentores do poder institucional (PEREIRA, 2010, p. 54).

A Justiça Militar contava com a participação de juízes e advogados civis. Apesar de abrir espaço para a defesa dos acusados de esquerda, por ocasião dos julgamentos, não garantia, porém, os direitos elementares destes, nem continha a violência das forças de segurança. Chamam a atenção dos pesquisadores as denúncias dos abusos do regime registrados nos próprios processos judiciais. Ao serem ouvidos em juízo, muitos dos acusados, corajosamente, denunciavam as torturas que lhes haviam sido aplicadas. Tais denúncias, normalmente, eram solenemente ignoradas pelos juízes (estes possivelmente seriam exonerados, se assim não agissem) e os militantes de esquerda acabavam condenados (PEREIRA, 2010, p. 32)⁶²¹. Verdade que houve algum expurgo no judiciário⁶²² e atritos de juízes “independentes demais” com o governo, especialmente, nos primeiros anos da ditadura, quando da concessão de *habeas corpus* em favor de “subversivos” detidos após o golpe.

⁶²¹ Por outro lado, para Anthony Pereira (2010, p. 45), a judicialização, se não inibia, pelo menos moderava a repressão política, na medida em que advogados de defesa e grupos oposicionistas da sociedade civil poderiam defender, até certo ponto, princípios democráticos, ainda que altamente cerceados.

⁶²² Fontes relatam que, entre 1964 e 1973, 96 pessoas foram aposentadas à revelia ou exoneradas do Judiciário Federal. Entre elas, 26 funcionários do Ministério Público, outros 26 de cartórios e varas e apenas 4 membros da justiça civil, militar, trabalhista e militar (PEREIRA, 2010, p. 111, nota 20). Com o AI-5, foram cassados os ministros do STF Hermes Lima, Evandro Lins e Victor Nunes Leal. Dois juízes decidiram se aposentar, Lafayette de Andrade e Gonçalves de Oliveira. Em 1971, por discordar da lei de censura imposta pelo regime (lei 1077, de 1970), o ministro Adaauto Lúcio Cardoso jogou a toga no chão e nunca mais voltou ao STF (LIMA, 2018, p. 216).

Em decorrência, com o AI-2, de 1965, a ditadura buscou intervir na composição do STF (aumentou o número de ministros de 11 para 16, com os novos nomeados sendo claramente aliados do regime), recriou a Justiça Federal (com competência para julgar causas de interesses da União) e determinou que as instâncias inferiores da justiça civil ordinária deixassem de ter jurisdição sobre os considerados crimes políticos (isto é, os crimes considerados políticos envolvendo civis passaram para a alçada da Justiça Militar) (SCHINKE, 2022, p. 115). Com o AI-5, de 1968, foi vedada a concessão de *habeas corpus* a crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LIMA, 2018, p. 101). A proximidade e as ligações entre as elites judiciárias e militares garantiam ao regime que sua concepção de legalidade seria aplicada contra os adversários políticos. Havia, claro, possibilidades, especialmente, de os tribunais superiores – e isso ocorreu mais com o STF – reverem os julgamentos das auditorias militares, mas, em geral, eles ratificavam as decisões de primeira instância (LIMA, 2018, p. 215)⁶²³.

Assim, a ditadura brasileira poderia se dar o luxo de levar seus adversários a juízos confiáveis e submetê-los a uma legalidade formal, pois, em virtude das conexões e consensos que apresentava com membros do judiciário, era muito provável que os “inimigos da pátria” fossem condenados, sem contestações maiores ao Estado autoritário⁶²⁴.

⁶²³ Segundo ainda Lima (2018, p. 227), citando pesquisa de Swensson Júnior, durante a ditadura, o STF julgou 292 recursos ordinários criminais envolvendo crimes políticos. Dos 565 réus, a corte negou provimento a 376 réus, sendo que na maioria das decisões o STF decidiu desse modo por unanimidade.

⁶²⁴ Anthony Pereira entende que a maior proximidade entre judiciário e militares no Brasil contribui para entender, em certa medida, a menor

Dessa forma, questiona-se mais um dos componentes do mito da sociedade democrática e que sempre resistiu e se opôs à ditadura. Contraria-se a memória construída, e ainda hoje difundida, acerca de um judiciário que se viu, pela força, subordinado a um regime ditatorial. Admitindo-se exceções e sem desconsiderar juízes que se viram, de fato, constrangidos pelo regime, no geral, era um poder judiciário cujas elites, pelos contatos e proximidades com os militares – inclusive, de pensamentos e posturas ideológicas –, cooperavam e legitimavam o arbítrio que se passava no Brasil (PEREIRA, 2010, p. 117). Isso envolvia outros operadores do direito também. O ex-delegado Claudio Guerra contou que algumas procuradorias federais nos estados integravam a comunidade de informação da ditadura. Seus gabinetes davam suporte ao SNI quando a cidade não tinha uma agência do órgão, como foi o caso de Vitória-ES (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 89 e 95).

Com a derrota da esquerda armada e o processo de distensão do regime a partir da segunda metade dos anos 70, a Justiça Militar foi se tornando mais flexível, com mais juízes “independentes” e até mesmo com a recusa de inquéritos de crimes políticos e a absolvição de réus que haviam sido torturados na cadeia (PEREIRA,

letalidade da ditadura brasileira quando comparada com as da Argentina e Chile. “Um alto grau de integração organizacional e consenso entre as forças armadas e elites judiciais pode ser encontrado no Brasil (...), onde houve uma menor incidência de repressão extrajudicial a atividades políticas. Por outro lado, a justiça política do regime militar argentino envolveu violência extrajudicial de larga escala. As elites militares e judiciárias do país apresentavam baixo grau de integração e de consenso. Ambas eram marcadas por sectarismo e por expurgos, e havia forte grau de desconfiança mútua entre as duas corporações” (PEREIRA, 2010, p. 287).

2010, p. 69 e 289). A proximidade com a cúpula militar, não obstante, prosseguiu, com o judiciário abraçando o projeto de abertura nos marcos desejados pela caserna. Como dito, o projeto de distensão de Geisel e dos moderados implicaria na criação de um sistema, sob tutela das Forças Armadas, com nuances liberais, a exemplo de algumas garantias individuais. Custa acreditar que os militares, sobre os quais recaíam acusações de tortura, assassinatos e outras violações de direitos humanos, aceitassem um sistema assim se não contassem com posturas favoráveis de integrantes do judiciário, caso estes se mostrassem “arredios” ou não confiáveis.

Com pensamentos conservadores ou liberais, anticomunistas, integrantes do *status quo*, “desconfortáveis” com a possibilidade de eventuais punições dos aliados militares ante um fim do regime, em nome da reconciliação nacional, integrantes do Poder Judiciário não apenas se curvaram à distensão nos marcos desejados pela caserna como foram coniventes com o terrorismo praticado pela extrema-direita. Um caso exemplar disso foi a aceitação da ideia de crime conexo (BASTOS, 2008)⁶²⁵ presente na Lei da Anistia, de 1979, um conceito juri-

⁶²⁵ Crimes conexos são os que apresentam delitos dependentes, havendo um nexos entre crimes, isto é, um delito que tenha sido cometido para realizar, ocultar ou tirar proveito de outro delito. Com esse mecanismo estabelecido na Lei da Anistia de 1979, abriu-se a possibilidade de anistiar os agentes estatais envolvidos com a repressão, com o entendimento de que suas ações aconteceram em virtudes dos crimes políticos praticados por opositores. No entendimento dos teóricos do direito, porém, não pode haver conexidade de crimes que atingem bens jurídicos distintos, ou seja, não se poderia encontrar equivalência de causa ou motivação entre o ato que afronta o sistema político (um crime político) e o do que o reprime (crime de tortura e desaparecimento), pois o primeiro busca mudanças enquanto o segundo quer manter o *status quo* (BASTOS, 2009, p. 391 e 394; BICUDO, 2001, p. 86).

dicamente bastante frágil e questionável, criticado por operadores do direito, em particular aqueles engajados diretamente na campanha da Anistia ou com maiores compromissos com a democracia.

Não custa lembrar que, havendo tal proximidade entre militares e integrantes do poder judiciário, uma eventual apuração dos crimes da ditadura poderia, talvez em um segundo momento, levar a questionamento e investigações sobre as posturas de magistrados, procuradores, etc., de omissão, conivência e responsabilidade ante o que acontecera. Se nenhum militar perdeu seu cargo com o fim da ditadura, o mesmo aconteceu com os integrantes do judiciário – ao contrário, mantiveram suas prerrogativas. Os mesmos juízes e operadores complacentes com o autoritarismo do regime passaram a aplicar a legislação de um Estado de direito democrático. No geral, não foram questionados pelo desempenho durante o período autoritário (PEREIRA, 2010, p. 241), especialmente os atuantes na Justiça Militar, como se fossem meros executores das normas e não tivessem tido nenhuma postura ideológica e de proximidade com o regime, dando um verniz legal às perseguições que os militares faziam a seus adversários (PEREIRA, 2010, p. 74). Não houve expurgo algum e a Constituição de 1988 garantiu maior autonomia para o judiciário e restabeleceu a inamovibilidade dos juízes, no sentido de evitar perseguições políticas, como se estas tivessem ocorrido largamente durante a ditadura (PEREIRA, 2010, p. 242)⁶²⁶.

⁶²⁶ Paloma Aguilar (*apud* SCHINKE, 2022, p. 8), estudando as ditaduras de Chile, Argentina e Espanha, levanta tese de que quanto maior o envolvimento do judiciário na repressão autoritária, menos provável é o estabelecimento de responsabilização judicial ou medidas de verdade

Assim, foi se construindo uma memória, expressa em narrativa de tom laudatório, sobre um judiciário, tal o resto da sociedade, em essência, democrático, vítima e resistente ao arbítrio imperante no País, silenciando-se sobre sua inserção, enquanto instituição, na estrutura autoritária (SCHINKE, 2022, p. 72) e sobre como vários de seus integrantes foram bem próximos do regime, colaborando e legitimando o que se passava e se omitindo ante as denúncias de violações de direitos humanos e garantias fundamentais (LIMA, 2018, p. 233 e seguintes; SCHINKE, 2022, p. 14). Mais ainda: elites judiciárias e militares, ao fim do regime, mantiveram um grau considerável de coesão corporativista e contatos, perpetuando e conservando as interpretações próprias do que aconteceu entre 1964-85 (PEREIRA, 2010, p. 237). Por aí se entende a decisão de estender a anistia de 1979 aos atentados da extrema-direita, como no caso das bombas do Riocentro, e toda a relutância, até hoje, de determinar a punição dos torturadores ou, pelo menos, estabelecer que as Forças Armadas esclareçam os crimes ocorridos durante a ditadura e apontem os destinos dos desaparecidos políticos. Por mais que tal inércia possa ser interpretada como receios de se criar crises políticas, tal a influência apresentada pelas Forças Armadas na Nova República, ilustra-se, por outro lado, as ligações entre militares e elites do judiciário.

Dessa maneira, não surpreende que a Justiça Militar cearense tenha se eximido de condenar os terroristas do MAC. Não interessava a punição dos crimes praticados pela ditadura nem por seus apoiadores civis. Se em um primeiro momento, a detenção dos extremistas foi de

durante o período da democratização.

agrado ao governo Figueiredo, à proporção que o processo político da abertura se incrementou, uma punição deixou de ser conveniente. A condenação na Justiça, ainda que de simpatizantes civis da ditadura, não era interessante ante a complexidade política que pautou os últimos anos do regime. Uma condenação dos extremistas do MAC poderia levar setores da sociedade a também pedir a punição dos demais terroristas de direita, muitos, como visto, policiais e militares, integrantes do aparato de informação e repressão. Ante a premissa da impunidade, abraçada pelas Forças Armadas como condição para deixar o comando do governo, que todos os extremistas, então, fossem beneficiados.

Também não se pode desconsiderar, no julgamento, o fato de os membros do MAC serem jovens de classe média, universitários, brancos – de “boa aparência”, conforme famoso clichê racista da época –, indivíduos que, por seus lugares e contatos sociais acabavam, geralmente, sendo tratados de forma distinta pelo sistema judiciário.

Como demonstram várias pesquisas (ROSA, 2017; BESSA, 2020; JESUS, 2018; GLOECKNER, 2018), há no judiciário brasileiro um histórico de decisões pautadas ou influenciadas por elementos de classe, gênero, idade e etnia, ou que implica em posturas muito mais duras quando os réus são jovens pobres, negros, indígenas, mestiços, etc. Diante disso, chama a atenção como a condição socioeconômica dos extremistas cearenses ganhou destaque nas estratégias dos advogados, conforme trataremos adiante.

Os jornais, ao falarem dos advogados contratados pelos membros do MAC⁶²⁷, deram atenção, especialmente, a

⁶²⁷ Jurandir Porto defendeu Cleiton Huno, Matias Machado e Lucas Cal-

Pádua Barroso, que ficou conhecido no estado por atuar na defesa de militantes de esquerda presos pela ditadura, muitas vezes gratuitamente. Por ocasião da apresentação dos extremistas à imprensa, em dezembro de 1980, o jornal *O Povo* ressaltou que Pádua Barroso era advogado há 22 anos, “15 dos quais defendendo terroristas de extrema-esquerda”. “Hoje, ele volta-se para defender terrorista de direita”, prosseguiu o periódico, reproduzindo a justificativa dada pelo advogado para a aparente contradição, de que “seu compromisso era só com o homem”⁶²⁸.

Ressalte-se que, nos anos de chumbo, nem todo advogado aceitava como clientes os inimigos políticos do regime, pelos riscos envolvidos (intimidações, espionagem, sequestros, agressões, etc. da parte dos agentes dos órgãos de repressão) e por se agastar com os militares e outros operadores do campo do direito. Ser defensor de “subversivo” era, de certa forma, comprometer-se ideológica e profissionalmente, pois o causídica passava a ser mal visto dentro da estrutura do judiciário e isso poderia influenciar os juízes nas decisões sobre outras causas e processos que defendia (LIMA, 2018, p. 234 e seguintes).

A presidência da OAB manifestara apoio ao golpe de 64 e durante certo tempo manteve proximidade com o regime, silenciando acerca da violação de direitos e garantias fundamentais pela ditadura, inclusive quanto ao AI-5. Apenas a partir de 1972 a entidade passou se distanciar da ditadura, com a presidência de José Cavalcanti Neves. A postura oposicionista se consolidou ainda mais com a eleição, para o Conselho Federal da

vino; Pádua Barroso foi o advogado de Freitas Dalton, Caio Dalton e Vladimir Trotsky. Clayton Marinho defendeu Gina Olímpio enquanto Maria Helena de Abreu Vital representou Fernando Farias e o foragido Juliano Bento. *Tribuna do Ceará*, 25/08/1980.

⁶²⁸ *O Povo*, 04/12/1980.

entidade, de Raymundo Faoro, em 1977. A OAB ganhou destaque no período da distensão/abertura como defensora da democracia, o que serviu para fundamentar também as memórias reconstruídas de uma sociedade que sempre resistira à ditadura (ROLLEMBERG, 2008; LIMA, 2018).

Além de Barroso, um outro contratado igualmente ficou conhecido pela defesa de presos de esquerda, o advogado Jurandir Porto. A contratação desses profissionais para representar, em juízo, envolvidos com a extrema-direita deveu-se, possivelmente, a suas experiências e conhecimentos acerca dos meandros e funcionamento da Justiça Militar. Há anos atuavam na área, em particular na 10ª CJM, dominando, em profundidade, a Lei de Segurança Nacional e suas brechas, afora as legislações processuais, predicativos importantes para um advogado e para a defesa de um acusado. Eram igualmente sabedores das posturas e posicionamentos jurídicos dos juízes e promotores, com os quais rotineiramente tratavam contato no correr dos processos e julgamentos. Ratifica-se, assim, a pesquisa de Anthony W. Pereira (2010, p. 211 e 216), sobre como os advogados de defesa brasileiros conseguiam ampliar os limites da legalidade da segurança nacional nos tribunais durante a ditadura – agiam com tato, astúcia, sutileza e conheciam as predileções pessoais e políticas dos magistrados.

Além disso, não deixava de ser uma medida de impacto, junto aos juízes, para um réu envolvido com terrorismo de extrema-direita, apresentar como defensor um profissional notoriamente conhecido por trabalhar com militantes de esquerda, sinalizando que as acusações de extremismo e veemente anticomunismo seriam questionáveis. Como tachar de extremista anticomunista

alguém que era defendido por um advogado de militantes “vermelhos”, talvez até simpatizante das causas das esquerdas?

A Lei de Segurança Nacional era notoriamente ampla e vaga, o que permitia várias interpretações e aplicações de seus dispositivos. Isso possibilitou, nos anos de chumbo, decisões duras do judiciário ante o que se entendia ser um crescimento da “subversão” no País. Constituía-se, por outro lado, um obstáculo tremendo para o trabalho dos advogados de defesa, que buscavam, então, atuar pelas brechas e contradições da legislação. Geralmente, os juízes puniam ainda mais severamente os militantes de esquerda que, durante os julgamentos, defendessem suas crenças políticas e atacassem o regime. Tais posturas, para os magistrados, seriam provas da periculosidade e da “subversão” dos réus, bem como de suas incorrigibilidades. Assim, normalmente, os advogados tendiam a realizar defesas jurídicas/técnicas e convenciam seus clientes a evitar posicionamentos políticos nos julgamentos e a negar qualquer crença tida como “subversiva” ou que houvessem infringido as leis de segurança (PEREIRA, 2010, p. 231).

Não por coincidência, já nos depoimentos prestados à Polícia Federal, em Fortaleza, os integrantes do MAC, acompanhados por advogados, negaram qualquer caráter político nas ações realizadas, ao contrário do que haviam confessado os três rapazes detidos pela polícia na Paraíba. Não custa lembrar que, na segunda metade dos anos 70, com a distensão do regime, os advogados também contribuíram para uma maior brandura da Justiça Militar, pois, à medida que melhoravam suas argumentações e teses ante as brechas e contradições

da legislação de segurança nacional, faziam o judiciário mudar vários de seus entendimentos e garantiam aos clientes vitórias⁶²⁹.

Em muitas oportunidades, quando defendiam os presos políticos de esquerda, os advogados trabalhavam por pouca ou nenhuma remuneração, em virtude de solidariedade e/ou de alguma simpatia ou afinidade ideológica. Em nossa pesquisa de doutorado (FARIAS, 2019), constatamos isso nas atuações, no Ceará, de profissionais como Wanda Sidou e do próprio Pádua Barroso, entre outros. No caso envolvendo o MAC, entretanto, os honorários cobrados foram consideráveis, segundo Felipe Barroso⁶³⁰, sobrinho de Pádua. Afora, talvez, a incompatibilidade ideológica, Pádua Barroso buscava se valorizar como profissional, presumidamente porque soubesse quão valioso era, para a defesa, sua trajetória pessoal de defensor de presos políticos e o conhecimento adquirido nos anos atuando na Justiça Militar.

Embora tivessem seus representados específicos, Pádua Barroso, Jurandir Porto e os outros causídicos acabavam atuando, de certa forma, coletivamente, visto que, comumente, advogados trocam informações entre si na formulação das estratégias de defesa, a fim de evitar contradições e lacunas as quais possam influir no resultado do julgamento. Em declarações à imprensa,

⁶²⁹ “(...) Os tribunais reconheceram que a simples crença no comunismo, em si, não constituía crime; que críticas a políticas governamentais específicas não eram impatrióticas nem subversivas; que a posse de material subversivo não constituía propaganda ilegal sem prova da divulgação pública desse material; que a expressão de ideias subversivas a públicos reduzidos e de elite não configurava infração às leis de segurança nacional” (PEREIRA, 2010, p. 231).

⁶³⁰ Felipe Barroso, advogado, professor e cineasta, sobrinho de Pádua Barroso, entrevistado em Fortaleza, a 05/03/2020.

os advogados deixaram clara a tática adotada para a defesa dos integrantes do MAC. Como não havia como negar a autoria dos atentados, buscaram minimizar a gravidade dos mesmos, descaracterizando os elementos político-ideológicos presentes, destacando os perfis sociais e as “boas” potencialidades dos envolvidos e enfatizando que tudo não passara de atos irresponsáveis, brincadeiras inconsequentes, de jovens imaturos. Ao jornal Correio do Ceará, o advogado Jurandir Porto afirmou que

(...) os atos não tiveram nenhuma conotação política: “é evidente que foi uma brincadeira de mau gosto..., mas daí a ser um crime que abalasse a segurança do Brasil, há uma distância muito grande”. Um dos acusados tinha uma casa alugada, mas era apenas uma residência.

Quanto à coincidência dos alvos atingidos possuírem, de certa forma, ligação com a esquerda, o dr. Jurandir Porto declarou que não se pode fazer referência ao DCE como órgão de esquerda. “O DCE é um órgão que defende os interesses de uma classe, no caso, estudantil e dentro dela há alas das mais diversas tendências políticas”. Na mesma época, estavam ocorrendo em todo o País explosões contra bancas de revistas que vendiam “jornais alternativos”, veiculadores de ideias esquerdistas, mas ao que tudo indica, as bombas soltadas pelos jovens [no Ceará] não tinham a mesma intenção, pois, como afirmou o dr. Jurandir Porto, os atos foram praticados “em fim de farra”. Declarou, no entanto, que “eles hoje são rapazes inteiramente ajustados. A maioria está casada, com família constituída. Outros, terminando a faculdade e trabalhando. Foi uma fase juvenil que passou⁶³¹.”

⁶³¹ Correio do Ceará, 26/08/1982.

Pádua Barroso, em *O Povo*, destacou que se tratava de um grupo sem compromisso ideológico. “Eu creio que eles não têm nenhuma forma ideológica e agiram ingenuamente. (...) as explosões foram apenas anarquia dos jovens, não no sentido ideológico da anarquia, pois eles não tinham objetivo de causar danos diretamente a ninguém”, disse⁶³². O citado Felipe Barroso, em 1982, era estudante do curso de Direito da UFC e acompanhou o tio no julgamento. Do caso, guardou uma lembrança que nos ajuda a entender a atuação do tio: “(...) lembro que, num dos intervalos da sessão [do julgamento], tomando cafezinho com os juízes, meu tio propôs, jocosamente, que, diante de tudo o que ocorrera, os meninos deveriam receber apenas umas ‘palmadas’ e serem mandados para casa”⁶³³.

Com habilidade e prudência, conhecendo bem os meandros da 10ª CJM, Pádua Barroso e Jurandir Porto agiam, se não para absolver os extremistas, para, pelo menos, evitar uma punição dura, inclusive, recorrendo a elementos jurídicos/técnicos processuais, de que a Justiça Militar era incompetente para realizar o julgamento. A partir das manifestações dos advogados aos jornais e o relatado por Felipe Barroso, percebe-se o esforço em mostrar que, em vez de punir os jovens severamente, seria mais eficaz, para o sentido de justiça que deve orientar decisões jurídicas, “recuperá-los”, isto é, dar-lhes uma admoestação branda, não deixando de puni-los quanto ao erro praticado, porém, devolvendo-os ao convívio social. Assim, a Justiça não deixaria de operar seus mecanismos de controle social, reprimenda e ressocialização, pois haveria a punição aos jovens,

⁶³² *O Povo*, 04/12/1980.

⁶³³ Felipe Barroso, advogado, professor e cineasta, sobrinho de Pádua Barroso, entrevistado em Fortaleza, a 05/03/2020.

porém, possibilitando-se o retorno destes às suas trajetórias de vida, cheias de potencialidades, pela idade que apresentavam e o lugar social que já ocupavam, universitários, chefes de famílias, pessoas já trabalhando. Sabedores do “erro” praticado, com a lição da “palmada” aprendida, os integrantes do MAC talvez entendessem a “nova oportunidade” que deveria ser dada pela Justiça, e, assim, evitassem novos equívocos e continuassem a contribuir coletivamente com a sociedade, até mesmo com os exemplos de suas experiências.

Essa argumentação reproduzia a postura, comum entre setores dominantes, de minimizar as eventuais infrações cometidas pela juventude de boa condição socioeconômica, reduzindo tudo a “irresponsabilidades e meras brincadeiras” provocados pela aversão às regras em virtude da pouca idade. Obviamente, não há tanta compreensão quando atos infracionais são cometidos por jovens de estratos sociais inferiores. Como diz Bourdieu (1983, p. 113), o lugar social influi no modo como os jovens são vistos e concebidos em sociedade. “Imaturos”, “sem conexões políticas e ideológicas”, aqueles jovens de classe média, universitários, de “família” e “boa aparência”, não passariam de imprudentes, pessoas que não se atentaram bem aos riscos e às consequências do que faziam. Deveriam, portanto, serem compreendidos e, no máximo, repreendidos com punições brandas.

O esforço de minimizar as ações dos integrantes do MAC se aproximava, em certo sentido, das reminiscências que se construía, então, sobre o envolvimento de militantes de esquerda, na maioria, jovens igualmente, com a guerrilha nos anos 1960 e começo dos 1970. Em algumas das memórias elaboradas após a derrota da luta armada, em um momento de distensão do regime e de formação de consensos em torno da democracia, passou-se a enfatizar

que a juventude havia pegado em armas, durante os anos de chumbo, por força de sua pouca idade e “excessivo idealismo”⁶³⁴. Em virtude dessa “imaturidade e ingenuidade”, tais militantes deveriam ser compreendidos no que toca a seus eventuais erros políticos e reintegrados ao convívio da sociedade que se abria para a democracia (NAPOLITANO, 2018, p. 319).

No caso dos extremistas de direita, não havia como ressaltar o aspecto da causa democrática – ao contrário, os atentados buscavam evitar essa possibilidade. Não obstante, a tese de jovens inexperientes, que fizeram apenas ações inconsequentes, verdadeiras “brincadeiras de mau gosto”, em virtude da pouca idade, sem qualquer conotação política ou sem aperceber-se das implicações de suas ações, estava presente na linha de argumentação dos advogados de defesa, na expectativa de que surtisse efeitos junto à auditoria, como se viu. Se a sociedade estava sendo compreensiva com a violência política da juventude de esquerda, que também o fosse em relação aos jovens da direita, em uma recorrência (questionável) à teoria dos dois demônios.

Desse modo, para além de ser apenas uma estratégia de defesa articulada pelos advogados, acreditamos que o discurso de minimizar as ações dos terroristas do MAC se insere nas representações e memórias que se iam construindo, no momento da distensão/abertura do regime, de relevar os embates sociais e as violências, tanto no que se refere à luta armada das esquerdas, ocorrida no final dos 60 e início dos 70, como aos arbítrios da ditadura e, no caso, aos atentados realizados

⁶³⁴ Veja-se, por exemplo, o livro “O que é isso, companheiro?” e alguns produções cinematográficas, como o filme homônimo, e da televisão, a exemplo de Anos Rebeldes, sobre a ditadura, onde os jovens são apontados, não raro, como ingênuos, inocentes e sonhadores (NORONHA, 2013).

pela extrema-direita. Ia se construindo uma narrativa de conciliação e/ou esquecimento acerca da ditadura militar, em prol da unidade nacional em torno da causa democrática, colocando-se em segundo plano os conflitos sociais e as violências que igualmente marcaram os últimos anos do período dos generais.

Outro elemento utilizado pela defesa, também comum nos julgamentos dos militantes de esquerda, na década anterior, era a de que alguns dos réus não estavam cientes das atividades executadas (PEREIRA, 2010, p. 213). Ou seja, como parte dos implicados tiveram uma participação menor nos atentados, abriu-se a possibilidade para afirmar que foram envolvidos involuntariamente por amigos e conhecidos. Não custa lembrar que, conforme a imprensa e o inquérito da Polícia Federal, três dos membros do MAC foram apontados como os principais articuladores e executores dos atentados (Dalton, Trotsky e o Juliano Bento). Daí o apego ao discurso, como fez, especialmente, Gina Olímpio, de que os jovens eram despolitizados, que apenas presenciaram os ataques ou acompanharam seus colegas, que nada foi combinado ou explicado anteriormente acerca dos atentados, etc. Em outros termos, eram boas pessoas, levadas ao erro por “más influências”.

Por fim, não se pode esquecer, como aspecto importante a ser considerado na defesa dos extremistas do MAC, que apesar dos riscos envolvidos, concretamente, ninguém saiu ferido fisicamente com os atos terroristas, sem falar que os danos provocados foram de pequena monta e eram plenamente ressarcíveis. O advogado Jurandir Porto chegou a dizer que o fato de as explosões não terem atingido ninguém foi “proposital”, já que os jovens estavam querendo “simplesmente brincar”⁶³⁵.

⁶³⁵ Diário do Nordeste, 24/08/1982.

Se a legislação vaga e ampla, a depender das interpretações dos juízes, permitiu a aplicação de penas mais duras nos anos de chumbo (PEREIRA, 2010), por outro lado, franqueou medidas mais suaves à proporção que a distensão do regime avançou. Nesse sentido, não obstante todas as evidências materiais do caso e as contradições dos discursos dos acusados, a 10ªCJM foi bastante complacente com os membros do MAC no julgamento. Apesar da prisão preventiva decretada, seguiram-se várias decisões favoráveis e de certa tolerância para com os extremistas de direita, diferentemente das decisões da Justiça Militar quando tratava dos “terroristas de esquerda”. Considerar tudo mera “traquinagem juvenil” foi, no mínimo, uma omissão da Justiça Militar. Observando-se a conjuntura política do Brasil em 1980-81, da reação de grupos conservadores à abertura, e tendo-se em conta as semelhanças com o modo de agir de outros terroristas responsáveis pelos atentados de extrema-direita que ocorriam País afora, a criação e a atuação do MAC no Nordeste pareceriam denotar bem as motivações ideológicas e os compromissos políticos daqueles jovens. Observando-se a onda terrorista que varreu o Brasil, com pessoas vitimadas e destruição de patrimônio, é no mínimo, *sus generis*, que autoridades tenham deixado de fazer as devidas conexões com a conjuntura nacional, não caracterizando as ações dos integrantes do MAC como crime político.

A 10ª CJM se posicionou em outro sentido, não concebendo os atentados do MAC como ações de caráter político-ideológicas ou ameaças à segurança nacional. Tal entendimento já havia sido expresso pelo procurador-militar, Júlio Carlos Crispino Leite, que denunciou os extremistas apenas no artigo 43 da LSN (Lei nº 6620,

de 17/12/1978)⁶³⁶, por posse de material explosivo e armamento privativo das Forças Armadas ou instrumentos de destruição e terror⁶³⁷. O procurador não deu explicação alguma, na peça da denúncia, por qual motivo descartara o pedido da Polícia Federal, no inquérito, de inclusão também dos extremistas no artigo 26, que os acusava diretamente de praticarem ações terroristas e os sujeitava a penas bem mais duras (reclusão de 2 a 12 anos)⁶³⁸. A Justiça Militar aceitou o posicionamento da Procuradoria, sem questionamentos ou oferta de maiores explicações igualmente⁶³⁹.

Dessa maneira, na prática, os integrantes do MAC sequer foram efetivamente julgados por suas ações terroristas de extrema-direita. Como se não bastasse, a 10ª CJM entendeu que não havia provas nem dolo (vontade, intenção) para considerar que acontecera uma afronta à LSN. Ora, se os atos praticados pelos jovens não apresentavam conotação político-ideológica para serem considerados terroristas, se não houvera ameaça à segurança nacional e os objetos em posse dos extremistas

⁶³⁶ “Art. 43. Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente. Pena: reclusão, de 1 a 6 anos”. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso a 27/07/2022.

⁶³⁷ O Povo, 16/01/1981. “Art. 26. Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, sabotagem ou terrorismo, com finalidades atentatórias à Segurança Nacional. Pena: reclusão, de 2 a 12 anos”. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso a 27/07/2022.

⁶³⁸ O Povo, 16/01/1981.

⁶³⁹ Diário do Nordeste, 07/08/1982.

(gasolina, garrafas, pavios, revólveres e uma metralhadora caseira) não eram de uso exclusivo das Forças Armadas, a Justiça Militar era inapta para julgar o caso, conforme a linha de defesa dos advogados⁶⁴⁰. Assim, ao término do julgamento, a Justiça Militar se considerou incompetente para o caso, que foi, então, remetido à Justiça Civil Comum⁶⁴¹.

Talvez por sensibilidade à voz dos quartéis, à conjuntura política, à condição socioeconômica e à ideologia dos acusados, a 10ª CJM, em vez de exemplarmente punir os terroristas do MAC cearense – os únicos capturados, no Brasil, realmente envolvidos na onda de ataques –, abraçou a impunidade e desconsiderou completamente as implicações políticas dos atentados realizados. E aqueles jovens que, com suas bombas e ameaças, haviam levado pânico à sociedade e contribuído para tumultuar uma complexa e incerta distensão política, acabaram sendo julgados por terem pichado umas paredes mal conservadas, queimado umas portas velhas e destruído umas lixeiras sujas.

Um dos advogados, Jurandir Porto, após o julgamento, em declarações à imprensa, sintetizou bem a situação, na perspectiva da defesa:

(...) A Lei de Segurança Nacional, no seu art. 5º, deixa claro que nenhuma conduta infracionária pode ser enquadrada (nela) sem conotação subversiva.

⁶⁴⁰ Diário do Nordeste, 24/08/1982.

⁶⁴¹ Correio do Ceará, 26/8/1982; Tribuna do Ceará, 25/8/1980. O procurador Crispino Leite recorreu ao Superior Tribunal Militar da decisão, como de praxe no Judiciário, em decisões de primeira instância. O Povo, 26/08/1982. Tentamos, ao longo da pesquisa, conseguir acesso aos autos do processo. Em virtude da falta de maior sistematização dos arquivos do judiciário cearense, não foi possível encontrar o referido documento.

(...) Neste caso, os acusados praticaram algumas explosões, sem que delas tenham resultado danos consideráveis de caráter material e dano algum pessoal. E o fizeram por mero espírito de extravagância juvenil, sem qualquer colorido de militância político-ideológica. A ausência dessa intenção, de atentar contra a segurança nacional, foi reconhecida pela própria Procuradoria Militar.

[No julgamento], a acusação capitulou da incriminação do art. 26 (ato de terrorismo), fixando-se apenas no art. 43, que pune a posse de material explosivo. A defesa, no entanto, defendeu ainda a tese de que os atos não se configuram no art. 43 da LSN, pelo mesmo motivo (...), a ausência de dolo específico⁶⁴².

O julgamento dos extremistas deu-se a 24 de agosto de 1980, presidido pelo juiz auditor Angelo Ratakazo e com a presença do Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica⁶⁴³. Os acusados e seus familiares – com exceção

⁶⁴² Correio do Ceará, 26/08/1982.

⁶⁴³ O Conselho era composto pelo major Hugo César Gonçalves, o capitão Jucionou Coelho Silva, o capitão José de Moura Araújo e o primeiro-tenente Odil Martucheli Ferreira. Diário do Nordeste, 24/08/1982. A Justiça Militar organizava-se conforme a base territorial das Forças Armadas. Apresentava, assim, doze circunscrições judiciárias militares ou CJMs. Cada uma das CJMs tinha, pelo menos, uma auditoria militar, que funcionava como primeira instância na região. Ceará, Piauí e Maranhão estavam vinculados à auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM), situada em Fortaleza. Desde o AI-2, de 1965, os crimes de natureza política, fossem cometidos por civis ou militares, eram julgados pela Justiça Militar. As instituições de investigação, a exemplo da Polícia Federal e DOPS, produziam o inquérito, ou seja, a peça com os resultados dos procedimentos investigativos (interrogatório de suspeitos, depoimento de testemunhas, apreensão de objetos e documentos, perícias, etc.). Concluído, o inquérito era enviado ao Ministério Público Militar (promotoria militar), que fazia a denúncia ao juízo. O inquérito, se aceito pela Justiça Militar, virava Processo e os suspeitos se tornavam réus ou acusados, com base na Lei de Segu-

de Juliano Bento, ainda foragido – estiveram presentes ao auditório da 10ª CJM, aparentando, segundo noticiaram os jornais, certa tranquilidade durante as cerca de 16 horas de duração da sessão⁶⁴⁴. Apenas alguns periódicos da imprensa nacional deram pequenos espaços para o julgamento, sinal de como a onda de atentados terroristas da extrema-direita perdera a atenção do grande público⁶⁴⁵. Os jornais de Fortaleza realizaram cobertura mais detalhada do julgamento, inclusive, com chamadas de primeira página, a exemplo do Diário do Nordeste⁶⁴⁶. Não houve nos

rança Nacional. O julgamento era feito pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria, composto por cinco magistrados, sendo quatro deles oficiais militares e um juiz togado (juiz auditor civil, geralmente favorável ao regime), afora um promotor e um advogado de defesa ou um defensor público (indicado pela Justiça, caso o réu não tivesse um advogado). Ali eram ouvidos o acusado, agora na presença de seu advogado. Também eram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, sugeridas, respectivamente, pelo Ministério Público e pelo advogado de defesa. Das decisões da Auditoria da 10ª CJM caberiam recursos para o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, a segunda instância, considerado pelos advogados como “mais aberta”, ou seja, suscetível de dar mais absolvições e sentenças menores que os tribunais da primeira instância. Do STM, por fim, poderia se recorrer para o STF (Supremo Tribunal Federal), da Justiça civil, a mais alta corte do judiciário brasileiro. Geralmente, os tribunais confirmavam a sentença da primeira instância, embora o STF tenha apresentado um histórico de rever mais decisões, o que lhe garantiu uma reputação de ser, ligeiramente, mais independente (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p. 170 e seguintes; JOFFILY, 2013, p. 100 a 102; TELES, 2011, p. 328; PEREIRA, 2010, p. 215).

⁶⁴⁴ Diário do Nordeste, 25/08/1982.

⁶⁴⁵ Conseguimos levantar matérias sobre o julgamento em O Globo, de 8 de agosto de 1982 (“Terroristas serão julgados no próximo dia 23 em Fortaleza”) e 26 de agosto de 1982 (“Terroristas serão julgados pela justiça comum do Ceará”) e no O Estado de São Paulo, de 25 de agosto de 1982 (“Fica para hoje sentença dos 9 terroristas”).

⁶⁴⁶ Diário do Nordeste, 25/08/1982.

jornais, fosse no conteúdo das matérias ou na opinião de colunistas, nenhuma crítica à decisão da Justiça Militar. Sintomáticos acerca do clima de conciliação – e de impunidade – imperante foram os termos usados pelo jornal *Tribuna do Ceará*⁶⁴⁷, que chamou os extremistas do MAC de presos políticos, em óbvia tentativa de equiparação à forma como também eram chamados os militantes de esquerda encarcerados pela ditadura.

⁶⁴⁷ *Tribuna do Ceará*, 25/08/1982.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais.”
Velha roupa colorida – Belchior⁶⁴⁸

A questão dos atentados terroristas realizados pela extrema-direita, por ocasião da distensão/abertura da ditadura civil-militar, acabou sendo alvo dos silêncios demarcados pelas memórias coletivas reconciliatórias e minimizadoras as quais passaram a predominar após o fim do regime, bem como à difusão da representação da sociedade, em essência, democrática e sempre resistente ao arbítrio. Com as reconstruções de memórias e as mobilizações e adaptações às conjunturas das opiniões sociais, as vozes dissonantes quanto à liberalização do regime foram sendo deixadas de lado, mesmo porque estas acabaram derrotadas quando a ditadura chegou ao fim, em meados dos anos 80, e cada vez mais a sociedade abraçava o consenso em torno da democracia.

Para a coletividade, de modo geral, interessava o silêncio e o esquecimento sobre o assunto. Os ataques terroristas do MAC, CCC, Falange Pátria Nova, etc. chocavam-se frontalmente com aquelas construções mnemônicas e representações, não sendo, portanto, adequado lembrá-los ou abordá-los. Em um País que endossava a democracia, era deveras constrangedora a constatação de que, durante anos, parte expressiva da população abraçou a ditadura, mesmo com todos os arbítrios praticados. Se a sociedade era democrática e resistira ao regime, como tratar, então, os indivíduos, especialmente os civis, que o defenderam,

⁶⁴⁸ <https://www.letras.mus.br/belchior/44464/>. Acesso a 14/08/2023.

alguns a ponto de praticarem vários atentados a bomba em nome de sua manutenção?

Em outros termos, abordar o Movimento Anticomunista (MAC), atuante em Fortaleza, e os grupos semelhantes alhures ia contra a memória, dominante no pós-ditadura, de omitir o consenso da sociedade em torno da ditadura, ocorrido nos anos 1970, e colocar a “culpa de tudo” apenas nos militares (NAPOLITANO, 2018). Civis apoiaram e deram consentimento e sustentabilidade ao regime, das mais variadas formas. Como diz Janaina Cordeiro, “a ditadura foi uma construção social, cujas bases estavam profundamente ancoradas na cultura política de inúmeros segmentos da sociedade” (CORDEIRO, 2015, p. 332). Isto é, em vez das superestimadas aspirações democráticas da população, existiam reivindicações, manifestações e interesses de caráter autoritário da própria sociedade. A ideia de uma ditadura apenas militar e de uma sociedade mera vítima, diante disso, não se sustenta. O passado, porém, deveria ser contado para ratificar o apreço e o apego dos brasileiros à democracia recém conquistada, para qual todos teriam contribuído e lutado. Tudo que assim não se enquadrasse era silenciado, relevado ou tratado como algo menor, coisa de gente exótica e “amalucada”, “brincadeiras irresponsáveis de jovens imaturos” ou ainda interesses de indivíduos ligados à estrutura repressiva que temiam perder espaços de poder.

Os atentados de extrema-direita, como aspectos outros do passado que mostrassem confrontos e embates políticos, ficaram em segundo plano nas memórias sobre a ditadura, salvo um ou outro episódio, especialmente, os que denotavam a derrota dos terroristas, como o caso do Riocentro, ou atentados contra entidades que lutavam pela democratização do País, a exemplo de OAB, ABI, etc. Não poderia

haver, como acontecera com as memórias sobre as esquerdas armadas dos anos 1960, uma ressignificação mnêmica que englobasse a violência política da extrema-direita. Como sabemos, minimizou-se o projeto de conquista do poder institucional pelas esquerdas e, como estas estavam na oposição ao regime, era aceitável dizer que faziam parte da resistência democrática (AARÃO REIS, 2000). A extrema-direita lutara contra um processo político, o da abertura, que não obstante sua imprevisibilidade, levou, a posteriori, à implantação do atual modelo de democracia do País. Isto é, não dava para dizer que MAC, CCC e outros fizeram parte da resistência democrática ou que, de alguma forma, tivessem contribuído para a implantação do regime político que passou a existir após o fim da ditadura.

O silêncio era interessante também por razões jurídicas, para garantir a impunidade que os militares impunham como condição para deixarem o comando do governo. Não custa, mais uma vez, lembrar que os atentados feitos pelos extremistas de direita não estavam englobados pela Lei da Anistia. Os terroristas, portanto, deveriam ser investigados e punidos pelo Estado brasileiro. A ditadura não o fez e, muito menos, a Nova República. Ao contrário, verificou-se a estapafúrdia decisão da Justiça de afirmar que os ataques, sobremaneira, o do Riocentro, estariam, sim, abrangidos pela Anistia, decisão que não sofreu maiores questionamentos pela coletividade. Encaixa-se na mesma lógica de os tribunais brasileiros, até hoje, recusarem-se em rever a legislação e punir os torturadores ou, pelo menos, determinarem que as Forças Armadas apurem os crimes ocorridos. Por mais que possam ser interpretados como formas de evitar a criação de crises políticas, tais posicionamentos expressam o desinteresse da sociedade em relação ao tema, bem como o esquecimento que se busca sobre o passado.

Os atentados feitos pelos extremistas de direita, quando da distensão/abertura, não foram reivindicados, endossados ou sequer citados pelos grupos ultraconservadores após o fim da ditadura, como não o são em nossa época (2024), na qual se nota um número expressivo de indivíduos que exaltam os governos militares, falam de uma ameaça comunista pairando sobre a sociedade⁶⁴⁹ e defendem o passado autoritário para justificar projetos políticos (FAGUNDES, 2022). Observe-se que eventos e sujeitos truculentos ou práticas violentas, em si, não impediram seus usos políticos pelas direitas nas batalhas de memórias e luta contra um pretenso perigo comunista, a exemplo da exaltação de notórios torturadores e assassinos, como Carlos Brilhante Ustra, ou de governos repressivos, como o de Emílio Médici⁶⁵⁰.

O caso do ORVIL é sintomático. A obra, que durante anos circulou entre grupos conservadores e militares, afirmava conter a “verdade” sobre o que acontecera no País durante os governos militares, tratando, especialmente, das ações violentas das esquerdas. Em nenhum momento o livro aborda os atentados feitos pela extrema-direita. A obra, inclusive, dando a entender o lugar político-ideológico dos autores, traz a representação dos extremistas de direita, do final dos anos 1970 e começo

⁶⁴⁹ “44% dos brasileiros veem ameaça comunista com Lula, diz Ipec.” <https://www.poder360.com.br/pesquisas/quase-metade-do-brasil-cre-em-ameaca-comunista-com-lula-diz-ipecc/>. Acesso a 15/04/2023.

⁶⁵⁰ “Bolsonaro elogia ditadores Médici e Stroessner em cerimônia de posse do novo diretor de Itaipu” <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/22/bolsonaro-elogia-ditadores-medici-e-stroessner-em-cerimonia-de-itaipu.ghtml>. Acesso a 15/04/2023. “Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um ‘herói nacional’”. <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>. Acesso a 15/04/2023.

dos 80, sobre como a distensão do regime abria espaços para a “subversão” voltar a atuar no País, chegando a classificar o período pós-1974 de “quarta tentativa de tomada do poder” pelos comunistas⁶⁵¹.

Existem, a nosso ver, variadas razões para o silêncio das direitas após a ditadura acerca dos atentados terroristas do final dos anos 70. Os episódios históricos, comumente usados nas argumentações sobre a ameaça vermelha, por mais que permitam reconstruções memorialísticas em função de interesses e percepções do presente, apresentam algo em comum: o anticomunismo triunfou. Na Revolta/Intentona de 1935, no golpe de 1964, na decretação do AI-5, em 1968, e na derrota da esquerda armada, no início da década de 70, pelas mais variadas razões que escapam a esta pesquisa, foram as forças da ordem, do *status quo*, que triunfaram.

Como o anticomunismo venceu, os extremistas evocam tais episódios, buscando inseri-los numa sequência encadeada, ordenada, numa tradição de combate ao comunismo,

⁶⁵¹ Após o fracasso da luta armada, os comunistas estariam buscando transformar a derrota em vitória política. Na estratégia de tomada do poder, para obter mais apoio da população, as organizações comunistas estariam focando no trabalho de massas. “O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia com a utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais” (ORVIL, p. 5). Tais grupos teriam no clero progressista um poderoso aliado na implementação da estratégia. Temas como a anistia, a revogação do AI-5, o respeito a direitos humanos, a liberdade partidária, etc. seriam bandeiras dos comunistas em seus projetos de poder. A Lei da Anistia teria possibilitado o retorno ao Brasil de ex-terroristas, subversivos e banidos, sendo um reforço na contra-ofensiva dos comunistas. ORVIL: as tentativas de tomada do poder. Disponível em https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso a 20/04/2023.

deixando claras as artimanhas dos inimigos vermelhos e de como estes sempre voltam, reaparecem, na busca recorrente de concretizar os objetivos de conquista do poder e de destruição dos valores da sociedade. As derrotas do comunismo são celebradas, e os heróis “anti-vermelhos”, exaltados. Monumentos⁶⁵² chegaram a ser erguidos, por exemplo, acerca da intentona/levante de 1935, no Rio de Janeiro, sendo o nome dos militares mortos nos anos 30 lembrados ainda hoje como mártires⁶⁵³. Na mesma lógica, Ustra, Médici e outros são celebrados por terem evitado a implantação do comunismo no País.

Não obstante, por ocasião da distensão/fim da ditadura, quando os extremistas de direita buscaram inserir suas ações terroristas na referida tradição anticomunista, chamando a atenção para mais uma tentativa de conquista do poder pelos perigosos inimigos, a vitória não se verificou. Inexistiu uma intensa mobilização da sociedade contra o perigo vermelho, e o regime ditato-

⁶⁵² Em 1940, foi inaugurado um mausoléu, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, com os restos mortais dos militares mortos defendendo o governo na revolta comunista de 1935. Em 1968, o mausoléu foi transferido para a Praia Vermelha, locais onde ocorreram os principais combates na então capital da república. Durante décadas, a cada 27 de novembro os presidentes das repúblicas foram a cerimônias dos militares em memórias das vítimas dos comunistas. A ditadura militar reforçou a celebração, usando um discurso de que em 1964 os comunistas haviam tentado mais uma vez conquistar o poder e, igual 1935, teriam sido mais uma vez derrotados pela atuação valorosa e vigilante das Forças Armadas (CASTRO, 2008, p. 127).

⁶⁵³ Le Goff diz que “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetua a recordação”, a exemplo de escritos e uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura (LE GOFF, 1990, p. 535). Dessa forma, os documentos são monumentos também, devendo ao historiador entender, analisar e criticar os processos de sua produção, conservação, destruição, etc.

rial findou-se em meados dos anos 80. A extrema-direita não venceu e ainda saiu bastante arranhada, pelo repúdio que teve do grosso da sociedade, que pouco considerou os alertas do “iminente risco comunista” e não aceitou os atos de violência, os quais vitimaram pessoas, provocaram danos e pânico. Casos como os das bombas à OAB, da Câmara Municipal e Riocentro talvez tenham sido os que mais contribuíram para desmoralizar, enfraquecer politicamente, isolar e afastar os extremistas do conjunto da sociedade – não por acaso, os terroristas, ao contrário do que vinham fazendo até então, buscaram passar para as esquerdas as responsabilidades daqueles atos de violência política. Verdade, como vimos nestas páginas, que terroristas ainda persistiram na prática de atentados após o Riocentro, mas pontualmente, sem maiores repercussões ou recepção por parte da população. Perplexos, derrotados, os “bolsões duros” viram o poder institucional passar para os civis e a ditadura chegar ao fim em 1985.

Em suma, derrotados, agastados e isolados, os extremistas de direita ficaram com a pecha de terroristas e defensores de uma ditadura impopular. Há de se convir que essa condição não contribui em nada para a construção gloriosa, no presente, de uma memória do passado a ser exaltada. Em situação tão vexatória, para os defensores da ditadura pós-regime, o silêncio constrangedor e o esquecimento dos atentados eram as melhores opções.

Afora essa questão da derrota política, as representações da extrema-direita, elaboradas quando da distensão, mostraram-se bastante desconexas quanto ao processo político real do final dos anos 70 e a seus desdobramentos, tornando problemático o uso memorialístico posterior ou em nossa época. Como sabemos, o anticomunismo é muito importante para os discursos e práticas da extrema-direita. Não obstante, como diz

Chartier, uma representação necessita ter algum aspecto do real, fincado numa lógica interna e ainda que superdimensionado, para ter sustentabilidade e alguma credibilidade. Por mais que houvesse um crescimento das mobilizações populares no final da década de 1970, isso não significava uma conspiração comunista em andamento. As esquerdas não eram homogêneas, e os comunistas não estavam à frente do processo, sem falar que setores liberais e conservadores também compuseram a grande frente democrática que foi se formando. E quando os militares deixaram o comando do governo, em meados dos anos 80, não houve, ao que consta, a instalação de nenhum regime marxista no Brasil.

Ou seja, as suposições dos extremistas de direita, quase apocalípticas, acerca de um poderio vermelho, em vias de tomar o poder institucional, não se concretizaram. Suas crenças careciam de realidade política. Assim, para a extrema-direita, do pós-ditadura e, especificamente, de nossa época, fazer referência a “bravos patriotas e heróis”, que agiram no final dos anos 70 e começo dos 80, com “bombas nas mãos para conter o comunismo”, poderia também expor contradições e levar a dúvidas e questionamentos dos projetos políticos e das representações anticomunistas de hoje. Quem garante que as crenças e análises dos extremistas de direita atualmente também não são eivadas de equívocos, teorias conspiratórias e exageros sobre uma ameaça comunistas, se mostrando distante do real, tais os discursos de seus congêneres do final da ditadura?

Nos episódios históricos tradicionalmente destacados pelas memórias da extrema-direita, a exemplo da Revolta/Intentona de 1935, do golpe de 64, etc., enfatiza-se que a derrota do “perigo vermelho” acontecera em virtude das mobilizações e ações preventivas das forças da ordem e setores anticomunistas. Isso permite, então, a produção

do que se pode chamar história contrafactual ou alternativa⁶⁵⁴. Em cima de algo que não se deu, a extrema-direita especula uma hipótese sobre o que poderia ter acontecido e foi evitado, exaltando o anticomunismo e justificando a intervenção golpista ou violenta. Um exemplo de história contrafactual bastante utilizada ainda hoje por grupos conservadores é o de afirmar que se Jango não tivesse sido derrubado em 1964, teria ocorrido a “implantação do socialismo no Brasil”, o que, por sua vez, levaria à morte de milhares de pessoas. Lógico que não existe nenhum fundamento, dentro da história enquanto ciência, para se afirmar que algo do tipo aconteceria. Se para um historiador já é difícil entender o que aconteceu, ante a complexidade das relações sociais e dos processos históricos, imagine garantir o que haveria de suceder-se.

O problema é que, no caso da distensão/fim da ditadura, não é possível usar uma história contrafactual em benefício da exaltação do anticomunismo, ou seja, não há como empregar uma argumentação do tipo: “se o regime ditatorial civil-militar tivesse acabado, iria haver a instalação do comunismo”. Ora, o regime acabou e não houve governo comunista algum implantado no Brasil. A retórica não tinha fundamento algum, não passando de uma teoria conspiratória, um complô, como tantos outros da tradição da extrema-direita, distante do real, como os fatos posteriores demonstraram. Os terroristas agiram, lançaram bombas, assustaram, mataram, feriram e mutilaram pessoas em nome de um risco que, com o processo político da Nova República acabou evidenciando, não apresentava consistência. Ou seja, os

⁶⁵⁴ “(...) As narrativas de história alternativa (...) geralmente se apresentam enquanto formas de ficção investigam consequências possíveis, dentro de contextos históricos específicos, associados à pergunta “e se” (ANDRADE, 2019).

processos históricos mostraram que o MAC e outros grupos, como se não bastasse terem sido derrotados politicamente, agiram em nome de algo que não existia.

Mostra-se, pois, que extremistas estavam equivocados em suas suposições. O que imaginavam, o motivador de suas ações violentas, carecia de fundamento e o que esperava evitar, mesmo com eles agindo, não se deu. Portanto, usar politicamente os atentados feitos pela extrema-direita, do começo dos anos 80, implicava em abrir um franco para questionamentos, dúvidas e mesmo desmonte daquilo que pregavam e defendiam os grupos conservadores no pós-ditadura.

Pode-se ainda constatar que abordar os atentados da extrema-direita implica fornecer às esquerdas argumentos a mais nas batalhas de memórias travadas em torno da ditadura. Não custa lembrar que uma das fontes do pensamento da extrema-direita civil e militar nos anos 60 e 70, a Doutrina de Segurança Nacional, buscava associar as organizações revolucionárias e partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista (PADRÓS, 2008, p. 146). Isto é, o terrorismo é algo inerente às esquerdas, não às direitas – não por acaso, nos relatórios oficiais, agentes da repressão falavam que “não é comum atos violentos por parte de grupos direitistas”, o que, claro, não tem fundamento algum. Terroristas seriam Marighela, Lamarca e outros guerrilheiros. Portanto, a existência do terrorismo de direita joga por terra um componente importante das representações dos grupos extremistas. Para o debate político pós-ditadura, especialmente em nossa época, nada mais inapropriado que falar que elementos de direita também realizaram atentados, mataram e feriram pessoas, etc.

Abordar os atentados seria, igualmente, mostrar que a ditadura, ao contrário de certas memórias de grupos

conservadores, não contava com apoio do grosso da sociedade (pelo menos, não no final dos anos 70), que queria a democracia, enquanto os extremistas, para evitar isso, recorriam à violência. Isto é, implicitamente se reconheceria que havia um regime autoritário no Brasil e que a extrema-direita queria conservá-lo pela força.

Entretanto, nem as esquerdas buscaram lembrar ou tentaram levar adiante a defesa da apuração dos atentados da extrema-direita. Talvez porque, com a Nova República e a democratização do País, passaram a ter outras questões políticas mais prioritárias e não valeria a pena tensionar, dentro da estrutura institucional, com grupos conservadores e as Forças Armadas. Para as esquerdas, falar do terrorismo da direita, seria abrir brechas para segmentos liberais e conservadores abordarem o “terrorismo vermelho” e o projeto de conquista do poder dos grupos revolucionários, cujos ideais de democracia não eram os que passaram a existir após 1985. Parte das esquerdas também tinha optado pela violência política no passado e seu sentido de democracia era outro, de um conteúdo popular, socialista, talvez da ditadura do proletariado, termo tão incompreendido (GASPARETTO JÚNIOR, 2019) e, não raro, usado em tom depreciativo e intimidatório pelas direitas. Em outras palavras, tocar no terrorismo da direita traz poucos dividendos políticos e vantagens para as esquerdas, e ainda possibilita argumentos para os que defendem a “teoria dos dois demônios”, de que os dois lados ideológicos eram equivalentes e praticavam terrorismo ante uma sociedade democrática e que não aceitava radicalismos (NAPOLITANO, 2018, p. 142).

A não punição dos envolvidos nos atentados do MAC cearense, da mesma forma que ocorreu com os militares e policiais envolvidos na violação de direitos

humanos nos anos de chumbo, pode ser encarada como mais um legado autoritário da ditadura, pelos impactos negativos posteriores para a sociedade e para a ordem democrática (SHINKE, 2022, p. 18). Se a impunidade e os esforços de silêncio e esquecimento adequavam-se aos termos da transição pactuada para a democracia e a estabilidade política da Nova República, por outro lado, acabaram por não desestimular investidas autoritárias futuras ou ações políticas violentas. Coincidência ou não, em 1987, no Rio de Janeiro, o estado que mais sofrera com a onda terrorista na abertura da ditadura, veio a público um plano, da parte de alguns militares, em realizar ataques com bombas a quartéis do Exército, na intenção de pressionar o comando e obter aumentos salariais. Revelada pela imprensa⁶⁵⁵, a acusação teve bastante repercussão à época, sendo vista até como uma forma de extremistas de direita, civis e militares, desestabilizarem o processo de transição democrática⁶⁵⁶. Levado à Justiça Militar, o caso não resultou em nenhuma punição (CARVALHO, 2019).

⁶⁵⁵ Em 1987, na edição nº 999, de 25 de outubro, a revista Veja publicou a reportagem “Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao [Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais]”, acusando os capitães Jair Bolsonaro e Fábio Passos de elaborarem um plano visando a explodir bombas em unidades militares do Rio de Janeiro para pressionar o comando. Os dois negaram a acusação que, porém, foi mantida pela revista. Em 1986, Bolsonaro havia ficado preso por 15 dias como punição por ter publicado em Veja um artigo reclamando da política salarial do governo Sarney. <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso a 15/05/2017.

⁶⁵⁶ Jornal do Brasil, 27/10/1987.

ANEXO – RELAÇÃO DE ATENTADOS E AMEAÇAS (1976-1985)

NÚMEROS TOTAIS					
FASE	ANO	TOTAL	ATENTADOS	AMEAÇAS/ SIMULACROS	TOTAL DE CIDADES
I	1976	12	11	1	12
I	1977	9	6	3	6
I	1978	29	25	4	3
II	1979	40	35	5	14
II	1980	170	100	70	44
II	1981 (Até o caso Riocentro)	24	21	3	12
III	1981 (Após o caso Riocentro)	44	29	15	21
III	1982	25	23	2	15
III	1983	29	27	2	18
III	1984	42	36	6	21
III	1985	6	4	2	6
Total	1976-1985	429	316	113	81 cidades diferentes

Data	Local	Descrição breve	Fonte
19/08/1976	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba em um banheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A AAB (Aliança Anticomunista Brasileira) deixa panfletos assumindo a autoria.	Folha de São Paulo, 20/08/1976.
19/08/1976	Rio de Janeiro - RJ	Bomba desativada na sede da OAB-RJ, durante cerimônia da entrega da carteira de 400 novos advogados. Uma onda de telefonemas anônimos, indicando que haveria bombas em outros locais da cidade, gerou muita apreensão da população.	Folha de São Paulo, 20/08/1976.
20/08/1976	Porto Alegre - RS	Dois coquetéis molotovs são jogados, de madrugada, no prédio da Auditoria Militar de Porto Alegre. Telefonemas anônimos, com ameaças de realizar o mesmo, foram feitos para a Assembleia Legislativa e escolas.	Folha de São Paulo, 21/08/1976.

04/09/1976	São Paulo - SP	Explosão de bomba e princípio de incêndio nas dependências do Centro Brasileiro de Análises e Planejamentos (CEBRAP), bairro da Consolação. O Atentado é assumido pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). Danos materiais pequenos. Anos depois, o secretário de Segurança Pública e depois deputado federal, Erasmo Dias, afirmaria à Revista Veja que os responsáveis pelo ataque eram pessoas ligadas aos órgãos de segurança. Teria os reprimidos, o que levou ao fim dos ataques, contou.	Jornal do Brasil, 05/09/1976; Veja, 03/09/1980.
14/09/1976	Manaus - AM	Telefonema com ameaça de bomba interrompe as atividades do Aeroporto Eduardo Gomes. Nada foi achado.	Jornal do Paraná, 05/09/1976.
22/09/1976	Nova Iguaçu - RJ	O bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, é sequestrado. Seu carro é explodido, em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O motorista do bispo foi deixado no local onde comumente o esquadrão da morte largava suas vítimas. O bispo sofreu várias agressões e, despido, pintado de vermelho e com pés e mãos amarrados, foi abandonado em Jacarepaguá.	Jornal do Brasil, 04/09/1976; Folha de São Paulo, 24/09/1976; Veja, 03/09/1980.

22/09/1976	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba atirada sobre o telhado da casa do jornalista Roberto Marinho. Dois empregados da casa (Teotônio e Darci) foram feridos com a explosão. O sequestro de Dom Adriano, a explosão do carro deste e o ataque a Roberto Marinho foram assumidos pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB).	Jornal do Brasil, 04/09/1976; Folha de São Paulo, 24/09/1976.
04/10/1976	Rio de Janeiro - RJ	Indivíduos em um Dodge Dart ou Galaxie realizam dois atentados, à noite. Na praia do Botafogo, há a explosão e incêndio de dois carros estacionados em frente à Fundação Getúlio Vargas. Em Copacabana, mais três carros são destruídos. São encontrados, em um dos carros, restos de um petardo.	Jornal do Brasil, 05/10/1976.
22/10/1976	Rio de Janeiro - RJ	Bomba destrói o escritório da empresa Xtal do Brasil. São deixados, no local, panfletos de um Comando Padre João Bosco, que teria vínculos com a Vanguarda Popular Revolucionária. A empresa pertence a vários militares, entre eles o brigadeiro João Moreira Burnier, envolvido no combate às esquerdas e primo-irmão do padre João Bosco Benido Burnier, morto pela PM em Mato Grosso.	Jornal do Brasil, 27/12/1979.

15/11/1976	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba, de alto poder de destruição, no prédio onde funciona o jornal Opinião. Danos materiais e ferimentos leves em crianças que dormiam em um colégio próximo. A Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) assumiu a autoria.	Jornal do Brasil, 06/11/1976.
06/12/1976	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba, de grande potencial destrutivo, no depósito da Editora Civilização Brasileira, em Bonsucesso. Carros e prédios vizinhos foram também atingidos. Atentado assumido pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). Em 1968, a editora havia sido alvo de um outro atentado.	Folha de São Paulo, 07/12/1976; Jornal do Brasil, 31/08/1980.
//1976	Salvador - BA	Invasão e empastelamento do jornal alternativo Boca do Inferno.	Veja, 03/08/1980.
19/03/1977	São Paulo - SP	Pela quarta vez, desde novembro passado, invasão e depredação do Centro Acadêmico das Faculdades de Física e Matemática (CEFISMA) da USP. O ataque é atribuído ao CCC e ao MAC (as paredes foram pichadas com as siglas dos grupos).	Jornal do Brasil, 20/03/1977.

18/04/1977	Curitiba - PR	O colégio Cajuru, ligado à Congregação das Irmãs de São José de Chambery, recebeu ligações telefônicas anônimas com ameaças de bombas, o que gerou pânico e levou à suspensão de todas as aulas. Outros colégios da cidade haviam recebido ameaças semelhantes nas semanas anteriores.	Jornal do Paraná, 19/04/1977.
07/04/1977	Curitiba - PR	Informa-se que a Tribuna da Imprensa recebeu ligação anônima sobre uma bomba no hipódromo da Cidade Jardim. Não foi descoberta a bomba e nem se comunicou ao público, na ocasião, para evitar alarde.	Jornal do Paraná, 07/04/1977.
11/05/1977	Belo Horizonte - MG	O Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG é invadido e depredado. Nas paredes, os invasores picharam “MAC – Movimento Anticomunista”. Ocorriam Brasil afora diversas manifestações estudantis contra a ditadura.	Jornal do Brasil, 12/05/1977.
08/06/1977	Belo Horizonte - MG	A casa do presidente da OAB-MG, Raimundo Cândido de Oliveira, é metralhada. O presidente, anteriormente, recebera ligação telefônica com ameaças e insultos raciais.	Folha de São Paulo, 09/06/1977.

11/09/1977	Londrina - PR	Imprensa revela que o CCC fez ameaças de bombas à III Semana de Atualidades, que reuniu, para palestras, políticos como Eduardo Suplicy (MDB), Alceu Colares (MDB) e Teotônio Vilela (ARENA).	Jornal do Paraná, 11/09/1977.
19/10/1977	Curitiba - PR	Sequestro e tortura do estudante Carlos Augusto de Oliveira, presidente de Centro Acadêmico Rocha Pombo (PUCPR). Solto após dois dias de cativo.	Jornal do Brasil, 1º/10/1978.
19/11/1977	Imbituba - PR	Sequestro do padre Joacir Grandi, responsável pelo movimento de jovens da cidade. O religioso ficou 23 dias em cativo. Solto, o sacerdote disse que sofreria retaliações dos sequestradores caso contasse detalhes do ocorrido. Suspeita-se do CCC, que enviara centenas de cartas a pessoas de Curitiba, inclusive a Joacir Grandi. No ano seguinte, um dos religiosos ameaçados seria o bispo Agostinho Sartori, de Curitiba, militante da reforma agrária.	Jornal do Brasil, 15/12/1977, 1º/10/1978; Jornal do Paraná, 17/02/1978.

21/11/1977	Rio de Janeiro-RJ	Sequestro da madre Maria da Conceição Palmeira. Ela era acusada por pais de alunos do colégio da Congregação do Sagrado Coração de Maria, onde lecionava, de adotar livros “subversivos”. Torturada, a madre foi solta no dia seguinte. Os sequestradores chamavam-na de “madre vermelha”.	Jornal do Brasil, 07/12/1977, 08/12/1977; Veja, 03/09/1980.
27/01/1978	Curitiba-PR	O professor Paulo Oliveira Gomes é sequestrado quando tentava tirar uma declaração de bons antecedentes no DOPS. Foi torturado e, após três dias, abandonado perto do Estádio do Coritiba.	Jornal do Brasil, 02/02/1978.
17/03/1978	Curitiba-PR	A professora e jornalista Juracilda Veiga é sequestrada. Estava recebendo cartas com ameaças do CCC. Depois, foi informado que se tratava de uma prisão, ilegal, por parte dos órgãos de repressão. No mesmo dia, a Polícia Federal prendera 10 intelectuais no estado. Veiga tinha participação no movimento estudantil.	Jornal do Brasil, 18/03/1978, 19/03/1978.
28/03/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba lançada contra o prédio da Faculdade de Direito da UFMG.	Jornal do Brasil, 30/03/1978, 1º/10/1978; Folha de São Paulo, 31/03/1978.

28/03/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba na sede social do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). O GAC (Grupo Anticomunista) deixou um bilhete: “Dente por dente, olho por olho – a cada ação uma reação”.	Jornal do Brasil, 30/03/1978, 1º/10/1978; Folha de São Paulo, 31/03/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG ⁶⁵⁷ .
29/03/1978	Belo Horizonte - MG	Bomba estoura, sem provocar maiores danos, na Igreja de São Francisco das Chagas e no estacionamento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Bombas são colocadas em outros prédios, como o Edifício Joaquim de Paula. A autoria é atribuída ao GAC. São deixados panfletos com os nomes de pessoas mortas nas ações armadas da esquerda, lista que as Força Armadas já haviam divulgado.	Folha de São Paulo, 30/03/1978; Jornal do Brasil, 20/04/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.

⁶⁵⁷ CPI/ALMG-1980/COVEMG: Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada, em 1980, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para apurar os atentados terroristas ocorridos no estado. Disponível em <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1030/CPI%20ALMG%20-%20relat%-c3%b3rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso a 25/04/2021. Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em www.comissaodaverdade.mg.gov.br Acesso a 21/11/2021.

29/03/1978	Belo Horizonte - MG	Invasão e explosão de bomba no Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG. Antes, estudantes estiveram reunidos discutindo protesto pelo 14º ano do golpe de 64. Foi deixado um panfleto em nome do GOE (sigla desconhecida). Estudantes vinham recebendo ameaças do CCC.	Jornal do Brasil, 30/03/1978, 1º/10/1978; Folha de São Paulo, 30/03/1978, 31/03/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.
31/03/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de duas bombas no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. O GAC deixou bilhete.	Jornal do Brasil, 16/04/1978, 1º/10/1978.
07/04/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba no Diretório Acadêmico da Faculdade Ciências Econômicas da UFMG, durante reunião da Comissão Pró-UNE na capital mineira.	Jornal do Brasil, 16/04/1978, 1º/10/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.
07/04/1978	Belo Horizonte - MG	Implantada bomba, com três dinamites, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, durante reunião da Comissão Pró-UNE na capital mineira. A bomba não explodiu em virtude de seu pavio curto. No mesmo dia, outra bomba explodiu no saguão da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.	Jornal do Brasil, 16/04/1978, 1º/10/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.

07/04/1978	Belo Horizonte - MG	Ameaça de morte à presidente do Movimento Feminino Pela Anistia-MG, Heleno Greco. MAC deixou bilhete com o aviso: “Olho por olho – a cada ação, uma reação”.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
14/04/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba atirada contra a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Encontrado bilhete do GED (Grupo de Estudantes Direitistas): “Agindo a favor da democracia”.	Jornal do Brasil, 16/04/1978, 1º/10/1978.
18/04/1978	Belo Horizonte - MG	Bomba relógio encontrada (e desativada) no banheiro do Colégio Santo Antônio. No pátio da instituição, com mais de mil pessoas, ocorria evento do Movimento Feminino pela Anistia (MPLA), com a presença de sua presidente nacional, Terezinha Zerbini. No mostrador da bomba estava escrito GAC. Vários carros foram pichados com a sigla GAC e tiveram os pneus furados.	Jornal do Brasil, 20/04/1978, 1º/10/1978; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
18/04/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba na gráfica do DCE da UFMG. Destruição de móveis, mimeógrafos, impressora, etc.	Jornal do Brasil, 20/04/1978; Folha de São Paulo, 20/04/78; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.

19/04/1978	Belo Horizonte - MG	Bomba atirada contra a casa de Helena Greco, presidente do MFPA-MG. A explosão deixou apenas danos materiais. No local, estava também Terezinha Zerbini.	Jornal do Brasil, 20/04/1978; Folha de São Paulo, 20/04/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.
21/05/1978	Belo Horizonte - MG	Invasão do Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG, sendo quebrados mimeógrafos e máquinas de escrever.	CPI/ALMG-1980/COVEMG.
04/07/1978	Curitiba - PR	Ligação telefônica com ameaça de bomba ao Banco Bamerindus. Nada foi encontrada. A imprensa informa que, um mês antes, fora encontrada uma bomba incendiária em uma grande loja do centro da cidade.	Jornal do Paraná, 05/07/1978.
10/07/1978	Belo Horizonte - MG	Invasão do jardim da casa de Helena Greco, presidente do MFPA-MG. Ocorrem alguns prejuízos materiais e são danificadas as correspondências (cerca de 200 cartões) preparadas em solidariedade à greve nacional de fome dos presos políticos do presídio de Itacamacá, em Pernambuco.	CPI/ALMG-1980/COVEMG.

24/07/1978	Curitiba - PR	Invasão, destruição de material, furto e pichações da sucursal do jornal Em Tempo. Numa das paredes do periódico, é escrito “CCC-Ala 233”. O jornal havia publicado na edição nº 17 o nome de 233 torturadores da ditadura, inclusive de delegados e um soldado da aeronáutica ligados ao CCC.	Jornal do Brasil, 29/07/1978; Diário do Paraná, 25/07/1978, 26/07/1978;
25/07/1978	Brasília - DF	Invasão da sucursal da revista Versus.	Folha de São Paulo, 27/07/1978.
28/07/1978	Belo Horizonte - MG	Primeira invasão da sucursal mineira do jornal Em Tempo. Documentos e equipamentos são furtados e paredes pichadas como as expressões “MAC + GAC”, “entrei de sola” e “a volta será pior”.	Jornal do Brasil, 29/07/1978; TI 28- 29/07/1978; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
29/07/1978	Belo Horizonte - MG	Ligação telefônica com ameaças a Aluísio Moraes, editor do jornal De Fato.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.

18/08/1978	Belo Horizonte - MG	Segunda invasão da sucursal do jornal Em Tempo. A explosão de bomba provoca danos materiais significativos. Atribuído ao Grupo Anticomunista (GAC) e Movimento Anticomunista (MAC).	SNI. DOC1 ⁶⁵⁸ ; CPI/ALMG-1980/COVEMG; Jornal do Brasil, 23/08/1978, 25/08/1978.
1º/09/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bombas durante as eleições para o DCE-UFGM. Petardos estouraram no Instituto de Ciências Exatas e na Faculdade de Medicina, quase ao mesmo tempo, destruindo urnas com cédulas da eleição.	Jornal do Brasil, 1º/10/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.
02/09/1978	Belo Horizonte - MG	Invasão da redação do jornal De Fato. O periódico, no nº 24, denunciara os nomes de torturadores. Há alguns dias viam ocorrendo ameaças anônimas por telefone. Documentos foram levados.	Jornal do Brasil, 03/09/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.

⁶⁵⁸ SNI.DOC1: “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

08/09/1978	Belo Horizonte - MG	Bombas estouram durante a eleição do DCE da UFMG. No Instituto de Ciências Exatas, na Pampulha, há a destruição de uma urna. A Explosão chamuscou mão de um estudante que ia votar, sem outros danos materiais. No mesmo dia, uma bomba estoura no Diretório Acadêmico da Escola de Medicina da UFMG, sem gerar danos materiais.	SNI.DOC1.
11/09/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba no banheiro do colégio Santo Agostinho, durante ato contra a prisão do estudante Edvaldo Nunes (Cajá), em Recife, por "subversão". O GAC (Grupo Anticomunista) havia ligado para a Igreja exigindo que não fossem cedidos espaços para a manifestação.	Jornal do Brasil, 13/09/1978; CPI/ALMG-1980/COVEMG.

13/09/1978	Belo Horizonte - MG	Bomba atirada contra a Igreja de São Francisco das Chagas, provocando a destruição da portaria da secretaria do templo. Ali, onde funcionava a sede do MFPA/MG, ocorrera uma vigília pelos presos políticos mantidos pela ditadura. Afixada na porta do templo, um panfleto assinado por CAC (Comando Anticomunista), MAC, CCC e TFP. Esta última lançou nota negando envolvimento no ataque. Havia ocorrido várias ligações anônimas com ameaças à Igreja contra a realização da vigília.	SNI.DOC1; CPI/ALMG-1980/COVEMG; Jornal do Brasil, 14/09/1978.
13/09/1978	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba na garagem do edifício onde morava Geraldo Magela de Almeida, advogado de presos políticos e ligado ao Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). A explosão destruiu seu carro, danificou outros automóveis e ainda atingiu vidraças de prédios próximos.	SNI.DOC1; CPI/ALMG-1980/COVEMG; Jornal do Brasil, 14/09/1978.
05/12/1978	Curitiba - PR	Ligação telefônica com ameaça de bomba ao grupo escolar Xavier da Silva, localizado na esquina das ruas Silva Jardim com Marechal Floriano. A situação provocou pânico, mas nada foi encontrado pela polícia.	Jornal do Paraná, 06/12/1978.

08/03/1979	Brasília - DF	Simulacro de bomba no Jornal do Brasil, setor gráfico. Uma pasta modelo 007 foi prendida com corrente à maçaneta de uma das kombis do jornal, ao lado do prédio. Não houve explosão.	SNI.DOC1.
30/04/1979	Belo Horizonte - MG	Invasão do Sindicato dos Jornalistas (Casa dos Jornalistas). Destruição de móveis e furto de documentos.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG
1º/05/1979	Contagem - MG	Invasão e saque da sede do Jornal dos Bairros, em Margarida. São furtados dinheiros, máquinas e documentos do arquivo. A publicação fora criada em 1976, na esteira da crescente mobilização das associações de bairros que ocorriam por todo o País.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG; Diário da Manhã, 02/11/1979.
1º/05/1979	Belo Horizonte - MG	Invasão e saque da sede do Centro de Estudos do Trabalho (CET). Móveis são danificados e documentos, furtados.	Jornal do Brasil, 05/09/1980, 07/04/1981; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
1º/05/1979	Belo Horizonte - MG	Invasão e saque da sede do Centro Cultural Operário (CCO). Destruição de móveis e furto de materiais.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.

1º/05/1979	Belo Horizonte - MG	Invasão e saque da sede do Grupo de Estudos e Trabalho de Educação em Comunidades (GETEC). Destruição de móveis e furto de materiais.	CPI/ALMG-1980/COVEMG.
1º/05/1979	Belo Horizonte - MG	Invasão e saque da sede da Pastoral Operária. Foram furtados os panfletos que seriam distribuídos na Missa do Trabalhador, evento tradicional do 1º de Maio.	CPI/ALMG-1980/COVEMG.
04/05/1979	São Paulo - SP	Explosão de duas bombas no Colégio Estadual Alberto Levy (Av. Indianapolis, 1570). Apenas danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal da República, 05/09/1979.
09/05/1979	São Paulo - SP	Explosões em aparelhos telefônicos da TELESP (confluência das Ruas Terezinha e Manaus, e Rua Luiz Gregnanin).	SNI.DOC1.
14/05/1979	São Paulo - SP	Explosão de janela externa do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Mackenzie. No ano anterior, em maio de 1978, integrantes do CCC invadiram, depredaram e picharam o Diretório Acadêmico da Arquitetura.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 15/05/1979.
27/06/1979	São Paulo - SP	Explosão de bomba na galeria Top Center (Av. Paulista, 854). Danos materiais.	SNI.DOC1.

03/07/1979	Goiânia - GO	Três bombas incendiárias nas proximidades do quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar. Pequenos danos materiais.	SNI.DOC1.
07/07/1979	Belo Horizonte - MG	Sucursal de O Tempo é invadida e atacada pela terceira vez, desde julho de 1978, desta vez com um grande volume de ácido sulfúrico, que destruiu vários equipamentos.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 09/07/1979; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
08/07/1979	São Paulo - SP	Ligação telefônica para o Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas, com voz feminina, dizendo pertencer ao CCC, alerta sobre a presença de uma bomba. As atividades da instituição são suspensas. A polícia não encontra nenhuma bomba.	Folha de São Paulo, 09/07/1979.
17/07/1979	Curitiba - PR	Bomba jogada na porta de prédio na rua Eng. Rebouças, 2673. Pequenos danos.	SNI.DOC1.
17/08/1979	Belém - PA	Tiro no soldado Paulo Sérgio Monteiro de Souza, do 2º BIS. Gravemente ferido por elemento não identificado.	SNI.DOC1.

28/08/1979	Porto Alegre - RS	O deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Carlos Giacomazzi, recebe carta do CCC com ameaças de morte a Leonel Brizola, que então retornava do exílio. A 10 de setembro, políticos do MDB receberam um convite impresso de enterro de Brizola, enviado pelo CCC. A imprensa gaúcha informa que circularam em Porto Alegre panfletos pregando a supremacia branca, exaltando a Ku Klux Klan e com ataques racistas a negros e indígenas.	SNI. DOC2 ⁶⁵⁹ .

⁶⁵⁹ SNI.DOC2: Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 039/116/APA/79, Agência Porto Alegre, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

29/08/1979	São Paulo - SP	Explosão de bomba no interior do colégio estadual Alberto Levy (Av. Indianapolis, 1570). Danos materiais, embora alunos tenham sido hospitalizados com suspeita de rompimento de tímpanos. Na madrugada do mesmo dia, foi estourada uma bomba, também de pequeno impacto, na escola Manuel Paiva. Ocorria uma série de ligações telefônicas com ameaças a escolas da rede estadual na porção sul da cidade. Bombas teriam sido encontradas também nos colégios Ênio Voss e Oswaldo Aranha.	SNI.DOC1; Jornal da República, 05/09/1979; Diário da Noite, 31/08/1979.
31/08/1979	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explodida na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, em frente ao prédio da Faculdade de Direito Cândido Marcos. Nos meses de setembro e outubro, há uma série de ligações anônimas a escolas e repartições públicas no Rio de Janeiro, com ameaças falsas de bombas.	SNI. DOC1; SNI. DOC ³⁶⁶⁰ .

⁶⁶⁰ SNI.DOC3: Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 197/116/ARJ/1979, Agência Rio de Janeiro, “Atividades de organizações de direita”, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001802_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

18/09/1979	São Paulo - SP	Lourdes Cedran, diretora do Paço das Artes e esposa do físico Mário Schemberg, teve a residência invadida e foi agredida por membros do Movimento de Renovação Nazista (MRN). Esse grupo estava realizando, à época, telefonemas com ameaças a intelectuais. A 23 de outubro, o arcebispo Dom Evaristo Arns recebe carta do grupo ameaçando diversas pessoas.	Jornal da Tarde 20/10/1979; Jornal do Brasil, 23/10/1979, 24/10/1979, 11/04/1980.
26/09/1979	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de artefato dinamite na porta do colégio Pedro Lessa, em Bonsucesso, com danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 27/09/1979.
30/09/1979	Anápolis - GO	Explosão com danos materiais na porta do Convento de Sant'Ana.	SNI.DOC1.
30/09/1979	Rio de Janeiro - RJ	Carros da comitiva de Leonel Brizola, recém chegado ao Rio de Janeiro, têm os pneus furados por hexacantos atirados em via pública.	Folha de São Paulo, 1º/10/1979.
02/10/1979	São Paulo - SP	Um grupo invade o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do largo de São Francisco (USP), e incendeia móveis.	Veja 03/12/1980; Jornal do Brasil, 11/04/1980.

03/10/1979	São Paulo - SP	Ligação telefônica com ameaça de bomba à Assembleia Legislativa de São Paulo, em retaliação a discursos de deputados do MDB em favor da UNE. Os trabalhos foram suspensos e houve muita tensão. Nada foi achado.	Folha de São Paulo, 04/10/1979.
04/10/1979	Rio de Janeiro - RJ	Bomba destrói, por completo, o carro do jornalista e diretor da tribuna da Imprensa, Hélio Fernandes, em frente ao prédio em que residia, na rua engenheiro Alfredo Duarte.	SNL.DOC1; Jornal do Brasil, 20/09/1980, Folha de São Paulo, 04/09/1979; Jornal do Paraná, 04/10/1979.
21/10/1979	Campinas - SP	Sequestro do professor de sociologia, Rogers Araújo Lima, pelo CCC. Após sofrer agressões físicas, foi liberto horas depois em Araraquara.	Jornal do Brasil, 25/10/1979.
22/10/1979	Rio de Janeiro - RJ	A residência do vereador Antônio Carlos de Carvalho (MDB) foi invadida pela madrugada, sendo revirada. O vereador estava recebendo cartas com ameaças do CCC. Antônio Carlos se destacaria nas mobilizações pela democracia. Em 1980, uma bomba estouraria em seu gabinete, ferindo gravemente um assessor.	Jornal do Brasil, 23/10/1979.

03/11/1979	Brasília - DF	Envio de carta-bomba a Theodomiro Romeiro dos Santos, refugiado na Nunciatura Apostólica. Theodomiro, ex-integrante do PCBR, foi o primeiro militante da esquerda armada condenado à morte, pena depois transformada em prisão. Em 1979, fugira do presídio Lemos Brito, em Salvador. Exilou-se, depois, na França.	Folha de São Paulo, 15/01/1980.
07/11/1979	Brasília - DF	Bomba de gás lacrimogêneo explode no carro no qual se deslocava Luiz Carlos Prestes em visita à Brasília.	Folha de São Paulo, 08/11/1979.
09/11/1979	Nova Iguaçu - RJ	São feitas pichações na Catedral de Nova Iguaçu e na Igreja de Santo Antônio da Prata (de Belford Roxo) contra o bispo Dom Adriano Hipólito (“este bispo é comunista e pederasta”, “aqui, sede do PCB”, “fora comunista” e desenho da foice e martelo).	Jornal do Brasil, 10/11/1979.

11/11/1979	São Paulo - SP	Invasão da sede da União Estadual dos Estudantes (UEE), provisoriamente funcionando no Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas. Arquivos e gavetas foram vasculhados, com a destruição das instalações, de uma máquina de Xerox e o furto de documentos. Em um quadro negro, foi escrito, com giz, a sigla CCC.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 13/11/1979; Jornal do Brasil, 12/11/1979, 11/04/1980; Tribuna da Imprensa, 13/11/1979.
18/11/1979	Belém - PA	Tiros contra a livraria Jinkings, pichações anticomunistas em Igrejas e ataque, com um paralelepípedo, à casa de um militante de esquerda na véspera da visita de Miguel Arraes. Os atentados foram atribuídos ao CCC.	Jornal do Brasil, 19/11/1979, 19/09/1980, 20/09/1980, 21/09/1980, 30/04/1981.
27/11/1979	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba na sede da União dos Trabalhadores de Ensino (UTE) de Minas Gerais. Pequenos danos materiais. Carros estacionados em frente foram pichados.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
28/11/1979	Rio de Janeiro - RJ	Bomba destrói automóvel Fiat de Isabela Fernandes, filha do jornalista Hélio Fernandes. Atentado assumido pela Brigada Anticomunista Tenente Mendes (nome é referência a um militar morto pela Vanguarda Popular Revolucionária, em 1970).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 20/09/1980.

08/12/1979	João Monlevade - MG	Depredação no estacionamento do Instituto Santo Inácio de Loyola, onde ocorria encontro nacional de entidades sindicais. Um carro do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade foi incendiado e outros tiveram as fechaduras lacradas com cola.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
20/12/1979	Nova Iguaçu - RJ	Bomba destrói o altar e vidros de janelas da Catedral de Nova Iguaçu, diocese do Bispo Dom Adriano Hipólito. Autoria atribuída a VCC (Vanguarda de Caça aos Comunistas).	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 22- 23/12/1979; Jornal do Brasil, 21/12/1979.
*/12/79	São Paulo - SP	A atriz Ruth Escobar recebe ameaças em virtude da encenação, em seu teatro, da peça Fábrica de Chocolate, de Mário Prata, que trata sobre torturadores. Em 1968, os artistas da peça Roda viva, haviam sido atacados no teatro Ruth Escobar, numa ação atribuída ao CCC.	Jornal do Brasil, 11/04/1980, 31/08/1980.
//1979	Belo Horizonte - MG	Carro do sindicalista João Paulo Pires de Vasconcelos é destruído por uma bomba. Dias antes, o veículo do sindicalista quase foi jogado para fora de uma estrada por três homens numa perua veraneio.	Veja, 03/09/1980.

//1979	Piracicaba - SP	Invasão do Diretório Acadêmico da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba). Agentes do DOPS foram apontados como responsáveis.	Folha de São Paulo, 20/05/1979.
10/01/1980	Curitiba - PR	Ameaça de bomba ao Edifício Tijucas, no centro da cidade. Gera-se bastante pânico. Foi achado um pacote imitando uma bomba, sem explosivos.	Jornal do Paraná, 11/01/1980.
14/01/1980	Rio de Janeiro - RJ	O núcleo local do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) denunciou uma série de ameaças que vinha recebendo, desde o ano anterior, do CCC. Destacadamente, cartões de natal, com promessas de que 1980 será o ano do “confronto final”.	Tribuna da Imprensa, 15/01/1980.
18/01/1980	Rio de Janeiro - RJ	Uma bomba foi posta no Hotel Everest, em Ipanema, na porta do apartamento em que se encontrava hospedado Leonel Brizola. Chamada, a polícia desativou a bomba três minutos antes da explosão.	SNIDOC1 (aponta como data 21/01); Jornal do Brasil, 19/01/1981; Isto É, 03/09/1980.
26/01/1980	Brasília - DF	Simulacro de bomba enviado em um livro à esposa do Ministro Said Farhat (ministro da comunicação social de Figueiredo).	SNIDOC1.

27/01/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba danifica o palanque montado na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, onde ocorria evento do PMDB. Apenas danos materiais. A Salgueiro abria espaços para manifestações políticas da oposição e de trabalhadores, como assembleia de professores e bancários em greve.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 28/01/1980; Isto É, 03/09/1980.
31/01/1980	Belo Horizonte - MG	Bomba, de pequeno potencial, foi jogada no interior da Igreja de São José, no cento da cidade, quando de uma manifestação, nas escadarias, do Movimento Feminino Pela Anistia-MG. Em maio do mesmo ano, a Igreja, cujo entorno era tradicional espaço de manifestações pró-democracia, seria depredada, tendo as paredes pichadas.	SNI.DOC1; CPI/ALMG-1980/COVEMG; Jornal do Brasil, 02/02/1980.
15/02/1980	Rio de Janeiro - RJ	Prédio do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) é evacuado após ligação telefônica com ameaça de bomba. Fora a segunda vez que acontecera na semana. Nada foi encontrado.	Tribuna da Imprensa, 16-17/02/1980.
13/03/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba-relógio deixada no escritório do advogado Sobral Pinto. Desativada pela polícia.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 12/03/1980.

19/03/1980	Recife-PE	O seminarista Manoel Francisco Neto foi espancado por três indivíduos que se diziam membros do CCC. Os agressores disseram que o seminarista era da “Igreja vermelha de Dom Hélder”.	Diário de Pernambuco, 22/03/1980.
22/03/1980	Brasília - DF	Bomba-relógio colocada em auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), quando de palestra de Gregório Bezerra, famoso líder camponês. O artefato foi retirado, após denúncia anônima, pela Polícia Federal e explodido em um terreno baldio.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 24/03/1980.
27/03/1980	Recife - PE	Uma pequena caixa de margarina esquecida no aeroporto de Guararapes é confundida com uma bomba. O aeroporto foi interditado, sendo chamada a polícia. Haveria a chegada do ministro da educação, Eduardo Portela, ao aeroporto, em visita a Pernambuco.	Jornal do Brasil, 28/03/1980; Folha de São Paulo, 28/03/1980.
29/03/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explode na sede da Convergência Socialista, no bairro de São Cristóvão. Poucos danos materiais. Atentado foi assumido pelo CCC e pela Falange Pátria Nova.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 31/03/1980, 29/05/1980; Tribuna da Imprensa, 31/03/1980, 05/09/1980.

30/03/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de duas bombas-relógio, no intervalo de uma hora, nas instalações do jornal Hora do Povo. Danos materiais. Dois meses antes, o jornal já havia sido invadido, ocorrendo o furto de documentos e dinheiro.	SNI; Jornal do Brasil, 31/03/1980; Tribuna da Imprensa, 31/03/1980.
30/03/1980	Rio de Janeiro - RJ	Telefonema anônimo à sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com ameaça de bomba. O prédio foi evacuado. A polícia não encontrou bomba alguma.	Jornal do Brasil, 31/03/1980.
1º/04/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba lançada contra a casa do deputado federal Marcello Cerqueira (PMDB-RJ), no bairro de Santa Tereza. Danos materiais.	Tribuna da Imprensa, 02/04/1980.
1º/04/1980	Porto Alegre - RS	Gás lacrimogênio lançado no plenário da Assembleia Legislativa, quando de sessão em homenagem às vítimas da ditadura. São acusados como autores dois alunos da Escola de Polícia Gaúcha: Luiz Fernando de Oliveira e Paulo Roberto dos Santos. O ataque provoca mal-estar entre a ALRS e a polícia gaúcha.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 02/04/1980, 13/06/1980, 22/08/1980; Tribuna da Imprensa, 14/04/1980, 27/08/1980; O Povo, 09/02/1981.
1º/04/1980	Porto Alegre - RS	Gás lacrimogênio lançado durante o show da cantora argentina Mercedes Sosa, no ginásio do Internacional.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 02/04/1980.

02/04/1980	São Paulo - SP	Tiro contra a vitrina da Livraria Capitu, na intenção de atingir um pôster de Che Guevara. O estabelecimento recebeu várias ligações telefônicas com ameaças de incêndio. O CCC assumiu o atentado.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 06/04/1980.
05/04/1980	São Paulo - SP	Diversos tiros contra as vitrines das livrarias Capitu, Kairos e Livramento. O CCC assumiu a autoria dos atentados.	SNI; Folha de São Paulo, 06/04/1980; Jornal do Brasil, 11/04/1980.
09/04/1980	São Bernardo do Campo-SP	O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Inácio Lula da Silva, recebe telefonema com ameaça de morte do CCC. Os operários estavam em greve. A imprensa denunciou que extremistas de direita agiram na repressão aos trabalhadores nas greves do ABC paulista.	Diário de Pernambuco, 11/04/1980; Isto É, 10/09/1980.
11/04/1980	São Paulo - SP	Sentinela ferido por tiro, no quartel da 2ª Cia. do 17ºBPM. Ação possivelmente de criminosos comuns.	SNI.DOC1.

13/04/1980	Resende - RJ	Bomba colocada em frente ao prédio da prefeitura, danificando portas, móveis e janelas. O prefeito, Noel de Carvalho (PMDB), havia apoiado uma manifestação antinuclear. A NUCLEBRAS desejava instalar no município um complexo de beneficiamento de urânio.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 14/04/1980, 15/04/1980.
24/04/1980	São Bernardo do Campo - SP	Bomba em carro de funcionário da Volkswagen, ameaçado antes por não ter aderido à greve.	SNI.DOC1.
26/04/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba em loja da Caderneta de Poupança Letra, em Madureira. Destruiu letreiro e porta de vidro. Um telefonema anônimo avisara que haveria ataques aos locais que vendessem ingressos para o show de 1º de maio de 1980, a acontecer no Riocentro.	Jornal do Brasil, 27/04/1980, 20/09/1980.
29/04/1980	Belo Horizonte - MG	Agentes da Polícia Federal invadem a sede do Centro de Estudos do Trabalho (CET), confiscando publicações e arquivos sobre os movimentos sociais brasileiros.	Jornal do Brasil, 05/09/1980, 07/04/1981.
30/04/1980	Belo Horizonte - MG	Gás lacrimogênio no show da cantora argentina Mercedes Sosa, no ginásio Mineirinho.	SNI.DOC1.

05/06/1980	Porto Velho - RO	Imprensa informa que carro de Samuel Sales Saraiva, um dos organizadores do brizolista PDT em Rondônia, é queimado, sendo o atentado assumido pelo CCC. O político trabalhista vinha recebendo ameaças, por meio de cartas. Em setembro, o brizolista denunciou que sua esposa, a advogada Maria Cristina Saraiva, teria sido sequestrada, o que, porém, não foi comprovado. Jornal Alto Madeira, de 2 de fevereiro de 1982, diz que este caso se tratou de uma questão passionai (separação do casal).	Jornal do Brasil, 29/05/1980, 05/06/1980, 28/08/1980; Diário de Pernambuco, 1º/09/1980; Alto Madeira, 02/02/1982.
06/06/1980	Maceió - AL	Explosão de bomba no cinema São Luís, durante sessão do filme Emmanuelle. Três recrutas do Exército foram apontados como responsáveis.	Jornal do Brasil, 09/06/1980; Diário de Pernambuco, 10/06/1980.
07/06/1980	Belém - PA	Incêndio do carro de Raimundo Jinkings, ex-dirigente bancário da CGT, cassado pelo AI-5, anistiado e membro da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Atentado assumido pelo CCC, que ameaçou incendiar a livraria de propriedade da vítima.	SNL.DOC1; Jornal do Brasil, 08/06/1980; 19/09/1980.

07/06/1980	Belém - PA	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos divulga nota condenando as ameaças de mortes feitas pelo CCC, por meio de carta, aos membros da Comissão Pastoral da Terra.	Jornal do Brasil, 08/06/1980.
08/06/1980	Campo Grande - MS	Incêndio da sede do PT. Danos materiais – armários, máquinas de escrever, mimeógrafos, móveis, etc. destruídos.	Jornal do Brasil, 10/06/1980.
26/06/1980	Belo Horizonte - MG	Várias bancas de revistas sofrem ameaças simultaneamente. Panfletos são deixados ameaçando com represálias os proprietários que vendessem jornais da imprensa alternativa. Os avisos se repetiriam dois dias depois.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG; Jornal do Brasil, 02/08/1980.
26/06/1980	Belo Horizonte - MG	Dirigentes sindicais tiveram os pneus de seus carros furados enquanto faziam uma reunião na Faculdade de Direito da UFMG.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG.
27/06/1980	Belo Horizonte - MG	Pichações e explosão de bomba caseira na Casa do Jornalista, sede do sindicato dos jornalistas profissionais de MG. Apenas danos materiais. Entre as inscrições frases como “casa dos comunistas”, “hora é chegada, fora, fora comunistas”, “este é um aviso à imprensa comunista” e “viva o papa anticomunista”.	SNI.DOC1; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG; Jornal do Brasil, 28/06/1980; Folha de São Paulo, 28/06/1980.

28/06/1980	São Paulo - SP	Quinze tiros na fachada do prédio da ABR (Agência Brasileira de Reportagens), em Perdizes.	SNI.DOC1; Isto É, 03/09/1980.
28/06/1980	Belo Horizonte - MG	Nova onda de ameaças às bancas de jornais da cidade. Folhetos afixados falam em “último aviso”, caso os jornalheiros continuassem a vender jornais da imprensa alternativa.	CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG; Correio Braziliense, 11/07/1980.
28/06/1980	Curitiba - PR	Atentados a tiros contra o gabinete do deputado estadual Gernote Kirinus (PMDB). O pastor era ligado à questão da reforma agrária.	Jornal do Brasil, 28/08/1980.
02/07/1980	São Paulo - SP	Sequestro do jurista Dalmo Abreu Dallari, às vésperas da visita do Papa João Paulo II a São Paulo. Levado para terreno baldio, Dallari foi ferido à faca em seus braços. Semanas depois, após várias críticas da oposição e OAB ao governo pela ineficácia das investigações, o sequestro seria reivindicado pela Falange Pátria Nova em cartas enviadas a jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Denúncias anônimas acusaram integrantes do Serviço Reservado (RS) da PM como responsáveis pelo sequestro do jurista.	SNI.DOC1; Correio Braziliense, 04/07/1980; Veja, 06/08/1980; Jornal do Brasil, 22/06/1980; Isto É, 08/10/1980.

10/07/1980	São Paulo - SP	Pela madrugada, quatorze tiros, de uma pistola automática, privativa das Forças Armadas, foram deferidos contra o prédio que abriga o escritório do deputado Airton Soares, a sede do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) e a então sede provisória do PT (Partido dos Trabalhadores). No escritório atuavam, desde os anos 1970, na defesa de presos políticos, os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh (presidente do CBA-SP), Maria Stella Pires Moreira e Stella Bruna Santos. Em 1979, Soares havia denunciado a atividade de grupos extremistas, como o CCC. Tais grupos teriam atuado na repressão às greves dos metalúrgicos de São Paulo.	Jornal do Brasil, 11/07/1980; Tribuna da Imprensa, 11/07/1980.
10/07/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão, pela madrugada, do carro Opala do deputado federal Marcelo Cerqueira (PMDB). Laudo da perícia afirmaria, depois, que fora um curto-circuito. O deputado, porém, viu como atentado. O carro, que não tinha seguro, foi totalmente destruído. Cerqueira sofreria outro atentado, a 01/04/1981.	SNI; Jornal do Brasil, 12/07/1980, 02/04/1981; Tribuna da Imprensa, 11/07/1980; Correio Braziliense, 11/07/1980.

11/07/1980	São Paulo - SP	Tiro deferido, de madrugada, contra o escritório de advocacia do deputado estadual Flávio Bierrenbach (PMDB). O parlamentar era o representante da Assembleia Legislativa na comissão de advogados que acompanhava as investigações sobre as agressões sofridas pelo jurista Dalmo Dallari.	SNIDOC1 (informa como data do atentado 12/07/1980); Folha de São Paulo, 15/07/1980.
11/07/1980	Curitiba - PR	Comitê Brasileiro Pela Anistia, de Curitiba, denuncia os panfletos recebidos por jornaleiros com ameaças caso estes continuassem a vender periódicos da imprensa alternativa.	Jornal do Brasil, 12/07/1980; Tribuna do Ceará, 14/07/1980.
12/07/1980	Belo Horizonte - MG	Mais ameaças aos jornaleiros, por venderem “jornais comunistas”. Algumas bancas recebem panfletos anônimos, com a comunicação de que “o pavio está aceso” e de que alguns dos estabelecimentos poderiam sofrer explosões.	Correio Braziliense, 11/07/1980.
14/07/1980	Belém - PA	Alarme falso de bomba no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As pessoas do prédio e das áreas vizinhas são evacuadas às pressas. Ligação telefônica avisara que a bomba iria “explodir para acabar com os comunistas”. Atribuiu-se a ameaça ao CCC, que vinha agindo em Belém nos últimos meses.	Folha de São Paulo, 15/07/1980.

14/07/1980	Brasília - DF	Imprensa denuncia que, tal como em Curitiba e Belo Horizonte, os jornalheiros de Brasília receberam panfletos com ameaças de morte e de terem suas bancas explodidas, caso continuassem a vender periódicos da imprensa alternativa.	Tribuna do Ceará, 14/07/1980.
16/07/1980	Belo Horizonte - MG	Incêndio provocado por galões de álcool, com a destruição total de banca de José Alves de Oliveira, na Rua Curitiba, centro da cidade. Várias bancas da área vinham recebendo ameaças.	SNI.DOC1; CPI/ ALMG- 1980/ COVEMG. Folha de São Paulo, 18/07/1980; Jornal do Brasil, 02/08/1980, 05/08/1980; Tribuna da Imprensa, 17/07/1980.
18/07/1980	Belo Horizonte - MG	Bomba de efeito moral explode ao lado do Instituto de Educação, em cujo auditório ocorria ato político com Leonel Brizola. O carro que conduzia Brizola também teve os pneus esvaziados.	Jornal do Brasil, 19/07/1980.
18/07/1980	Salvador - BA	Donos de bancas de jornais recebem, pelos correios, cartas com ameaça de bomba caso continuassem a vender periódicos da imprensa alternativa.	O Povo, 19/07/1980.

21/07/1980	Londrina - PR	Incêndios destroem uma banca e danifica outra parcialmente. O proprietário, Wesceslau Justiniano Vieira, vinha recebendo ameaças por vender jornais de esquerda.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 23/07/1980, 06/08/1980.
21/07/1980	São Paulo - SP	Incêndio e destruição de banca, de propriedade de Pedro Favali Filho, na Rua Joaquim Floriano, no bairro de Itaim. O estabelecimento havia recebido uma carta com ameaças a 25 de junho, por vender jornais da imprensa alternativa. Um repórter da revista Isto É, Clayton Netz, por acaso, havia visto, dias antes, indivíduos afixando um panfleto com ameaças na banca. Os extremistas ocupavam um carro da marca Passat, que pertenceria a André Luiz de Moraes Rizzo, estudante de direito da PUC e de posições anticomunistas. André teria proximidade com agentes do DEOPS paulista. A denúncia da revista ficou sem maiores apurações pela polícia.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 22/07/1980; O Povo, 22/07/1980; Isto É, 26/11/1980.
22/07/1980	Rio de Janeiro - RJ	O Sindicato dos Jornalheiros denuncia que cerca de 200 bancas, a maior parte do centro da capital fluminense, já receberam panfletos anônimos com ameaças de bombas.	Jornal do Brasil, 23/07/1980; O Povo, 23/07/1980.

22/07/1980	Goiânia - GO	Donos de bancas de jornais decidem suspender a venda de jornais da imprensa alternativa após alguns jornaleiros receberem panfletos com ameaças. Apenas uma banca, Aquarius, de Olívio de Lima, se recusou a suspender as vendas. O presidente da associação de jornaleiros, João Bosco Pinto de Oliveira, foi acusado de colaborar com a repressão para sustar a circulação da imprensa alternativa.	Jornal do Brasil, 23/07/1980, 06/08/1980.
25/07/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão e princípio de incêndio, com danos parciais, na banca na Praça do Patriarca, em Madureira. O proprietário, o italiano Filomeno Amato, vinha recebendo ameaças. Várias outras bancas receberam panfletos com ameaças e tiveram os cadeados vedados com cola nos dias anteriores.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 26/07/1980; Tribuna da Imprensa, 26- 27/07/1980, 04/08/1980.
26/07/1980	Rio de Janeiro - RJ	No bairro de Brás do Pina, o jornaleiro Settimo Acri foi intimidado por um homem armado com um revólver, que ameaçou de incendiar sua banca caso continuasse a vender “jornais comunistas”. O caso foi denunciado ao DOPS que nada apurou.	Isto É, 17/09/1980.
26/07/1980	Santos - SP	Tiros contra o prédio do Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação.	SNI.DOC1.

27/07/1980	Belo Horizonte - MG	Invasão e início de incêndio da casa de João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais. Alguns documentos foram furtados. Pires vinha recebendo ameaças através de ligações telefônicas anônimas.	Jornal do Brasil, 28/07/1980, 1º/08/1980; Tribuna da Imprensa, 07/08/1980; Veja, 06/08/1980; CPI/ALMG-1980/COVEMG.
30/07/1980	Porto Alegre - RS	Ameaça de bomba contra a livraria Combate Socialista. O proprietário, José Carlos de Oliveira, era ex-presidente do Setor Jovem do MDB. Várias bancas e pessoas, como estudantes e articuladores do PDT, receberam telefonemas e cartas com ameaças do CCC e Falange Pátria Nova, em cidade como Porto Alegre, São Leopoldo, Erechim, Novo, Cruz Alta e Hamburgo, nos meses de julho e agosto. Em Passo Fundo, receberam cartas intimidatórias o vereador Argeu Santarém (PDT) e o jornalista Valdino Tasca, sendo ameaçado de explosão o jornal "O Nacional". Intimidados, os donos de bancas de jornais de Passo Fundo decidiram suspender a venda de jornais da imprensa alternativa.	Jornal do Brasil, 31/07/1980, 02/08/1980, 13/08/1980, 22/08/1980; Veja, 06/08/1980; O Povo, 17/08/1980; Tribuna do Ceará, 04/08/1980.

31/07/1980	Recife - PE	Manoel da Conceição, ex-presos político, líder sindical e membro da executiva nacional do PT, denuncia que sua casa, pela terceira vez no ano, foi invadida. Dessa vez, deixaram ameaças de morte.	Jornal do Brasil, 1º/08/1980, 28/08/1980; Veja, 06/08/1980.
* /07/1980	São Paulo - SP	Sirene de Lima leite, proprietária de uma banca de jornais, no bairro de Pinheiros, foi ameaçada por estar vendendo jornais da imprensa alternativa. A jornaleira anotou a chapa do carro do homem que a ameaçou e chegou a fazer um retrato falado do mesmo na polícia. A chapa do carro era falsa e nada mais foi apurado.	Jornal do Brasil, 31/07/1980; Isto É, 13/08/1980.
1º/08/1980	Brasília - DF	Bancas de jornais têm seus cadeados vedados com cola de cimento. São deixados cartazes com ameaças aos jornaleiros.	Tribuna da Imprensa, 2-3/08/1980; Correio do Ceará, 02/08/1980.
1º/08/1980	Recife - PE	Quase todas as bancas deixam de vender jornais da imprensa alternativa, em virtude das ameaças da Falange Pátria Nova-Setor Nordeste.	Jornal do Brasil, 02/08/1980.

1º/08/1980	Santo André - SP	Início de incêndio na sede da Convergência Socialista. Ao debelar o incêndio, os bombeiros fizeram delação à polícia, que confiscou material da Convergência e deteve dois estudantes. O atentado ocorreu no contexto das greves operárias do ABC paulista.	Tribuna da Imprensa, 04/08/1980; Jornal do Brasil, 02/08/1980.
02/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Incêndio parcial de banca, de propriedade de Francisco Sciammarela, nas Laranjeiras (Rua Gago Coutinho). No mesmo dia, há a explosão de uma bomba em banca da Rua Araújo Porto Alegre, no bairro de Castelo.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 03/08/1980, 20/09/1980.
02/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Incêndio parcial de banca no centro, de propriedade de Pasquali Bossilo, na Rua Graça Aranha.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 03/04/1980; Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.
02/08/1980	Santos - SP	Panfleto do “CCC de Santos” ameaçando livrarias por venderem jornais, revistas e livros “comunistas” e “indecentes”. Na relação, são também incluídas publicações eróticas da Editora Abril (Playboy) e Bloch Editores (Ele & Ela). A maior parte das bancas e livrarias da Baixada Santista opta por não mais comercializar as publicações.	Tribuna da Imprensa, 04/08/1980, 06/08/1980; Diário de Pernambuco, 06/08/1980; O Povo, 04/08/1980.

03/08/1980	Diadema - SP	Bomba explode na parte interna no quartel da 3ª Companhia, do 6º Batalhão da PM. Poucos danos materiais. Polícia levanta possibilidade de ser uma retaliação das esquerdas pelos ataques da direita.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 05/08/1980.
03/08/1980	Niterói - RJ	Explosão de bomba em banca de jornal, no bairro de Ingá, na esquina das Ruas Visconde de Moraes com Tiradentes. O fogo foi logo apagado por transeuntes. Diversas outras bancas da cidade receberam panfletos com ameaças e tiveram seus cadeados fechados com cola sintética.	Tribuna da Imprensa, 04/08/1980; Jornal do Brasil, 04/08/1980, 16/09/1980; Isto É, 03/09/1980.
04/08/1980	São Paulo - SP	Incêndio em uma sala de aula da escola José Altenfelder Silva, na Rua Carlos Alberto Vanzolino, nº 397, na Vila Jaguara. No quadro negro foi desenhada uma suástica.	DOC.PF ⁶⁶¹
05/08/1980	Santos - SP	A cooperativa de Jornalistas (Jornacoop) de Santos recebe ameaças para que deixe de publicar o jornal alternativo Preto no Branco, surgido em 1979 e conhecido por suas críticas.	Jornal do Brasil, 06/08/1980; Tribuna da Imprensa, 06/08/1980.

⁶⁶¹ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980, Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notações: br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0001; br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0002. Acesso a 26/01/2023.

07/08/1980	Fortaleza - CE	O jornal O Povo recebeu carta com ameaças do Movimento de Renovação Nazista (MRN). Nos meses seguintes, verificaram-se pichações de suásticas e de frases exaltando Hitler pelos muros da cidade.	O Povo, 08/08/1980.
07/08/1980	Propriá - SE	O deputado Jackson Bezerra (PMDB) denuncia as ameaças de mortes recebidas pelo bispo de Propriá, Dom José Brandão e outros padres, em virtude do engajamento dos religiosos na defesa de pequenos lavradores nas disputas de terra do Baixo São Francisco.	Tribuna da Imprensa, 07/08/1980; Jornal do Brasil, 15/08/1980.
07/08/1980	Belo Horizonte - MG	É determinada proteção policial para Helena Grego, Geraldo Magela e Juarez Guimarães. Os três vinham recebendo ameaças de morte da Falange Pátria Nova.	Tribuna da Imprensa, 08/08/1980; Jornal do Brasil, 06/08/1980.
07/08/1980	Santo Ângelo - RS	Romeu Nothen, proprietário da banca de jornais “Nothen Ltda”, recebe, do CCC, ameaças por telefonema e carta, por estar vendendo jornais da imprensa alternativa.	SNI. DOC5 ⁶⁶²

⁶⁶² SNI.DOC5: Informe nº 22-115/80_SI/SR/DPF/RS, Departamento da Polícia Federal/Superintendência do Rio Grande do Sul, “Cartas contendo ameaças, atentados a bomba, incêndios, atividades de organizações terroristas”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008285_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

07/08/1980	Fortaleza - CE	O Sindicato dos Jornalistas do Ceará recebe ameaças de ser depredado ou explodido caso cedesse suas dependências para reunião do Comitê de Defesa da Imprensa Alternativa e para a venda dos periódicos.	Tribuna do Ceará, 08/08/1980; Correio do Ceará, 09/08/1980.
08/08/1980	Fortaleza - CE	À noite, o MAC joga molotovs contra bancas de jornais, na Praça da Parquelândia/Igreja Redonda (Av. Jovita Feitosa com Lino da Encarnação) e na Praça da Igreja da Parangaba. Os incêndios logo foram contidos por populares. O medo impera entre os jornalheiros da cidade, que recebem várias ameaças. Os jornais alternativos são retirados da exposição ou não mais vendidos.	Tribuna do Ceará, 12/08/1980; O Povo, 17/08/1980.
09/08/1980	São Paulo - SP	Invasão e depredação de creche da União Israelita Brasileira de Bem-estar Social (UNIBES), no bairro de Bom Retiro (Rua Jorge Velho, n. 96).	Folha de São Paulo, 12/08/1980, 13/08/1980; Jornal do Brasil, 12/08/1980, 13/08/1980; Isto É, 20/08/1980.

10/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba caseira, com alto teor de destruição, encontrada no bairro de Santa Tereza, por um motorista da TV Educativa, Fernando Ferreira, que conduzia funcionários da emissora. A bomba foi desativada pela polícia.	Jornal do Brasil, 11/08/1980, 28/08/1980.
10/08/1980	São Paulo - SP	Mala, contendo um simulacro de bomba, com um relógio despertador ligado por fios a revistas eróticas, encontrada no TUCA (Teatro da Universidade Católica). Ligações anônimas, com ameaças da bomba, foram realizadas por alguém se dizendo integrante da Falange Pátria Nova.	Jornal do Brasil, 11/08/1980, 28/08/1980; Folha de São Paulo, 13/08/1980.
10/08/1980	Salvador - BA	Explosão de bomba caseira na cantina do Colégio Social de Salvador. Alguns estudantes sofrem ferimentos leves. Danos materiais.	Jornal do Brasil, 12/08/1980, 13/08/1980.
11/08/1980	São Paulo - SP	Pó químico é lançado no TUCA (Teatro da Universidade Católica) durante ato público de repúdio ao terrorismo. Flagrado como responsável, um homem que se denominou Ricardo Amorim Novaes quase foi linchado pela multidão. Detido, acabou solto, no dia seguinte, pelo DOPS, que alegou falta de provas. Sequer foi aberto um inquérito.	Folha de São Paulo, 13/08/1980; Isto É, 20/08/1980.

11/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Pó químico é lançado por desconhecidos durante o ato contra os ataques terroristas realizado nas escadarias da Câmara de Vereadores. Os jornalheiros foram orientados pelo promotor Rafael Cesário a não se manifestar, classificando o ato como “radical”.	O Povo, 12/08/1980.
12/08/1980	Santa Rosa - RS	Bomba explode a Edu Distribuidora de Jornais e Revistas, de João Carlos Batista dos Santos, provocando enormes danos. O proprietário estava recebendo ameaças anteriores da Falange Pátria Nova e do CCC, que assumiu a autoria posteriormente. Santos, ex-vereador da extinta Arena, era representante do Correio do Povo e Zero Hora. Durante a ação, o CCC cortou a energia elétrica da cidade. Terroristas também ameaçaram o vereador Erani Muller (PMDB) e sua família. Jornalheiros foram igualmente ameaçados em Passo Fundo e Santo Ângelo.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 13/08/1980; Jornal do Brasil, 13/08/1980, 22/08/1980; Tribuna da Imprensa, 13/08/1980; O Povo, 17/08/1980.

12/08/1980	Brasília - DF	Explosão, pela madrugada, da banca Disneylândia, situada na W-3, pertencente a Eunio Ney Teixeira. A Falange Pátria Nova deixou panfleto no local.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 13/08/1980; Jornal do Brasil, 13/08/1980; Tribuna da Imprensa, 13/08/1980; Correio Braziliense, 13/08/1980.
12/08/1980	Curitiba - PR	Ameaça de bomba a banco no centro de Curitiba. Nada encontrado.	Jornal do Brasil, 14/11/1980.
12/08/1980	São Paulo - SP	Telefonema com ameaça de bomba contra a escola Joaquim Adolto Araújo, em protesto por estudarem no estabelecimento discentes judeus.	DOC.PF ⁶⁶³
13/08/1980	Curitiba - PR	Ameaça de bomba contra o prédio da distribuidora de revistas e jornais J. Chignome LTDA. Nada foi achado. Várias outras bancas e livrarias recebem ameaças, por cartas e dezenas de ligações telefônicas anônimas.	Jornal do Brasil, 14/08/1980; 15/08/1980; Jornal do Paraná, 14/08/1980.

⁶⁶³ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

13/08/1980	Curitiba - PR	Ocorreu, à noite, uma série de explosões nas galerias pluviais e bueiros da Avenida Sete de Setembro. As bombas caseiras, de baixo potencial, aterrorizaram os moradores do centro da cidade. A polícia também passou a investigar uma explosão ocorrida no terminal de ônibus expresso, no Bairro Boqueirão, que abriu uma cratera.	Jornal do Brasil, 15/08/80; Tribuna da Imprensa, 15/08/80; Diário da Tarde, 15/08/1980.
13/08/1980	Ribeirão Preto - SP	O proprietário de uma banca no centro, Alexandre Pelaro, denúncia que sofreu ameaça e foi intimado, por um militar, a não vender mais jornais da imprensa alternativa.	Jornal do Brasil, 14/08/1980.
14/08/1980	São Paulo - SP	Ameaça de bomba, por ligações telefônicas, contra a escola Santa Maria (Av. Sargento Geraldo Santana, nº 901, Jardim Marajoara).	DOC.PF ⁶⁶⁴
14/08/1980	Curitiba - PR	Ameaça de bomba contra escolas infantis e ao hotel Eduardo VII. Entre as instituições ameaçadas, a Escola Israelita de Curitiba.	Jornal do Brasil, 15/08/1980; Tribuna da Imprensa, 15/08/1980; Jornal da Tarde, 15/08/1980.

⁶⁶⁴ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

14/08/1980	Santo Ângelo - RS	O Prefeito Carlos Schoreder (PDS) recebe carta da Falange Pátria Nova. O grupo ameaçava colocar fogo no mercado da cidade se a banca local continuasse a vender periódicos da imprensa alternativa. Políticos e jornalistas também receberam cartas com ameaças. Apesar da proteção policial ofertada pelo prefeito, o dono da banca, Waldir Machado, suspendeu a venda da imprensa alternativa.	Jornal do Brasil, 15/08/1980, 28/09/1980; O Povo, 17/08/1980.
14/08/1980	Porto Velho - RO	Jornaleiros recebem cartas com ameaças caso continuassem a vender “revistas imorais” e “jornais comunistas”.	Jornal do Brasil, 15/08/1980; Tribuna da Imprensa, 15/08/1980; Isto É, 20/08/1980.
15/08/1980	Fortaleza - CE	O jornal Meio-dia recebe ameaças, o mesmo ocorrendo com várias bancas da cidade.	Jornal do Brasil, 16/08/1980.
15/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Durante uma manifestação contra os ataques a bancas de jornais, na Cinelândia, um pó é atirado, provocando irritação nos olhos dos presentes. Foi acusado, como autor, Armando Zanine Junior. Embora se reconhecendo como líder da autointitulada Falange Patriótica, Zanine refutou o envolvimento em atos terroristas e buscou diferenciar seu grupo da Falange Pátria Nova.	Isto É, 24/09/1980.

16/08/1980	Santo Ângelo - RS	O presidente do PDT em Santo Ângelo, Brilmir Dezengrini, e outros dirigentes do partido recebem cartas com ameaças. Vários políticos, jornalistas, advogados, estudantes e jornalistas estavam recebendo cartas semelhantes enviadas pelo CCC e pela Falange Pátria Nova. Várias dessas cartas foram postadas em Cruz Alta.	O Povo, 17/08/1980.
17/08/1980	Porto Alegre - RS	Invasão da escola infantil judia Patinho Feio, com pichações de suásticas e frases antissemitas.	Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.
21/08/1980	São Paulo - SP	Disparo de arma de fogo contra a sede da Associação de Jornais de Bairros (Rua Quirino de Andrade, nº 193).	DOC.PF ⁶⁶⁵
22/08/1980	Londrina - PR	O prefeito Antônio Belinati (PDS) recebe cartão-postal com ameaças, em virtude de ter proposto a instalação de uma banca de jornais, em quiosque da prefeitura, para vender publicações da imprensa alternativa. A banca seria inaugurada a 3 de setembro.	Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980; Diário do Paraná, 26/08/1980, 04/09/1980.

⁶⁶⁵ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

22/08/1980	Brasília - DF	Explosão de bomba-relógio na banca e distribuidora de revistas e jornais Tadeu, de Rita Malair Credmann e Samuel Credmann, situada na plataforma superior da rodoviária de Brasília. O atentado foi reivindicado pela Falange Pátria Nova. A banca vinha recebendo telefonemas com ameaças. Os proprietários afirmaram que continuariam a vender publicações eróticas e da imprensa alternativa.	SNLDOC1; Jornal do Brasil, 23/08/1980; Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980, 25/08/80, O Povo, 23/08/1980; Diário de Pernambuco, 23/08/1980.
22/08/1980	Recife - PE	Livraria Nova Salete e arrombada e tem incendiados livros, documentos, cheques e móveis.	SNLDOC1; Jornal do Brasil, 23/08/1980.
22/08/1980	João Pessoa - PB	A Falange Pátria Nova manda folhetos com ameaças aos proprietários de bancas. Também são feitas ameaças às bancas de Campina Grande.	Jornal do Brasil, 23/08/1980; Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.
22/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba colocada em banca da Praça XV, perto da Estação das Barcas. Um policial desativa o pavio. Maurício Alves da Costa foi preso como suspeito, sendo depois liberado pela polícia.	Tribuna da Imprensa, 27/08/1980.

25/08/1980	Casa Branca - SP	Ameaça de bomba contra a agência do BANESPA (Banco do Estado de São Paulo).	DOC.PF ⁶⁶⁶
27/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Na madrugada, uma bomba explode na sucursal do jornal Tribuna Operária (Rua Joaquim Silva, 11, sala 307, na Lapa). Era o primeiro dos ataques que ocorreriam na cidade às vésperas do aniversário de um ano da Lei de Anistia.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 28/08/1980; Veja, 03/09/1980.
27/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba no 4º andar da sede da OAB-RJ. Uma vítima fatal, Lyda Monteiro. O ataque ocorre duas semanas após mobilização da OAB pela apuração do sequestro de Dalmo Dallari, em julho.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 28/08/1980; Tribuna da Imprensa, 28/08/1990; Veja 03/09/1980.

⁶⁶⁶ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

27/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba na Câmara de vereadores do Rio de Janeiro/gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho. Deixa grandes danos materiais e seis vítimas, ficando gravemente ferido José Ribamar Sampaio de Freitas. Conjecturou-se, com base em uma carta anterior aos atentados, que os ataques à OAB e à Câmara do Rio seriam de autoria da Vanguarda de Caca aos Comunistas (VCC). Dezenas de telefonemas anônimos sobre bombas são feitos nos dias seguintes, no Rio de Janeiro e outras cidades, gerando mais pânico.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 28/08/1980; 29/08/1980, 30/08/1980; Tribuna da Imprensa, 28/08/1990, 29/08/1980; Veja, 24/09/1980.
27/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Artefato explosivo enviado ao sindicato dos jornalistas do Rio de Janeiro. Desativado.	SNI.DOC1.
28/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Carta-bomba enviada pelos correios à superintendência da SUNAB, comandada pelo general Glauco Tavares. Ao ser aberta por uma secretária, a bomba não funcionou.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 30/08/1980.
28/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	O jornal alternativo Repórter sofre ameaça de bomba. Polícia confisca material do periódico para “protegê-lo”.	Jornal do Brasil, 30/08/1980.

28/08/1980	São Paulo - SP	Bombas, de pequeno impacto, são atiradas contra templos da Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial, um situado no centro da capital paulista (Rua Tamandaré, 553) e o outro em Cambuci (Rua Muniz de Souza). A conhecida Igreja da Unificação fora criada coreano Sun Moon (Reverendo Moon). No mesmo dia, entre tantos outros alvos de telefonemas intimidatórios, são feitas ameaças ao Consulado de Israel e à Associação Religiosa Israelita de Santo André.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 29/08/1980; Tribuna do Ceará, 29/08/1980; DOC.PF ⁶⁶⁷ .
28/08/1980	São Paulo - SP	São atiradas bombas, de pequeno impacto, contra a Mundial Assessoria Jurídica e Contábil, no bairro da Liberdade.	SNI.DOC1;

⁶⁶⁷ DOC.PF: Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

28/08/1980	Brasília - DF	Ameaça de bomba, por telefonemas anônimos, contra o Jornal de Brasília, a OAB-DF, o Tribunal de Justiça, o Tribunal Federal de Recursos e o Departamento Nacional de Produção Mineral (no caso deste, a pessoa do telefone se disse integrante da Falange Pátria Nova). Todos os prédios foram evacuados pela Polícia Federal, nada sendo encontrado. Ante a situação, a CNBB solicitou proteção policial à sua sede.	Correio Braziliense, 29/08/1980; Tribuna do Ceará, 29/08/1980.
28/08/1980	Barbacena - MG	Bomba de baixo teor jogado em um terreno baldio próximo do aeroporto Militar, tendo como responsável o vereador Eduardo Paulo Vilanova, de Antônio Carlos, cidade situada a 10 km de Barbacena.	SNLDOC1; Tribuna da Imprensa, 30-31/08/1980, 02/09/1980, 03/09/1980; Jornal do Brasil, 04/09/1980 e 19/09/1980; Isto É, 10/09/1980.
28/08/1980	Barbacena - MG	Bomba de baixo teor jogado no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, tendo como responsável o vereador Eduardo Paulo Vilanova.	SNLDOC1; Tribuna da Imprensa, 30-31/08/1980, 02/09/1980, 03/09/1980; Jornal do Brasil, 04/09/1980 e 19/09/1980; Isto É, 10/09/1980.

28/08/1980	Barbacena - MG/ Antônio Carlos - MG	Bomba de baixo teor jogado na Junta de Alistamento Militar, no prédio da prefeitura de Antônio Carlos, tendo como responsável o vereador Eduardo Paulo Vilanova. O parlamentar e dois auxiliares são presos. Sob tortura, teriam admitido que fariam parte da Organização Socialista Internacional (OSI). Depois, constatou-se que os ataques teriam a ver com disputas políticas locais.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 30- 31/08/1980, 02/09/1980, 03/09/1980; Jornal do Brasil, 04/09/1980, 19/09/1980; Isto É, 10/09/1980.
29/08/1980	Rio de Janeiro - RJ	Telefonema anônimo, de pessoa que se dizia membro da Falange Pátria Nova, sobre alerta de bomba no prédio da NUCLEBRÁS (Empresas Nucleares Brasileiras). O prédio é evacuado e nada é encontrado.	SNI. DOC4 ⁶⁶⁸ .
29/08/1980	Salvador - BA	Ameaça falsa de bomba no prédio do Banco Central (Avenida Garibaldi). O prédio, de cinco andares, foi evacuado e a Polícia Federal não encontrou nada.	Tribuna do Ceará, 30/08/1980.

⁶⁶⁸ SNI.DOC4: Relatório de Informação nº 34/1901/80, Divisão de Segurança e Informação/Ministério das Minas e Energia, “Ameaça de existência de bomba na NUCLEBRÁS”, de 4 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/PR. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso 29/10/2020.

29/08/1980	Brasília - DF	Por volta das 6h da manhã, o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio (PDS-CE) recebeu ligação telefônica com a ameaça de uma bomba na residência oficial da Câmara. A residência foi imediatamente evacuada, sendo chamada a Polícia Federal, que não encontrou nada.	Tribuna do Ceará, 30/08/1980.
29/08/1980	Curitiba - PR	Um homem, em “atitude suspeita”, é surpreendido, nas imediações do centro de treinamentos da Companhia Energética do Paraná (COPEL), por um vigia. Antes de fugir, o homem alardeou que pretendia explodir uma bomba no local. A polícia divulgou, dias depois um retrato falado do suspeito, sinal que levou a sério a ameaça.	Diário do Paraná, 04/09/1980; Tribuna do Ceará, 04/09/1980.
29/08/1980	Brasília - DF	Foi detido por vigilantes, o coronel da reserva Waldemar Gomes Freitas, quando rondava a Livraria Sodiler (Conjunto Nacional), usando peruca e barba postiça. A livraria recebera ameaças por vender jornais da imprensa alternativa. Waldemar foi pouco tempo depois liberado pela polícia.	Jornal do Brasil, 30/09/1980; Isto É, 1º/10/1980.

1º/09/1980	Fortaleza - CE	Ligação anônima com ameaças ao jornal Tribuna do Ceará, pelas matérias publicadas acerca dos atentados. Antes, já haviam sido ameaçados O Povo, Correio do Ceará, Meio-Dia e Mutirão, além do Sindicato dos Jornalistas.	O Povo, 09/08/1980; Tribuna da Imprensa, 02/09/1980.
02/09/1980	Curitiba - PR	Ligações anônimas com ameaças de bombas ao Palácio Iguaçu e Assembleia Legislativa.	Jornal do Paraná, 03/09/1980.
02/09/1980	Curitiba - PR	Sucursal do jornal Folha de Londrina recebe carta da Vanguarda de Caça aos Comunistas, com ameaças de mortes aos jornalistas Valmir Grein, Marcelo Hollanda e Pedro Vergara Correa.	Jornal do Paraná, 03/09/1980.
02/09/1980	Porto Alegre - RS	Mais uma vez, em quatro dias, ligação anônima (homem com sotaque estrangeiro) alertava sobre a iminente explosão de uma bomba na pista do aeroporto Salgado Filho. A Polícia da Aeronáutica faz averiguação e nada encontra.	Tribuna do Ceará, 03/09/1980.
02/09/1980	João Pessoa - PB	Ligação telefônica com ameaça de bomba na sede da associação dos docentes da Universidade Federal da Paraíba. Peritos foram chamados e nada foi encontrado.	União, 03/09/1980.

03/09/1980	Uruguaiana - RS	Bombas de pequeno potencial explodem em banheiros dos colégios União e Elisa Vals. Apenas danos materiais.	SNI. DOC5 ⁶⁶⁹ .
03/09/1980	Rio de Janeiro - RJ	A polícia faz vistoria na Igreja da Candelaria, antes da missa por dona Lyda Monteiro. A OAB e a redação de vários jornais receberam ligações telefônicas anônimas sobre ameaças de bomba no templo.	Jornal do Brasil, 04/09/1980.
03/09/1980	Recife - PE	Ligação telefônica anônima com ameaça de bomba ao edifício sede do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE). O prédio é evacuado pela Polícia Federal e vasculhado, sem ser encontrado artefato algum.	Tribuna do Ceará, 04/09/1980.
03/09/1980	Salvador - BA	Ameaça falsa, por telefone, de bomba ao conjunto de prédios modulados onde funcionavam o Banco de Desenvolvimento da Bahia (Desenbanco), a estatal Promoções e Participações da Bahia SA (Propar) e o escritório administrativo da Construtora Noberto Odebrecht. Após averiguação, a Polícia Federal nada encontrou.	Tribuna do Ceará, 04/09/1980.

⁶⁶⁹ SNI.DOC5: Informe nº 22-115/80_SI/SR/DPF/RS, Departamento da Polícia Federal/Superintendência do Rio Grande do Sul, “Cartas contendo ameaças, atentados a bomba, incêndios, atividades de organizações terroristas”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional.

03/09/1980	Fortaleza - CE	A agência metropolitana José de Alencar, do Banco do Brasil, recebeu, às 15h30, ligação telefônica com ameaça de bomba. O prédio foi evacuado para inspeção da Polícia Federal, que nada encontrou. No dia seguinte, telefonema falso com ameaça de explosão é feito à Delegacia local da SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento).	Tribuna do Ceará, 04/09/1980, 06/09/1980.
04/09/1980	São Luis do Quintude - AL	A imprensa noticia ameaça de explosão de bomba na escola estadual Messias de Gusmão. Os muros e as paredes do estabelecimento foram pichados com ameaças, levando pânico à população da cidade.	Tribuna do Ceará, 04/09/1980.
05/09/1980	São Paulo - SP	Ligação telefônica anônima para o escritório dos advogados Airtton Soares (deputado federal-PT) e Luiz Eduardo Greenhalgh. O responsável pela ligação se dizia membro da Falange Pátria Nova. No mesmo dia, o carro de Greenhalgh sofreu sabotagem (os parafusos da roda traseira foram afrouxados).	Folha de São Paulo, 09/09/1980.

05/09/1980	Salvador - BA	Ameaça de bomba na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal da Bahia. As aulas são suspensas. Os alunos reclamaram da inspeção precária feita pela polícia.	O Povo, 06/09/1980.
08/09/1980	Viamão - RS	Explosão de bomba na garagem do banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), ferindo um encarregado pela limpeza, Luís Rosas.	SNIDOC1; Jornal do Brasil, 10/09/1980; Folha de São Paulo, 09/09/1980; Tribuna da Imprensa, 10/09/1980.
08/09/1980	Belo Horizonte - MG	Incêndio de carro da marca Fiat defronte a sede da OAB-MG. O carro servia à Caixa de Assistência de Advogados da instituição.	Jornal do Brasil, 10/09/1980; Tribuna da Imprensa, 10/09/1980.
09/09/1980	João Pessoa - PB	“Já estamos na Paraíba e vocês sofrerão atentados”, diz a carta enviada à Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba. Os docentes se encontravam em greve.	Tribuna do Ceará, 10/09/1980.
10/09/1980	Fortaleza - CE	Um molotov é atirado contra a porta da Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, no bairro do Montese. No templo são feitas pichações “MAC -Movimento Anticomunista” e “abaixo os padres comunistas”.	O Povo, 04/12/1980.

12/09/1980	São Paulo - SP	Explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo no “Bar Terra”, no bairro de Pinheiros, frequentado por universitários, jornalistas e intelectuais de esquerda. A bomba de efeito moral provou pânico entre as 200 pessoas que estavam no local. Saíram feridos Antônio Sérgio Rocha, com queimadura leves nas pernas, e Silvia Regina Tessaretto, atingida com estilhaços da bomba na coxa, o que lhe provocou forte hemorragia.	SNI.DOC1; O Povo, 12/09/1980; Isto É, 17/09/1980.
12/09/1980	São Paulo-SP	Bomba junina explodiu no pátio do 4º Batalhão de Trânsito da PM.	SNI.DOC1.
13/09/1980	São Gonçalo - RJ	Explosão de bomba destrói muro da CEASA (Centro de Abastecimento), no bairro de Colubandê. A explosão ocorreu às 5h da manhã, horário de grande presença dos revendedores de frutas e legumes.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 15/09/1980; Jornal do Brasil, 16/09/1980; Tribuna do Ceará, 16/09/1980.
13/09/1980	Belo Horizonte - MG	Invasão da sede da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). Arquivos foram remexidos. A entidade vinha recebendo ligações telefônicas anônimas com ameaças.	Jornal do Brasil, 14/09/1980.

14/09/1980	Niterói - RJ	Bomba explode na porta dos fundos da Delegacia Regional da Receita Federal Rua 15 de Novembro), estilhaçando uma porta de vidro e provocando rachadura no piso. O órgão vinha recebendo ameaças telefônicas.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 15/09/1980; Jornal do Brasil, 16/09/1980; Folha de São Paulo, 15/09/1980.
14/09/1980	Itapetininga - SP	Explosão de bomba em edifício de apartamentos na região bancária da cidade.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 15/09/1980.
14/09/1980	Piracicaba - SP	Reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Elias Boaventura, informa que a entidade recebeu ameaças de bombas do CCC, por ter decidido sediar o congresso da UNE, em outubro de 1980. Ameaças foram feitas também, por telefone, pela Falange Pátria Nova à Unimep, à sede da UNE e à prefeitura de Piracicaba.	Jornal do Brasil, 14/09/1980; Isto É, 15/10/1980.
15/09/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bilhetes anônimos, deixados na sede do PDT, com ameaças a Raimundo Cardoso Barata, Carmem Cinira Leite de Castro e José Carlos Brandão Monteiro. Anteriormente, em agosto, já tinham ocorrido ameaças parecidas.	Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980.

18/09/1980	Itu - SP	Invasão e incêndio de O Periscópio, jornal independente e oposicionista que circulava na região há 16 anos. As dependências do periódico foram destruídas parcialmente, sendo os prejuízos calculados em torno Cr\$ 1 milhão e 500 mil cruzeiros. Nas últimas semanas, apareceram pichações como “Viva o CCC” e “Falange Pátria Nova” nos muros da cidade.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 19/09/1980; Tribuna da Imprensa, 22/09/1980; Tribuna do Ceará, 19/09/1980.
19/09/1980	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explode e destrói uma banca, de José Ferreira Maurício, em Jacarepaguá (esquina das Avenidas Geremário Dantas com Samuel das Neves). O jornalista vinha recebendo ligações telefônicas com ameaças. Afirmou que não vendia jornais alternativos há dois meses e que seu prejuízo foi de 80 mil cruzeiros.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 20- 21/09/1980; Jornal do Brasil, 19/09/1980, 20/09/1980; Isto É, 24/09/1980.
26/09/1980	São Paulo - SP	Banca de Joaquim Campelo, no bairro Tremembé, foi incendiada parcialmente. Anteriormente, a banca havia sido pichada com a suástica e a frase “a próxima será esta”.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 27/09/1980.
26/09/1980	São Paulo - SP	O sindicato dos Jornalheiros recebe vários telefonemas com ameaças de bombas.	Jornal do Brasil, 27/09/1980.

30/09/1980	Curitiba - PR	Dois homens tentam colocar gasolina e uma banana de dinamite na banca do Batel, uma das maiores de Curitiba, mas fogem com a chegada de um vigia. O dono da banca, Ingomar Heidorn, vinha recebendo ameaças por ligações telefônicas e cartas – uma das últimas, da Falange Pátria Nova.	Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980, 03/10/1980.
30/09/1980	Fortaleza - CE	Explosão de bomba atirada contra a sede do Diretório Central Estudantil (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), às vésperas de uma eleição discente. Autoria do MAC (Movimento Anticomunista).	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 02/10/1980; O Povo, 1º/10/1980, 04/12/1980; Tribuna do Ceará, 1º/10/1980.
*/9/1980	Rio Branco - AC	A Falange Pátria Nova ameaça, por telefone, o vigário geral da prelazia do Acre e Purus, padre André Ficarelli, caso o religioso cedesse novamente a catedral de Nossa Senhora do Nazaré para a assembleia dos professores grevistas. Na assembleia anterior, a Polícia Militar, armada, cercou e invadiu o templo.	Jornal do Brasil, 13/09/1980; Tribuna do Ceará, 13/09/1980.
06/10/1980	Porto Franco - MA	Bomba na Estação Rodoviária, provocando danos materiais consideráveis.	SNI.DOC1.

12/10/1980	Chapecó - SC	Duas bombas explodiram nos bairros de Santa Maria e Santo Antônio. Uma terceira bomba, na BR-0480, deixou de explodir.	SNI.DOC1.
18/10/1980	Uberaba - MG	Cinco tiros de revólveres são deflagrados no carro do diretor da faculdade de Engenharia. É deixado um bilhete com ameaças.	SNI.DOC1.
24/10/1980	São Paulo - SP	No aeroporto de Congonhas, avião da Transbrasil recebe ameaça de bomba devido a presença, entre os passageiros de Dalmo Dallari. O voo sofre atraso de mais de uma hora e o jurista, por segurança, decide não viajar a Curitiba.	Jornal do Brasil, 26/10/1980.
30/10/1980	São Paulo - SP	Bomba-relógio, apenas com dispositivo de tempo e sem explosivo, colocada no banheiro da Assembleia Legislativa de São Paulo. O prédio foi evacuado. Um telefonema anônimo avisara da bomba.	SNI.DOC1; O Povo, 31/10/1980.
*/10/1980	Manaus - AM	Atentado contra a livraria Nova Máira, fundada por Dori Carvalho, em 1979, e que se transformou em referência de intelectuais e políticos de esquerda que combatiam a ditadura.	SNI. DOC6 ⁶⁷⁰ .

⁶⁷⁰ SNI.DOC6: Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027933_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

1º/11/1980	Cravinhos - SP	Explosão junto a entrada do ginásio estadual. Danos materiais.	SNI.DOC1.
05/11/1980	Fortaleza - CE	Bomba explode na Praça do Ferreira, em atentado de autoria do MAC (Movimento Anticomunista).	SNI.DOC1; O Povo, 06/11/1980; Tribuna do Ceará, 06/11/1980.
13/11/1980	Salvador - BA	A secção da OAB-BA denuncia que vem recebendo ligações telefônicas e cartas com ameaças de bomba. A razão estaria no fato do vice-presidente da entidade, Marcelo Duarte, ter participado da inauguração do jornal Voz da Unidade, vinculado ao PCB.	Tribuna da Imprensa, 14/11/1980; Diário de Pernambuco, 13/11/1980.
14/11/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba-relógio no supermercado Boulevard, na Vila Isabel. Destruição de uma prateleira.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 15/11/1980, 02/04/1981; O Povo, 15/11/1980.
14/11/1980	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba-relógio no supermercado Casa das Banhas, no Meier.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 15/11/1980, 02/04/1981; O Povo, 15/11/1980.

18/11/1980	Juazeiro do Norte - CE	Ligação telefônica com ameaça de bomba na prefeitura de Juazeiro. O prédio foi evacuado, gerando grande expectativa na cidade. Após busca realizada pela polícia, nada foi encontrado.	Tribuna do Ceará, 19/11/1980.
21/11/1980	São Paulo - SP	Forte explosão na residência do advogado Nelson Guilherme de Almeida, no Brooklin. Nos fundos da casa, os peritos encontraram vários produtos químicos que poderiam ter provocado a detonação. Parentes do advogado e ex-empregados foram apontados como suspeitos.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 22/11/1980; Jornal do Brasil, 22/11/1980.
25/11/1980	São Paulo - SP	Bomba caseira foi encontrada junto à porta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. Não explodiu por falha na espoleta de detonação. Foi uma aparente retaliação à denúncia, feita pela revista Isto É, sobre a existência de alunos da Mackenzie envolvidos com o CCC e com atentados a bancas de jornais e ao escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.	Isto É, 03/12/1980

27/11/1980	Alagoinhas - BA	Bomba explode na garagem da casa de Aloísio Nunes Rodrigues, funcionário da Petrobrás, membro do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) e do PT (Partido dos Trabalhadores). Rodrigues atuava na organização do Partido na cidade e na defesa de posseiros na região. Por tal razão, tinha atritos com o delegado local e o deputado estadual Jairo Azi (PDS).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 28/11/1980, 29/11/1980; O Povo, 28/11/1980.
03/12/1980	São Paulo - SP	Tentativa de incêndio à banca de jornais do cruzamento da Av. Luiz Antônio com Alameda João. Populares impediram o atentado e os responsáveis evadiram-se.	SNI.DOC1.
05/12/1980	Fortaleza - CE	Ameaça de bomba, por ligação telefônica anônima, à sede do Tribunal Regional do Trabalho. O prédio foi evacuado e, após inspeção da polícia, nada foi achado.	Tribuna do Ceará, 06/12/1980.
07/12/1980	São Paulo - SP	Coquetel molotov lançado contra a Escola Professor Paulo Rossi, no bairro de Saúde. Ocorre a destruição da sala da diretora. Foram vistos dois rapazes fugindo em uma moto.	SNI.DOC1.
//1980	Rio Grande - RS	O jornalista Horácio Gomes recebe carta com ameaças do CCC. Vários outros jornalistas do Rio Grande do Sul também foram ameaçados nos últimos meses.	Veja, 03/09/1980.

15/01/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bomba, sobre um bujão de gás, explode no supermercado Peg-pag, no Leblon, provocando pequenos danos materiais. O Comando Delta assumiu a autoria.	SNI. DOC1 (traz como data 05/01/1981); Tribuna da Imprensa, 16/01/1981, 17-18/01/1981; Jornal do Brasil, 16/01/1981.
07/01/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explode debaixo de ônibus da empresa Viação Santa Bárbara, que transportava funcionários da Petrobrás, na Ilha do Fundão. O ônibus chegou a ser levantado do chão com a explosão. Sem vítimas. O Comando Delta assumiu a autoria.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 08/01/1981; Tribuna da Imprensa, 17-18/01/1981; Tribuna do Ceará, 08/01/1981.
16/01/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bomba danifica relógio digital de propaganda na Rua Humaitá. A explosão atingiu vidraças de prédios próximos. O Comando Delta assumiu a autoria, como uma forma de protestar contra a corrupção.	SNI.DOC1 (traz a data de 08/01/1981 como a do ataque); Jornal do Brasil, 17/01/1981, 20/01/1981; Tribuna da Imprensa, 17-18/01/1981.

16/01/1981	Brasília - DF	Embrulho contendo dinamite, sem mecanismo de explosão, achado debaixo de uma das escadas rolantes do aeroporto de Brasília.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 20/01/1981; Tribuna da Imprensa, 17- 18/01/1981; O Povo, 17/01/1981.
21- 22/01/1981	Santo André - SP	Tiros contra o apartamento do jornalista Ângelo Puga, diretor do jornal Diário do Grande ABC. O periódico fazia críticas à administração municipal.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 29/01/1981.
11/02/1981	Barbacena - MG	Bomba de efeito moral soltada nas proximidades do Colégio Estadual Soares Ferreira. Provocou princípio de pânico entre alunos do curso noturno.	SNI.DOC1.
15/02/1981	Praia de Atlântida - RS	Bomba explode na varanda da casa de praia de José Mariano Beck, presidente da OAB-RS (praia de Atlântida). Não causa danos.	SNI.DOC1; Tribuna do Ceará, 19/02/1981.
15/02/1981	Porto Alegre - RS	Detonação de bombas, por volta de 15h30, de uma bomba junto à porta da residência de Francisco Varela, presidente da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). Sem maiores danos.	Tribuna do Ceará, 19/02/1981.
16/03/1981	Belo Horizonte - MG	Bananas de dinamites postas no supermercado Pag-Pouco. O petardo foi desativado.	SNI.DOC1.

18/03/1981	São Paulo - SP	Sabotagem na fiação elétrica e curto-circuito na Fundação Escola de Sociologia Política (Rua General Jardim, 522).	SNI.DOC1.
22/03/1981	Ouro Preto - MG	Bomba estoura dentro da caixa do medidor elétrico do Grande Hotel. Poucas avarias.	SNI.DOC1.
24/03/1981	Curitiba - PR	Ameaça de bomba à Câmara Municipal. Nada foi encontrado. Esta foi a quinta ameaça de bomba ao legislativo municipal curitibano.	Jornal do Paraná, 25/03/1981.
26/03/1981	Rio de Janeiro - RJ	Invasão, explosão de bombas e incêndio na sede do jornal Tribuna da Imprensa. Funcionários foram mantidos cativos e, depois, soltos no centro da cidade. Foram feitas pichações em nome do “Comando Vladimir Herzog”, na intenção de atribuir às esquerdas o ataque.	SNI.DOC1; Veja, 08/04/1981; Tribuna da Imprensa, 27/03/1981; O Povo, 27/03/1981.
29/03/1981	São Paulo - SP	Invasão do prédio que abriga a sede do PT e o escritório do deputado Airton Soares. Arquivos foram remexidos e furtados documentos e uma máquina de escrever.	Veja, 08/04/1981; Folha de São Paulo, 30/03/1981.
31/03/1981	Niterói - RJ	Bomba explode no posto do INAMPS, no centro da cidade (rua São Pedro com rua Barão do Amazonas). Dois homens foram vistos colocando um pacote na porta do posto. Danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 1º/04/1981; Veja, 08/04/1981.

1º/04/1981	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba na varanda da residência do deputado federal Marcelo Cerqueira (PMDB), em Santa Tereza. Apenas danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 02/04/1981; Veja, 08/04/1981.
03/04/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explode no portão da Gráfica Americana (Rua Leôncio Albuquerque, 34, Santo Cristo, bairro da Gamboa). Danos materiais e ferimentos leves no funcionário Olivaldo Gonzaga de Lima. Foi feita a inscrição MR-8, na parede externa do prédio. A gráfica tinha como proprietário o ex-exilado político Dimas Perrin, ligado ao PMDB. O estabelecimento vinha recebendo ameaças telefônicas, igual outras gráficas, para que não imprimisse o jornal Tribuna da Imprensa.	SNI.DOC1; Veja, 08/04/1981; Tribuna da Imprensa, 06/04/1981; O Povo, 04/04/1981; Tribuna do Ceará, 04/04/1981.
03/04/1981	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba na Automecânica Papiilon LTDA., em Bonsucesso.	Tribuna da Imprensa, 06/04/1981.
06/04/1981	Belo Horizonte - MG	Incêndio nas dependências na fundação Centro de Estudos do Trabalho (CET), que realizava pesquisas sobre a história dos movimentos sociais. Foi o terceiro atentado contra o CET. Ocorrerá um ataque em 1979 e, no ano seguinte, a Polícia Federal confiscara publicações do CET.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 05/09/1980, 07/04/1981.

06/04/1981	Curitiba - PR	Ameaça de bomba ao prédio central da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde funcionavam os cursos de Direito e Odontologia. Nada foi achado.	Jornal do Paraná, 07/04/1981.
28/04/1981	Belo Horizonte - MG	Bomba explode e causa pequenos danos em banca de jornais.	SNL.DOC1.
28/04/1981	Belém - PA	Bombas explodem em duas bancas quase simultaneamente pela madrugada (situadas na Avenida Nazaré e no cruzamento de Magalhães Barata e Alcindo Cacela). Um vigia, José Xisto dos Santos, fica levemente ferido e prédios vizinhos sofrem alguns danos. A Falange Pátria Nova assumiu a autoria por meio de bilhetes deixado nos locais.	Jornal do Brasil, 29/04/1981, 30/04/1981; Tribuna da Imprensa, 29/04/1981.
30/04/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bombas no Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro). A explosão ocorrida na casa de forças só provoca danos materiais. A bomba que explode dentro de um carro, da marca puma, deixa morto o sargento Guilherme Pereira do Rosário, ficando ferido o capitão Wilson Luiz Chaves Machado. Os dois trabalhavam no DOI-CODI. De início, o Comando Delta assume a autoria do atentado.	SNL.DOC1; Jornal do Brasil, 1º/05/1981; Tribuna da Imprensa, 1º/05/1981.

1º/05/1981	São Paulo - SP	Durante passeata do Dia do Trabalhador, Sandra Koloszuk leva tiro de um agente do DEOPS.	SNI.DOC1.
02/05/1981	São Paulo - SP	Coquetel molotov atirado contra o jornal Hora do Povo, provocando incêndio e alguns danos, no bairro Bela Vista.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 03/05/1981.
02/05/1981	São Paulo - SP	Incêndio criminoso destruiu um carro da marca Fiat, a garagem e parte do salão de festa da mansão pertencente a Maria Isabel, viúva do delegado Sérgio Fleury, um dos mais famosos agentes da repressão da ditadura. O DOPS acusou um ex-empregado da mansão como autor do ataque.	Jornal do Brasil, 03/05/1981.
03/05/1981	Rio de Janeiro - RJ	Ameaça de bomba, de alguém se dizendo membro do Comando Delta, contra o Tivoli Park, na lagoa Rodrigo de Freitas. Cerca de 700 pessoas estavam no local, a maioria crianças. Para a retirada dos presentes, visando à inspeção pela polícia, foi dito que haveria uma falta de energia programada. Nada foi achado.	Jornal do Brasil, 04/04/1981.

04/05/1981	Curitiba - PR	Ameaça de bomba, por meio de ligação telefônica, contra o Tribunal de Justiça do Paraná. Os trabalhos são suspensos e mais de 300 pessoas são retiradas para que a polícia inspecionasse o local, não sendo encontrado nenhum explosivo.	Tribuna do Ceará, 05/05/1981.
04/05/1981	Rio de Janeiro - RJ	Ligação anônima, de alguém se dizendo porta-voz do Comando Delta, ameaça explodir a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), caso acontecesse ali uma reunião do Sindicato dos Médicos, então em greve.	Tribuna do Ceará, 05/05/1981.
06/05/1981	Rio de Janeiro - RJ	Simulacro de bomba é encontrado na caixa de gás da Sinagoga de Copacabana. Um telefonema anônimo, ocorrido pela madrugada, informou da existência do “explosivo”.	Jornal do Brasil, 07/05/1981.

06/05/1981	Fortaleza - CE	Telefonema com ameaças de bomba nas agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, ambas da Av. Duque de Caxias. A Polícia Federal não encontra nada. Nos meses anteriores, ocorreram ameaças semelhantes contra a prefeitura de Fortaleza, Coelce (Companhia Elétrica do Ceará), INPS, Banco do Nordeste, Curso de economia da UFC, Centro de humanidades da UFC, Departamento de Estradas e Rodagens e até contra o prédio do DNOCS, onde ironicamente funcionava, anonimamente, o SNI em Fortaleza.	Tribuna do Ceará, 07/05/1981.
14/05/1981	Salvador - BA	Bomba explodiu no banheiro do Colégio Comercial de Serrinha. Apenas danos materiais.	SNI.DOC1.
15/05/1981	Curitiba - PR	Ligações telefônicas com ameaça de bomba à prefeitura, à Câmara de Vereadores e ao edifício Pery Moreira (que servia de apoio à prefeitura).	Jornal do Paraná, 16/05/1981.
16/05/1981	São Paulo - SP	Bomba, com dispositivo de tempo, estoura em telefone público da TELESP, atingindo o usuário Marco Antônio Rauem Maciel.	SNI.DOC1.

25/05/1981	Vitória - ES	Telefonema com ameaça falsa de bomba suspende as atividades da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Funcionários e parlamentares abandonaram o prédio para que fosse feita uma inspeção por peritos da Polícia Federal.	Jornal do Brasil, 26/05/1981; Tribuna do Ceará, 26/05/1981.
25/05/1981	Vitória - ES	Duas bombas explodem no prédio do jornal A Tribuna. A forte explosão atingiu também casas próximas. Nos dias seguintes, ocorreria uma viagem do presidente Figueiredo ao Espírito Santo. O grupo Falange Pátria Nova assumiu depois a autoria, acusando o jornal de “acobertar comunistas”.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 26/05/1981, 03/06/1981; O Povo, 26/05/1981, 03/06/1981.
25/05/1981	Nova Iguaçu - RJ	Bomba explode em telefone público, em frente à casa do Bispo D. Adriano Hipólito.	SNI.DOC1.
26/05/1981	Brasília - DF	Ameaça de bomba, feita por ligações telefônicas do Comando Delta, interrompe os trabalhos do Senado. O recinto é evacuado, sendo encontrada, pela Polícia Federal, uma granada plástica de brinquedo.	Tribuna da Imprensa, 27/05/1981.

27/05/1981	Curitiba - PR	Ameaça de bomba, por meio de telefonema anônimo, contra a Assembleia Legislativa do Paraná. A demora da polícia para fazer uma varredura no prédio irritou os deputados. No mesmo dia, o líder do governo na Assembleia, deputado Herondy Silvério, recebeu uma ameaça de bomba em sua casa. Nada foi encontrado nos dois casos.	Tribuna do Ceará, 28/05/1981.
29/05/1981	São Gonçalo - RJ	A rádio Copacabana retira do ar o programa “A voz israelita”, após receber ameaças do Comando Delta. No começo do mês, a Rádio Metropolitana, do Rio de Janeiro, também foi ameaçada de ser explodida, caso não retirasse do ar “programas judeus”. Inscrições antissemitas são realizadas em várias cidades do País.	Jornal do Brasil, 30/05/1981.
30/05/1981	Brasília - DF	Banca de Jornal do Mercado da SAB, no Lago Norte, é alvo de ataque – três homens, com revólveres, rendem o vigia. Danos materiais também na lanchonete e no mercado.	SNIDOC1.

1º/06/1981	Fortaleza - CE	Ligação telefônica com ameaça de bomba à agência central do Banco do Nordeste do Brasil (Rua Major Facundo, 372). Após inspeção de agentes da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança, nada foi achado. Também foram realizadas ameaças à Loja Cimaipinto e à Acadêmica (Caixa de Assistência Médica do BNB), vizinhas à agência do BNB.	O Povo, 02/06/1981.
1º/06/1981	Rio de Janeiro - RJ	Trinta e três professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e os centros acadêmicos receberam cartas com ameaças da autoproclamada Ação Democrática Nacional.	Jornal do Brasil, 1º/06/1981; Tribuna da Imprensa, 04/06/1981.
02/06/1981	Niterói - RJ	À meia-noite, cinco homens saltaram de dois carros e deixaram um pacote na porta da loja de eletrodomésticos Líder, em Icaraí, retirando-se do local, apressadamente. A explosão verificada, a seguir, danificou uma das vitrinas e um grupo de pessoas, que frequentava o local, saqueou mercadorias expostas. Na mesma noite, uma bomba foi atirada na entrada do cinema Icaraí, que exibia o filme Emanuelle II.	Jornal do Brasil, 03/06/1981; Tribuna do Ceará, 04/06/1981; Tribuna da Imprensa, 04/06/1981; Correio Braziliense, 04/06/1981.

05/06/1981	Volta Redonda - RJ	Bomba encontrada no colégio N. S. do Rosário. Ao ser jogada no ar, o petardo explodiu, deixando feridos levemente os guardas municipais José Francisco da Cruz, Faustino Oliveira e Fernando César Sartori. Estes haviam descoberto a bomba debaixo de um paralelepípedo.	SNI. DOC1 (traz como data 06/06/1981); Folha de São Paulo, 08/06/1981.
07/06/1981	Taubaté - SP	Bomba atirada contra a Faculdade de Filosofia.	SNI.DOC1.
16/06/1981	Teresina - PI	Bomba explode na rampa de acesso ao primeiro andar da Prefeitura Municipal. Provocou pânico generalizado entre os presentes.	SNI.DOC1; O Povo 17/06/1981.
28/06/1981	Niterói - RJ	Bomba, de médio porte, estoura, pela madrugada, junto à entrada do depósito da central de telex da Embratel (rua Barão do Amazonas com São Pedro). Uma porta e janelas foram destruídas.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 29/06/1981; Tribuna do Ceará, 29/06/1981.

16/07/1981	Niterói-RJ	Incêndio de banca de jornais, situada no cruzamento das Ruas Gavião Peixoto com Pereira da Silva, em Icaraí. O proprietário, Sebastião Roque da Silva, acredita que tenha sido crime comum, pois não vendia jornais alternativos desde o ano passado e a banca tinha sido arrombadas duas vezes anteriormente, enquanto os estabelecimentos congêneres vizinhos não haviam tido problema algum.	Jornal do Brasil, 17/07/1981.
16/07/1981	S. José dos Campos - SP	Encontrada, e desativada pela polícia federal, bomba no destacamento do corpo de Bombeiros.	SNI.DOC1.
17/07/1981	Maceió - AL	A Tribuna de Alagoas denuncia que vem recebendo ligações telefônicas anônimas sobre ameaças de bombas. O jornal é de propriedade do senador Teotônio Vilela (PMDB).	O Povo, 18/07/1981.
19/07/1981	Goiânia - GO	O estudante Edson José Magalhães (UFJF-MG) é baleado na festa de encerramento do VII Seminário Nacional dos Estudantes de Engenharia. Os tiros foram atribuídos aos ocupantes de uma Brasília branca.	SNI.DOC1.
21/07/1981	São Paulo - SP	Explosão de bomba no portão principal do ginásio municipal de Mauá.	SNI.DOC1.

21/07/1981	São Paulo - SP	Incêndio, de pequenas proporções, na Estação Metroviária da Luz.	SNI.DOC1.
24/07/1981	Rio de Janeiro - RJ	Bomba explode na porta da agência da Empresa de Correios e Telégrafos de São Cristóvão, pela madrugada. Apenas danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 25/07/1981; O Povo, 26/07/1981.
30/07/1981	Porto Alegre - RS	Ligação telefônica, com ameaça falsa de bomba, à sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).	Correio do Ceará, 31/07/1981.
08/08/1981	Niterói - RJ	Bomba explode, de madrugada, na porta de posto do INPS, no centro da cidade (Rua São Pedro, 551).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 09/08/1981.
12/08/1981	Ipatinga - MG	Bomba, de pequena potência, explode na parte de trás da sede da prefeitura.	SNI.DOC1.
22-24/08/1981	Lagoa da Prata - MG	Quatro bombas explodem em dois colégios, provocando danos materiais.	SNI.DOC1.

30/08/1981	Belford Roxo - RJ	Bomba de gás lacrimogêneo explode no Clube Independente (Rua Neve Garcia, 26) e, com o pânico provocado, quatro pessoas morrem pisoteadas e outras 39 ficam em feridas. Foram apontadas várias possibilidades: seria um ato de vingança fruto das disputas entre grupos locais – um mês antes, fato semelhante teria ocorrido no Clube Vasquinho, em Morro Augusto, quando morreram duas pessoas; poderia ser também uma vingança por motivos passionais, visto que um discotecário do Clube Independente tentara namorar uma garota de outro grupo; por fim, falou-se na vingança de dois militares em virtude de um desentendimento com a diretoria do clube.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 31/08/1981, 1º/09/1981, 02/09/1981, 03/09/1981.
09/09/1981	Brasília - DF	Sequestro da esposa de Luís Alfredo Salomão, assessor do senador Saturnino Braga (PMDB). A mulher seria depois liberta no Rio de Janeiro.	Jornal do Brasil, 29/09/1981.
29/09/1981	Rio de Janeiro - RJ	Dois focos de incêndio no 7º e 21º andar do prédio da diretoria regional da ECT. O primeiro foco, acidental; o segundo, doloso. Acusado um ex-funcionário.	SNI.DOC1.

02/10/1981	Rio de Janeiro - RJ	Coquetel molotov explode na fachada do consulado dos Estados Unidos, sem causar danos.	SNI.DOC1.
06/10/1981	Rio de Janeiro - RJ	Coquetel molotov explode na fachada do consulado da Inglaterra, sem causar danos.	SNI.DOC1.
*/11/1981	Belém - PA	Treze integrantes do Instituto da Pastoral Regional denunciam o recebimento de cartas com ameaças da Falange Pátria Nova. Em outubro de 1982, a sede do Instituto seria invadida pela Polícia Federal, que apreendeu faixas, camisetas, panfletos, etc. os quais deveriam ser distribuídos na Festado do Sírío de Nazaré em defesa da libertação dos padres franceses Aristides Camilo e François Gouriou.	SNI.DOC6; Jornal do Brasil, 09/10/1982.
02/12/1981	Vitória - ES	Bomba-relógio desativada pela polícia na Câmara Municipal, perto do gabinete do presidente, vereador Carlos Alberto Freire (PMDB).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 04/12/1981.

03/12/1981	Vitória - ES	Explosão destrói lancha e provoca danos materiais em outras embarcações próximas, na Estação das Barcas. Prédios vizinhos tiveram vidros estilhaçados. Em ligações telefônicas anônimas, o atentado foi assumido pelo Comando Delta, que ameaçou ainda explodir bombas no Palácio Anchieta (sede do governo) e na Vale do Rio Doce.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 04/12/1981; Tribuna da Imprensa, 04/12/1981.
06/01/1982	Rio de Janeiro - RJ	O ex-estudante de engenharia-química João Carlos Correia de Oliveira foi preso quando tentava atear fogo a um trem da Estação D. Pedro II (Central). Teria confessado que jogara coquetéis nos consulados da Inglaterra e EUA e que não apresentava vinculações políticas.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 27/01/1982.
06/01/1982	São Paulo - SP	Explosão de bomba junto a uma calha do Teatro Municipal de São Paulo.	SNI.DOC1.
20/02/1982	Fortaleza - CE	Bomba explode na casa do diretor do Dentran/CE, Geidel Dantas. Não foi a primeira vez que isso acontecera: ataques semelhantes ocorreram em 1980 e 1981.	SNI.DOC1; O Povo, 20/02/1981.

20/02/1982	Jacobina - BA	Três bombas explodem e danificam os telhados da Casa Paroquial e do Convento das Irmãs Missionárias do Espírito Santo. Políticos locais do PDS e o prefeito acusavam o padre José Hehenberg de ser envolvido com o PT e desejavam expulsá-lo da cidade.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 26/02/1982.
31/03/1982	Cuiabá - MT	Tiros contra a porta da Cooperativa dos jornalistas e técnicos gráficos do Mato Grosso, onde o jornal alternativo Escaldado era impresso.	SNI.DOC1.
12/04/1982	Uberlândia - MG	Explosão de bomba no banheiro do Cine Regente. O fiscal Nemésio Alves de Lima ficou levemente ferido. O ataque ocorreu por volta de 22h30, quando o cinema estava quase vazio.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 14/04/1982.
20/04/1982	Belo Horizonte - MG	Explosão de ampola de gás no final do show da cantora Simone no ginásio Mineirinho. No tumulto gerado, algumas pessoas ficaram feridas.	SNI.DOC1.
09/05/1981	São Paulo - SP	Bomba atirada contra a agência do Banco Itaú (Avenida Paes de Barro, 2246, Mooca). Provocou pequenos danos materiais.	O Povo, 10/05/1981.

10/05/1982	São Paulo - SP	Pela madrugada, ocorre um incêndio provocado em três pontos diferentes do Cine Belas Artes. Moradores dos prédios vizinhos tiveram que ser retirados pelos bombeiros. Apenas danos materiais. Os filmes em cartaz eram “Crônicas de um amor louco”, “Bodas de sangue” e “A mulher do lado”, com temas sobre sexo e adultério.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 11/05/1982.
11/05/1982	Teresina - PI	Explosão de três bombas no prédio do jornal Tribuna do Povo e princípio de incêndio. Danos materiais. O semanário pertencia a Antônio Mendes e Carvalho, secretário-executivo do PMDB-PI e fazia oposição ao governador Lucídio Portela.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 13/05/1982.
21/05/1982	Teresina - PI	Explosão de bomba em uma kombi da Associação dos Professores do Estado do Piauí (APEP). Os professores estavam em greve e o governador Lucídio Portela se negava a negociar.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 14/05/1982.
06/07/1982	São Paulo - SP	Ácido sulfúrico é colocado em uma máquina impressora e em uma guilhotina automática do Centro Acadêmico Horácio Lane, da Escola de engenharia da Mackenzie, danificando ambas.	SNI.DOC1.

13/07/1982	Niterói - RJ	Explosão de bomba defronte a prédio do INAMPS, ferindo três garís que varriam a Rua barão do Amazonas. No local, funcionava antes, um posto do INPS, que também sofreu atentado. Havia denúncias de fraudes contra a previdência social.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 14/07/1982.
22/07/1982	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba na Rua Otaviano Hudson, nas proximidades do número 56, em Copacabana. Danificou vidros da janela e um carro da marca Brasília. A 15 metros, morava o deputado estadual Raimundo de Oliveira, do PMDB, conhecido por defender a abertura. O nome do deputado havia sido escrito pelos terroristas no envelope da carta-bomba enviada à SUNAB em 1981.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 04/09/1980; Jornal do Brasil, 23/07/1982.
27/07/1982	Santos - SP	Explosão de três pequenas bombas juninas no cine Iporanga 2. No local foi deixado um bilhete com a bandeira da Organização para a Libertação da Palestina e o desenho de uma rosa, com a inscrição “a rosa de sangue”.	SNI.DOC1.
08/08/1982	Planalto - RS	Mais de 20 tiros disparados contra a casa de Adonis de Almeida, candidato a prefeito pelo PDS.	SNI.DOC1.

12/08/1982	Vitória - ES	Explosão apenas da espoleta de uma bomba caseira durante um evento da Comissão Justiça e Paz e Comissão dos Direitos à Moradia, no colégio do Carmo, da Diocese de Vitória. O espaço era comumente usado por movimentos sociais.	SNI.DOC1.
15/08/1982	Campos - RJ	Explosão de bomba na fachada da TV Norte Fluminense, ocasionando danos materiais. A emissora tinha como diretor-presidente o deputado federal Alair Ferreira (PDS).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 17/08/1982.
15/08/1982	Campos - RJ	Quinze minutos após o ataque à TV Norte Fluminense, ocorre a Explosão de uma bomba, sob o carro, da marca Fiat, do advogado Paulo de Carvalho Rangel, na resistência deste.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 17/08/1982.
17/08/1982	Campos - RJ	Explosão, pela madrugada, de bomba em um comitê de Moreira Franco, candidato ao governo pelo PDS, no distrito de Goytacazes.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 18/08/1982.
25/08/1982	Rio de Janeiro - RJ	Bomba caseira encontrada em um boeing da PANAM, no aeroporto do Galeão. Uma falha no detonador teria evitado a explosão.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 26/08/1982, 27/08/1982; Tribuna do Ceará, 27/08/1982.

29/08/1982	Teófilo Otoni - MG	Explosão de uma bomba de efeito moral debaixo do palanque armado em cima do caminhão em que o candidato ao governador de Minas Gerais, pelo PMDB, Tancredo Neves, fazia comício. Ninguém ficou ferido.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 31/08/1982.
07/10/1982	Porto Alegre - RS	Explosão de bomba no edifício Ariosto Pinto, perto do qual funciona o comitê eleitoral do deputado federal pelo PDS, Hugo Mardini.	SNI.DOC1.
12/11/1982	Porto Alegre - RS	Bombas de gás lacrimogêneo são atiradas em palanque de comício, realizado pelo PDT e no qual se encontrava Leonel Brizola.	Jornal do Brasil, 24/12/1983.
15/11/1982	Rio de Janeiro - RJ	Bomba “cabeça de negro” atirada contra uma banca de jornais em Olaria, cruzamento das Ruas comandante Vergueiro da Cruz com Filomena Nunes. Sem maiores danos.	Jornal do Brasil, 16/11/1982.
22/11/1982	Campo Grande - MS	Ameaça, por telefone, de bomba suspende a contagem de votos na eleição do Clube União dos Sargentos.	Jornal do Brasil, 24/11/1982.
31/01/1983	Itabirito - MG	Explosão de uma bomba no interior do colégio estadual Itabirito, causando danos materiais.	SNI.DOC1.

15/02/1983	Curitiba - PR	Explosão no interior do colégio professor João Cândido, com grandes danos materiais. Foram presos como responsáveis os estudantes Lourival Prehs e Airton Correia de Freitas Júnior. Os implicados não tinham registros nos órgãos policiais e de informação e negaram fins políticos.	SNI.DOC1; Diário da Tarde 19/03/1983.
17/03/1983	Belo Horizonte - MG	Tiros contra a sucursal do Jornal do Brasil.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 20/03/1983.
07/05/1983	Criciúma- SC	Explosão de uma banana de dinamite, atirada no automóvel do vereador Vânio Oliveira, do PMDB.	SNI.DOC1.
07/05/1983	Criciúma - SC	Explosão de dinamite, atirada no carro de Antônio Peruchi, pai de Eraldo Peruchi, militante do MR-8.	SNI.DOC1.
07/05/1983	Criciúma - SC	Explosão de dinamite em um colégio da rede estadual de ensino.	SNI.DOC1.
15/05/1983	Três Rios - RJ	Explosão de dinamite no Ginásio Genecista Walter Franklin, destruindo portão e o vidro da sala onde funcionava a secretária da escola.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 16/05/1983.
30/06/1983	Uberlândia - MG	Explosão de bomba caseira debaixo do carro Voyage, de Sérgio Eduardo Carneiro.	SNI.DOC1.

1º/07/1983	Belo Horizonte - MG	Simulacro de bomba deixado na antessala do gabinete do deputado estadual João Batista dos Mares Guia (PT), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Peritos foram chamados e houve grande tensão no local até se constatar que o explosivo não era verdadeiro.	Jornal do Brasil, 02/07/1983.
17/07/1983	Brasília - DF	Tiro contra a residência do embaixador da Bolívia.	SNI.DOC1.
18/07/1983	Niterói - RJ	Explosão de bomba no prédio da Receita Federal. O prédio já havia sido alvo de um ataque a 14/09/1980.	SNI.DOC1.
21/07/1983	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba na Rua Álvaro Ramos, em Botafogo, perto da TV Bandeirantes. Atingiu um carro estacionado e abriu buraco em um muro próximo.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 22/07/1983.
21/07/1983	Rio de Janeiro - RJ	Ameaça de bomba contra o prédio do INPS, na AV. Marechal Câmara, em frente ao Ministério da Aeronáutica. Alarme falso.	Jornal do Brasil, 22/07/1983.
12/08/1983	Rio de Janeiro - RJ	Recipiente com ácido é atirado por dois homens no palco, na Cinelândia, onde era realizado ato-show pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Formou-se um tumulto entre as pessoas mais próximas, com gente tendo dificuldade de respirar. O ato, porém, prosseguiu.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 13-14/08/1983.

15/08/1983	Salvador - BA	Vizinho, descontente com barulho, atira bomba contra igreja evangélica. Cerca de 30 pessoas são feridas.	SNI.DOC1.
26/08/1983	Salvador - BA	Explosão de bomba em vaso sanitário do Colégio Santa Dorotéia. Ferimentos leves em várias crianças.	SNI.DOC1.
07/09/1983	Porto Alegre - RS	Coquetel molotov atirado de uma moto Honda contra o palanque oficial do desfile de Sete de Setembro. A garrafa partiu-se sem explodir.	SNI.DOC1.
08/09/1983	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba, de pequeno impacto, no interior de agência do Banco do Brasil (Av. Rio Branco com 7 de Setembro). Poucos danos materiais.	SNI.DOC1.
13/09/1983	Vitória - ES	Explosão de bomba de alto teor explosivo no Jornal da Cidade, de propriedade de Djalma Juarez Magalhães. Danos materiais elevados. O jornal vinha fazendo denúncias contra corrupção no Banestes.	SNI.DOC1; Observatório da Imprensa ⁶⁷¹ ; Diário de Pernambuco, 16/09/1980.

⁶⁷¹ <http://www.observatoriодаimprensa.com.br/feitos-desfeitos/o-ultimo-crime-contra-o-jornal-da-cidade/>. Acesso a 10/07/2021.

13/09/1983	Cariacica - ES	Explosão de bomba-relógio, de forte potência, na Avenida Expedito Garcia, defronte à residência do deputado estadual José Teodomiro Casagrande (PMDB). Um caminhão é incendiado e as vidraças dos primeiro e segundo andares dos prédios vizinhos são danificadas.	SNL. DOC1(chama o parlamentar de “Theodoro”); Diário de Pernambuco, 16/09/1980.
15/09/1983	São Paulo - SP	Três coquetéis molotovs (com a explosão de dois) lançados contra o consulado dos Estados Unidos. Pequenos danos materiais e um início de incêndio, logo debelado. Seriam posteriormente presos como responsáveis Ismael Rosan e Paulo Rosan. Estes afirmaram que realizaram o atentado por não obterem o visto de entrada nos Estados Unidos.	SNL.DOC1; Jornal do Brasil, 16/09/1980; 15- 16/10/1983.
15/09/1983	Osasco - SP	Explosão de molotov na residência de Sebastião Bognar, secretário municipal de esportes e turismo. Bognar havia sido candidato a prefeito pelo PMDB e vinha recebendo ameaças de morte.	SNL.DOC1; Tribuna (SP) 16/09/1983; Jornal do Brasil, 16/09/1983.
20/09/1983	Cândido Rondon - PR	Explosão de bomba e incêndio destruíram totalmente os três transmissores da Rádio Difusora.	SNL.DOC1; Jornal do Brasil, 21/09/1983.

03/10/1983	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de bomba, de pequeno impacto, no carro de marca Chevette de César Pedroso Pacheco. O carro encontrava-se em frente ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e nas proximidades da sede da OAB. Funcionários do IRB comumente participavam de passeatas e manifestações políticas.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 04/10/1983.
07/10/1983	Cidade Dutra - SP	Explosão de bomba em sala de aula da Escola Estadual professor Carlos Aires. Estilhaços de vidro atingiram a professora Maria do Carmo Ferreira e 16 alunos.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 08/10/1983.
11/10/1983	Curitiba - PR	Explosão de bomba, de pequeno potencial, no banheiro do setor de Ciências Humanas da Universidade Católica do Paraná. Meses antes, em julho, a explosão de uma outra bomba provocara pânico entre alunos e professores.	SNI.DOC1 (traz a data de 10/10/1983); Diário do Paraná, 12/10/1983.
25/11/1983	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba, sem causar vítimas, na faculdade de Direito da UFMG, durante conferência de João Amazonas, dirigente do PCdoB.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 27/11/1983; Jornal do Brasil, 29/11/1983.

12/12/1983	Itaúna - MG	Cinco explosões no pátio da Faculdade de Direito de Itaúna. Granadas usadas no controle de distúrbios civis foram encontradas no pátio.	SNI.DOC1.
14/11/1983	São Paulo - SP	Explosão, seguida de incêndio, de carro Voyage, de placas frias, estacionado no pátio do jornal O Estado de São Paulo. No interior do veículo havia dois botijões de gás vazando, ligados a um dispositivo programado. O ex-delegado capixaba Cláudio Guerra reconheceria, anos depois, sua participação e de outros agentes da ditadura no atentado.	SNI.DOC1 (afirma, erroneamente, que era o jornal Folha de São Paulo); Folha de São Paulo, 15/11/1983; Tribuna da Imprensa, 16/11/1983, 1º/12/1983, 18/07/1985; O Estado de São Paulo, 15/11/1983.
18/11/1983	Rio Branco - AC	O Palácio Rio Branco, sede do governo acreano, foi evacuado e interditado devido a uma ameaça de bomba feita por ligação telefônica anônima. A Polícia nada encontrou no prédio.	Jornal do Brasil, 19/11/1983.
24/12/1983	São Paulo - SP	Explosão de carga de dinamite na residência do investigador de polícia Aduzindo Uribe.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 25/12/1983;

28/12/1983	Rio de Janeiro - RJ	Explosão de duas bombas no Setor Pinheiros do Projeto Rios, em Manguinhos. Havia disputas entre famílias, vindas de comunidades da Maré, por casas no conjunto habitacional financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 29/12/1983.
17/01/1984	Vitória - ES	Explosão de bomba caseira, de baixo potencial, na entrada do prédio do Jornal da Cidade.	SNI.DOC1.
20/01/1984	São Paulo - SP	Molotov lançado, com início de incêndio, contra o telhado da boate Woodstock. Vizinhos viam reclamando de barulho.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 21/01/1984.
29/02/1984	Mogi das Cruzes - SP	Explosão de bomba caseira na Estação da Rede Ferroviária Federal, ferindo levemente Dorival Rodrigues, segurança particular. Estes tentavam, com um outro funcionário, descobrir do que se tratava o pacote onde estava a bomba.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 1º/03/1984.
13/03/1984	Rio de Janeiro - RJ	Bomba caseira, de baixo potencial, achada no Centro de Manutenção do Metrô. Visto como ato de sabotagem pela polícia, em virtude de questões salariais e rivalidades entre funcionários da empresa.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 14/03/1984, 15/03/1984, 20/03/1984.
19/03/1984	Rio de Janeiro - RJ	Tiro contra o consulado da Alemanha Ocidental, no bairro de Laranjeiras.	SNI.DOC1.

28/03/1984	Recife - PE	Atentado à bala contra o deputado estadual Eduardo Gomes (PMDB). O parlamentar vinha recebendo ameaças em virtudes das denúncias que fazia contra a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.	Jornal do Brasil, 29/03/1984, 22/06/1984.
06/04/1984	Rio de Janeiro - RJ	Ameaça de bomba nos cinemas São Luiz I e II, no Largo do Machado, e no Leblon II, na Rua Ataulfo de Paiva, em virtude de exibição do filme “Jango”. A polícia evacua os estabelecimentos. Não são encontrados explosivos.	Tribuna da Imprensa, 7-8/04/1984.
16/04/1984	São Carlos - SP	Explosão de dois coquetéis molotovs na Divisão de Informação e Controle Acadêmico da Universidade Federal de São Carlos. Os estudantes não aceitavam o reitor nomeado pelo MEC. Contexto da votação da Emenda Dante de Oliveira.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 21/05/1984.
22/04/1984	São Paulo - SP	Invasão e incêndio que destruiu parte das instalações da Tribuna da Luta Operária, jornal do Pcdob, no bairro do Bixiga.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 23/04/1984.

22/04/1984	Brasília - DF	Invasão da sucursal do jornal Hora do Povo, ligado ao MR-8, por homens se dizendo policiais, que levaram documentos, máquinas de escrever e o arquivo com o nome dos assinantes do periódico. O jornal vinha recebendo ligações telefônicas com ameaças.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 23/04/1984.
25/04/1984	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba na sede regional do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações), No dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Poucos danos materiais. A Alicerce da Juventude Socialista (AJS) foi acusada da autoria.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 26/04/1984.
25/04/1984	Belo Horizonte - MG	Ligação telefônica com ameaça de bomba contra o carro do deputado Sílvio Costa (PDR-MG), na Assembleia Legislativa. Não foi achada bomba alguma.	Jornal do Brasil, 25/04/1985.
25/05/1984	São Paulo - SP	Homens, se dizendo policiais e usando um carro sem placa, passam em várias bancas recolhendo exemplares do jornal Folha da Tarde.	Folha de São Paulo, 26/05/1984.

27/04/1984	Osasco - SP	A rádio Iguatemi recebe ligações telefônicas com ameaças de depredação. O proprietário, o deputado federal José Camargo (PDS), não compareceu em Brasília à sessão que votara a não aprovada emenda Dante de Oliveira.	Jornal do Brasil, 28/04/1984.
26/06/1984	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba, de pequeno potencial, em banheiro do Fórum Milton Campos.	Diário de Natal, 27/07/1984.
30/04/1984	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba lançada contra a casa do apresentador do programa “O Povo na TV”, da TV Alterosa, Dirceu Pereira. Apenas danos materiais.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 1º/05/1984.
06/05/1984	São Paulo - SP	Invasão e início de incêndio na sede da Anistia Internacional, em São Paulo, inaugurada há dois dias.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 07/05/1984.
17/05/1984	São Gonçalo - RJ	Explosão de bomba, de pequeno potencial, lançada contra a casa de Rogério Oliveira Linhares. Danos no carro que se encontrava na garagem da residência.	SNI.DOC1.
21/05/1984	Lauro de Freitas - BA	Bomba encontrada pela polícia em campo de futebol.	SNI.DOC1.
27/05/1984	São Paulo - SP	Explosão de bomba na caixa de correspondência da sede da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).	SNI.DOC1.

02/06/1984	Porto Alegre - RS	Incêndio do automóvel da vereadora Jussara Cony (PMDB). A parlamentar, comunista, apresentava ligações com os movimentos populares.	SNI.DOC1.
02/06/1984	São Paulo - SP	Explosão de bomba, de reduzido potencial, na residência do deputado federal Armando Pinheiro (PDS).	SNI.DOC1.
06/06/1984	Rio de Janeiro - RJ	Atentado, a tiros, contra o carro de Luís Geraldo, assessor do deputado estadual Alcides Fonseca (dissidente do PDT e crítico do governador Leonel Brizola). O carro do assessor era idêntico ao do deputado.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 08/06/1984; Jornal do Brasil, 09/06/1984.
16/06/1984	Porto Alegre - RS	Incêndio destrói o carro de Robert Charles Ponge, membro da direção estadual do PT. O militante vinha recebendo constantes ameaças.	SNI.DOC1.
17/06/1984	São Paulo - SP	Explosão de bomba, de fabricação caseira, no banheiro da estação ferroviária de Barueri. Provocou ferimento leves em três seguranças.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 18/06/1984.

20/06/1984	Belo Horizonte - MG	Explosão de bomba no automóvel de Célio de Castro, estacionado em frente à Fundação Educação para o Trabalho em Minas Gerais. Castro era presidente do Sindicato dos Médicos e membro da executiva do PMDB-MG. Na lataria do automóvel, bastante danificado, foram feitas a inscrições “CCC” (Comando de Caça aos Comunistas) e “CCA”. O médico, que participara intensamente da campanha das Diretas Já, vinha recebendo ameaças. Em abril de 1987, Castro, então deputado federal, seria alvo de mais um atentado, com uma bomba estourando em sua residência.	SNI.DOC1; Tribuna da Imprensa, 22/06/1984; Jornal do Brasil, 22/06/1984, 16/04/1987; Folha de São Paulo, 22/06/1984.
29/06/1984	Brasília - DF	Incêndio, de origem desconhecida, destrói parte das instalações da OAB de Brasília.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 1º/07/1984.
16/07/1984	Belo Horizonte - MG	Duas bombas foram achadas dentro de um carro do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais. O carro era usado pelos integrantes da Chapa I, apoiada pelo PCdoB.	SNI.DOC1.

16/07/1984	São Vicente - SP	Explosão de bomba na porta da residência de Ricardo Gonçalves Rocha, proprietário do Jornal Vicentino. O periódico vinha fazendo denúncias contra o Ilha Porchat Club. Rocha era também o presidente do diretório municipal do PTB.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 18/10/1984.
13/08/1984	Niterói - RJ	Explosão de uma bomba cadeira no banheiro do colégio Estadual Aureliano Leal, no bairro de Ingá. Sem maiores danos.	SNI.DOC1.
03/10/1984	São Paulo - SP	Explosão de bomba “cabeça de negro” nos jardins da residência do comandante do II Exército.	SNI.DOC1.
07/10/1984	São Paulo - SP	Princípio de incêndio, logo debelado, no palco do Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB), onde se realizaria, no dia 8 de outubro, uma conferência sobre Che Guevara. O evento era promovido pelo jornal Hora do Povo (MR-8).	SNI.DOC1.
08/10/1984	Duque de Caxias - RJ	Explosão próxima à 59ª Delegacia de Polícia. Morre o cabo da PM Ubirajara dos Santos e sai ferido o soldado da PM Jorge Ricardo de Oliveira. Apura-se que a explosão foi causada pela detonação de uma granada M-3, privativa do Exército. Os responsáveis seriam criminosos comuns.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 10/10/1984.

11/10/1984	Belém - PA	A gráfica Suyah, da Sociedade Paraense de Proteção aos Direitos Humanos é incendiada, às vésperas de comício de Tancredo Neves em Belém. O governador Jader Barbalho reprimiu grupos comunistas (PCB, PCdoB, MR-8 e PCR), apoiadores de Neves, sob o argumento de que eram clandestinos. A gráfica havia sido invadida antes por agentes da DOPS, bem com a livraria Jinkings. Durante o comício, foram presas 12 pessoas, entre as quais o deputado federal Ademir Andrade e o vereador Humberto Cunha.	Jornal do Brasil, 13/10/1984.
17/10/1984	São Vicente - SP	Outra bomba, de fabricação caseira, explode na porta do Jornal Vicentino. Apenas danos materiais.	SNI.DOC1; Folha de São Paulo, 18/10/1984.
18/10/1984	Suzano - SP	Explosão de três bombas nos trilhos da ferrovia, a 300m da Estação de Suzano. Parte dos trilhos foi destruída.	SNI.DOC1.
26/11/1984	Brasília - DF	Incêndio destrói comitê eleitoral de Tancredo Neves. Suspeita-se de explosão de bomba.	Tribuna da Imprensa, 27/11/1984.
02/04/1985	Curitiba - PR	Denúncia de bomba no Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba. Com a vistoria, nada foi encontrado.	SNI.DOC1.

11/04/1985	Porto Alegre - RS	Dois focos de incêndio no prédio do INAMPS. Suspeitou-se de ação de pessoas envolvidas em fraudes, visto que um dos focos foi no setor de contas da autarquia.	SNI.DOC1.
06/05/1985	Duque de Caxias - RJ	Atentado à bala contra o vereador Wilson Campos Macedo, líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal.	Jornal do Brasil, 08/05/1985.
25/05/1985	Paranaguá - PR	Jovens explodem bomba do tipo “cabeça de negro” no banheiro do colégio Leão XIII.	SNI.DOC1.
09/07/1985	Presidente Prudente - SP	Encontrada bomba no portamalas de ônibus da empresa Andorinha. O artefato, porém, não tinha material explosivo.	SNI.DOC1.
11/08/1985	Nova Iguaçu - RJ	Uma bomba, camuflada como rádio, explode e mata Otacílio Toledo Alexandrino, durante festa no Tênis Clube de Mesquita. Outras três pessoas ficam feridas. Nielzem Lousada, filho do presidente do Mesquita Futebol Clube, o ex-deputado Nelson Lousada (PMDB), foi acusado como um dos responsáveis. Semanas depois, ocorre a explosão de uma bomba, como possível retaliação, na quadra de esportes do Mesquita Futebol, durante um show de Toni Tornado, deixando sete pessoas levemente feridas.	SNI.DOC1; Jornal do Brasil, 13/08/1985, 06/01/1986, 07/01/1986, 17/10/1985.

EXTRA I – BOMBAS NAS BANCAS: ATENTADOS DE EXTREMA-DIREITA CONTRA JORNALEIROS NA ABERTURA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Por mais que se tenha, no processo de distensão/abertura, abraçado o consenso em torno da democracia, fundamentando a representação de uma sociedade democrática, plural e aberta, muitos setores da população continuaram apegados a valores tradicionais, sobretudo, no que tange a questões comportamentais. Se o final da ditadura foi marcado por uma crescente liberdade de expressão e diminuição da censura, as posturas moralistas e de defesa dos denominados bons costumes ainda se faziam presente, especialmente, contra o que foi chamado, pelos contemporâneos, de uma “onda pornografia”, a qual varreria, então, o País. Tal “onda” abarcou diversas áreas, como as da televisão, do cinema e, especificamente, no que nos interessa mais aqui, do mercado editorial, com revistas, expostas em bancas de jornais, tratando de nudez e sexo. Isso provocou a reação de grupos conservadores, a ponto de jornalheiros terem sido alvos de ações da própria ditadura civil-militar e dos atentados da extrema-direita terrorista.

Segundo a revista semanal Isto É⁶⁷², o Brasil mergulhara em um festival pornográfico. Publicações, com mulheres e homens nus, atingiam tiragem com centenas de milhares de exemplares. As chamadas pornochan-

⁶⁷² Isto É, 1º/10/1980.

chadas prosperaram e filmes eróticos clássicos, enfim liberados pela censura oficial, eram estrondosos sucessos de bilheteria nos cinemas. As novelas da Rede Globo de Televisão apresentavam audiências gigantescas, tratando de temas como sexo e adultério. Um jornalista chegou a dizer que acontecia no Brasil não uma abertura democrática, mas, sim, uma abertura pornográfica⁶⁷³.

Observe-se que, durante o governo dos generais, ao lado da censura político-ideológica da imprensa, houve, igualmente, a chamada censura moral, voltada para as diversões públicas e espetáculos, tendo em vista a defesa da moral e dos bons costumes. Essa censura de caráter moral ou comportamental, preocupada em defender valores da família, religião e pátria, já existia, legalmente, ante da implantação da ditadura civil-militar, embora, com esta, tenha melhor se estruturado e se intensificado (QUINALHA, 2021, p. 177 e seguintes). Era uma coerção à liberdade de expressão que visava, sobretudo, às produções artísticas consideradas obscenas e que ameaçariam, na visão de grupos conservadores, “destruir os princípios morais da sociedade brasileira” (SETEMY, 2018, p. 175).

A censura comportamental era articulada a um órgão que atuava desde o fim da Era Vargas (MARCELINO, 2006, p. 9). Em 1946, fora criada o Serviço de Censura de Diversões Públicas que, em 1972, tornou-se a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ligada à Polícia Federal e subordinada ao Ministério da Justiça (KUSHNIR, 2004, p. 28). Apresentando funcionários de carreira e escritórios regionais, o órgão realizava a

⁶⁷³ Themistocles de Castro e Silva, na coluna “Tudo é política”. Correio do Ceará, 19/09/1980.

censura prévia a produções do teatro, música, cinema, rádio, televisão e até mesmo de circos e churrascarias com música ao vivo. Estava atento a palavrões, violência, erotismo, sexo, nudez, letras musicais com duplo sentido, etc. A DCDP contava com apoio efetivo de expressivas parcelas moralmente conservadoras da sociedade, que não só defendiam como pediam o endurecimento da censura moral (QUINALHA, 2021, p. 178). Não raro, o órgão tinha atritos com artistas e produtores culturais. São conhecidos, por exemplo, os problemas que a TV Globo teve com a DCDP ao longo dos anos 1970, em virtude dos temas abordados em suas telenovelas (FICO, 2004b, p. 270; ROLLEMBERG, 2011, p. 1). A censura moral, assim, teria sido mesmo uma forma de a ditadura se legitimar diante da sociedade, antes os consensos autoritários que foram construídos, ou seja, o regime buscava se mostrar como um guardião dos valores religiosos e da família, no que havia a concordância e aceitação de boa parte da população (SETEMY, 2018, p. 175).

Durante a ditadura civil-militar, a censura estritamente política, mormente da imprensa, não foi realizada por um órgão público e legalizado, mas por meio de várias estâncias do regime, especialmente pelo Ministério da Justiça, de forma escamoteada, e com os constrangimentos advindos de uma prática claramente arbitrária, já que os militares não admitiam que existisse um regime de exceção no País. Já a DCDP era um órgão estruturado e conhecido da população, existente há décadas e que, não obstante também ter feito censura político-ideológica durante o período dos generais, especialmente no momento de maior repressão (1968-74), não deixou de realizar a censura moral (MARCELINO, 2006, p. 26, 27 e 31). As duas censuras, porém,

eram distintas e autônomas, pois política e moral não são redutíveis uma à outra (QUINALHA, 2021, p. 178). Verdade que, em determinadas situações, as censuras política e moral se mesclavam em virtude de limites imprecisos, pelas dificuldades, muitas vezes, de distingui-las, isso quando a censura comportamental e dos costumes não foi utilizada, de forma encoberta e/ou como pretexto, com finalidade política (não raro, obedecendo a ordens emanadas de escalões superiores do regime) ou faltavam critérios sólidos para as decisões dos censores, que muitas vezes vetavam obras conformes perspectivas estritamente pessoais (MARCELINO, 2006, p. 78, 84 e 196).

Com o País comandado pelos militares, a censura prévia das diversões públicas ficou mais ativa (MARCELINO, 2006, p. 9), inclusive, abarcando publicações. Embora já existissem legislações anteriores que permitissem o controle da circulação de impressos, como a Lei de Imprensa (Lei nº 5250, de 1967), foi no governo Médici, com o decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro 1970, que se discriminou a censura prévia de livros, fossem acadêmicos, didáticos ou ficcionais, e revistas (MARCELINO, 2006, p. 39)⁶⁷⁴. A DCDP sofria com a falta de funcionários e, muitas vezes, ocorria de as produções serem liberadas e depois acabarem sendo alvo de censura, ante a pressão de grupos conservadores ou de integrantes do regime, com o recolhimento e queima das tiragens.

Renan Quinalha (2021, p. 230) lembra que uma das questões centrais para os órgãos de informação e censu-

⁶⁷⁴ Douglas Attila Marcelino entende que o decreto não abrangia a imprensa escrita, cuja fundamentação da censura estaria baseada já no AI-5. Questiona, assim, o entendimento de Beatriz Kushnir (2004, p. 116), para que o referido decreto institucionalizou a censura prévia da imprensa.

ra da ditadura passava pela definição da fronteira fluída e incerta entre o erótico e a pornografia. O primeiro, pelo senso comum, era dotado de uma arte e de beleza, sendo mais aceitável, ainda que não exatamente desejável; o segundo, era considerado, de partida, “sujo, repugnante e intolerável”. De qualquer forma, ambos provocavam a indignação dos setores mais conservadores da população e poderiam ser alvos das ações repressivas do regime.

A preocupação moral acabou se entrelaçando com as representações anticomunistas. Como diz Addrianna Cristina Lopes Setemy (2018, p. 180), “o medo compartilhado pelos setores militares que ensejaram o golpe de 1964 e diferentes setores da sociedade civil de que a nação se desintegrasse a partir da infiltração de ‘ideologias exóticas’ casou-se perfeitamente com a longa tradição de censura já existente no Brasil”. Em outros termos, era necessária a vigilância da sociedade e do governo, entenda-se, da censura oficial, para combater a depravação moral e, por extensão, o comunismo, garantindo a segurança nacional e os bons valores.

O comunismo, desde seus primórdios, foi visto como uma ameaça também aos princípios morais da sociedade (MOTTA, 2002, p. 62)⁶⁷⁵. Com as mudanças sociais

⁶⁷⁵ Vide também BRITO, 2019. Essas visões acerca dos comunistas partiram de deturpações de debates e experiências dos socialistas, especialmente no que se referia à União Soviética e os primeiros anos da revolução bolchevique, com críticas à família “burguesa tradicional”, debates sobre a inserção da mulher na sociedade (acesso à educação e ao trabalho na indústria, participação na vida política, igualdade formal entre os gêneros, a capacidade jurídica plena, direito ao divórcio e ao aborto, fim da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, direito à pensão alimentícia, etc.), a socialização do trabalho doméstico, entre outras questões. Tais temas eram por demais incômodos para os mo-

e comportamentais ocorridas a partir dos anos 1960 e os movimentos contestatórios, a exemplo das guerrilhas de esquerda, cresceu a preocupação com o “efeito corrosivo” do comunismo sobre a família, o casamento, a cristandade, a Pátria e a juventude. Bem de acordo com os ideários da Doutrina de Guerra Revolucionária, teorias conspiratórias, difundidas entre conservadores e militares, alertavam sobre a tática do comunismo internacional de se infiltrar, de forma silenciosa, em todos os setores da população, para corrompê-la, degradá-la moralmente, estimular perversões sexuais e minar os bons valores, aproveitando-se, especialmente, da “imaturidade” dos jovens (BRITO, 2019, p. 5).

A promiscuidade sexual, a difusão de drogas, o estímulo à pederastia (termo pejorativo para se referir à homossexualidade usado na época), a pornografia e até as manifestações da contracultura (a exemplo do movimento hippie) fariam parte de projeto secreto comunista de conquista do poder institucional (BRITO, 2019, p. 5). Com base em tais concepções, a pornografia era concebida, concomitantemente, como uma afronta à ordem moral e política, ou seja, degradava os bons valores, induzia as pessoas às práticas dos atos sexuais condenáveis (MARCELINO, 2006, p. 164) e não deixava de constituir-se uma ameaça à segurança nacional, pois serviria aos interesses e projetos políticos do “inimigo vermelho” (SETEMY, 2018, p. 175).

Nesse sentido, como veremos adiante, a flexibiliza-

delos de mulher, maternidade e família (patriarcal) defendida por grupos conservadores. Daí, pois, os discursos de que os comunistas desejavam destruir a família, a moral e os bons costumes. As experiências emancipatórias femininas soviéticas, porém, não foram muito adiante, especialmente com a ascensão do stalinismo (GOLDMAN, 2014).

ção da ditadura, a partir de meado dos anos 70, implicando em maiores críticas à censura por parte da população e abrandamento da censura moral por parte do regime, foi entendida, por setores conservadores, civis e militares, não apenas como um franqueamento de espaços para a atuação dos comunistas, mas, igualmente, como um processo de destruição dos princípios morais da sociedade, o que teria uma ligação. Para os mais extremistas, entre os quais estavam os grupos terroristas de direita, os comunistas se aproveitavam da distensão para corromper os bons valores em seus planos de tomada do poder.

Entretanto, não há como evidenciar que apenas a repulsa ao comunismo mobilizasse as pessoas no sentido de pedir a censura moral contra a “onda pornográfica”. Como lembra Renan Quinalha (2021, p. 181), mães, famílias, religiosos e outros cidadãos agiam “por um sentimento quase atávico de proteção dos papéis sociais e dos valores que cultivavam diante das mudanças culturais que estavam no horizonte”. Houve, portanto, múltiplas causas e manifestações do conservadorismo moral quando do processo de distensão/abertura da ditadura (QUINALHA, 2021, p. 181. Entre elas, as mudanças culturais e comportamentais pelas quais passava a sociedade brasileira nos anos 1970, bem como o crescimento vertiginoso da indústria cultural e a expansão dos meios de comunicação de massa, o que muitas vezes contava com o apoio e investimentos do próprio Estado ditatorial (ORTIZ, 2014, p. 119; SETEMY, 2018, p. 178).

Escandalizava os grupos sociais mais tradicionais o surgimento ou a explicitação de novos comportamentos e relações afetivas e pessoais, como a difusão do divór-

cio, a liberação sexual ante o uso de anticoncepcionais, a maior presença das mulheres no mercado de trabalho, o consumo de drogas, as novas experimentações da sexualidade e relações de gênero, a busca da autonomia juvenil, etc. (BRITO, 2019). O mesmo acontecia com os conteúdos “pervertidos” e/ou violentos trazidos por filmes, peças de teatro, músicas, novelas, revistas, livros, etc., que aumentavam em quantidade e aos quais as pessoas tinham cada vez mais acesso, em virtude da ampliação do alcance da televisão e do número de salas de cinema, emissoras de rádios, bancas de jornais, livrarias, etc. O Brasil da ditadura se urbanizava e ampliava a alfabetização⁶⁷⁶.

Existiram, então, em destaque, dois processos distintos, segundo Douglas Attila Marcelino (2006, p. 20), a adoção de novas posturas comportamentais, em especial por parte de uma parcela mais intelectualizada da juventude, que rejeitava vários dos padrões morais e culturais tradicionais a partir da desilusão ou da busca da confrontação com a ordem política vigente; e o consumo, em grande escala, do erotismo sem preocupações de natureza ideológica, pautado na expansão de um mercado de bens culturais dessa natureza em diversos planos.

Some-se a isso, a diluição da censura moral advinda com a distensão/abertura, que possibilitava, enfim, às pessoas poderem ver filmes, livros, revistas, etc. até então proibidos pelo regime e sobre os quais apresentavam a curiosidade ou o desejo de acessar. Ou seja, não é que a distensão política tenha provocada uma deprava-

⁶⁷⁶ “Em 1940, apenas 38,4% da população era alfabetizada; em 1950, esse percentual continuava baixo, 42,7%. Em 1970, os alfabetizados representavam 2/3 da população, e em 1980, atingiam 74%” (LUNA, KLEIN, 2014, p. 74).

ção dos costumes, mas, sim, franqueado a possibilidade de as pessoas consumirem aqueles tipos de produtos nos quais tinham interesse e que a censura oficial impedia e até despertava-lhes a curiosidade de conhecer.

Como lembra Douglas Attila Marcelino (2006, p. 19), existia uma enorme parcela da população ávida pelo consumo de livros, filmes, programas de TV e outros meios que abordassem o sexo de modo menos “sofisticado”. Um grande número de pessoas lotava as salas dos cinemas quando da exibição de filmes mais “picantes” (como no caso das famosas pornochanchadas), gastava dinheiro comprando uma literatura considerada de “baixo nível” pelos setores mais intelectualizados e acompanhava, com enorme atenção, a um dos produtos mais rentáveis da indústria cultural: as telenovelas. O boom de erotismo, como afirmou à época a Revista Isto É, também teria ocorrido em outros países que tinham saído recentemente de ditaduras, como Portugal e Espanha⁶⁷⁷. Seria uma espécie de externalização da libido possibilitada pela liberdade após tanto tempo de repressão. Por outro lado, havia setores mais à esquerda que entendiam que a “onda erótica” provocada pela abertura seria “um artifício do poder público para neutralizar as insatisfações que aconteciam no momento”⁶⁷⁸, ou seja, a pornografia como forma de “alienar” as pessoas em um momento de tantos embates políticos e sociais como aquele.

No que toca ao mercado editorial, houve, ao longo da década de 1970, uma sensível expansão (MARCELINO, 2006, p. 114), com o crescimento da produção de livros ou de revistas, com as mais diversas temáticas, como

⁶⁷⁷ Isto É, 1º/10/1980.

⁶⁷⁸ O Povo, 04/08/1980.

política, ficção, quadrinhos e, claro, erotismo, consumidos por um público crescente, sobremaneira composto pela juventude urbana e setores de classe média. Segundo Renato Ortiz (2014, p. 119), “(...) os dados são eloquentes. A produção de livros entre 1966 e 1980 passa de 43,6 para 245,4 milhões de exemplares; o crescimento de revistas entre 1960 e 1985 foi de 104 milhões para 500 milhões de exemplares”.

Especificamente sobre revistas eróticas, obtivemos alguns dados. Segundo Osmar Mendes Júnior, editor-chefe da Ideia Editorial, responsável pela publicação da revista erótica Privê e de 18 outros títulos do gênero, disponíveis nas bancas de todo o País, no começo dos anos 1980 a editora vendia cerca de 1,8 milhão de exemplares por mês. No total, circulariam no Brasil 165 títulos de publicações eróticas e pornô, que venderiam mensalmente algo em torno de 7 milhões de exemplares⁶⁷⁹. Um de nossos entrevistados, Francisco Pereira, jornalista e ex-presidente do Sindicato dos Proprietários de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, ratificou a informação:

Havia uma grande quantidade, muitas, muitas revistas eróticas. Até hoje ainda existe um pequeno número, né? Mas na época existiam bem mais publicações deste tipo, que vendiam bastante, muito mesmo. (...) As revistas eram contidas dentro de sacos escuros e havia uma orientação da prefeitura para que elas sequer ficassem nas prateleiras da frente da banca. Eu ainda hoje coloco [essas revistas] na última prateleira, lá em cima. O freguês que chega e procura⁶⁸⁰.

⁶⁷⁹ Isto É, 1º/10/1980.

⁶⁸⁰ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalheiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

Não surpreende, portanto, que mesmo quando o regime começou a perder popularidade e foi se estruturando o consenso em torno da democracia, a censura moral fosse ainda aceita e mesmo pedida, especialmente, quanto a temas envolvendo sexualidade. Houve, no período, um aumento do número de cartas enviadas, por cidadãos comuns (mães, pais, religiosos, etc.) e grupos organizados, à presidência da república, ao Ministério da Justiça e à DCDP pedindo providências contra a “imoralidade grassante no País” (FICO, 2002, p. 269; MARCELINO, 2006, p. 10).

Em outros termos, não obstante a aceitação e a atração que as mudanças comportamentais tinham para parcelas da sociedade, como se percebe pelos índices de audiência da televisão, público do cinema e venda-gem de revistas e livros, não tem fundamento a imagem de que toda a sociedade brasileira combateu a censura, particularmente no que concerne àquela relacionada à defesa da ‘moral e dos bons costumes (MARCELINO, 2006, p. 196 e 198). Assim, a censura, em especial a comportamental, contou com apoio de parte da população, mesmo em um momento em que havia a distensão do regime. Como fala Douglas Attila Marcelino (2006, p. 10 e 18), havia uma maior concordância com esse tipo de atividade, diferentemente do que acontecia com a censura estritamente política dos órgãos de imprensa. Isso pela persistência de alguns padrões comportamentais defendidos pelos conservadores como ideais, pela tradição de censura de costumes na sociedade brasileira e, acrescentamos, pela representação anticomunista de segmentos da população, que associava pornografia à “subversão”. Tais perceptivas ajudam a entender como o espectro moral esteve presente igualmente na série de

atentados, realizados pela extrema-direita, às bancas de revistas e livrarias que ocorreram pelo País em 1980-81.

Nas memórias e produções historiográficas, acadêmicas (KUCINSKI, 2018) ou não, as quais abordam a distensão/abertura da ditadura civil-militar, enfatiza-se, geralmente, tais atentados como uma retaliação da extrema-direita à venda de publicações da chamada imprensa alternativa ou nanica⁶⁸¹. Os extremistas entendiam que jornais como Movimento, Pasquim, Em Tempo, Opinião, Mutirão, etc. eram publicações “comunistas”, meios de propagação da “subversão” e de ataques à ordem social e às autoridades constituídas, isso quando não traziam também “imoralidades”.

No Manifesto ao Povo Brasileiro, enviado à imprensa do Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1980, a Falange Pátria Nova, negando a autoria dos ataques à OAB e Câmara Municipal, assumiu os atentados contra as bancas de jornais e expôs os motivos. Ante a difusão

⁶⁸¹ “A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizavam uma pequenez atribuída pelo sistema com base em sua escala de valores, e não nos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de uma única saída para uma situação difícil; e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (KUCINSKI, 2018, p. 11). O surgimento de jornais alternativos liga-se à disseminação do método simplificado offset, de impressão a frio, permitindo tiragens pequenas a baixo custo, o que, muitas vezes, era feito nas próprias gráficas dos grandes jornais, que passaram a oferecer tempo ocioso de impressão para terceiro. Some-se a isso a implantação, pela editora Abril, de um sistema nacional de distribuição (KUCINSKI, 2018, p. 16).

do comunismo por publicações vendidas nas bancas e a inação dos órgãos de repressão no combate à subversão, o grupo, “composto por pessoas que sabem dos riscos que correm”, decidiu agir, para evitar a tomada do poder pelos vermelhos.

Nossos ataques às bancas de jornais visavam não à pessoa física de seus proprietários, mas impedir a venda dos jornais da imprensa alternativa, verdadeiros veículos de transmissão das ideias comunistas. Não sabemos por que os órgãos de segurança não atuam contra as organizações comunistas que procuram, agora ostensivamente, derrubar o regime e implantar o socialismo e a ditadura do proletariado.

(...) Somos conscientes do perigo que corremos. Estamos seguros (sic) de nossos objetivos que são específicos contra os comunistas, que sempre tentaram, e estão tentando hoje de uma forma mais sutil, transformar o regime⁶⁸².

Apresentando um sentido parecido, em Passo Fundo-RS, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) enviou carta com ameaças e em tom de ironias ao jornalista Aldrian Ramirez:

⁶⁸² Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

(....) Temos grande prazer em informar ao Sr. que o CCC (Comando de Caças aos Comunistas) está organizado em Passo Fundo e Erechim.

A banca de revistas de sua propriedade vende jornalecos de cunho comunista. Nós estamos avisando para o senhor parar de vender os seguintes jornais: PASQUIM, COOJORNAL, VERSUS, MOVIMENTO, EM TEMPO.

Nós temos a certeza que o Sr. vai acatar as decisões do CC, porque como já é de conhecimento de todos a gente não brinca e a sua banca pode explodir a qualquer momento.

Nós não admitimos os comunistas.

Nós não admitimos bancas que vendem jornal comunista; e o Sr. vende...

Este é apenas um aviso, depois partiremos para a represália⁶⁸³.

Os radicais de direita superdimensionavam o real, buscando bases para fundamentar representações anticomunistas e crenças acerca de um perigo vermelho à espreita. No fundo, tratava-se de autoritarismo, da dificuldade de conviver com outros valores, ideologias ou comportamentos, em um momento que a ditadura se flexibilizava. Como disse o cineasta Geraldo Sobral Rocha à época, o que os extremistas faziam contra a imprensa nanica e às bancas era uma “censura armada”⁶⁸⁴. O Jornal do Brasil chegou a afirmar, em editorial, que os terroristas desejavam “restaurar a censura pelo fogo”⁶⁸⁵.

⁶⁸³ Informe do Serviço Nacional de Informações nº 091/116/APA/80, Agência Porto Alegre, “Atuação do Comando de Caça aos Comunistas no Rio Grande do Sul”, de 25 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_80001661_d0001de0001 Acesso a 29/10/2020.

⁶⁸⁴ Jornal de Brasília, 1º/08/1980.

⁶⁸⁵ Jornal do Brasil, 05/08/1980.

A imprensa alternativa acabou sendo um dos principais espaços da reorganização política e ideológico das esquerdas, especialmente após o fracasso da luta armada (KUCINSKI, 2018, p. 15), uma esquerda, não custa lembrar, que no final dos anos 70 e começo dos 80, estava dando maior atenção a novas bandeiras sociais, como as que envolvia os movimentos de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, etc. (ARAÚJO, 2000). Não surpreende, portanto, que existissem nanicos voltados para questões artísticas, étnicas e comportamentais, a exemplo de o Lampião da Esquina, dirigido à comunidade gay (QUINALHA, 2021), embora também não deixassem de realizar a crítica ao regime (KUCINSKI, 2018, p. 13). Ainda que os jornais alternativos fossem, geralmente, de esquerda, havia várias tendências políticas entre os mesmos, e não apenas comunistas, sem falar das disputas que travavam entre si, o que provocava várias dissidências e duras rupturas políticas e editoriais (KUCINSKI, 2018, p. 15). Com tantas disputas e divisões, falta fundamento à assertiva de que esses jornais estivessem mancomunados em um bem articulado e secreto projeto de difusão do marxismo e tomada do governo.

Há de se considerar ainda que boa parte dos periódicos nanicos, como diz Bernardo Kucinski (2018, p. 172 e seguintes), estavam em crise naquele começo de 1980 e apresentavam tiragens já não tão expressivas, sendo considerável o encalhe nas bancas. Tinham um público leitor restrito, geralmente pessoas já ideologicamente à esquerda e opositoras do regime, militantes e simpatizantes de uma causa, partido ou grupo político. Ou seja, o alcance da imprensa alternativa para além do campo da esquerda era limitado. Assim, ver os periódicos alternativos como uma poderosa forma de doutrinação

comunista da sociedade, como pregavam os grupos conservadores, parece também uma tese sem fundamento, mesmo porque os jornais da grande imprensa vendiam bem mais.

Ironicamente, um efeito colateral das ameaças e atos terroristas foi o de dar publicidade para os jornais nani-cos, em virtude da repercussão negativa advinda com a tentativa violenta de impedir suas vendas e da divulgação obtida pelos mesmos na imprensa comercial. Pode-se dizer que houve um efeito parecido com o das medidas da censura oficial contra produções artísticas e políticas (FICO, 2002, p. 276): o ato de impedir a circulação dos jornais tornou-se mais relevante que a qualidade ou o conteúdo dos mesmos. Ou seja, muitas pessoas passaram a prestar atenção, a conhecer e a procurar os tabloides da imprensa alternativa em virtude dos próprios atentados, algumas por curiosidade, para saber dos conteúdos dos jornais, outras por solidariedade, em um momento de consenso da sociedade e mobilização em torno da democracia.

Não por coincidência, as bancas que persistiram negociando os jornais tiveram um salto nas vendas. Em Brasília, após as primeiras ameaças da Falange Pátria Nova, em fins de julho e começo de agosto de 1980, muitos donos de bancas decidiram não suspender a venda dos alternativos, os quais tiveram um aumento na procura, conforme noticiou o *Correio Braziliense*⁶⁸⁶. Apenas após o dia 12 de agosto, quando foi incendiada a primeira banca na cidade, a Disneylândia, que os jornalheiros deixaram de negociar os periódicos.

⁶⁸⁶ *Correio Braziliense*, 03/08/1980.

Em Belém do Pará duas bancas foram alvos de atentados, no final de abril de 1981⁶⁸⁷, um momento, como veremos adiante, no qual os ataques aos jornaleiros tinham sofrido um refluxo. Logo os donos de banca, como já ocorrera em meados de 1980, pararam de vender os jornais alternativos. A única exceção foi a banca de dona Hilma Lima, situada na Avenida Presidente Vargas. Indagada pela imprensa o motivo de persistir nas vendas, Hilma Lima, mostrando-se pragmática e irônica, justificou-se, afirmando que “as bombas aumentaram as vendas desses jornais. Se quem joga bombas soubesse a propaganda que está fazendo dos jornais que combate, não soltaria mais nem um foguetinho de São João”, disse, completando que “aqui eu vendo tudo e vou continuar vendendo”⁶⁸⁸.

Esses casos, porém, não podem ser superdimensionados, pois, no geral, os jornaleiros, assustados, deixaram de expor e negociar os periódicos da imprensa alternativa. Sem a negociação direta nas bancas, dificultou-se o acesso aos jornais por parte do círculo fiel de leitores de esquerda, incrementando a queda nas vendas. Segundo a *Veja*, no início de agosto de 1980, as publicações alternativas, que conseguiram contabilizar suas perdas, acusaram um decréscimo, em média, de 50% nas vendas⁶⁸⁹. Isso contribuiria para agravar a crise

⁶⁸⁷ A 28 de abril de 1981, duas bancas foram alvos de ataques em Belém, por parte da *Falange Pátria Nova*. Em uma delas, foram deixadas cópias fotocopiadas do seguinte bilhete: “Você vendendo jornais comunistas tornou-se nosso inimigo. A prova aí está e vem mais. *Falange Pátria Nova*”. *O Povo*, 29/04/1981.

⁶⁸⁸ *Jornal do Brasil*, 30/04/1981.

⁶⁸⁹ *Veja*, 06/08/1980. Segundo *O Povo*, o *Pasquim*, que vendia cerca de 14 mil exemplares em São Paulo, passou a vender a metade, pois os donos de bancas pararam de retirar o periódico da distribuidora. *O Povo*,

pela qual passava a imprensa nanica – vários dos periódicos deixariam de circular em 1980 e 1981⁶⁹⁰.

Embora já ocorressem atentados à imprensa alternativa desde, pelo menos, 1977, as intimidações e ataques contra as bancas, tendo como intenção impedir a venda dos jornais nanicos, deu-se, sobretudo, a partir de junho de 1980, atingindo o apogeu em agosto e se estendendo ainda por setembro. Para se ter dimensão da onda intimidatória, no

29/07/1980. Na primeira semana de agosto, o Hora do Povo teve um prejuízo de 400 mil cruzeiros. Isto É, 06/08/1980. A revista Veja trouxe uma relação das 13 publicações alternativas alvo dos terroristas: Pasquim (semanário fundado em 1968 e desligado de partidos); Coojornal (mensário da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, desligado de partidos); Repórter (mensário, sem linha editorial definida); Hora do Povo (semanário, ligado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8); Voz da Unidade (oficioso do Comitê Central do PCB); Movimento (semanário desvinculado de partidos); O companheiro (ligado ao Movimento de Libertação do Proletariado); O Trabalho (ligado ao grupo trotskista Liberdade e Luta/Libelu); Convergência Socialista (ligado ao grupo homônimo); Correio Sindical (ligado ao PCB); Tribuna da luta operária (ligado ao PCdoB); Em Tempo (semanário surgido em divergência a Movimento); Jornal do CBA (editado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e integrado por vários grupos de esquerda). Veja, 06/08/1980.

⁶⁹⁰ Kucinski (2018, p. 24, 25, 171, 174 e 175) questiona até que ponto os atentados podem explicar, por si apenas, o fim dos jornais alternativos. As tiragens destes, à época dos atentados, já eram pequenas, voltadas já para um “mesmo e pequeno público, já esclarecido”, geralmente de militantes e simpatizantes. Considerando que as vendas em bancas eram modestas, os atentados destruíram jornais que acabariam encalhando. A queda na vendagem, com dificuldades até de distribuir os jornais para o “público esclarecido”, teve algum efeito, especialmente em jornais não ligados a projetos político-partidários, embora, segundo o autor, deva-se encontrar em outros fatores, como a debilidade econômica, problemas de administração, divergências ideológicas, dissensões internas, as apreensões de edições pelo governo e dificuldades de distribuição, razões mais profundas para entender como muitos daqueles jornais deixariam de existir a partir de 1981.

Rio de Janeiro, das 5 mil bancas existentes no estado, cerca de 2 mil haviam recebido panfletos e ameaças, no início de agosto, segundo o Sindicato dos Jornalistas⁶⁹¹.

Não se sabe o número exato ameaças e atentados contra esses estabelecimentos, devido à falta de documentos e registros. O documento do SNI, acerca dos atentados terroristas, cita poucos casos⁶⁹² e catalogamos outros na tabela elaborada para esta pesquisa, baseando-se em jornais e informes das autoridades. Entretanto, a grande imprensa, nas primeiras semanas após o início das intimidações, não deu atenção aos episódios e quando passou a fazê-lo, muitas vezes, abordava vaga e genericamente as ameaças, sem especificar as bancas. Jornaleiros foram ameaçados mais de uma vez e, muito provavelmente, houve casos que não chegaram ao conhecimento dos veículos de comunicação e das autoridades ou sequer foram noticiados ou registrados. Ocorreram, ainda, casos de diversas bancas que, embora não tenham sido incendiadas, tiveram seus cadeados e fechaduras vedados com “cola maluca”, cola de cimento e limalha de ferro, como aconteceu em Brasília⁶⁹³ e Rio

⁶⁹¹ Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

⁶⁹² “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

⁶⁹³ “Quinze bancas de jornais da Avenida W-3 (...) amanheceram ontem com suas fechaduras lacradas com cola de cimento e um cartaz afixado em suas portas ameaçando com atentados caso elas continuassem a vender o que chamaram de “jornalecos comunistas”. Uma organização intitulada ‘Falange Pátria Nova’ assinou os avisos, que foram escritos com caneta esferográfica vermelha e com palavras desalinhasadas e [que] diziam: ‘você já recebeu nosso aviso sobre os jornalecos comunistas. Sua fechadura está fechada. Breve, sua banca também estará’”. Tribuna da Imprensa, 2-3/08/1980; Correio Braziliense, 03/08/1980;

de Janeiro⁶⁹⁴, o que não deixa de serem atentados também (embora assim não tenham sido contabilizados em nossa tabela).

Conforme as fontes, catalogamos 23 casos, com 21 bancas incendiadas, destruídas total ou parcialmente, e duas tentativas frustradas de incêndio⁶⁹⁵, entre julho de 1980 e julho de 1981. A maioria dos ataques, um número de 14 casos, se concentrou em julho (quatro) e agosto (dez), no que Bernardo Kubinski chamou de campanha contra as bancas. A partir de setembro, o número de ataques (três) caiu bastante, havendo ainda um caso em dezembro, como trataremos depois. Em 1981, tivemos registro de apenas cinco atos terroristas contra bancas, três deles em abril, antes das bombas ao Riocentro, o que poderia significar tratar-se de casos isolados (ocorreram em Belo Horizonte e Belém) ou, talvez, uma retomada desse tipo de atentados, tentativa logo abortada, em virtude do impacto para a extrema-direita do que aconteceu no Centro de Eventos da capital fluminense. Também contabilizamos ataques a livrarias, sobremaneira, em 1980⁶⁹⁶.

Jornal do Brasil, 13/08/1980. Bancas em Niterói tiveram seus cadeados vedados também por cola sintética. Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

⁶⁹⁴ Jornal do Brasil, 26/07/1980.

⁶⁹⁵ A 22 de agosto de 1980, uma bomba colocada na Praça XV, no Rio de Janeiro, tem o pavio desativado por um policial. Tribuna da Imprensa, 27/08/1980. A 30 de setembro de 1980, dois homens tentaram colocar gasolina e uma banana de dinamite na banca do Batel, em Curitiba, mas fugiram com a chegada de um vigia. Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980, 03/10/1980.

⁶⁹⁶ Levantamos casos de ataques às livrarias Jinkigns (Belém), em 1979, e Capitu, Kairos e Livramento (São Paulo), Nova Salete (Recife) e Nova Maíra (Manaus) e ameaças a Combate Socialista (Porto Alegre) e Sódiler (Brasília), em 1980. Observe-se que os atentados contra as livrarias

Geralmente, os ataques às bancas aconteciam à noite, conforme o *modus operandis* da extrema-direita verificada em outros atentados. As ameaças aconteciam por meio de cartas e telefonemas anônimos, quando não eram deixados ou afixados nas bancas, também de madrugada, bilhetes ou panfletos intimidatórios. As cartas e os panfletos poderiam até serem apócrifos, ou seja, não eram assinados ou assumidos pelos grupos terroristas que já estavam praticando atentados, um sinal que talvez se tratassem de ações isoladas de algum extremista ou de um pequeno número deles, influenciados pela onda de atentados em voga e dando sua contribuição no “combate à ameaça comunista”.

Um dos primeiros locais em que se verificaram as cominações foi Belo Horizonte, desde o fim de junho de 1980, pelo menos, havendo, inclusive, ameaças de destruição da sede do Sindicato dos Vendedores e Distribuidores de revistas e jornais da cidade⁶⁹⁷. Ao que

de São Paulo aconteceram em abril de 1980, portanto, antes da “campanha contra as bancas de jornais”.

⁶⁹⁷ Tribuna da Imprensa, 11/07/1980. O relatório da CPI de Minas Gerais sobre terrorismo informa que a 26 de junho de 1980 “As bancas de revistas de Belo Horizonte amanhecem com folhetos colados ameaçando com represálias se continuassem a vender uma lista de publicações alternativas”. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada, em 1980, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para apurar os atentados terroristas ocorridos no estado. Disponível em <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1030/CPI%20ALMG%20-%20relat%c3%b3rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso a 25/04/2021. Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em www.comissaodaverdade.mg.gov.br. Acesso a 21/11/2021. O jornal O Povo informa que uma banca incendiada em Itaim, São Paulo, a 21 de julho de 1980, já havia recebido uma carta com ameaça no dia 25 de junho. O Povo, 22/07/1980.

consta, os panfletos intimidatórios, a princípio, não foram levados a sério pelos jornaleiros, os quais, porém, mudaram de postura após extremistas de direita realizarem várias pichações anticomunistas e explodirem uma bomba no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (Casa do Jornalista), a 27 de junho⁶⁹⁸. Assim, quando uma nova leva de panfletos foi deixada nas bancas, renovando as ameaças, não poucos proprietários pararam de negociar ou expor os alternativos. Entre a primeira e a segunda semana de julho de 1980, os grandes jornais, que até então não haviam dado atenção ao assunto, começaram a noticiar as intimidações que sofriam os jornaleiros. Um deles foi o carioca *Tribuna da Imprensa*⁶⁹⁹ que, a 11 daquele mês, trouxe matéria na qual citava os panfletos advertindo as bancas de Belo Horizonte sobre a venda de “jornais comunistas”.

Um relatório da agência do SNI de Belo Horizonte trouxe, em anexo, cópias dos panfletos, geralmente reproduzidos por meio de fotocópias. Em um dos papeis, há o desenho de uma mulher, simbolizando a morte e abraçando a figura de um jovem e maltrapilho gazeteiro, ou seja, um vendedor ambulante de jornais que, por direito a uma pequena comissão, pegava os periódicos, nas bancas ou nas distribuidoras, para vendê-los em semáforos, ruas, etc. Muitos dos gazeteiros eram jovens, alguns, adolescentes, e havia uma discussão se esse tipo de atividade não se constituía uma exploração do trabalho infantil (CHAGAS, 2013). A referência, pelos extremistas, a um gazeteiro, mal vestido, não deixava,

⁶⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 28/06/1980; *Folha de São Paulo*, 28/06/1980. Entre as inscrições frases como “casa dos comunistas”, “hora é chegada, fora, fora comunistas”, “este é um aviso à imprensa comunista” e “viva o papa anticomunista”.

⁶⁹⁹ *Tribuna da Imprensa*, 11/07/1980.

portanto, de ser uma estocada nos donos de bancas. No panfleto, o gazeteiro levava a mão direita ao rosto, dando a entender que estava assustado, apresentando, na outra mão, o exemplar de um jornal, no qual aparecia uma foice e um martelo. A seus pés, uma pilha de jornais, que também apresentavam o tradicional símbolo dos comunistas. Por todo o panfleto, nomes de jornais alternativos e, na parte de baixo, o desenho de três bananas de dinamites, com pavios ligados, e uma frase ameaçadora: “Cuidado, teu pavio já está aceso...”⁷⁰⁰.

No mesmo relatório do SNI, há ainda a reprodução de um outro panfleto deixado pelos extremistas em Belo Horizonte, com um texto intimidatório datilografado, no qual se lê:

Senhor jornaleiro: o senhor, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista em nossa pátria, ao vender alguns, senão todos, dos jornais abaixo relacionados.

Estes jornais divulgam ideias comunistas contrárias à moral e aos desejos do povo brasileiro. Exigimos, portanto, que o senhor pare imediatamente de vender estes jornais em sua banca para que não sejamos obrigados a tomar medidas drásticas. Relação dos jornais comunistas: Hora do Povo, Movimento, Companheiro, Voz da Unidade, O Trabalho, Tribuna da Luta Operária, O Pasquim, Em Tempo, Correio Sindical, Coojornal, O Repórter e Convergência Socialista⁷⁰¹.

⁷⁰⁰ Encaminhamento do Serviço Nacional de Informações nº 018/116/ABH/80, Agência Belo Horizonte, “Atividades subversivas – ameaças aos jornaleiros de Belo Horizonte”, de 17 de julho de 1980. Arquivo Nacional. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_80001878_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023. O panfleto também foi reproduzido em Isto É, 23/07/1980.

⁷⁰¹ Encaminhamento do Serviço Nacional de Informações nº 018/116/

Logo bancas de outras cidades do Brasil passaram a também serem ameaçadas, inclusive, com a reprodução idêntica dos panfletos e bilhetes. Nota do Sindicatos dos Jornalistas de Brasília, de meados de julho, afirmava que bancas estavam sendo ameaçadas em Minas Gerais, Paraná, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro⁷⁰². O texto dos terroristas de Belo Horizonte, citado acima, circulou em Curitiba, conforme denúncia, de 11 de julho, do Comitê Brasileiro pela Anistia⁷⁰³. O panfleto com o desenho da morte abraçando o jornaleiro foi reproduzido igualmente em Brasília⁷⁰⁴. Essas reproduções dos textos e dos métodos de intimidação pode ser mais uma evidência de como os extremistas de áreas distintas se influenciavam e copiavam os modos de agir uns dos outros, como visto ao longo desta obra.

Por vezes, os extremistas faziam referências aos atentados dos centros mais dinâmicos da abertura, como possibilidades de serem replicados em suas cidades, para endossar ainda mais as ameaças e a possibilidade de ataques. Foi o que houve em Recife, quando a autoproclamada Falange Pátria Nova-Setor Nordeste enviou aos jornaleiros panfletos, com recortes de jornais sobre o ataque a uma banca em Madureira, Rio de Janeiro, e um texto datilografado onde afirmava que

ABH/80, Agência Belo Horizonte, "Atividades subversivas – ameaças aos jornaleiros de Belo Horizonte", de 17 de julho de 1980. Arquivo Nacional.

⁷⁰² Tribuna da Imprensa, 17/07/1980.

⁷⁰³ Jornal do Brasil, 12/07/1980. No panfleto mandado às bancas na capital paranaense, até a sequência dos "jornais proibidos" é a mesma, acrescido apenas do "jornal do CDA" – uma grafia errada para "CBA", ou seja, Jornal do Comitê Brasileiro pela Anistia.

⁷⁰⁴ O Povo, 14/07/1980.

o povo brasileiro, por tradição e livre escolha, é católico, conseqüentemente, repudia o regime comunista. Você, que é chefe de família responsável, não deverá mais vender em sua banca os jornais comunistas relacionados em anexo. Muita atenção: caso continue a vendê-los, sofrerá represálias, inclusive, danos materiais. Lembre-se do ocorrido em São Paulo e Rio. Ass. Falange Pátria Nova-Secção Nordeste⁷⁰⁵.

Não tardou para as ameaças se concretizarem, demonstrando a tendência a atos cada vez mais radicais e impactantes por parte dos extremistas. A 16 de julho de 1980, a banca do senhor José Alves Ribeiro, situada no centro de Belo Horizonte, na esquina da rua Curitiba com Tupinambás, foi fulminada por um incêndio, possivelmente provocado por gasolina ou álcool. “Cheguei para abrir a banca às 5 para 7 horas e só encontrei cinzas”, afirmou, desolado, o jornaleiro⁷⁰⁶. Ante as ameaças, governo mineiro havia aumentado o policiamento nas proximidades das bancas, mas a medida, como se percebe, se mostrou ineficaz. Da mesma forma como se dera com outros alvos, o ataque à banca de José Alves Ribeiro aconteceu pela madrugada e não houve testemunhas – pelo menos, não que se dispusessem a falar alguma coisa, tal o medo provocado pela onda terrorista. O estabelecimento de José Alves Ribeiro foi completamente destruído, dando-lhe um prejuízo de 400 mil cruzeiros⁷⁰⁷. Nos dias seguintes,

⁷⁰⁵ Jornal do Brasil, 1º/08/1980.

⁷⁰⁶ Tribuna da Imprensa, 17/07/1980.

⁷⁰⁷ Folha de São Paulo, 18/07/1980; Jornal do Brasil, 02/08/1980, 05/08/1980; Tribuna da Imprensa, 17/07/1980; Isto É, 23/07/1980. O Comitê de Solidariedade aos Movimentos Populares lançou um livro de ouro para recolher contribuições em dinheiro para cobrir os prejuí-

ainda em julho, bancas seriam incendiadas em Londrina⁷⁰⁸, São Paulo⁷⁰⁹ e Rio de Janeiro⁷¹⁰. Em agosto, os incêndios se intensificaram, com ataques a jornaleiros no Rio de Janeiro⁷¹¹, Niterói⁷¹², Fortaleza⁷¹³, Santa Rosa⁷¹⁴ e Brasília⁷¹⁵. Algumas das bancas atacadas sofriam apenas danos parciais, enquanto outras eram inteiramente carbonizadas, como a de João Carlos dos Santos, em Santa Rosa, a 523 km de Porto Alegre⁷¹⁶.

zos sofridos por José Alvez Ribeiro e outros donos de bancas atacados pelo terrorismo de direita. *Jornal do Brasil*, 05/08/1980.

⁷⁰⁸ A 21 de julho de 1980, foi incendiada a banca de Wesceslau Justiniano Vieira. *Jornal do Brasil*, 23/07/1980.

⁷⁰⁹ A 21 de julho de 1980, ocorre o incêndio e destruição de banca de Pedro Favali Filho, na Rua Joaquim Floriano, no bairro de Itaim. *Jornal do Brasil*, 22/07/1980.

⁷¹⁰ A 25 de julho de 1980, explosão e princípio de incêndio, com danos parciais, na banca na Praça do Patriarca, em Madureira, pertencente a Filomeno Amato. *Jornal do Brasil*, 26/07/1980;

⁷¹¹ A 2 de agosto, incêndio das bancas de Francisco Sciammarela, nas Laranjeiras, e de Pasquali Bossilo, no centro. Uma outra banca no bairro de Castelo, cujo proprietário não foi identificado, também foi atacada no mesmo dia. *Jornal do Brasil*, 03/08/1980. A 22 de agosto, há uma tentativa frustrada de explodir uma bomba em uma das bancas da Praça XV. *Tribuna da Imprensa*, 27/08/1980.

⁷¹² Explosão de bomba em banca de jornal no bairro de Ingá. *Jornal do Brasil*, 04/08/1980.

⁷¹³ Coquetéis molotovs são lançados contra bancas das Praças da Parquelândia e da Parangaba. *Tribuna do Ceará*, 12/08/1980.

⁷¹⁴ A 12 de agosto, uma bomba explode na distribuidora de jornais e revistas pertencente a João Carlos Batista dos Santos. *Jornal do Brasil*, 13/08/1980.

⁷¹⁵ A 12 de agosto, explosão da banca Disneylândia, pertencente a Eunio Ney Teixeira. *Jornal do Brasil*, 13/08/1980. No dia 22, explosão da banca Tadeu, de Rita Malair Credmann e Samuel Credmann. *Jornal do Brasil*, 23/08/1980.

⁷¹⁶ Isto É, 20/08/1980.

Jornaleiros, dos mais diversos pontos do País, após os incêndios das primeiras bancas, tendo ou não recebido cartas e telefonemas com ameaças, passaram a recusar os jornais alternativos (KUCINSKI, 2018, p. 173)⁷¹⁷, o mesmo ocorrendo com as distribuidoras de publicações, as quais também receberam admoestações⁷¹⁸. Segundo matéria do Jornal do Brasil, no início de agosto de 1980, pouco mais de duas semanas após o primeiro ataque, das cerca de 700 bancas de Belo Horizonte, apenas 10 continuavam vendendo os jornais alternativos⁷¹⁹. Tal o pânico e a sensação de insegurança que os proprietários das bancas começaram a afixar cartazes, bem visíveis, informando que não negociavam mais as publicações “proibidas”. Foi assim que agiu o jornalista Paulo Marinho Dias, da Avenida Faria Lima, em São

⁷¹⁷ Tribuna da imprensa, 1º/08/1980; Jornal do Brasil, 06/08/1980. Em Campos-RJ, bancas de jornais, mesmo sem receber ameaças, decidiram suspender a negociação dos periódicos, como medida de precaução. Em Salvador-BA, bancas deixaram de vender os alternativos no prazo dado pelos terroristas, 26 de julho, menos o alternativo local Inimigo do Rei. Isto É, 06/08/1980. Em João Pessoa-PB, a 22 de agosto de 1980, a Livraria Sete, no centro da cidade, e vários jornaleiros receberam panfletos datilografados da Falange Pátria Nova, com ameaças de incêndio caso continuassem a venda de periódicos “subversivos”. Apreensivos, alguns jornaleiros suspenderam as vendas já no dia seguinte. As ameaças também ocorreram em Campina Grande, onde um jornaleiro foi ainda intimidado a mudar o nome de sua banca – “Abertura”. Jornal do Brasil, 23/08/1980; Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.

⁷¹⁸ Em Pelotas-RS, a empresa Bandeira Distribuidora de Publicações Ltda recebeu carta com ameaças do CCC. Informe nº 22-115/80_SI/SR/DPF/RS, Departamento da Polícia Federal/Superintendência do Rio Grande do Sul, “Cartas contendo ameaças, atentados a bomba, incêndios, atividades de organizações terroristas”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008285_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

⁷¹⁹ Jornal do Brasil, 05/08/1980.

Paulo, em cuja banca colocou dois cartazes: “Atenção: não estamos vendendo mais os jornais que foram pedidos para não vender” e “Àqueles (sic) que estão incendiando bancas de jornais: não estamos mais vendendo as publicações da imprensa alternativa que constam da lista distribuída durante a madrugada às bancas de jornais”⁷²⁰. O referido jornaleiro afirmou que deixara de negociar os jornais alternativos há 15 dias, em virtude das constantes ameaças feitas a seus colegas. Realizou ainda um seguro contra incêndios⁷²¹. Em Curitiba, jornaleiros chegaram a colocar suas bancas à venda – em um único domingo, cinco delas foram anunciadas em jornais da cidade. Embora os proprietários negassem que as vendas tivessem a ver com a onda terrorista, é possível que os ataques, as ameaças, a sensação de insegurança e o medo tenham contribuído, como reconheceu um delegado de polícia⁷²².

Como os lucros da venda dos jornais alternativos eram pequenos e o público que os procurava, diminuto, não valia o risco, para os proprietários das bancas, contrariar os extremistas⁷²³. Afirmou o Jornal de Brasília:

Grande parte dos jornaleiros da Asa Sul [de Brasília] não está mais vendendo Movimento, Pasquim, Hora do Povo, entre outros periódicos. A maioria

⁷²⁰ Jornal do Brasil, 26/07/1980; Isto É, 06/08/1980.

⁷²¹ Jornal do Brasil, 26/07/1980.

⁷²² Delegado Luis Chemim. Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁷²³ O presidente do sindicato dos distribuidores e vendedores de jornais e revistas em Recife, Edson Soares do Amorim, apelou a seus companheiros para deixarem de vender “os jornais da linha alternativa, por precaução, até que as autoridades ponham na cadeia estes maus brasileiros”. Segundo ele, o lucro com a venda desses jornais “não compensa o risco”. Jornal do Brasil, 02/08/1980.

retirou totalmente estes jornais da vitrine de exposição com receio de atentados. A venda de jornais é responsável por quase 40% do lucro das bancas, os outros 60% são retirados da venda de revistas e outras publicações. A imprensa alternativa oferece pouco lucro, pois sua venda é mais restrita”⁷²⁴.

Houve casos de bancas que não receberam ameaça alguma antes de serem atacadas, o que, obviamente, fazia aumentar ainda o pânico e o sentimento de insegurança dos jornaleiros. Possivelmente, os extremistas, como se fossem fregueses comuns, constatavam quais os estabelecimentos vendiam os alternativos e decidiam agir, sem descartar que escolhessem alvos aleatoriamente. Havia aí, igualmente, uma espécie de pedagogia do medo: qualquer banca que dispusesse dos alternativos, independente de receber alerta ou não, estava na mira das bombas. Foi o caso da banca situada na Rua Gago Coutinho, no bairro carioca de Laranjeiras, atacada a 2 de agosto de 1980. O estabelecimento pertencia a Pascoal Bócio, que afirmou à imprensa não ter recebido nenhuma ameaça nos dias anteriores e sequer saber quais jornais “não deveriam mais ser vendidos”⁷²⁵.

Em alguns dos bilhetes deixados por ocasião dos atentados, os extremistas buscavam repassar a responsabilidade dos ataques para os editores dos jornais “comunistas”, os quais teriam a conivência dos jornaleiros que, mesmo admoestados, continuavam a vender os periódicos “subversivos”. Foi o que se deu por ocasião da

⁷²⁴ Jornal de Brasília, 13/08/1980. A queda nas vendas provocou estrondosos prejuízos aos jornais alternativos, cuja lucratividade nunca foi alta (KUCINSKI, 2018, p. 16).

⁷²⁵ Jornal do Brasil, 03/08/1980.

bomba estourada na banca de jornais Disneylândia, de Brasília, a 12 de agosto de 1980. No bilhete manuscrito deixado pela Falange Pátria Nova e pregado com cola na lateral da banca, lê-se:

Nós alertamos 8 (oito) bancas no dia 1/08/1980. Você não ligou. Lamentamos atingir os donos de bancas, quando os grandes culpados são os editores e distribuidores. Mas você ficou solidário com eles e merece pagar.

Ainda queremos evitar prejuízos maiores. E, portanto, um segundo aviso, um pouco mais enérgico. Para você, não haverá outros avisos. Falange Pátria Nova⁷²⁶.

Para mostrar resistência política à extrema-direita terrorista, editores da imprensa nanica e pessoas ligadas aos movimentos sociais articularam campanhas de apoio de solidariedade aos jornaleiros, inclusive, com a arrecadação de fundos para os que tiveram as bancas destruídas⁷²⁷. Era uma forma de também garantir o apoio da categoria, muito importante para a distribuição dos jornais alternativos e que apresentava certa ligação política com a esquerda, conforme veremos adiante. Mesmo assim, a quantidade de bancas que deixaram de negociar as publicações foi expressiva. Para tentar contornar o problema, buscou-se organizar pontos alternativos de vendas, o que, ao que parece, não surtiu maiores impactos – uma coisa é comprar um jornal em bancas, situadas em diversos e bem localizados pontos

⁷²⁶ Correio Braziliense, 13/08/1980.

⁷²⁷ O comitê de jornais alternativos chegou a arrecadar 800 mil cruzeiros para ajudar os jornaleiros que tiveram seus estabelecimentos incendiados. Isto É, 06/08/1980.

de uma cidade; outra é se deslocar para um local específico para fazer a aquisição. Os jornais passaram a ser negociados em sindicatos, igrejas, centros acadêmicos, universidades, associações de bairro, portas de fábricas, etc. quando não eram levados por militantes para serem vendidos em logradouros e nas manifestações públicas das oposições, que comumente aconteciam no período⁷²⁸. Os estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba, por exemplo, montaram uma banca no Campus de Taquaral para vender os jornais alternativos. O presidente do DCE da Universidade Metodista, Adelmo Alves Lindo, afirmou que a iniciativa era “uma resposta à omissão do governo diante dos atentados”⁷²⁹.

Mesmo nesses casos, as intimidações continuaram, fosse dos terroristas e/ou da própria ditadura e seus agentes. Em Belo Horizonte, o prefeito Maurício Campos proibiu a venda de alternativos em logradouros, argumentando que a legislação só permitia esse tipo de comércio em bancas e por jornaleiros autorizados⁷³⁰. Policiais do DOPS e fiscais da prefeitura tentaram impedir que estudantes vendessem os jornais na Praça Sete, no centro da cidade. Foi feito, porém, um acordo: as vendas poderiam acontecer, desde que os estudantes parassem com os discursos contra o governo, sinal que a questão não era a licença para as vendas dos alternativos, mas as críticas realizadas ao regime⁷³¹. Em Santos, um delegado ameaçou estudantes com um revólver em punho, jogando no chão e pisando em exemplares do Preto no

⁷²⁸ Isto É, 06/08/1980.

⁷²⁹ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

⁷³⁰ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁷³¹ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

Branco, jornal alternativo que vendiam⁷³². Em Fortaleza, o Sindicato dos Jornalistas do Ceará recebeu ameaças de ser depredado ou explodido caso cedesse suas dependências para a venda dos nanicos⁷³³.

Parte dos segmentos conservadores, da mesma forma que em relação a outros alvos de atentados, colocava em dúvida se os ataques às bancas seriam de autoria da extrema-direita. O jornalista de Correio do Ceará, Themístocles de Castro e Silva, sem apontar nenhuma evidência, acusou, em sua coluna diária no periódico, as esquerdas de serem responsáveis pelos ataques às bancas, “para vender seus jornais”. A imprensa alternativa, tachada pelo colunista de “cretina, mentirosa e ligada ao Partido Comunista”, precisaria de promoção para melhorar as vendas de seus “jornalecos”, daí ter passado a promover os atentados. Chamou de “patrulha ideológica” as manifestações da grande imprensa, especialmente o noticioso televisivo Jornal Nacional, da TV Globo, que buscava apurar, na estrutura de repressão do regime, os responsáveis pelos ataques. Para o jornalista cearense, fora a abertura política que libertaria os “verdadeiros terroristas”, ao anistiar os militantes de esquerda e permitir o retorno dos exilados⁷³⁴. Os comunistas estavam se aproveitando da situação para “se passar por vítimas”⁷³⁵. Alertava que “Ninguém se iluda: comunista é capaz de tudo”⁷³⁶.

⁷³² Preto no branco nº 12, 31/7 – 30/08/1980.

⁷³³ Tribuna do Ceará, 08/08/1980.

⁷³⁴ Correio do Ceará, 14/08/1980.

⁷³⁵ Correio do Ceará, 03/09/1980.

⁷³⁶ Correio do Ceará, 05/08/1980.

A onda de ataques não significou, porém, que as bancas tenham cessado completamente as vendas dos alternativos. Apesar dos riscos e do medo dos atentados e ameaças da extrema-direita, uma tática usada por jornalistas foi a de evitar expor os jornais nas prateleiras, deixando-os “atrás do balcão” e só os disponibilizando para os fregueses conhecidos⁷³⁷. Como havia uma espécie de clientela fiel à imprensa nanica, ela que indagava aos jornalistas sobre as publicações⁷³⁸. A precaução tinha razão de ser, pois, além dos atentados, os donos de bancas passaram a ser intimidados abertamente, em plena luz do dia e horário comercial, por outros extremistas de direita e até militares, os quais, aparentemente, se desinibiram ou se motivaram a também coagir a venda de “jornais comunistas”.

Foi o que ocorrera, por exemplo, com Sirene Aparecida, dona de uma banca na rua Teodoro Sampaio, Bairro de Pinheiros, em São Paulo, ameaçada por um suposto cliente, por estar vendendo Movimento, Pasquim e outros jornais alternativos. O homem que a ameaçou ocupava um carro fiat, cuja placa, depois descobriu-se, era falsa, um indício que se tratava possivelmente de

⁷³⁷ “Segundo dois irmãos proprietários de uma banca perto da Rua do Ouvidor [Rio de Janeiro], ‘na Avenida Rio Branco são poucas as bancas que expõem os jornais alternativos. A maioria recebeu os panfletos ameaçadores. É uma espécie de consenso, está todo mundo com medo, tem família e não quer ser prejudicado. O pessoal está vendendo, mas não está expondo do lado de fora das bancas’. Um dos irmãos proprietários da banca disse: ‘Não coloco esses jornais do lado de fora da banca nem vendo, porque pode ser um terrorista disfarçado que está comprando, e depois põem bomba embaixo da banca. Eu vou fazer seguro’. Jornal do Brasil, 26/07/1980.

⁷³⁸ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalistas do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

alguém ligado aos órgãos de segurança⁷³⁹. Em Ribeirão Preto, o dono da banca Pinguim, Alexandro Peraro, queixou-se à polícia por ter sido intimidado, às 10h da manhã, do dia 13 de agosto de 1980, por um homem vestido com a farda do Exército (patente de tenente), a não vender os jornais Hora do Povo, Pasquim e Voz da Unidade. Assustado, Peraro decidiu parar de negociar os jornais alternativos⁷⁴⁰. Em Fortaleza, um dos mais conhecidos jornalheiros da cidade, José Amaro Sobrinho, o Bodinho, foi intimidado por uma pessoa, que não se identificou, para “(...) não vender esses jornais, porque podia acontecer alguma coisa com sua banca”⁷⁴¹.

Poderia haver distintas razões para os jornalheiros insistirem em negociar os jornais, motivações que se sobrepunham, não raro. Uns visavam a continuar atendendo a seus fregueses e/ou obter algum ganho financeiro maior. Como diz Viktor Chagas (2013, p. 220), no ramo das bancas, os jornalheiros traçam estratégias a fim de se diferenciarem uns dos outros, buscando ofertar publicações mais especializadas para um perfil de consumidor não atingindo pela concorrência. Assim, mesmo que os dividendos financeiros com a vendagem não fossem tão elevados, era possível auferir maiores lucros com a comercialização em quantidade dos jornais alternativos, visto que bancas concorrentes pararam de disponibilizar esse tipo de publicações.

⁷³⁹ Jornal do Brasil, 31/07/1980; Isto É, 06/08/1980.

⁷⁴⁰ Informe do Serviço Nacional de Informações nº 2292/116/ASP/1980, Agência São Paulo, “Pressão contra banca em Ribeirão Preto (SP)”, de 26 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004004_d0001de0001. Acesso 04/01/2023.

⁷⁴¹ O Povo, 08/08/1980.

No Rio de Janeiro, mesmo após a explosão de uma banca em Madureira, um jornaleiro do mesmo bairro, cujo estabelecimento situava-se na esquina das ruas Carolina Machado com Francisco Batista, afirmou que continuaria vendendo todos os jornais: “Tudo é comércio e precisamos vender”, afirmou ele, cujo nome não foi exposto pela imprensa⁷⁴². O jornaleiro fortalezense Francisco Pereira afirmou em sua entrevista que

A gente tinha consciência que aqueles jornais criticavam o governo, batiam na ditadura. Claro, a gente queria os jornais para vender para nossa clientela, havia gente que comprava esses jornais. Mas a gente vendia, mesmo sabendo que essa postura desagradava muita gente e trazia riscos. (...) Mas é a clientela, são as vendas que fazem a banca sobreviver. Se tem cliente para comprar, eu tenho que vender⁷⁴³.

Outros jornaleiros buscavam manter os periódicos em suas bancas como forma de resistência e apego à causa democrática e/ ou afinidade ideológica, tal como ocorria com diversos outros setores da sociedade, os quais defendiam o fim da ditadura e não aceitavam se curvar aos que defendiam a manutenção do regime. Por mais que se interessassem em disponibilizar os periódicos como produtos na intenção de auferir lucros, havia a possibilidade de um jornaleiro, simplesmente, recusar a

⁷⁴² Jornal do Brasil, 27/07/1980. O nome do jornaleiro não foi identificado na matéria.

⁷⁴³ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

venda das publicações da imprensa alternativa⁷⁴⁴. Tanto o era que havia bancas as quais, antes mesmo da onda terrorista, não negociavam este tipo de publicações, por posições políticas conservadores do dono ou por temores de desagradar clientes ou de ser vítima de algum arbítrio da ditadura, conforme contou-nos Francisco Pereira. Assim, para muitos jornaleiros, expor e negociar os jornais constituíam-se formas de dizer “não” ao regime e, com a onda terrorista, rejeitar a violência e a “censura armada” da extrema-direita. Em outros termos, negociar a imprensa alternativa não deixava de ser assumir também certo posicionamento político.

A pesquisadora Lúcia Tormin Mollo (2022)⁷⁴⁵ mostrou-nos como muitos livreiros apresentavam laços com pensamentos à esquerda e/ou de oposição à ditadura, inclusive, com suas livrarias sendo alvos da espionagem e da repressão por parte de agentes do governo dos generais. Embora fuja ao tema desta pesquisa, constatamos que, sem cair em generalizações, pode ter

⁷⁴⁴ Uma exceção era o Rio de Janeiro. A venda de jornais alternativos, na cidade, havia sido beneficiada com o decreto nº 1601, de 21 de junho de 1978, que em seu artigo 11 obrigava os proprietários de bancas a vender todos os jornais, desde que a venda não fosse proibida em lei. *Jornal do Brasil*, 23/07/1980. <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1978/160/1601/decreto-n-1601-1978-consolidada-as-posturas-municipais-da-cidade-do-rio-de-janeiro-constantess-dos-regulamentos-em-anexo>. Acesso a 05/01/2023.

⁷⁴⁵ Temos alguns outros exemplos que mostram tal ligação. Um dos mais importantes dirigentes do PCB no Ceará, Anníbal Bonavides, deputado cassado e preso quando do golpe de 64, após ser liberto, organizou uma das mais famosas livrarias de Fortaleza, a Ciência e Cultura, que ficou famosa nos anos 1970/80 como um local de encontro de intelectuais. Uma outra livraria conhecida da cidade, a Arte e Ciência, ainda hoje existente, foi fundada por um antigo militante do PCdoB, Geraldo Majela Lins Gudes.

havido algo parecido no que toca a alguns jornaleiros. Em novembro de 1980, a revista Isto É, ainda que sem apontar de onde tirou a informação, afirmou que muitas das bancas de jornais de São Paulo seriam de pessoas ligadas ao Partido Comunista ou com posicionamentos ideológicos à esquerda⁷⁴⁶. As manifestações e posturas de alguns jornaleiros, ouvidos pela imprensa na época, parecem corroborar a assertiva da revista ou a tornam verossímil. Um exemplo é o do senhor José do Patrocínio, proprietário de uma banca na Avenida Guararapes, centro de Recife, que foi o único jornaleiro da área a continuar disponibilizando os periódicos nanicos quando a onda de ameaças da extrema-direita chegou à capital pernambucana. Em declaração à imprensa, Patrocínio deixou transparecer seus posicionamentos políticos. “Os jornaleiros não devem se recusar a vender os jornais alternativos, pois ‘ideias se combatem com ideias e não com bombas. E somos rigorosamente favoráveis à imprensa livre, de qualquer tendência ou feitiço”, afirmou⁷⁴⁷.

O responsável pela banca Disneylândia, em Brasília, Eunio Ney Teixeira, após receber as primeiras ameaças da Falange Pátria Nova, igualmente decidiu-se a continuar a negociar os jornais, tendo até sido ouvido e citado em uma matéria do Correio Braziliense sobre o assunto. “(...) Vou vender os jornais alternativos, doa a

⁷⁴⁶ Isto É, 26/11/1980.

⁷⁴⁷ Jornal do Brasil, 28/07/1980. Posteriormente, com a intensificação dos ataques e ameaças, o senhor José do Patrocínio se viu obrigado a deixar de vender os alternativos: “Não posso me arriscar. Tenho mulher e três filhos trabalhando nas bancas e eles estão assustados”. Jornal do Brasil, 02/08/1980.

quem doer”, afirmou ao periódico⁷⁴⁸. Dias depois dessa declaração, a banca Disneylândia foi a primeira a ser incendiada em Brasília, na noite de 12 de agosto de 1980. Chamou-nos a atenção o fato de que um documento do SNI⁷⁴⁹, sobre esse atentado, trouxe um levantamento de informações sobre Eunio Ney Teixeira, mostrando um “passado subversivo” deste, como que justificando o ato terrorista nas entrelinhas. Esclareça-se, informações de quase duas décadas antes. Segundo o relatório do SNI, o senhor Eunio era pernambucano, formado em medicina, e em 1961, ainda universitário, teria participado do movimento estudantil e sido presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Rural e Pernambuco, realizando “pregação de processos violentos de subversão da ordem social”.

Apresentando uma postura possivelmente ainda de esquerda ou, pelo menos, de oposição à ditadura, entendendo quão grave para a democratização do País eram as ameaças dos terroristas na conjuntura da abertura, não surpreende a postura do jornalista em continuar negociando os alternativos. Talvez seja apenas coincidência, mas não se pode descartar que um possível conhecimento, da parte de muita gente, dos posicionamentos políticos de seu Eunio e o fato dele ter tido falas reproduzias em um jornal de grande circulação podem ter influenciado na escolha da banca Disneylândia como alvo da Falange Pátria Nova. Após o atentado,

⁷⁴⁸ Correio Braziliense, 03/08/1980.

⁷⁴⁹ Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 098/16/AC/80, Agência Central, “Explosão de banca em Brasília/DF – Eunio Ney Teixeira”, de 14 de agosto de 1980. Arquivo Nacional, Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009728_d0001de0001, Acesso 04/01/2023.

compreensivelmente assustado, Eunio Ney Teixeira parou com a venda dos jornais alternativos. Ouvido novamente pela imprensa, desabafou, evidenciando, mais uma vez, seus posicionamentos políticos: “(...) O atentado contra a banca não atinge fundamentalmente [meu] estabelecimento (...) este atentado agride muito mais a sociedade brasileira como um todo, pois os danos são morais, mais do que materiais”⁷⁵⁰.

Sob esta perspectiva, pode-se pensar como as bancas, de lugares, viram espaços, tendo-se em conta as lições de Michel de Certeau⁷⁵¹. Ou seja, de um local destinado, primordialmente, ao comércio de jornais e revistas, as bancas foram transformadas e ressignificadas, conforme as necessidades, experiências e vivência dos indivíduos que ali trabalhavam e/ou frequentavam. Naquele contexto de consenso democrático e atentados terroristas da extrema-direita, viraram espaços também de politização, resistência e crítica à ditadura, dentro dos limites de seu campo de ação.

As bancas, cujas antecessoras começaram a surgir, no Brasil, em fins do século XIX⁷⁵², geralmente situam-se

⁷⁵⁰ Jornal de Brasília, 13/08/1980.

⁷⁵¹ “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade conflituais” (CERTEAU, 2004, p. 202).

⁷⁵² A profissão de vendedor de jornais nasce, de certa forma, amalgamada com a de vendedor ambulante, tendo-se em conta a venda avulsa de

em locais de grande circulação (esquinas, praças, proximidade de padarias, igrejas, escolas, pontos de ônibus etc.), causando impacto visual, com as publicações coloridas e cuidadosamente expostas visando a atrair a atenção de quem por ali passa. Pode-se dizer que são mesmo elementos da paisagem urbana e pontos de referência geográfica nas cidades. Servem para orientar a localização de algum prédio ou casa, os jornaleiros, não poucas vezes, esclarecem transeuntes quando de dúvidas sobre a localização exata de algum logradouro ou estabelecimento, etc. São até abrigos temporários por ocasião dos dias chuvosos ou de sol forte e ponto de conversa entre vizinhos (CHAGAS, 2013, p. 18 e 19)⁷⁵³.

periódicos que se faziam pelas ruas das cidades. No Rio de Janeiro e Niterói, muitos dos jornaleiros e, posteriormente, donos de bancas, pertenciam à colônia italiana, havendo mesmo uma identificação desses imigrantes e seus descendentes com a profissão. Embora não possa se precisar uma data, as antecessoras das atuais bancas teriam sido introduzidas ainda no século XIX, quando os vendedores de jornais passaram a utilizar caixotes de madeira, para apoiar a pilha de publicações impressas que comercializavam. Depois, surgiram estantes e “caixotes de madeira com rodinhas” para negociar os jornais e revistas, posteriormente substituídos por quiosque de madeira, de diversos modelos (geralmente, mesas, descobertas, com algumas prateleiras). Muitos destes estabelecimentos faziam igualmente a venda de bilhetes de loteria e apostas do jogo do bicho. A partir de São Paulo, na segunda metade dos anos 1950, as bancas passaram a ser padronizadas como quiosques de metal. Lei do Rio de Janeiro de 1967 obrigou-as a serem pintadas “na cor alumínio”, o que virou o padrão para este tipo de estabelecimento no País (CHAGAS, 2013, p. 37, 58, 60, 138 e 179). Vide também CHINELLI, 1977.

⁷⁵³ Na década de 1980, as bancas já apareciam, ainda timidamente, como locais de vendas de outros produtos, como bombons, cigarros, fichas telefônicas, etc., bem como espaços para publicidade – anúncios eram feitos nas laterais dos quiosques. Inclusive, os anúncios de revistas eróticas, com mulheres seminuas nos cartazes, provocaram ainda mais a ira de grupos conservadores (MARCELINO, 2006).

Se a imprensa alternativa, como diz a historiadora Maria Paula Araujo (2000, p. 131 e seguintes), teve sua importância ao permitir reflexões e autocríticas das esquerdas, ensejando a valorização da democracia e contribuindo, pois, para o fim da ditadura, não se deve esquecer que, concretamente, eram por meio das bancas e dos jornalheiros que chegavam os periódicos nanicos aos leitores e militantes. Em outros termos, a banca servia como ponta de circulação e distribuição de periódicos, de um lado, e de mediadora cultural na relação entre a imprensa (tanto a alternativa como a comercial) e o público leitor, de outro (CHAGAS, 2013, p. 18). Com isso, na banca, o jornalheiro poderia fazer a si e a outros. Por meio do manuseio e da leitura de publicações das mais variadas matizes ideológicas, os jornalheiros entravam em contato com informações diversas, a exemplo daquelas do processo político de distensão/abertura da ditadura, se moldando política e ideologicamente, e participando/contribuindo para a difusão de notícias que possibilitavam a reflexão e a socialização política de outras pessoas⁷⁵⁴.

Nosso entrevistado, Francisco Pereira, que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do sindicato dos donos de bancas de Fortaleza, talvez ilustre bem como “esse mundo das bancas”, em suas palavras, pode contribuir para uma maior inserção política:

⁷⁵⁴ “(...) não se poderia subestimar o papel dos media, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. Nenhum destes vectores da socialização política procede por doutrinação. Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A acção é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é. mais uma resultante do que uma mensagem unívoca (BERSTEIN,1998. p. 357).

Isso, o trabalho com revistas e jornais, esse mundo das bancas, ajudou a me politizar, no meu caso, sim. Ao chegar na banca, eu procurava me informar, lia os jornais, me atualizava sobre o que estava acontecendo, embora a gente esteja disposto a absorver tudo aquilo que diz o jornal. A gente tem que procurar por outros meios, outros jornais, outros companheiros, de pessoas mais envolvidas nas questões, saber a verdadeira notícia sobre o que está se passando. (...) ⁷⁵⁵.

Sem cair em generalizações, podemos afirmar que uma banca podia virar um espaço das posições ideológicas e ativismo político dos proprietários, algo parecido com o que se dava também em livrarias (MOLLO, 2022, p. 23). Até a disposição de jornais e revistas e a organização interna e externa da banca, feitas pelo jornaleiro, eram capazes de pautar clientes e leitores (CHAGAS, 2013, p. 25). A “arrumação” dos jornais alternativos, com suas manchetes chamativas e críticas, por vezes colocados intencionalmente nas prateleiras da frente das bancas ou nos expositores externos (os chamados displays), ao lado de publicações da grande imprensa, poderia despertar a atenção de clientes e transeuntes para uma questão política ou abrir-lhe outras perspectivas sobre o que se passava no País. No vai e vem das multidões, indivíduos se aglomeravam em frente as bancas para ver as manchetes dos periódicos expostos ou dependurados, nos intervalos do

⁷⁵⁵ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020. No começo dos anos 80, os jornaleiros fundaram uma associação em Fortaleza, transformada em sindicato em 1985. Com a projeção nas lutas em favor de sua categoria, Francisco Pereira filiou-se ao PT e disputou uma vaga para a Câmara de Vereadores em 1988, ficando na primeira suplência.

trabalho e da escola, ou na espera por algum serviço médico ou bancário, comentando com algum desconhecido as últimas da política ou do futebol...

Lúcia Mollo (2022, p. 39), em reflexão sobre as livrarias, mas que pode se extensivamente aplicada às bancas de jornais, afirma que a relação entre livreiro/jornaleiro e clientes forma-se a partir de identificações e pode vir a criar laços ainda mais profundos com o passar do tempo. Dessa forma, as bancas, mesmo as de menos movimentos, para além do papel comercial, são espaço de conversações e sociabilidades, como centros de uma rede de relações sociais estabelecidas entre os jornaleiros e seus fregueses e destes entre si (CHAGAS, 2013, p. 215). Não surpreende, portanto, que jornaleiros e clientes mais próximos, por vezes, debatessem sobre temas políticos de seu tempo, talvez despertando a atenção de um ou outro freguês que eventualmente buscasse alguma revista ou jornal. Contou-nos Francisco Pereira:

Eu tinha, e ainda tenho, uma clientela muito variada, e eu prefiro, muitas vezes, me restringir a determinados assuntos, para não criar polêmica, porque estou aqui para atender os clientes e disso que depende a banca. Lógico que, quando tem algumas pessoas, de meu conhecimento, que sei o que pensam, que pensam parecido comigo, a gente faz uma discussão política. Juntava algumas pessoas e a gente trocava umas ideias (...)⁷⁵⁶.

Em outros termos, as bancas de jornais poderiam ser um espaço de debates, trocas e circulação de ideias. Viravam

⁷⁵⁶ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

uma espécie de “fórum de discussão aberta” ou, como diz Viktor Chagas (2013, p. 19)⁷⁵⁷, as bancas eram, por excelência, locais do “falatório” e da “fofoca”, difundido informações. “O burburinho que se forma de comentadores das manchetes ao redor das bancas não só desperta mais passantes para a importância da notícia, como gera um circuito de informação oral que se propaga através da fofoca e do falatório” (CHAGAS, 2013, p. 215).

Não surpreende, assim, que a ditadura tenha dado alguma atenção às bancas, fosse pelo aspecto moral, como veremos adiante, fosse pela atuação crítica que jornalheiros poderiam apresentar. A politização destes talvez ajude a entender a preocupação de um promotor do Rio de Janeiro, Rafael Gesário, “orientando” os donos de bancas a não irem a um ato ocorrido naquela cidade contra os atentados⁷⁵⁸, possivelmente, por temer ataques que integrantes da categoria pudessem fazer ao regime ou que eles instigassem ainda mais críticas ao desleixo das autoridades e do governo Figueiredo em apurar os atos terroristas. Em Goiânia, houve acusações de que o presidente de associação de jornalheiros de Goiás, João Bosco Pinto de Oliveira, seria um colaborador dos órgãos de repressão, chamando a atenção seu “excessivo zelo” para que as bancas de jornais não vendessem mais publicações da imprensa alternativa em meio à onda terrorista. Bosco teria coagido, nesse sentido, o proprietário da Banca Aquarius, Olívio de Lima, o último da cidade que ainda insistiu em negociar os jornais no início de agosto de 1980⁷⁵⁹.

⁷⁵⁷ Chagas (2013) entende que as bancas, nos séculos XX e XXI, se aproximam dos cafés e das rodas de comunicação oral setecentista, de importância para o debate e difusão das ideias iluministas no contexto da crise do antigo regime europeu.

⁷⁵⁸ O Povo, 12/08/1980.

⁷⁵⁹ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

Dessa forma, os ataques à bomba podem ser percebidos por outras perspectivas, não restritas apenas ao fato de as bancas serem pontos de venda de publicações de esquerda (e de revistas eróticas). Os atentados, genericamente, atingiam a condição das bancas como meio de difusão de ideias e espaço de debates e críticas, na medida em que intimidavam os jornaleiros e fregueses. Ou seja, a “censura armada” realizada pelos extremistas de direita inibiu não apenas a circulação e distribuição dos jornais alternativos, mas também o papel das bancas como locais de “falatórios”, de críticas à ditadura e de socialização e politização das pessoas, práticas que não podem ser desconsideradas como de alguma importância para uma sociedade que abraçava cada vez mais o consenso em torno da democracia. O medo das bombas não apenas implicava nos jornaleiros deixarem de negociar e expor os nanicos, mas, igualmente, desestimulava as “rodas de conversas” nas bancas, o “falatório” dos fregueses e transeuntes e, por extensão, a circulação de informações e a formação crítica dos indivíduos.

Sempre com a preocupação de evitar generalizações, há de se notar que proprietários de bancas que se manifestaram abertamente contra os terroristas, como o caso de seu Eunio, de Brasília, foram alvos de atentados ou de ameaças mais incisivas, a exemplo do senhor Patrocínio, do Recife. Na mesma lógica, talvez não tenha sido mero acaso que a primeira banca a ser ameaçada em Fortaleza, a do Paulino, situada na Praça do Ferreira, fosse uma das maiores da cidade, com uma grande diversidade de publicações à venda e, como disse nosso entrevistado Francisco Pereira⁷⁶⁰, um local onde se “juntava muita gente

⁷⁶⁰ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de

para papear”. O ataque a uma banca desse tipo impactou junto aos outros jornalheiros. A pedagogia do terrorismo, portanto, acabou também por tentar calar os jornalheiros e os frequentadores das bancas.

Os ataques e ameaças às bancas foram condenados por amplos setores da sociedade, verificando-se vários atos públicos, em geral organizados por entidades e lideranças de esquerda, exigindo providências das autoridades. Tais manifestações eram acompanhadas de perto pelos órgãos de informação do regime. Relatório do SNI, por exemplo, informa que, a 31 de julho de 1980, foi realizado um ato público na Cinelândia, Rio de Janeiro, por artistas, editores, colaboradores e funcionários de 12 jornais da imprensa alternativa, contra os atentados, havendo duras críticas à ditadura e aos militares⁷⁶¹. O relatório destacou que os cartunistas Henfil e Ziraldo e o cantor Aguinaldo Timóteo, na oportunidade, “referiram-se de modo desrespeitoso às Forças Armadas e aos seus componentes”. Agnaldo Timóteo chegou mesmo, durante a manifestação, a vender jornais, como um desagravo à imprensa alternativa. Já Ziraldo chamou a atenção para a gravidade da situação e garantiu que “não há hipótese de o terrorismo vencer a imprensa alternativa”⁷⁶².

Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalheiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

⁷⁶¹ Encaminhamento do Serviço Nacional de Informações nº 035/19/AC/80, Agência Central, “Ação contestatória ao governo por parte de jornalistas e artistas”, de 13 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009694_d0001de0001 Acesso a 04/01/2023. A manifestação foi noticiada em *Jornal do Brasil*, 31/07/1980.

⁷⁶² *Jornal do Brasil*, 31/07/1980.

Destacou-se também a cobertura e os repúdio da grande imprensa (KUCINSKI 2018, p. 174), por solidariedade aos jornalistas da imprensa alternativa (muitos destes tinham amigos e trabalhavam ou haviam trabalhado nos jornais comerciais) e por ver ali uma ameaça ao processo de distensão/abertura do regime e um ataque a liberdade de imprensa, no qual estava inserido a liberdade de imprimir e circular publicações (CHAGAS, 2013, p. 174). O jornalista e editor-chefe do jornal A Tarde, de Salvador, Jorge Calmon, afirmou que os atentados não ameaçavam apenas a imprensa alternativa, “mas toda a imprensa, nos seus vários níveis”⁷⁶³. A coluna Informe JB, do Jornal do Brasil, afirmou que “Os petardos e fagulhas incendiárias dos terroristas ferem fundamentalmente a liberdade de imprensa. A liberdade de transmitir ideias é fundamental, no sistema democrático; assim estes terroristas pretendem atingir e destruir o que já temos de democracia”⁷⁶⁴. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sugeriu que o governo federal fizesse um seguro para indenizar os jornalistas, entendendo que os terroristas agiam como uma “supercensura, um supergoverno, que quer impor, pela força, quais as publicações que devem ou não ser vendidas”⁷⁶⁵.

A imprensa comercial também temia ser alvo de atentados, afinal, nas representações anticomunistas da extrema-direita, os meios de comunicação estavam infiltrados de “vermelhos”. Como visto nesta obra, acabaram,

⁷⁶³ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

⁷⁶⁴ Jornal do Brasil, 27/07/1980.

⁷⁶⁵ Jornal do Brasil, 03/08/1980.

de fato, ocorrendo ameaças⁷⁶⁶ e ataques a veículos de comunicação tradicionais, como no caso de A Tribuna, de Vitória-ES⁷⁶⁷ e O Estado de São Paulo⁷⁶⁸. Bancas foram igualmente ameaçadas, em São Paulo⁷⁶⁹ e Belém⁷⁷⁰, por venderem as revistas semanais Isto É e Veja, em Brasília, por negociarem Tribuna da Imprensa e Estado de São Paulo⁷⁷¹, e em Fortaleza por venderem o Correio do Ceará⁷⁷². “Foi um momento de grande afinidade editorial e operacional entre grande imprensa e o que ainda restava de imprensa alternativa” (KUCINSKI, 2018, p. 174). Como veremos adiante, essa afinidade não abarcou as revistas eróticas, que também eram alvo de críticas de parte da grande imprensa.

A postura da ditadura, quanto a apuração dos ataques às bancas, tal como em outros atentados da extrema-direita à época, foi inócua, não obstante as promessas de punição dos terroristas e de garantias para o funcionamento dos estabelecimentos⁷⁷³. Os jornalheiros e seus sindicatos realizaram várias mobilizações exigindo

⁷⁶⁶ Em meio a ameaças e ataques a bancas de jornais, a 21 de julho de 1980, vários jornais do Rio de Janeiro e São Paulo receberam cartas manuscritas, em letra de forma, com ameaças da Falange Pátria Nova, que assumiu, no texto, a responsabilidade pelos “avisos enviados a Dalmo Dallari e outros indivíduos e entidades antibrasileiras”. Tribuna da Imprensa, 22/07/1980.

⁷⁶⁷ O Povo, 26/05/1981.

⁷⁶⁸ Folha de São Paulo, 15/11/1983.

⁷⁶⁹ Jornal do Brasil, 26/07/1980.

⁷⁷⁰ Tribuna da Imprensa, 16-17/08/1980.

⁷⁷¹ Tribuna da Imprensa, 25/08/1980.

⁷⁷² O Povo, 17/08/1980.

⁷⁷³ Por diversas vezes, o ministro Abi-Ackel e outras autoridades se comprometeram a garantir o funcionamento das bancas, a exemplo do que noticia o Jornal de Brasília, de 13 de agosto de 1980.

providências⁷⁷⁴, mas tiveram pouco eco junto as autoridades constituídas, apesar de toda a comoção provocada pelos atentados na sociedade. Se ataques a entidades de maior inserção social, como OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, não foram apurados pelo regime, imagine-se atos terroristas contra donos de bancas, pequenos proprietários, de limitada influência política. A sensação de abandono e de insegurança da parte dos jornalheiros era patente. O já citado responsável pela banca Disneylândia, em Brasília, Eunio Ney Teixeira afirmou à imprensa após o atentado sofrido por seu estabelecimento: “(...) como até agora os órgãos de segurança não tomaram nenhuma providência para identificar e prender os terroristas, só lhe resta suspender a comercialização dos jornais da imprensa alternativa, ‘afinal, não tenho vocação para herói’”⁷⁷⁵. O que se verificou depois, como veremos a seguir, foram duras ações da ditadura contra os próprios jornalheiros.

Não se pode esquecer que vários integrantes do regime, inclusive elementos da comunidade de informação e segurança, desprezavam o caráter “subversivo” dos jornais alternativos⁷⁷⁶, bem como a “imoralidade”

⁷⁷⁴ Pode-se encontrar na imprensa da época, várias declarações de jornalheiros e de seus sindicatos pedindo seguranças e providências do governo contra os terroristas, a exemplo dos donos de bancas de jornais de Brasília. *Jornal de Brasília*, 13/08/1980.

⁷⁷⁵ *Jornal de Brasília*, 13/08/1980.

⁷⁷⁶ A revista *Isto É* chegou a afirmar que, querendo ou não, o governo se beneficiava também com os efeitos dos atentados. “Primeiro, porque eles cortam a voz de um inimigo incômodo – a imprensa alternativa – e segundo porque os grupos terroristas são vistos pela população como bolsões ultradireitistas que resistem à abertura”. *Isto É*, 13/08/1980. O líder do governo do Senado, Jarbas Passarinho, tratando da questão dos atentados, afirmou que “segmentos da direita não estavam

das revistas eróticas, dois dos produtos vendidos pelos jornaleiros. No que toca aos periódicos da imprensa alternativa, os ataques terroristas às bancas, assim, acabaram servindo para reduzir as vendas dos mesmos e intimidar os jornalistas e os críticos do projeto de flexibilização do regime/transição moderada e pactuado que setores militares e civis conservadores entendiam com o ideal. Apesar de a capacidade de repercussão social dos jornais alternativos ser cada vez menor no começo dos anos 80, o governo já vinha buscando sufocar a imprensa nanica por razões ideológicas, com o confisco de publicações, o uso da Lei de Segurança Nacional para processar jornalistas, a invasões de redações, a realização de devassas contábeis e a cobranças de débitos previdenciários de alguns dos jornais (KUCINSKI, 2018, p. 174).

Afora esse aspecto ideológico-político, as bancas eram alvos também das objeções e crítica dos grupos sociais preocupados em defender os “bons costumes” contra a “onda pornográfica” que estaria varrendo o Brasil no final dos anos 1970 e começo dos 80. Os jornaleiros eram acusados por conservadores de contribuírem com a “indecência da sociedade” ao exporem e negociarem revistas eróticas em seus estabelecimentos. Isso também levaria as bancas de jornais a serem alvos dos atentados terroristas da extrema-direita.

suportando a abertura porque querem não querem perder privilégios e posições conquistadas”, dizendo, por outro lado, que a imprensa alternativa faz uma espécie de “terrorismo político através da imprensa escrita”. Isto É, 17/09/1980.

EXTRA 2 – SEXO, BOMBAS E DEMOCRACIA: ATENTADOS DE EXTREMA-DIREITA E REVISTAS ERÓTICAS NA ABERTURA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Os ataques às bancas de jornais, ocorridos no começo dos anos 1980, tendo como motivadores a venda de publicações da imprensa alternativa, são normalmente destacados, na historiografia e nas memórias, para evidenciar a violência dos setores contrários à abertura da ditadura civil-militar. Entretanto, a questão da perseguição às revistas eróticas, como fomentadora também de tais atentados terroristas, realizados pela extrema-direita, praticamente é ignorada ou citada apenas de passagem (MARCELINO, 2006, p. 15).

Entendemos que, ao se destacar a imprensa nanica, se endossa um aspecto político mais “nobre” e palatável para a maneira como se deseja enxergar, nas memórias construídas acerca do processo de abertura, a atuação da sociedade, concebida como engajada e defensora intransigente da liberdade de expressão. Trata-se de uma acomodação ou uma reverberação do mito da sociedade resistente e democrática. É, especificamente, uma construção memorialística importante para as esquerdas, visto que havia uma vinculação entre os periódicos alternativos e essa vertente ideológica. Denota-se como os setores populares e progressistas, em nome do apego à democracia, tiveram que enfrentar os defensores da

ditadura. Abordar o acossamento às revistas eróticas, por outro lado, é tocar em um elemento moral/comportamental que não era consensual no período da abertura, tendo-se em conta, como dito antes, que mesmo setores sociais favoráveis à flexibilização do regime/democratização, condenavam o “excesso de pornografia” e defendiam a censura para esse caso.

Em outros termos, dentro da auréola de nobreza com a qual se busca revestir as representações da sociedade defensora das liberdades e fundamentar as memórias sobre a distensão/abertura, gera muito mais sensibilização e capitalização política tratar das ações violentas e antidemocráticas da extrema-direita contra as bancas e a imprensa alternativa. O mesmo não se pode dizer no que toca aos atentados motivados pela exposição e negociação de revistas “indecentes”, com mulheres nuas ou seminuas, homens nus, homossexuais, sexo explícito e outras formas “não convencionais” de intimidades. Daí o silenciamento ou mesmo o esquecimento do assunto, o que ocorreu, inclusive, já à época dos ataques – nos documentos que acessamos, nenhum dos atos de protestos ou manifestos contra os atentados às bancas abordou a questão das revistas eróticas e sequer os editores das referidas publicações eram chamados para as manifestações antiterroristas⁷⁷⁷.

⁷⁷⁷ Por exemplo, no ato promovido a 11 de agosto de 1980, na Cinelândia, Rio de Janeiro, contra os atentados e alvo de um relatório do SNI, constam como organizadores apenas representantes da imprensa alternativa. No panfleto de convocação do ato, anexado pelo SNI, em nenhum momento são citadas as revistas eróticas – apenas é dito que “recentemente, outras publicações também passaram a ser atingidas”, não especificando que publicações seriam estas. Informe do Serviço Nacional de Informações nº 116/119/ARJ/80, Agência Rio de Janeiro, “Atentados às bancas de jornais”, de 1º de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80003482_d0001de0001 Acesso a 04/01/2023.

Observando-se as fontes, há evidências de que as publicações eróticas tiveram também alguma relevância para os ataques às bancas, não apenas o problema das vendas dos jornais da imprensa alternativa. Ou seja, os atentados foram feitos por razões morais igualmente, visando a revistas “indecentes”, publicações que geravam constrangimentos “às pessoas de bem” e que já eram alvos de uma censura comportamental com a qual concordavam expressivos setores da sociedade. Dessa forma, para boa parte da população e mesmo lideranças políticas, não havia motivos para falar ou defender aquelas revistas, para não macular com o “sexo sujo” e a “pornografia” a boa causa da democratização e resistência à ditadura.

Observe-se que quando enfatizamos a questão das revistas eróticas como motivadora dos atentados, não estamos desprezando ou colocando em segundo plano o aspecto político-ideológico nos ataques às bancas, da importância da imprensa alternativa e dos grupos sociais com ela envolvidos, mesmo porque são conhecidos o incômodo e a irritação que os jornais nanicos provocavam ao governo e às direitas (KUCINSKI, 2018). Pelas fontes que acessamos, parece factível afirmar que esse elemento político teve um peso maior. Buscamos, nestas páginas, tão-somente mostrar como o aspecto moral também esteve presente, o que permite compreender melhor as representações e as práticas terroristas da extrema-direita.

Mesmo que nem se leve em conta esse aspecto específico das revistas “pornôs”, não há como desconsiderar que elementos morais e políticos já estavam presentes nos ataques às bancas, em virtude da reação antierótica

dos conservadores no final dos anos 1970 e começo dos 80. Como dito, jornais alternativos tratavam de questões comportamentais e eram acusados de trazer pornografia igualmente (fotografias de seios descobertos e nádegas à mostra, matérias sobre prostitutas, homossexuais, etc.), numa mistura de transgressão moral com crítica política, chamando, portanto, ainda mais a atenção do regime e o enfurecendo⁷⁷⁸. Isso parecia confirmar as teorias conspiratórias de conservadores segundo as quais a pornografia faria parte de um estratagema da “subversão” de corromper moralmente a sociedade e tomar o poder.

É possível perceber, entretanto, como o espectro moral dos ataques terroristas da extrema-direita, fincado nas revistas eróticas, teve alguma autonomia e sentido próprio em relação ao político e mesmo, em determinados casos, predominou.

Pelo que foi noticiado na grande imprensa e os conteúdos dos telefonemas anônimos realizados e dos panfletos, bilhetes, cartas, etc. enviados ou deixados, quando das primeiras ameaças e ataques, os extremistas davam a entender que sua motivação era a venda de “jornais comunistas” nas bancas e livrarias. Cronologicamente, não encontramos, em matérias da imprensa comercial ou em documentos oficiais, datados de fins de junho e do mês de julho, nenhuma citação às revistas eróticas. A primeira referência, nesse sentido, da parte de terroristas às publicações pornográficas, foi feita pelo Comando

⁷⁷⁸ Um exemplo foi o Jornal Repórter, em sua edição 23, de novembro de 1979, que, teve exemplares apreendidos pela ditadura por “matérias atentatórias à moral e aos bons costumes, bem como outros de cunho ideológico e ofensivo às instituições e à dignidade de autoridades” (QUINALHA, 2021, p. 244).

de Caça aos Comunistas de Santos, no início de agosto de 1980⁷⁷⁹, como veremos a seguir. Daí em diante, com a continuidade das ameaças e atentados, em alguns dos documentos aos quais acessamos para esta pesquisa, as referências às revistas eróticas passaram a se fazer presente, ainda que predominassem as críticas aos jornais alternativos.

Para além da defesa da moralidade, comum aos extremistas de direita, as ameaças contra as revistas podem ser entendidas como uma tática pensada dos terroristas no objetivo de tentar se aproximar e ganhar o apoio dos setores da sociedade há muito mobilizados contra a “pornografia” das bancas. Ao mostrar que não aceitavam “indecências”, os extremistas buscavam atrair a população, de pensamento parecido, para a causa contrária à distensão do regime, aproveitando-se do conservadorismo e do apoio à censura moral existentes na sociedade, o que, por sinal, foi percebido pelos jornalheiros e livreiros à época⁷⁸⁰. Dessa maneira, associava-se, de um lado, abertura e pornografia, e de outro, manutenção da ditadura e defesa da moralidade. Politicamente, era mais louvável e aceitável justificar os atentados e a oposição à abertura por razões morais e de defesa da família, religião e bons valores, tendo-se em conta que a destruição das bancas, em virtude da negociação da imprensa alternativa, repercutiu mal entre a população.

⁷⁷⁹ “Novas ameaças incluem livrarias e [revistas] eróticas”. *Tribuna da imprensa*, 04/08/1980.

⁷⁸⁰ “Segundo a opinião de alguns [livreiros e jornalheiros], o Comando de Caça aos Comunistas estaria tentando ganhar o apoio de entidades conservadores, “pois em alguns casos, essas entidades reclamaram do erotismo que as revistas apresentam e que estava sendo exposto nas bancas”. *A Tribuna (Santos)*, 04/08/1980.

Não temos dados para dimensionar como a sociedade recebeu esses atos de violência justificados por aspectos morais. Contudo, parece-nos significativo que, enquanto jornalheiros eram atacados (também) em virtude das revistas eróticas, setores da grande imprensa tenham feito várias matérias tratando desse tipo de publicação, matérias que, mais uma vez, destacavam a “imoralidade” das bancas, sem condenar os ataques ou estabelecer um liame entre o terrorismo de extrema-direita e a campanha antierótica.

De qualquer forma, se as revistas eróticas foram alvos da atenção dos extremistas, parece-nos correto afirmar que o elemento moral esteve presente nas ações dos terroristas, não se reduzindo estas ao espectro político. Nada mais representativo que o fato de algumas bancas terem sido incendiadas mesmo não vendendo ou tendo já deixado de negociar os periódicos alternativos, embora ainda disponibilizassem as revistas “pornográficas”. É possível até levantar a hipótese de que se tratavam de atentados aleatórios, de que os terroristas sequer sabiam que aqueles estabelecimentos não vendiam mais “nanicos”. Não obstante, há se convir que tais casos chamam a atenção, afinal, atacar uma banca a qual vende a imprensa nanica é uma coisa, realizar um incêndio de uma banca apenas com publicações “pornográficas” é outra. Ficam claras, a nosso ver, distinções entre política e moral nas representações e práticas dos terroristas de direita e outros grupos conservadores, sem descartar, por óbvio, as ligações entre ambas.

A reação moral à “onda erótica”, portanto, foi capaz de fundamentar igualmente a ação da extrema-direita nos ataques às bancas, visando a tumultuar a abertura do regime, como, aliás chegou a afirmar a revista Isto É já à época dos

acontecimentos⁷⁸¹. Comumente, a retórica moralista incorpora características do momento político. Como lembra Carlos Fico (2002, p. 271), no final dos anos 70 e começo dos 80, a extrema-direita, contrária à flexibilização da ditadura civil-militar, ampliou a conexão: à tradicional associação entre crise moral e comunismo adicionou a abertura política. Para os extremistas, a abertura abriu espaços para os subversivos e estes se aproveitaram para corromper os lares com a pornografia. A abertura trouxera a degradação da sociedade, contra o que deveriam agir os defensores da moral e dos bons costumes. Em decorrência, apenas a manutenção do regime poderia salvar o Brasil da imoralidade e do comunismo – e era para isso que agiam os grupos de extrema-direita.

Alguns desses aspectos podem ser percebidos na carta deixada, na noite de 2 de agosto de 1980 (um sábado), pelo autoproclamado Comando Caças aos Comunistas de Santos (CCCS) em várias livrarias e distribuidoras de jornais e revistas da cidade⁷⁸². A imprensa chamou a atenção para o fato de que, diferentemente do que ocorrera até então em outras cidades, as ameaças do CCCS incluíram, pela primeira vez, as revistas eróticas⁷⁸³. Embora foque nos livreiros e distribuidoras de livros e revistas, a questão das bancas de jornais também esteve presente no texto. Segundo os meios de comunicação, a reação dos livreiros de Santos foi imediata e as publicações eróticas e da imprensa alternativa deixaram de ser exibidas e foram recolhidas ao estoque⁷⁸⁴.

⁷⁸¹ Isto É, 1º/10/1980 A revista Isto É buscou vincular os que se engajavam na “cruzada antierótica”, e pediam providências ao governo (entenda-se, censura), às movimentações daqueles que também eram contrários à abertura política.

⁷⁸² Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

⁷⁸³ Tribuna da Imprensa, 04/08/1980; A Tribuna (Santos), 04/08/1980.

⁷⁸⁴ Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

Em tom de alerta e intimidação, o texto condena moralmente as revistas eróticas, sem deixar de lado o espectro político, ao tratar também do “comunismo” da imprensa alternativa. Percebe-se nas entrelinhas da carta um caráter moralista e elitista, de entender os extremistas como indivíduos “superiores e idôneos” (possuidores de “nobres ideais”) e acusar os livreiros e jornalheiros de serem pessoas ingênuas (“inocentes úteis”, que “talvez não soubessem o que faziam”), as quais estavam, ao vender os jornais alternativos e “literatura erótico-pornográfica”, servindo ao comunismo e à depravação da nação.

SENHOR DISTRIBUIDOR ou LIVREIRO: O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS DE SANTOS – CCS – unido e coeso aos nobres ideais da FALANGE PÁTRIA NOVA e das BRIGADAS MORALISTAS, já identificou o senhor e sua empresa em nosso Index como INOCENTES UTEIS dos vermelhos e imorais.

Mesmo “talvez não sabendo o que faziam”, os jornalheiros e livreiros eram advertidos por suas ações, como proprietários de estabelecimentos que difundiam a propaganda comunista e as indecências. Estavam, pois, corrompendo a população da cidade, uma população idealizada que, antes, em um tempo anterior não especificado – mas, certamente, antes dos tempos da abertura política –, ensinava à Pátria bons valores, como a liberdade e a caridade.

O CCS adverte ao senhor, com a sua responsabilidade de empresa distribuidora e/ou vendedora de periódicos que, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista

e da literatura erótico-pornográfica em nosso país, distribuindo ou vendendo à população desta cidade (que um dia ensinou à Pátria a LIBERDADE a CARIDADE), revistas obscenas e jornais marxistas-leninistas.

O texto do CCC-Santos diz que essa preocupação com a “subversão” e com a “ordem moral da família brasileira” também está presente em outras “entidades patrióticas”, dando a entender como a questão dos costumes, não apenas a política, encontrava-se disseminada entre a extrema-direita terrorista, motivando suas ações. Os terroristas explicam que enquanto outros grupos resolveram atacar os jornaleiros, o CCC-Santos focou nos “responsáveis maiores”, no caso, os livreiros e distribuidoras das publicações.

Outras entidades patrióticas, semelhantes à nossa, estão também enviando um alerta semelhante a este, advertindo as pessoas para o clima de subversão política e de afronta à ordem moral da família brasileira. Algumas fazem, incorretamente, pois apenas advertem aos jornaleiros de bancas, simples revendedores economicamente mais fracos, quando os grandes responsáveis, na realidade, são os editores e o (sic) grandes distribuidores / vendedores como o senhor e sua empresa.

A seguir, o grupo, vendo-se como guardião de Santos e do Brasil, exige que se pare a comercialização de várias revistas e periódicos alternativos, citados em duas colunas, concluindo o texto novamente em tom intimidatório.

Assim, para o bem de nossa cidade, do nosso querido Brasil e do seu próprio, EXIGIMOS que sua empresa pare imediatamente de distribuir e/ou

vender em SANTOS e nos municípios da Baixada Santista as seguintes publicações:

Jornais: Coojornal, Preto no Branco, Hora do Povo, Em Tempo, Pasquim, Movimento, Voz da Unidade, Voz Operária, Repórter, Luta Operária, Convergência Socialista, Lampião, Jornal do Gay.

Revistas: Ele e Ela, Playboy, Lui, Status, Homem, Close, Privê, Rose, Personal, Confissões, Eros, Fiesta, Exclusive e demais revistas que tratem de assuntos eróticos sexuais.

ESPERAMOS CONTAR COM A SUA PATRIÓTICA COLABORAÇÃO, NÃO ADVERTIREMOS MAIS: CASO CONTRÁRIO TOMAREMOS ATITUDES DRAMÁTICAS.

Logo começaram a aparecer ameaças contra a venda das revistas em outras cidades do País, denotando, como dito neste livro, como as atividades de extremistas influenciavam ameaças e atentados em distintas áreas e, especificamente, como a questão da defesa da “moral e bons costumes” estava presente e disseminada entre os extremistas anticomunistas. Em Porto Velho, Rondônia, os jornaleiros receberam uma carta advertindo que não deviam vender publicações “imorais e comunistas”:

Ontem, foram seus amigos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília. Hoje estamos aqui em uma conversa franca. Vamos lhe dar um conselho de amigo. (...) As revistas imorais e os jornais da ralé vermelha estão emporcalhando a vida brasileira, corrompendo a juventude, enchendo-a de informações nocivas à moral e aos bons costumes⁷⁸⁵.

⁷⁸⁵ Jornal do Brasil, 15/08/1980; Tribuna da Imprensa, 15/08/1980.

Em Curitiba, foi frustrada uma tentativa de atentado terrorista à banca Batel, a maior da cidade, situada em bairro nobre e localizada em frente a uma delegacia. Dois homens, na madrugada de 30 de setembro, foram surpreendidos por uma vigia ao tentarem destruir o estabelecimento com gasolina e dinamites. O proprietário da banca, Ingomar Heidorn, afirmou à imprensa que vinha recebendo, há dois meses, telefonemas e cartas anônimas com ameaças, por vender jornais da imprensa alternativa e revistas eróticas. A última carta chegara há alguns dias “e era assinada pela ‘Falange Pátria Nova’, que exigia a suspensão da venda do semanário Pasquim e das ‘revistas de sexo sujo’, caso contrário, Ingomar deveria ‘aguentar as consequências’”⁷⁸⁶.

Em Brasília, o ataque a uma outra banca, a Tadeu, teria tido ligação direta com a venda de revistas eróticas. O estabelecimento, pertencente a Malair Credmann e Samuel Credmann, era uma das maiores e mais movimentadas da cidade, estando situada na plataforma superior da rodoviária local, a alguns quilômetros do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. Ameaças aos donos do estabelecimento foram feitas no dia do ataque, 22 de agosto de 1980. Pela manhã, em telefonema anônimo, alguém alertou que “se vocês continuarem vendendo revistas pornográficas e jornais alternativos, receberão o mesmo castigo que o dono da banca [Disneylândia] da quadra 514 Sul”. No mesmo dia, em torno de 18 horas, o mesmo indivíduo, dizendo-se pertencer à Falange Pátria Nova, voltou a telefonar, perguntando: “Como é, vocês já tomaram providências no sentido de retirar da banca os jornais

⁷⁸⁶ Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980.

alternativos e as revistas eróticas?”. Na madrugada, então, uma bomba relógio, de pequena potência, explodiu na banca, destruindo-a parcialmente e dando um prejuízo de 70 mil cruzeiros⁷⁸⁷.

Os extremistas de direita demonstraram sua rejeição à “pornografia” não apenas ameaçando e atacando bancas de jornais. Em São Paulo, a 11 de agosto, antes de um ato de protesto contra a onda terrorista, no Teatro da Universidade Católica (TUCA), foi encontrado uma mala no palco, contendo uma bomba (que, depois, constatou-se ser um simulacro), amarrada por fios a um relógio despertador e revistas eróticas⁷⁸⁸. A simulação/intimidação, assumida em ligações telefônicas por pessoas que diziam pertencer à Falange Pátria Nova, deixava claro novamente a relação entre moral e terrorismo presente nas ações da extrema-direita. Localizamos também alguns casos de atentados contra cinemas que exibiam filmes eróticos. Em junho de 1980, na cidade de Maceió, houve a explosão de uma bomba no cinema São Luís, durante a sessão de estreia do conhecido filme *Emmanuelle*. Três recrutas do Exército foram apontados como responsáveis pelo ato e acabaram presos⁷⁸⁹. Em Niterói, em junho de 1981, uma bomba foi atirada, por indivíduos em dois carros, na entrada no cinema Icaraí, durante a última sessão do filme *Emmanuelle II* – a explosão teria feito um rombo de 20 centímetros na parede do cinema. A imprensa apurou junto à polícia que

⁷⁸⁷ Diário de Pernambuco, 23/08/1980; O Povo, 23/08/1980; Jornal do Brasil, 23/08/1980;

⁷⁸⁸ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

⁷⁸⁹ Ocorrido a 6 de junho de 1980. Jornal do Brasil, 09/06/1980. O Diário de Pernambuco afirma que eram três soldados do 59º Batalhão de Infantaria Motorizada. Diário de Pernambuco, 10/06/1980.

o filho de um senador estaria envolvido, mas seu nome não foi revelado⁷⁹⁰. Nos dois casos, não houve vítimas.

Em Curitiba, um grupo denominado “Cruzada anti-homossexualismo” enviou carta à Delegacia de Costumes da Capital, pedindo providências para acabar com a “prostituição masculina” na cidade – a polícia curitibana, igual ocorria em locais do Brasil à época, realizava prisões em massa de homossexuais no centro da cidade, sob a acusação de vadiagem, no que era chamado de “arrastões”. A carta foi entregue à Divisão de Segurança e Informações, dada a possibilidade levantada de uma relação com as ameaças de bomba contra estabelecimentos que comercializavam jornais alternativos e revistas eróticas. Além de pedir “vigilância constante e rigorosa” nas ruas para erradicar a prostituição de homossexuais, os autores da carta condenam a flexibilização da ditadura:

(...) Abaixo a GRANDE ABERTURA ERÓTICA E PORNOGRÁFICA, que se verificou neste país nos últimos tempos e visa unicamente prostituir a Sagrada Família Brasileira. (...) Lembramos que “a raça da ira de Deus está apenas começando a transbordar”, portanto, evitemos os tristes episódios verificados em Sodoma e Gomorra⁷⁹¹.

A reação dos jornalheiros quanto às ameaças dos extremistas aos jornais nanicos e às revistas eróticas foi distinta. Em geral, a atitude inicial dos donos das bancas, na primeira situação, foi a de suspender as vendas dos alternativos. Persistiram, porém, com a comercialização das publicações “pornográficas”, quando elas passaram a ser alvo da

⁷⁹⁰ Jornal do Brasil, 03/06/1981. Tribuna da Imprensa, 04/06/1981; Correio Braziliense, 04/06/1981.

⁷⁹¹ Diário da Tarde (Curitiba), 05/07/1980.

“censura armada” dos terroristas. A percepção desse comportamento diferenciado chegou a ser vinculada na imprensa da época. O jornal curitibano *Diário da Tarde* informou que, após várias ameaças e um atentado contra uma banca em Londrina, vários dos jornaleiros da capital paranaense decidiram parar de vender os jornais condenados pelos terroristas, mas que não pretendiam abrir mão da venda das revistas eróticas⁷⁹².

A explicação para tanto é simples: os lucros do comércio das revistas eróticas eram consideráveis. Um jornaleiro do Rio de Janeiro chegou a dizer que “o sexo sustenta[va] as bancas”⁷⁹³. Em Fortaleza, jornaleiros confirmaram que a venda de revistas e livros eróticos predominava sobre as demais publicações, gerando ganhos essenciais para a manutenção dos estabelecimentos⁷⁹⁴. Além das revistas “oficialmente pornô”, com sexo explícito, os consumidores eram atraídos por livros e publicações que traziam mulheres seminuas em suas capas e matérias, como a revista *Manchete*, famosa por sua edição “especial de carnaval”⁷⁹⁵. Ressalte-se que, embora aquele fosse um “bom momento para os negócios de banca”, como afirmou nosso entrevistado

⁷⁹² *Diário da Tarde* (Curitiba), 13/08/1980. Uma exceção parece ter sido Manaus. Segundo matéria do *Jornal do Comércio*, várias bancas da cidade teriam deixado de negociar os alternativos e as revistas eróticas quando a distribuidora de publicações manifestou que não assumiria nenhuma responsabilidade caso ocorresse algum atentado. Segundo o jornal, nenhuma banca da cidade havia até então recebido ameaças, por estar a cidade “afastada da área de turbulências políticas”. *Jornal do Comércio*, 06/08/1980.

⁷⁹³ *Jornal do Brasil*, 26/07/1980.

⁷⁹⁴ *O Povo*, 23/07/1980.

⁷⁹⁵ *O Povo*, 15/03/1981.

Francisco Pereira⁷⁹⁶, em virtude da expansão da indústria cultural e do mercado de publicações, havia uma grande concorrência entre as bancas de jornais, cuja quantidade, ao contrário de hoje, era expressiva à época. Ou seja, produtos com boa vendagem eram importantes para os jornalheiros conservarem-se no ramo. Além disso, muitas vezes, os fregueses iam aos estabelecimentos em busca de uma publicação e acabavam levando outras revistas, ao vê-las expostas. Portanto, abrir mão de um produto lucrativo, como as revistas eróticas, não era algo razoável para os jornalheiros, ao contrário da venda dos jornais alternativos.

Como as bancas persistiam na venda das publicações eróticas/pornográficas, continuavam sendo alvos das ameaças e bombas dos extremistas. Os jornalheiros se mostravam indignados, afinal, eram atacados mesmo após terem atendido, parcialmente, aos terroristas, ao retiraram de seus estabelecimentos os jornais alternativos. Nesses casos, ao que parece, muitos proprietários de bancas, ao serem indagado sobre o porquê dos ataques, silenciavam acerca da razão. Foi o caso do dono da banca incendiada no bairro de Jacarepaguá, esquina das Avenidas Geremário Dantas com Samuel das Neves, Rio de Janeiro, a 19 de setembro de 1980. O proprietário, José Ferreira Maurício, que vinha recebendo ameaças da Falange Pátria Nova, afirmou à imprensa “não entender a razão do atentado, uma vez que há muito deixou de vender jornais da imprensa alternativa”⁷⁹⁷. O mesmo aconteceu com a banca destruída parcialmente no bairro de Tremembé, em São Paulo, a 26 de setembro de 1980. O proprietário, Joaquim

⁷⁹⁶ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalheiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

⁷⁹⁷ Tribuna da Imprensa, 20-21/09/1980.

Campelo, desde os primeiros atentados na cidade, já havia deixado de vender as publicações alternativas⁷⁹⁸.

Esse silêncio sobre a continuidade da venda das revistas eróticas, como razão para os atentados, talvez se ligue ao fato de que os donos de bancas se sentiam incomodados pelas acusações segundo as quais “negociavam produtos que atentavam à moral e aos bons costumes, corrompendo a juventude e a família brasileira”. Naquele exato momento, como veremos adiante, as bancas estavam sendo alvo de ações do próprio governo ditatorial e da Justiça quanto à venda das revistas. Para os jornalheiros, seria muito mais aceitável e bem quisto, perante a sociedade, ante o consenso democrático, se mostrarem como trabalhadores honestos vítimas de atentados por estarem vendendo jornais e defendendo a liberdade de expressão. Ratificando a percepção de certo constrangimento, percebe-se o mesmo silêncio sobre as revistas eróticas nas declarações de várias entidades representativas da categoria ou, quando muito, referências genéricas a publicações, sem mencionar o caráter erótico/pornográfico delas. É o que se depreende, por exemplo, no documento enviado pelos donos de bancas e livrarias de Pernambuco ao governador Marcos Maciel pedindo segurança e a apuração das ameaças feitas pela Falange Pátria Nova – Setor Nordeste. No texto, afirma-se que “A liberdade de imprensa está sendo ameaçada em todo o país. Atentados terroristas contra bancas de jornais e revistas perpetuados por autônomas organizações clandestinas de extrema-direita procuram calar a imprensa de oposição”⁷⁹⁹.

⁷⁹⁸ Jornal do Brasil, 27/09/1980.

⁷⁹⁹ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

Alguns jornaleiros, porém, não deixaram de denunciar o elemento moral como motivador dos ataques. Foi o que fez Samuel Credmann, proprietário da banca Tadeu, na Rodoviária de Brasília, atacada por extremistas na madrugada de 22 de agosto de 1980. À imprensa, declarou: “Não deixarei de vender jornais alternativos, nem as revistas eróticas. A não ser que a lei me proíba. (...) Se esse grupo quisesse combater a eroticidade, deveria, então, explodir os motéis, não as bancas de revistas”⁸⁰⁰. A senhora Francisca Bandeira, esposa do proprietário da banca da Praça da Parquelândia, em Fortaleza, atacada pelo MAC, foi explícita, nas declarações à imprensa, quanto as razões da persistência dos atentados: “(...) No caso de sua banca, as revistas vendidas ali são as chamadas eróticas, pois, [as publicações] da imprensa nanica, há muito tempo deixou de vender. (...) adiantou ainda a informante que o medo está dominando todos os donos de bancas de revistas: ‘só há um recurso’, arrematou Dona Francisca, ‘é não vender tais revistas’”⁸⁰¹.

O espectro erótico das revistas também explica a diferença de conduta da grande imprensa acerca das explosões motivadas por razões políticas e morais. Muitos dos jornais comerciais, que condenavam os ataques em virtude da “censura armada” à imprensa alternativa, chegando o assunto até a ser alvos de editoriais e reportagens especiais, não tiveram a mesma postura em relação as explosões provocadas pela negociação das revistas, afinal, há tempos vinham condenando as publicações “indecentes”, como veremos adiante. Apenas alguns chargistas dos grandes jornais e, sobretudo, a imprensa alternativa

⁸⁰⁰ O Povo, 23/08/1980; Jornal do Brasil, 23/08/1980.

⁸⁰¹ Tribuna do Ceará, 12/08/1980.

abordaram a questão. Sinfrônio, de O Povo, produziu charge em que um cidadão, enfurecido, olha para as revistas “indecorosas” expostas em uma banca, ignorando os jornais que falavam da carestia (“feijão está proibitivo”, “o leite vai subir”) e uma criança, maltrapilha, que lhe estendia a mão pedindo ajuda⁸⁰². Na edição número 587, de setembro de 1980, o jornal Pasquim trouxe várias charges mostrando a leniência das autoridades com a onda terrorista e as contradições dos grupos conservadores, os quais se escandalizavam com seios e nádegas à mostra nas bancas e revistas e pouco se indignavam ante a fome, a falta de democracia no País, a violência policial, a concentração de renda, etc⁸⁰³.

E as revistas eróticas, como se posicionaram? Conseguimos, em uma publicação, referência direta às ações terroristas da extrema-direita contra as revistas eróticas. No caso, foi a Revista Privê, que, dentro do cabível pelo gênero da publicação, deu a entender o incômodo com a situação, criticou os terroristas e a ditadura e ainda se igualou aos jornais da imprensa alternativa como alvo da violência dos extremistas. Ou seja, os atentados às bancas e às revistas, independente do conteúdo destas, eram igualmente um ataque à liberdade de manifestação, à democracia e à abertura do regime. Afirmou a publicação em sua sessão de cartas (Privê Responde), ao tratar da reclamação de um leitor (identificado como M. Moroni, de São Carlos-SP) sobre a localização de uma das páginas da revista: “Fosse esse o único problema da PRIVÊ, nós estávamos feitos, meu irmão. A gente mudou a posição da página (...). Agora, o maior

⁸⁰² O Povo, 08/10/1980.

⁸⁰³ Pasquim, nº 587, 26/09-10/10/1980.

problema da PRIVÊ não é só nosso, como de outras publicações congêneres e de toda a imprensa alternativa. Tem gente querendo a volta dos velhos tempos. Viu a onda de queimar bancas, etc. e tal? Pura falta de sexo, não acha?”⁸⁰⁴.

⁸⁰⁴ Anexo da revista Privê, sem especificar a edição, ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 3300/119/ASP/30, Agência São Paulo, de 16 de dezembro de 1980, “Publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80005398_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

EXTRA 3 – CERCO ÀS BANCAS

Como visto, o que os setores conservadores e, especificamente, os extremistas de direita entendiam como uma “onda pornográfica” tomando de conta do País tratava-se, *stricto sensu*, dos desdobramentos do processo de distensão/abertura da ditadura, mesmo com as idas e vindas deste, isso em um momento de expansão da indústria cultural e da produção e consumo de bens culturais pornográficos ou eróticos (MARCELINO, 2006, p. 61; QUINALHA, 2021, p. 244). A censura moral tinha cada vez mais dificuldades de realizar-se, pela crise política e enfraquecimento do regime, pela pressão da sociedade por democracia e pelos problemas estruturais da própria Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que sofria com a limitação do número de funcionários, ante uma crescente ampliação das produções e publicações a serem analisadas (MARCELINO, 2006).

No final dos anos 1970 e começo dos 1980, ocorreram atritos da censura oficial com a Justiça, em virtude de magistrados tomarem decisões que contrariavam o DCDP. Nesse momento, juízes liberaram vários filmes vetados pelos censores (FICO, 2002, p. 267) e deram ganho de causa aos mandados de segurança, pedidos por editores, acerca das publicações eróticas, “excluindo do regime de verificação prévia as revistas e livros que abordassem temas relacionados ao sexo, à moralidade pública, contrário aos bons costumes ou que apresentassem fotografias de nus, eróticos ou não” (SETEMY, 2018, p. 191; MARCELINO, 2006, p. 63 e 64).

Um dos alvos do judiciário foi a Portaria de nº 319, de 10 de abril de 1979, do Ministério da Justiça, que havia proibido livros e revistas, nacionais ou estrangeiras, com temas referentes a sexo, de serem expostos ou vendidos em bancas de jornais. Pela Portaria, a comercialização só era autorizada em livrarias e editoras, com as publicações contidas em material plástico “opaco, resistente e hermeticamente fechado” e os dizeres: “venda proibida para menores de 18 anos”⁸⁰⁵. Contra tal norma, as editoras e os próprios jornaleiros ingressaram em juízo, obtendo uma liminar que os autorizava a venda das revistas eróticas, sob o argumento de que a medida impedia o livre comércio, pela concorrência desleal que a medida acarretava entre bancas de jornais e livrarias (MARCELINO, 2006, p. 66)⁸⁰⁶.

Perante as crescentes dificuldades da censura oficial, no começo de 1980, foi feita reunião dos diretores da DCDP e os editores das revistas eróticas, extinguindo-se a censura prévia, embora ainda fossem estabelecidas normas a serem observadas⁸⁰⁷, de modo que os excessos

⁸⁰⁵ “Poder de polícia, censura, moralidade”. Acórdão do Tribunal Federal de Recursos. www.bibliotecadigital.fgv.br. Notação file:///C:/Users/Rita/Downloads/admin,+poder. Acesso a 5/12/2022.

⁸⁰⁶ Em sessão do Tribunal Federal do Recurso, a 11 de dezembro de 1979, a proibição de venda das revistas e livros com temas de sexo em bancas foi considerado inconstitucional.

⁸⁰⁷ “A partir dessa data, ficou abolido o exame prévio das publicações que abordam temas referentes ao sexo, moralidade pública, bons costumes ou que apresentem fotografias de nus, eróticas ou não; 2 – tais edições necessitam manter um padrão que as enquadre na espécie de revistas para o homem, não descambiando para a pornografia; 3 – as capas devem ser discretas, sem apelações, já que os exemplares são expostos em bancas; 4 – a restrição de sua venda a menores deve aparecer bem destacada, bem como sua comercialização continua a ser em embalagem plástica; 5 – ao material redacional não se impõe qualquer

poderiam resultar na apreensão das revistas (QUINALHA, 2021, p. 273). Entre as normas, que as revistas continuassem sendo vendidas em envelopes escuros e a obrigatoriedade do envio de três exemplares das publicações para o registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas, uma medida que, aparentemente irrelevante, foi bastante utilizada como forma de controle (MARCELINO, 2006, p. 66)⁸⁰⁸.

A massiva exposição das revistas eróticas nas bancas (inclusive, com chamativos cartazes de divulgação expostos nas laterais dos estabelecimentos), a crescente procura e venda desse tipo de publicação, a paulatina retirada da censura, as constantes contestações e derrotas da DCDP na Justiça e a própria saída de Armando Falcão do Ministério da Justiça (a 15 de março de 1979) (MARCELINO, 2006, p. 203)⁸⁰⁹ irritaram os grupos conservadores. Como mostra Douglas Marcelino, várias cartas enviadas ao DCDP, naqueles anos, denunciavam os abusos e excessos das editoras e dos jornalheiros, pois

restrição, respondendo cada um pelos abusos que cometer; 6 – a parte visual (material fotográfico) deve ser contida nos limites da decência; permitem-se as fotografias do nu frontal, evitando-se, no entanto, as poses que mostrem a masturbação, o relacionamento sexual e que caracterizem o homossexualismo, masculino e feminino; 7 – qualquer abuso será julgado e punido com base no Código Penal e na Lei de Imprensa; 8 – os senhores editores ficam obrigados a remeter, mensalmente, a esta Divisão, três exemplares das publicações que forem comercializadas, para o devido acompanhamento. Ofício-Circular nº 623/80-SE/DCDP, do diretor da DCDP, José Vieira Madeira, 6 mar. 1980. In MARCELINO, 2006, p. 65.

⁸⁰⁸ Em 1982, foi publicada a Portaria no 577/82, de 16 de junho, que revogou definitivamente as portarias que regulamentavam a censura prévia de impressos.

⁸⁰⁹ Em 1980, essa condição, de vender as publicações apenas em livrarias, seria revogada.

as revistas eróticas, com fotos escandalosas, estavam sendo expostas livremente nas bancas, algumas mesmas sequer tendo mais os envelopes lacrados ou sacos plásticos escuros (MARCELINO, 2006, p. 203).

Carta encaminhada à DCDP, datada de 6 de julho de 1976, falava que as bancas “se tornaram um lugar quase proibido de apresentação de moças e senhoras, pois, além de ser desagradável, estão sempre repletas de homens apreciando as ditas fotografias” e que a “exibição de fotos de mulheres nuas deixa as pessoas até constrangidas ao se aproximarem de uma banca, sem contar as piadas imorais que se ouve, decorrentes de tais exposições”⁸¹⁰. Outro reclamante, de 1979, afirmava que “Hoje, uma banca de jornal e revistas mais parece uma porta de bordel, anunciando em cartazes coloridos, as diferentes opções sugeridas aos seus usuários (...). Achei magnífica a idéia (sic) de V. Sa. de exigir as capas plásticas para revistas como Ele e Ela, Play-Boy etc. Mas, que estes plásticos sejam opacos e que os cartazes mostrando as mulheres nuas, existentes nestas revistas, sejam sumariamente proibidos”⁸¹¹.

Funcionários da DCDP afirmaram à Isto É, de 1º de outubro de 1980, que o avanço das revistas eróticas ou pornô intensificou-se, mais ou menos, na segunda metade do governo Geisel, quando os editores “perceberam que o fim da censura era para valer”⁸¹². Começaram, então, a aumentar os pedidos de registros no órgão de títulos dessas publicações, o que era feito, ainda “moderadamente”,

⁸¹⁰ Carta ao Chefe do SCDP/RJ, Wilson de Queiroz Garcia, encaminhada à DCDP, 6 jul. 1976, Caixa 2. In MARCELINO, 2006, p. 201.

⁸¹¹ Carta ao diretor da DCDP, José Vieira Madeira, 18 abr. 1979, Caixa 2. In: MARCELINO, 2006, p. 201.

⁸¹² Isto É, 1º/10/1980.

segundo os censores. Depois, os editores teriam “perdido o medo” e passaram a lançar revistas sem consultar a DCDP ou sequer fazer registro das publicações. A “explosão” de publicações teria se dado no primeiro semestre de 1980, quando a revista *Ele e Ela* publicou o primeiro nu frontal. Em seis meses, a revista teve uma tiragem saltando de 170 mil para 420 mil exemplares. Às fotos foram acrescentados textos, de presumíveis leitores, sobre seus “fetiches e taras”. Logo outras revistas passaram a imitar o sucesso de vendas. Coincidência ou não, foi em meio a esse *boom* de revistas eróticas, a partir de junho de 1980, que os grupos de extrema-direita promoveram a campanha de ataques às bancas.

É preciso, porém, não cair em uma dicotomia simplória, de acreditar que todos aqueles que pediam ações contra as “imoralidades” das bancas e defendiam a censura de revistas, filmes, programas de televisão, etc. endossavam a manutenção da ditadura. Se muitas pessoas mostravam sinais de mudança de mentalidade, criticando qualquer cerceamento à liberdade de manifestação e se abrindo para os ares liberalizantes dos costumes (QUINALHA, 2021, p. 269), outros setores da população, ainda que aceitassem a abertura política, entendiam que era necessário um controle oficial para garantir os bons valores da sociedade – isso explica porque a censura moral sobreviveu ao fim da ditadura, o que seria alterado apenas com o advento da Constituição de 1988 (QUINALHA, 2021, p. 267). Muitos dos setores favoráveis à democratização não concordavam com o “excesso de libertinagem” advindo com a abertura. No período, é possível achar várias matérias dos grandes jornais que, se defendiam a liberdade de expressão e de imprensa, por um lado, condenavam “excesso de sexo” nas bancas de jornais e cinemas, por outro, não raro, associando

a pornografia à “degradação humana”, a interesses puramente mercantis de editoras e como um “efeito colateral repugnante” da abertura a ser combatido.

A coluna “Informe JB”, do Jornal do Brasil, abordou várias vezes a questão da “imoralidade”. Por duas vezes, tratou especificamente das bancas, em fins de fevereiro e em meados de maio de 1980, cerca de um mês antes do início dos ataques aos jornalheiros pelo terrorismo de extrema-direita:

A exploração da carne humana como objeto de comércio é atividade antiga; mas foi no Brasil de 1980 que atingiu níveis de sofisticação tecnológica jamais alcançados (...). O público poderá ver hoje, em qualquer banca de jornal do país, um verdadeiro festival pornográfico, onde o corpo humano é apresentado à curiosidade pública nas mais estranhas posições. Tudo com base na liberdade de imprensa, invocada agora como escudo para a libertinagem. Esta comercialização torpe e vil desenha o mosaico de decadência de um setor da sociedade brasileira. Revela o lado podre de um agrupamento humano, identifica aqueles que só sabem divertir-se consumindo grande quantidade de álcool e entregando-se totalmente à orgia, com a desculpa de que precisa alegrar-se⁸¹³.

O sistema democrático exige dos cidadãos que dele desfrutem maior dose de responsabilidade e autoconhecimento que as ditaduras. (...) No Brasil, com os ventos salubres da abertura, as bancas de jornais situadas em locais de grande movimento estão perdendo sua função básica, vender veículos de informação. Aos poucos, transformaram-se em verdadeiras feiras pornográficas ao ar livre.

O projeto de abertura democrática permitirá a construção de casa ampla, com liberdades jamais conhecidas pela sociedade brasileira.

⁸¹³ Jornal do Brasil, 28/02/1980.

Mas é preciso erguê-la adequadamente e evitar o erro de colocar o lavatório em plena sala de jantar⁸¹⁴.

Em meio à onda de atentados às bancas, o jornal Tribuna do Ceará fez matéria questionando por que as publicações pornográficas eram vendidas em grande quantidade.

A proliferação de revistas pornográficas tem mudado a conduta da nossa mocidade (...). Não apenas as publicações gráficas. O cinema e o teatro são fontes permanentes de pornografia, mostrando os mais indecorosos filmes e peças vistas por um público constituído, na maioria, de jovens. Tudo é um amontoado de imundices, ajudando a deteriorar a formação de nossa juventude, cada vez mais jogada aos ambientes deletérios, sem que as autoridades até agora tenham adotado medidas enérgicas que resguardem a moral e defenda a família brasileira.

(...) A reportagem de TRIBUNA DO CEARÁ entrevistou vários donos de bancas de jornais, a respeito de quais as publicações mais vendidas (...). [São] Playboy, Homem, Status, Privê, Ele e Ela e Close. Por incrível que pareça, o público leitor de tais revistas é composto de homens de idade, não faltando um grande número de rapazes na faixa etária de 16/17/18 anos. Disseram os jornaleiros que os preços variam de cem a cento e vinte cruzeiros o exemplar de cada revista, sendo uma vendagem segura e, em muitos casos, com fregueses certos.

(...) Uma jovem, que não quis revelar seu nome, disse à reportagem que hoje em dia a juventude está nessa porque não há uma medida severa que regularize a vendagem de tais publicações. "Qualquer garoto ou garota compra facilmente essas revistas", disse a nossa entrevistada⁸¹⁵.

⁸¹⁴ Jornal do Brasil, 15/05/1980.

⁸¹⁵ Tribuna do Ceará, 19/09/1980.

Não surpreende, dessa forma, ante a pouca empatia de segmentos da sociedade e do regime com as revistas eróticas e jornais nanicos, que os autores da campanha terrorista contra as bancas não tenham sido punidos e sequer identificados. A grande imprensa, à época, tratou de uma peculiaridade que caracterizaria os responsáveis pelos atentados às bancas, quando comparados com os de outros alvos dos ataques da extrema-direita. A revista Isto É⁸¹⁶, de novembro de 1980, sem apontar as fontes da informação, afirmou que os ataques aos jornaleiros seriam de responsabilidade do que designou “jovem guarda” ou “garotada”, extremistas mais moços, uma condição na qual se enquadravam, por exemplo, os integrantes do MAC cearense, responsáveis por atirar molotovs em duas bancas de Fortaleza. A Isto É informou ainda que, de início, as ações contra as bancas não despertaram muito entusiasmo do que chamou de “direitistas clássicos”, dando a entender que estes seriam os integrantes dos órgãos de repressão, alguns deles voltados para atentados que causassem mais repercussão.

Os “direitistas clássicos” considerariam os atentados às bancas como ações de “menor importância”. Teriam mudado de opinião depois, porém, visto que a prática se revelou eficiente, pelo impacto social e político provocado, o que trouxe certo prestígio para a “jovem guarda” da extrema-direita⁸¹⁷. Tal eficiência pode ter motivado a “velha guarda direita” a também fazer seus atentados a bancas – o ex-delegado Claudio Guerra, no depoimento ao livro que trata de sua trajetória, afirmou que o Grupo Secreto do qual fazia parte, composto

⁸¹⁶ Isto É, 26/11/1980.

⁸¹⁷ Isto É, 26/11/1980.

especialmente por elementos da estrutura repressiva, praticou atentados terroristas contra bancas de jornal (MEDEIROS, NETTO, 2012, p. 152). A informação é ratificada em *A direita explosiva do Brasil*, livro de José Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto Fortunato (1996, p. 230), que apresentam o marceneiro Hilário José Corrales, um dos mais ativos membros do referido grupo secreto, como um dos autores dos incêndios de bancas no Rio de Janeiro. Assim, mais uma vez, fica patente como os extremistas se influenciavam mutualmente com os êxitos e repercussões dos atentados, conforme visto no capítulo 2.

A partir de setembro de 1980, o número de atentados e ameaças às bancas de jornais caiu abruptamente – nesse mês, apenas três delas foram atacadas, tendo-se apenas uma incendiada em dezembro. A diminuição drástica dos atentados chama a atenção, sobretudo porque outros alvos continuaram sendo atingidos pelas bombas do terrorismo de direita. Segundo a revista *Isto É*⁸¹⁸, o motivo para tanto teria sido o controle que passou a ocorrer da “jovem guarda” pela “direita clássica”. A matéria da revista dá a entender que a onda de ataques, a sensação de insegurança, as destruições provocadas, a indignação da sociedade e o medo crescente das pessoas teriam incomodado os direitistas tradicionais. Ou seja, a “jovem guarda” teria “saído do controle” e indo “longe demais”, atrapalhando mais que ajudando os “veteranos”. A revista, sem aprofundar-se, encerra o texto afirmando que, naquele momento (novembro de 1980), “o que se comenta em certas áreas direitistas e militares é que a ‘jovem guarda’ já não provoca entusiasmo. Ou que ‘está sob controle’ para evitar problemas”.

⁸¹⁸ *Isto É*, 26/11/1980.

Não há outras fontes que comprovem a informação da Isto É, mas, ante a comoção dos ataques às bancas (somados a dos outros atentados, todos impunes), não se descarta que tenha, de fato, ocorrido “alguma intervenção” dos “direitistas clássicos” para controlar as ações da “mocidade”. É possível conjecturar que, ao contrário do que os extremistas imaginavam, de que os ataques, fincados em um elemento moral (combater as revistas indecentes), pudessem trazer apoios, o que se verificou foi mais antipatias do grosso da sociedade. Sem falar dos riscos para o conjunto dos terroristas, visto que a exposição excessiva e a imprudência dos “jovens” poderiam levar a captura de alguns deles⁸¹⁹ e, por extensão, complicar a “velha guarda”, em virtude de eventuais laços ou contatos que apresentassem.

Entendemos que a redução da quantidade de atentados às bancas e livrarias pode ter ligações, também, com as iniciativas adotadas, por diversas autoridades e pela própria ditadura, no sentido de dificultar a venda da imprensa alternativa e das revistas eróticas, o que foi ao encontro dos desejos dos terroristas e compatibilizou-se com os pressupostos de defesa da boa moral e costumes disseminados pela sociedade.

⁸¹⁹ A 21 de julho de 1980, teve-se o incêndio e destruição de uma banca, de propriedade de Pedro Favali Filho, no bairro de Itaim, em São Paulo. Um repórter da revista Isto É, Clayton Rogério Duarte Netz, por acaso, havia visto, dias antes, indivíduos fixando um panfleto com ameaças na banca. Os extremistas ocupavam um carro da marca Passat, que teve os números da placa anotados por Netz. Com o atentado realizado, o repórter resolveu aprofundar o caso e descobriu que o Passat pertencia a André Luiz de Moraes Rizzo, um violento estudante de direito da PUC e de posições anticomunistas. André teria proximidade com agentes do DEOPS paulista. A denúncia da revista ficou sem maiores apurações pela polícia. Isto É, 26/11/1980.

Por mais que os jornaleiros não fossem atores políticos e sociais dos mais influentes, os atentados às bancas se tornaram mais um problema a merecer a atenção do governo de João Figueiredo. Os ataques, pela repercussão social que obtiveram, tumultuavam a abertura nos marcos pretendidos pelos militares moderados, desgastando a estes e fortalecendo a linha dura. Abriam, ainda, francos para as críticas de diversos setores da sociedade e da oposição à gestão Figueiredo, que reagia, acusando os adversários de estarem capitalizando política e eleitoralmente com a onda terrorista. A não apuração da campanha contra as bancas levava os opositores, em especial os de esquerda, a cada vez mais a especular sobre o envolvimento de membros do aparato de segurança institucional com os terroristas e a lembrar a proximidade ideológica dos extremistas com o regime.

Não passa despercebido que, em agosto e setembro de 1980, em plena campanha de ataques às bancas, os governos estaduais e o federal tenham tomado várias decisões e desenvolvido ações que envolveram as revistas eróticas. Tal postura, ironicamente, acabou atingindo as vítimas dos atentados, ou seja, os jornaleiros, enquanto os terroristas, mais uma vez, ficaram incólumes.

A ditadura resolveu ir à “origem” dos atentados realizados pela extrema-direita: a vendagem de jornais da imprensa alternativa e das revistas eróticas. Se tais publicações não fossem mais negociadas ou, pelo menos, fossem melhor controladas e reduzidas suas circulações, cessariam as motivações para as ações dos terroristas e, portanto, o problema dos ataques. Em outras palavras, se omitindo em garantir a segurança dos jornaleiros e a liberdade de expressão das publicações, dificultando a

impressão e a circulação das revistas eróticas, restringindo o acesso dos leitores e consumidores, o regime ditatorial, comandado por Figueiredo, resolveria o problema dos atentados às bancas, embora, por outro lado, ao assim se portar, acabasse cedendo e, de certo modo, atendendo às reivindicações dos terroristas.

Observando-se a situação em detalhe, entendemos que parte do “problema” resolveu-se por si próprio. A comercialização dos jornais da imprensa alternativa nas bancas caíra, ante o temor dos jornaleiros até em expor os periódicos. Como se não bastasse isso, o governo ainda deu uma contribuição contra os nanicos, dificultando sua circulação e a sobrevivência econômica, intensificando o confisco de exemplares das publicações. Como afirmou Kucinski (2018, p. 175), o confisco dos exemplares dava enorme prejuízo aos jornais, que já não viviam uma situação financeira positiva. Em setembro de 1980, por exemplo, houve a apreensão, pela Polícia Federal, de exemplares de O Trabalho, ligado ao grupo trotskista Liberdade e Luta/Libelu, “por conteúdo atentado contra autoridades nacionais”⁸²⁰. Tais confiscos não se davam, obviamente, apenas em virtude dos atentados terroristas da extrema-direita, mas pelas críticas que os nanicos faziam ao regime, apesar dos discursos de “abertura democrática” do governo e do ministro da Justiça Abi-Ackel. Tanto que, nos meses seguintes, após a queda do número de ataques às bancas, persistiriam as apreensões, como no caso de Hora do Povo⁸²¹, Tribuna Operária, Tribuna do Povo e Movimento⁸²².

⁸²⁰ Jornal do Brasil, 19/ 09/1980. O Trabalho acusava Figueiredo de acobertar o terrorismo.

⁸²¹ O Povo, 17/01/1981.

⁸²² O Povo, 16/05/1981.

Em Santo André-SP, em agosto, dois estudantes ligados à Convergência Socialista, foram detidos após um atentado contra a sede da organização, na Vila Assunção. Chamados para debelar o incêndio, os bombeiros encontraram no local, situado na Rua Santo André, 179, vários jornais “subversivos”, panfletos e um mimeógrafo, o que foi comunicado ao DEOPS. Após serem ouvidos, os estudantes foram liberados, mas o material acabou apreendido⁸²³. O CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) lançou nota de protesto pelo ocorrido, denunciando que “as autoridades policiais utilizaram a situação para intimidar e impedir a liberdade de organização e manifestação política”⁸²⁴. Militantes que buscavam vender jornais alternativos no meio da rua foram intimidados e presos. Foi o que houve com quatro jovens ligados ao MR-8, em Salvador, detidos pela Polícia Federal na Praia da Barra, quando vendiam o jornal Hora do Povo e, segundo a acusação, “proferiam improperios contra o presidente João Figueiredo”⁸²⁵.

Para resolver a outra “parte do problema” dos atentados terroristas, ou seja, as revistas eróticas, a ditadura,

⁸²³ Os estudantes eram Severo Maia e Marcos Magarida. Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SRDPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notações: br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0001; br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0002. Acesso a 26/01/2023; Jornal do Brasil, 05/08/1980.

⁸²⁴ Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

⁸²⁵ Foram presos Júlia Salomão, Carlos Pereira, Avesnaldo Veiga e Milton Pinheiro. Relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações, nº 0150/116/ASV/80, Agência Salvador, “Prisão de membros do jornal ‘Hora do Povo’”, de 23 de outubro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_80001060_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

de forma concomitante, buscou evitar e/ou dificultar ao máximo as vendas das publicações. Como negociavam ainda esse tipo de revista, apesar das ameaças e ataques da extrema-direita, os jornalheiros acabaram sendo alvos de várias medidas arbitrárias da parte das autoridades. No caso das revistas “indecentes”, a ditadura se movia não apenas em virtude da onda terrorista, mas, igualmente, pela representação de se entender como guardião dos bons costumes, postura que se coadunava com o defendido por diversos setores da população. Ou seja, para muita gente, se a censura político-ideológico era repudiada e abrandada, a censura moral ainda seria necessária, para evitar “excessos” contra os bons costumes, pois alguns temas continuavam interditados aos olhos do regime e da sociedade (QUINALHA, 2021, p. 273).

A partir de agosto de 1980, enquanto bancas eram ainda incendiadas, o governo Figueiredo, delegados, juízes, governadores, etc. passaram a tomar várias medidas contra as publicações pornográficas. Como a censura prévia havia acabado e seria politicamente desgastante, para o regime e para o processo de abertura, voltar a praticá-la⁸²⁶, as autoridades focaram suas ações contra o que entendiam serem abusos cometidos pelas publicações e as vendas destas nas bancas de jornais, visto que a legislação oferecia mecanismos para tal. Ocorreram, então, várias ações, contra as editoras e os jornalheiros, como as de fiscalizar e inibir a exposição das revistas, confiscar milhares de exemplares das mesmas e intimidar, processar e prender editores e jornalheiros.

⁸²⁶ A partir do final de 1979, a censura moral passou a ser ainda mais combatida, “muito em função da atuação do governo federal, que tinha por meta a abertura política, ocasião que o meio artístico-cultural cobrava que essa mesma atitude fosse a ela também reconhecida” (QUINALHA, 2021, p. 270).

Nesse processo, deve-se observar especificamente a atuação do Ministro da Justiça de João Figueiredo, o ex-deputado Abi-Akel, que, embora tido com mais liberal em relação ao ministro anterior, o conservador Armando Falcão, mostrou o mesmo ímpeto no controle das publicações tidas por contrárias à moral e os bons costumes. O historiador Marcelino Douglas (2006, p. 205) afirma que Abi-Akel, pressionado por grupos conservadores e na intenção de manter o apoio de parte da sociedade, embarcou ativamente na cruzada contra a pornografia. Não descartamos a questão estrutural do conservadorismo da sociedade e nem as estratégias do ministro em ter aqueles apoios sociais, mas entendemos que algumas das medidas tomadas por Abi-Akel guardam relações diretamente com os atentados à bomba da extrema-direita às bancas e a busca de resolver a questão de forma menos traumática para o governo e sem incomodar os militares duros contrários à abertura (alguns deles, envolvidos nos atos terroristas).

Em outros termos, buscando o apoio de grupos conservadores, defendendo valores morais do governo e visando a extinguir uma fonte dos problemas que levava aos atentados às bancas, Abi-Akel atuou diretamente contra a venda de publicações pornográficas, postura que chegou a ser destaque em matéria do *Jornal do Brasil*⁸²⁷. Nesse sentido, chamavam a atenção as minutas enviadas pelo ministro aos governadores dos estados, integrantes do judiciário e outros operadores estatais do direito, encorajando-os e pedindo apoio para combater a venda das revistas e livros e preservar a boa moral⁸²⁸. Em documento mandado aos chefes dos executivos estaduais, Abi-Akel afirmou:

⁸²⁷ *Jornal do Brasil*, 10/09/1980.

⁸²⁸ *O Povo*, 10/09/1980.

Tendo em vista que, nos termos do que tem reiteradamente decidido o Poder Judiciário, as publicações consideradas ofensivas à moral e aos bons costumes não estão sujeitas ao regime de censura prévia, aplicado aos espetáculos e diversões públicas, por força do disposto no art. 153, § 8º da Constituição, permito-me encarecer a Vossa Excelência a expedição de instruções necessárias à Procuradoria Geral do Estado a fim de que os abusos constatados sejam reprimidos na forma do que dispõem os art. 17 e 61 da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967). (...) Solicito ainda que, nos casos em que possa haver dano iminente e irreparável, seja endereçada a este Ministério representação fundamentada, para eventual aplicação do disposto no art. 63 da mesma lei, sempre que a representação indicada no § 1º desse dispositivo possa se revelar inócua, para os objetivos de preservar a moral pública e os bons costumes”.⁸²⁹

Abi-Ackel determinou a realização, pela Polícia Federal, de operações de confisco das publicações nas bancas de jornais que atentassem aos bons costumes, de forma parecida como o que se dava com os jornais da imprensa alternativa. A 19 de setembro de 1980, a PF apresentou à imprensa um montante de 15 mil exemplares de revistas eróticas apreendidas em bancas do Rio de Janeiro, informando ainda que os responsáveis

⁸²⁹ Minuta de aviso expedida pelo Ministro da Justiça, Abi-Ackel, aos governadores de Estado, em setembro 1980. Informe nº 502f/05/80-CI/DPF, Centro de Informações/Departamento da Polícia Federal, “Lei de Imprensa –publicações ofensivas à moral pública e bons costumes”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_zd_0_0_0038a_0015_d0001. Acesso 26/12/2022. O informe também traz a minuta de aviso expedida aos presidentes do Tribunais de Justiça dos Estados.

por 164 das publicações seriam processados na justiça estadual. A única revista cujo processo ficaria sob a responsabilidade da Justiça Federal seria a *Privê*, que em seu número 16, de setembro de 1980, foi acusada de violar a Lei de Segurança Nacional ao trazer fotografias eróticas com textos parodiando o hino nacional, conforme trataremos adiante⁸³⁰. O setor de comunicação social da Polícia Federal informou que os jornalistas os quais fossem pegos vendendo as revistas eróticas pela segunda vez seriam enquadrados na lei e que “enquanto houvesse publicações do gênero, o trabalho continuaria”⁸³¹.

São significativas não apenas a apreensão das publicações, mas a publicização dada pelo governo, divulgando a operação, apresentando as revistas numa coletiva à imprensa e chamando a atenção da sociedade – e obviamente, da extrema-direita – para o combate à pornografia. Não obstante, conforme também afirmaram os meios de comunicação⁸³², Abi-Ackel negou tratar-se de uma operação anti-erótica, ou seja, não haveria uma ação estruturada do governo federal com o fito de recolher revistas tidas como de caráter pornográfico, mas, sim, uma ação de rotina. Segundo o ministro, a ação coadunava-se com o “esforço da autoridade pública no sentido de preservar valores morais e familiares que a sociedade brasileira deseja preservar”⁸³³. Apesar da fala de Abi-Ackel, o secretário de Justiça do Rio de Janeiro, Erasmo Martins Pedro, deu declaração em outro sentido, deixando claro que o Ministro da Justiça estava, sim,

⁸³⁰ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

⁸³¹ Jornal do Brasil, 18/09/1980.

⁸³² Jornal do Brasil, 20/09/1980; Isto É, 17/9/1980.

⁸³³ Jornal do Brasil, 19/09/1980.

“preocupado com a proliferação de publicações eróticas e licenciosas e quer evitar que essas publicações sejam indiscriminadamente colocadas à venda”⁸³⁴. O secretário defendia, porém, que antes das apreensões, fosse feito um entendimento com as editoras⁸³⁵.

A negativa do ministro possivelmente se liga a um constrangimento pessoal (ele se dizia um liberal) e do governo (que falava em democracia) por estarem, concretamente, realizando uma atividade de censura, um retrocesso político se observado o processo de abertura. Além disso, Abi-ackel talvez buscasse evitar uma contradição política a ser explorada pela oposição, afinal, o governo federal estava intervindo na questão dos atentados às bancas, indo contra o discurso, até então sustentado, segundo o qual a investigação dos ataques terroristas era da alçada das gestões estaduais. Por fim, ao confiscar revistas e jornais alternativos, o governo Figueiredo, em termos práticos, estava se curvando às exigências e à “censura armada” dos terroristas.

Perante os ataques com bombas aos jornaleiros e mesmo antes das iniciativas de Abi-Ackel, houve ações dos poderes públicos estaduais para combater as revistas. É possível que algumas autoridades locais tenham também optado em solucionar o problema dos atentados (cujas investigações estiveram sob suas responsabilidades até os ataques à sede da OAB e Câmara Municipal do Rio, em fins de agosto de 1980), focando nas publicações “subversivas” e “pornográficas”.

Em São Paulo, o temido delegado José Wilson Richetti, encarregado do policiamento na área central da cidade

⁸³⁴ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

⁸³⁵ Jornal do Brasil, 19/09/1980.

e famoso pelas medidas violentas visando a prender e expulsar prostitutas, travestis e transexuais da região (nos chamados “rondões”)⁸³⁶, envolveu-se na atuação contra jornalheiros. A 5 de agosto de agosto de 1980, o delegado e sua equipe prenderam 21 jornalheiros, sob a acusação de atos obsceno, por estarem vendendo em suas bancas revistas eróticas, apesar destas terem sido liberadas conforme as regras da censura federal. Richetti considerou como exploração sexual a venda das publicações – as bancas foram fechadas e centenas de exemplares das revistas, apreendidas. Após prestarem depoimento e pagarem fiança, os jornalheiros foram liberados (DECKES, 1985, p. 117)⁸³⁷.

Wilson Richetti negou qualquer explicação à imprensa sobre sua operação⁸³⁸. O Secretário de Segurança de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, por sua vez, buscou justificar as ações de confisco, sem associá-las aos atentados terroristas. “Diante do grande número de queixas de famílias, houve necessidade de apreender revistas e livros declaradamente obscenos, com apelos eróticos. (...) Digo mais. Não sou nenhum puritano, mas há muita coisa nojenta nestas publicações. Grande parte delas nem traz o nome dos responsáveis”⁸³⁹.

A operação policial enfureceu os donos de bancas, afinal, o confisco das revistas era ilegal, uma vez que a Justiça havia autorizado a venda, em decisão de dezembro de 1979, sem falar no prejuízo financeiro, pois as publicações

⁸³⁶ <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/>. acesso a 1º/02/2023. Isto É, 29/10/1980.

⁸³⁷ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁸³⁸ Isto É, 13/08/1980.

⁸³⁹ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

geralmente eram incineradas, sem nenhuma indenização⁸⁴⁰. Afora contrariar uma decisão do tribunal Federal de Recursos, os jornalheiros acusavam a polícia civil de São Paulo de extrapolar sua área de atuação, entendendo que a problemática das revistas eróticas seria de competência da Polícia Federal e da União⁸⁴¹. Os jornalheiros chegaram até a sugerir uma greve da categoria no estado em São Paulo, tal a indignação. Questionavam: como se não bastasse governo não garantir a segurança para continuarem trabalhando, agora, a polícia, em vez de ir atrás dos terroristas, estava lhes perseguindo (DECKES, 1985, p. 117)⁸⁴². Eu reunião no Sindicato dos Jornaleiros de São Paulo, os associados se dispuseram a buscar junto ao governo do estado uma solução e, caso não fosse possível, entrar com um mandado de segurança contra o secretário Octávio Gonzaga Júnior⁸⁴³.

Nessa cruzada contra as revistas pornográficas, em meio à onda de ataques terroristas às bancas, destacaram-se, igualmente, os juízes e o ministério público, que tinham autorização da legislação⁸⁴⁴ “para impedir a circulação de periódicos que ofendessem a moral pública e os bons costumes”.

⁸⁴⁰ Tribuna da Imprensa, 08/08/1980. Em geral, os livros e revistas tidos como “contrários aos bons costumes” eram incinerados. A destruição, ao que parece, recaía também sobre outros tipos de materiais apreendidos, como discos, jornais etc. (MARCELINO, 2006, p. 61)

⁸⁴¹ Tribuna da Imprensa, 08/08/1980.

⁸⁴² Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁸⁴³ Tribuna da Imprensa, 08/08/1980.

⁸⁴⁴ Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970 (artigo 2, parágrafo único), e Lei de Imprensa nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1970 (artigo 61). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acessos a 24/05/2023; SETEMY, 2018, p. 189.

No Rio de Janeiro, o juiz da vara de registros públicos, Hugo Barcelos, usou um subterfúgio para realizar censura: determinou o cancelamento do registro da revista *Erótika*, o que, na prática, significava a proibição da publicação circular. Pediu, ainda, a abertura, pelo Ministério Público, de inquérito criminal contra os proprietários da Editora Mundo Latino Ltda, responsáveis pela publicação, multando-os ainda⁸⁴⁵. A curadoria da Vara Pública mostrou-se favorável à decisão do magistrado, alegando tratar-se de “publicação abjeta e repulsiva, que afronta a família e é fonte de corrupção da família”⁸⁴⁶. O juiz Barcelos atendera a pedido do curador de menores da comarca, Carlos de Mello, recém nomeado para o cargo e que se destacou, à época, na cruzada antierótica.

O curador afirmou à imprensa que recebia telefonemas, telégrafos e cartas de entidades engajadas na defesa da família e dos bons valores, como a Congregação Mariana e a Comissão Nacional de Moral e Civismo, e que as ações de censura e confisco de revistas eróticas eram aceitas pela opinião pública e “imprensa sadia”⁸⁴⁷. Bem de acordo com as representações da extrema-direita, Mello justificava suas iniciativas mesclando elementos anticomunistas à pornografia. Alegou que recebera informações sobre uma reunião recente da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, na qual os “comunistas teriam traçado um plano de conquista do poder”, por meio da propagação do tóxico na escola, desmoralização das autoridades constituídas e destruição da família por meio da pornografia. Para o

⁸⁴⁵ Jornal do Brasil, 09/09/1980; O Povo, 10/09/1980.

⁸⁴⁶ Jornal do Brasil, 09/09/1980.

⁸⁴⁷ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

curador, a busca do lucro através das revistas eróticas, da parte dos editores, estava servindo ao comunismo internacional. “Esses mercadores estão sendo usados [pelos comunistas] sem perceber”, arrematou⁸⁴⁸. A postura de Carlos de Mello foi elogiada pela Associação do Ministério Público do Brasil, cujo presidente, José Maria de Mello Porto (irmão do curador), reportou à imprensa: “Todos os membros congratulam-se com as medidas tomadas em defesa da moral e bons costumes. Apelo aos colegas de todo o Brasil para que deem seu apoio a estas medidas preservando a sociedade. Estávamos prestes a virar uma Sodoma e Gomorra”⁸⁴⁹.

Motivado talvez pelos confiscos de publicações eróticas, pelo espaço que conseguiu nos meios de comunicação e pelo apoio de grupos conservadores, Carlos de Mello aproveitou para pedir em juízo a cassação do registro de mais 26 revistas, sempre sob a acusação de “atentavam contra a moral e bons costumes”. Entre as publicações, revistas de editoras consideradas “grandes”, como a Play Boy, da editora Abril, e a Ele e Ela, da editora Bloch⁸⁵⁰, cujos responsáveis se irritaram com o curador.

O proprietário da Bloch, Adolfo Bloch, teve uma reunião com Carlos de Mello, protestando contra a apreensão da revista Ele e Ela e buscando adiar o processo de cassação do registro, para preparar um modelo de “revista padrão aceitável”. Bloch teria dito que sua editora tinha várias publicações, a maioria educativa e informativa e que, sendo uma empresa gigantesca, é possível que “alguma coisa tenha escapado a seu controle”. A editora Abril, por sua

⁸⁴⁸ Jornal do Brasil, 20/09/1980; Tribuna do Ceará, 13/09/1980.

⁸⁴⁹ Jornal do Brasil, 17/09/1980.

⁸⁵⁰ Jornal do Brasil, 17/09/1980.

vez, entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, contra a apreensão da revista Play Boy. “A revista possui uma linha editorial séria e não pode ser nivelada ao lixo editorial que está nas bancas. É preciso distinguir o que é erótico e o que é pornográfico”, disse o diretor da empresa, Edgard de Sílvia Farta⁸⁵¹. Ou seja, as grandes editoras entendiam que faziam erotismo e não pornografia, ficando esta para as editoras menores e suas publicações de sexo explícito, mulheres em poses apelativas, etc. Assim sendo, não poderiam ser alvo da censura da parte do judiciário.

Com a repercussão na imprensa e as manifestações das grandes editoras, por coincidência ou não, o juiz de menores do Rio, Antônio Campos Neto, optou por não atender o pedido de Carlos de Mello acerca do fechamento das 26 revistas. Preferiu contemporizar, baixando, a 19 de setembro de 1980, uma portaria (de nº 1237/80) regulamentando a venda de revistas eróticas em bancas de jornais⁸⁵². As publicações impróprias, para maiores de 18 anos, só poderiam ser negociadas caso estivessem em envelopes de plástico opaco “hermética e mecanicamente fechados”⁸⁵³. O juiz disse que a decisão foi tomada em função da legislação e de pedidos de pais de famílias, entidades religiosas e educacionais visto a “avalanche de publicações de licenciosidade e de exploração torpe do sexo”. Para o magistrado, os jovens estavam correndo risco ante a exposição em banca de publicações que “atentam contra a moral e os bons costumes”. Apesar de elogiar a decisão do magistrado,

⁸⁵¹ Jornal do Brasil, 17/09/1980.

⁸⁵² Jornal do Brasil, 20/09/1980.

⁸⁵³ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

o curador Carlos de Mello achou a medida “muito liberal”, pois o melhor seria proibir em definitivo a venda daquelas revistas. O curador também criticou o ministro da Justiça Abi-Ackel, por não mais ser exercida a censura prévia sobre esse tipo de publicação⁸⁵⁴. A imprensa informou ainda que juízes de menores de Curitiba, Salvador⁸⁵⁵, de Recife⁸⁵⁶ e Fortaleza⁸⁵⁷ iriam adotar postura idêntica as de seu colega do Rio de Janeiro.

Em Ribeirão Preto, o Juiz de Menores, Antônio Disney Montingelli, enviou ofício recomendando aos jornaleiros a não venda de revistas eróticas, salvo para maiores de 18 anos. Em um sinal do autoritarismo reinante no País, parte dos donos de bancas decidiram-se a não continuar a negociar as revistas em hipótese alguma, temendo sofrer algum processo e até a prisão, como se dera em outras cidades, quando houve ações arbitrárias de agentes públicos. Outros jornaleiros, porém, continuaram negociando as revistas, se apegando às brechas da decisão do juiz, visto que este não teria proibindo a exposição das revistas, “apenas a venda para menores”⁸⁵⁸, uma evidência sobre como esse tipo de comércio era importante e lucrativo para seus estabelecimentos e, porque não, de resistência à “cruzada

⁸⁵⁴ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

⁸⁵⁵ Jornal do Brasil, 20/09/1980.

⁸⁵⁶ Jornal do Brasil, 17/09/1980.

⁸⁵⁷ Tribuna do Ceará, 25/09/1980. O jornalista Themístocles de Castro e Silva informa, porém, que até fins de setembro, nenhuma revista erótica havia sido ainda apreendida em Fortaleza. Correio do Ceará, 30/09/1980.

⁸⁵⁸ Recorte do jornal Diário de Ribeirão Preto, de 13 de agosto de 1980, anexado ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 2292/116/ASP/1980, Agência São Paulo, “Pressão contra banca em Ribeirão Preto (SP)”, de 26 de agosto de 1980. Arquivo Nacional.

antierótica” e à atuação intimidatória dos extremistas de direita e do próprio Estado autoritário.

Em um dos casos de apreensão das revistas eróticas no qual, junto com a questão moral, do combate à pornografia, esteve bastante evidente a motivação política, envolveu a revista *Privê*. Em seu número 16, de setembro de 1980, a publicação trouxe capa e ensaio fotográfico que, além de descontentarem aos tradicionais defensores dos bons costumes, desagradaram bastante aos militares, pois usou referências a uma efeméride e a símbolos nacionais, cujas defesas eram tão caras às Forças Armadas conforme seus ideários de patriotismo. Em referência ao 7 de setembro, dia da independência, a capa da revista apresentou a foto de uma mulher loira⁸⁵⁹, com seios à mostra, desembainhando uma espada, em referência ao famoso gesto que o príncipe Dom Pedro teria feito às margens do riacho Ipiranga, ao proclamar a emancipação do Brasil. Para deixar mais óbvia a referência, na bainha da espada, encontrava-se escrito “independência ou morte”. Como se não bastasse, nas páginas internas da revista, a modelo, identificada como Elvira do Ipiranga (“nascida às margens plácidas”, dizia a abertura da matéria), aparecia nua em várias poses, sendo o ensaio fotográfico referendado por um texto com vários trocadilhos com o hino nacional. O texto era assinado por “Pedro Orléans”, em (mais uma) alusão ao príncipe Dom Pedro...

⁸⁵⁹ Segundo o jornalista Leonel Prata, que à época, trabalhava na Editora Três, responsável pela editoração da Revista *Privê* para a Ideia Editorial, a foto da modelo era importada da Inglaterra. <https://leonelprata.webnode.com.br/cronicas/elvira-do-ipuranga/>. Acesso a 08/03/2023.

Nascida e criada no bairro do Ipiranga, em São Paulo, de um povo heroico, de um brado retumbante, Elvira cresceu sob os raios fúlgidos que brilharam no Céu de sua infância. Como qualquer garota pobre, ela sonhava. Um sonho intenso, de amor e esperança no futuro. Elvira sempre quis ser uma modelo famosa, viver no Rio de Janeiro, ao som do mar e à luz do céu profundo. Com personalidade, braços fortes, ela conseguiu conquistar a sua liberdade aos 18 anos. Só que não pode mudar-se para a Cidade Maravilhosa, tendo mesmo que se contentar com o Ipiranga da infância, onde os campos tinham mais flores e os bosques mais vidas. Elvira virou uma modelo de fama, em sua terra mais garrida⁸⁶⁰.

O conteúdo da revista repercutiu na imprensa, sendo alvo de condenação por várias autoridades. Os militares enfureceram-se, vendo a publicação como uma ofensa e uma “ameaça à segurança nacional”, por macular com imoralidades os símbolos da Pátria⁸⁶¹. Privê foi acusada de violar a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, determinando o ministro Abi-Ackel a apreensão, pela Polícia Federal, de todos os 100 mil os exemplares da edição nº 16 e a abertura de processo contra os donos da Ideia Editorial LTDA, responsável pela publicação⁸⁶².

O regime, além de se ver como guardião moral da sociedade, entendia como “seus” os símbolos nacionais, podendo dizer quem poderiam usá-los e como. A apreensão da revista Privê nº 16 e as iniciativas do

⁸⁶⁰ Revista Privê, nº 16, de setembro de 1980. Vide <https://leonelprata.webnode.com.br/cronicas/elvira-do-ipuranga/>. Acesso a 08/03/2023.

⁸⁶¹ Isto É, 1º/10/1980.

⁸⁶² Jornal do Brasil, 20/09/1980; Tribuna do Ceará, 10/09/1980. Isto É, 17/09/1980.

governo, de modo geral, de combater a circulação de revistas pornográficas chegaram a ser elogiadas por parte da grande imprensa. Em editorial, a Tribuna do Ceará exultou:

Surgiram esta semana, finalmente, os primeiros sinais de que o governo resolveu aplicar a lei a fim de impedir a circulação de revistas pornográficas e processar os responsáveis por tais publicações.

Antes tarde do que nunca. O governo (...) se manteve muito tempo omissa diante da onda de imoralidade que invadira o país (...). Foi preciso que o deboche atingisse as raias do absurdo, com a divulgação, por uma revista denominada PRIVÊ, de uma fotografia imoral com dizeres achincalhantes ao hino nacional para que as autoridades se erguessem do “berço esplêndido” para empregar as armas legais contra a publicação atrevida e sórdida. Felizmente, quase ao mesmo tempo, o Dr. Carlos de Mello, curador de menores da comarca do Rio de Janeiro, proibiu a venda da revista ERÓTIKA, por ofensas aos bons costumes, por fotografias licenciosas e textos imorais. (...)

É uma pena que, por ora [sic], a reação governamental atinja apenas as revistas, enquanto o teatro e o cinema descem aos porões mais imundos da imoralidade que agride os espectadores pelas imagens, pelas cenas e pelos palavrões próprios do submundo do meretrício, da vagabundagem, do crime de todos os vícios”⁸⁶³.

Mesmos após a redução da onda de atentados às bancas e com o aprofundamento do processo de abertura, a apreensão das revistas eróticas continuou, ocorrendo vez por outra e denotando como essa questão de defesa dos bons valores era imanente ao regime e contava com

⁸⁶³ Tribuna do Ceará, 13/09/1980.

apoio considerável de setores da população. A 4 de junho de 1981, agentes do Juizado de Menores de Curitiba provocaram alvoroço aos invadirem bancas no centro da cidade e confiscarem as publicações do gênero. Os jornalheiros ficaram indignados: “um verdadeiro espetáculo arbitrariedade, sensacionalismo e marginalização”, disse um deles sobre a operação, enquanto outro reclamava do prejuízo de 80 mil cruzeiros⁸⁶⁴.

A persistência dos confiscos das revistas e o autoritarismo que ainda marcava as práticas sociais do Brasil, evidenciado no temor da população ante os integrantes da estrutura repressiva, levaram a ações também de aproveitadores e estelionatários. Paulo Fernando Craveiro, responsável por uma coluna do Diário de Pernambuco, em edição de abril de 1982, informou que indivíduos, se passando como agentes da Polícia Federal em operação de combate à pornografia, estavam enganando os jornalheiros e recolhendo as revistas eróticas de bancas – “partindo, a seguir, alegremente para seu voyeurismo”, emendou, ironicamente, o colunista ⁸⁶⁵...

Pode-se dizer, no que toca à campanha contra as bancas de jornais, que a extrema-direita acabou sendo, pelo menos em parte, exitosa. As ações das autoridades do judiciário e do executivo em restringir a circulação de revistas eróticas e o medo dos jornalheiros em vender periódicos da imprensa alternativa acabaram sendo uma aquiescência às pressões dos terroristas. Se o ataque às bancas, como disse a revista *Isto É*, era coisa, sobretudo, da “jovem guarda”, esta nunca foi descoberta ou punida. Por sua vez, a “direita clássica” persistiu em seus ataques,

⁸⁶⁴ Diário da Tarde (Curitiba), 05/06/1980.

⁸⁶⁵ Diário de Pernambuco, 06/04/1982.

nos meses seguintes, em ações de intensidade e publicização cada vez maiores, como se percebeu pelos atentados à OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em fins de agosto de 1980, e ao Riocentro, em abril de 1981.

EXTRA 4 – ANTISSEMITISMO, ANTICOMUNISMO E TERRORISMO DE EXTREMA-DIREITA NA ABERTURA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Uma das particularidades do imaginário anticomunista, sobretudo, na primeira metade do século XX, especificamente nas décadas de 1920-1930, foi a da associação entre anticomunismo e antissemitismo. Acreditava-se em uma suposta conspiração mundial judaica visando à implantação de regimes comunistas. Essa interseção antissemitismo-anticomunismo, difundida especialmente em círculos fascistas, nazistas e católicos, teve inserção considerável na sociedade. Os judeus seriam agentes do comunismo internacional, agindo secretamente na intenção de destruir a ordem e os valores pátrios e cristãos. O historiador Rodrigo Patto Sá (1998, p. 94) diz que, embora no século XIX grupos conservadores apontassem os judeus com instigadores de revoltas, foi no século XX, notadamente, com a Revolução Russa de 1917 e o quadro social e político caótico do pós-I Guerra na Europa, que se consubstanciou o discurso ligando comunismo e judaísmo. Tão grave e complexa a crise dos anos 1920 e 1930 que, para muitas pessoas, se tornavam atraentes e perfeitamente possíveis as teorias conspiratórias, então em voga, sobre indivíduos ou alguma força terrível, oculta e bem articulada, serem os responsáveis por aquela dramática situação, responsável por tanto sofrimento e desespero nas sociedades (MOTTA, 1998, p. 98).

A Revolução Russa, dessa forma, integraria o plano dos conspiradores judeus em dominar o mundo. Os círculos conservadores buscavam fundamentar a acusação e a necessidade do combate, sem tréguas, ao inimigo judeu-bolchevista, no fato de existirem vários militantes e lideranças judias comunistas e na origem israelita de Marx e de líderes soviéticos, como Trotsky, ou seja, superdimensionavam e distorciam o real para fundamentar a ideia do complô mundial. Chegaram ao extremo da dizer que Lênin e Stálin eram judeus... (MOTTA, 2002, p. 58). A ascensão de movimentos e regimes nazi-fascistas endossou ainda mais o antissemitismo, de uma maneira jamais conhecida. Os nazistas, especialmente, aproximavam judeus e comunistas, transformando-os em grandes vilões e promotores do caos e destruição (LUZ, 2006). O comunismo seria mais um embuste dos judeus em seu eterno esforço de domínio do mundo (MOTTA, 1998, p. 98). Para endossar ainda mais a ligação judaísmo-comunismo, grupos direitistas apontavam como muitos judeus estavam se engajando na luta antifascista, a exemplo do que se deu na Guerra Civil Espanhola (1936-39), quando vários israelitas lutaram ao lado dos republicanos (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, afora o tradicional estereótipo do judeu plutocrata, dono de enormes riquezas e que dominava e influenciava o sistema financeiro capitalista, os governos, a imprensa, etc., havia o judeu comunista, parte de um complô articulado internacionalmente com fins de dominar o mundo e implantar regimes marxistas (LUZ, 2006).

A convergência entre antissemitismo e anticomunismo expressava a insegurança, a angústia e a resistência de vastos setores sociais ante as transformações mundiais em curso entre o final do XIX e começo do século XX – urbanização, industrialização, surgimento e fortalecimento de novos grupos sociais, reformas liberais e

democratizantes, alterações no comportamento, etc. As mudanças eram encaradas de forma negativas e vistas como sinal de decadência e degeneração da civilização, manifestadas nos problemas concretos surgidos. Ganham corpo, no interior da sociedade, pensamentos dualistas, maniqueístas, sobre a realidade, em que haveria forças maléficas em ação no desejo de destruir o bem, propagar o mal e conquistar o mundo. Daí os espaços para as crenças em teorias conspiratórias acerca de grupos sinistros, de atividades clandestinas (“mãos ocultas”), planejando e provocando a destruição dos “bons valores”, criação do “reino do mal” e “subjugação da humanidade” (MOTTA, 1998, p. 96). Essa demonização do outro, ao longo da história, pode ser percebida em relação a jesuítas, a maçons, a judeus e, como vimos no capítulo um, aos comunistas, de cujas ações maléficas as pessoas não passariam de meras e inocentes vítimas. Se, porém, havia o mal, era imprescindível haver forças do “bem”, sendo, pois justificáveis todas as ações – inclusive, violentas e repressivas – para derrotar a ameaça.

Nesse sentido, os judeus atraíam ódio, pois pareciam representar perfeitamente a modernidade e suas tendências revolucionárias. Embora houvesse, como em quaisquer outros grupos social ou religioso, muitos judeus conservadores, existiam, por outro lado, vários deles que se posicionavam pelas mudanças, viam com bons olhos as propostas de liberdade e igualdade, tendo-se em conta a condição de marginalizados da sociedade em que viviam (MOTTA, 1998, p. 104). Ou seja, a partir de alguns dados da realidade, o antissemitismo foi se extremando, generalizando-se a visão do judeu como um sujeito que afrontava a ordem. Some-se a isso a tradicional indisposição religiosa cristã contra os judeus, oriunda da Idade Média, o crescimento do cha-

mado antissemitismo moderno racialista (ficado em razões “científicas e raciais”) e a concepção de que seriam “apátridas” e “internacionalistas”, uma ameaça, pois, à ideia de nação e unidade nacional defendida por conservadores (MOTTA, 2002, p. 59).

No Brasil dos anos 1930, encontramos indivíduos, especialmente da Ação Integralista Brasileira (AIB), com posições antissemitas extremadas, embora, ressalte-se, a questão não fosse unanimidade dentro do movimento à época e houvesse, posteriormente, um esforço hercúleo dos remanescentes integralistas em negar tal aspecto (CALDEIRA NETO, 2014). Um dos mais famosos antissemitas da AIB e admirador de Hitler, foi um cearense, o escritor, advogado e ex-deputado Gustavo Barroso, destacado doutrinador do movimento e que, em suas argumentações, buscou constantemente associar comunismo e judaísmo (CALDEIRA NETO, 2014, p. 137 e seguintes)⁸⁶⁶. Em 1935, como alguns judeus participaram da Revolta Comunista (“Intentona Comunista”), os laços entre antissemitismo e anticomunismo sensibilizaram vários grupos sociais brasileiros – dezenas de judeus comunistas foram presos nos dias seguintes à revolta. Em 1937, o pretexto usado por Vargas para implantar a ditadura do Estado Novo foi o fantasioso Plano Cohen, em referência a um comunista judeu que pretenderia criar o caos no País e cujas características expressam perfeitamente as teorias conspiratórias (um plano secreto, um pequeno grupo em ação, traição, violência exacerbada, assassinatos, lutas sociais para desestabilizar a sociedade, etc.) (MOTTA, 2002,

⁸⁶⁶ No Ceará, há um “silêncio” sobre o antissemitismo de Barroso. Não raro, enfatiza-se a produção intelectual do escritor, relevando o conteúdo racista de muitas de suas obras. Barroso é o autor do hino oficial da cidade de Fortaleza e nesta uma das principais praças o homenagem (a chamada Praça do Liceu) (JUCÁ, 1990; PARENTE, 1986).

p. 58-60). Na História do PCB, vários de seus mais destacados militantes e dirigentes apresentavam origem judia, a exemplo de Leôncio Basbaum, Jacob Gorender, Maurício Grabois e Salomão Malina (MOTTA, 1998, p. 104), o que servia também para endossar o estereótipo do judeu-comunista por parte de grupos conservadores.

Na segunda metade do século XX, o antissemitismo diminuiu, em particular, como decorrência das revelações acerca das atrocidades feitas pelos nazistas na Europa nos anos 1930 e 1940. O antissemitismo foi desmoralizado e sua imagem ficou associada a Hitler, ao nazismo e ao Holocausto (MOTTA, 2002, p. 61). Não obstante, algumas manifestações explorando supostos vínculos entre judeus e comunistas persistiram. Os laços residuais entre antissemitismo e anticomunismo podem ser percebidos no processo de distensão/abertura da ditadura civil-militar brasileira.

O contexto de flexibilização da ditadura foi marcado não apenas pela rearticulação dos movimentos populares e setores de esquerda, mas, também, pela organização e manifestação de grupos e sujeitos conservadores e de extrema-direita. A revista *Veja*, em reportagem na edição de 3 de abril de 1980, abordou o aparecimento de vários grupos de extrema-direita na esteira do inconformismo com a abertura. Seriam grupos pequenos, com poucos membros, alguns aparentemente dedicados apenas aos estudos e produção literária, segundo a revista. São citados: a Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), Centeilha Nativista, Cruzada da Renovação Nacional, Comando de Caça aos Comunistas, Opção Nacionalista Democrática (OND) e Organização Nacional Estudantil⁸⁶⁷. Os historiadores Odilon Caldeira e Leandro Pereira Gonçalves afir-

⁸⁶⁷ *Veja*, 03/04/1980.

mam que, em 1979, buscou-se, sem sucesso, refundar a AIB (Ação Integralista Brasileira), baseando-se na organização congênere dos anos 30, de inspiração fascista, antidemocrática e fortemente anticomunista, cujo líder mais expressivo, Plínio Salgado, falecera em 1975 (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020, p. 123). No ano de 1980, integralistas organizaram a Associação Brasileira de Cultura (ABC), em São Paulo, e no ano seguinte, a Casa Plínio Salgado (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020, p. 124 e 128). Importa ressaltar, como mostrado neste livro, que nem todo grupo anticomunista e/ou antisemita se envolveu em ataques terroristas no período final da ditadura.

Em um momento de mobilização da extrema-direita como aquele, não seria surpreendente que setores antijudaicos também se expressassem, buscando espaços políticos, a difusão de suas ideias e explorando as representações acerca de uma ameaça comunista advinda com a flexibilização da ditadura, vinculando-a ao antisemitismo. Novamente, elementos do real eram exagerados e deturpados para dar sustentabilidade às acusações de ligações entre judaísmo e comunismo.

Um dos episódios marcantes, fosse para a articulação das oposições, fosse para as disputas intramilitares (entre militares moderados e duros), foi o da morte, em 1975, sob tortura, de Wladimir Herzog, jornalista e judeu ligado ao PCB. Embora a morte de Herzog não tenha ocorrido pelo fato dele ser judeu, a sua origem israelita acabou sendo usada por agentes da repressão para desqualificá-lo e minimizar o crime ocorrido⁸⁶⁸. Essa intenção de atacar a imagem de Herzog (e dos comunistas) pode ser percebida por ocasião do atentado

⁸⁶⁸ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/resistencia-de-judeus-a-ditadura-e-tema-de-debate/>. Acesso a 05/01/2022.

contra o jornal carioca Tribuna da Imprensa, a 26 de março de 1981, quando foi pichada, numa das paredes da redação, a expressão “Comando Herzog”, um “despiste”, buscando-se fazer acreditar que o ataque havia sido promovido por uma organização de esquerda, o que não convenceu diversos setores da sociedade⁸⁶⁹.

A morte do jornalista mobilizou parte da comunidade judia, que não aceitou a versão oficial do suicídio e promoveu protestos. O rabino Henry Sobel determinou que o corpo fosse enterrado dentro do cemitério, e não às margens, onde se inumam os suicidas, conforme a tradição israelita. Mesmo intimidado pelo Exército, por ser estrangeiro, Sobel participou, ao lado do arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e do pastor presbiteriano, Jaime Wright, do ato ecumênico realizado na Igreja da Sé, a 31 de outubro de 1975⁸⁷⁰. Da oposição e resistência à ditadura, inclusive, armada, participaram muitos judeus, em geral, secularizados, ou seja, não seguiam rigidamente a religião e haviam se integrado à cultura da sociedade em que viviam⁸⁷¹. A diversidade

⁸⁶⁹ Tribuna da Imprensa, 06/04/1981; Isto É, 1º/04/1981.

⁸⁷⁰ Resistência de judeus à ditadura é tema de debate. Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/resistencia-de-judeus-a-ditadura-e-tema-de-debate/>. Acesso a 05/01/2022.

⁸⁷¹ Em evento do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ e o Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, ocorrido a 21 de maio de 2014, “O jornalista Alberto Dines contou que a comunidade judaica era claramente dividida entre os *‘roite idn’* (judeu vermelho, em ídish) e os não *‘roite’*. Segundo ele, a vida judaica de esquerda no Brasil era muito intensa e corria separada da vertente sionista. Em sua apresentação intitulada *‘O shteitl (aldeia) perplexo’*, Dines lembrou que os judeus viviam sob o fantasma do fascismo, do nazismo e do integralismo de Plínio Salgado. Ele traçou um paralelo entre as perseguições sofridas pelos jornalistas Samuel Wainer e Vladimir Herzog, que teriam como ponto comum

de posicionamentos da comunidade judaica acerca da ditadura pode ser ilustrada pela controvérsia acerca da exumação do cadáver de Iara Iavelberg, militante judia de esquerda e companheira de Carlos Lamarca, morta em Salvador, em 1971. Por anos, imperou a versão de que Iara cometera suicídio ante um cerco de agentes da ditadura. Nos anos 1990, constatou-se que havia sido morta a tiros. Em 2003, os restos mortais da Iara foram exumados para realização de nova autópsia. Mesmo com articulações do rabino Henry Sobel, a entidade judia que administrava o Cemitério Israelita do Butatã, no Rio de Janeiro, se opôs intransigentemente. A família de Iara teve de recorrer à Justiça e, apenas em 2006, garantiu um novo enterro para Iara, conforme os ritos judaicos (EMILIANO, MIRANDA, 2015, p. 203).

Encontramos, nos documentos, referências a um grupo que abertamente remetia ao ideário de Adolf Hitler, o Movimento de Renovação Nazista (MRN). Em 1979, o MRN fez ameaças de mortes, por meio de ligações telefônicas, a vários intelectuais, artistas e políticos de São Paulo. Os ameaçados eram vinculados à defesa do processo de liberalização do regime, dentre eles, muitas

um sentimento anti-judaico, apesar das épocas e contextos distintos. 'Havia um olho anti-judaico na repressão', disse. O jornalista trouxe uma lista de judeus 'desaparecidos' na ditadura: Ana Rosa Kucinski Silva e seu marido Wilson Silva (que não era judeu), Mauricio e André Grabois (pai e filho), Chael Schreier, Gelson Reicher, Pauline Philipe Reischthul, Vladimir Herzog e Yara Iavelberg. Dines citou ainda como 'quase desaparecidos' Alfredo Sirkis e Carlos Minc: Sirkis participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969, que levou à libertação de 40 guerrilheiros presos pela ditadura, entre eles, Minc. Dines recomendou o livro K, de Bernardo Kucinski, sobre a busca de seu pai pela irmã desaparecida (Ana Rosa)". In Judeus que resistiram à ditadura eram secularizados. Blog de História, Ciências, Saúde - Manguinhos. <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/judeus-que-resistiram-a-ditadura-eram-secularizados/>. Acesso a 05/01/2022

pessoas de esquerda e judeus. Em um caso, pelo menos, envolvendo judeus, o grupo não ficou só nas ameaças. Lourdes Cedran, diretora do Paço das Artes e esposa do físico Mário Schenberg⁸⁷², teve a residência invadida e acabou espancada por dois jovens. Os agressores diziam que estavam atrás dos “papeis do velho”. Antes de irem embora, afirmaram que o próximo a ser atacado seria o artista Mário Gruber – que, dias depois, passou a receber telefonemas anônimos com intimidações. Mário Schenberg, cientista de prestígio e um dos fundadores da Associação dos Docentes da USP, havia se manifestado publicamente, com duras críticas, ao acordo nuclear assinado pelo governo brasileiro com a Alemanha em 1975, o que pode ter sido visto, pelos integrantes do MRN, como um posicionamento contrário aos “interesses nacionais” a partir de um judeu⁸⁷³.

Em outubro de 1979, o grupo enviou uma carta ao arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, assumindo a autoria do atentado à casa de Schenberg e passando uma lista de 33 nomes de pessoas visadas. Na missiva, os integrantes do MRN, autoproclamados “filhos de Hitler”, se diziam a favor do acordo nuclear Brasil-Alemanha, pois

⁸⁷² De origem judia, Mário Schenberg nasceu em Recife-PE, em 1914. Destacou-se como físico, político e crítico de arte brasileiro. (...) elegeu-se deputado à assembleia legislativa de São Paulo na legenda do Partido Comunista do Brasil (1945-1947); foi pesquisador do centro de pesquisas nucleares da universidade de Bruxelas, Bélgica (1947-1953); dirigiu o departamento de Física da Faculdade de Filosofia da USP (1953-1961); integrou o corpo docente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) (1967); foi cassado pelo AI-5 em 1969; foi anistiado e reintegrado à USP (1979-1983). Faleceu em 1990. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>. Acesso a 15/01/2022.

⁸⁷³ Jornal da Tarde 20/10/1979; Jornal do Brasil, 23/10/1979, 24/10/1979, 11/04/1980.

“este é um caminho para que a raça ariana volte a ter seu verdadeiro papel, sobretudo, militarmente” e atacavam os judeus, “que com seus impérios, cada vez mais tomam conta do mundo, levando-o à degeneração”. O texto ainda defendia o tradicionalismo, ao criticar o movimento feminista “que estimula a mulher a desobedecer o (sic) homem e a ter ideias próprias” e a arte “corrupta, erótica e imoral”⁸⁷⁴. Os ameaçados, entre as quais o físico José Gol-demberg, o empresário Ermírio de Moraes, o dirigente do PCdoB Diógenes Arruda Câmara e o deputado do MDB Alberto Goldman, denunciaram o sucedido à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, cujo presidente José Carlos Dias, em declaração à imprensa, não descartou a presença no MRN de agente da repressão contrários ao processo de democratização⁸⁷⁵.

Embora pudesse haver contatos entre os autoproclamados nazistas, não descartamos que a apologia dos “filhos de Hitler” em uma área acabasse influenciando extremistas de direita em outros locais do Brasil, de modo semelhante ao que se dera com a onda terrorista. Obtivemos uma outra referência direta ao MRN no jornal O Povo, de Fortaleza, de 8 agosto de 1980, em meio à série de ameaças e atentados a bancas que sacudiam o País. O periódico recebeu carta intimidatória, em que o MRN exaltava as ações da Falange Pátria Nova, responsável, então, por vários ataques terroristas Brasil afora. O Movimento de Renovação Nazista brandava, no texto, “Abaixo a imprensa soviética”,

⁸⁷⁴ Jornal do Brasil, 24/10/1979.

⁸⁷⁵ Jornal O Rio Grande, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 039/116/ APA/79, Agência Porto Alegre, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

dando a entender que O Povo seria um jornal comunista e, como que reagindo às críticas contrárias à onda terrorista, buscava lembrar da repressão nos países da Cortina de Ferro, pedindo que “soltem os presos políticos na União Soviética”. No final do comunicado, os terroristas colocaram uma suástica, do lado esquerdo, e à direita, as letras MRN⁸⁷⁶.

O mesmo jornal, na edição de 30 de novembro de 1980, trouxe foto sobre uma pichação ocorrida em umas das principais avenidas de Fortaleza (Heráclito Graça), “Viva Hitler”, manifestando surpresa por existirem admiradores do ditador nazista na capital cearense e questionando se por trás das inscrições não estariam os responsáveis pelos atentados terroristas de extrema-direita⁸⁷⁷. As pichações continuariam nos meses seguintes em vários locais de Fortaleza, inclusive após o desbaratamento do MAC cearense. No início de janeiro de 1981, a imprensa informou que vários muros de casas do bairro da Aldeota e da Av. 13 de Maio vinham sendo pichados com suásticas e frase de exaltação ao líder nazista, a exemplo de “Estamos com Hitler” e “Viva Hitler”. Até o muro da residência do secretário de cultura do Ceará, o escritor Manuelito Eduardo Campos, homem de ligações com as estruturas de poder local, foi pichada com frases alusivas ao ditador alemão⁸⁷⁸. A questão das pichações em Fortaleza, inclusive, as realizadas por grupos de esquerda, voltou a ser tema de matéria em O Povo de abril de 1981. No centro da cidade, conforme o periódico, podiam ser encontradas várias inscrições da suástica e frases com “vivas a Hitler”⁸⁷⁹.

⁸⁷⁶ O Povo, 08/08/1980.

⁸⁷⁷ O Povo, 30/11/1980.

⁸⁷⁸ Diário de Natal, 08/01/1981.

⁸⁷⁹ O Povo, 10/04/1981.

Em São Paulo, dias antes de ser incendiada, uma banca no bairro de Tremembé, zona norte da cidade, fora pichada com a suástica e a frase “a próxima será esta”⁸⁸⁰. No Rio Grande do Sul, a imprensa, em outubro de 1979, citou a distribuição de panfletos de caráter racista, em que se condenava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas (“o desenvolvimento separado é a melhor forma de viver”) e elogiava a Ku Klux Klan (“exemplo cristão de defesa comunitária”). Um desses panfletos, intitulado “Folha do IBOP” (a sigla não é explicada), apresentava, no verso, desenho de figura feminina, com uma boina onde se via um distintivo que lembrava a cruz gamada, e texto dizendo: “... devemos importar bons exemplos, não interessa de onde: a Klan é um exemplo para a sociedade brasileira, onde as pessoas de raça branca são as vítimas na violência do dia a dia”⁸⁸¹. Os folhetos estavam sendo distribuídos de porta em porta em Porto Alegre, por jovens, que explicavam o objetivo da campanha e pediam contribuição em dinheiro para continuar editando o boletim.

No Rio grande do Sul, parecia existia um forte núcleo de atuação de extrema-direita, em especial do Comando de Caça aos Comunistas. O jornal do Brasil informou que em julho e agosto de 1980, pelo menos 50 pessoas, entre advogados, jornalistas, religiosos e políticos gaú-

⁸⁸⁰ Ocorrido a 26 de setembro de 1980. O proprietário, Joaquim Campelo, já havia deixando de vender jornais da imprensa alternativa. Jornal do Brasil, 27/09/1980; Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 197/116/ARJ/1979, Agência Rio de Janeiro, “Atividades de organizações de direita”, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001802_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

⁸⁸¹ Jornal O Rio Grande, de 31 de outubro de 1979, anexado ao Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 039/116/APA/79, Agência Porto Alegre, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional.

chos, principalmente das cidades de Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, foram alvos de cartas com ameaças do CCC⁸⁸². Dos grupos de extrema-direita que mais se envolveram na onda terrorista, foi do Comando de Caça aos Comunistas – ou de indivíduos que usavam a sigla – que obtivemos uma manifestação explicitamente associando antissemitismo e anticomunismo. Em outubro de 1976, o CCC mandara um panfleto, pelos correios, ao paranaense Bereck Krieger, onde se via a foto de um casal, com o homem ferido, e a seguinte ameaça: “CAMA-RADA BEREK: SAUDAÇÕES. Eis uma foto que prevê como será sua fuga e de tua (sic) mulher para a RÚSSIA, isto se deixarmos. JUDEU/COMUNISTA!”⁸⁸³.

Um dos outros grupos extremistas vinculado a ameaças e ataques contra alvos judaicos foi o Comando Delta, no Rio de Janeiro. A 3 de maio de 1981, dias após o atentado ao Riocentro, o diretor da Rádio Metropolitana, Guy Moraes Masset, recebeu ligação telefônica de alguém, dizendo-se pertencer àquele grupo terrorista, indagando se o mesmo era judeu. A seguir, então, a pessoa exigiu que “fosse retirado do ar, imediatamente, qualquer programa judeu” e que “não fizesse qualquer promoção do sionismo”. Os extremistas ameaçaram Masset e advertiram que poderiam destruir os transmissores da emissora⁸⁸⁴. Não

⁸⁸² Jornal do Brasil, 28/09/1980.

⁸⁸³ Informe do Serviço Nacional de Informações nº 0779/116/ACT/78, Agência Curitiba, “Comando de Caça aos Comunistas – CCC”, de 7 de agosto de 1978. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001536_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

⁸⁸⁴ Informe do Serviço Nacional de Informações nº 051/116/ARJ/81, Agência Rio de Janeiro, “Atividades subversivas – Comando Delta”, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81004774_d0001de0001. Acesso

foi possível apurar, na pesquisa, se Masset, cuja rádio geralmente alugava espaços para terceiros na programação, cedeu à pressão.

A 29 de maio de 1981, em meio aos atentados e ameaças que persistiam após as bombas do Riocentro, a rádio Copacabana decidiu suspender as apresentações do programa “A voz israelita”. Elementos, dizendo-se integrantes do Comando Delta, ameaçaram explodir as torres de transmissão da rádio caso o programa não fosse retirado do ar⁸⁸⁵. Conforme noticiado pela imprensa, a emissora, situada em São Gonçalo-RJ, vinha recebendo ligações anônimas desde meados de maio, nas quais os extremistas alertavam que a rádio “não poderia ter mais programas de judeus, nem fazer qualquer promoção judia”⁸⁸⁶. “A voz Israelita” era transmitida diariamente há 17 anos e seu redator-chefe, David Marcus, para tentar manter o programa no ar, ainda buscou fazer um seguro para as torres da rádio, o que foi recusado pelo Banerj, sob o argumento de que “não existia seguro contra terrorismo”⁸⁸⁷. A direção da emissora chegara, antes, a suspender o programa por algumas semanas, para ver se as intimidações cessavam. Não obstante, assim que voltou a ser anunciado o retorno de “A voz israelita”, as ameaças telefônicas recomeçaram. Marcus, que era correspondente do jornal israelense Maariv, procurou ainda continuar com o programa em outra emissora, mas teve dificuldades, por medo dos proprietários das rádios. Segundo o Jornal do Brasil, emissoras de rádio de Porto Alegre-RS teriam

so a 29/10/2020.

⁸⁸⁵ Jornal do Brasil, 30/05/1981.

⁸⁸⁶ Jornal do Brasil, 31/05/1981.

⁸⁸⁷ Jornal do Brasil, 30/05/1981.

também tentado mudar o horário de transmissão de um programa da comunidade israelita local, no contexto das intimidações anti-israelitas⁸⁸⁸.

Ainda em 1981, poucos dias após o atentado ao Rio-centro, um simulacro de bomba foi encontrado na caixa de gás da Sinagoga de Copacabana, no Rio de Janeiro. Uma ligação telefônica anônima, feita na madrugada do dia 6 de maio, para o vigia da sinagoga, Sebastião Francisco Vaz, alertou sobre a existência de um petardo programado para explodir pela manhã. O responsável pela sinagoga, Bureck Abramowich, entrou logo em contato com a polícia, que encontrou um cartucho de 15cm amarrado com fita adesiva no local. Desmontado o cartucho por peritos, não foi achado explosivo algum em seu interior. Nenhum grupo extremista assumiu a autoria do alarme falso⁸⁸⁹.

As ameaças indignaram os judeus. O presidente da Confederação Israelita do Brasil, José Meiches, alertara que a onda terrorista da extrema-direita era uma ameaça a toda sociedade brasileira e que não se deveria ceder a chantagens. “A comunidade judaica se une a outras instituições que desejam a ordem interna, como a Igreja Católica, a OAB. Apoiamos a abertura do presidente Figueiredo. O Brasil todo recusa a esse tipo de terror e deseja, como nós, coibir esses fomentadores do terrorismo”, afirmou⁸⁹⁰.

Pela fala de Meiches, fica claro o entendimento de que o antissemitismo se relacionava com o endosso, de parte da comunidade judaica e de suas lideranças, à flexibilização do regime, o que irritara setores de extre-

⁸⁸⁸ Jornal do Brasil, 31/05/1981.

⁸⁸⁹ Jornal do Brasil, 07/05/1981.

⁸⁹⁰ Jornal do Brasil, 31/05/1981.

ma-direita. Não deixa de chamar a atenção no episódio, porém, a concepção monolítica acerca dos israelitas por parte daqueles que promoviam as ameaças. Não foi feita uma ameaça diretamente a uma entidade representativa ou a alguém específico, como nos casos de atentados à OAB, Câmara Municipal, sindicalistas, etc. Tanto no caso da Rádio Metropolitana como da Rádio Copacabana, foram ameaçados os judeus como um todo. Não deveria haver programa radiofônico e nem deveria se ceder espaço para manifestações dos judeus enquanto grupo social, étnico, religioso, etc. Todos os judeus, assim, eram alvos das ameaças e dos óbices. Sequer considerava-se que poderiam existir (e existiam) judeus que apoiavam o regime. Ao se estabelecer sanções a toda a comunidade, os extremistas de direita endossavam e manifestavam a representação histórica do judeu estereotipado, ameaçador, questionador, subversivo, que se posicionava ao lado de entidades concebidas como comunistas, a exemplo da OAB, AIB, etc., na defesa da abertura do regime. Ainda que não se tenha chamado os judeus de comunistas, as ameaças renovavam os preconceitos sobre uma comunidade que era vista como potencialmente perigosa para a manutenção da ordem.

Nos casos citados antes, vimos manifestações de ameaças realizadas por indivíduos que pertenciam ao CCC e Comando Delta – ou se aproveitavam das denominações, nas influências mútuas que entendemos existir entre os extremistas de direita. Houve, entretanto, casos de atentados a alvos judaicos, sem que a autoria fosse assumida por qualquer grupo terrorista. Pode ser que, diante da associação entre antissemitismo e holocausto judeu, não fosse interessante para os perpetradores assumir a autoria. Ou poderia ser o caso de indivíduos que agiam por conta própria, sem terem uma denominação específica. De qual-

quer forma, o que importava era a “mensagem” transmitida, de intimidar os judeus e demais aliados “dos comunistas” defensores da abertura.

Uma das formas mais impactantes e assustadoras da ação terrorista, para o conjunto da sociedade, foi a das ameaças e ataques a escolas e creches. A exposição e sujeição crianças e jovens aos perigos de atentados, por razões óbvias, era um tema bastante sensível e caro para as pessoas. Não por acaso, o medo de alunos, professores, diretores e demais funcionários dos estabelecimentos atingidos ou ameaçados, afora, a intranquilidade de pais, parentes, etc. Casos assim provocavam indignação e faziam aumentar ainda mais as cobranças sobre as autoridades. As ameaças às escolas, portanto, contemplavam as pretensões dos terroristas por publicização, intimidavam a oposição, endossavam a sensação de medo na coletividade e desgastavam o governo Figueiredo. Na pesquisa, especialmente no intervalo entre o final de 1979 e o primeiro semestre de 1981, levantamos episódios de várias ligações telefônicas e de bombas estouradas em estabelecimento educacionais. Nestes casos, pelo que se observa na imprensa, mais que nos envolvendo outros alvos, foram constantes e insistentes os pronunciamentos das autoridades e responsáveis pelas escolas de que tudo não passava de “brincadeiras de mau gosto”, atos de “vândalos sem conotação política” ou “ações de vingança de ex-funcionários ou ex-alunos indisciplinados”. Era compreensível o discurso, na intenção de acalmar a população e evitar que a sociedade entrasse em pânico generalizado, afinal, não seria interessante ou lógico reconhecer que um campo tão importante, como o da educação, abarcando milhões de pessoas, era, sim, um dos alvos das bombas da extrema-direita.

Os ataques às escolas também podem ser pensados como uma forma de intimidação do movimento estudantil

secundarista, que, igualmente, teve participação nas manifestações de oposição à ditadura, do final dos anos 1970 e começo dos 1980. Desse momento, datam a reorganização de grêmios em diversas escolas do País, muitas vezes a partir dos próprios Centros Cívicos capitaneados pela ditadura⁸⁹¹, a promoção de eventos para discutir problemáticas dos secundaristas e a busca de estruturação de entidades estaduais e nacionais (reconstrução, por exemplo, do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará, em Fortaleza, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Curitiba, em 1981), etc. (SCHMITT, 2012; SAMPAIO FILHO, 2020). Estas mobilizações estudantis, que não estavam isoladas das mobilizações dos universitários e dos esforços de reconstrução de entidades com a UNE, eram vistas pelos órgãos de repressão do regime como “proselitismo comunista no meio secundarista”, em uma evidência de como o inimigo vermelho estaria se infiltrando na sociedade, conforme os planos silenciosos de tomada do poder (SAMPAL FILHO, 2020, p. 81).

Não se descarta, assim, ao contrário do que era dito pelas autoridades, que muitos dos ataques a escolas no período tivessem conotação política, alvos da extrema-direita e de suas representações anticomunistas. Chama a atenção, entre os estabelecimentos de ensino atacados,

⁸⁹¹ O decreto 68.065/71 criou os Centros Cívicos Escolares (CCE), os quais deveriam desempenhar papel determinante no projeto de organização da juventude brasileira, conforme entendia a ditadura. “O centro cívico escolar (CCE) substituiu os grêmios livres, entidades autônomas e independentes do conjunto dos alunos nas escolas. O objetivo da instituição dos centros cívicos era além de deter a influência da esquerda na organização do movimento estudantil, incentivar a cultura do moral e civismo imposta pelo governo militar. Com os centros cívicos, o movimento estudantil nas escolas não era dirigido livremente pelos alunos, mas coordenado por um membro da instituição (...)” (SAMPAL FILHO, 2020, p. 65).

as pertencentes à comunidade judaica. Entendemos que, especificamente, estes atentados não foram obra do acaso, ou seja, não foram atacadas apenas escolas que, por coincidência, eram judias, como estavam ocorrendo em outros pontos do País. Constata-se isso na medida em que as invasões e depredações foram acompanhados de manifestações explicitamente antissemitas.

Entre os alvos de ameaças e ataques, levantamos o caso de uma creche da União Israelita Brasileira de Bem-estar Social (UNIBES), mantida pela comunidade judaica de São Paulo, no bairro do Bom Retiro. Em meio à “crista da onda” dos atentados da extrema-direita, no segundo semestre de 1980, a creche foi vandalizada por dois homens. Os invasores quebraram todos os moveis e brinquedos, destruíram as pastas das 130 crianças que ali passavam o dia em regime de semi-internato e picharam as paredes com ameaças, palavras chulas, termos antijudaicos (“Morte às crianças”, “Nazismo”, “Morte aos Judeus”, etc.) e suásticas. Nada foi roubado. Conforme a imprensa, perfurações de projeteis, de pistola automática haviam sido achadas numa das paredes da creche dois meses antes, o que não fora comunicado à polícia, possivelmente para não alardear os pais⁸⁹². Afora o medo à comunidade e os prejuízos às crianças, com a paralização das atividades educacionais, os danos à creche foram estimados em Cr\$ 2 milhões de cruzeiros⁸⁹³.

O ataque preocupou a coletividade israelita e teve reações distintas dos sujeitos históricos. Para aqueles afinados com o processo de flexibilização do regime, era uma agressão de fundo político. José Meiches,

⁸⁹² Ocorrido a 9 de agosto de 1980. Jornal do Brasil, 12/08/1980; Folha de São Paulo, 13/08/1980. Isto É, 20/08/1980.

⁸⁹³ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

presidente da Confederação Israelita do Brasil, foi incisivo: “É claro que o atentado contra a creche pode ser parte de um processo que se volta contra uma coisa que o Brasil deseja – a abertura política, a democratização”⁸⁹⁴. O rabino Henry Sobel, que compareceu ao local, considerou a invasão e a destruição da creche um lamentável incidente, que o entristecia e preocupava como brasileiro e judeu⁸⁹⁵. “Uma suástica nos muros de uma creche, seja ela judia ou não, é uma ameaça aos valores que nos são mais caros”, afirmou ainda⁸⁹⁶. A questão do ataque à creche foi alvo de manifestações no parlamento e de cobranças sobre o regime, que, então, deixava a apuração dos atentados para as polícias estaduais: “Se o governo [Figueiredo] não der um basta nos atentados políticos imediatamente, será responsabilizado por toda a sociedade pelas consequências que possam resultar”, declarou o vice-líder do PMDB na Câmara Federal, o deputado (e judeu) Alberto Goldmann⁸⁹⁷.

Como em muitas outras ocasiões, o discurso das autoridades foi o de minimizar o ocorrido, buscando afastar o espectro político e, assim, poupar a imagem do regime. O secretário de Segurança de São Paulo, Octávio Gonzaga Júnior, em declaração à imprensa, disse não acreditar que o atentado contra a creche israelita tivesse qualquer conotação política: “Só pode ter sido praticado por maníacos, esse ato de vandalismo”. Argumentou que, entre as crianças que estudavam na creche, apenas 20 apresentavam origem israelita e que, apesar das inscrições nazistas deixadas, não havia como caracterizar um “ato de terror político”. A suástica teria sido

⁸⁹⁴ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

⁸⁹⁵ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

⁸⁹⁶ Jornal do Brasil, 12/08/1980.

⁸⁹⁷ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

deixada apenas “para atrapalhar as investigações”⁸⁹⁸. Prometeu para breves novidades do caso, que, porém, como tantos outros episódios da onda terrorista da extrema-direita, ficou impune também.

Houve setores da comunidade judaica que buscaram associar os atentados e manifestações antisemitas no Brasil ao conflito, no Oriente Médio, entre o Estado de Israel e os palestinos. Foi o caso de Max Golgher, membro da Comissão de Direitos Humanos da Benal Brith, entidade internacional que cuidava da questão judaica. Golgher acusou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de estar financiando terroristas de direita e de esquerda no sentido de atacar os judeus, inclusive, treinando-os no Líbano⁸⁹⁹. Sem apontar provas ou evidências mais concretas, a declaração de Golgher parecia demonstrar o incômodo com a simpatia de setores das esquerdas com a causa palestina e a recente instalação de um escritório de representação da OLP em Brasília, autorizada pelo governo ditatorial em 1979⁹⁰⁰. A fala de Golgher não foi bem recebida e provocou indignação da comunidade árabe. Tal a repercussão negativa que a Confederação Israelita do Brasil, representante das entidades judaicas do País, e a Federação Israelita de São Paulo se apressaram em desautorizar a fala, afirmando que só se poderia fazer qualquer acusação após a investigação das autoridades⁹⁰¹.

Uma outra escola infantil judaica atingida foi a Patinho Feio, em Porto Alegre-RS, atacada uma semana após o atentado contra a creche da UNIBES. Na madrugada de 17 de agosto de 1980, a escola, do jardim da infância, foi

⁸⁹⁸ Folha de São Paulo, 13/08/1980.

⁸⁹⁹ Jornal do Brasil, 13/05/1980.

⁹⁰⁰ Jornal do Brasil, 18/05/1979.

⁹⁰¹ Folha de São Paulo, 14/05/1980.

invadida, tendo suas instalações internas pichadas com suásticas e inscrições antissemitas. A Patinho Feio situava-se na Rua Ramiro Barcelos, em Bomfim, bairro que abrigava a comunidade judaica da capital gaúcha. Nada foi roubado na invasão. A direção da escola tentou a todo custo evitar que o sucedido viesse a público ou que fosse dada uma conotação política, “para não assustar as famílias”. Em declaração à imprensa, a diretora do Jardim da Infância, Luiza Rosa Machado, afirmou tudo não passou de obra de “adolescente viciados”, em esforço para minimizar o sucedido. Mesmo assim, a polícia abriu investigação e a imprensa divulgou o atentado⁹⁰². Ainda em agosto, os jornais noticiaram que a polícia estava investigando ameaças contra escolas infantis de Curitiba, cujos nomes não seriam revelados “para não apavorar os pais e a comunidade”. Não obstante, a Tribuna da Imprensa informou que um dos estabelecimentos era a Escola Israelita da capital paranaense, sem apresentar maiores detalhes⁹⁰³.

⁹⁰² Tribuna da imprensa, 23-24/08/1980.

⁹⁰³ Tribuna da Imprensa, 15/08/1980; Jornal do Brasil, 15/08/1980; Diário da Tarde, 15/08/1980. Além de ameaças de bombas à banca de jornais de Curitiba, a polícia teve que lidar com uma série de explosões nas galerias pluviais da Avenida Sete de Setembro. As bombas caseiras, de baixo potencial, foram estouradas nos bueiros, na noite de 13 de agosto, aterrorizaram os moradores do centro da cidade. A polícia também passou a investigar uma explosão ocorrida no terminal de ônibus expresso, no bairro boqueirão, que teria aberto uma cratera.

FONTES

Periódicos

Hemeroteca da Biblioteca Pública do Ceará

Correio do Ceará

Diário do Nordeste

Isto É

O Povo

Tribuna do Ceará

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

(<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Alto Madeira

A Tribuna

Correio Braziliense

Diário da Manhã

Diário da Noite

Diário de Pernambuco

Diário de Natal

Diário do Nordeste

Diário do Paraná

Diário da Tarde (Curitiba)

Diário da Tarde (São Paulo)

Jornal do Comércio

Jornal da República

Jornal de Brasília

Jornal do Brasil

Jornal do Paraná

Jornal da Tarde

O Fluminense

Pasquim

Tribuna da Imprensa

União

Outros

Folha de São Paulo (<https://acervo.folha.com.br/index.do>)

O Estado de São Paulo (<https://www.estadao.com.br/acervo/>)

O Globo (<https://oglobo.globo.com/acervo/>)

Veja (<https://complemento.veja.abril.com.br/acervo-digital/index-novo-acervo.html>)

Internet

Acórdão do Tribunal Federal de Recursos. www.bibliotecadigital.fgv.br. Notação file:///C:/Users/Rita/Downloads/admin,+poder. Acesso a 5/12/2022.

Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: Relatório / Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em www.comissaodaverdade.mg.gov.br. Acesso a 21/11/2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em <https://www.dicio.com.br/falange/?fbclid=IwAR-157QeVTyYTfjqJsuOIUbDBBnB3GLxFmHL0O7m-CxH-WM9v9JZHiWAN3JpM>. Acesso a 16/07/2021.

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/423/edicao-1/dolo>. Acesso 21/06/2023.

RELATÓRIO FINAL – COMISSÃO DA VERDADE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/comissoes-da-verdade>. Acesso a 20/05/2021.

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada, em 1980, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para apurar os atentados terroristas ocorridos no estado. Disponível em <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/bitstream/handle/123456789/1030/CPI%20ALMG%20-%20relat%c3%b3rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso a 25/04/2021.

<https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/>. Acesso a 14/08/2023.

https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2009/pl337_09.htm. Acesso a 02/07/2020.

<https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regioes/regiao-episcopal-metropolitana-bom-jesus-dos-aflitos/paroquias-da-regiao/paroquia-nossa-senhora-de-nazare/>. Acesso a 02/07/2020.

<http://www.blogdomarconecampos.com.br/2018/10/morre-em-joao-pessoa-o-professor-ex.html>. Acesso a 20/03/2023.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso a 27/07/2022.

http://www.cajazeirasdeamor.com/2010/07/passava-de-nove-horas-da-noite-quando_17.html. Acesso a 03/07/2022.

<https://www.diariodosertao.com.br/noticias/90929/atentado-a-bomba-no-apollo-xi-em-cajazeiras-e-destaque-mais-uma-vez-do-jornal-de-pernambuco.html>. Acesso a 03/07/2022.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-revolucionario-8-de-outubro-mr-8>. Acesso a 28/11/2021.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>. Acesso a 10/10/2021

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/mario-schenberg>. Acesso a 15/01/2022.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/riocentro-atentado-do>. Acesso a 22/11/2021.

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/antonio-augusto-macedo>. Acesso a 20/03/2023.

<https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/02/sidney-magal-credita-sucesso-a-sua-energia-e-a-relacao-com-fas-danco-ate-o-corpo-dizer-chega.shtml>. Acesso a 30/06/2020.

<https://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixape-dia/2015/07/cafetina-ou-heroina-conheca-a-verdadeira-historia-de-maria-ortiz-1013901573.html>. Acesso a 11/03/2021.

<https://www.joaopessoa.pb.leg.br/imprensa/noticias/cmjp-lamenta-a-morte-do-ex-vereador-antonio-augusto-arroxelas>. Acesso a 20/03/2023.

<https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22492/>. Acesso a 25/05/2023.

<https://leonelp prata.webnode.com.br/cronicas/elvira-do-ipiranga/>. Acesso a 08/03/2023.

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1978/160/1601/decreto-n-1601-1978-consolida-as-posturas-municipais-da-cidade-do-rio-de-janeiro-constant-dos-regulamentos-em-anexo>. Acesso a 05/01/2023.

<https://motor1.uol.com.br/news/114465/carros-para-sempre-dodge-1800-polara-um-novo-conceito-de-popular/>. Acesso a 16/07/2020.

<http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/>. Acesso a 1º/02/2023.

<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/29/longa-com-palavroes-e-criticas-politicas-faroeste-caboclo-deu-trabalho-quando-chegou-as-radios.htm>. Acesso a 24/05/2023.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/o-ultimo-crime-contr-o-jornal-da-cidade/>. Acesso a 10/07/2021.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/o-ultimo-crime-contr-o-jornal-da-cidade/> Acesso a 10/07/2021.

<https://www.osguedes.com.br/2018/01/25/explosao-de-bomba-em-cinema-de-cajazeiras-completa-43-anos-cercada-de-misterio/>. Acesso a 03/07/2022.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso a 24/05/2023.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso a 24/05/2023.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc2685.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20%C3%89%20concedida%2C%20igualmente,base%20em%20outros%20diplomas%20legais. Acesso a 14/08/2023.

<https://www.poder360.com.br/pesquisas/quase-metade-do-brasil-cre-em-ameaca-comunista-com-lula-diz-ipeec/>). Acesso a 15/04/2023.

<http://portalczn.com.br/jornal-do-comercio-destaca-segunda-parte-da-materia-sob-a-bomba-do-apollo-11/>. Acesso a 03/07/2022.

<http://portalczn.com.br/jornal-do-comercio-de-recife-destaca-a-explosao-da-bomba-do-apollo-11/>. Acesso a 03/07/2022.

<https://pt.bab.la/dicionario/portugues-ingles/lobo-solit%C3%A1rio>. Acesso a 13/04/2022.

<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/resistencia-de-judeus-a-ditadura-e-tema-de-debate/>. Acesso a 05/01/2022.

<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>. Acesso a 15/04/2023.

<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso a 15/05/2017.

<https://veja.abril.com.br/brasil/festa-da-rockonha-faz-40-anos>. Acesso a 25/05/2023.

Entrevistados

Amiga do Colégio Marista Cearense, entrevistada pelo WhatsApp, a 28/08/2021.

Clodoveu Arruda (Veveu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet, a 18/08/2020.

Davi Janot, professor, entrevistado por WhatsApp, a 03/07/2020.

Felipe Barroso, advogado, professor e cineasta, sobrinho de Pádua Barroso, entrevistado em Fortaleza, a 05/03/2020.

Francisco Pereira, ex-presidente do Sindicatos dos donos de Bancas de Jornais e Revistas de Fortaleza, entrevistado a 30/09/1980.

Humberto Mendes, professor, entrevistado por WhatsApp, a 04/07/2020.

Inácio Carvalho, jornalista e publicitário, militante estudantil nos anos 1980, entrevistado por WhatsApp, a 12/02/2021.

Morador do Cariri, entrevistado por WhatsApp, a 07/03/2022.

Padre Gerisvan, da Paróquia do Montese, Fortaleza-Ce, entrevistado por WhatsApp, a 13/04/2020.

Acervo Arquivo Nacional

“Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Encaminhamento do Serviço Nacional de Informações nº 018/116/ABH/80, Agência Belo Horizonte, “Atividades subversivas – ameaças aos jornalheiros de Belo Horizonte”, de 17 de julho de 1980. Arquivo Nacional. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_80001878_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

Encaminhamento do Serviço Nacional de Informações nº 035/19/AC/80, Agência Central, “Ação contestatória ao governo por parte de jornalistas e artistas”, de 13 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009694_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 0779/116/ACT/78, Agência Curitiba, “Comando de Caça aos Comunistas – CCC”, de 7 de agosto de 1978. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001536_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 091/116/APA/80, Agência Porto Alegre, “Atuação do Comando de Caça aos Comunistas no Rio Grande do Sul”, de 25 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_80001661_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 2292/116/ASP/1980, Agência São Paulo, “Pressão contra banca em Ribeirão Preto (SP)”, de 26 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80004004_d0001de0001. Acesso 04/01/2023.

Informe nº 502f/05/80-CI/DPF, Centro de Informações/Departamento da Polícia Federal, “Lei de Imprensa –publicações ofensivas à moral pública e bons costumes”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_zd_0_0_0038a_0015_d0001. Acesso 26/12/2022.

Informe nº 22-115/80_SI/SR/DPF/RS, Departamento da Polícia Federal/Superintendência do Rio Grande do Sul, “Cartas contendo ameaças, atentados a bomba, incêndios, atividades de organizações terroristas”, de 9 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008285_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 3300/119/ASP/30, Agência São Paulo, de 16 de dezembro de 1980, “Publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80005398_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 051/116/ARJ/81, Agência Rio de Janeiro, “Atividades subversivas – Comando Delta”, de 8 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81004774_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 060/16/AGO/SNI/83, Agência de Goiânia, sobre o panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, “Manifestações de organizações de extrema-direita”, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83005596_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 116/119/ARJ/80, Agência Rio de Janeiro, “Atentados às bancas de jornais”, de 1º de setembro de 1980. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80003482_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

Relatório de informação nº 102/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 29 de agosto de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/PR, de 04 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

Informe do Serviço Nacional de Informações nº 061/16/ACG/83, Agência Central, de 13 de abril de 1983, sobre o panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, “Distribuição de panfleto às unidades do Exército, em Mato Grosso do Sul”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_mmm_83003475_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

“Manifesto ao povo paulista”, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), anexado ao relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 1560/S-103.1,

“Retorno ao Brasil de intelectuais comprometidos com a subversão”, p. 44, de 30 de novembro de 1977. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notações: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77108286_d0001de0002; br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77108286_d0002de0002. Acesso a 08/10/2021.

Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe do Serviço Nacional de Informações nº 200/16/AC/1981, Agência Central, de 27 de outubro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_81020271_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

Panfleto “Manifesto ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova, Relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, Assessoria de Informação e Segurança/Superintendência Nacional de Abastecimento, “Atentados terroristas”, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso 29/10/2021.

Panfleto “Mensagem à nação brasileira”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 2435/116/ASP/81, Agência Central, “Difusão de manifesto a oficiais do Exército brasileiro de autoria do autodenominado Comando Delta”, de 8 de outubro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008641_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

Panfleto “Ao povo brasileiro”, da Falange Pátria Nova-Comando Maria Ortiz, anexado ao Informe SNI nº 184/16/AC/82, Agência Central, de 3 de setembro

de 1982. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82027933_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

Protocolo nº 2790, Ministério da Aeronáutica, “A novela da traição”, de 29 de outubro de 1975. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_vaz_0_0_21658_d0001de0001. Acesso 25/05/2023.

Recorte do jornal Diário da Manhã, de Goiânia, da data de 23 de março de 1983, com trechos do panfleto “Mensagem aos brasileiros”, do Comando Delta, anexado ao Informe SNI nº 060/16/AGO/SNI/83, de 30 de março de 1983. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83005596_d0001de0001. Acesso 17/09/2020.

Relatório de Informação do Centro de Informações do Exército nº 253/102-A5/CIE, “Análise da situação da subversão no Brasil em 1979”, de 24 de abril de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80007775_d0001de0006. Acesso 17/09/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 039/116/APA/79, Agência Porto Alegre, “Atividades de organizações de direita”, de 8 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_79000769_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 197/116/ARJ/1979, Agência Rio de Janeiro, “Atividades de organizações de direita”, de 14 de novembro de 1979. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_79001802_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 002/116/ARJ/80, Agência Rio de Janeiro, de 9 de janeiro de 1980, “Explosão de bomba na catedral de Nova Iguaçu – D. Adriano Mandarinino Hipólito”. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80002114_d0001de0001. Acesso 29/10/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 098/16/AC/80, Agência Central, “Explosão de banca em Brasília/DF – Eunio Ney Teixeira”, de 14 de agosto de 1980. Arquivo Nacional, Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009728_d0001de0001. Acesso 04/01/2023.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 036/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_81000760_d0001de0001. Acesso a 17/09/2020.

Relatório de Informação nº 34/1901/80, Divisão de Segurança e Informação/Ministério das Minas e Energia, “Ameaça de existência de bomba na NUCLEBRÁS”, de 4 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/PR. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso 29/10/2020.

Relatório Periódico de Informação nº 021/08-80-SI/SR-DPF, Delegacia da Polícia Federal/Superintendência Regional de São Paulo, de 10 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notações: br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0001; br_dfanbsb_zd_0_0_0046a_0003_d0002. Acesso a 26/01/2023.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 161/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, de 30 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000632_d0001de0002. Acesso 13/03/2021.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações, nº 0150/116/ASV/80, Agência Salvador, “Prisão de membros do jornal ‘Hora do Povo’”, de 23 de outubro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_80001060_d0001de0001. Acesso a 04/01/2023.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações, de nº 176/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Infiltração comunista nos diversos setores da atividade”, de 30 de outubro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000654_d0001de0001. Acesso a 13/03/2021.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 187/740/AFZ/80, Agência Fortaleza, “DCE/UFC – Chapa Pé no Chão”, de 19 de novembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_80000669_d0001de0001. Acesso 13/03/2021.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informação nº 205/116/AFZ/80, Agência Fortaleza, “Movimento Anticomunista – MAC”, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_qqq_80000687_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do Serviço Nacional de Informações nº 008/116/ARE/81, Agência Recife, “Prisão de terroristas – João Pessoa-PB”, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_81001550_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 135/116/ARE/81, Agência Recife, “Atividades da Falange Pátria Nova, em Maceió/AL”, de 12 de junho de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81001773_d0001de000. Acesso a 29/10/2020.

Relatório de informação do Serviço Nacional de Informações nº 120/116/AFZ/81, Agência Fortaleza, “Atividades subversivas”, de 30 de setembro de 1981. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_QQQ_81000910_d0001de0001. Acesso a 25/03/2021.

Acervo Arquivo Público do Ceará

Informe do Serviço Estadual de Informação (SEI), nº 122 – S/5/AC/SEI, de 6 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI INFM 05 (36).

Informe Especial nº 54, do Serviço Estadual de Informação (SEI), de 21 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI INFM 05 (51 e 52).

Relatório de Diligência nº. 179/80, do Serviço Estadual de Informação (SEI), de 12 de agosto de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 05 (26).

Relatório de Diligência nº 207/80, do Serviço Estadual de Informação (SEI), datado de 12 de setembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 05 (98 e 99).

Relatório de Diligência do Serviço Estadual de Informação (SEI), nº 8-S/5, de 1º de outubro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação BR: CEAPEC SEI REL D 06 (19).

Relatório de Diligência do Serviço Estadual de Informação (SEI), n 8-S/5, de 2 de outubro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 06 (17, 18 e 19).

Termos de declaração de João Batista Moreira e de Francisco Antônio Santos da Silva, prestados à Delegacia de Ordem Política e Social, a de 5 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC DCE TD 03.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. In: TELES, Janaína (Orgs.). **Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. A revolução e o socialismo em Cuba: a ditadura revolucionária e a construção do consenso. In: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise; (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Revista Sociologia**, problemas e práticas [online], Lisboa, nº 48, p. 53-65, 2005.

ALCÂNTARA, Priscila Drozdek de. ALCÂNTARA, Priscila Drozdek de. **Terrorismo: Uma abordagem conceitual**, p. 1-26. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Terrorismoabordagemconceitual.pdf>. Acesso a 22/12/2021.

ALVES, João Alexandre Jatui. **Os Verdadeiros Estudantes Democratas: movimento estudantil de direita e o golpe civil-militar de 1964**. IN: LUCA, Meize Regina de Lucena (Org.). **Ditadura, Fontes Históricas e uso do Passado**. Sobral: Sertão Cult, 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDION, Vinícius Ramos. **Depois do “Milagre”**: as greves do ABC Paulista (1978-1980). 2020, 52f. Monografia (bacharelado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

ANDRADE, Daniela Linkevicius de. A História Alternativa como fonte histórica: possibilidades das narrativas ficcionais contrafactuais na pesquisa historiográfica. **Revista Aedos**, v. 11, n. 24, p. 308–325, 2019.

ANTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 17, p. 11-31, nov. 2001.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2004.

_____. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

_____. História oral e memória da ditadura militar. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **História oral e historiografia**: questões sensíveis. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro, não**: música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? **Revista Esboços**, Florianópolis, v 15, nº 20, p. 245-273, UFSC, 2008.

_____. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). **Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX**, v.8, p. 87-104, 2017.

ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz Alberto M. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e política** (Dossiê Transição Política), Curitiba, nº 17, p. 11-31, 2001.

ATTINÀ, Fulvio. Guerrilha. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 1989.

BARROS, José D'Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BASTOS, Lúcia Elena Arantes Ferreira. A lei da Anistia brasileira: os crimes conexos, a dupla via e tratados de direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 103, p. 593-628, jan.-dez. 2008.

_____. A Anistia brasileira em comparação com as da América Latina. In: SANTOS, Cecília; TELES, Edson; TELES, Janaina (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil, volume II. São Paulo, Editora Hucitec, 2009.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. Centro de Fortaleza: reabilitação urbana para quem? **Mercator**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 49-56, nov. 2008.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dirs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BESSA, Leandro Sousa. **O papel da Defensoria Pública na resistência à criminalização da pobreza**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BICUDO, Hélio. Lei da Anistia e crimes conexos. In: TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade**. São Paulo: Humanitas/FELCH/USP, 2001.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. **Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?** Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004a.

_____. Castrismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco (Orgs). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas**. 2010, 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, v. 26, p. 1-22, 2019.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e o antissemitismo**. Maringá: Eduem, 2014.

CALLEGARI, André Luís; et. al. **O crime de terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo**, de acordo coma Lei nº. 13.260/2016. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

CARVALHO, Alessandra. “Contando a história” da ditadura civil-militar: grande imprensa e a construção da memória do Brasil democrático. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985). **Revista de Sociologia e Política**, nº 17, p. 11-31, nov. 2001.

_____. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, p. 115-147, 2005.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. Todavia: São Paulo, 2019.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAÚJO, Mariana Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina – balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

CEARÁ, Universidade Federal. **Fortaleza**: a gestão da cidade, uma história político-administrativa. Fortaleza: Departamento de História/Núcleo de Documentação Cultural, 1994.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Memória e esquecimento: o regime militar Brasileiro segundo pesquisa de opinião. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **História e Memória das ditaduras do século XX**, v 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CHAGAS, Viktor. **EXTRA! EXTRA!** Os jornalheiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios. 2013, 317f. Tese – Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, p. 13-28, 1988.

_____. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 61-80, 2002.

_____. Defesa e ilustração da noção de Representação. **Fronteiras**. v. 13, nº 24. p. 169-183, 2011.

CHINELLI, Filippina. **Folha no chão**: etnografia de uma sociedade de jornalheiros. 1977, 241f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 25, p. 83-106, nov. 2005.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____; MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 242-249, maio-ago. 2017.

_____. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: _____. CARVALHO, Keila; SOUZA, César. **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Editora Prisma, 2018.

_____. A marcha da família pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 180, p. 1-19, 2021.

_____. De volta à Europa: Rememorar as revoluções de 1989 trinta anos depois, Praga e Budapeste. **Varia Historia** [online], 2022, vol. 38, no. 76, p. 261-297, 2022.

CORRÊA, Mariani Bethania Sampaio. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996, 337 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

COSTA, Bruno Moraes Pereira da. **Jornalismo em tempos de ditadura**. Jundiaí-SP: Paco, 2017.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil; 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de. **À sombra das ditaduras**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

D'ÁRAÚJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. **1964: visões do golpe**. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

_____; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: _____. CASTRO, Celso (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Lestras, 2004.

_____. Uma bomba na consciência da nação. **Nossa História**, nº 24, p. 72-75, out. 2005.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A cidade e o comércio ambulante**: o caso de Fortaleza em evidência. Revista do Departamento de Geografia, nº 11, p.187-210, 1997.

DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil -1966/1980**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DINIZ, Eugênio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. In: BRIGAGAO, Clóvis. PROENÇA JR., Domício. Paz e terrorismo – textos do seminário **Desafios para a política de segurança internacional: missões de paz da ONU, Europa e Américas**. São Paulo: Hucitec, 2004.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack de. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global: 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

_____. A extrema direita brasileira e as disputas pelo passado no contexto das Comissões da Verdade (2011-2021). **Lusotopie** [online], XXI(2), 2022.

FARIAS, Airton de. **Pavilhão sete**: presos políticos da ditadura civil-militar. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

_____. **Para além das armas**: militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-72). Fortaleza: INESP, 2020.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRAZ, Francisco. **À Sombra dos carvalhos**: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955). Londrina: Ed. UEL, 1997.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº 5, p. 251-286, dez. 2002.

_____. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004b.

_____. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan. / abr. 2017.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Uso e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GALLO, Carlos Artur. GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: _____; RUBERT, Silvania. **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. Estado de Sítio e ditadura em Theodore Reinach e Carl Smith. In: GREGO, Gabriela de Lima; CALDEIRA NETO, Odilon (Orgs.). **Autoritarismo em foco**: política, cultura e controle social. Rio de Janeiro: Autografia; Pernambuco: Edupe; Madri: UAM Ediciones, 2019.

GASPAROTO, Alessandra. **“O terror renegado”**: uma reflexão sobre os episódios de reatuação pública protagonizados por organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-75). 2008, 271f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GERTZ, René E. Fontes sensíveis da História Recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regi-

na de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Autoritarismo e processo penal**: uma genealogia das ideias autoritárias no processo penal brasileiro. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo; Iskra Edições, 2014.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

GONÇALVES, Daniel Accioly. **A influência doutrinária francesa no pensamento do Exército brasileiro (1955-1961)**. 2013, 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Castellismo, repressão e combate ao inimigo interno**. 2017, 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

GRAEL, Discson. **À sombra da impunidade**: aventura, corrupção e terrorismo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Rio de Janeiro, 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JUCÁ, Gisafran. **Gustavo Barroso**: vida, contexto e ideias. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1990.

KINZO, Maria d'Alva G. **Oposição e autoritarismo**: gê-

nese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: Fortaleza em questão. Stylus Comunicações, 1991.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, v.2, n. 2, p. 111-138, 2014.

LENEIDE, Duarte-Plon. **Da Argélia ao Brasil**: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LENTZ, Rodrigo. **República de segurança nacional**: militares e política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Danielle Barreto. **O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)**. 2020, 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

LIMA, Danilo Pereira. **Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da ditadura militar de 1964**. 2018, 271 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

LINCK, Livia do Amaral e Silva. **“Enquanto eu não matasse todos eu não ia dar sossego”**. As mulheres como operárias da violência no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-85). 2021, 204f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas**. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniele Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LUZ, Enrique. **“O eterno judeu”**: antissemitismo e antibolchevismo nos cartazes de propaganda nacional-socialista (1919-1945). 2006, 146f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MANSO, Bruno Paes. **A República das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006, 300f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: AARÃO REIS, Daniel. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2004.

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v, 23, nº. 67, p. 39-50, 2008.

_____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, v 1. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____. **A conexão francesa**: da Argélia ao Araguaia. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p.519-536, jul/dez, 2012.

_____. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **O projeto militar da distensão**: notas sobre a ação política do presidente Geisel. *Revista de Sociologia e Política*, nº 4-5, p. 149 - 159, 1995a.

_____. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995b.

MATTOS, Vanessa. **O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1968 a 1972)**. 2011, 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

MAUD, Chirio. **A política nos quartéis: revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. Direitas, desenvolvimento e o movimento de 1964. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

MOLLO, Lúcia Tormin. **Livrarias e livreiros na ditadura militar brasileira (1964-1985)**. 2022, 209f. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MONTAGNA, Wilson. A Doutrina de Segurança Nacional. **Revista Projeto História**, v.6, p. 29-40, PUC-SP, 1986.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil**. Recife: CEPE, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**. São Paulo, nº 138, p. 93-105, 1998.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. **História, Memória e as disputas pela representa-**

ção do passado recente. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

_____. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: EduFSCar, 2014.

_____. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MÜLLER, Angélica. **O Movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **História e memórias das ditaduras do século XX**, v 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

_____. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NASSER, Reginaldo Mattar. As Falácias do Conceito de “Terrorismo Religioso”. In: MELLO, André de Souza; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XX**. Brasília: IPEA, 2014

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Segurança nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: a ideologia de Golbery de Couto e Silva. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, ed. 2, p. 46-66, UFSC, 2019.

NORONHA, Danielle Parfentieff de. **Cinema, memória e ditadura civil-militar**: representações sobre as juventudes em O que é isso, Companheiro? e Batismo de sangue. 2013, 152f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

NOVAIS, Regina. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Phillippe. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; MATHIAS, Suzeley Kalil. Profissionalização militar: notas sobre o sistema do Exército Brasileiro. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 28, n. 56, p. 38-69, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico – a redundância autoritária. In: REIS, Daniele Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois. Bauru: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: A Escola Superior de Guerra. **História**, UNESP, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2010.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORVIL: as tentativas de tomada do poder. Disponível em https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Acesso a 20/04/2023.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay: terror de estado e segurança nacional: Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005, 234f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAÚJO, Marina Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina** – balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança e arquivos repressivos. **Tempo & Argumento**, v. 1, nº 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê: os camisas verdes no poder**. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

PASQUALETTE, Bernardo Braga. **Me esqueçam** – Figueiredo: a biografia de uma presidência. Rio de Janeiro: Record, 2020.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Luisa Rauter. Sílvia Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 22, n. 39, p. 221-239, jul./dez. 2008.

PINTO JÚNIOR, Antonio Carlos Pimentel. **A biblioteca vermelha de Raimundo Jinkings**: uma história de livros. 2011, 234f. Dissertação – Mestrado em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em movimento**: Fortaleza, 1969-1979. 2008, 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras**: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. 2005, 223 f. Niterói: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. A oposição juvenil à Unidade Popular. In: _____. ROLLEMBERG, Denise; (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verda-

de e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 105, p. 181-204, fev./mai. 2013.

_____. Uma ditadura contra a liberdade sexual: a necessidade de uma Justiça de Transição com recorte LGBT no Brasil. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (Org.). **Direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015.

_____. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. **O conceito de terrorismo nos jornais americanos**: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RAMALHO, Bráulio. **Foi assim**: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RAMOS, Elvis Christian Madureira; FIGUEIREDO, Wellington dos Santos. **Terrorismo**: um legado histórico e sua caracterização na plataforma midiática. *Ciência Geográfica*, Bauru, vol. XVI- (2), p. 195-216, Janeiro/Dezembro – 2012.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RIBEIRO, Belisa. **A bomba no Riocentro**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. Anticomunismo e inimigo interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul. **História Debates e tendência**, PASSO FUNDO, v. 19, nº. 3, p 384-401, Set/Dez., 2019.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. 2002, 447f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODRIGUES, Ricardo C. de Carvalho. **Permanência autoritária no regime democrático brasileiro**: uma análise sobre como as teorias da transição e dos direitos humanos e seus instrumentos foram condicionados e enfrentaram o autoritarismo. 2017, 247f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempos de radicalização e barbárie (1969-74). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denis (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

_____. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, v 2. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____. QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. Memória, história e autoritarismo. In: _____ (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O Bem Amado e a Divisão de Censura de Diversões Públicas. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, p. 1-12, julho/2011.

ROSA, Alexandre Moraes da. AMARAL, Augusto Jobim do. **Cultura da punição: a ostentação do horror**. Florianópolis, Empório do Direito, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Política como paixão: narrativas femininas sobre resistir. In: _____; DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos (Orgs.). **Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: Edufal, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**, v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAMPAIO FILHO, José Airton. **“Eu vou à lura com essa juventude”**: o movimento estudantil secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-CESC em fins da década de 1970. 2020, 136f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2020.

SAMPAIO, Emmanuel Frias. **A presença do discurso denominado “teoria dos dois demônios” no cenário institucional brasileiro entre as décadas de 1970 a 2010 e suas consequências na inacabada justiça de transição no Brasil**. 2018, 97f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANCHEZ, Anderson. **Polícia Federal**. Rio de Janeiro: Máquina dos Livros, 2020.

SANI, Giacomo. Consenso. BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**, v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. **Judiciário e autoritarismo: regime autoritário (1964-1985), democracia e permanências**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. FIÚZA, Alexandre Felipe. A DOPS e a vigilância política do movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil-militar. **Revista HISTEDBR** [On-line], Campinas, n. 45, p. 101-114, mar. 2012.

SEIXAS, Eunice Castro. **Terrorismos: uma exploração conceitual**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 9-26, agosto - 2008.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

SHIMOMURA, Thelma Yanagisawa; PEREIRA, Vanuza Nunes. **O terrorismo com arma política durante a transição**: os eventos de Minas Gerais. Disponível em https://www.academia.edu/29846858/O_TERRORISMO_COMO_ARMA_POL%C3%8DTICA_DURANTE_A_TRANSI%C3%87%C3%83O_os_eventos_de_Minas_Gerais p. 6. Acesso a 21/11/2021.

SILVA, Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Camila Gonçalves. O imaginário Anticomunista católico no Rio Grande do Sul 1945-1964. **Locus: Revista de História**, v 19, n 2, p. 295-299, 2013.

SILVA, Carla Luciana. 2000. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**, v 2, ed. 1, 2000.

SILVA, Elizete Américo. **Espaços públicos e territorialidades**: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público. 2006, 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura, v 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica:** a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964. 2011, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 10, vol. 04, junho/1989.

SOARES, Samuel Alves. PRADO, Larissa Brisola Brito. O Processo político da Anistia e os espaços de autonomia militar. In: SANTOS, Cecília; TELES, Edson; TELES, Janaina (Orgs.). **Desarquivando a ditadura.** Memória e justiça no Brasil, volume II. São Paulo, Editora Hucitec, 2009.

SOARES, Simaria Fábria de Souza. **Entre dados e controvérsias:** a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira. 2015, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros:** pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 302-323, jan./jun. 2005.

SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE):** as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980). 2012, 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

SPOHR, Martina. **O orgulho de ser reacionário**: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969). In: XXVI Simpósio Nacional de História -ANPUH/Brasil, 2011, São Paulo. Anais [...], 2011.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida; WEIZ, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. **Igreja Católica e política**: padres estrangeiros no Brasil. OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 249-268 - jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. **A revanche dos vencedores**: história, memória e luta política no Orvil. 2012, 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

_____. **Em nome da ordem**: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras (1935-1985). Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 19, n. 1, p. 151-169, 2014.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. A Escola Superior de Guerra e as raízes da repressão política aplicada a militares após o golpe de 1964: **Antíteses**, Londrina, v.13, n. 25, p. 278-308, jan-jun, UEL, 2020.

VILLA-LOBOS, Dado, DEMIER, Felipe, MATTOS, Romulo. **Dado Villa-Lobos: memórias de um legionário**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia Política** [online], n. 17, p. 53-60, 2001.

WEFFORT, Francisco. Incertezas da transição na América Latina. In: José Álvaro Moisés; José Guilhom Albuquerque (Org.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 14(2), p. 83-112, outubro-2002.

O AUTOR

José Airton de Farias nasceu em Santana do Acaraú-CE, em 1972. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela UFC. Autor de livros didáticos, foi professor, por anos, de vários colégios e faculdades, bem como da rede pública do Ceará. Desde 2017, ministra aulas no Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Estuda a ditadura civil-militar, focando na luta armada das esquerdas. Nos últimos anos, passou a pesquisar a atuação de grupos de extrema direita no processo de abertura do regime ditatorial, tema de seu estágio de pós-doutorado na UFC, em 2021-22.

TRIBUNA SEM
da imprensa CENSURA

BOMBA EXPLODE NO DCE E ATINGE DOIS CARROS

Uma bomba de pequeno teor explosivo, com um tempo de ação de 45 minutos, vem por volta das 23 horas e 45 minutos funcionando o Diretório Central do Estudante, na confluência das ruas General Sampaio com a de Queliroz, causando pequenos danos em dois pontos que ali estavam estacionados.

MDB
poia
Ojalma
Marinho
Na página 5

Diário Central do Estado
 Rua General Sampaio com Clarindo
 eundo praças danos em dois carros dos
 estarem estacionados e encaminhou
 a Polícia Federal
 le a 12

Tribuna do Ceará
 25 de junho, 25 de dezembro de 1960 - Nº 12.992 - 1960 - Nº 12.992
 12.992 - 1960 - Nº 12.992

desb
 12.992

Polícia Federal de grupo terrorista de

Essa matéria com detalhes na página 10

GRUPOS
LANÇA
DESAFIO AOS
EXPERTOS

Tribuna do Ceará

tribuna do
ANO XXII - Fortaleza, 5.ª feira, 06 de novembro de 1980. N.º 14.383 - 24 páginas - Cr\$ 20,00
A EXPLODE
FEBR

Tribuna

ANO XXII - Fortaleza, 5.º feir, 06 de novembro de 1980. N.º 14.283 - 24 páginas - Cr.

**BOMBA EXPLODE
PRAÇA DO FERRE**

Kota matéria com detalhes na página 10

☒ Explodo

Esta matéria com detalhes na página 1

Explosão

Jornaleiros apavorados ante ameaça de atentado às bancas

Correio do Ceará
Fortaleza, sábado, 23 de maio de 1981 — Ano LXVJ — Número 108.262

**BOMBA FOI UM
ALARME FALSO**

Fuistas da Comissão de Operações Especiais, depois de atentado às bancas de jornal, foram presos.

**BOMBA FOI UM
ALARME FALSO**

Polícia de Criminosos do Operativo Especial - COE - do COP-4 e Delegado de Defesa Social, foram acusados de uma falsa alarme, de que uma bomba havia sido colocada no prédio da Oglethorpe County Jail, em Savannah, Geórgia, em 1981.

O Grupo C, que se trata de um dos braços do Falcão Negro, alegou que os policiais não tinham sido capazes de detectar a bomba, que era uma bomba falsa, e que os policiais não tinham sido capazes de detectar a bomba, que era uma bomba falsa, e que os policiais não tinham sido capazes de detectar a bomba, que era uma bomba falsa.

12 horas. Mas foram todos excluídos durante o ataque, e cada um acusou. O Grupo C, que se trata de um dos braços do Falcão Negro, alegou que os policiais não tinham sido capazes de detectar a bomba, que era uma bomba falsa, e que os policiais não tinham sido capazes de detectar a bomba, que era uma bomba falsa.

se destitua
do PDS

Na página 5

O POVO
*Como identificar
a carta-bomba*

JORNAL DO BR

2º Clichê Rio de Janeiro — Sexta-feira, 1º de maio de 1961

Bombas matam um e ferem capitão no "show" de 1º de maio

Duas bombas explodiram no Rio-Centro, ontem às 21h, pouco depois de começar o show comemorativo do Dia do Trabalho. A primeira, no Puma OT-0297, matou um homem moreno, de barba, que não pôde ser identificado no local, e feriu o Capitão do Exército, Wilson Luis Chaves Machado, 33 anos, internado em estado grave no CTI do Hospital Miguel Couto. Da Arma de Cavalaria, o Capitão está lotado no Pelotão de Motociclistas da PE.

A segunda explosão foi na caixa de joias do Rio-Centro e não provocou vítimas. O espetáculo, com cerca de 20 mil espectadores, prosseguiu até o final. A Polícia Militar isolou a área enquanto o DGIE e o DPF vistoriavam o local. As 22h30m, a explosão foi comunicada, por telefone, ao JORNAL DO BRASIL. O Comando Delta assumiu

TEMPO

NO - INDEPENDENTE E INDEPENDENTE
 (Cada Pessoa de 18 anos)
 Temporária em 15 dias
 Temporária em 30 dias
 Temporária em 45 dias
 Temporária em 60 dias
 Temporária em 75 dias
 Temporária em 90 dias

O Salário mínimo é de R\$ 1,20
 O Salário máximo é de R\$ 1,20
 O Salário mínimo é de R\$ 1,20
 O Salário máximo é de R\$ 1,20

PREÇOS, VENDA AVULSA

Rio de Janeiro
 Diária C\$ 125,00
 Domingos C\$ 10,00

Minas Gerais, São Paulo e
 Espírito Santo
 Diária C\$ 130,00
 Domingos C\$ 10,00

MS, SC, PE, MG, MT, GO,
 RJ, BA, SE, AL, PI
 Diária C\$ 140,00
 Domingos C\$ 10,00

Outras Estados
 Diária C\$ 150,00
 Domingos C\$ 10,00



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2025-2026

Deputado Romeu Aldigueri
Presidente

Deputado Danniel Oliveira
1º Vice-Presidente

Deputada Larissa Gaspar
2ª Vice-Presidente

Deputado De Assis Diniz
1º Secretário

Deputado Jeová Mota
2º Secretário

Deputado Felipe Mota
3º Secretário

Deputado João Jaime
4º Secretário



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações